UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

Gustavo Figueira Andrade

FRONTEIRA E TERRITORIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) A PARTIR DAS REDES DE RELAÇÕES DE PODER DA FAMÍLIA SILVA TAVARES NA REGIÃO PLATINA

Santa Maria, RS, Brasil
2021

Gustavo Figueira Andrade

FRONTEIRA E TERRITORIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) A PARTIR DAS REDES DE RELAÇÕES DE PODER DA FAMÍLIA SILVA TAVARES NA REGIÃO PLATINA

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª Maria Medianeira Padoin

Co-Orientadora: Prof.ª. Dr.ª Valentina Ayrolo

Santa Maria, RS
2021

This study was financied in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Andrade, Gustavo Figueira
FRONTEIRA E TERRITORIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) A PARTIR DAS REDES DE RELAÇÕES DE PODER DA FAMÍLIA SILVA TAVARES NA REGIÃO PLATINA / Gustavo Figueira Andrade.- 2021.
585 p.; 30 cm

Orientador: Maria Medianeira Padoin
Coorientador: Valentina Ayrolo
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2021

1. Revolução Federalista 2. Fronteira Platina 3. Região Revolucionária 4. Redes Familiares I. Medianeira Padoin, Maria II. Ayrolo, Valentina III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, GUSTAVO FIGUEIRA ANDRADE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Gustavo Figueira Andrade

FRONTEIRA E TERRITORIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) A PARTIR DAS REDES DE RELAÇÕES DE PODER DA FAMÍLIA SILVA TAVARES NA REGIÃO PLATINA

Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovado em 30 de agosto de 2021:

Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Valentina Ayrolo, Dra. (UNMdP)
(Co-orientadora)

Ana Luiza Setti Reckziegel, Dra. (UPF)

Ana Frega Novales, Dra. (UDELAR/ UFSM)

Estevão de Resende Martins, Dr. (UNB)

Maria del Mar Solís Carnicer, Dra. (UNNE)

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus ancestrais, aos meus pais, família, namorada, amigos e a todos(as) que direta ou indiretamente contribuíram e têm contribuído para meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Sou grato pela formação que meus pais me deram, pelo amor, valores, exemplos, carinho e cuidado, por compreenderem minhas ausências, estar comigo nos momentos de incerteza, pelo incentivo para sempre seguir em frente, enfrentar as dificuldades e concretizar meus sonhos.

Agradeço meus verdadeiros amigos pela amizade de sempre, pelo incentivo, por compreenderem minhas ausências, pelas risadas fora de hora.

À Ana Paula, minha namorada, que está sempre presente comigo nos momentos de incerteza e dificuldade, pela companhia que pacientemente ouve e aconselha, incentiva e apoia as minhas decisões, por tornar meus dias leves.

Ao meu colega Carlos, pela integridade e amizade, conversas, trocas de ideias, parcerias e pelas "terapias de grupo", pelo apoio constante, por quem torço pelo sucesso profissional.

Agradeço à Professora Doutora Maria Medianeira Padoin, minha orientadora desde o mestrado em História, e agora, durante o doutorado, tem sido uma grande amiga desde minha chegada à UFSM, em 2015. É um exemplo de profissionalismo, dedicação à sua profissão, de determinação, competência e integridade que tem incentivado minhas escolhas, mostrando sempre a "luz no fim do túnel" nos momentos de crise que fazem parte da vida do pós-graduando. Agradeço pela confiança em mim e meu trabalho, pelas oportunidades e parceria de sempre.

Sou muito grato a Professora Doutora Valentina Ayrolo, minha co-orientadora que me recebeu durante o período de Doutorado Sanduíche na Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, pelas leituras, orientações, contatos com outros professores, pela compreensão, amizade e cordialidade que, tanto ela quanto sua família me receberam, me fizeram sentir em casa mesmo estando em outro país. Ainda neste período, agradeço aos professores com que tive a oportunidade de ter orientação e conversar, especialmente aos Professores Doutores Ana Frega, Nicolás Duffau e Ana Maria Açayguer, em Montevidéu; aos professores Fabián Herrero, Maxiliano Camarda, em Paraná, Província argentina de Entre Rios; Francisco Reyes, em Santa Fé, Província argentina de Santa Fé; Noemi Goldman, Roberto Schmit e Emir Reitano em Buenos Aires e La Plata, respectivamente.

Ao Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes, meu orientador de iniciação científica por três anos na graduação em História na UFPEL, agradeço pela amizade e parceria de sempre.

Aos diversos Mestres que passaram por minha vida, que contribuem constantemente para meu aperfeiçoamento profissional, deram o melhor de si na tarefa de ensinar e trabalhar por um futuro melhor.

À CAPES e a FAPERGS pelo indispensável apoiado às minhas pesquisas e por incentivar e financiar os pesquisadores brasileiros para o desenvolvimento de suas investigações e produção do conhecimento.

À Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM), e aos professores que compõe esse seleto grupo, por incentivar e apoiar o intercâmbio de docentes e discentes, agradeço pelo apoio que recebi durante o período de doutorado.

Ao Sr. Doutor Jorge Henrique Deniri e a Sra. Rita Guimaraes do Arquivo General de la Província de Corrientes, pelo seu empenho, profissionalismo, gentil recepção, amizade e pela ajuda que recebi quando estive em Corrientes. Assim como também a Professora Dr.ª Maria del Mar Solís Carnicer que me recebeu cordialmente e com toda atenção durante o período em que realizei a mobilidade de pós-graduação, acadêmica para a Universidade Nacional del Nordeste, nas cidades de Resistência, província do Chaco, e Corrientes, província de Corrientes, na República Argentina, apoiado pela Associação das Universidades do Grupo de Montevidéu, AUGM.

À Senhora Yara Maria Botelho Vieira, pela confiança, amizade e apoio ao meu trabalho, a quem parabenizo pela sua dedicação à História, a família e a seus antepassados, uma verdadeira guardiã da memória.

Agradeço ao amigo Rogério Vaz de Oliveira por disponibilizar algumas fontes e pelas conversas que me ajudaram neste trabalho.

Agradeço a Professora Mestra Elza Maria de Athayde pelo apoio de sempre, atenta leitura e correção ortográfica de meu trabalho.

Faço uma homenagem e agradecimento *in memoriam* a Elaine Tonini Bastianello, minha ex-professora de Ensino Médio, colega de profissão e amiga.

Por fim, agradeço aos meus ancestrais, todo esforço empreendido por vocês não foi em vão, serei o primeiro doutor da família e essa vitória é em honra a vocês.

Agradeço a vida pelas oportunidades de crescimento que a vida tem me proporcionado!

RESUMO

FRONTEIRA E TERRITORIALIZAÇÃO: UMA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1891-1896) A PARTIR DAS REDES DE RELAÇÕES DE PODER DA FAMÍLIA SILVA TAVARES NA REGIÃO PLATINA

AUTOR: Gustavo Figueira Andrade
ORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin
CO-ORIENTAÇÃO: Valentina Ayrolo

A presente tese de doutorado tem por tema "Fronteira e territorialização: uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder do General João Nunes da Silva Tavares e de sua família na região platina". A pesquisa desenvolvida está vinculada a Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade e contou com o auxílio da bolsa CAPES/FAPERGS e da Bolsa de Doutorado Sanduíche da CAPES no período de 01 de Agosto de 2019 a 02 de fevereiro de 2020. A tese se centrou na análise do desenvolvimento da Revolução Federalista, a partir da participação da família Silva Tavares e da constituição de suas redes de relações sociais. Para isso, propõe uma nova cronologia do conflito e uma cartografia da Revolução Federalista a partir da territorialização de poder expressada pelas redes de relações pessoais (familiar, política e militar) da família Silva Tavares, dá-se especialmente a partir das correspondências trocadas com chefes federalistas num espaço que se estendia não somente ao Rio Grande do Sul mas também a outros estados brasileiros, como também por diversos Departamentos da República Oriental do Uruguai e por Províncias do litoral da República Argentina no período que abrange o conflito, indicando a existência de uma rede de relações no espaço platino. Nossa perspectiva vai além das narrativas construídas a partir das fontes oficiais e alarga o entendimento acerca desta contenda. A partir de fontes inéditas produzidas por federalistas que especificam a participação dos Silva Tavares neste conflito, propomos uma nova cronologia para pensar a Revolução Federalista, e nesse sentido demonstramos que este começou em 1891 e teve uma duração até 1896, período marcado por intensa participação deste grupo familiar. Para revelar a amplitude das redes desta família elaboramos de uma cartografia que mostra a abrangência nacional e internacional do conflito e das relações desta família e seu protagonismo encetado na condução política e não apenas militar do conflito. Ainda partindo da cartografia da Revolução, defendemos a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra durante o século XIX, apresentamos algumas de suas características em comum que aproximaram os indivíduos e criaram uma identidade regional. As permanências de práticas tradicionais expressam uma lógica de pensar a política e a guerra, práticas utilizadas para articular e mobilizar homens e recursos durante o conflito, constituindo juntamente da experiência e convivências em combates, chaves explicativas para compreender as características da Revolução. A análise das redes sociais rurais e urbanas constituídas em torno da família Silva Tavares durante o conflito, nos permite identificar a existência de um grupo mais próximo a esta família; demostramos a permanências de práticas tradicionais que expressam uma lógica de pensar a política e a guerra, utilizadas para articular e mobilizar homens e recursos durante o conflito, constituindo juntamente da experiência e convivências em combates, chaves explicativas para compreender as características da Revolução. Estes aspectos vêm ao encontro de nossa tese de que este conflito foi organizado no seio de algumas importantes e poderosas famílias e que articularam e

mobilizaram outras lideranças descontentes em torno de um projeto de poder amplo que também contemplasse os interesses destas conformando um forte elo imerso a uma estrutura de poder, possibilitando a esta família um território de poder sob sua influência.

Palavras-chave: Revolução Federalista. Fronteira Platina. Região Revolucionária. Redes Familiares.

ABSTRACT

BORDER AND TERRITORIALIZATION: A CARTOGRAPHY OF THE FEDERALIST REVOLUTION (1891-1896) FROM NETWORKS OF POWER RELATION OF THE SILVA TAVARES FAMILY IN LA PLATA REGION

AUTHOR: Gustavo Figueira Andrade
SUPERVISOR: Maria Medianeira Padoin
CO-SUPERVISOR: Valentina Ayrolo

This doctorate thesis has as its theme “Border and territorialization: a cartography of the Federalist Revolution (1891-1896) from the networks of power relations of General João Nunes da Silva Tavares and his family in La Plata region. The research developed is linked to the Research Line “Frontier, Politics and Society” and had the support of the CAPES/FAPERGS scholarship and the CAPES Interuniversity Exchange Doctorate Scholarship from August 1, 2019 to February 2, 2020. The thesis focused on the analysis of the development of the Federalist Revolution, based on the participation of the Silva Tavares family and the constitution of their networks of social relations. For this purpose, it proposes a new chronology of the conflict and a cartography of the Federalist Revolution based on the territorialization of power expressed by the networks of personal relationships (family, political and military relations) of the Silva Tavares family, especially based on letters and telegrams exchanged by federalist chiefs in a territory that extended not only over Rio Grande do Sul, but also to other Brazilian states, as well as to several Departments of the Oriental Republic of Uruguay and Coastal Provinces of the Argentinian Republic within the period of the conflict, indicating the existence of a network of relationships in La Plata territory. Our perspective goes beyond the narratives built from official sources and broadens the understanding about this conflict. Based on unprecedent sources produced by federalists, which highlight the participation of Silva Tavares in this conflict, we propose a new chronology for thinking about the Federalist Revolution, and in this sense, we demonstrate that it began in 1891 and lasted until 1896, a period marked by intense participation of this family. To reveal the coverage of this family's networks, we developed a cartography that shows the national and international scope of the conflict and the family relationships, as well as its leading role in the political field and not just the military conduct of the conflict. Yet starting from the cartography of the Revolution, we defend the existence of a revolutionary region shaped by war during the 19th century; we present some of its common characteristics that brought individuals together and created a regional identity. The permanence of traditional practices expresses a logic of thinking about politics and war, practices used to articulate and mobilize men and resources during the conflict, constituting, together with the experience and coexistence in combat, explanatory keys to understand the characteristics of the Revolution. The analysis of rural and urban social networks formed around the Silva Tavares family during the conflict allows us to identify the existence of a group closer to this family; **we** demonstrate the permanence of traditional practices which express a logic of thinking about politics and war, practices used to articulate and mobilize men

and resources during the conflict, constituting, together with the experience and coexistence in combat, explanatory keys to understanding the characteristics of the Revolution. These aspects are in line with our thesis, stating that this conflict was organized within some important and powerful families and that they articulated and mobilized other dissatisfied leaders around a project of broad power that also contemplated their interests, forming a strong link immersed in a power structure, providing this family with a territory of power under its influence.

Keywords: Federalist Revolution. Platinum Border. Revolutionary Region. Family Networks.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Densidade de correspondências enviadas e recebidas por localidade.....129
Figura 2 – Representação, por localidade, do total de correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares 132
Figura 3 – Evolução do conflito e delimitação de um espaço regional a partir das correspondências da família Silva Tavares 155
Figura 4 – Trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e Argentina.....158
Figura 5 – Representação cartográficas das redes de relações da família Silva Tavares durante o período da Revolução Federalista 159
Figura 6 – Mapa da campanha de Dom Diogo de Sousa na Banda Oriental em 1811.....160
Figura 7 – Mapa das movimento das forças militares e dos conflitos durante a Revolução Farroupilha de 1835-1845 162
Figura 8 – Conflitos na Bacia do Prata (1850-1867).....164
Figura 9 – Mapa das rotas de comércio regional.....202
Figura 10 – Mapa das rotas dos produtos vindos da Argentina e do Uruguai através de Uruguaiana e sua abrangência pelo interior do Rio Grande do Sul.....203
Figura 11 – Mapa da existência ganadeira em Entre Rios e Corrientes (1886-1888).....214
Figura 12 – Rotas do comércio regional de gado bovino em pé 215
Figura 13 – Mapa das propriedades rurais entre Garruchos e Santo Tomé, província de Corrientes, Argentina.....218
Figura 14 – Mapa das propriedades rurais entre os departamentos de Santo Tomé e Alvear, província de Corrientes, Argentina.....219
Figura 15 – Tratados entre Portugal e Espanha e a demarcação das fronteiras.....225
Figura 16 – Vista aérea com demarcação dos rios Ibicuí, Quaraí e Arapey.....229
Figura 17 – Mapa da propriedade de Bernardo de Irigoyen no departamento de Concordia, província de Entre Rios 250
Figura 18 – Mapa das propriedades rurais entre Alvear e San Martin, província de Corrientes 273
Figura 19 – Mapa das propriedades rurais entre San Martin e Paso de los Libres, província de Corrientes 275
Figura 20 – Mapa das propriedades rurais entre Paso de los Libres e Monte Caseros, província de Corrientes.....277
Figura 21 – Mapa com a propriedade rural de Gabriel Pina de Albuquerque em Santo Tomé, Província de Corrientes 281
Figura 22 – Mapa do departamento de Federación contendo as propriedades rurais, província de Entre Rios 293
Figura 23 – Trajetos federalistas a partir de La Cruz, Paso de los Libres e Concórdia na República Argentina, até Salto e Belén na República Oriental do Uruguai, e as rotas até a fronteira com o Brasil.....296
Figura 24 – Mapa político da República Oriental do Uruguai com as divisões departamentais atuais.....304
Figura 25 – Vista aérea das localidades de Monte Caseros, Bella Unión e Barra do Quaraí.307
Figura 26 - Árvore genealógica da família Silva Tavares.....336
Figura 27 – Densidade e localização de correspondências enviadas por Proprietários rurais aos Silva Tavares entre 1891 a 1895.....366
Figura 28 – Recibo de pagamento para a Sociedade do Theatro 28 de setembro.....428
Figura 29 – Concentração de cartas enviadas por personagens pertencentes à Guarda

Nacional.....452
Figura 30 – Fotografia dos “Herois de Aquidaban”.....456

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares 1891-1895 .129
Quadro 2 – População e superfície da província de Corrientes por departamento na costa do rio Uruguai 210
Quadro 3 – População de brasileiros nos departamentos argentinos da costa do rio Uruguai – Província de Corrientes 211
Quadro 4 – Lista de proprietários rurais por nacionalidade e capital investido 232
Quadro 5 – Nomes de lideranças federalistas que trocaram correspondências com a família Silva Tavares, durante os anos de 1891 a 1895.....335
Quadro 6 – Lista de nomes de lideranças políticas signatárias da fundação do Partido Federalista em Bagé em 1892 336

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Representação gráfica das redes da família Silva Tavares a partir de uma análise de cartas e telegramas enviadas e recebidas 322
Gráfico 2 – Correspondências da família Silva Tavares quanto ao ano 330
Gráfico 3 – Correspondências da família Silva Tavares quanto à modalidade 331
Gráfico 4 – Dados quantitativos quanto às relações existentes entre remetente e destinatário das correspondências 339

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 23
1 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1891-1896): NOVAS INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES 67
1.1 UMA NOVA DELIMITAÇÃO TEMPORAL ACERCA DO CONFLITO 72
1.2 A PAZ AINDA QUE TARDIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS SILVA TAVARES NO PROCESSO DE PACIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO 104
2 DA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA A UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA NO ESPAÇO PLATINO 123
2.1. UMA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES 127
2.2 UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA. 157
2.3 AS CARACTERÍSTICAS DESTA REGIÃO 167
2.4 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E SEU POTENCIAL PARA CONFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL 182
2.5 A MAÇONARIA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE ELEMENTO CONFORMADOR DE UM ESPAÇO REGIONAL 189
3 AS BASES ECONÔMICAS REGIONAIS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA 195
3.1 A PRESENÇA E IMPORTÂNCIA DE ESTANCIEIROS BRASILEIROS EM UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA, ENQUANTO ELO ENTRE AUTORIDADES LOCAIS E FEDERALISTAS BRASILEIROS 207
3.2 A ECONOMIA CORRENTINA E A REGIÃO 208
3.3 OS BRASILEIROS RESIDENTES EM CORRIENTES E SUAS PROPRIEDADES RURAIS: O PONTO DE APOIO E ELO COM BRASILEIROS EMIGRADOS 216
3.4 ECONOMIA E PRESENÇA DE BRASILEIROS NO URUGUAI 222
3.5 A ECONOMIA ENTRERRIANA E A REGIÃO 235
3.6 A PRESENÇA DE BRASILEIROS NA PROVÍNCIA DE ENTRE RIOS 237
4 OS APOIOS POLÍTICOS REGIONAIS AOS FEDERALISTAS RIO-GRANDENSES 245
4.1 AS REVOLUÇÕES RADICAIS NA ARGENTINA E O APOIO AOS FEDERALISTAS BRASILEIROS 247
4.2 A REVOLUÇÃO RADICAL EM CORRIENTES 260
4.3 O POMO DA DISCÓRDIA: EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS E CORRENTINOS COMO FATORES DE IDENTIFICAÇÃO, SOLIDARIEDADES E INSTABILIDADES . 264
4.4 AS RELAÇÕES ENTRE O GOVERNO ARGENTINO, O GOVERNO DE CORRIENTES E O APOIO AOS FEDERALISTAS BRASILEIROS EMIGRADOS 268
4.5 OS RADICAIS ENTRERRIANOS FRENTE À REVOLUÇÃO FEDERALISTA 288
4.6 OS VÍNCULOS ENTRE RADICAIS ENTRERRIANOS E FEDERALISTAS BRASILEIROS 291
4.7 O APOIO A PARTIR DO TERRITÓRIO URUGUAIO 299
5 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES 321
5.1 UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES 334
5.2 UMA FORMA TRADICIONAL DE FAZER ALIANÇAS E PENSAR A GUERRA: RELAÇÕES DA FAMÍLIA SILVA TAVARES A PARTIR DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA 344

6 OS VÍNCULOS FAMILIARES E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS RURAIS A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA 363
6.1 OS ESTANCIEIROS E AS REDES FAMILIARES A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO 365
6.2 CHARQUEADORES 388
7 OS VÍNCULOS FAMILIARES E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS URBANAS A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA 405
7.1 COMERCIANTES..... 405
7.2 A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE RELAÇÕES A PARTIR DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES URBANOS 419
7.3 AS REDES DE RELAÇÕES DOS SILVA TAVARES A PARTIR DA GUARDA NACIONAL: DA GUERRA DO PARAGUAI À REVOLUÇÃO FEDERALISTA..... 450
CONCLUSÃO 487
REFERÊNCIAS 515
BIBLIOGRAFIA 515
FONTES DOCUMENTAIS 560

INTRODUÇÃO

Nossa trajetória enquanto historiador está ligada, desde o começo, a temáticas que envolvem fronteiras, conflitos e a sociedade sul-rio-grandense, na segunda metade do século XIX, especificamente no que tange à Revolução Federalista. É claro que esta caminhada está investida de subjetividade e de identidade (individual e social), de algum modo vindo a evidenciar a relação do "eu" e do mundo, na atribuição de sentido ao passado e na constituição do pensamento histórico.

Enquanto indivíduos, somos produto de um mundo que já existe, imersos numa cultura histórica, carregados de símbolos e significados culturais preexistentes. Estes, são transmitidos ao longo dos anos pela memória, legados que chegam ao agente histórico por meio dos ensinamentos familiares, pelos quais aprenderá, por exemplo, a língua de seu país, as regras e os valores necessários para agir em sociedade (RÜSEN, 2015).

Pela reflexão, passamos a interpretar o mundo a partir das experiências e dos valores vividos pelos antepassados que são ensinados, no âmbito familiar, desde a mais tenra infância. São eles, portanto, que nos impulsionam a dar sentido à vida, adaptarmo-nos ao mundo em que vivemos e situá-lo no tempo, construindo sua consciência histórica e sua identidade (MARTINS, 2017).

Durante esse processo, de acordo com Jörn Rüsen (2015), a humanidade está sujeita a situações que fogem do seu controle, que acontecem independentemente de sua vontade. Esses acontecimentos, em sua maioria, são rupturas na ordem da vida normal dos homens, que dividem o tempo em antes e depois, causando inquietação e sofrimento, que Jörn Rüsen denomina de "tempo da natureza".

Em contraposição a esse tempo, os homens estabelecem o "tempo humano", processo por meio do qual os homens buscam superar o sofrimento causado pelas rupturas, atribuindo sentido e temporalidade a esses acontecimentos, ligando-os a outros eventos, vindo a utilizá-los como motivação, transformando-os em históricos.

Nas cidades do interior, o processo parece mais nítido com o distanciamento dos eventos do passado. Através do processo de reflexão, o pesquisador procura suprir as diversas carências de orientação do passado e a compreender como e por que tal realidade presente conformou-se desta ou daquela maneira, como nos inserimos e como nos constituímos, nesse mundo.

É através do processo de constituição do pensamento histórico, ou seja, do procedimento de interpretação do passado, que o homem passa a buscar respostas, com base em suas experiências, obtendo uma lição do que passou e criando uma expectativa em relação ao seu futuro (RÜSEN, 2015).

Esse caminho explicita o objetivo da história, que é a orientação cultural da vida prática humana, posto por problemas e carências de orientação no presente. Demonstra, ainda, o contexto em que os indivíduos estão inseridos, da sociedade em que vivem, condicionados pela bagagem cultural que lhes tenha sido transmitida, previamente, ou a tenham adquirido ao longo de sua existência, elementos esses capazes de influenciar tanto na sua interpretação de mundo quanto na atribuição de sentido ao passado (RÜSEN, 2015).

Isso torna a história o meio mais eficaz de produção do conhecimento sobre o passado por meio de uma abordagem científica. Ela está sujeita a um "controle crítico da experiência, pela argumentação explicativa e pelo progresso cognitivo mediante pesquisa" (RÜSEN, 2015, p. 241).

Essa atribuição de sentido ao passado, somada às influências culturais a que estamos submetidos, interferiram, por um lado, na visão de mundo e no próprio processo histórico referente à Revolução Federalista[1]. Por outro, provocaram na percepção que desenvolvemos acerca das próprias questões indenitárias e de atribuir sentido ao passado através da forma como dedicamos nosso enfoque às pesquisas.

No que se refere ao autor do presente estudo, considerando o distanciamento dos eventos do passado, esse mundo constituído, bem como a memória transmitida sobre ele, ressaltarm as carências de orientar e de interpretar, de conferir sentido e situar, temporalmente,

[1] Conflito que ocorreu em um período de transição do regime Monárquico para o Republicano, e fez parte do processo de consolidação da República no Brasil, pode ser considerada uma das mais violentas guerras civis neste país. Envolveu diversos segmentos sociais, confrontou visões políticas e projetos de poder distintos, tendo como forças contendoras os Liberais Federalistas contrários aos positivistas/castilhistas, do Partido Republicano Rio-Grandense, republicanos dissidentes, monarquistas, parlamentaristas, presidencialistas, dentre outros, que lutavam por motivos e interesses pessoais. O conflito foi estimulado pelo contexto de crise econômica, supressão dos antigos benefícios concedidos às antigas forças políticas e econômicas, envolvidas com o comércio de fronteira, pela exclusão das minorias políticas do processo político, pela fraude e pelo autoritarismo sectarista que excluiu a antiga elite dirigente, durante a Monarquia, da possibilidade de acessar os cargos políticos no Rio Grande do Sul. Também a rearticulação das forças políticas, no centro do país, que dificultaram seu acesso ao poder, em nível nacional, vindo a interferir na atuação das forças políticas locais e suas práticas clientelísticas, reclamavam da interferência do poder estadual no poder local. O elo e o objetivo principal das forças políticas liberais federalistas eram a derrocada do governador do Rio Grande do Sul, Júlio Prates de Castilho, bem como da Constituição de 1891, proposta por ele, a qual lhe dava poderes quase ditatoriais (PESAVENTO, 1983; FLORES; FLORES, 1999; SOARES; 2007; TRINDADE, 2007; FRANCO, 2012, SOUZA, 2017). Esse conflito abrangeu os estados do sul do Brasil e, inclusive, articulou-se com a segunda Revolta da Armada, em 1892-1894, organizando breve governo provisório, o qual não obteve sucesso. Ultrapassou, ainda, os limites nacionais e envolveu uma rede de relações, no espaço platino, chegando, inclusive, a assumir pautas separatistas (RECKZIEGEL, 1999; COSTA, 2006; ROSSATO, 2020).

o mundo em que se vive. Esta carência de orientação ocorria desde a infância, na cidade de Bagé, nas frequentes visitas que realizávamos, promovidas pela escola, ao Museu Dom Diogo de Sousa, onde tínhamos a oportunidade de observar fotografias de soldados, de trincheiras e materiais, tais como armamentos e equipamentos do cotidiano dos soldados, referentes a episódios da Revolução Federalista.

Quando passeávamos pela Igreja de São Sebastião, não fazíamos ideia do que se tratava, não tínhamos noção alguma do período histórico a que pertencia. Por vezes, lembro que chegávamos a confundir a Revolução Federalista com a Farroupilha, ou, até mesmo com alguma outra entre as tantas que ocorreram no Rio Grande do Sul, nas quais Bagé esteve envolvida.

Após o ingresso no curso de História, da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2010, vindo posteriormente e ser bolsista de iniciação científica[2], foi possível realizar pesquisas acerca de temas ligados à Revolução Federalista, no sul do Estado, especificamente à cidade de Bagé. Nesse período, trabalhamos com fotografias sobre este conflito e, também, com jornais das cidades de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Bagé, Rio de Janeiro, contemporâneos ao evento. Pesquisamos, ainda, em obras fac-símiles, escritas por memorialistas que haviam participado da contenda, além de nos ter sido permitido o acesso a importante acervo documental, a fontes que deram origem à nossa monografia de conclusão de curso[3].

Outrossim, neste período, trabalhamos com a história oral a fim de obtermos relatos de pessoas que tinham histórias de família sobre o período do Cerco de Bagé, episódio ocorrido durante a Revolução, em que a cidade de Bagé ficou cerca de 46 dias sob sítio federalista. Durante as entrevistas, tivemos oportunidade de conhecer a senhora Yara Maria Botelho Viera, descendente do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), na Estância do Limoeiro, localizada na zona rural do município de Bagé, Rio Grande do Sul.

No decorrer da entrevista, dona Yara Maria comentou sobre a existência do acervo de propriedade da família, que continha correspondências (cartas e telegramas) tanto enviadas

---

[2] No período em que fui bolsista de iniciação científica, participei do projeto de pesquisa intitulado: *Rememorando combates: a Revolução Federalista de 1893 através de fontes textuais, visuais e orais no sul do Rio Grande do Sul*, sob orientação do Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes, professor do departamento de História e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas. Minha monografia de conclusão de curso foi elaborada a partir de pesquisas com memorialistas, realizadas durante esse projeto. Além do mais, citamos o recente livro: LOPES, Aristeu Elisandro Machado; ANDRADE, Gustavo Figueira; BRASIL, Luísa Kuhl. **O cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: História, memória e fotografia**. Paisagens Híbridas: Rio de Janeiro, 2021, como resultado desse projeto de pesquisa.

[3] ANDRADE, Gustavo Figueira. Memórias e conflitos: a Divisão do Sul e o levantamento do cerco a Bagé durante a Revolução Federalista de 1893. **Monografia (Conclusão de Curso).** Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

quanto recebidas pelo general Joca Tavares, durante a Revolução Federalista, ao qual tivemos a possibilidade de acesso.

Composto por cerca de três mil cartas, telegramas, bilhetes, diplomas, fotografias, cadernetas, processos judiciais, cartões de visita, cópias de documentos, anotações diversas, documentos cifrados, confidenciais, enviados e recebidos de diversas autoridades políticas, civis, militares, tanto brasileiras quanto estrangeiras, o acervo documental pertencente à família Silva Tavares contém relatos de momentos difíceis da história do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Abrange, ainda, períodos, tais como a Revolução Farroupilha (1835- 1845), a Guerra de 1851, contra Manoel Oribe e Juan Manoel de Rosas, as campanhas de intervenção no Uruguai, de 1864, a Guerra do Paraguai (1864-1870), passando pela Revolução Federalista do final do século XIX, até sua pacificação.

Entre os anos de 2015 a 2017, ingressamos no mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria, integrando a linha de pesquisa "Fronteira, Política e Sociedade", período em que demos sequências ao levantamento de fontes e às pesquisas nas correspondências pessoais do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) no período da Revolução Federalista.

Importante salientar que essa documentação, da qual temos nos utilizado desde o projeto de Mestrado, não se restringe somente ao general Joca Tavares, mas também permite compreender a trajetória da família Silva Tavares e sua atuação política até o final do século XIX. Tais condições tornaram este acervo uma fonte privilegiada para a realização deste trabalho, principalmente por possibilitar a estruturação de vínculos sociais e políticos, tanto no período da Revolução Federalista quanto no anterior a ela.

No que tange às origens da família Silva Tavares, ela descende de portugueses vindos da Ilha Terceira dos Açores (Portugal), tendo habitado a região de Rio Grande (RS), no final do século XVIII e, posteriormente, Herval e Bagé (porção meridional do território brasileiro), já em meados do século XIX (RHEINGANTZ, 1993; OLIVEIRA, 2016).

Um dos grandes nomes, desta família, foi João da Silva Tavares[4], Barão do Serro Alegre, o qual se dedicou à pecuária, à política e, também, à guerra (OLIVEIRA, 2016). Dentre seus

[4] Nasceu em São João Batista do Herval, em 1792. Foi estancieiro e charqueador. Foi eleito Deputado Provincial para a 1ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial desempenhou o Comando Superior da Fronteira de Jaguarão. Lutou ao lado das forças imperiais contra os farroupilhas, na Revolução Farroupilha (1835-1835). Recebeu o título de Barão e, posteriormente, de Visconde de Serro Alegre. Adquiriu terras em Bagé, cidade onde passou a residir e onde desempenhou o Comando Superior da Guarda Nacional. Realizou grande mobilização de recursos para organizar forças para a Guerra do Paraguai. Exerceu atividade política por muitos anos, até seu falecimento, em 1872 (VIEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2016).

19 filhos, à exemplo de seu pai, tinham em comum a prática pecuária e associação a atividade charqueadora, cinco deles, dedicaram-se à política, destacando-se enquanto lideranças do Partido Conservador, atuaram desde o nível local até o nacional, como, por exemplo, os casos de Joaquim da Silva Tavares[5], Barão de Santa Tecla, Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 1888 e Francisco da Silva Tavares[6], Deputado Provincial e pela Assembleia Geral do Império.

No âmbito da política local e estadual, também se destacaram José Bonifácio da Silva Tavares[7], Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bagé, em 1886, e seu irmão José Facundo da Silva Tavares[8], vereador em 1864[9]. No aspecto militar, principalmente com relação à Guarda Nacional, citamos José Facundo, que atuou na defesa da fronteira de Bagé, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). No que se refere a João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), um dos maiores expoentes na política e na Guarda Nacional, seguiu os exemplos do pai, tendo se dedicado à pecuária, à política e, também, à guerra. Por sua destacada atuação na Guerra do Paraguai, recebeu a patente de Brigadeiro Honorário do Exército Brasileiro e o título de Barão do Itaqui (ANDRADE, 2017).

A família Silva Tavares participou ativamente do processo de transição da Monarquia para a República, em 1889. Dois de seus membros ocuparam o cargo de governador do estado

[5] Nasceu em São João Batista do Herval, ano de 1829. Foi importante estancieiro e charqueador na cidade de Pelotas. Possuía propriedades rurais e foi membro do Partido Conservador, ligado ao movimento abolicionista. Durante a Monarquia, no Brasil, recebeu o título de Barão de Santa Tecla e chegou a ser Presidente da Província, em 1888. Na República, foi um dos articuladores políticos da oposição à Júlio de Castilhos. Participou na organização do Partido Federalista, em 1892, e participou da Revolução Federalista como um articulador político, não tendo chegado a pegar em armas. Faleceu em 1900.

[6] Nascido em 1844, em Bagé, graduou-se Bacharel em Direito, em 1868, na Universidade de São Paulo. Era maçom e proprietário rural. Foi importante liderança do Partido Conservador, no Rio Grande do Sul, e esteve envolvido com a causa abolicionista. Ocupou cargos políticos, como o de Deputado Geral e provincial. Durante o Império, no Brasil, aderiu à República em 1889. No período da República, chegou a ser governador do Rio Grande do Sul, por poucos dias. Era compadre de Joca Tavares. Participou da articulação e da fundação do Partido Federalista e, durante o período da Revolução Federalista, foi importante articulador político. Faleceu em 1901.

[7] Nasceu em Rio Grande, em 1846. Passou a residir em Bagé. Estancieiro, dedicou-se à pecuária e à atividade charqueadora. Casou-se com a filha de seu irmão Joca Tavares. Foi importante político municipal, em Bagé, durante a Monarquia, no Brasil. Foi Capitão e Quartel Mestre de um dos corpos provisórios de cavalaria organizado, em Bagé, por seu irmão José Facundo. Joca Tavares, membro do Partido Conservador, foi vereador e presidente da Câmara Municipal. Pertenceu à Ordem da Maçonaria e foi um dos fundadores do Clube Abolicionista, nesse município, assim como delegado de polícia. Foi um dos fundadores da Santa Casa de Caridade. Durante a República, pertenceu à União Nacional; foi um dos fundadores do Partido Federalista e, posteriormente, lutou comandando forças do Exército Libertador, durante a Revolução Federalista. Faleceu em 1914.

[8] Nasceu em 1825, em São João Batista do Herval. Passou a residir em Bagé, onde organizou um corpo provisório de Cavalaria, em 1867, para a Guerra do Paraguai, vigiando a fronteira de Bagé, tendo chegado ao posto de tenente-coronel. Foi estancieiro, político, chegou a ser vereador municipal. Durante a República, integrou a União Nacional, participou das articulações da fundação do Partido Federalista e, também, da Revolução Federalista, sendo preso por forças ligadas a Júlio de Castlilhos. Faleceu em 1904.

[9] Jornal **O Bageense**, Bagé. 12 ago. 1864, p. 2. Jornal **União Liberal**, Bagé. 26 set. 1886, p. 1.

do Rio Grande do Sul: o Dr. Francisco, em 1890, e João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)[10], em 1892 (PEREIRA, 1901; TAVARES, 2004a; ANDRADE, 2017).

No período conturbado dos primeiros anos da República, vários dos membros da família Silva Tavares foram articuladores e fundadores do Partido Federalista, em 1892, na cidade de Bagé, e, ainda, revolucionários, durante a Revolução Federalista, na qual o general Joca Tavares foi comandante-em-chefe das Forças do Exército Libertador, em boa parte do conflito (ANDRADE, 2017).

Assim, a continuidade das pesquisas em torno da temática da Revolução Federalista, no mestrado em História, na Universidade Federal de Santa Maria, foi fundamental para pensar esse conflito para além dos limites dos Estados. Especialmente sua relação com a região platina e com o enfoque voltado à importância dos aspectos políticos e sociais dedicando-nos ao estudo de trajetórias políticas, compreender o contexto, a cultura política e a sociedade contemporânea à guerra civil de uma forma mais ampla.

Importante acrescentar que foi no Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM *História Platina: política, sociedade e instituições*, que tivemos a oportunidade de trocar experiências, de trabalhar em conjunto com colegas e professores que atuam na mesma área, assim como de refletir acerca de nosso objeto de pesquisa.

Ainda no que se refere à temática acerca da Revolução Federalista do final do século XIX, foi a partir da documentação do general Joca Tavares que passamos a trabalhar, no Mestrado em História. Assim, procuramos estabelecer um problema de pesquisa a partir do qual iríamos buscar compreender como este personagem construiu a trajetória política e as relações de poder por meio dos vínculos pessoais (familiares, políticos e militares), no período de 1892-1895, a partir das correspondências trocadas com chefes federalistas e legalistas, no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai.

Utilizando-nos de 395 cartas e 135 telegramas, foi possível realizar uma análise sobre os diversos aspectos que não só causaram a revolução, mas também a influenciaram como, por exemplo, a origem social dos indivíduos, seu espaço de experiência para comandar as forças

[10] Nasceu em 1818, em São João Batista do Herval, atual cidade de Herval, no Rio Grande do Sul. Casado com sua tia materna, Flora Vieira Nunes, era estancieiro e charqueador. Participou da Revolução Farroupilha (1835-1845), ao lado das forças imperiais. Lutou nas campanhas de 1851, contra Oribe e Rosas, do Uruguai, em 1864, e da Guerra do Paraguai (1864-1870). Após regressar do Paraguai, recebeu o título de Barão do Itaqui, atuou, por diversas vezes, no Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé e da Guarnição e Fronteira de Bagé. Ainda durante o período da Monarquia, no Brasil, foi chefe político do Partido Conservador, em Bagé, e vice-presidente da Província, em 1885. Durante a República, foi Comandante da Fronteira e da Guarnição de Bagé, um dos principais líderes da oposição a Júlio de Castilhos, foi um dos fundadores da União Nacional (1890), Partido Republicano Federal (1891) e Partido Federalista (1892). Desempenhou o Comando em Chefe do Exército Libertador durante alguns anos na Revolução Federalista e assinou o tratado que pôs fim ao conflito. Faleceu em 1906 (ANDRADE, 2017).

federalistas, durante o conflito, a identificação das redes de relações constituídas por Joca Tavares, em torno de espaço territorializado por esse personagem e seu grupo.

Havíamos trabalhado com apenas uma parte do acervo documental da família Silva Tavares. Mas, graças à grande quantidade e à riqueza de documentos, sua excelente preservação e o acesso que tivemos a eles, permitiram-nos dar continuidade às pesquisas dentro da temática Revolução Federalista, no final do século XIX, ampliando a abrangência de sua abordagem.

Nesse sentido, quanto à **delimitação de nosso objeto** de estudo para a construção desta tese, procuramos construir uma cartografia[11] das relações de poder no espaço platino, tendo como foco o poder familiar no que tange às redes de relações pessoais, políticas e militares da família Silva Tavares, que se estendiam por diversos estados do Brasil e, no exterior, por diversos Departamentos da República Oriental do Uruguai e por Províncias da República Argentina, no período que abrange a Revolução Federalista do final do século XIX. Assim, procuramos demonstrar uma região revolucionária conformada no transcorrer do processo histórico e claramente percebida no período da Revolução Federalista, de 1891 a 1896.

Nesse sentido, o **objetivo geral** de tese foi realizar uma cartografia da Revolução Federalista transcorrida de 1891 a 1896, a partir da territorialização de poder expressa em uma região revolucionária platina demonstrada pelas redes de relações pessoais, familiares, políticas e militares da família Silva Tavares, especialmente da análise das correspondências trocadas entre chefes federalistas, bem como de obras de cunho memorialista acerca deste conflito.

Desta forma, demonstramos uma região histórica revolucionária conformada pela guerra, que tem por definição e por identidade as relações sociais de poder transfronteiriças.

A partir do exposto iremos apresentar os fundamentos que nos permitiram não só problematizar, mas também construir as hipóteses que acreditamos terem sido respondidas em nossa tese.

---

[11] A elaboração de uma cartografia será desenvolvida ao longo deste trabalho, permeando os capítulos, constituindo-se enquanto uma representação do espaço territorializado pelos indivíduos, através de suas relações de poder, compreendendo o quanto esses interesses transcendiam os limites políticos. Por outro lado, buscaremos evidenciar através de suas atuações políticas e militares o quanto a representação deste espaço de fronteira, no Prata, esteve, no período em estudo, intimamente associada aos objetivos pessoais, familiares e de grupos sociais de determinados atores. A busca por compreender suas redes de relações revela sua associação a uma região econômica, social e cultural, durante o século XIX. Ao realizarmos uma cartografia do espaço territorializado, utilizado pelas lideranças federalistas, procuraremos evidenciar o quanto este nem sempre condizia com os limites nacionais, delimitando um espaço através de seu campo de ação que estava sob seu controle e no qual se estabelecem redes e relações de poder, adquirindo fulcral importância em suas trajetórias e estratégias durante a Revolução Federalista e criando estruturas paralelas aos Estados no Prata. Sobre cartografia destacamos: GIL, Tiago. VILLA, Carlos Valencia. **O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história.** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

Os estudos acadêmicos sobre a trajetória de alguns personagens, nos primeiros anos da República, no Rio Grande do Sul, e suas famílias, os quais também se utilizaram de correspondências, apresentam perspectivas que têm trazido relevantes contribuições aos recentes estudos de trajetórias de grupos ou famílias, em um período do final do século XIX, estabelecendo um campo de estudos e reflexões acerca das diversas possibilidades metodológicas.

Nesse sentido, podemos elencar alguns trabalhos, dentre os quais, a tese de Tassiana Saccol (2013), intitulada *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil,* na qual estuda a trajetória, a atuação e a família de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Destaca, igualmente, a importância do estudo da família como categoria de análise, ressaltando-a como centro da vida política e social, no século XIX, articuladora de estratégias sociais, econômicas, portadora de recursos materiais e imateriais, responsável pela transmissão de valores, além de ser relevante elemento para compreender o processo decisório e os posicionamentos políticos (SACCOL, 2013, p. 48).

A dissertação de Monica Rossato (2014), *Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*, cujos estudos continuou na tese recentemente defendida *Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?* (2020), na qual dedicou-se a pesquisar a trajetória política de Gaspar Silveira Martins e suas redes, buscando compreender o federalismo defendido durante o conflito e as divergências internas no grupo federalista, trabalhando com as perspectivas do entendimento do federalismo e da representação política, além de demonstrar as redes políticas de caráter internacional de Gaspar Silveira Martins.

De igual forma, também foram produzidas as dissertações de Mateus Silva (2015), autor de *Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)* e Pablo Dobke (2015), autor de *Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904).*

A maioria destes trabalhos contemporâneos foram frutos de parte das reflexões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM em "História Platina: política, sociedade e instituições", que apresentam importantes aportes para compreender a extensão do poder familiar, na zona de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, abordando as estratégias de poder e as redes de relações dos personagens da família Silva Tavares que, mesmo em períodos distintos, permitem compreender a cultura política de uma sociedade fronteiriça.

Em nossa dissertação de Mestrado *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira* (ANDRADE, 2017), por meio da

análise das correspondências pessoais deste personagem, procurou-se investigar como este chefe militar construiu sua trajetória política e suas relações de poder, a partir das suas relações familiares, políticas e militares, no período de 1892-1895. Utilizando, como fontes, as correspondências pessoais do general Joca Tavares, propôs-se uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, para que fosse possível analisar as correspondências enquanto potenciais fontes para o estudo das elites federalistas.

Alguns dos trabalhos acadêmicos recentes e que trabalham com correspondências, apresentam abordagens metodologicamente equivalentes para a análise das correspondências. Em um período análogo ao que estamos trabalhando, estão a tese de Carina Martiny (2018), intitulada *"O chefe político dos mais avançados republicanos": Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903),* que busca, no estudo da trajetória deste personagem, entender como ele construiu a liderança e a posição de destaque, no Partido Republicano Rio-Grandense, e o processo da governabilidade no Rio Grande do Sul, durante os primórdios da República no Brasil. A autora analisa questões como: genealogia familiar, relações de parentesco, densidade das correspondências, locais de envio e de recebimento das correspondências, distâncias entre as cartas, quantificação de correspondências ativas e passivas, bens da família, dentre outras.

Recentemente, a tese de Débora Classen de Paula (2019), *Família, guerra, política, negócios e fronteira: Os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX,* que, ao analisar a trajetória pessoal e familiar de Francisco Antunes Maciel, debruça seu enfoque sobre questões envolvendo conflitos fronteiriços, como as relações sociais, a engenharia matrimonial, as estratégias deste grupo social, assim como a transmissão do patrimônio material como elementos que permitem entender a atuação enquanto família.

As reflexões realizadas por estes autores são pertinentes para pensar o caso da família Silva Tavares, principalmente por se tratar de um grupo pertencente a uma elite agropastoril e fronteiriça que possuía forte rede de relações, tanto na esfera local quanto para além dela. Tais trabalhos, somados a outros estudos que iremos trabalhar no decorrer desta tese, foram confrontados com a riqueza documental a que tivemos acesso, levando-nos à problematização do tema.

Nesse sentido, **a problemática** diretamente relacionada a nossa delimitação do tem**a** para nosso estudo surgiu a partir da análise quantitativa e qualitativa de cerca de 3000

correspondências pessoais, enviadas e recebidas pela família Silva Tavares[12], entre os anos de 1891 e 1896.

Essa documentação foi inserida em um banco de dados *Palladio*, desenvolvido pela universidade de *Stanford*, através do qual foi possível realizarmos uma análise de cada informação presente nas correspondências, como, por exemplo: data, local de envio e de recebimento, conteúdo, profissão, e relação entre os envolvidos. Após essa tarefa, relacionando os aspectos das redes sociais ao espaço geográfico, foi possível construir representações cartográficas destas redes e, assim, demonstrar em mapas e gráficos as hipóteses e as conclusões.

A partir do levantamento realizado, observou-se a existência de um grupo formado por mais de oitenta líderes federalistas. Com isso, selecionamos, para o aprofundamento da análise, o critério dos líderes que mais haviam trocado correspondências com os Silva Tavares e que haviam sido, em algum momento, comandantes de divisões militares federalistas, formando um grupo muito próximo a essa família.

Dentre os selecionados no primeiro grupo, estão José Maria Guerreiro Victória[13], Marcelino Pina de Albuquerque[14], Rafael Cabeda[15], Candido Tavares Bastos[16], Galvão

[12] Inicialmente este acervo pertencia ao arquivo privado da família, em Bagé, Rio Grande do Sul, sob guarda da senhora Yara Maria Botelho Vieira. Atualmente, por iniciativa da família, e com apoio técnico de um projeto de extensão da UFSM, este acervo foi doado para o Arquivo Público Municipal de Bagé. Para que o processo de doação se efetivasse, contribuímos com nossa participação no levantamento documental e na fundamentação histórica e arquivística.

[13] Nascido em 1835 na vila de São João Batista do Herval, atual cidade de Herval, foi importante liderança do partido Conservador, nessa cidade, durante o período Imperial, no Brasil. Possuía propriedade rural no Brasil, pertenceu à Guarda Nacional, lutou na Guerra do Paraguai, chegou ao posto de tenente-coronel e possuía laços de parentesco com o general Joca Tavares. Integrou o partido federalista e comandou uma divisão do Exército Libertador, durante a Revolução Federalista. Faleceu em 1901.

[14] Nascido em 1832, na vila de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, então distrito de Bagé até 1872, quando se emancipa, tornando-se a cidade de Dom Pedrito. Possuía propriedade rural no Brasil, pertenceu à Guarda Nacional, lutou na Guerra do Paraguai, chegou ao posto de Major honorário do Exército Brasileiro, pertenceu ao Partido Conservador na cidade de São Gabriel, durante a Monarquia no Brasil. Fez parte do Partido Federalista e comandou uma divisão do Exército Libertador, durante a Revolução Federalista. Faleceu em 1905.

[15] Nasceu em Sant'Ana do Livramento, em 1857; filho de imigrante espanhol, partiu jovem para realizar seus estudos na Alemanha; viveu e trabalhou um período na Europa; regressando ao Brasil, dedicou-se ao comércio. Foi filiado ao Partido Liberal, durante o Império, no Brasil; foi maçom, atuou em defesa da causa abolicionista; foi vereador, por diversas vezes, chegando à presidência da Câmara Municipal e um dos fundadores da Santa Casa de Caridade. Esteve envolvido em questões das revoluções, no Uruguai. Durante a República, fez parte da União Nacional; posteriormente foi um dos fundadores do Partido Federalista e veio a lutar ao lado dos federalistas, durante a Revolução Federalista, juntamente com seus irmãos Hipólito e Francisco. Faleceu em 1922 (CAGGIANI,1996).

[16] Nascido em 1858, no distrito de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, cursou Direito, na Faculdade de Direito de São Paulo, regressando a Bagé após formado. Foi membro do Partido Liberal, durante o Império, no Brasil; possuía propriedades rurais no Brasil e no Uruguai; atuou na imprensa, participou ativamente da sociedade bajeense; participou do Partido Federalista e, durante a Revolução Federalista, foi grande articulador. Reuniu muitos federalistas e suprimentos para os revolucionários, em sua estância.

Machado Leal[17], Boaventura Pereira Leite[18]. Já no segundo grupo, estão os irmãos Silva Tavares: José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares), Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla), Francisco da Silva Tavares e José Facundo da Silva Tavares. A escolha pela inclusão destes membros da família dos Tavares, irmãos de Joca Tavares, decorre da existência de um grande envolvimento familiar que mobilizou redes de relações na busca por defender seus interesses enquanto grupo, muitas delas ligadas por fortes vínculos de parentesco e por antigas relações de amizade e compadrios.

Após a identificação dos personagens que compunham o grupo dos Silva Tavares, ressaltamos que é de consenso historiográfico que os federalistas não eram um grupo homogêneo, principalmente devido a sua composição que reunia antigos liberais, conservadores e dissidentes republicanos. Tal questão foi objeto de estudo de Marcus Vinícius Costa (2006), em sua dissertação *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas*, na qual o autor identifica a existência de dois principais grupos dentro do grupo federalista: um ligado a Gaspar Silveira Martins, e outro, ligado à família Silva Tavares, os quais possuíam interesses e compreensões distintas acerca da Revolução.

Acerca da existência de um grupo aliado aos Silva Tavares e referido por Costa (2006), delimitamos, para a realização deste trabalho, um núcleo de indivíduos mais próximos − parte do qual já havíamos identificado em nossa dissertação; outra parte é revelada neste estudo mediante a análise das correspondências pessoais dos demais membros da família Silva Tavares – àqueles que seriam homens de confiança ligados a esta família. Por esse motivo, excluímos de nossa abordagem Gaspar Silveira Martins e aqueles personagens que entendemos pertencerem ao seu grupo mais próximo, principalmente pelo fato de que tal aspecto foi trabalhado por Monica Rossato (2020).

Durante as pesquisas para a realização deste estudo, nas fontes consultadas acerca dos personagens delimitados como próximos ao general Tavares, chamaram-nos a atenção três aspectos que apontavam para a existência de diversos elementos em comum entre eles, principalmente pelo fato de muitos deles se utilizarem, nas correspondências trocadas com Joca Tavares, de termos como: “velho amigo, velho camarada, compadre e amigo, parente e amigo”.

[17] Nasceu no distrito de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito; residiu em Bagé, onde tinha propriedade rural e desempenhou a função de subdelegado de polícia, em 1889. Sua família residia em Dom Pedrito, ligada à Guarda Nacional, ao comércio, e muitos com propriedade rural, no Uruguai. Durante a República, foi membro do Partido Federalista. De sua propriedade, e no Uruguai, apoiou e colaborou com os federalistas durante a Revolução.
[18] Nascido em 1843, no distrito de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, residiu na cidade, onde possuía propriedade rural; pertenceu à Guarda Nacional desta cidade. Lutou na Guerra do Paraguai e chegou ao posto de capitão. Após esse conflito, integrou os Conselhos de Qualificação da Guarda Nacional, em Dom Pedrito.

O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que muitos desses personagens terem possuído, ao longo da segunda metade do século XIX, uma trajetória ligada às diversas campanhas militares que o Império do Brasil travou, no Prata, no período entre 1850 e 1870, especialmente a Guerra do Paraguai (1864-1870). Por outro lado, muitos destes sujeitos compartilharam aspectos comuns, como o fato de pertencerem à Guarda Nacional e por terem, no período posterior ao término do conflito, no Paraguai, sido vinculados a partidos políticos e ocupado cargos políticos, em suas localidades, além de possuírem posições de poder.

A análise das atividades destes personagens levou-nos ao segundo aspecto, tendo nos chamado a atenção o fato de que parte deles, ou possuíam propriedades rurais, ou eram comerciantes em suas cidades próximas à fronteira. Importante observar que no grupo dos que possuíam propriedades rurais estavam personagens que eram pequenos ou médios proprietários e, quando não possuíam propriedades no Uruguai, mantinham fortes vínculos de relações familiares, ou de amizade, com proprietários rurais do outro lado da fronteira.

Num terceiro momento, outro aspecto que apenas pôde ser percebido após uma análise mais profunda da origem deste grupo, refere-se ao fato de que muitos dos personagens estavam ligados, em algum grau, por intrincadas redes de relações familiares fronteiriças, compadrios e de parentescos não apenas no Brasil, mas também no Uruguai, e que estas foram articuladas durante a Revolução Federalista.

Dentre os trabalhos de pesquisadores fora do âmbito da academia, produzidos acerca da família Silva Tavares, é possível elencar o trabalho de Álvaro Tavares de Souza (1993; 1966) *Comemoração do Sesquicentenário de nascimento do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) – Barão de Itaqui*, e os de Tarcísio Taborda (1970; 1993), intitulados *O Sítio de Bagé*, 1893-1894 e *Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé*, obras de cunho biográfico tradicional, que apresentam dois momentos distintos da carreira deste personagem. O primeiro trabalho dedica enfoque, principalmente, ao período anterior à Revolução Federalista; já o segundo, ao decorrer desse conflito. Trata-se de obras que partem de uma narrativa que expressa os grandes feitos, o valor heroico de João da Silva Tavares e do general João Nunes da Silva Tavares, sem citar as fontes das informações que trabalham em seus textos.

Outro relevante estudo acerca dos Silva Tavares foi desenvolvido por John Chasteen (1991), autor de *Background to Civil War: The Process of Land Tenure in Brazil's Southern Borderland, 1801-1893,* no qual o autor aborda a questão do povoamento e da posse da terra, no espaço fronteiriço, apresentando a questão das estratégias familiares, os casamentos consanguíneos e a busca por evitar a fragmentação das propriedades, e o quanto este foi um fator presente para se compreender as motivações que levaram ao conflito. O autor também

apresenta as relações familiares entre os Silva Tavares, em Bagé, e os Amaro da Silveira, de Herval, as vinculações e as comparações entre as famílias em uma sociedade marcada pelos interesses das famílias da elite.

No âmbito acadêmico, existem trabalhos que se dedicaram, diretamente, a esta família, especificamente à trajetória de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre, analisada por Leandro Rosa de Oliveira (2016), na dissertação *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (RIO GRANDE DO SUL, c.1790-c.1870),* através da qual analisou as zonas de imigração portuguesa, no final do século XVIII e durante o XIX, assim como as ondas de migrações que povoaram a Campanha sul-rio-grandense. O autor também abordou a trajetória de alguns dos filhos de Serro Alegre, destacou a existência das estratégias familiares adotadas por este personagem e sua família, até 1870, o que vem ao encontro de nosso estudo, principalmente porque nos deteremos entre a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista.

Dentre outras obras que permitem compreender os aspectos econômicos, sociais e políticos da família Silva Tavares, estão as organizadas por Gunter Axt (2004), Gustavo Py Gomes da Silveira e Coralio Bragança Pardo Cabeda, *Diários da Revolução de 1893: Francisco da Silva Tavares, Tomo I,* obra que traz na introdução um capítulo sobre Dr. Francisco Tavares e permite compreender a participação deste personagem como importante articulador político, durante a Revolução Federalista e suas relações políticas, durante o período do conflito.

Também os estudos de Jonas Vargas (2007; 2013), em *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889),* e em sua tese denominada *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)* permitem compreender a participação política da família Silva Tavares, assim como a importância econômica e os aspectos sociais, desta família, durante a segunda metade do século XIX, principalmente através das trajetórias do Dr. Francisco Tavares e de Joaquim da Silva Tavares, até o período que antecede a Proclamação da República, no Brasil.

Marcus Vinícius Costa (2006), em *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas* irá abordar a importância de João Nunes da Silva Tavares e de Francisco da Silva Tavares como importante grupo político, as articulações, as tramas políticas e as redes dos personagens, durante a Revolução Federalista.

Outro trabalho recente que abordou a trajetória de João da Silva Tavares, é a tese de Miquéias Mugge (2016), *Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil*

(Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873), estudo no qual se dedicou a compreender a elite da guerra, no rio Grande do Sul, entendendo a Guarda Nacional como uma posição privilegiada para as suas estratégias de poder locais e suas relações com as elites da província, naquele contexto.

Ao abordar as redes de João da Silva Tavares, então Comandante da Fronteira de Bagé e Jaguarão, o autor demonstra não só sua extensão, como também a influência que este detinha não apenas no Rio Grande do Sul, mas também no Uruguai, recebendo informações a partir das redes e o quanto elas se constituíram em um de seus principais trunfos, mobilizados durante o período da Guerra do Paraguai para capturar homens escravizados desertores.

O autor também apresenta elementos para a compreensão da importância dos contatos preexistentes com brasileiros residentes no Uruguai e com autoridades orientais que compunham sua rede de relações. Nesse sentido, Mugge (2016) identifica, dentre as relações de Joca, a importância dos contatos com antigos companheiros legalistas de conflitos anteriores, como, por exemplo, da Revolução Farroupilha (1835-1845), ao mesmo tempo que seus interesses estavam vinculados, economicamente, àquele espaço, devido a sua atividade pecuarista não apenas no Brasil como também no Uruguai, mas também devido à posição no comando da fronteira.

Por outro lado, destacou que dentre os nomes mobilizados, estavam familiares e amigos, tais como, Elizeu Antunes Maciel, primo de João, e Thomaz José Collares, membro do seu Estado Maior, os quais, de acordo com o autor, eram oficiais da Guarda Nacional e proprietários de terras, no Uruguai, que ajudaram a reunir recursos, gente e cavalos para as forças que lutariam contra o Paraguai (MUGGE, 2016, p. 285).

Os trabalhos desses autores fortaleceram nossa hipótese. Primeiro, porque a maioria dos estudos sobre esta família, como a cronologia dos títulos dos estudos destes autores permite observar, abrangem o período da sua trajetória de 1790 até a última década do século XIX, deixando, respectivamente, o período da Revolução Federalista de fora desta cronologia. Em segundo lugar, nosso trabalho parte de um problema estabelecido no período da Revolução Federalista, a partir do qual delimitamos um grupo a ser estudado, cujos indícios das ligações entre eles apontam, principalmente, para o período da Guerra do Paraguai[19](1864-1870).

[19] DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006. VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152. PINTO, Genivaldo Gonçalves. A Província na Guerra do Paraguai. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.).

Portanto, situado entre este conflito e a Revolução Federalista (1891-1896), especificamente abrange o período após a morte de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre.

A maior parte dos personagens próximos à família Silva Tavares, que foram analisados, têm origem portuguesa. Ocuparam o espaço da Região da Campanha sul-rio-grandense e estabeleceram-se com propriedades rurais nas proximidades da fronteira e tiveram membros que lutaram em conflitos ao longo do século XIX. Pode-se perceber em seus comportamentos, permanências de um modo de reprodução e de estabelecer estratégias familiares tipicamente de antigo regime. Possivelmente aprendidas com seus pais, teriam sido adaptadas à realidade do séc. XIX e reproduzidas, adequando-se às necessidades de uma sociedade ligada à pecuária e ao comércio de fronteira.

O conceito de estratégia social referida nos estudos de Giovani Levi (2000), em seu livro *A herança imaterial*: *trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII,* faz referência às estratégias pessoais e familiares dos habitantes de uma pequena cidade, na Itália, durante o século XVII, destacando uma racionalidade em suas ações, "empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural" (LEVI, 2000, p. 45-46).

Considerando que tal racionalidade não deve ser taxativa excessiva para compreender as ações dos personagens (GRENDI, 1998), esse conceito permite compreender a existência de um espaço de atuação dos personagens e suas famílias, de uma forma mais ou menos racional, seletivo, nem sempre de certezas, no qual os indivíduos e as famílias estabeleceriam diante das contingências e com os recursos disponíveis: planos, metas, táticas, ou lançariam mão de diversos recursos materiais e imateriais para alcançar seus objetivos (LEVI, 2000).

Nesse sentido, a existência de tais alianças através de matrimônios e compadrios, representariam o estabelecimento de solidariedades, reciprocidades e proteções. Preservadas graças ao fator espacial da campanha fronteiriça, poderiam representar a sobrevivência do modo de viver de uma sociedade em estado de guerra constante[20] até a década de 1870.

Entrementes, a partir da análise das correspondências do general João Nunes da Silva Tavares, também percebemos que as cidades de onde eram enviadas e recebidas as cartas e telegramas, revelam o fato de que suas relações pessoais e familiares estendiam-se por um

Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 97-124. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2015.

[20] Concordamos com a definição apresentada por Rabinovich em *De la história militar a la historia de la guerra. Aportes y propuestas para el estúdio de la guerra em los márgenes* (2015a) de que guerra pode ser permanente ou transitória, e teria o condão de condicionar o funcionamento de uma sociedade nos âmbitos político, social, econômico e cultural. Para uma sociedade em estado de guerra constante, e isso serve para pensar o contexto que estamos estudando, o qual também é platino, existia uma cultura guerreira que se consolidou regionalmente, de uma sociedade que foi marcada pela guerra e que teve seu modo de vida alterado por ela.

espaço geográfico que ultrapassava os limites políticos do Brasil, abrangendo cidades do norte, do nordeste e do oeste do Uruguai, além da fronteira com a Argentina, e as províncias do litoral argentino: Corrientes e Entre Rios. A análise de tais correspondências também permitiu-nos identificar e estabelecer uma série de caminhos, rotas pelas quais essas cartas e telegramas eram enviados e recebidos, além de mapear os caminhos utilizados para o suprimento e para a movimentação das forças do Exército Libertador federalista e seus principais agentes, muito associada a um espaço de fronteiras.

A partir dessa identificação de um espaço territorializado por estes personagens federalistas, permitiu-nos estabelecer a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra neste espaço platino. Esta região revela a existência de diversos aspectos que ganham relevância, a partir de uma análise que contemple a longa duração dos conflitos, durante o final dos séculos XVIII e XIX, ou seja, uma região já constituída historicamente que dará suporte para compreender a atuação dos indivíduos e as estratégias utilizadas durante a Revolução Federalista.

No nosso entendimento acerca do conceito de região, partimos da compreensão que as regiões podem se sobrepor umas às outras, ou seja, elas podem então ser compostas por inúmeras sub-regiões coexistentes, ou mesmo se sobrepor a um mesmo espaço, conforme já apontaram Ciro Flamarion Cardoso e Hector Brignolli (1990), cada uma com suas particularidades, umas mais, outras menos semelhantes às características da região macro que as sobrepõe. Estas sub-regiões estão sujeitas a variáveis de movimentação populacional, capazes de transportar consigo caracteres culturais, religiosos, ou seja, aspectos subjetivos e afetivos que influem nas formas de agir socialmente e, portanto, conferir sentido a um espaço.

Economicamente, nas sub-regiões existem interações, trocas, que atuam como fortalecedores de vínculos suprarregionais e até mesmo nacionais; possuem lógicas próprias, pautadas nos interesses de sua sociedade; propiciam o estabelecimento de redes de relações e, por meio delas, sofrem influência na delimitação de seus interesses, mas nem sempre seguem lógicas pensadas pelos Estados nacionais.

As relações constituídas nesse espaço levam em consideração as similaridades geográficas como elementos capazes de fortalecer vínculos, solidariedades, fortalecendo a ideia de pertencimento a um espaço comum, no qual compartilham traços e valores culturais semelhantes. A partir disso, favorecem as migrações, as circulações de indivíduos, por determinado espaço, fortalecendo ou relativizando identidades, criando sentimentos de pertencimento comum.

Tal aproximação proporciona uma identificação que também leva ao estabelecimento de solidariedade entre os indivíduos, podendo criar sistemas híbridos de interpretação das realidades e resolução de problemas, com formas de agir e interpretar o mundo que podem ser as aprendidas pelo contato com o outro e, assim, levar ao cultivo de valores e perspectivas socioculturais semelhantes.

Essas regiões possuem temporalidade e são investidas de aspectos simbólicos e representativos próprios (HEREDIA, 1998). Serão mais ou menos fortes e perceptíveis, dependendo da capacidade de circulação, interação dos indivíduos que a habitam, podendo, também, ser percebidas por observadores alheios a esta região. Elas podem coexistir e se complementar, serão mais ou menos homogêneas de acordo com a capacidade de aceitar, tolerar as particularidades culturais do outro, muitas vezes podendo envolver um processo de adaptação, ressignificação dos códigos sociais, adaptando-os às suas realidades sociais vividas, variando de acordo com a proximidade entre os grupos e o nível de permeabilidade que oferece.

Nesse sentido, as regiões pensadas, sentidas, vividas e constituídas pelos indivíduos são diferentes daquelas concebidas nos gabinetes dos governos que, muitas vezes, desconhecem sua dinâmica. Tais governos são agentes externos a esses contextos, o que leva os que vivem nas localidades regionais a uma postura de alinhar-se, mais ou menos, de acordo com os interesses a estes projetos vindos de fora. Por outro lado, podem constituir, como mecanismos de resistência, seus próprios projetos de poder e de organização política alternativos, pensados a partir de sua realidade e necessidade, como, por exemplo, projetos próprios de poder e de organização política.

Um exemplo desses projetos alternativos pode ser percebido, historicamente, através do conturbado processo de formação dos Estados Nacionais, o qual criou problemas mais ou menos semelhantes, no Prata: um processo centrípeto ou centrífugo, no qual, a defesa dos poderes locais ocupou posição de destaque. Isso favoreceu a existência de projetos alternativos que nem sempre foram os que venceram, mas, sim, os que apresentaram uma outra lógica diferente do que o senso comum conhece hoje. Voltados aos interesses regionais das localidades, a circulação dos indivíduos por esse espaço geográfico favoreceu que pudessem enxergar as dificuldades enfrentadas pelo outro como semelhantes às suas, criando, assim, solidariedades[21] entre as populações destes espaços.

[21] Essas solidariedades também podem ser criadas a partir de questões afetivas, ou por interesses/objetivos sociais, políticos e econômicos dos indivíduos de um espaço regional. No âmbito econômico, por exemplo, os indivíduos poderiam ser beneficiados tanto pela existência de mercados que se complementam e se assemelham quanto pela existência de uma matriz produtiva semelhante às suas economias locais, passando a atender as necessidades e anseios. Referimo-nos ao fato de que essas práticas econômicas poderiam constituir espaços de sociabilidade

Dessa forma, o espaço territorializado pelos personagens através de suas atuações, no período da Revolução Federalista, foi articulado através de suas redes de relações familiares, políticas, econômicas e militares, que foram amplamente mobilizadas na zona de fronteira platina para articular a Revolução.

O espaço de experiência construído por uma vivência, a criação e a manutenção das redes de relações pessoais e familiares, as práticas sociais e os vínculos criados por estes personagens transfronteiriços[22] partem do pressuposto de que a fronteira está no indivíduo[23]. Portanto, ela está em movimento constante, sempre se ampliando ou se retraindo de acordo com as necessidades e interesses, ajudando a criar um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns que os aproximavam, que sabiam constantemente manejar este espaço e, sem o qual, a Revolução não teria tido efeito.

Nesse sentido, a utilização dos espaços além dos limites nacionais pelos brasileiros, para fugir das autoridades legalistas durante os conflitos, ou para articular apoio e suprimentos para manter a guerra, não raro, com apoio ainda que velado de autoridades, tanto deste quanto daquele lado da zona de fronteira, não foi um fenômeno que se restringiu apenas aos brasileiros, mas era uma prática comum em momentos de dificuldades, especialmente nas regiões que constituem os Estados Argentinos e Uruguaios, durante o século XIX, no Prata, tanto antes quanto depois da consolidação dos Estados Nacionais.

Como exemplo, ressaltamos que tanto na Revolução Farroupilha (1835-1845), quanto na Federalista, a maioria das ações desenvolveram-se nas proximidades das linhas divisórias com o Uruguai e com a Argentina, embora também tivessem se utilizado dos territórios pertencentes a estes países. Isso evidencia a importância da zona de fronteira como recurso estratégico para os revolucionários, utilizando-se de um espaço que compreende a mesorregião sudoeste do Rio Grande do Sul, da qual fazem parte as microrregiões da Campanha Meridional, Central e Ocidental[24], que ocupa boa parcela da metade sul do estado brasileiro do Rio Grande

---

rurais, os quais aproximariam as populações pertencentes a uma região, favorecendo tanto o estabelecimento de redes de relações entre os personagens envolvidos nessas atividades. Estes espaços funcionariam como mecanismos sociais para a aproximação e formação de amizades ou alianças no território que circulavam.

[22] Nossa concepção de uma região transfronteiriça leva em consideração que no período histórico da federalista, os limites dos Estados Nacionais estavam, em sua maior parte, definidos, e a atuação destes personagens ocorreu num espaço platino que compreendia territórios de pelo menos três países. Os personagens que trabalhamos nesse estudo, atuam neste espaço.

[23] DOBKE, P. R. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder**: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2015.

[24] IBGE. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Biblioteca IBGE, 1990, p. 117–124. Esta definição foi proposta pelo IBGE pensando em reunir municípios brasileiros em mesorregiões que apresentassem características semelhantes e muito próprias quanto a sua estruturação em determinado espaço.

do Sul, principalmente ao observar as imagens nas quais estão representadas, cartograficamente, as movimentações militares que iremos apresentar no primeiro capítulo.

A região da Campanha do Rio Grande do Sul era caraterizada, economicamente, por possuir, em sua origem, um grande número de estancieiros dedicados à pecuária, mas também ao contrabando (SOUZA, 1993; 2012). No aspecto político-social, era uma região que mantinha profundas ligações com o Uruguai, principalmente com a região norte, com cidades como Cerro Largo, Rivera, Rio Branco, Tacuarembó (BARRÁN; NAHUM, 1971, p. 125). Essa ligação ocorria principalmente devido ao grande número de propriedades de brasileiros na região acima do Rio Negro, no norte uruguaio, e também devido à semelhança de práticas econômicas e culturais (BARRÁN, 2012, p. 83).

Assim como o Uruguai foi utilizado pelas forças envolvidas nas contendas, manejando a fronteira de acordo com as necessidades, para se refugiarem, reunirem homens, suprirem as forças em conflito de materiais bélicos, arrecadarem recursos financeiros, torna-se possível observar o manejo da fronteira com a Província argentina de Corrientes. Esta foi utilizada como espaço para manobras, para suprir com cavalos, armas, gado, homens e para refugiarem-se das forças legalistas brasileiras, mas também para coordenar e comandar incursões militares contra o território brasileiro, desde a Revolução Farroupilha até a Federalista.

Tanto Maria Medianeira Padoin (1999), Ana Luiza Reckziegel (1999), Susana Bleil de Souza (2004), Helga Píccolo (2003), Marcos Vinícius Costa (2006), César Guazzelli (2013), Monica Rossato (2014; 2020), Pablo Dobke (2015; 2018) quanto Gustavo Andrade (2017) destacaram a atuação de políticos e militares durante os conflitos do século XIX, líderes caudilhos que podiam ser compreendidos como os senhores da guerra e da fronteira. Muitos destes chefes revoltosos eram oriundos da região da Campanha e ligados a atividades econômicas que envolviam a pecuária e as charqueadas, ao comércio de fronteira lícito e ilícito. Em sua maioria, eram ligados a grupos sociais que possuíam propriedades rurais no Brasil, no Uruguai e na região que compreende as Províncias do chamado litoral argentino.

Nesse sentido, vamos reconstruir a ocupação deste espaço de fronteira, procurando compreender este processo, buscando, assim, melhor entender a base social que sustentava e apoiava esses conflitos.

Os trabalhos recentes de Maria Medianeira Padoin (1999; 2016), Ana Luiza Reckziegel (1999; 2007), Eliane Zabiella (2002), Susana Bleil de Souza (2004), Jonas Vargas (2014), Monica Rossato (2014), Matheus Silva (2015a) e Carla Menegat (2015) destacam diversos aspectos, dentre eles, a forte presença de proprietários rurais, no norte do Uruguai, e os interesses econômicos e políticos destas elites, que podem ser compreendidos enquanto

elementos causadores dos conflitos que levaram à Guerra de 1851, à Revolução Farroupilha (1835-1845) e à Guerra do Paraguai (1864-1870).

Para pensar o caso de Corrientes, Zacarías Sánchez, em *Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes* (1893) e *Notas descriptivas de la Província de Corrientes complementárias de la carta geográfica, com um registro de las propriedades rurales* (1894), Regístro Oficial de Marcas de Hacienda de la Provincia de Corrientes (1904), organizado pelo Ministerio de Hacienda de Argentina, e Dardo Ramírez Braschi (2014) apresentam os nomes dos proprietários rurais, na segunda metade do século XIX, e no começo do século XX. Esses estudos apontam para uma considerável presença de brasileiros nas zonas de fronteira com o Brasil, principalmente, nas cidades de Santo Tomé, Paso de Los Libres, Alvear, La Cruz e Monte Caseros.

Ao encontro dessas informações, citamos a presença de um Consulado brasileiro na cidade de Monte Caseros, entre os anos de 1893-1894, o qual posteriormente foi transferido para Santo Tomé, no período da Revolução Federalista no Brasil, devido à constante imigração e emigração de brasileiros, naquele território, como bem destacam Marcus Costa (2006) e Tiago Machado (2010).

Os brasileiros residentes na fronteira sul do Rio Grande do Sul e os no norte do Uruguai sustentaram ou motivaram tais conflitos. Seus interesses constituíram importante variável para determinar as políticas do governo imperial, em relação ao Prata, que levou ao envolvimento do Brasil em diversos conflitos, culminando com a Guerra do Paraguai.

Um exemplo claro do poder desses estancieiros pode ser observado na dissertação de Matheus Silva (2015a), na qual apresenta uma reunião ocorrida entre o Cônsul Geral do Império e o general Antônio de Souza Netto, para ouvir as reclamações quanto às agressões que vinham sofrendo em território oriental, em decorrência das disputas políticas daquele país, requerendo uma posição do governo brasileiro. O general Netto, lembrando do que havia ocasionado a Revolução Farroupilha, em 1835, declarou ao Cônsul brasileiro que poderia sustenta ruma guerra contra o Império do Brasil com apoio dos estancieiros do Norte do Uruguai, pois poderia reunir grande contingente de homens e contar com os melhores recursos (SILVA, 2015a, 59-60).

Demonstrando que tais interesses continuaram após o término da Revolução Farroupilha, Susana Bleil de Souza e Fabrício Pereira Prado (2004) destacam, em *Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX*, a forte presença de brasileiros, tanto na fronteira quanto residentes no Uruguai, bem como a reivindicação constante de seus interesses, principalmente por não ter cessado a causa dos problemas políticos internos do

Uruguai, o que gerou um estado de insegurança constante, culminando por afetar diretamente seus interesses econômicos na fronteira. Tal questão torna-se evidente nos discursos da Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul, nos quais estas questões estão sempre presentes nas pautas políticas conforme apresenta Susana Bleil de Souza (2004).

Boa parte das reivindicações desse grupo estava sendo afetada com as transformações e inovações no campo, ocorridas no Uruguai, a partir da Guerra do Paraguai, como bem destaca Stephen Bell (1998), em *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system 1850-1920*. Além disso, com a transição do regime monárquico para o republicano, no Brasil, outro agravante afetaria diretamente os interesses dos estancieiros, charqueadores e comerciantes da metade sul do Rio Grande do Sul, principalmente com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder, com as políticas do governo federal afetando diretamente os interesses.

As políticas implementadas nos primeiros anos da República, no âmbito nacional, aturam no sentido de retirar uma série de privilégios econômicos e alfandegários, concedidos aos estancieiros da fronteira da região da Campanha do Rio Grande do Sul, concedidos durante a Monarquia no Brasil, muito associados à pacificação dos interesses deste grupo estabelecido, principalmente, na zona de fronteira (TARGA, 2007). A manutenção destes privilégios tive, dentre seus defensores, Gaspar Silveira Martins[25] e, também, Francisco da Silva Tavares[26], importantes políticos representantes dos interesses[27] dos estancieiros sul-rio-grandenses, neste período da segunda metade do século XIX, em nível da Assembleia Geral e no Senado do Império do Brasil.

Nesse sentido, a atuação do PRR, era no sentido de coibir o contrabando com sua nova política fiscal, imposto direto sobre a propriedade rural e urbana, o imposto maior sobre trânsito de gado e mercadorias importadas. Tais medidas afetaram diretamente os interesses dos

[25] Foi um rico estancieiro. Sua família possuía grandes propriedades rurais na zona fronteiriça com o Uruguai; graduou-se em Direito pela faculdade de Olinda. Como político, integrou o Conselho de Estado; ainda no Império, foi Senador e Conselheiro do Imperador; também foi chefe do Partido Liberal e Presidente na Província do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do século XIX. Após a Proclamação da República, foi enviado para o exílio, retornando ao Brasil em 1892, logo estabelecendo tratativas com os Silva Tavares, integrou, ainda nesse mesmo ano, a reunião que deu origem à fundação do Partido Federalista em Bagé. Foi importante caudilho e chefe político da Revolução (ROSSATO, 2014).

[26] Formou-se Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo; foi importante liderança do Partido Conservador, durante a segunda metade do século XIX; ocupou cargos políticos como o de Deputado Geral, durante o Império e também em nível provincial. Durante a República, chegou a ser governador do Rio Grande do Sul, por poucos dias, em 1890; era irmão do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) e foi um dos importantes articuladores da Revolução Federalista (CABEDA; AXT; SEELING, 2004).

[27] Ao nos referimor aos interesses defendidos, representavam os dos estancieiros e comerciantes da fronteira, envolvendo questões relativas ao respeito dos benefícios alfandegários e de transporte de animais e produtos pela fronteira, da manutenção dos impostos indiretos sobre a propriedade rural e urbana, além da defesa da construção de estrada de ferro na região da Campanha, ligando-a ao porto de Rio Grande, e da manutenção do baixo preço dos impostos de transporte das mercadorias, além da defesa de uma economia agroexportadora (TARGA, 2008; FONSECA, 1993)

estancieiros/charqueadores e comerciantes da fronteira meridional do Brasil, principalmente devido à posição central que a fronteira ocupava em seus negócios (TARGA, 2008; FRANCO, 1996). Além do mais, essas medidas prejudicavam o abastecimento das cidades fronteiriças e seu comércio, principalmente de mercadorias importadas vindos dos portos de Montevidéu e Buenos Aires, obtidas a preço mais em conta do que os oferecidos no Brasil.

Tal raciocínio nos conduz a uma **primeira hipótese** que parte da seguinte problematização: se a atuação e os interesses dos estancieiros foi fundamental, desde a Farroupilha (1835-1845) até a Guerra do Paraguai (1864-1870), tendo os interesses e necessidades deste grupo continuado a existir durante o período republicano, como os prejuízos econômicos causados pelas políticas do período republicano que retirou seus privilégios, não teria a Revolução Federalista sido mais uma das expressões do interesses[28] destes estancieiros/charqueadores e comerciantes sul-rio-grandenses e um dos principais motivos para apoiar, financiar e sustentar o conflito?

Durante o período da Revolução Federalista, tanto Reckziegel (1999) quanto Souza (2004) e Costa (2006) apontam para a premência destes estancieiros para com os destinos do conflito. Nossa perspectiva, então, na construção da hipótese, parte dessas análises, mas se diferencia por procurar aprofundar, no grupo federalista, os pertencentes ao grupo de Joca Tavares e por procurar realizar, a partir da identificação deste grupo e suas redes, uma cartografia da Revolução Federalista, tendo como base o aspecto das relações de poder.

Nesse sentido, defendemos que a Revolução também foi realizada a partir dos interesses destes estancieiros do norte do Uruguai que tiveram seus interesses afetados juntamente com os interesses dos comerciantes sul-rio-grandenses, ligados por vínculos econômicos e sociais

[28] Ao nos referirmos a interesses, fazemos menção à busca de indivíduos e grupos por satisfazer seus objetivos políticos, econômicos, sociais, familiares. No final do século XIX no Brasil, trata-se de um período em que ainda não existia uma separação entre o privado e o público efetivamente na política, inexistiam partidos políticos orgânicos como concebemos atualmente, os então existentes reuniam, como no caso dos federalistas, características de facção e de partido moderno. Neste ponto os castilhistas construíram uma narrativa de se colocar como modernizadores e saneadores da política, atuando contra o que seria uma lógica facciosa, velhas práticas políticas federalistas herdadas da monarquia, mas que na prática também esteve presente no PRR. Acerca das diferenças entre partidos e facções políticas no espaço platino, estão os estudos de CAETANO, 2013; ZUBIZARRETA, 2014; BONAUDO, 2014; COSER, 2014.
No que se refere aos interesses particulares na política, José Murilo de Carvalho (2002) afirma que estes prejudicaram o estabelecimento de um espírito público no Brasil. Além do mais, os partidos políticos do período representavam os interesses de grupos de particulares e famílias que fizeram parte da vida política brasileira desde o período Imperial (GOMES, 2017). Em tese recente acerca do processo de formação dos partidos políticos no Brasil, no século XIX, Alessando Pereira (2021) demonstra que, mesmo com a existência dos Partidos Conservador, Liberal e, posteriormente o Republicano, estavam alicerçados em uma lógica familiar em sua organização, em que os grupos de interesses das localidades e regiões do Império, acabavam se intitulando partidos. Assevera Pereira (2021) que nesse contexto, as famílias e os grupos de indivíduos eram utilizados para mobilizar recursos e para tal ativavam suas redes de relações com o fim de obter vitórias eleitorais e defender seus "interesses".

ao norte do Uruguai, em consonância com a situação política, econômica e social por que passava o Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da República.

Uma **segunda hipótese** de nossa tese surge fundamentada na dissertação de Jonas Vargas (2007), que mostra que a política, durante o período Monárquico, era realizada no âmbito de intrincadas redes familiares que ocupavam e comandavam as estruturas de poder, alternando-se entre si. Acreditamos que a República não rompe esta prática, tendo em vista que na maioria dos estados brasileiros os antigos liberais e conservadores adaptam-se à realidade republicana e passam a ocupar cargos políticos (CARNEIRO, 2000).

No Rio Grande do Sul, ainda com a existência do Partido Republicano Rio-Grandense, antigos políticos conservadores adesistas, alguns liberais ou mesmo os chamados a compor o governo, tanto na esfera estadual quanto nos municípios, continuavam a usufruir das estruturar do poder até serem alijados pela ação de Júlio de Castilhos e das estratégias do PRR. Portanto, se a República não teria rompido com as práticas de fazer política em família – dentre as lideranças do PRR também existiriam grupos familiares envolvidos na política – por que entender a Revolução Federalista como um movimento dissociado desta prática? **Isso colabora diretamente com nossa tese,** de que a Revolução Federalista foi organizada no seio de algumas importantes e poderosas famílias que reuniram, em torno de si, grupos descontentes que defendiam um projeto de poder amplo que também contemplasse seus interesses.

Inspirados por estudos que enfocam temáticas semelhantes às que propusemos, Maria Fernanda Martins (2007c) ressalta a relevância de trabalhar com as redes de sociabilidades e a conformação de parentescos, principalmente por permitirem compreender o poder das famílias e oligarquias regionais e suas estratégias de poder para além dos limites de suas localidades. No que se refere ao caso dos Silva Tavares, estes contavam com grande poder econômico, prestígio político e social. Além disso, possuíam extensas redes de relações que abrangiam o Brasil e também o Prata, principalmente entre estancieiros com propriedades rurais no Uruguai e na Argentina.

Conforme já explicamos, cada uma das famílias aliadas à Silva Tavares, ao mobilizar suas redes, teria conformado um território de atuação muito amplo, através do qual teria obtido recursos humanos e materiais e também oferecido sua própria casa e campos para que os federalistas os utilizassem militarmente, muitos deles situados na faixa de fronteira. Isso constituía apoio indispensável para o suprimento e a movimentação das forças do Exército Libertador dos federalistas.

O exaurimento de seus próprios recursos e os dos proprietários rurais do norte do Uruguai que os apoiavam e financiavam, aliado aos reveses sofridos pelos federalistas, teria

afastado esses grupos familiares da perspectiva de uma vitória a curto prazo, sem sacrifícios extremos que lhes permitissem recuperação e, sem a certeza de que sairiam vitoriosos, tampouco sem a perspectiva de chegarem ao poder para retribuir todo o apoio recebido, conceder benefícios e cumprir seus empréstimos com os financiadores.

A escolha pelo estudo dos membros da família Silva Tavares, especialmente o ramo que descende do Barão do Serro Alegre, parte residente em Bagé, outra em Porto Alegre e em Pelotas, é parte da proposta deste trabalho e decorre da existência de indícios que apontam para um grande envolvimento familiar que mobilizou redes de relações na busca por defender seus interesses enquanto grupo.

Muitas dessas relações apontam para a existência de fortes vínculos de parentesco e velhas relações de amizade e compadrios, conforme foi possível de ser identificado durante as pesquisas em documentos do general Joca Tavares, durante a Revolução Federalista e, agora, com os demais membros da família Silva Tavares.

Nesse sentido, decorre a necessidade de analisar o poder familiar no que tange às redes de relações pessoais, políticas e militares desta família, pelo espaço platino, durante o conflito, e por entendermos ter sido fundamental a articulação desse grupo para a organização e a mobilização durante a contenda.

O entendimento de família parte da análise realizada por André Heráclito do Rêgo, em *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder* (2008), obra na qual estuda a família Heráclito do Rêgo, suas estratégias econômicas e políticas, a estruturação e a consolidação do poder deste grupo, ao mesmo tempo que faz uma análise do coronelismo e suas práticas. Ao criticar a naturalização e a consequente confusão existente entre clã, família extensa e parentela, o autor destaca que não é possível entender a família patriarcal brasileira como sendo um clã, pois "essas entidades são, na realidade, famílias extensas ou parentelas: não podem ser assimiladas aos clãs, que se caracterizam pela descendência unilateral (do pai ou da mãe), pela residência comum e pela propriedade coletiva da terra".

Destaca, ainda, o autor, que para pensar as estruturas das famílias brasileiras deve-se levar em consideração que estas se "caracterizam pela multiplicidade das moradas e das propriedades territoriais, bem como pela inclusão, em seu seio, de todos os consanguíneos, sejam da mãe, seja do pai, e de membros não ligados pelo sangue" (RÊGO, 2008, p. 15).

Nesse sentido, converge Richard Graham (1997, p. 37), ao definir que "os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos [...] ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil [...] implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia

de cargos no governo [...]", de maneira que pertencer a uma família extensa, ultrapassava os vínculos consanguíneos.

Pensando as famílias em uma sociedade agropastoril, Luís Augusto Farinatti (2010) estuda famílias pertencentes a um grupo de elite fronteiriça, na região da campanha do Rio Grande do Sul, no período de 1825 a 1865. Realiza importante estudo acerca das estratégias familiares, práticas sociais, econômicas e militares de um grupo que em muito se assemelha com o nosso caso em estudo.

Jonas Vargas (2007), ao estudar o caso de famílias de elite política no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1868-1889, deposita seu enfoque nas redes de relações sociais e políticas entre esses personagens e suas famílias, nas estratégias utilizadas pelas famílias para fazer representar seus interesses no campo político para além de suas localidades, nas articulações com suas paróquias, nas mediações, nos vínculos e nas disputas.

Este não era um aspecto restrito ao Rio Grande do Sul, e nesse sentido Emilia Viotti da Costa (1985), afirma que a política durante o período Imperial no Brasil era mais uma questão familiar e entre parentes do que em torno de uma ideologia, configurando uma luta entre facções comandadas por famílias detentoras de prestígio.

A transição da Monarquia para a República no Brasil não significou que a atuação familiar no campo político tenha cessado, conforme demonstra Sandro Aramis Richter Gomes (2017) em sua tese sobre "Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c. 1853-c. 1926)". Em sua pesquisa, este autor trabalha com a autonomia dos grupos de elites regionais na organização vida partidária e política local, apresentando a importância da atuação familiar para compreender a conformação política da Primeira República em outros estados brasileiros.

A partir das reflexões apresentadas, para pensar o caso dos Silva Tavares, nosso entendimento de família é o de um grupo capaz de estabelecer estratégias sociais, econômicas e políticas. Garantidora de prestígio, vincula-se por laços parentais consanguíneos que congregam outras pessoas além do pai, da mãe e dos irmãos, reunindo compadres, afilhados, protegidos, amigos, cunhados, do mesmo extrato social ou não, ligados por interesses comuns, possuindo forte solidariedade entre si (QUEIROZ, 1976, p. 179-183), mas que também estejam sujeitas e contingências diversas, tais como disputas, divergências e conflitos entre si.

Nesse sentido, os vínculos criados pela parentela envolviam complexas relações de deveres e reciprocidades entre os personagens ligados a um grupo, as quais deveriam ser consolidadas de geração em geração, fosse por vínculos de batismo, de matrimônio, de

compadrio, derivadas de laços consanguíneos ou fruto de pactos entre os pertencentes a ela, reunindo parentela direta, colaterais pelo sangue e os demais que a ela se agregavam (MATTOSO, 1992, p. 176-177).

No entanto, não se trata de qualquer família. Trata-se de famílias de um grupo pertencente a uma elite política e econômica. Com a renovação dos estudos sobre o político, de acordo com Albernaz (2011), houve um retorno do enfoque para as elites[29] enquanto "sujeitos ativos capazes de influenciar o devir histórico, sem que isso signifique voltar a velha história das elites dinâmicas frente as massas inertes" (ALBERNAZ, 2011; p. 9; VILLA ARRANZ, 1994). De acordo com Angles Solà (1994), ao falar sobre elites, estas não podem ser entendidas como sendo um grupo homogêneo, uma vez que em seu interior existe uma multiplicidade de grupos.

Nesse sentido, entendemos um grupo considerado como elite, o constituído de indivíduos que possuíam riqueza, propriedades rurais, ou atividades comerciais, reconhecidos e dotados de grande prestígio e poder simbólico[30]. Tais indivíduos possuem modos característicos de reprodução e estruturação de estratégias sociais muito ligados ao grupo a que pertencem, zelosos de seus vínculos familiares e de suas linhagens. Além disso, são extremamente influentes em suas sociedades, possuem expertise em articular redes de relações, ao mesmo tempo que estão inseridos em importantes entremeados de redes de poder. Ocupam posições de privilegiados em suas sociedades, detentores de acesso às estruturas de poder.

---

[29] Sobre elites ver: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
BOBBIO, Norberto. Elites, teoria das. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 5. ed. Brasília: UNB, 1993. p. 385-391.
BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
CARASA, Pedro Soto (Org.). **Elites: prosopografia contemporânea**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994.
CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (Org). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.
HEINZ, Flavio M. (Org). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844). **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 18 mai. 2017.
HEINZ, Flavio M. **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: OIKOS, 2012.
MARTINS, Maria Fernanda. O tempo de mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, C. M. C.; SAMPAIO, A. C. J. (Org.). **Conquistadores e negociantes**: história das elites no antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 403-434.
MOSCA, Gaetano. **Elementi di Scienza Política**. The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.
PARETO, Vilfredo. **Coleção grandes cientistas sociais**, n.43, São Paulo: Ática, 1984.
[30] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

Ainda são dotados de grande capacidade retributiva, possuem experiência e prestígio militar, são capazes de reunir homens para suas causas militares, articular-se politicamente e fazer representar os interesses de sua família e do grupo social ao qual pertencem (CHARLE, 2006).

Paralelamente a essa questão, as pesquisas realizadas no Archivo General de la Província de Corrientes, nos tomos de documentos oficiais, entre 1893-1894, trocados entre o governo de Buenos Aires, Corrientes, e as cidades fronteiriças como o Brasil, também permitem-nos asseverar que os ventos das dificuldades também sopravam vindos da Província argentina de Corrientes (COSTA, 2013; MACHADO, 2010), que passou a um financiamento dos emigrados brasileiros em seu território[31], inclusive adotando uma postura de fazer vistas grossas aos acampamentos e às suas movimentações fronteiriças, ao contingenciamento dos recursos e ao aumento das exigências sobre os brasileiros.

Isso, em decorrência da forte pressão e constantes reclamações do governo brasileiro, em Buenos Aires e Corrientes, exigindo maior fiscalização sobre os federalistas e efetiva neutralidade, diminuindo, assim, o espaço para manobra e de apoio a eles em Corrientes. Os indícios apontam que, além do apoio dado pelo governo e pelas autoridades locais da fronteira correntina, tenham contado com forte apoio dos estancieiros ligados às suas redes de relações sociais fronteiriças, estabelecendo estratégias de uma "diplomacia de fronteira" para manter as atividades de apoio pautadas por seus próprios interesses.

Isso teria afastado a família Silva Tavares e seus aliados da possibilidade de obter uma vitória que lhes fosse vantajosa, sendo fulminante para o destino do conflito, levando ao enfraquecimento e ao esmorecimento da causa, o que explicaria o porquê de o general Joca Tavares, em articulação com seu irmão, Dr. Francisco da Silva Tavares, que tratava sobre a pacificação, no Rio de Janeiro, com a equipe do Presidente da República, José Prudente de Morais, ter resolvido realizar a pacificação, contrariando abertamente a vontade de Gaspar Silveira Martins e seu grupo, favoráveis à continuação do conflito.

Nesse sentido é mister deixamos claro nesta Introdução da Tese, pois de certa forma delimita e caracteriza todo o transcorrer de nosso trabalho que **defendemos a hipótese** de que a Revolução Federalista começou como **Revolução de Novembro de 1891** – nome que aparece frequentemente nas correspondências de Joca Tavares – e não como movimento surgido do golpe de Júlio de Castilhos, em 1892, exclusivamente. Com a transição da Monarquia para a República, no Brasil, as forças políticas dominantes durante o regime anterior continuaram no poder, até que fossem sendo substituídas pelos membros do PRR. E, foi essa visão construída

[31] Archivo General de la Provincia de Corrientes, Correspondencia Oficial. 1894, Tomos 512, 513, 515.

pelo PRR que perpassou a delimitação de tal Revolução Federalista de 1893-95 perpetuada pela historiografia.

Quando Castilhos sobe ao poder, em 1891, a crise política no âmbito federal havia colocado o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca contra o Poder Legislativo, o que terminou com sua disposição de fechar o Parlamento, atitude pela qual foi apoiado por Júlio de Castilhos. Em nível nacional, este confronto resultou na deposição de Deodoro, na Primeira Revolta da Armada e na sublevação de forças militares por todo o Brasil. Concomitante a isso, no Rio Grande do Sul, Castilhos enfrentou forte oposição. Forças militares e civis foram organizadas em diversas cidades para defender a legalidade contra o golpe do presidente, no Rio de Janeiro, e contra o governador do Rio Grande do Sul, que o havia apoiado.

Júlio de Castilhos, que já promovia a destituição de todos ex-liberais e conservadores dos cargos públicos, considerados inimigos por estas antigas forças políticas que lhe opunham, frente à iminência de uma guerra civil e sem meio de resistir, resolve abdicar do governo do estado.

Nesse contexto, o general Joca Tavares foi um dos principais nomes junto a outras lideranças políticas e militares que comandaram forças civis e militares sublevadas, organizadas nas principais regiões do Rio Grande do Sul. Com a subida ao poder de uma junta governativa composta por Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, Domingos Alves Barreto Leite e Manuel Luís da Rocha Osório passaram a ocorrer uma série de perseguições aos castilhistas, em todo o Estado. Muitos se refugiaram no Uruguai e na Argentina, na Província de Corrientes, de onde tramaram uma reação, principalmente a partir da convenção de Monte Caseros, realizada por membros do PRR que planejavam reconduzir Castilhos ao poder.

A partir desse contexto, as correspondências do general Tavares já evidenciam uma organização dos federalistas, no sentido de sufocar os levantamentos do PRR, ao mesmo tempo que demonstram o papel central de Joca Tavares, nessa contenda, desde 1891, nas quais este personagem aparece articulando-se com outras lideranças políticas do estado.

O sucesso de Tavares na Revolução de Novembro de 1891 e na contenção de grupos castilhistas, utilizando-se da perseguição e também da violência, pode ter sido fator fundamental para que fosse reconhecida sua autoridade e capacidade de comandar uma resistência, liderança que acreditamos ter sido fundamental para compreender seu papel na fundação do Partido Federalista, em 1892, na Convenção de Bagé.

Ao unir antigos inimigos políticos dos tempos da Monarquia, general Tavares e Gaspar Silveira Martins, a fundação do Partido Federalista reuniu os dois maiores grupos capazes de

cooptar apoio político e militar e fazer oposição ao PRR, já que estava prevista a possibilidade de uma guerra civil, tendo em vista a cláusula posta por Joca Tavares para aceitar concorrer ao governo do Estado: a de que obtivesse apoio incondicional de todas as lideranças presentes, naquela reunião, em qualquer terreno.

Exemplo disso é que muitos dos nomes que assinam o manifesto contrário ao golpe pretendido por Deodoro e apoiado por Castilhos, e o movimento de resistência a ele, conhecido por Revolução de Novembro de 1891, são praticamente os mesmos que haviam assinado a ata de fundação do Partido Federalista, em 1892, assim como o manifesto conclamando os cidadãos às armas, realizado por Joca Tavares, em 1893, evidenciando a coesão de um grupo que permanecia unido, desde a Proclamação da República, em torno de seus objetivos políticos.

Em terceiro lugar, o fato de que, em 1892, durante o período em que o General Joca Tavares é nomeado governador do Rio Grande do Sul pelo Visconde de Pelotas, este assumiu o governo em Bagé e telegrafou comunicando o ocorrido ao Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, explicando os motivos e sua disposição de manter a ordem, ao mesmo tempo que pedia a não intervenção das forças do governo federal.

Júlio de Castilhos reassume o governo em Porto Alegre, passando o governo ao seu vice, Victorino Monteiro. Neste momento de duplicidade de governo, o General Silva Tavares reúne chefes militares e políticos, em Bagé. Os mesmos que se haviam disposto a estar a seu lado em qualquer campo, durante a fundação do Partido Federalista, em 1892, dirigiram-se para Bagé, vindos de localidades como Sant'Ana do Livramento, Dom Pedrito, Herval e São Gabriel, prontos para resistir a fim de mantê-lo no poder, antes destituindo e expulsando Victorino e Castilhos do poder, lutando abertamente contra as forças fiéis ao PRR.

No entanto, forças do Exército Brasileiro, cujos comandantes eram simpáticos à Castilhos e a sua ideologia, com a anuência de Floriano Peixoto, e haviam sido cooptados para lutar em defesa do governo de Porto Alegre, romperam a promessa de neutralidade e marcharam com ordens de render Joca Tavares e suas forças reunidas em Bagé, tendo à frente as forças do Coronel Athur Oscar.

Diante de uma força muito superior em armas e soldados e da incapacidade de fazer-lhe oposição, sem sofrer fragorosa derrota, o general Joca Tavares renunciou, assinou um termo de rendição e retirou-se com sua família e muitos dos federalistas para o Uruguai, fugindo da perseguição e da vingança que, certamente, sofreria por parte das forças castilhistas, de onde passaria a organizar a resistência.

Epaminondas Villalba (1897, p. 56) apresenta em sua obra, a *Ata da Dissolução das tropas de Bagé*, os nomes dos oficiais signatários de tal documento. Os mesmos que

anteriormente acompanhavam Joca Tavares, desde a fundação da União Nacional, em 1890, e estavam presentes na Ata de fundação do Partido Federalista, assinariam posteriormente seu manifesto, conclamando os cidadãos às armas, em 1893.

O que nos chama a atenção aí são dois fatores: o primeiro é o das localidades de onde provieram os chefes militares, que permite ligarmos ao fato de que estas cidades, durante o período imperial, pertenciam à Jurisdição do Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, cujo comandante foi, por muitos anos, o general Joca Tavares; por outro lado, de que estes nomes eram antigos membros do Partido Conservador, os quais haviam mantido relações de amizade com este personagem, no período anterior ao conflito, especificamente desde a Guerra do Paraguai, e podem ser percebidos nas listas de qualificação da Guarda Nacional e nas listagens de eleições políticas, nestas localidades.

Em segundo lugar, estes nomes eram, em sua maioria, chefes políticos de Bagé e haviam participado largamente da vida política bajeense e permitem mapear a existência de um grupo ligado à família Silva Tavares que veio compor o comando das forças federalistas, durante a Revolução Federalista, nomes que estão entre os que mais se correspondiam com o General Silva Tavares durante o conflito e faziam parte de sua rede (ANDRADE, 2017). O núcleo próximo a Joca Tavares era composto por velhos amigos e camaradas de armas e política, na cidade de Bagé.

Quanto às **fontes consultadas**, estão as pertencentes ao acervo privado da família Silva Tavares, que permitem acompanhar a trajetória dos membros desta família, suas articulações sociais e políticas, durante momentos difíceis da história do Brasil e do Rio Grande do Sul, tais como, a Revolução Farroupilha (1835- 1845), a Guerra de 1851, contra Oribe e Rosas, as campanhas de intervenção, no Uruguai, de 1864, a Guerra do Paraguai (1864-1870), até Revolução Federalista, chegando a sua pacificação. O acervo documental é composto de cartas, telegramas, bilhetes, diplomas, fotografias, cadernetas, processos judiciais, cartões de visita, recibos, cópias de documentos, anotações diversas, documentos cifrados, confidenciais, enviados e recebidos de diversas autoridades políticas, civis, militares, tanto brasileiras quanto estrangeiras.

No que tange à documentação acerca do general João Nunes da Silva Tavares, integrante do acervo da família Silva Tavares, estão cerca de 900 cartas e 575 telegramas, diversas correspondências trocadas com lideranças civis, políticas e militares, datadas do período de 1867 até 1895. Muitas das cartas referentes ao período da Revolução Federalista foram

transcritas e estão presentes no diário[32] do general Joca Tavares, que foi relançado em obra organizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, reproduzindo, na íntegra, muitas das cartas de seu arquivo, essencialmente as militares durante o período da Revolução Federalista. Este diário foi organizado logo após o término da Revolução, por seu filho Pedro Nunes da Silva Tavares, que durante a Revolução exerceu a função de ajudante de ordens e secretário de Joca. Os telégrafos e as cartas que envolvem alguns assuntos de cunho mais pessoal não chegaram a ser transcritos nessa obra, inclusive os do período de organização federalista que antecede a Revolução.

Dentre os diversos nomes que puderam ser identificados estão os dos chefes militares e civis federalistas e os de alguns legalistas, os quais apresentamos anteriormente. Todas as cartas e telegramas estão em ótimo estado de conservação, em sua maioria todas manuscritas em português, algumas em espanhol, escritas no Uruguai por autoridades políticas ou militares, assim como as enviadas por simpatizantes da causa federalista que viviam no país vizinho, permitindo, portanto, uma análise das relações políticas e sociais de Joca Tavares no espaço fronteiriço.

As correspondências do Doutor Francisco da Silva Tavares, durante a Revolução, (irmão de Joca Tavares, que no período do conflito esteve exilado no Uruguai com sua família, articulando conjuntamente com Gaspar Silveira Martins e Luís Felipe Saldanha da Gama do outro lado da fronteira o apoio político e logístico para os federalistas), apontam tanto para uma rede de relações de chefes políticos, estancieiros e militares de diversas localidades do Rio Grande do Sul quanto das repúblicas vizinhas, que complementam e enriquecem a compreensão das redes do general Tavares.

Muitas das cartas de Francisco, assim como as de Joca Tavares, são trocadas com outros membros da família, entre eles o Barão de Santa Tecla, Joaquim da Silva Tavares, José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares), José Facundo da Silva Tavares e, também, com diversos membros da família de Gaspar Silveira Martins. Estas correspondências indicam uma grande rede de relações que partia do âmbito local/familiar e cujo prestígio e poder estendia-se pela região platina.

Os diários e correspondências do Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, consistem de duas obras, uma lançada em 1994 e a outra, em 2009, as quais apresentam mais de 50 correspondências, envolvendo cartas e telégrafos, e aproximadamente 62 páginas de seu diário

[32] CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org). TAVARES, João Nunes da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

pessoal. Estas correspondências e diário apresentam diversas comunicações com lideranças federalistas, descrição da localização destes no Uruguai e na Argentina, proporcionando um olhar sobre a extensão da rede de relações federalista e a descrição de muitos dos líderes com quem se correspondia.

Utilizamos, também, obras que contêm informações biográficas e correspondências pessoais de Rafael Cabeda, dentre elas, o livro *Rafael Cabeda* (1923), autoria de Octávio Alencastro, que apresenta diversos aspectos históricos e biográficos acerca deste personagem. Uma segunda obra é a de Ivo Caggiani, importante historiador da cidade de Sant'Ana do Livramento, que se utilizou do acervo pessoal de Rafael Cabeda, o qual esteve por muitos anos sob sua guarda, atualmente inacessível ao público, a partir do qual produziu *Rafael Cabeda: símbolo do federalismo* (1996). A obra apresenta diversos dados biográficos e também reproduz uma série de correspondências pessoais, deste personagem, para outros líderes federalistas, ressaltando os vínculos que ele mantinha com diversos deles.

A utilização de outras fontes parte do pressuposto de que "nenhum documento pode iluminar por si só um tema. A confrontação com outros documentos se impõe, abrindo ao historiador novas perspectivas e novos ângulos de compreensão" (MALATIAN, 2013, p. 205). Isso permite obter maior possibilidade de solucionar os problemas postos pelas lacunas existentes entre as correspondências, como necessidade para uma maior eficiência na realização no estudo das redes.

No que tange à documentação pesquisada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, utilizamos os arquivos *post-mortem*, os quais constituem importantes relatos da cultura material de uma sociedade (FURTADO, 2013, p. 105), além de livros de notas, medições de campos, nos quais pudemos ter acesso aos inventários dos personagens pertencentes ao grupo delimitado em estudo, compreendendo os vínculos, parentescos, bens imóveis, propriedades rurais, sua extensão e localização, as vizinhanças de suas propriedades rurais e urbanas, os laços de parentesco, as dívidas contraídas em vida, que revelam os laços comerciais e possibilitam análises seriais.

No que se refere aos arquivos acessados, no exterior, durante o período em que realizamos mobilidade acadêmica na Universidad Nacional del Nordeste (UNNE), e doutorado-sanduíche, na Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP), ambas na Argentina, tivemos oportunidade de pesquisar no *Archivo General de la Província de Corrientes*, na cidade de Corrientes, e na Biblioteca do *Instituto de Investigaciones Geohistóricas* (CONICET), na Província do Chaco. Em Entre Rios, realizamos pesquisas no *Archivo General de la Província de Entre Rios* e na *Biblioteca Provincial e Biblioteca de la Legislatura,* e na cidade de Buenos

Aires, no *Archivo General de la Nación*, no *Archivo Histórico de Cancilleria da Argentina* e na *Biblioteca Nacional Mariano Moreno.*

No Uruguai, tivemos também possibilidade de analisar o *Archivo General de la Nación*, *Biblioteca Nacional de Uruguay* e *Biblioteca del Palácio Legislativo de Uruguay*.

No *Archivo General de la Província de Corrientes*, Corrientes, República Argentina, tivemos oportunidade de consultar livros de notas, registros oficiais e jornais entre os anos de 1893 a 1895, além de registros de marcas de fazendas e mapas de propriedades rurais, na área fronteiriça com o Brasil, durante os anos de 1893, 1894 e 1904.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, realizamos pesquisas nos fundos da Guarda Nacional, Correspondências dos Comandantes Superiores da Guarda Nacional, como os Presidentes das Províncias, os índices toponímicos e listas de qualificação. Nestes documentos, pudemos identificar os laços profissionais e de amizade existentes entre os personagens, identificando a formação de grupos, as permanências deles, o estabelecimento dos vínculos, compreendendo a vida militar e as instituições militares como importantes espaços de sociabilidade e capazes de produzir fortes laços que ultrapassam o ambiente profissional e abrangem o estabelecimento de relações familiares e de poder.

Por outro lado, consultamos também as **obras fac-símiles de memorialistas** contemporâneos à Revolução Federalista. Dentre eles estão as obras *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense*. *Correspondências entre Saldanha da Gama e Silveira Martins* (1955), de Dunshee de Abranches; *Memórias de Aparício Saravia* (1956), realizada pelo seu filho Nepomuceno Saravia; *Apontamentos sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893* (1983), de Wenceslau Escobar; *Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893* (1992), autoria de Angelo Dourado; *Narrativas militares: a Revolução do Rio Grande do Sul*, de José de Carvalho Lima (2009), *Homens do Passado e Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé* (1911), de Jorge Reis (1983)*; História de Bagé* (1955), de Eurico Salis; *A Revolução Federalista em cima da Serra: apontamentos históricos da Revolução Civil no Rio Grande do Sul, 1982-1895*, autoria de Antonio Ferreira Prestes Guimarães (1987); o *Diário da Revolução Federalista: 1893-1895* (1999), escrito por Luís Sena Guasina; *O Vandalismo no Rio Grande do Sul* (2000), de Euclydes de Moura; *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul* (2005), de Gustavo Moritz; *Diário e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama* (2009), organizada por Gunter Axt, Helio Leoncio Martins e Milena Cardoso Costa; e, por fim, *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul* (2017), de Raul Villa Lobos, sob o pseudônimo de Epaminondas Villalba.

Além de reunirem importantes documentações, dentre estas, transcrições de cartas, notícias de jornais e telegramas, essas obras de cunho memorialístico podem ser entendidas enquanto escrita de si. Os diários e memórias, além de permitir obter uma série de dados sobre o grupo que estamos estudando, também oferece um olhar sobre o modo de vida, as estruturas sociais e a forma de pensar de um determinado período. Elas também permitem que identifiquemos o cotidiano, as subjetividades de quem escreve, as representações criadas e as características de uma época (CUNHA, 2013, p. 252-259).

A **genealogia** foi fundamental, igualmente, para compreender os vínculos familiares e identificar a realização de estratégias sociais dos grupos estudados, através dos quais foi possível perceber a profunda ligação entre os personagens pesquisados, ligações que ajudam a compreender sua atuação política, os interesses comuns e as diferenças entre estes. No que se refere ao uso desta fonte, Pedro Meyerhoff destaca que as genealogias são elementos capazes de "revelar a origem das lealdades e solidariedades e estratégias sociais de uma família não apenas nuclear, mas também com seus parentes políticos, amigos, clientes, contatos comerciais e corporativos" (2010, p. 163). Por outro lado, é preciso ter em conta o alerta realizado por Cássio Albernaz, o de ter o cuidado de não focar, excessivamente, nos investigados, pelos aspectos do homem político, em detrimento dos diversos aspectos que fazem parte da vida dos indivíduos, como os familiares, afetivos, mentais e culturais (ALBERNAZ, 2011, p. 12).

Dentre as obras consultadas e ***sites*** **especializados em buscas genealógicas**, pesquisamos em *familysearch.com*, *genealogy.com*, *geneanet.org*, além de obras tais como o Nobiliário Sul-Rio-Grandense, autoria de Mario Teixeira de Carvalho (2011); Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930, organizado por Alzira Alves Abreu (2015); Homens Ilustres do Rio Grande do Sul, escrito por Achylles Porto Alegre (1917); Dicionário de Política do Rio Grande do Sul, de Sérgio da Costa Franco (2010) e Famílias primeiras de Bagé, obra de Carlos Rheingantz (1993).

Dentre os **periódicos** pesquisados, procuramos dados que trouxessem maiores informações sobre os personagens e sua atuação política, econômica, cultural e social. Por meio dos jornais, pudemos compreender parte do cotidiano e de um universo de referências culturais e sociais comuns de uma sociedade, as principais discussões e os problemas enfrentados à época (ALÍA MIRANDA, 2017, p. 326). Realizamos pesquisas em arquivos do Brasil, Uruguai e Argentina, dentre os quais estão: os jornais pesquisados no Museu Dom Diogo de Souza, em Bagé, *O conservador* (1880), *O Bageense* (1864), *Cruzeiro do Sul* (1884) e *União Liberal* (1888); na Biblioteca Pública Pelotense: *Diário Popular* (1891-1895); na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, pesquisamos nos jornais: *A Federação* (1890-1895), *O Paíz* (1884-

1895) e *Cidade do Rio* (1893). Além destes, pesquisamos nos jornais *El Argentino, El Diario* e *La Nación*, de Buenos Aires, além dos periódicos uruguaios *La Nación* (1891-1895) e *O Maragato* (1902; 1907).

Utilizamos, ainda, os Anuários da Província do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1885 a 1891, os censos de 1803 a 1850, publicado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) (1981) e, por fim, o livro *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do* Sul*, 1823-2002*, de autoria de Isabel Noll e Hélgio Trindade (2004), obras nas quais obtivemos informações sobre eleições, municípios e a participação política e social dos personagens em estudo.

Considerando a natureza de nossas fontes e o fato de trabalharmos com as redes do grupo em torno da família Silva Tavares, que possui diversos elementos em comum, dentre estes, fortes vínculos familiares, é preciso ressaltarmos que este é um trabalho de história política[33]. Desde a renovação desta área, suscitada pelo contato com outras áreas do saber, como a sociologia, a informática e a cartografia, a história passou a interessar-se por temáticas antes negligenciadas. Novas perguntas passaram a ser realizadas, outras perspectivas de análise descortinaram possibilidades, trazendo interesses por acontecimentos que antes foram julgados como esgotados (RÉMOND, 2003).

Diferentes formas de análise passaram a ser utilizadas, tanto quantitativas quanto qualitativas, utilizando-se de conceitos importantes como o de cultura política para a explicação do político, além do entendimento de que "só a história, e a mais longa, explica os comportamentos das microssociedades que se fundem na sociedade global" (RÉMOND, 2003, p. 35).

O conceito de cultura política nasceu da aproximação entre a antropologia cultural e a História Política, definida por René Rémond como sendo capaz de resumir "a singularidade do comportamento de um povo", sendo, portanto "poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo" (1996, p. 450). Por outro lado, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, a cultura política de uma sociedade é composta

> [...] não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações; e também os simbolismos através dos quais exprimem seus valores e reforçam essas formas de solidariedade. (NEVES, 2003, p. 25).

[33] RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª Ed. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Entrementes, a história política passou a interessar-se pelo poder e seus aspectos simbólicos[34], os discursos, marcada pelo retorno do sujeito, da narrativa, das biografias e da interdisciplinaridade, o que permite que nos utilizemos de metodologias de outras áreas da História, como, por exemplo, da história social e econômica, ou por temáticas tais como o tempo, o espaço e as genealogias, oferecendo novas formas de escrever a história, sem que com isso deixe de ser política (LE GOFF, 1997; RÉMOND, 2003).

Nesse sentido, nos utilizaremos do método da análise de redes sociais, o qual se constitui em uma ferramenta analítica capaz de mensurar e representar o campo social dos indivíduos através de grafos, nos quais os atores são apresentados por pontos ou nós, enquanto os vínculos entre eles são representados por linhas. Entretanto, compreender os atores requer ultrapassar uma visão apenas relacional e entender que expressam valores culturais e um sistema de normas. Isso significa entender que os indivíduos atuam e se relacionam com toda uma carga cultural, expressando todo um sistema de valores materiais e imateriais que abrangem diversas áreas, desde o político, cultura, econômico, ao social (IMÍZCOZ, 2004).

Muito além do aspecto relacional, a partir das reflexões de Frederick Barth (2000), é preciso compreender que os indivíduos agem a partir de uma "racionalidade limitada, incertezas, incoerências dos sistemas de normas, espaço dos possíveis", dentre outros aspectos que refutam uma compreensão homogênea da sociedade, entendendo que cada indivíduo tem condutas peculiares que dependem de variáveis distintas (ROSENTAL, 1998, p. 156).

As redes podem ser formadas a partir das distintas relações que um indivíduo possui e variam de acordo com a posição numa sociedade, da fase da vida em que se encontra, pelo seu pertencimento a grupos ou associações ou ligações familiares, mas também por questões no campo da subjetividade (MITCHEL, 1969).

O estudo das redes se interessa pela relação entre os indivíduos, suas redes e a sociedade, buscando compreender os movimentos de transformação histórica, passando a interessar o capital social[35] dos indivíduos e a quem estão vinculados (IMÍZCOZ, 2004).

---

[34] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

[35] BOURDIEU, Pierre. Le Capital Social. **Actes de la Recherche**, n.31, 1980, p. 2-3. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069 Acesso em: 19/11/2020. Segundo este autor, [...] Capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo; ou seja, pertencer a um grupo, como conjunto de agentes que não são apenas dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, por outros ou por eles próprios), mas também estão unidos por *links* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social, porque eles se baseiam em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas, cujo estabelecimento e perpetuação suponha o reconhecimento dessa proximidade [...], p. 3. (Tradução do autor).

Dessa forma, a análise de redes torna-se uma ferramenta privilegiada para compreender a ação política de indivíduos e grupos e ele ligados, e nesse sentido, permite desvendar como são mobilizadas pessoas, amigos, parentes em torno de uma causa em que atuem conjuntamente, o que não exclui relações de cooperação e de conflito (IMÍZCOZ, 2009, p. 107).

Ao encontro dessa afirmação, Michel Bertrand (1999) entende que a análise de redes leva em consideração as seleções realizadas pelos indivíduos para movimentar suas relações e conferir sentido a elas, mas que nem sempre serão realizadas de forma consciente ou racional. Assevera que o estabelecimento de vínculos decorre de planos nem sempre claros por parte dos indivíduos, levando-os a mobilizar suas redes e, por fim, alerta para o fato de que não necessariamente todas suas relações resultarão em criação de vínculos (BERTRAND, 1999, p. 120).

Um exemplo que nos inspirou nessa tese, foi o trabalho desenvolvido por José Maria Imízcoz (2004; 2009; 2011) autor que se dedicou ao estudo de elites em uma sociedade de Antigo Regime, ainda que delimitando seu enfoque ao País Vasco e Navarra, na Espanha. O autor se utiliza, em suas investigações, de correspondências pessoais, portanto, semelhantes às que utilizamos, e que nos permitem pensar em termos de uma categoria analítica para compreender a forma com que se deu a organização das forças federalistas, a partir da atuação dos indivíduos e dos objetivos familiares para mobilizar homens e recursos para sustentar a Revolução Federalista.

Imízcoz (2004; 2009; 2011) se utiliza de correspondências como sua principal fonte, além de documentos civis, judiciais, eclesiásticos, além de diários e memórias para investigar a existência de vínculos e nesse sentido, utiliza-se da análise de redes sociais. Dessa forma, o enfoque desse autor está voltado à análise de redes **ego centradas**, a partir das quais trata dos vínculos diretos ou indiretos dos indivíduos, como também os amigos dos amigos, pela qual circulam e se intercambiam informações, favores, bens e serviços, o que permite compreender a sociedade e as características das relações destes atores sociais (IMÍZCOZ, 2009, 101).

Dentre alguns conceitos utilizados para definir as redes, Carl Landé (1977) afirma que as redes seriam uma estrutura maior composta por todas as relações diádicas, ou seja, de relações diretas ou indiretas entre duas pessoas, que podem estar em posições sociais iguais ou distintas. Podem ter uma duração variável ao longo do tempo e compreendem relações de solidariedade entre os implicados nela, assim como a existência de fidelidade e credibilidade, sendo um tipo de relação bastante comum quando não existam estruturas formais que permitam o andamento por vias formais.

Para o basco espanhol José María Imízcoz (2011), o conceito de rede utilizado, dentre as diversas acepções que o termo pode assumir, pode ser entendido como sendo

> un conjunto de conexiones entre actores relacionados de un u outro a través de interacciones efectivas que se producen em un momento dado. Em el fondo, se trata de observar, de la manera más completa posible, el conjunto de interaciones entre individuos para detectar as formas de articulación que estas revelan, desde los grupos o 'cliques' de personas más vinculadas entre sí hasta las relaciones más ocasionales o alejadas destes entornos densos[36] (IMÍZCOZ, 2011, p. 100).

Esta metodologia é eficaz para o estudo de um **grupo considerado de elite**, ou seja, de indivíduos que possuíam riqueza, propriedades rurais, ou desempenhavam atividades comerciais e, ainda, eram reconhecidos e dotados de grande prestígio e poder simbólico em suas sociedades. Apresentavam, também, modos característicos de reprodução e de estruturação de estratégias sociais muito ligadas ao grupo a que pertenciam. Zelosos de seus vínculos familiares e de suas linhagens, eram extremamente influentes em suas sociedades; possuíam expertise em articular redes de relações, ao mesmo tempo que estavam inseridos em importantes entremeados de redes de poder. Ocupavam posições privilegiadas, em suas sociedades, e eram detentores de acesso às estruturas de poder e dotados de grande capacidade retributiva; tinham experiência e prestígio militar, sendo capazes de reunir homens para suas causas militares, articular-se politicamente e fazer representar os interesses de sua família e do grupo social ao qual pertenciam.

Por outro lado, a produção e a existência de fontes sobre personagens considerados de um grupo de elite são maiores do que acerca da vida de personagens pertencentes a outros grupos sociais.

O que nos deparamos, na prática, foi com uma série de fragmentos acerca dos personagens estudados. Existem contingências às quais o pesquisador está submetido, variáveis tais como a perda ou inexistência de informações sobre determinados períodos da vida destes personagens, o que faz que trabalhe com uma colcha de retalhos de informações com diversas lacunas.

Para solucioná-las, Carlo Ginzburg (1989) afirma que o historiador deve possuir caraterísticas de um detetive, de um médico, de um juiz e de um artista. Como investigador, muitas vezes, deparar-se-á com um universo de fontes, algumas vezes esparsas e com diversas

[36] Tradução do autor: um conjunto de conexões entre atores relacionados de um ou outro por meio de interações efetivas que ocorrem em um determinado momento. Em última instância, trata-se de observar, da forma mais completa possível, o conjunto de interações entre os indivíduos para detectar as formas de articulação que eles revelam, desde os grupos ou 'cliques' de pessoas mais intimamente ligadas entre si até as relações mais ocasionais ou distantes desses ambientes densos

lacunas, e deverá seguir rastros, pistas deixadas pelos indivíduos no passado; como médico, deverá verificar elementos que lhe permitam realizar diagnósticos sobre seu objeto, os quais seriam invisíveis aos leigos; e, como juiz, deverá selecionar o que lhe convém para responder suas questões.

Nesse sentido, o historiador precisa estar atento a todos os elementos, ter faro para os indícios, desde os mais simples, que possam não só lhe apontar caminhos, mas também lhe mostrar possibilidades de acessar e reconstruir realidades, contextos sociais e culturais, informações sobre os indivíduos para lhes compreender o cotidiano e as trajetórias, que, de outra forma, lhe seriam inacessíveis.

Os capítulos que iremos apresentar, a seguir, metodologicamente estabelecem um encadeamento de ideias que parte do macro para o micro, ou seja, da Revolução Federalista e sua abrangência regional, conformando uma região revolucionária conformada pela guerra, demonstrando a permanência de aspectos de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns aos sujeito fronteiriço, de uma forma de fazer a guerra e a política que possui abrangência regional e que permaneceram na longa duração histórica do final do século XVIII até o final do XIX.

O **primeiro capítulo**, intitulado *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1891-1896): novas interpretações a partir das correspondências da família Silva Tavares,* propõe uma nova periodização acerca deste conflito, revelando uma perspectiva que rompe com olhares generalizantes sobre esta contenda, a partir de arquivos particulares e fontes produzidas por federalistas, especificamente de cartas e telegramas enviados e recebidos pela família Silva Tavares, periódicos brasileiros, uruguaios e argentinos, diários pessoais e memórias fac-símiles, escritas por personagens contemporâneos aos eventos, além de bibliografia produzida sobre o assunto.

Nesse sentido, busca-se construir um contraponto à historiografia que foi produzida a partir das fontes oficias ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, que naturalizou o discurso dos vencedores e estabeleceu uma delimitação e periodização acerca da revolução, com base nas suas versões dos acontecimentos. Defendemos, assim, que o conflito começou efetivamente em 1891.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos apresentar o envolvimento da família Silva Tavares no processo de pacificação do conflito, revelando nova interpretação acerca da periodização deste acontecimento, partindo do entendimento de que a assinatura do tratado que pôs fim ao conflito não significou, para os federalistas, um resultado imediato, uma vez que não teriam cessado as perseguições e atentados contra suas vidas e propriedades. Muitos

continuavam emigrados, nos países vizinhos, passando a regressar gradualmente para o Rio Grande do Sul. Dessa forma, defendemos que o conflito teria terminado meses depois, em 1896.

No **segundo capítulo**, sob o título *Da cartografia da Revolução Federalista à uma região revolucionária no espaço platino*, realizamos uma revisão historiográfica que trabalhou especificamente o tema da Revolução Federalista. Demonstramos a necessidade de construir uma visão mais ampla deste movimento político e armado, utilizando-nos, para isso, da elaboração de uma cartografia da guerra, que tem seus fundamentos no processo histórico de conquista dessa região platina e na definição dos limites dos novos Estados. A partir das fontes utilizadas, dentre as quais estão mapas, cartas e telegramas enviados e recebidos pela família Silva Tavares e lideranças federalistas, durante os anos de 1891 a 1896, além de bibliografia sobre o assunto, realizamos uma representação cartográfica, dessas redes, construída por meio do *software Palladio*, cruzando dados relacionais com o aspecto espacial.

Partimos de suas atuações políticas e militares, considerando as rupturas entre a imagem territorial que foi projetada e o território real conformado pelos indivíduos que atuam nestes espaços. Esta abordagem revela uma abrangência surpreendente acerca das relações da família Silva Tavares e seu protagonismo, durante o conflito, contrapondo visões que antes a relegavam a papel secundário, trazendo um entendimento acerca da Revolução Federalista, considerando as relações de poder dos Silva Tavares e seu grupo social.

Fundamentados na cartografia, defendemos a existência de uma região revolucionária conformada pelas constantes guerras e revoluções, durante o século XIX, e apresentamos algumas de suas características. Com base no estudo dessas correspondências, foi possível identificar as redes de relações sociais desse grupo familiar, a territorialização sobre um espaço platino que conformou uma região que definimos como sendo revolucionária, sob a qual a atuação dos emigrados políticos, nesse espaço, foi fundamental para entender as articulações políticas, mostrando a abrangência que adquiriram suas relações, chegando, inclusive, a envolver a participação de chilenos.

Com isso, pretendemos demonstrar que a região constituída durante a Revolução, apresenta elementos comuns a outros existentes nas diversas guerras ocorridas no Prata, dentre os quais destacamos os âmbitos econômico, cultural, militar, político e social, que se tornam compreensíveis a partir de uma perspectiva que contemple a longa duração histórica e permita pensar a atuação dos indivíduos com características fronteiriças e os contornos internacionais que assumiu a Revolução.

Nesse sentido, apresentamos a relação direta entre os conflitos e as emigrações políticas, o convívio dos emigrados, nos espaços de sociabilidades e o pertencimento a sociedades

secretas, aliados à existência de contextos e objetivos políticos similares, como importantes elementos para aproximar os personagens e gerar solidariedades. Tanto a convivência quanto a circulação nos espaços em que estiveram emigrados, associadas aos interesses liberais de suas reivindicações, ajudaram a conformar um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns ao espaço regional, pondo em relevo a posição central da atuação dos indivíduos na constituição de alianças e apoios com emigrados políticos em outros países, especialmente na bacia do Prata.

Dentre os aspectos compartilhados nessa região revolucionária conformada pela guerra, partimos de uma conceituação do termo "revolução" para a defesa do entendimento construído, em torno dele, mostrando a Revolução Federalista como uma expressão da cidadania em armas, na defesa de direitos e prerrogativas do cidadão, a partir de uma lógica liberal pela qual a Guarda Nacional seria a defensora desses direitos, uma chave explicativa para compreender o forte envolvimento e participação de seus membros durante o conflito. Mostramos, ainda, a influência do entendimento e da conformação que adquire a milícia no mundo hispano-americano, e que esteve presente no universo de referências culturais e sociais comuns dos sul-rio-grandenses, elementos que fazem parte da cultura política do século XIX.

Após a delimitação de uma região revolucionária e de apresentar diversas características comuns a esse espaço, no **terceiro capítulo** apresentaremos *As bases econômicas regionais da Revolução Federalista*, oferecendo uma perspectiva para além das concepções pensadas pelos estados nacionais e que prioriza uma compreensão de fronteira pensada pelos próprios fronteiriços. Mostramos, ainda, que a circulação das pessoas no espaço fronteiriço pode ser interligada, igualmente, a questões econômicas e comerciais, uma região que conta com uma forte ligação entre brasileiros residentes e/ou com propriedades rurais, no Uruguai e na Argentina.

Utilizando-nos de mapas inéditos, partimos do entendimento de que se a importância dos estancieiros do norte do Uruguai foi fundamental para os federalistas, uma mesma compreensão serve em relação aos brasileiros residentes e/ou emigrados com propriedades rurais (de grandes e médias/pequenas propriedades) e comerciantes em Corrientes e Entre Rios, que, ao fornecerem recursos ou facilitarem esconderijos para que os federalistas organizassem suas forças, também contaram com apoio das autoridades políticas dessas localidades.

Nesse sentido buscamos apresentar elementos para compreender a economia regional marcada pela existência de mesma matriz produtiva, relacionada à presença brasileira nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, bem como nos departamentos do norte e do nordeste uruguaio. Além desses aspectos, apresentando mapas inéditos, também evidenciamos

a base social e os movimentos de ocupação desse espaço. Revelamos, através de trajetórias de indivíduos, um universo de referências culturais, sociais e econômicas características dos habitantes desta região, de estabelecer redes de relações, circular pelo espaço e de mobilização de homens e recursos em um espaço geográfico pelos federalistas para apoiar o conflito, assim como acerca da identidade deste conflito de fortes características fronteiriças.

No **quarto capítulo,** sob o título *Os apoios políticos regionais aos federalistas rio-grandenses,* iremos mostrar que a permanência de práticas sociais de antigo regime herdadas ou mesmo de um universo de referências culturais e sociais ainda sobreviviam no final do século XIX, coexistindo com outras formas contemporâneas. Estavam presentes na cultura política e, associada a fatores espaciais, pautavam a ação dos indivíduos na forma de pensar o espaço onde viviam e atuavam, de fazer as coisas, desde a política, a economia e a guerra que desafiavam interpretação embasada na lógica pensada pelos Estados nacionais. Nesse sentido, este capítulo revela as redes de relações dos federalistas, tanto no Uruguai quanto na Argentina, mostrando um espaço territorializado pelos sujeitos, maior do que se supunha e que vinha sendo tratado pela maioria da produção historiográfica, beneficiados pelas relações com os processos políticos internos dos países vizinhos.

Considerando a Argentina, iremos apresentar as intricadas relações com membros da União Cívica Radical e com as autoridades provinciais vinculadas a esse grupo político, o intermédio de brasileiros residentes nessas localidades, assim como do norte e nordeste do Uruguai, que foram potencializadores dos laços e solidariedades, indispensáveis para manter a cadeia logística federalista. Utilizamos, como fontes, documentos do *Archivo Histórico de Cancilleria* da República Argentina, trocados entre a Legação Brasileira, em Buenos Aires, e o Ministério de Relações Exteriores da Argentina; o *Archivo General de la Província de Corrientes,* revelando documentos trocados entre autoridades departamentais e o governador de Corrientes, bem como entre este e o Ministério do Interior e Relações Exteriores da Argentina.

Também realizamos pesquisas no *Archivo General de la Provincia de Entre Rios*, *Biblioteca Provincial de Entre Rios*, além de mapas de propriedades rurais inéditos, diários e correspondências pessoais de líderes federalistas, jornais argentinos e uruguaios contemporâneos aos acontecimentos.

No **quinto capítulo**, *As redes da família Silva Tavares e a Revolução Federalista*, apresentaremos conceitos importantes acerca dessa abordagem metodológica. Revelaremos, ainda, o potencial das correspondências para identificar e delimitar redes dos personagens como chave explicativa eficaz para compreender a ação dos indivíduos, as mediações e a mobilização

de recursos humanos e materiais, durante a Revolução Federalista e sua relação com o espaço. Nesse sentido, após a análise de aproximadamente 3000 mil correspondências, selecionado um número de 1775, entre cartas e telegramas enviados e recebidos pela família Silva Tavares, de 1891 a 1895, realizamos uma análise quanto ao ano, à modalidade, à direção e àdensidade das correspondências. Além dessas fontes, utilizamo-nos de fontes complementares, tais como, jornais, cartas e telegramas presentes no arquivo pessoal da família Silva Tavares, em Bagé, Rio Grande do Sul, além de consultas aos inventários *post mortem*, medições de campos, livros de notas, presentes nos Arquivos Público e Histórico do Rio Grande do Sul. Consultamos, também, registros de batismos no Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé, além de memórias, obras de cunho genealógico e jornais do período.

A realização da análise quantitativa, permitiu que identificássemos os nomes dos correspondentes e as quantidades trocadas entre os anos de 1891 a 1895. Demonstraremos a forte existência de vínculos familiares e relações clientelísticas entre o grupo selecionado de sujeitos pertencentes a um núcleo mais próximo aos Silva Tavares. Por fim, analisaremos a existência de práticas sociais numa longa duração, bem como a permanências de um modo de reprodução e estratégias familiares tipicamente de antigo regime, aprendidas com seus pais. Preservadas, graças ao fator espacial, teriam sido adaptadas à realidade do séc. XIX e reproduzidas, adequando-se às suas necessidades sociais.

No **sexto capítulo**, tendo por título *Os vínculos familiares e a mobilização das redes sociais rurais a serviço da Revolução Federalista*, utilizamo-nos de fontes como dicionários biográficos, genealogias familiares, registros de batismo, livros de notas, inventários *post-mortem*, medições de campo, cartas e telegramas, documentos da Guarda Nacional, debruçamos nosso foco sobre a família Silva Tavares e a rede constituída em torno dela. Dessa forma buscamos desvendar sua origem, demonstrando que muitos dos personagens estavam ligados por algum grau de parentesco, resultado de alianças familiares que conformaram intrincadas redes de relações familiares fronteiriças que abrangiam não apenas o Brasil, mas também o Uruguai e a Argentina, e que foram mobilizados durante a Revolução Federalista.

Nesse sentido, também buscaremos compreender em que ponto de suas trajetórias os vínculos foram estabelecidos, revelando a permanência das relações entre estes personagens no tempo, os aspectos que possuíam em comum, seus interesses compartilhados, as estratégias sociais, mediações, as afiliações sociais, econômicas e políticas, correlacionando com os fatores sociais, geográficos, revelando sua atuação nos espaços urbanos e as práticas econômicas, identificaremos os elementos que tenham servido como mote para a aproximação entre os grupos sociais e estabelecer solidariedades políticas e militares.

Por fim, no **sétimo capítulo**, *Os vínculos familiares e a mobilização das redes sociais urbanas a serviço da Revolução Federalista* utilizando-nos de obras de cunho genealógico, correspondências pessoais, jornais, diários, memórias, documentos da Guarda Nacional, inventários *post mortem*, apresentaremos as redes sociais construídas no espaço urbano pelos Silva Tavares. Buscando compreender as formas de atuação familiar e suas relações de poder, nesse espaço, demonstraremos uma sociedade perpassada pela mesma lógica da complexa teia de parentescos entre os personagens, revelando estratégias de grupos e famílias que conformam uma estrutura social de característica clientelística.

Entrementes, demonstraremos que os mesmos indivíduos elencados como proprietários rurais e charqueadores, eram os mesmos que aparecem na rede urbana. Eram indivíduos que frequentavam os mesmos espaços de sociabilidades urbanos, muitas vezes as mesmas lojas maçônicas, possuíam uma trajetória política em comum. Quando não eram comerciantes, ou não tinham algum familiar voltado a essa atividade, tratavam de diversificar suas atividades e incorporá-las às suas famílias. Independente disso, em sua maioria poderiam ser encontrados nas fileiras da Guarda Nacional.

Nesse sentido, demonstraremos a origem e a continuidade de relações que também foram originadas dos espaços de sociabilidades guerreiros, espacialmente a partir da Guerra do Paraguai, cujas relações permitem identificar um grupo coeso em torno de laços familiares e geográficos e o quanto esses aspectos influenciaram na forma de atuar e combater durante a Revolução Federalista desde 1891 a 1896.

1 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL (1891-1896): NOVAS INTERPRETAÇÕES A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES

A Revolução Federalista (1891-1896) foi uma guerra civil, assim denominada pela historiografia. Ocorreu no período pós Proclamação da República brasileira, abrangendo, no Brasil, principalmente os estados meridionais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Porém, envolveu igualmente outros espaços territoriais da região platina, como o Uruguai e parte do território da Argentina. Foi um dos conflitos mais violentos sucedidos no Brasil, deixando um saldo de dez a doze mil mortos, em uma população de um milhão de pessoas (LOVE, 2006).

A contenda, transcorrida em um período de crise econômica e política, envolveu diversos setores da sociedade, e pode ser entendida como um movimento contestatório por parte das antigas elites políticas liberais que possuíam preponderância no cenário político, durante o regime monárquico no Brasil.

Dentre os principais motivos que a desencadearam, estava a contestação do modelo político de caraterística positivista-autoritária (liderada pelo Partido Republicano Rio-Grandense/PRR), que passou a vigorar, no Rio Grande do Sul, com a instalação da República, estabelecendo taxação e limitação ao comércio de fronteira, assim como repressão, então, ao contrabando. Também contribuíram para a eclosão do conflito os mecanismos de acesso ao poder, em nível nacional, que trouxeram consequências na disputa do poder local dessas elites liberais, criando uma forte oposição nas concepções federalistas (ROSSATO; ANDRADE; PADOIN, 2018).

O modelo proposto pelo Partido Republicano Rio-Grandense, o PRR, do qual Júlio Prates de Castilhos foi um dos principais líderes e expoentes, executou uma prática política de destituição dos cargos públicos de membros das antigas elites políticas liberais e conservadoras que haviam aderido ao novo regime, substituindo-os e aparelhando o poder estatal com seus correligionários políticos do PPR. Além disso, sobretaxou as propriedades rurais e o comércio de fronteira, afetando diretamente os interesses econômicos das elites pecuaristas sul-rio-grandenses, às quais pertencia a grande maioria dos líderes (BARETTA, 1985; TARGA, 2003a; 2003b; 2008).

O fracasso das tentativas de negociação ou a negativa constante a um entendimento, impulsionado por uma postura sectária, radicalizou os discursos entre liberais federalistas e castilhistas ligados ao Partido Republicano Rio-Grandense, situação que foi agravada com a

fraude eleitoral praticada pelo governo (parte da cultura política do final do século XIX, no Brasil, e início do XX), que feria o direito de representação das minorias (que na realidade eram a maioria), negando o acesso destas lideranças ao poder.

Tal conjuntura acabou se acentuando com a promulgação de uma Constituição para o Rio Grande do Sul, em 1891, que conferia poderes quase irrestritos ao governador do Rio Grande, restringindo o poder da Assembleia Legislativa e igualmente ferindo princípios sagrados ao liberalismo, como o de representar seus interesses e a capacidade de servir de contrapeso aos poderes Executivo e Judiciário. Além disso, intervinha na autonomia das câmaras municipais, nas nomeações dos juízes municipais e distritais, assim como atingia a liberdade de imprensa (FRANCO, 2007).

O novo regime em vigor, no Brasil, previa em sua Constituição de 1891, em nível nacional, um modelo federalista de organização do Estado, dando autonomia aos estados membros e seus negócios. Entretanto, no Rio Grande do Sul, a Constituição promulgada por Júlio de Castilhos adotou uma ideia de federalismo distinta. No que se referia à relação do poder Central e dos estados membros, tal princípio defendia a autonomia regional/descentralização, enquanto em nível local, admitia um poder centrado em Porto Alegre e no Executivo (PADOIN, 2005).

Essa visão feriu todo o modo de acessar o poder das antigas elites imperiais e fronteiriças do Rio Grande do Sul, grande parte composta por militares, estancieiros, charqueadores e comerciantes. Estes grupos, por consequência, sentiram-se afastados de estruturas de poder em níveis distintos, tanto no âmbito do poder local, estadual, − principalmente devido à limitação imposta pela Constituição, no que tange à representação do legislativo e seus poderes −, quanto no nacional, impedidos de acessar as estruturas de poder e fazer representar seus interesses, tal como durante a Monarquia.

Por outro lado, as ideias liberais do período, especialmente de John Locke e do direito natural, – que pautavam tanto as bases de um Estado Liberal quanto o exercício da cidadania −, também envolviam o dever de defender o Estado contra a tirania, preservando a Constituição e a liberdade (BOBBIO, 1984; ANDRADE, 2017). Nesse sentido, a compreensão de uma cidadania armada, pela qual todo cidadão deveria pegar em armas para lutar contra um governo considerado ilegítimo, que não representasse os interesses da maioria, entendido, assim, como tirânico, deveria exercer o direito de resistência. Esse princípio esteve muito presente no Prata, principalmente, conforme apontam Hilda Sábato (2008) e Flavia Macías (2010), para pensar o caso argentino nas últimas décadas do século XIX, tendo servido como justificativa para fazer oposição e derrubar os governos da situação contrária.

Tal entendimento acerca dos direitos e deveres do Estado, no que envolve a cidadania e os direitos do cidadão, numa perspectiva liberal, constitui um aspecto da cultura política do século XIX, e serve para pensar o Rio Grande do Sul como parte de um espaço platino e de um *ethos* hispânico. Cabe perfeitamente, ainda, para compreender a intenção por trás do discurso liberal dos federalistas, ao reivindicar esse direito de resistência contra um governo que julgavam ilegítimo e tirânico. Da mesma forma, esse entendimento permite mudar toda uma compreensão acerca da ideia que se construiu, no Rio Grande do Sul, acerca da Revolução Federalista, por muito tempo associada à ideia de anarquia, de desordem, de puro vandalismo, a ponto de a colocar como revolta e não como revolução. Em resumo, permite pensar este conflito sob um novo entendimento.

A interpretação que pautou nossas reflexões sobre esse conflito surgiu a partir dos documentos, memórias e correspondências guardadas em arquivos pessoais e públicos, pertencentes a federalistas, pesquisa que estamos realizando desde 2011. Ressaltamos que não é nossa pretensão propor uma verdade absoluta, no que se refere a esta delimitação temporal, o que seria desconsiderar a perspectiva castilhista do conflito. Em verdade, buscamos desenvolver um contraponto à historiografia que se utilizou das fontes oficiais e que acabou reproduzindo e naturalizando o discurso dos vencedores, o qual estabeleceu uma delimitação que se convencionou sem que fosse criticada.

Nossa delimitação oferece uma versão que considera a visão dos federalistas em relação ao processo histórico, pensada a partir dos seus arquivos particulares e documentações que detêm uma perspectiva que havia sido a vencida, propositadamente esquecida e apagada pelo PRR, ao longo do tempo, pela construção da memória acerca do evento.

Nesse sentido, procura-se romper com as visões generalizantes que cristalizaram, por muito tempo, o entendimento acerca da Revolução Federalista, ou, a grosso modo, com as perspectivas que conceberam os federalistas, de forma generalizante, como grupos pertencentes a uma *região da Campanha sul-rio-grandense, principalmente de uma fronteira dominada por ex-liberais, grandes estancieiros, seguidores de Gaspar Silveira Martins e seu modelo Parlamentar*, subestimando a atuação de outros grupos dissidentes e ex-conservadores que vem sendo contestada, nos últimos anos, conforme o recente trabalho de Tassiana Saccol (2013) e Monica Rossato (2021).

Destarte, **defendemos a hipótese** de que a Revolução Federalista teria sido muito mais uma decorrência da conjuntura de conflitos iniciados com a **Revolução de Novembro de 1891** – nome que aparece, frequentemente, nas correspondências de Joca Tavares – do que um movimento surgido do golpe de Júlio de Castilhos, em 1892, exclusivamente.

Com a transição da Monarquia para a República, no Brasil, as forças políticas dominantes, continuaram no poder, durante o regime anterior, até que fossem sendo substituídas pelos membros do PRR. Quando Castilhos sobe ao poder, em 1891, a crise política, no âmbito nacional, havia colocado o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca contra o Poder Legislativo, o que terminou com sua disposição de fechar o Parlamento, atitude pela qual foi apoiado por Júlio de Castilhos.

Em nível nacional, esse confronto resultaria em uma revolta da Armada (1891) (FLORES; FLORES, 1999; SANTOS JR, 2010; 2014) e na sublevação de forças militares por todo o Brasil. Concomitante a isso, no Rio Grande do Sul, Castilhos enfrentava forte oposição; forças militares e civis foram organizadas em diversas cidades para defender a legalidade contra o golpe do presidente, no Rio de Janeiro, e contra o governador sul-rio-grandense que o havia apoiado.

Ao encontro dessa delimitação do conflito, desde 1891, o jornal *La Razon*, de 2 de abril de 1894, faz referência a um manifesto da oposição publicado pela dissidência republicana, em Montevidéu, contra Júlio de Castilhos, no qual afirma: "[...] debido a los malos rumbos de la politica castilhista se debe la revolución que agita a Rio Grande desde 1891"[37].

Nesse sentido, para uma melhor exposição de nossa hipótese, propomos uma nova periodização do conflito, em cinco fases, que permita, assim, uma outra perspectiva dos eventos, a partir das documentações e arquivos federalistas, para além dos documentos oficiais do PRR.

Pela proposta, a **primeira fase** da Revolução Federalista começaria em 1891, com a Revolução de Novembro, marcada pelo prestígio e preponderância políticos de Joca Tavares e Dr. Francisco Tavares.

Na **segunda fase,** marcada por uma imigração de adeptos do PRR, após a renúncia de Júlio de Castilhos, houve a emigração de diversos castilhistas tanto para o Uruguai quanto para a Argentina. Esse período foi marcado, de um lado, pelo retorno das forças liberais e dissidentes que assumiram o governo alcunhado, pejorativamente, por Júlio de Castilhos e por grande parte da historiografia que seguiu essa vertente, como um governo que seria da anarquia, o "governicho"; de outro, ficou assinalado não só pela conspiração dos castilhistas emigrados, especialmente com a convenção de Monte Caseros, na Província argentina de Corrientes, que se aliaram a forças do Exército Brasileiro simpáticas ao PRR, mas também pelas tentativas de

[37] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 2 abr. 1894, p. 1 – Notícia de um manifesto da dissidência republicana no Rio Grande do Sul acusando que o Rio Grande do Sul está em revolução desde 1891. Tradução do autor: Devido aos maus rumos da política castilhista, deve-se a revolução que abala Rio Grande desde 1891.

retomada do poder por forças ligadas a Júlio de Castilhos, as quais foram severamente perseguidas e abafadas, tanto pelo governo como pelas forças civis em armas.

A terceira fase foi assinalada por um contragolpe efetuado pelos Castilhos. Tratava-se, especificamente, da deposição de José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, e a retomada do poder pelo PRR de Júlio de Castilhos, em julho de 1892, assumindo em seu lugar Victorino Carneiro Monteiro. Nesse período, passou a ocorrer a duplicidade de governos, cujas posições, por ironia histórica, se inverteram: o revolucionário, em Porto Alegre, sob liderança de Victorino Monteiro; e o legalista, em Bagé, onde o vice-presidente do Estado, general João Nunes da Silva Tavares, que havia recebido o governo de Júlio de Castilhos, decidira resistir em armas ao contragolpe castilhista, sendo logo deposto pelas forças castilhistas e do Exército Brasileiro.

Na **quarta fase**, novamente os papéis se inverteriam. Desta vez, caracteriza-se pelo êxodo de federalistas e a emigração destes para o Uruguai e a Argentina, apressando as conspirações dos federalistas e sua articulação no exterior para resistir, como também com lideranças políticas brasileiras de outros estados, em busca de recursos e apoio. Nesse período, teria ocorrido a invasão do Rio Grande do Sul por forças federalistas, comandadas pelos generais Gumercindo Saraiva e Joca Tavares, em fevereiro de 1893. Essa foi a parte valorizada pela historiografia que se pautou por discursos, memórias e fontes oficiais do PRR, para descrever e datar a revolução. Foi um período também marcado pela associação com a Revolta da Armada, tendo por principais líderes os almirantes Custódio de Melo, Luís Felipe Saldanha da Gama, Eduardo Wandenkolk e o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, bem como pela organização e fracasso de um governo provisório, em Desterro, atual cidade de Florianopólis, caracterizado pelo desentendimento entre federalistas sul-rio-grandenses e esse governo.

Por fim, **a quinta fase** surge em decorrência do fracasso do governo provisório, em Desterro, dos insucessos federalistas na tomada de diversas cidades, principalmente de Rio Grande e Bagé, da perda da batalha do Inhanduí, em Alegrete, da morte de Gumercindo Saraiva, em 1894, e até da derrota e morte do Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, em 1895, que colocava em delicada situação a posição dos federalistas. Associadas a isso, estavam a dificuldade em obter recursos, devido ao exaurimento do apoio dos estancieiros e dos comerciantes que financiavam os federalistas, assim como a dificuldade de obter apoio dos governos uruguaio e argentino para a causa. Esse período compreende o espaço temporal que marcou a assinatura do Tratado de Paz, em 23 de agosto de 1895, até uma efetiva pacificação e ressarcimento dos envolvidos, o que teria ocorrido apenas em 1896.

A partir do exposto, propomos a redefinição do período de abrangência deste conflito, pensando no desenvolvimento de uma nova cronologia dos acontecimentos, que revela uma intensa atuação política dos Silva Tavares, no âmbito político sul-rio-grandense. Privilegiando uma perspectiva federalista, mostra uma lógica distinta daquela construída a partir dos documentos oficiais. Entrementes, procuraremos demonstrar que o estabelecimento dessa cronologia está associada a uma visão que considera a alternância no poder e as movimentações dos grupos federalistas e castilhistas, não apenas no Rio Grande do Sul, mas articulados no espaço regional platino como importante chave explicativa, para entender as distintas fases do conflito, conforme procuraremos demonstrar a seguir.

1.1 UMA NOVA DELIMITAÇÃO TEMPORAL ACERCA DO CONFLITO

Enquanto no restante do Brasil as elites políticas imperiais haviam mantido a participação na máquina estatal, no Rio Grande do Sul, o processo adquiriu peculiaridades que o diferenciavam (PEREIRA, 2015). Tais peculiaridades estavam associadas ao processo da Proclamação da República e aos contornos políticos determinados pelos projetos de poder, em disputa, representados, de um lado, pelos interesses políticos do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, e composto em grande parte por republicanos históricos, aqueles que haviam aderido aos sistema republicano, ainda na década de 1870 e 1880, em pleno regime Monárquico; de outro lado, pelos republicanos de matriz liberal que haviam aderido à República, às vésperas ou após sua proclamação, conhecidos como adesistas.

Quanto a esse grupo de republicanos adesistas, era em parte formado por antigos membros do extinto Partido Conservador, dentre os quais estavam setores importantes da região da campanha sul-rio-grandense, tal como os Silva Tavares, de Bagé. Compunham, também, as fileiras de adesistas, antigos membros do antigo Partido Liberal que dominava o cenário político do Rio Grande do Sul, nas últimas décadas do Império do Brasil e que tinham, dentre suas lideranças, José Antônio Correia da Câmara[38], Visconde de Pelotas, Manuel Luís da Rocha Osório, Luís Fernando Osório, coronel Joaquim Pedro Salgado, representantes dos setores militares; e como representantes dos setores civis, os bacharéis Francisco Antunes Maciel, conselheiro Herique D'Ávila, tendo como principal liderança o conselheiro Gaspar Silveira Martins (PADOIN; ROSSATO, 2016; FÉRTIG, 2020).

[38] FÉRTIG, André. De general a visconde: José Antônio Correa da Câmara na Campanha da Cordilheira E na caçada final a Solano López. **RevistaTerritórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.12, n.2, ago./dez., 2019, p. 33-50.

Durante a Proclamação, Gaspar Silveira Martins, que era chefe do partido Liberal e presidente da Província do Rio Grande do Sul, partiu para o Rio de Janeiro para substituir o Gabinete chefiado por Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto, tentativa frustrada, durante o trajeto, pois recebeu a notícia da Proclamação da República (PICCOLO, 1992, p. 65), sendo preso logo após chegar ao Rio de Janeiro e enviado para o exílio na Europa, regressando apenas em 1892 (MORITZ, 2005; ROSSATO, 2020).

O contingente de republicanos, no Rio Grande do Sul, no alvorecer do novo regime, era composto pelos históricos membros do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)[39] e por adesistas, não tão bem-vistos pela elite do partido, chefiada por Júlio Prates de Castilhos. Ainda que bem-organizado, o grupo do PRR não contava com o poder que desfrutavam, no Rio Grande do Sul, os antigos membros do Partido Liberal do Império. Entretanto, constituiu a única opção viável para compor um governo republicano provisório a ser nomeado por Deodoro até as eleições.

Esse foi o caso do Dr. Francisco da Silva Tavares, chefe provincial do Partido Conservador, de José Bonifácio da Silva Tavares e Joaquim da Silva Tavares, todos irmãos de Joca Tavares, chefe dos conservadores na cidade de Bagé, o qual abdicou de seu título nobiliárquico, passando todos, ainda que temporariamente, às fileiras do PRR (ANDRADE, 2017).

Nesse sentido, o Presidente da República, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, nomeou Júlio de Castilhos para compor o governo rio-grandense, alvitre que recusou e indicou a José Antônio Correia da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, para ocupar o governo do Rio Grande do Sul, preferindo Castilhos permanecer como Secretário de Governo (FRANCO, 2012).

Nesse contexto de disputas, típico da cultura política do final do século XIX, a estratégia política do PRR foi a de substituir os postos-chaves da administração. Por outro lado, Júlio de Castilhos sabia que não detinha a maioria para se eleger, tampouco para manter-se no poder, e, assim, precisaria construir uma base sobre a qual alcançaria o poder, sem risco de daí ser retirado, ou de ter seus objetivos atingidos.

[39] RODRÍGUEZ, R. V. **Castilhismo: uma filosofia da república**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. O PRR contava com grupos que se pautavam por uma matriz política de cunho Positivista, a qual veio ser adaptada, por Júlio de Castilhos, à realidade do Rio Grande do Sul, e adquirindo peculiaridades em relação ao pensamento de August Comte. Este partido também possuía adeptos que seguiam uma vertente liberal como, por exemplo, Joaquim Francisco de Assis Brasil, o qual veio fazer oposição a Castilhos e ao formato dado ao seu governo, considerado autoritário por Assis Brasil.

Se, por um lado, a nova organização que o PRR implementou, representava um conflito entre dois entendimentos de federalismos, de visões de política e de projetos de Estados distintos, por outro, representou o rompimento da lógica de um Pacto Imperial[40] existente no período de Monarquia. Para os grupos alijados do poder, no Rio Grande do Sul, os liberais federalistas, significava o rompimento de uma lógica que havia garantido a hegemonia dos liberais, na segunda metade do século XIX, e que permitia tanto o acesso dessas elites liberais quanto a representação de seus interesses nas Câmaras Alta e Baixa do Império, bem como ao seleto grupo que compunha o Conselho de Ministros do Imperador.

O sectarismo político dominava o cenário político de lado a lado. O que antes se constituía como alternância no poder, entre liberais e conservadores, algo recorrente durante a Monarquia no Brasil (REVERBEL, 2014), readaptou-se à nova realidade política republicana, pela qual o PRR passou a dominar a máquina do poder estatal e promover a retirada dos oposicionistas dos cargos públicos, intervir na autonomia dos municípios e nomear seus correligionários para os cargos públicos, restringindo o acesso aos liberais federalistas e oposicionistas (FLORES; FLORES, 1999; FRANCO, 2012)

Dessa forma, direta e indiretamente, era afetada a capacidade dos grupos oposicionistas de acessar o poder local e de exercer seu poder por meio da máquina pública; estariam, portanto, afastados de importantes mecanismos para as estratégias das elites liberais federalistas, parte da engrenagem política que lhes facultaria a capacidade de obter influência e impor seus projetos de famílias em diversos setores como econômico, político e social, gerando sua capacidade retributiva de legislar em defesa de seus interesses, de mediação e de práticas clientelistas, assim como de influir no processo eleitoral e consolidar seu poder nas suas localidades.

Acima disso, impedia o acesso às estruturas que representavam, durante o Império do Brasil, o exercício dos direitos civis e políticos, e que concediam a cidadania durante parte do século XIX, o que lhes conferia a capacidade de ocupar cargos vinculados à burocracia do Império, tais como os de Juízes de Paz e delegados de polícia, compor corpos de Jurados, Comandos da Guarda Nacional e as Câmaras Municipais (CARVALHO, 1999; PEREIRA, 2020).

[40] O Pacto Imperial foi pensado em função dos constantes conflitos na região de fronteira. Surgiu como um aprendizado pós-Revolução Farroupilha e trouxe maior tranquilidade para o Estado Imperial com seus limites políticos e os interesses dos fronteiriços. Através desse pacto, o governo imperial fazia vistas grossas aos negócios das elites fronteiriças do Rio Grande do Sul, conferindo-lhes isenções de impostos e benefícios, acesso à máquina do poder burocrático e militar que, em troca, receberia a fidelidade ao Imperador e a obrigação de defender seus interesses nas fronteiras (FÉLIX, 1996; ALONSO, 2002).

A estratégia de Castilhos foi também beneficiada pelo *Regulamento Alvim*, criado frente ao receio de que a oposição dos monarquistas influenciasse na elaboração da Constituição republicana, ou mesmo numa articulação do governo com estes grupos políticos que outrora comandavam os partidos no Império. Impedia, ainda, que a oposição fiscalizasse os pleitos, tarefa que deveria ser exercida por representantes da situação (ESCOBAR, 1983; FRANCO, 2012).

Rompia-se, assim, com as regras do jogo político existente nos últimos anos da Monarquia brasileira, pautada na busca por uma política de equilíbrio entre as facções políticas e um revezamento no poder, como forma de evitar atrito dentro das elites e atender os interesses diversos (ALONSO, 2002).

O novo regime republicano alçara o PRR ao poder, e ainda que antigas lideranças participassem, inicialmente, da organização política do poder estatal, no Rio Grande do Sul, o jogo virava e, gradualmente, as regras passavam a ser ditadas pelos republicanos históricos, vinculados ao PRR, os quais haviam sido impedidos de ocupar cargos políticos no regime anterior.

Sucedeu-se um período marcado por articulações e pela estruturação da máquina política castilhista; preparava-se metódica e estrategicamente a base que sustentaria o PRR, no poder. Foi um período assinalado pela nomeação de interventores militares, no governo do Rio Grande do Sul, os quais só governariam com o apoio de Júlio de Castilhos.

O Visconde de Pelotas, que não concordava com as ações sectaristas empreendidas por Castilhos, acabou renunciando ao poder, tendo sido logo nomeado ao governo do Rio Grande do Sul, o general Júlio Falcão Frota, simpático ao líder do PRR. Júlio de Castilhos e a cúpula política do PRR agiram metodicamente no sentido de garantir que fossem demitidos, de última hora, os liberais e republicanos, substituindo-os por membros do PRR, pois precisava dominar a máquina eleitoral e, para isso, controlar as listas de qualificação (FLORES; FLORES, 1999; FRANCO, 1996; 2012; REVERBEL, 2014).

Nesse sentido, afirma Sérgio da Costa Franco (2012), que passou a ocorrer substituição dos comandos da Guarda Nacional e intervenção nas câmaras municipais. Ao citar um manifesto da União Nacional, datado de 1890, o autor assevera que cerca de trinta mil eleitores da oposição foram excluídos, enquanto eram alargados os requisitos para as eleições. Paralelamente a esses aspectos, argumenta que a "grande naturalização" de estrangeiros ressignificava o peso político das regiões de imigração, e outras pessoas que antes eram

excluídas do voto[41], fariam frente aos votos das regiões onde a oposição detinha maiorias (FRANCO, 2012).

A ação de Castilhos era semelhante às "derrubadas", práticas políticas utilizadas durante o Período Monárquico, no Brasil, que consistiam em destituir dos cargos os membros do partido contrário que perdia as eleições. Castilhos passou, gradualmente, a afastar os antigos liberais e a aparelhar o governo com membros do PRR (FLORES; FLORES, 1999; REVERBEL, 2014). Por outro lado, enfrentava dissidências dentro do próprio partido, como as de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Joaquim de Assis Brasil (RODRÍGUEZ, 1980).

Em razão de um desentendimento entre o general Falcão da Frota e Castilhos, por problemas em torno da questão do Banco Emissor do Sul, o Marechal Deodoro foi levado a nomear o general Cândido Costa para governar o Rio Grande do Sul, enquanto para seu vice, nomeava o Dr. Francisco da Silva Tavares. Tendo em vista que o general Cândido residia no Rio de Janeiro, e, por essa razão estava impossibilitado de assumir o governo, o Dr. Francisco assumiu o governo do Estado, em maio de 1890 (FLORES; FLORES, 1999; MORITZ, 2005). Enquanto isso, novos comandantes das fronteiras e guarnições eram designados: o general Joca Tavares, com o apoio de seu irmão e contando com a amizade do Presidente Marechal Deodoro, assumiu o Comando da Fronteira e Guarnição de Bagé (MORITZ, 2005).

Como governador, o Dr. Francisco Tavares passou a nomear antigos companheiros políticos dos tempos da monarquia, dentre os oposicionistas, destituindo os ligados ao PRR. Tal atitude desagradou ao general Júlio Falcão da Frota, começando, assim, sua debandada e a de outros elementos ligados a ele, simpatizantes de Castilhos, também devido à instalação do Banco Emissor em Porto Alegre (FLORES, 1999; MORITZ, 2005).

Outros setores se levantaram contra a administração do Dr. Francisco Tavares. Temiam-se conspirações contra o governador por parte dos castilhistas, oficiais e alunos da Escola Militar. Uma reunião de festejos, no Clube União Republicana, da qual faziam parte oficiais, políticos e civis, tinha à frente João de Barros Cassal. Estava marcada uma manifestação que comemoraria o aniversário da República e a Abolição da Escravatura, festividades que foram reprimidas pelas autoridades após a recusa dos manifestantes em se dispersarem. Nessa ocasião, foi ferido o Dr. Barros Cassal, ocasionando a sublevação dos oficiais e alunos da Escola Militar e batalhões do Exército, depondo o Dr. Francisco Tavares (FLORES; FLORES, 1999; MORITZ, 2005)

[41] De acordo com Sérgio da Costa Franco (2012), foram extintas as restrições de renda mínima, alteradas as idades de alistamentos de eleitores, passando de 25 para 21 anos, aumentando o número de novos eleitores

O governo era mais uma vez deixado vago, sendo nomeado por Deodoro da Fonseca, em maio de 1890, o vice-governador e comandante do distrito militar, general Carlos Machado Bittencourt (MORITZ, 2005). O contexto, desde a queda do Dr. Francisco, evidenciava uma série de apreensões e instabilidade sobre o cenário político; castilhistas atacavam a oposição (ESCOBAR, 1983; ANDRADE; PIASSINI, 2017).

Em apenas dez dias, o governo do general Carlos Bittencourt era substituído pelo general Cândido Costa, enviado do Rio de Janeiro para assumir o governo do Rio Grande do Sul, contando com a "benção" de Júlio de Castilhos, seu vice-governador, o qual passou a declarar, abertamente, apoio à candidatura do marechal Deodoro à presidência da República, enquanto concorria, no Rio Grande do Sul, ao governo estadual, o que causou cisão com Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal (FLORES; FLORES, 1999; MORITZ, 2005; FRANCO, 2012).

A oposição organizou e fundou a **União Nacional**, em junho de 1890, agremiação política cuja finalidade seria a de "manter a ordem, as liberdades públicas, a integridade nacional, em uma época em que tudo era perturbação, perplexidade e aventura" (ESCOBAR, 1983, p. 16) e, ainda, procurar modificar o *Regulamento Alvim*. Para essa agremiação, convergiram políticos como José Antônio Correia da Câmara, os irmãos Silva Tavares (João, José Bonifácio, Francisco, José Facundo e Joaquim), Dr. Francisco Antunes Maciel, Dr. Cândido Tavares Bastos, Joaquim Pedro Salgado, Hipólito e Rafael Cabeda, Laurentino Pinto Filho, Henrique Francisco d'Ávila, Dr. Saturnino Epaminondas de Arruda, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, além de outros ex-liberais e republicanos dissidentes (PESAVENTO, 1983; MORITZ, 2005).

Em fevereiro de 1891, o general Cândido Costa passou o governo do Estado ao Dr. Fernando Abbot e, em março do mesmo ano, foi fundado o **Partido Republicano Federal** (PRF), que reunia elementos da dissidência de republicanos históricos e membros da União Nacional.

As disputas políticas, em torno das eleições, embates na imprensa, montagem da chapa que concorreria, indecisões sobre participar ou abster-se, as constantes acusações de fraude criavam o cenário em que ocorreria a organização das eleições que deveriam acontecer, em maio de 1891, pleito em que toda a máquina eleitoral que havia sido montada por Júlio de Castilhos seria colocada em ação (PESAVENTO, 1983; FLORES; FLORES, 1999; FRANCO, 2012).

O aparelhamento e a organização, do início ao fim, das instâncias responsáveis pelo processo eleitoral surtira o resultado esperado pelo PRR. A Assembleia Legislativa foi eleita

com maioria castilhista, porém, os números já apontavam para a existência de forte oposição ao PRR, nas cidades de Bagé, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Cacimbinhas, Alegrete (FRANCO, 2012), dentre outras cidades que, como contavam com forte influência dos Silva Tavares, se levantariam contra Castilhos meses mais tarde.

Com a maioria na Assembleia Legislativa, elegia-se o Dr. Júlio de Castilhos, de forma indireta, para o governo do estado do Rio Grande do Sul, seguindo-se a aprovação de uma Constituição estadual[42], inspirada por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcelos (FLORES; FLORES, 1999). Essa Constituição, de cunho autoritário, colocava poderes ditatoriais nas mãos do chefe do Poder Executivo estadual. Além disso, oferecia meios de garantir o controle da máquina eleitoral, estabelecia meios coercitivos e uma força pública que servia para sustentar a ordem e o governo e esmagar a oposição, se preciso fosse; restringia as atividades do Poder Legislativo e permitia a perpetuação do governador no poder (RODRÍGUEZ, 1980; ABREU, 1993).

Finalmente, Júlio de Castilhos obtivera a legitimidade do voto para chegar ao cargo de governador do Estado, enquanto a oposição alardeava a desfaçatez das fraudes eleitorais que o alçaram à primeira posição do Executivo.

No âmbito nacional, o Marechal Deodoro excedia suas atribuições e via-se o crescimento do militarismo, dado o envolvimento crescente dos militares que se intrometiam na política, acreditando-se tutores do novo regime (FLORES; FLORES, 1999). As liberdades individuais sofreram cerceamento, nesse período, enquanto a imprensa deixava de gozar da liberdade que desfrutava durante o regime anterior (JANOTTI, 1986).

A crise econômica, desde o final da Monarquia, deixava, em âmbito nacional, um déficit no orçamento que agravava a situação. A política empreendida por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, contraiu empréstimos no exterior, emitiu maior número de papel moeda, produziu grande inflação: o chamado encilhamento (FLORES; FLORES, 1999). Enquanto isso, a política externa caracteriza-se pelo afastamento dos países europeus e pela aproximação com os Estados Unidos, além dos conflitos diplomáticos envolvendo os limites com a Argentina (JANOTTI, 1986; HEINSFELD, 2003; CERVO; BUENO, 2015).

Se, durante o Segundo Reinado, buscou-se aprimorar o processo político, agora escancarava-se a fraude para legitimar o novo regime e garantir que as minorias que então

[42] RIO GRANDE DO SUL, Constituição (1891). **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**, 14 jul. 1891. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107 Acesso em: 18 jan.2021.

ocupavam o poder, se mantivessem nele. Temia-se o predomínio dos antigos monarquistas que já haviam sido eleitos para a Assembleia Constituinte Brasileira, em 1890, composta, em sua maioria, tanto por lideranças monarquistas como por bacharéis, contra um reduzido número de militares (JANOTTI, 1986).

Tais elementos contribuíram para a deterioração das relações entre Deodoro e o Congresso, pois temia-se a reação dos monarquistas descontentes com os rumos que o país tomara. Para agravar mais essa situação, receava-se, na capital da República, que de tal reação pudesse emergir um partido monarquista, efeito que poderia tomar perigosas proporções com a visita ao Brasil, a bordo de uma fragata do Império austro-húngaro, de Dom Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança, príncipe herdeiro da Monarquia brasileira, o que trouxe apreensões quanto a uma possível restauração da monarquia (JANOTTI, 1986). Cogitava-se, ainda, um apoio da armada, através do almirante Custódio de Mello, bem como o estabelecimento de uma regência pela qual Gaspar Silveira Martins ou Luís Felipe Saldanha da Gama pudesse ser o regente, até que fosse escolhido o monarca que sucederia ao trono do Brasil (JANOTTI, 1986).

Após desentendimentos constantes com o Congresso Nacional e embates entre civis e militares, o Presidente Deodoro da Fonseca resolveu fechá-lo, com o apoio do Exército, perpetrando um golpe, em 3 de novembro de 1891, atitude que recebeu apoio do governador recém-eleito do Rio Grande do Sul, Júlio Prates de Castilhos (FLORES; FLORES, 1999).

A Marinha revoltou-se contra essa ação arbitrária e inconstitucional, dando início a uma revolta, em 1891, a ponto de os canhões da esquadra terem disparado alguns projéteis contra a cidade do Rio de Janeiro. O Exército, então, passou a apoiar o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, negando apoio a Deodoro e, consequentemente, isolando-o (FLORES; FLORES, 1999).

Uma série de revoltas passou a ocorrer pelo país. No Rio Grande do Sul, em resposta aos atos de Deodoro, forças civis foram arregimentadas, batalhões do Exército levantaram-se em armas e rumaram em direção à divisa com Santa Catarina; a população civil, políticos, militares e a Guarda Nacional lançaram manifestos contrários ao golpe de Deodoro da Fonseca e ao apoio de Júlio de Castilhos; as guarnições de Bagé, Pelotas e Rio Grande levantaram-se em armas. O general Joca Tavares enviara correspondências a diversas partes do Estado, conclamando à resistência contra a ditadura (ESCOBAR, 1983), na forma de manifestos, conforme reproduziremos abaixo:

> Comando em Chefe das Forças Revolucionárias do Sul do Estado. Quartel General em Bagé, 8 de dezembro de 1891.
> Ordem do Dia n.º1. O ato ditatorial dissolvendo o Congresso nacional veio apressar

> apenas d'alguns dias, a revolução rio-grandense, de há muito planejada neste Estado contra o seu governo, oriundo da fraude a que decretou a Constituição Cesariana, altamente atentatória aos nossos fins de povos educados no regime de liberdade. Trabalhado o espírito rio-grandense para tão justa e causa e edificante cruzada, fácil foi a sua evidenciação em significadora revolta já contra aquele ato ditatorial, como contra a situação estadual, provadamente antagônica com a vontade soberana do povo rio-grandense. **O apelo que então fiz, chamando às armas aos meus Concidadãos de numerosos municípios do Estado**, **foi, digo-o com maior orgulho, coroado de maior esplêndido nosso êxito**, que a História nacional encarregar-se de grava-lo com letras de ouro, em suas páginas. Assim é, que: do Rio Grande, Povo Novo, Taim, Santa Vitória, Jaguarão, Arroio Grande, Santa Isabel, Pelotas, São Lourenço, Canguçu, Herval, Cacimbinhas, Lavras, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí, Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Alegrete, São Gabriel, Caçapava, São Sepé, Cachoeira e Rio Pardo, levantou-se um numeroso exército, decidido a tudo sacrificar pela redenção da pátria estremecida. Nestas condições, cumpre-me determinar aos distintos chefes revolucionários das localidades, assim referidos, que, sem demora, remetam a este comando, as propostas para oficiais dos corpos que nas mesmas localidades foram organizados, visto que à esses corpos deve caracterizar uma organização estavelmente regular. Espero, portanto, que a referidas propostas, sejam todos nascidos nos moldes da mais inteira justiça, único meio de sagrar na devida proporção os méritos de cada um[43].

Essa ordem do dia, por um lado, evidencia as diversas localidades para as quais o general Tavares enviou suas correspondências; por outro, permite entender a atuação proeminente que desempenhou este personagem junto a outros chefes da Revolução de Novembro, quando assim registra: "[...] apelo que então fiz, chamando às armas aos meus concidadãos de numerosos municípios do Estado".

Estavam à frente do movimento contra o golpe os generais Joca Tavares, Manoel Luiz da Rocha Osório, José Antônio Correia da Câmara, Astrogildo da Costa, além do Dr. Francisco Antunes Maciel, Dr. Barros Cassal, dentre outros líderes políticos, antigos liberais, conservadores e republicanos históricos (MORITZ, 2005).

O Governador do Rio Grande do Sul recebeu ultimatos do general Tavares, para deixar o poder, no dia 12 de novembro, conforme se pode observar a seguir:

> Presidente do Estado. Porto Alegre. Urgente. Intimo-vos para entregardes o governo do Estado à Junta Revolucionária composta dos Generais Visconde de Pelotas, Astrogildo Pereira da Costa e signatários deste dentro de 12 horas sob pena de continuarem as operações militares no Sul, responsabilizando-vos pelos males que a vossa teimosia ocasionar. General Silva Tavares. 12 de novembro de 1891[44].

Frente à impossibilidade de seguir no comando, não contando com o apoio do Exército Brasileiro para manter-se no cargo, Júlio de Castilhos resignou ao poder, em 12 de novembro

[43] TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do Dia n.1** do Comando em Chefe das Forças Revolucionárias do Sul do Estado. Bagé, 8 dez. 1891. Arquivo Público Municipal de Bagé (grifos nossos).
[44] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 12 nov.1891, Bagé. [Para] CASTILHOS, Júlio Prates de. Porto Alegre, 1 folha. Ultimato dado pela junta revolucionária ao governador Júlio de Castilhos.

de 1891. Enquanto a Armada, no Rio de Janeiro, atuava contra Deodoro, no Rio Grande do Sul as forças mantinham-se em armas e apenas foram dissolvidas após a queda do Presidente da República, conforme expressa a carta abaixo:

> [...] Os abaixo-assinados reunidos para manifestarem o pensamento definitivo da revolução que iniciaram em 8 de novembro, declaram a Junta Governativa que só deixarão as armas quando o regime ditatorial tiver desaparecido do governo do Brasil; até então manter-se-ão na respectiva de serem atacados por aquele regime, preparando urgentemente todos os elementos para eficaz defesa do território Rio-grandense. Pelotas, 14 de novembro de 1891. Manuel Luiz da Rocha Osório, General de Brigada; João Nunes da Silva Tavares, General; Barão de Aceguá, General[45].

A pressão e a insustentabilidade da situação do governo levaram Deodoro da Fonseca a renunciar à presidência da República, em 23 de novembro de 1891, assumindo em seu lugar o marechal Floriano Peixoto[46] (FLORES; FLORES, 1999).

Esta sucessão conferiu prestígio ao general Tavares, nos âmbitos político e militar e dentre a população civil, conforme afirma o Barão de Santa Tecla, em comunicado a seu irmão Dr. Francisco Tavares, datado de 21 de novembro de 1891, na qual afirma: "**Joca representa elemento popular campanha**, Zeca satisfaça companheiros conforme está resolvido aí. Mantenha nossa abstenção política, administrativa, é o que convém politicamente atualmente"[47]. Nesse telegrama, é possível perceber a atuação política da família Silva Tavares, pautada por uma estratégia que deveria ser seguida por todos os membros. Nesse momento, a prudência e a complexidade políticas recomendavam seu afastamento do governo.

O desenrolar desses eventos envolveu a família Silva Tavares, conforme a carta enviada por Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, a seu irmão José Bonifácio da Silva Tavares, em Bagé, para avisar-lhe que Joca havia sido nomeado general e chefe das forças em operação no sul do estado[48]. Nesse sentido, a proeminência que adquiria o general Tavares,

---

[45] COSTA, Astrogildo Pereira da; OSÓRIO, Manoel Luís da Rocha; TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 14 nov. 1891, Pelotas. [Para] JUNTA GOVERNATIVA, Porto Alegre, 1 folha. Documento em que os líderes da revolução de novembro afirmam só depor as armas após o fim da ditadura implantada pelo presidente Deodoro da Fonseca.

[46] Ainda que a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, estipulasse, no seu Art. 42, que "Si, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-presidência, não houverem ainda decorrido dous annos do período presidencial, proceder-se-ha a nova eleição"[46] [sic], Floriano negou-se a organizar novo pleito, o que seria expúrio, e tornava seu governo ilegítimo, um dos motivos pelos quais eclodiu nova revolta da Armada contra seu governo, conseguindo manter-se no poder devido ao apoio que obteve do Congresso Federal (MELO; BRÍGIDIO, 2016).

[47] TAVARES, Joaquim da Silva. [Telegrama] 21 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, Francisco da Silva. Porto Alegre, 1 folha. O General Tavares representava o aspecto popular da Revolução de Novembro. Grifos nossos.

[48] TAVARES, Joaquim da Silva. [Telegrama] 23 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha. Avisa sobre nomeação de Joca para comando em chefe durante período da Revolução de Novembro.

nesse período, fez com que fosse reconhecido pelos oposicionistas, em artigo publicado no jornal *A Federação*, como o comandante-em-chefe da Revolução de Novembro de 1891[49].

Após a queda de Castilhos, começa um período de governos oposicionistas que, nas palavras do próprio líder, ao ser perguntado a quem deixaria o governo, teria respondido que: "A ninguém... À anarquia!" (FRANCO, 2012, p. 40). Essa citação traduz o preconceito e a perspectiva unilateral que passaram a ser adotados e observados na historiografia[50] do Rio Grande do Sul, reproduzindo esse discurso para entender o contexto, utilizando-se dos documentos e memórias oficiais, reproduzindo uma visão pejorativa, o que fica evidenciado pela naturalização do termo "governicho", para designar os governos que se sucederam após a saída do PRR.

A Revolução iniciada em novembro saíra vitoriosa, no Rio Grande do Sul, e uma junta governativa foi nomeada imediatamente à queda de Castilhos, na qual estavam o general Manoel Luís da Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil (ESCOBAR, 1983; MORITZ, 2005; FLORES, 1999; FRANCO, 2012). Nesse ínterim, as juntas revolucionárias da fronteira de Dom Pedrito, Sant'Ana do Livramento, Quaraí, Alegrete e Uruguaiana escreveram à Junta Governativa que assumira o governo em Porto Alegre, solicitando que o nome do general Tavares fizesse parte do novo governo, por ser o "legítimo chefe movimento fronteira. Não principiemos com injustiças. Com mais direito do que ele ninguém com tanto pouco"[51].

O Dr. Francisco Tavares e o general Tavares estavam em Porto Alegre, participando do processo de formação do novo governo, e tudo indica que não foram excluídos do governo, deliberadamente, mas, sim, por opção, conforme citado anteriormente. O novo governo instituído em Porto Alegre chegou a propor o nome de José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca) para integrá-lo, ao que se opôs Joca Tavares, por ser Zeca, seu irmão, homem de confiança de que dispunha na fronteira[52].

Essa tentativa de nomeação demonstra a necessidade de indicar indivíduos que representassem os diversos setores da oposição envolvidos, com o intuito de se alcançar uma

[49] Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 27 mar. 1895, p. 1 – Artigo sob o título "Nova Tática" em que fala sobre assuntos políticos e dos Silva Tavares.
[50] Essa nomenclatura foi adotada por diversos autores, dentre eles: FLORES, Moacyr; PESAVENTO, Sandra, 1983; 1993; FLORES, Hilda, 1999; TRINDADE, Hélgio, 2007; FRANCO, Sérgio da Costa, 1996; 2012; REVERBEL, Eduardo, 2014;
[51] BARRETO Carlos; CABEDA, Rafael; ILHA, João Francisco; VARGAS, Antônio José de. Sem data. Santana do Livramento. [Para] GOVERNO PROVISÓRIO, Porto Alegre, 1 folha. As juntas revolucionárias de Quaraí, Alegrete e Uruguaiana pedem a inclusão do general Joca Tavares no governo.
[52] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 15 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 4 folhas. Carta em que é possível perceber a atuação da família Silva Tavares na organização do governo após a queda de Castilhos.

certa estabilidade, conforme afirma Dr. Francisco, em sua carta, na qual havia indicado o Dr. Francisco Maciel para representar o elemento liberal, Assis Brasil representaria os republicanos históricos e o general Manoel Luís da Rocha Osório, devido à necessidade de entendimento com a setor militar[53].

Por outro lado, a vitória obtida sobre Castilhos e a organização de um governo que permitia restabelecer a ordem, fez com que o Dr. Francisco afirmasse a necessidade de que o general Tavares realizasse um manifesto contrário à separação do Rio Grande do Sul[54]. Nesse sentido, tanto Joca quanto Zeca Tavares, junto a outros comandantes da Revolução de Novembro, publicaram um manifesto, no qual afirmavam:

> Concidadãos. Foi preciso que a indignação balançasse a todas as classes sociais para que em quatro dias se erguesse como movido por uma mente o heroico povo do Rio Grande. O espírito público estava já tão abalado pelos contínuos feitos da ditadura, que um ato violento do chefe da nação rasgando a Constituição da República foi bastante para levantá-la. É que a violação de nosso pacto fundamental veio juntar-se ao desgosto profundo que reinava pelo falseamento da opinião ao organizar-se este Estado. Com legítimo orgulho asseveramos que nenhuma vida foi roubada, que propriedade nenhum atentado sofreu. E que a nossa causa era Santa e o seu exército se compunha dos melhores elementos das classes sociais. Aguardamos a ação do Governo Central que não pode intervir na nossa vida orgânica. Continuamos a ser brasileiros na nossa união está a nossa força e nosso merecimento. Mas se o governo pretende reagir no nosso modo de ser separemo-nos do Governo mas não do Brasil e esperamos que a nação se constitua legalmente para depormos as armas ante o congresso nacional. Pelotas, 14 de novembro de 1891. Assinado: [general] Silva Tavares, Astrogildo [Pereira da Costa], Ladislau Amaro [da Silveira] e Zeca Tavares[55].

A proclamação lançada por esses chefes da Revolução, iniciada em novembro, permite interpretar que a posição dos Silva Tavares, nesse momento, de não apoiar uma secessão do restante do Brasil deixou de ser uma opção, pois haviam obtido sucesso com a derrubada de Castilhos. Mas tal posição não foi a mesma durante o conflito e voltaria a ser uma opção, conforme será apresentado posteriormente.

A Junta Governativa composta por um triunvirato durou poucos dias, devido a desentendimentos na forma de agir dos líderes. Assim, em 17 de novembro, assumia o governo o general Domingos Barreto Leite, tendo como seu secretário Barros Cassal. Imediatamente, passaram a efetuar algumas ações, dentre as quais: anularam a Constituição de 1891,

[53] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 15 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 4 folhas. Carta em que é possível perceber a atuação da família Silva Tavares na organização do governo, após a queda de Castilhos, e colocando-se contrários à separação do Rio Grande do Sul.
[54] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 15 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 4 folhas. Carta em que é possível perceber a atuação da família Silva Tavares na organização do governo após a queda de Castilhos, e colocando-se contrários a separação do Rio Grande do Sul.
[55] TAVARES, João Nunes da Silva; TAVARES, José Bonifácio da Silva; COSTA, Astrogildo Pereira da; SILVEIRA, Ladislau Amaro da. Proclamação. 14 nov. 1891, Pelotas. 2 folhas.

destituíram dos cargos aqueles que haviam sido nomeados por Castilhos e promoveram nova qualificação dos eleitores (FLORES; FLORES, 1999).

Em janeiro de 1892, Gaspar Silveira Martins, tendo regressado do exílio na Europa, encontrou-se com o Presidente Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro (FLORES; FLORES, 1999; ROSSATO, 2020). Entrementes, o ilustre tribuno também havia se encontrado com o Dr. Francisco Tavares, o qual estava naquela capital, nesse mesmo período, em negociações para colher os benefícios políticos pela vitória na derrubada de Deodoro e Castilhos, além de procurar obter a nomeação do general Tavares para o comando da Fronteira e Guarnição de Bagé[56].

Era um momento conturbado, da República. Dr. Francisco acusava que o erro do novo regime era atender os positivistas. Relatava, ainda, que muito se falava na capital federal sobre uma nova revolução, dessa vez contra Floriano Peixoto[57]. Frente aos problemas que se avizinhavam, no horizonte, adotando uma posição antagônica à que recomendara a seu irmão Joca Tavares, em 1891, passava agora a declarar que: "[...] Cada vez confirmo mais o meu juízo: teremos separação ou o esfacelamento deste país"[58].

Ainda em sua estada no Rio de Janeiro, afirmava o Dr. Francisco ter encontrado, casualmente, com Gaspar Silveira Martins – que estava hospedado no Hotel dos Estrangeiros –, relatando que, ao dirigir-se a esse hotel, foi calorosamente recebido por Gaspar que declarou ao Dr. Francisco: "'[...] recebe um abraço pela posição que assumiu sua família', na revolução, e outro, pela atitude do [Barão do] Itaqui que salvou a dignidade do Brasil comprometida na Europa"[59].

Gaspar manifestava-se, ainda, acerca de seu desgosto enquanto estava na Europa, devido ao golpe de estado efetuado por Deodoro e que, em Lisboa, encontrou um brasileiro que

[56] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.
[57] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.
[58] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.
[59] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.

lhe mostrou telegramas com notícias sobre a Revolução de Novembro, alegrando-se por ter visto, nesses documentos, que o general Tavares era o chefe do movimento[60].

O encontro entre os dois personagens foi mais proveitoso, ainda. Nessa reunião "casual", ambos debateram sobre a política do Rio Grande do Sul, momento em que Gaspar afirmou ao Dr. Francisco:

> [...] **aplaudiu a nossa atitude com relação à reconstituição do Rio Grande, declarou que estava pronto a trabalhar ao nosso lado. Atacou o positivismo. Disse-lhe que em relação à política geral queríamos a república parlamentar ao que ele respondeu: - é a única que pode salvar o Brasil**. Depois disso temos nos reencontrado diversas vezes, eu sei por pessoas que com ele tem tratado sobre a revolução que ele tem dito - deve-se aos Tavares a salvação da pátria, **se esse velho Joca não tem [sic] assumido a direção a revolução teria fracassado ou pelo menos não terminaria o impulso que tomou** [...][61] [Grifos nossos].

Ficava claro que era preciso deixar as inimizades das disputas políticas do passado, em prol de um objetivo maior. Nesse momento, ambos tinham objetivos comuns: o combate ao Positivismo e a defesa de uma República Parlamentar aparecem como um elo entre eles.

A carta supracitada permite perceber que, enquanto Gaspar estava na Europa, é certo que os ex-liberais, no Rio Grande do Sul, também possuíam importantes lideranças, tais como, Visconde de Pelotas, Joaquim Pedro Salgado e Dr. Francisco Maciel, que teceram importantes alianças em oposição a Castilhos, nesse período. Tal oposição foi potencializada com o regresso de Gaspar, seu líder maior, a sua terra natal, o qual se mostrava informado e articulado com essas lideranças, mesmo estando no exterior (ROSSATO, 2020).

Nessa época, a oposição estava dividida, no Rio Grande do Sul: os republicanos históricos, dissidentes do PRR, os ex-liberais e os ex-conservadores − republicanos adesistas – e parte destes, tinham nos Silva Tavares importantes líderes. Isso se torna claro diante do vulto que assumira o general Tavares, desde novembro de 1891, a ponto de o próprio Gaspar ter atribuído a obtenção do seu sucesso à chefia do general Tavares, a quem se devia a vitória que obtiveram.

Na época, os Silva Tavares estavam lutando pela retirada de Castilhos e dos positivistas, definitivamente, da política sul-rio-grandense. Assim, a declaração de Gaspar, colocando-se à disposição dos Silva Tavares para trabalhar, lado a lado, diante do resultado da Revolução de

---

[60] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.

[61] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas. Fala de encontro com Silveira Martins, sobre a importância de Joca Tavares na Revolução de Novembro de 1891.

Novembro, demonstra que tanto o general Tavares como o Dr. Francisco apareciam, em meio à oposição fragmentada, como os nomes capazes de fazer frente a Castilhos e ao PRR, também no terreno das armas.

Em carta enviada a seu irmão Zeca Tavares, o Dr. Francisco afirmava ter recebido um telegrama de Silveira Martins, do Rio de Janeiro, dizendo "[...] ter cumprido minhas ordens junto ao governo, isto porque fiz-lhe ver em telegrama ao chegar a gravidade da situação que estaria perdido se o governo não atendesse as indicações solicitadas pelo Barreto Leite"[62]. Percebe-se, então, que, antes da fundação do Partido Federalista, Gaspar já estava trabalhando junto aos Tavares.

Monica Rossato (2021) afirma que, no período de 20 de fevereiro a 4 de março, Silveira Martins esteve reunido com lideranças oposicionistas, em Pelotas, tais como Francisco e Antunes Maciel, dentre outras antigas lideranças liberais. Após esse encontro, Gaspar teria seguido para Bagé, onde possivelmente reuniu-se com os Silva Tavares e, posteriormente, teria se dirigido a Porto Alegre.

Acerca desse período, a carta enviada pelo general Tavares a Zeca Tavares, em 11 de fevereiro de 1892, assim afirmava: "Conselheiro Martins segue novamente para Buenos Aires, segundo telegrama e carta de hoje do Dr. [Francisco] Tavares"[63]. O uso da palavra "novamente" indica a possibilidade de que Gaspar tivesse visitado Buenos Aires, antes desse período, possivelmente em busca de apoio político e recursos. No entanto, ainda que tal plano referente à ida de Gaspar a Buenos Aires possa não ter se concretizado, uma vez que Monica Rossaro (2021) afirma que, nesse período, Silveira Martins estava em Porto Alegre, em meio a negociações políticas, o que nos interessa, nesse caso, é a articulação desse personagem com os Silva Tavares.

Enquanto isso, na fronteira do Brasil com o Uruguai, Joca Tavares tratava de reunir cavalos, bandeirolas para as lanças e divisas, além de armamento, pois iria visitar o acampamento de Gumercindo Saraiva, em Cerro Largo, onde estavam homens reunidos[64].

Essa perspectiva apresenta um olhar mais amplo sobre as atuações políticas do período, um outro ponto de vista frente à historiografia que enfatiza o fato do regresso de Gaspar ao

[62] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 29 jan.1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 9 folhas. Relata situação política.
[63] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 11 fev. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Fala da ida de Silveira Martins para Buenos Aires, da reunião de armamentos e ida ao acampamento de Gumercindo Saraiva em Cerro Largo.
[64] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 11 fev. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Fala da ida de Silveira Martins para Buenos Aires, da reunião de armamentos e ida ao acampamento de Gumercindo Saraiva em Cerro Largo.

Brasil, suas reuniões com Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos, além de colocar o nome deste como um dos principais motes, por reunir a oposição no congresso de Bagé, que viria ocorrer meses depois dessa reunião.

Esses olhares unilaterais do processo excluíram outras narrativas e personagens que tiveram igual proeminência e trabalharam de forma conjunta para obter seus objetivos, entendimento sem o qual é impossível, a nosso ver, dar conta de uma complexidade e entender a trama histórica dos acontecimentos. Tal perspectiva, por exemplo, não considera como parte desse processo e da Revolução Federalista, o período de quem está fora e no exterior, os castilhistas, bem como as relações mais uma vez demonstradas no contexto platino.

Ainda em fevereiro de 1892, no Rio Grande do Sul, continuavam as dificuldades enfrentadas pelo governo surgido da Revolução de Novembro de 1891, o qual recolocou no poder, novamente, aqueles que haviam sido expurgados de seus cargos, pelo PRR, no Estado. Agora os castilhistas é que estavam afastados do poder desde a queda de Castilhos, e muitos passaram a emigrar para a Argentina e o Uruguai, a fim de tramar a retomada do poder.

Enquanto isso, as elites políticas do PRR, dentre elas Vitorino Monteiro, Fernando Abott e Aparício Mariense estiveram exiladas na província argentina de Corrientes, em Monte Caseros, e em Santo Tomé (O'DONNELL, 1983). Ao encontro da conspiração arquitetada por castilhistas emigrados em Corrientes, a carta enviada por Manoel Alves Salgado, da cidade uruguaia de Salto, ao coronel Zeca Tavares, em 19 de maio de 1892, afirma:

> [...] Sobre passagem de cabecilhas deste lado para esse não há que temer que vazem com a gente pois não considero um só capaz de levar cinquenta homens, **sei que a poucos dias estiveram em conferências em São Tomé, província de Corrientes vários chefes, como o General [Fernando Rodrigues] Lima, Aparício Mariense, Coronel Fernandes de Lima e [José Gomes] Pinheiro Machado, Hipólito [Ribeiro]**, porém creio que com poucos elementos ao que me fez ver um amigo que ali esteve entre eles alguns dias, dizendo que pronto passarão [...] [Grifos nossos] [65].

Outros castilhistas estiveram emigrados, em Buenos Aires, e em diversos pontos do Uruguai, de onde compravam armamentos[66]. Do exílio, reuniam homens nos departamentos do norte/nordeste do Uruguai e em Corrientes, na Argentina, enquanto articulavam um contragolpe nos federalistas, buscando, dessa vez, o apoio do marechal Floriano Peixoto e dos militares do

[65] SALGADO, Manoel Alves. [Carta] 19 mai. 1892, Salto Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 3 folhas. Fala das armas dos federalistas que estão no depósito da alfândega em Buenos Aires e depósitos particulares, e também comunica sobre os castilhistas emigrados em Corrientes.
[66] VARES, Paulino. [Carta] 29 jun. 1892, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas. Fala que castilhistas estavam adquirindo armas em Montevidéu e Buenos Aires.

Exército que lhes eram simpáticos. Alguns destes, já à frente de seus batalhões, estariam mobilizados para derrubar o governo estabelecido (FLORES; FLORES, 1999).

No que tange as conspirações e movimentações castilhistas, o general Domingos Barreto Leite enviou um telegrama, em 6 de fevereiro de 1892, de Porto Alegre, para o general Tavares, comandante militar da Fronteira e Guarnição de Bagé, avisando-o sobre a movimentação armada de castilhistas em território uruguaio, temendo um ataque castilhista sobre as cidades de Quaraí, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, afirmando que havia solicitado medidas ao governo oriental. Neste documento, afirmava o seguinte:

> [...] General Tavares, Marechal Floriano Peixoto ordenou ministro brasileiro Montevidéu entender-se autoridades orientais sobre reunião forças na nossa fronteira; convém em todo caso que tenhais muita atenção sobre Rivera, Quaraí, onde estou informado que há reunião contrários. [Assinado] Barreto Leite[67].

Enquanto isso, do outro lado da fronteira, do departamento de Cerro Largo, Uruguai, Gumercindo Saraiva escrevia ao general Tavares, em 13 de fevereiro de 1892, relatando que havia capturado um espião castilhista que observava suas forças [federalistas] e suas movimentações. Contava a Joca, ainda, que teria avistado uma coluna de quinhentos homens próximo à fronteira[68]. Isso demonstra que a revolução continuava, ou seja, não havia pacificação nem consolidação da situação.

Estas informações acima apresentadas pelas cartas de Manoel Alves Salgado, Gumercindo Saraiva e telegrama de Barreto Leite, permitem entender a movimentação armada castilhista em diversos pontos do território uruguaio e argentino antes do período que a historiografia oficial estabeleceu como começo da Revolução Federalista. Além de corroborar nossa hipótese aqui defendida de um começo do conflito em 1891, demontram, que nesse período que antecede o contragolpe castilhista, em 1892, os castilhistas ocupavam a posição de revolucionários contra o governo surgido da Revolução de Novembro, articulando forças na fronteira contigua ao Rio Grande do Sul, desde os departamentos orientais de Cerro Largo até Artigas, de onde transitariam para a província argentina de Corrientes, na qual também possuíam homens e apoio.

---

[67] LEITE, Domingos Barreto. [Carta] 6 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Documento em que o general Barreto Leite comunica Joca Tavares sobre movimentação castilhista e risco de invasão próximas a Rivera e Quaraí, afirmando que já havia pedido ao governo Uruguaio medidas para impedir essa movimentação em território uruguaio.

[68] SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 13 fev. 1892, Departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Relata coluna inimiga de castilhistas próximo à fronteira.

Nesse contexto, os federalistas também compravam armas em Buenos Aires, conforme consta na carta de Manoel Alves Salgado ao coronel Zeca Tavares. Assevera Salgado, na correspondência, que as armas ainda não haviam chegado, pelo fato de terem de esperar por um indivíduo que fora tratar da liberação do armamento em Buenos Aires que, possivelmente, tenha sido Silveira Martins. Dá a entender, ainda, que parte do armamento já estaria com os federalistas, conforme é possível identificar na citação abaixo:

> [...] Pode-se conseguir as três mil armas, sendo mil e quinhentas para infantaria e mil e quinhentas para a cavalaria com mil cartuchos para cada uma arma, bem como as três mil espadas. **Estas armas parte ainda estão em depósito na alfândega de Buenos Aires e parte estão em depósitos particulares** [Grifos nossos][69]

O Rio Grande do Sul já estava conflagrado em luta desde a deposição de Castilhos, em 1891, ocorrendo conspirações, atentados e levantes em todo o estado para depor o governador, general Barreto Leite, e reconduzir Castilhos ao poder. O PRR tinha, em seu apoio, o 13º, o 29º e o 30º Batalhões de Infantaria do Exército, os quais tinham por comandantes os coronéis Tomás Thompson Flores, João César Sampaio e Arthur Oscar Guimarães, além do general Bernardo Vasques, comandante do 6º Distrito Militar, o que equivalia ao comando de todas as forças federais estacionadas no estado (FLORES; FLORES, 1999; MORITZ, 2005).

O levante inicial castilhista acabou fracassando. As forças do governo federal brasileiro foram deslocadas para o campo de instrução de Saicã, situado entre os municípios de Rosário do Sul e Cacequi, para evitar que tomassem parte dos acontecimentos. Debelado o movimento, passaram a ocorrer perseguições e punições aos revoltosos, além de atentados de toda sorte, em todo o Estado, agravando a crise política (MOURA, 2000; FRANCO, 2012; FLORES, FLORES, 1999).

A situação tornou-se insustentável para o governador, general Barreto Leite, que, em março de 1892, renuncia ao seu cargo, passando-o a seu vice, Dr. Barros Cassal, o qual procura apoio nos liberais *gasparistas* e *tavaristas* (MORITZ, 2005). Este, ao mesmo tempo que empregava uma política agressiva em relação aos castilhistas, dubiamente sobre forte influência do positivismo de Demétrio Ribeiro, buscou readaptar a Constituição de 1891, restituindo alguns aspectos propostos pelo PRR.

Dessa forma, as liberdades continuavam cerceadas, a imprensa continuava atacada, o poder Executivo sendo fortalecido, culminando com o adiamento das eleições, ações que

[69] SALGADO, Manoel Alves. [Carta] 19 mai. 1892, Salto Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 3 folhas. Fala das armas dos federalistas que estão no depósito da alfândega em Buenos Aires e depósitos particulares, e também comunica sobre os castilhistas emigrados em Corrientes.

isolaram o governo, restringindo-lhe a base de apoio (MORITZ, 2005). Os sucessivos adiamentos não descartam a possibilidade de que tenham sido fruto de sabotagem política interna, por elementos simpáticos às ideias de Castilhos, no interior do governo provisório, impedindo que se consolidassem as vitórias dos oposicionistas, situação que foi percebida pelos federalistas ao acusar Demétrio Ribeiro[70].

Os federais não abandonaram o governo do general Barreto Leite, tampouco Barros Cassal. Em carta a seu irmão Zeca Tavares, enviada de Porto Alegre, o Dr. Francisco demonstrava os esforços que foram despendidos, em incansáveis tratativas com Barreto Leite, buscando evitar, através de suas articulações políticas, que as eleições fossem novamente adiadas, tratando de estabelecer entendimento e evitar rompimento com os republicanos históricos:

> Mano e Compadre. Pela longa carta que me disse o João de Deus ter escrito ao Joca verão a forma porque foi recebida a embaixada que ele trouxe para o Cassal. Não imaginas o que de prudência tem sido necessário para tratar-se com semelhante gente sem romper abertamente. Com o Barreto Leite tive duas conferências para evitar o adiamento da eleição; tive o Diretório reunido em casa mais de 2 horas em discussão séria, enquanto eu ia e vinha de casa desse pobre homem tanto que mudava de opinião como as mulheres mudam de saias! Enquanto isso o "Rio Grande" nos atacava provocando uma resposta categórica de minha parte. Afinal chega o Gaspar a quem informei do ocorrido. Ele disse que eu tenho feito demais e que com essa gente não se podia tratar, porque adulteram o que se dizia, e negava o que se fazia! Hoje soube que o Barreto Leite ia telegrafar ao Floriano pedindo autorização para eleições municipais e consultar as localidades sobre a Constituição Cassal! Semelhante dislate fez com que eu mandasse o Salgado e Adriano entender-se com Barreto Leite e mostrar que o fim dessa consulta era evitar a eleição ou convenção que ele tinha convocado. Contra a vontade do Gaspar eles cumpriram a comissão; mas Barreto Leite mandou chamar Cassal que discutiu longamente terminando por declarar que a eleição seria adiada. Muito disso vamos reunir o diretório para resolver ou tentar mais alguma coisa até esgotar todos os recursos. Essa gente é capaz de desesperar um santo; também nada tem a perder [...][71].

Fracassadas as tentativas de entendimento com os republicanos históricos, em 31 março de 1892, o general Tavares organizou uma reunião, em Bagé, para a qual convidou mais de oitenta líderes oposicionistas do Rio Grande do Sul, com o propósito de realizar uma convenção política (FRANCO, 1996; 2012; ANDRADE, 2017).

Dentre as diversas lideranças estaduais, o general Tavares escreveu, em 12 de março de 1892, também ao governador do Rio Grande do Sul, João de Barros Cassal. Tratava-se de um

[70] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 19 abr. 1892, Bagé. [Para] LEITE, Domingos Barreto Leite, Porto Alegre, 2 folhas. Carta em que acusa Demétrio Ribeiro de positivista e pede que o general Barreto Leite não adie as eleições.

[71] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 16 abr. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 8 folhas. Documente onde Francisco comenta sobre suas tratativas para evitar adiamento das eleições.

convite que, na verdade, era uma explicitação dos descontentamentos da maioria que se sentia traída pela ação de Cassal. Apresentava, ainda, contestação às ações do governo, dentre elas o adiamento das eleições, que estaria contrariando os objetivos da Revolução, iniciada em novembro de 1891, que pusera fim ao governo de Castilhos e sua Constituição.

Na carta, também estava dito que seriam convocados, para a fundação do Partido Federalista, em Bagé, apenas aqueles chefes que tivessem participado da Revolução de Novembro, como pode ser observado a seguir:

> [...] Havendo de esta data, **convidado as influências do Partido Federal do Estado que tomaram parte na revolução de 8 de Novembro para reunirem-se nesta cidade no dia 31 do corrente afim de deliberar e assentar as bases sobre que deve ser constituído o Estado**; impõe-me a lealdade com que sempre costumo proceder e a consideração que a V. Ex.ª tributo, o dever de expor-lhe as razões que a isto determinaram-me, e permita V.Ex.ª, que faça com franqueza própria de meu caráter e que autoriza a uma vida já longa. **Logo após o triunfo da revolução e como consequência d'ela, era necessário o derrocamento da Constituição de 14 de julho, e a reorganização do Estado sobre Bases largamente democráticas.** Deve lembrar-se de que em uma Reunião na casa do Exmo. Sr. Visconde de Pelotas logo após de sua chegada da Capital Federal, estando presente os senhores Sr. Assis Brasil, General Osório, Coronel Salgado e meus irmãos Dr. Silva Tavares e José Bonifácio da Silva Tavares e outros, discutindo-se a maioria esse pensamento ficou ainda mais solidamente determinado. E **nem outro podia ser o objetivo da revolução de 8 de Novembro atinentes do Estado. Ao pegarmos em armas para reagir conta o poder ditatorial que se arrogou o General Deodoro, tivemos ao mesmo tempo em mira aniquilar o que se criara o Sr. Julio da Castilhos, a mercê de máquina compressora com que o nome de Constituição fabricaram seus frágeis adeptos e em cujos anéis de ferro estalam em bastilhas as liberdades que devem gozar os Rio-grandenses**; **sendo nosso principal intuito restabelecê-los ampliando-os. E se a revolução terminou de modo incruento, bem diversa e fatal podia ter sido essa solução**, e bem sabíamos nós que, lançando-nos em movimento iriamos arriscar interesses da mais elevada ordem: nada porém nos deteve. No entanto, coisas se estão passando de valor tão significativos que indiquem a crer a mim, a meus amigos e companheiros da jornada, d'aqui e de outras partes, que **a revolução tendo a ser desviada de seu nobre fim de fato, o que pensar da recente reorganização do poder judiciário do Estado, baseado na Constituição derruída? O que supor da anunciada reorganização dos municípios, em situação ainda anormal e antes da Constituição definitiva do Estado? o que significa o segundo adiamento para 13 de Maio, da eleição da convenção sem motivo plausível, e sem razão alguma produzida que explique e justifique sua necessidade? Como não acreditá-lo em vista da linguagem da imprensa que passa por semioficial, insistindo na execução do convênio de 23 de Abril subscrito por quem não estava investido de mandato especial contrair tais empenhos, contra o qual não se insurgirão as localidades pelo perigo de fazê-los na véspera de uma eleição que o governo pleiteava com toda a força de seu poder?** Estes e outros fatos de não somenos significação que, por amor da brevidade, silêncio, teve originado as apreensões a que alude, e que são partilhadas por grande número de companheiros da revolução apreensivo o espírito Rio-grandense. **Se realmente há o propósito de restaurar a Constituição do Dr. Castilhos, ainda que modificando-a, retirando desta arte o pensamento da revolução, então não vale entregar a este Governo do Estado, repondo tudo no estado anterior, isto seria mais lógico, menos penoso e até mais digno...** Para quantos atentam nas circunstâncias políticas de nosso Estado, a situação longe de se mostrar clara e desembaçada como deve sê-lo nos povos que dizem ser regidos por instituições democráticas apresenta-lhe obscura duvidosa e mesmo temerosa. E para que se desfaçam as dúvidas, se expor quem as trevas se

> desvaneçam os temores e se faça a luz que, de inteligência com muitos companheiros da revolução, tive a ideia de promover a reunião de que venho de falar para n'ela as influências locais que personificam a opinião de seus conterrâneos se manifestem franca e claramente. **Nos povos livres, sabe V. Ex.ª perfeitamente, o governo é a encarnação da opinião manifestada pelas maiorias; e nas circunstâncias atuais, o que resolver a maioria e o que se deve fazer meus mais fervorosos desejos são que esta terra, em abrir os olhos a luz, onde hei vivido e tenho os mais sagrados penhores de minha afeição, seja feliz e progrida ao influxo de instituições políticas livres e de leis sábias ditadas em consonâncias de suas tradições e costumes, reformando-as suavemente no que tiver de mal e incorreto; e, fazendo justiça aos sentimentos de V.Ex.ª penso que os seus serão idênticos**. Nesta persuasão mostre a esperança de que V. Ex.ª se dignará aprovas e até coadjuvar-me na realização de meu intento. Sendo cumprido o dever que me impõe, grato subscrever-me com estima e consideração. De Vossa Excelência. João Nunes da Silva Tavares [Grifos nossos][72].

A resposta recebida pelo general Tavares, em que Cassal se esquiva de comparecer à convenção em Bagé, apesar de explicar os objetivos de seu governo e das reformas pretendidas para se aproximar dos federalistas[73], não surtiu efeito, e a convenção ocorreu mesmo sem os republicanos representados por Barros Cassal e Demétrio Ribeiro.

O general Tavares recebia Gaspar Silveira Martins, em sua residência, em Bagé, e do entendimento entre os dois antigos líderes opositores dos tempos da Monarquia resultou a fundação do Partido Federalista, na busca por manter as conquistas do movimento iniciado em

[72] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 12 mar. 1892, Bagé. [Para] CASSAL, João de Barros. Porto Alegre, 4 folhas. Convite de Joca Tavares a Barros Cassal pra comparecer na convenção política em Bagé.

[73] CASSAL, João de Barros. [Telegrama] 19 mar. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 7 folhas. Palácio, Porto Alegre, 19 de março de 1892. Urgente - General Silva Tavares. Não como chefe revolucionário, mas como soldado de meu partido e humilde servidor minha pátria, acederei bom grado vosso convite se, como acredito e desejo, no espaço apregoado não me achar a frente administração. É certo que objetivo projetado reunião não me parece exprimir pensamento cordialidade política, por isso que não vejo motivo suspeitar-se da sinceridade dos órgãos oficiais provisoriamente incumbidos dirigir administração. Antes se algum motivo de suspeita pode haver é contra os que tendo assumido solene compromisso político, que os levou a luta e à vitória, hoje, no dia organização, buscam atirá-los à margem como bagagem pesada. A respeito receita, despesa; contrair operações créditos autorizados lei, autorizar desapropriação utilidades pública; mobilizar força policial; prover cargos públicos; prestar informação que Câmara pedir; requisitar governo União força manter ordem; representar contra funcionários federais, resolver limites município; manter relação governo outros Estados; resolvesse conflitos jurisdição funcionários administrativos ; decidir sobre alienação bens estaduais; conceder prêmios e aposentadoria, fazer cumprir deliberação câmara, leis Estado; Pelos crimes responsabilidade será processado câmara deputados e julgado por um tribunal composto sete membros câmara presidente relação e procurador geral. Crimes comuns respeito justiça ordinária. Pronunciados passará exercício cargo. O presidente iniciará o trabalho confecção projeto exame 4 meses e submetendo afinal câmara com todos esclarecimentos câmara deputados decretará orçamentos receita despesa, fiscalizará aplicação dinheiro público, promulgará leis; terá 35 membros cujo número poderá ser diminuído; se reunirá; reconhecerá poderes seus membros e organizará regimento interno; mandato facultativo, gratuito, durará 4 anos, votação simbólicos nominais ou por escrito funcionaria com metade e em totalidade membros. Pode reunir-se extraordinariamente deliberação própria; mudar a capital, apurar eleição presidencial resolver formação novos municípios, lançar impostos decima urbana, pertenceria municípios. Poder judiciário organizado conforme decreto 27 de fevereiro deste ano. Completa autonomia municipal no que diz respeito seus negócios peculiares. Casamento gratuito. Ensino Leigo [ilegível] secularizados. Ensino público gratuito. Completa liberdade consciência reunião garantida todos direitos individuais. Está se fazendo impressão decreto para derrama. Enviarei exemplares. Barros Cassal.

novembro de 1891, a partir de onde estabeleciam suas bases e reivindicações[74]. Além do mais, essa aliança aumentara as possibilidades de obter sucesso nos pleitos eleitorais, dali em diante e, frente a isso, Barros Cassal perdia a maioria que o sustentava.

Nesse período, em 14 abril de 1892, o general Tavares escreveu para o general Barreto Leite, aquele que seria nomeado o futuro governador do Rio Grande do Sul, colocando-se como representante estadual dos federalistas, a maioria política, pedindo-lhe que não adiasse mais as eleições e defendesse a Constituição em base liberais, não permitindo que Demétrio Ribeiro seguisse influenciando os negócios do Estado, corrompendo as conquistas da Revolução de Novembro, conforme a carta abaixo:

> [...] Muito estimo que V.E. esteja restabelecido de seus incômodos de saúde, podendo tomar conta do Governo do Estado que vos foi confiado pelos revolucionários. Para sairmos da situação desesperada em que nos achamos, o partido federal que incontestavelmente representa a grande maioria do Estado, muito confia no patriotismo de V.E, para **não adiar mais a eleição**, aonde sairia a convenção, que virá consolidar a República federativa brasileira, dotando nosso Estado, com uma **Constituição largamente liberal** e um governo democrático realmente e firmado na vontade popular. A solução me parece simples e se impõe naturalmente: demais é um dever a que V.E. está abnegado pelos compromissos, sabemos que tomou perante o Estado, prometendo uma eleição livre. Ela que se faça. Cumpra cada um o seu dever, aconteça o que acontecer, isso é o que manda o patriotismo. Na verdade qual a medida que mais depressa traz tranquilidade para o nosso querido torrão natal senão uma eleição livre. É claro que sabeis forte e pujante dar uma expressão da vontade do povo, é o único capaz de dar-nos tranquilidade de que tanto necessita o nosso querido Rio Grande, para enveredar seguro pelo caminho do progresso. **Não consinta meu General que o Dr. Demétrio Ribeiro, asa negra do Partido Federal, o Dr. Demétrio é comtista, que segue fanaticamente uma seita repelida pela imensa maioria do Rio Grande, esteja nos ludibriando e não poucas vezes caluniando**! Confiando no muito amor que dedica ao nosso querido torrão espero que assumireis o governo que tão lealmente vos foi confiado. Assinado, João Nunes da Silva Tavares[75]. [Grifos nossos]

Mais tarde, em 3 de maio de 1892, o general Tavares escreveu uma carta a seu amigo pessoal, general João Batista da Silva Telles, explicando a situação política do Rio Grande do Sul e solicitando que ele fosse seu intermediário para conversar com o Presidente da República,

[74] De acordo com Wenceslau Escobar (1983, p. 36), o programa federalista previa, por sua vez: "Eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser eleito para o período seguinte; governo desta autoridade sob responsabilidade se seus secretários, com faculdade de terem asseto na Câmara, eleição desta por período de quatro anos, por distritos eleitorais, voto incompleto e renovação do mandato bienalmente por metade; iniciativa do governo na apresentação das leis à Câmara, com exceção das leis de sua exclusiva competência; autonomia dos municípios; imprensa livre, competindo o julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários".

[75] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 19 abr. 1892, Bagé. [Para] LEITE, Domingos Barreto Leite, Porto Alegre, 2 folhas. Carta em que acusa Demétrio Ribeiro de positivista e pede que o general Barreto Leite não adie as eleições.

marechal Floriano Peixoto[76]. Na correspondência, pede que fosse respeitada a vontade da maioria e que fossem realizadas eleições livres, sem que o governo federal tentasse influenciar nos resultados, o que poderia trazer consequências imprevisíveis[77]. Ainda com base nessa correspondência, é possível perceber a capacidade de Joca Tavares de estabelecer negociações diretamente com o Rio de Janeiro. Permite afirmar, igualmente, que ele defendia um regime de República parlamentar, conforme o trecho da carta citada abaixo:

> As apreensões com que estão nessa capital são infundadas. **Nós federalistas queremos uma república como a dos Estados Unidos, França, etc., isto é, uma república parlamentar, com a mais adiantada do mundo civilizado.** É provável que apareçam intrigas e mexericos com o fim de conseguirem apoio do governo, pois, consta-nos que seguiu para aí o Dr. Demétrio Ribeiro, o único responsável por todos os embaraços na reorganização deste Estado, e o homem que só vê diante de si o seu eu e o positivismo. Já pedi ao nosso Amigo General Floriano Peixoto por telegrama para não sacrificar o Rio Grande que é a vanguarda da República Federal. O Rio Grande quer o General Telles para o comando do distrito militar, como conhecedor do pessoal, portanto do caráter dos homens capazes de alguma coisa. (Assinado) João Nunes da Silva Tavares[78].

Mais uma vez, o discurso de que o Rio Grande do Sul, enquanto sentinela da pátria, era invocado, como o fora anteriormente, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), ressaltando sua posição estratégica no Prata para conseguir apoio político, em meio a um período de riscos de conflito com a Argentina (HEINSFELD, 2003; CERVO; BUENO, 2015).

Por outro lado, acusa as dificuldades criadas por Demétrio Riberio, na formação de um governo no Rio Grande do Sul, atacando suas ideias políticas como ameaçadoras contra a chamada Revolução de Novembro de 1891, portanto, diametralmente opostas às suas. Enquanto isso, buscava colocar o general Telles, usando de sua influência, como comandante militar do 6º Distrito, o que viria a frustrar quaisquer tentativas de sublevação contra o governo estabelecido.

Quanto às eleições livres, no Rio Grande do Sul, pauta defendida pelos federalistas, eram fundamentais para manter Castilhos fora do poder e derrogar sua Constituição. Isso porque Floriano Peixoto revogou as medidas que haviam sido aprovadas por Deodoro da Fonseca. Dessa forma, perderiam a validade os atos promovidos anteriormente, dentre eles, a Assembleia

[76] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 3 mai. 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva, Rio de Janeiro, 2 folhas. Carta pessoal explicando situação política e pedindo ajuda para intermediar com Floriano Peixoto. Fala o modelo de república que os federalistas defendiam.
[77] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 3 mai. 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva, Rio de Janeiro, 2 folhas. Carta pessoal explicando situação política e pedindo ajuda para intermediar com Floriano Peixoto. Fala o modelo de república que os federalistas defendiam.
[78] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 3 mai. 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva, Rio de Janeiro, 2 folhas. Carta pessoal explicando situação política e pedindo ajuda para intermediar com Floriano Peixoto. Fala o modelo de república que os federalistas defendiam.

Constituinte que promulgou a Constituição de 1891 e elegeu Júlio de Castilhos (MORITZ, 2005).

Novas eleições haviam sido prometidas para o dia 21 de julho de 1892, entretanto, vinham sendo constantemente adiadas por Cassal e por Barreto Leite, colocando em risco todos os avanços dos oposicionistas, pois elas consolidariam a vitória da Revolução iniciada em novembro de 1891 (MORITZ, 2005).

Concorreriam à eleição, os Partidos Republicanos dissidentes, compostos pelo governador Barreto Leite, Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e outros. Quanto ao Partido Republicano Rio-Grandense, de Júlio de Castilhos, decidiu abster-se do pleito, defendendo que o governo fosse transferido ao general Vasques, aliado de Castilhos, o que derrubaria por terra os intentos dos oposicionistas e marcaria o retorno de Castilhos. No que se refere ao Partido Federalista, este havia elegido diversos representantes, dentre eles os irmãos Dr. Francisco e José Bonifácio da Silva Tavares, Rafael Cabeda (representando Sant'Ana do Livramento), Dr. Cândido Tavares Bastos (representando Dom Pedrito), bases políticas dos Tavares, além de Gaspar Silveira Martins, Joaquim Pedro Salgado, entre outros personagens (MORITZ, 2005).

O general Barreto Leite perdera o apoio dos federalistas, nos bastidores do poder, tendo em vista que seria uma fragorosa derrota se ocorressem as eleições. Enquanto isso, uma nova conspiração, arquitetada pelo PRR e com apoio do Exército e da Brigada Militar, visava derrubar o governador. Diante dessa situação incandescente, tanto Barreto Leite quanto Barros Cassal renunciaram ao poder e tentaram passá-lo para Silveira Martins, que o recusou, indicando o Visconde de Pelotas para tal (MORITZ, 2005).

Ao assumir o governo do Estado, em 8 de junho de 1892, o general José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, prevendo complicações no horizonte, nomeou seu velho camarada de armas e amigo, ambos heróis da batalha de Aquidaban[79], o general Tavares, para ser vice-governador. Através de carta, explica-lhe que já sabia das conspirações e que seria inevitável o contragolpe castilhista que o derrubaria. Assim, passa-lhe instruções e envia um documento com a data em branco, o qual deveria ser preenchido na data que ocorresse o atentado, transferindo-lhe o governo, que deveria ser assumido pelo general Tavares em Bagé[80].

[79] Ambos estiveram na última etapa da Guerra do Paraguai (1864-1870), na Campanha da Cordilheira, e também na perseguição, captura e morte do presidente paraguaio, Francisco Solano López, evento conhecido como batalha de Aquidaban (SOUZA, 1966).

[80] CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 14 jun. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas. Documento em que explica a situação política, a inevitabilidade do contragolpe e envia carta de transmissão do governo.

Joca Tavares já estava ciente das movimentações e do contragolpe. Havia sido avisado também por seus correligionários, Joaquim Pedro Salgado e Adriano Nunes Ribeiro, acerca dos intentos de vingança do PRR, que lhe escreveram, em junho de 1892, assim afirmando:

> **Sabemos com segurança que vencidos Novembro pretendem reaver posição perdida, para realizarem plano sinistro vinganças contra todos nós**, provavelmente 12 ou 13 corrente. Governo provisório toma medidas enérgicas, disposto terminar de vez causas perturbadores ordem. Ordena patriotismo **defender vitória revolução Novembro**, saindo a campo sufocando movimentos **contrarrevolução**, lado governo, não propondo sacrifícios os que esquecendo ressentimentos com energia, quem pretender contra existência governo da revolução de Novembro. Pelo diretório. Joaquim Pedro Salgado e Adriano Nunes Ribeiro. [Grifos nossos][81].

Os castilhistas, com apoio do Exército e da força policial, conhecida como Brigada Militar, e com a informação sobre a estratégia pela qual Barreto Leite passaria o governo para o PRR, mudavam os planos e aceleravam as ações que deveriam ocorrer, no sentido de evitar a eleição de 21 de junho. O contragolpe viera por meio das armas, em 17 de junho, data em que assumia o governo, em Bagé, o general Tavares, que logo enviou telegramas a todas as partes do estado, comunicando ter assumido a chefia do Executivo. Logo deixa o Comando da Fronteira e Guarnição de Bagé, passando-o ao comandante do 4º Regimento de Artilharia, em Bagé[82]. Nessa mesma ocasião, o general Tavares havia solicitado a seu irmão, barão de Santa Tecla, o qual estava em Pelotas nesse momento, que enviasse um telegrama, em 18 de junho de 1892, ao Presidente da República, Floriano Peixoto, no qual afirmava:

> Visconde de Pelotas **transmitiu-me ontem governo Estado oriundo Revolução de Novembro**, donde emergiu também governo V. Ex. Acabo saber que chefe governo então vencido declarou-se reintegrado Porto Alegre. Situação gravíssima. Não querendo conflagrar Estado que se acha em dois governos que necessariamente entrarão em luta, peço V. Ex. intervenha nomeando governador que venha constituir Estado livremente. Mantenho-me cargo aguardando resposta. General Tavares. Bagé, 18 de junho de 1892. [Grifos nossos][83]

A todo instante é possível perceber a referência que Joca Tavares faz à Revolução de Novembro que havia alçado Floriano à presidência da República, cobrando-lhe apoio diante da

[81] SALGADO, Joaquim Pedro; RIBEIRO, Adriano Nunes. [Carta] jun. de 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Avisam sobre a tentativa de golpe dos castilhistas e de seus intentos de vingança e de acabar com vitórias políticas, obtidas na Revolução de Novembro.
[82] TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 17 jun. 1892, Bagé. [Para] VASQUES, Bernardo. Porto Alegre, 1 folha. Documento em que resigna ao comando da fronteira e guarnição de Bagé.
[83] TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 18 jun. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 1 folha. Pede ao visconde de Santa Tecla, seu irmão, para enviar por telegrama uma mensagem urgente à Floriano Peixoto, Presidente da República.

gravidade da situação. O apelo foi em vão, a tentativa não encontrou apoio em Floriano Peixoto, o qual já estava de acordo com Castilhos e comandantes militares do Exército, estacionados no Rio Grande do Sul, e também convencido da impossibilidade de que Gaspar Silveira Martins chegasse, novamente, ao poder em qualquer hipótese.

Em Porto Alegre, após a queda do Visconde de Pelotas, Júlio de Castilhos negando-se a ascender ao poder, coloca seu vice, Victorino Monteiro, como governador (FRANCO, 2012), enquanto permaneceria esperando novas eleições que iriam ocorrer, dessa vez, sem perigo, legitimando seu governo.

Enquanto isso, em Porto Alegre, em 20 de junho de 1892, Vitorino Monteiro enviava carta ao general Tavares, concitando-o a renunciar ao governo:

> [...] Esta vitoriosa no Estado revolução efetuada pelo Partido Republicano Rio-grandense ao qual compete a responsabilidade da definitiva organização política e administrativa do Rio Grande do Sul. Havendo assumido Governo Dr. Júlio Castilhos como presidente constitucional, no dia 17, resignou cargo e escolheu-me perante população revolucionada para vice-presidente. Desde aquele dia estou exercício cargo apoiado por todas as forças revolucionárias triunfantes, que se conservam de armas na mão, meu governo está expressamente reconhecido pelo vice-presidente República e pelo seu representante aqui, General Bernardo Vasques comandante 6º Distrito Militar. Consta que instituístes aí e pretendei manter simulacro governo contrariando resultado positivo revolução. Como rio-grandense não deveis embaraçar pacificação Estado. Espero portanto que desistireis prontamente do vosso intento perturbador cuja manutenção importará derramamento de sangue nossos patrícios, sob pena de serdes responsabilizado quaisquer consequências. Por maior que seja vosso prestígio, vossa resistência será debelada, porque disponho todos elementos. Apelo vosso patriotismo. Vitorino Monteiro[84].

Em Bagé, de posse do cargo de governador do Estado, o general Tavares decide resistir em armas e, para tal, contando com o apoio de seus correligionários que haviam partido para essa cidade, organizou a resistência. Naquele momento, contando com mais de três mil homens mal armados, estavam lideranças federalistas que haviam acompanhado o general Tavares, desde o começo da Revolução de Novembro de 1891, conforme iremos nos deter no capítulo 5. Enquanto isso, as forças do Exército que poderiam partir em socorro ao general Tavares foram desarmadas pelo comandante do 6º Distrito e amigo de Castilhos, general Bernardo Vasques (ESCOBAR, 1983).

Ainda no cargo de governador, o general Tavares escrevia, em 26 de junho de 1892, uma carta a outros militares do Exército que haviam lutado a seu lado, na Revolução de Novembro de 1891, movimento do qual havia surgido o governo do Visconde de Pelotas e de

[84] MONTEIRO, Victorino José Carneiro. [Carta] 20 jun. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas.

quem recebeu o governo do Estado. No documento, ao enfatizar a necessidade de defendê-lo, ressaltando a responsabilidade que assumira diante de seus amigos do Estado e convocando-os a permanecer a seu lado, declarou:

> [...] **Estamos portanto em aberta luta com o governo instituído na Capital do Estado, defendendo o que se acha em minhas mãos como legítimo, pois que é oriundo da gloriosa revolução de 8 de novembro.** Dito isto, devo agora passar a expor-lhes as tramas urdidas pelos Castilhistas em conchavo com o Gen. Floriano que fez neste Estado seu vil instrumento o Gen. Bernardino Vasques. Pelo telegrama cuja cópia com esta envio, e que me veio de fonte insuspeita, verão Vossas Excelências, que as ocorrências políticas que estamos presenciando se estavam dando por prévio acordo do centro com os inimigos da revolução de 8 de Novembro; d'aí, a posição a que os reduziu como insuspeitos o Comando do 6º Distrito, retirando-lhes as munições e conservando-os em acampamentos sem meios de locomoção, quando já retiraram outros corpos por julgá-los sem a dúvida propícios aos seus intentos; d'aí a intervenção senão material pelo menos moral dos corpos que já d'aí saíram nos acontecimentos políticos de Porto Alegre, por quanto, senão foram essas forças a rua naquela ocasião, estiveram, entretanto, de prontidão nos quarteis para saírem caso fosse preciso, como declarou o Tenente Chacha [Pereira], d'aí finalmente a posição ostensiva reinante adversa a nossa causa do 3º de artilharia no Rio Grande já auxiliando a restauração das autoridades castilhistas, já procurando fornecer artilharia e munições à cidade de Pelotas; do destacamento de S. Gabriel que chegou a disparar tiros de canhão contra os nosso amigos d'ali, e do 6º Regimento de Livramento na retaguarda do qual formaram os paisanos castilhistas [...] bastante o acordo feito pelo telegrama citado que envio seriam suficientes para deixar bem claro a patente vontade do Centro de esmagar com mão de ferro a soberania do povo rio-grandense; procedimento este tanto mais ilógico e condenável quanto aquele governo tem a mesma origem do que pretendem aniquilar a revolução de 8 de novembro; procedimento tanto mais inqualificável quanto aqueles que eram dissidentes (os Cassalistas) contra ele se revoltam como eloquentemente o diz o manifesto do Cassal e pedido de demissão do ministro Dr. Antão de Faria conforme o boletim e telegrama, que com este remeto. Diante da atitude que tem tomado, como digo, aqueles que eram nossos dissidentes, em favor de nossa causa e contando com o vosso nunca desmentido patriotismo**, cheguei a convencer-me, que outra não pode ser a posição dos valentes soldados ao lado dos quais formei na gloriosa revolução de 8 de novembro, senão a íntima solidariedade na defesa da obra da mesma revolução [...].**[85] [Grifos nossos].

Seu chamado não surtiu o efeito esperado: as forças do Exército que poderiam lutar em seu auxílio estavam desarmadas. A contrarrevolução castilhista já estava arquitetada, e os detalhes da situação ocorrida foram narrados pelo Visconde de Pelotas, por meio da carta escrita ao general Tavares, em 30 de junho de 1892. Afirma, no documento, que não contava com meios para resistir às forças castilhistas que estavam armadas pelo general Bernardo Vasques, e que somente ele, general Tavares, com seu prestígio, poderia resistir ao que chamava de "governicho saído dos quartéis da polícia", dentre outros aspectos que reproduzimos abaixo:

> Exmo. Colega e amigo Sr. General Silva Tavares [...] Como parece as circunstâncias não se fizeram esperar, obrigando-me a passar-lhe o governo. Traído indignamente

[85] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta], 26 jun. 1892, Bagé. [Para] BITTENCOURT, Carlos; SALGADO, Joaquim Pedro; ONOFRE; PEDRO; CONTREIRAS. Sem local, 3 folhas.

> pelos dois corpos de polícia, única força de que dispunha, traído ainda miseravelmente pelo General Bernardo Vasques que fez sair do arsenal de guerra grande quantia de armamento, que fez distribuir a homens do povo, e mandando também para a tipografia da Federação, compreende-me que era impossível aceitar a luta que me provocaram, achando-me nesta cidade sem nenhum apoio, e sendo que os nossos adversários abraçam animado pelos Marechal Floriano Peixoto, que ordena ao general Vasques que interfira francamente, foi por isso levado a passar-lhe imediatamente o governo. Não encontrando-se V. Ex.ª nas circunstâncias como que me vi, ficara-lhe completa liberdade para obrar proficuamente, por que além da autoridade de governo deste Estado, também a maior influência e prestígio para chamar a si os bons filhos desta terra, que não suportam este governicho saído dos quartéis da polícia e mantem contra si a grande maioria do Rio Grande. Terá naturalmente de vencer grandes dificuldades, como a falta de armamento, de dinheiro, e estação invernosa mas ainda assim estou certo que elas serão vencidas pelo chefe denodado que está à frente do governo e de companheiros cheios de amor pela Pátria. E quando lembro-me que os revolucionários de 35, que não tiveram em armas mais que cinco mil homens mal armados, bateram-se contra milhares de soldados e generais [..] postergaram a guerra durante 10 anos [...] acredito que v. Ex.ª levará de vencida os maus rio-grandenses que tiverem a audácia de lhe oporem. Quisera apesar de minha má saúde, que sequer me permite montar a cavalo nem me deixa caminhar a pé, ter a satisfação de pôr-me a seu lado; mas priva-me ainda deste gesto a consideração de que tudo quanto se tem feito e se está fazendo, e se tem sido a sua grande influência, e a minha presença aí, nestas circunstâncias, seria inoportuna. Assim, pois, só irei se for por V. Ex.ª chamado. [...] Silveira Martins, Coronel Salgado e D. Adriano estão foragidos. Tenho-me conservado na cidade, sendo porém muito vigiado, e só daqui sairei para colocar-me a seu lado, quando julgar que devo ir. Desejo muito que escreva, dando notícias, porque aqui, nunca se sabe e julgo que poderá ficar com segurança [...] Velho camarada e amigo certo, Visconde de Pelotas. Porto Alegre, 30 de junho de 1892[86].

Enquanto isso, tanto as forças comandadas por militares do Exército, tendo à frente o coronel Artur Oscar – muitas destas confessadamente simpáticas a Júlio de Castilhos e ao Positivismo (LOVE, 2006) −, quanto as forças organizadas por Castilhos, denominadas de "batalhões patrióticos", compostas por forças civis em armas, marcharam para Bagé e obtiveram a rendição de Joca Tavares, ainda em julho de 1892.

A violência, que antes havia sido utilizada pelo governo surgido da Revolução de Novembro, para combater as tentativas dos castilhistas de reconquistar pelas armas o poder, agora passava a ser utilizada pelos vitoriosos castilhistas contra os federalistas. As prisões de personagens proeminentes da oposição como, por exemplo, as de Carlos Von Koseritz e de José Facundo da Silva Tavares, além do assassinato de Frederico Haensel (ANDRADE; PIASSINI, 2017), atos executados pelas forças castilhistas, em novembro de 1892 a 1893, explicitavam a violência que se seguiu.

Todos esses fatos levaram Flora Nunes Vieira da Silva Tavares, esposa de Joca Tavares, a também reclamar da violência e solicitar garantias do governo. Nesse sentido, enviou um

[86] CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 30 jun. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 6 folhas. Documento em que fala sobre o golpe castilhista e apoio do Exército, sobre as dificuldades que Joca enfrentará para resistir, seu mal estado de saúde e o prestígio de Joca para resistência.

telegrama ao general João Telles, amigo pessoal de sua família, no qual informava que seu marido havia resolvido dissolver suas forças para que o conflito fosse evitado, afirmando que seu esposo, "receando violência adversários emigrou Uruguai. Perseguição continuam forças governo cometendo violências, saqueando nossas estâncias toda família e amigos. Peço amigos providência evitar tanto terror [...] [sic]"[87].

O recrudescimento da contenda e a exclusão de qualquer expectativa de possibilidade de apoio ou mediação para a questão política inverteram as posições, passando a ocorrer uma emigração de cerca de 10 mil rio-grandenses, buscando asilo no Uruguai e Argentina. Dentre eles estavam federalistas, republicanos dissidentes, monarquistas (FLORES; FLORES, 1999; LOVE, 2006), enfim, famílias inteiras fugiram da perseguição.

Enquanto isso, a vitória que legitimaria o regresso de Castilhos ao poder aconteceu através de eleição, em novembro de 1892. Marcada por considerável abstenção da oposição, elegeu a maioria castilhista para a Assembleia Legislativa e recolocou, através do voto, Júlio de Castilhos e o PRR novamente no poder (FLORES; FLORES, 1999).

O Dr. Francisco Tavares estava no Rio de Janeiro quando ocorreu a deposição de seu irmão, general Tavares, a quem escreveu longa carta, em 20 de julho de 1892. Tomado de consternação, explicitava todas as possibilidades que os Federalistas dispunham para entender as incertezas que fizeram parte daquele contexto. Nada estava dado, era preciso pensar nas oportunidades de reação. Ao mesmo tempo, a incerteza e as possíveis mudanças de posturas políticas contrastavam com a certeza que demonstravam no poder que possuíam os Silva Tavares, como é observar na carta abaixo:

> [...] Aqui o que fazer? Qual a posição que nos colocou o governo? Derrubar somente o Castilhos a mão armada? Trazer a guerra aqui para derrubar Floriano? Mas nessa hipótese, quem o substituirá? Um outro general? Onde está ele? Um paisano? Quem o sustentará? Fazer a separação e com ela pátria nova? Segundar os esforços restauradores? [...] Para mim, a forma nada vale diante do bem-estar geral, quer social, quer político, quer em relação aos princípios que regem a humanidade. Desta República, que não é a que espero senão o aniquilamento. As suas desgraças nos fazem ter saudades da paz e da tranquilidade que gozávamos em tempos mais felizes. Esta República para mim nada vale, não é outra coisa que a destruição. Ela pode desaparecer quando quiser. Para termos uma boa República é preciso que a má desapareça. Esta pode levar o Diabo. O Gaspar aqui chegou. Dá os motivos porque refugiou-se, receio de ser assassinado. Nada adiante do que se passou no Sul. O Chico Maciel e o Eliseu aqui chegaram [...] causou-me má impressão a ida do especulador do Cassal para Cerro Largo. A esse maluco desleal devemos as desgraças de nossa terra e a luta que estamos sustentando, e tenho convicção que se esse continuar a nosso lado será para trair-nos como já nos traiu depois da Revolução de Novembro. A esse maluco desequilibrado devemos a perda de elementos, como a esquadrilha [...]. Antão e Demétrio continuam com a sua impostura canalha a dizer pela Rua do Ouvidor que

[87] TAVARES, Flora Nunes Vieira da Silva. [Telegrama] 21 jul. de 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva. Rio de Janeiro, 1 folha. Pede intervenção de Telles junto ao governo para evitar violências.

> o único homem que sobrou no Rio Grande foi o Cassal, que a imigração deste homem é uma garantia para a vitória dos verdadeiros republicanos. Tartufos! [...] Acho-os muito piores do que o Castilhos. Nunca se lembraram de nós senão quando são alijados do poder, e quando o empalmão [sic] esquecem-se de que vivemos e nos consideram criaturas do Gaspar, como teve ocasião de dizer-me o tal Antão quando ministro nulo que foi, mimoseando-nos com o título de gasparistas, que nunca mais haveriam de governar o Rio Grande. Apesar de todos os horrores que fizeram os castilhistas, tenho mais nojo do Cassal, do Demétrio e do Antão, verdadeiros especuladores e causa eficiente de tudo que tem acontecido, pela traição com que procederam adiando as eleições, decretando Constituição contra o que havíamos anteriormente combinado em diversas reuniões [...][88].

A análise dessa carta permite observar dois aspectos. O primeiro, refere-se ao desprezo pelo modelo republicano implantado e pelo cenário político que se apresentava, o qual diferia do que, para o autor da carta, seria uma República ideal. O segundo, diz respeito ao fato de que os Silva Tavares refutavam serem chamados de "gasparistas". Isso aponta para o fato de que estes constituíam um grupo próprio, com seus próprios interesses e capital político capaz de representá-los, corroborando os estudos que têm afirmado a existência de grupos distintos, tanto entre os oposicionistas como entre os federalistas (COSTA, 2006; ROSSATO, 2020). Encontravam, ainda, ressonância nos projetos políticos pensados por Gaspar Silveira Martins, distintos do castilhista, apoiados pela influência e prestígio deste, passando as pretensões tanto ao âmbito nacional quanto ao internacional, e não apenas restritas a uma reivindicação estadual.

As desavenças entre os grupos oposicionistas, especialmente em relação aos republicanos históricos e os federalistas, foram causadas, segundo expressa Dr. Francisco na carta, pela atitude deliberada de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Antão de Faria em adiar as eleições, motivada pelo ódio que estes nutriam contra Silveira Martins. Nesse sentido, teriam sacrificado as conquistas da Revolução de Novembro, a fim de impedir que ele regressasse ao poder e, com isso, teriam sido os responsáveis pela perda de recursos importantes, como, por exemplo, a perda de forças da marinha que guarneciam os rios, chamadas de esquadrilhas, forças estratégicas para uma reação dos federalistas contra Júlio de Castilhos.

Os eventos expostos, até o momento, constituem aspectos que formam a base de nossa hipótese acerca da Revolução Federalista. Iniciada em novembro de 1891, a Revolução surgiu em defesa da Constituição Federal contra uma tentativa de golpe de Deodoro da Fonseca que, ao atentar contra o Poder Legislativo, imporia um governo autoritário.

O movimento revolucionário que se insurgiu, no Rio Grande do Sul, encontrou justificativa perfeita para a deposição de Júlio de Castilhos, diante do apoio oferecido por este

[88] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 20 jul. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé. Documento em que fala sobre a situação política e sobre as possibilidades diante da situação surgida. Expressa seu desgosto pela oposição e refuta ser entendido como "gasparista".

a Deodoro. Os revolucionários rio-grandenses prezavam pela legalidade e pela defesa da Constituição, cuja legitimidade estava embasada em princípios liberais, parte da cultura política da época. Portanto, consideravam-se dentro da lei. Desse modo, o governo que se seguia, em Porto Alegre, observava a ordem legal, confrontando a visão de um "governicho", ou de um golpe da oposição, uma vez que as disposições do governo de Deodoro haviam sido revogadas após sua deposição, as mesmas que haviam convocado as eleições que elegeram Castilhos e aprovado a Constituição sul-rio-grandense de 1891.

O depoimento concedido pelo Dr. Francisco Tavares ao jornal *El Dia*, de Montevidéu, acerca da conferência da Carpintaria, ocorrida entre os generais Tavares e João Batista da Silva Telles, em 1892, apresentado na íntegra por Epaminondas Villalba (2017), vem ao encontro do que procuramos apresentar e corrobora nossa hipótese de que o conflito denominado de Revolução Federalista teria começado ainda em 1891. Nesse documento, afirmou que na reunião ocorrida, teria sido tratado o seguinte assunto:

> O general Tavares expôs os acontecimentos do Rio Grande do Sul desde a revolução de novembro. Disse que essa revolução deu como resultado a queda do marechal Deodoro e a sua substituição pelo marechal Floriano no Governo da República no Rio Grande a separação de Júlio de Castilhos da presidência do Estado e a elevação ao poder do partido federal, iniciador da revolução; que todos esses atos foram sancionados pelo marechal Floriano e pelo Congresso; que tendo sido nomeado segundo vice-governador do Estado assumiu o governo em Bagé do dia 17 de junho do corrente ano, por ter-lhe transferido o vice-governador Visconde de Pelotas, quando no dia 17 soube que em Porto Alegre tinha havido uma revolução castilhista com o fim de reestabelecer a situação derrubada em Novembro, tornando Júlio de Castilhos a assumir o governo, que entendendo ser o seu dever sustentar a situação criada pela revolução de Novembro, e na convicção de que nenhum obstáculo lhe seria oposto por parte do marechal Floriano, que por lealdade e consequência política não podia apoiar a contrarrevolução castilhista e desfazer a obra do patriótico movimento de Novembro, ao qual o próprio marechal devia o poder, procurou reunir elementos para resistir a essa contrarrevolução [...] (VILLALBA, 2017, p. 247-248).

A partir dessa perspectiva, o governo do Rio Grande do Sul estava sob bases liberais e legais. Portanto, a não aceitação da deposição de Castilhos, por ter apoiado um golpe contra a própria República que se instaurara, por compactuar com o modelo autoritário de governo e pela preponderância do Executivo sobre o Legislativo, levou o PRR a tramar, a partir do exterior, uma contrarrevolução coroada com a retomada do poder por forças castilhistas e do Exército, em junho de 1892, que reconduziu Castilhos ao poder, logo repassando o governo a Victorino Monteiro.

O contragolpe dos castilhistas no general Tavares, em junho de 1892, depondo o vice-governador, em exercício, de um governo que surgiu em decorrência da Revolução de Novembro, o mesmo que conduziu o marechal Floriano Peixoto ao poder, significava o motivo

de beligerância do qual os federalistas se utilizaram. Ao encontro dessa afirmação, tem-se a carta enviada por Gumercindo Saraiva ao general Tavares, em 30 de maio de 1893, na qual afirma:

> Exmo. General Silva Tavares [...] **Bem sabe que a revolução se encarna na sua pessoa e que a falta da sua pessoa não nos dará direito a sermos tidos como beligerantes**. Acresço mais, que sendo V. Ex.ª o alvo de todos os patriotas não deixariam-se [sic] desmoralizar [...][89]. [Grifos nossos].

No momento da retomada do poder pelos castilhistas, em junho de 1892, os federalistas seriam as forças legalistas, enquanto os castilhistas as forças que haviam usurpado o governo, restaurando consigo a Constituição de 14 julho de 1891, o conferia aos federalistas o direito de resistir e reaver o governo, servindo como justificativa a deposição do general Tavares. A partir dessa perspectiva, o que queremos dizer é que para os federalistas, seu governo era o legal, enquanto os castilhistas, forças rebeldes. Quando deposto, em julho de 1892, sob ameaça de ser preso por ordem de Victorino Monteiro (ESCOBAR, 1983), Joca Tavares decidiu retirar-se para o Uruguai junto com outros federalistas, momento em que se inverterm os papéis.

Da mesma forma que os castilhistas haviam invadido o Rio Grande do Sul, a partir do Uruguai e da Argentina em 1891, como reação à deposição de Castilhos, – momento em que podem ser entendidos como revolucionários –, a invasão federalista em fevereiro de 1893, foi mais um contragolpe que buscava reaver um governo que os federalistas julgavam ser seu por direito.

Isso contribui para defender que a Revolução teria começado em 1891 e não em 1893, pois suas causas profundas estão na deposição de Júlio de Castilhos pela Revolução de Novembro. Essa visão decorre do fato de que desde 1891, o Rio Grande do Sul esteve envolvido em perseguições políticas promovidas por parte da oposição que assumiu o governo após novembro de 1891, assim como posteriormente, o mesmo passa a ocorrer quando os castilhistas retomam o poder em 1892 (MOURA, 2000).

Nesse sentido, defendemos que esses eventos anteriores não seriam os antecedentes do conflito, mas a causa. Estabelecer a deposição de Joca Tavares, em Bagé, em 1892, ou em fevereiro de 1893, como o começo da Revolução Federalista consiste, a nosso ver, uma redução do processo, o que resultaria em compreender o conflito apenas da perspectiva castilhista.

Delimitada uma nova cronologia para o começo da Revolução Federalista, ainda resta debruçarmos nossa atenção sobre sua quinta fase, período que compreende um contexto de

[89] SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 30 mai. 1893, campos de Pantaleão Pereira. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala que a revolução se encarna em Joca Tavares e que dele dependem para poder ter o direito de serem beligerantes.

dificuldades enfrentadas pelos federalistas, que criou condições para a assinatura da ata que deveria ter encerrado o conflito. No entanto, tratou-se de um processo que efetivamente veio a ocorrer somente no ano seguinte, em 1896. Além disso, procuraremos compreender a atuação dos Silva Tavares, nesse processo, conforme iremos apresentar a seguir.

1.2 A PAZ AINDA QUE TARDIA: A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS SILVA TAVARES NO PROCESSO DE PACIFICAÇÃO DA REVOLUÇÃO

A última fase da Revolução Federalista refere-se a um período que compreende o contexto de insucessos federalistas, a partir de 1894, passando pela assinatura do Tratado de Paz, em 1895. Abrange, igualmente, o período posterior a este, no qual os federalistas ainda eram perseguidos pelos castilhistas e buscavam ressarcimento de suas perdas junto ao governo federal, a partir de 1896.

O estabelecimento de uma data para o término do conflito não significa que a exclusão do contexto levou à busca pela pacificação, tampouco que este tenha cessado após sua assinatura. A assinatura do Tratado de Paz, em agosto de 1895, não significa que teriam cessado os motivos que levaram ao conflito, que o ódio tivesse desaparecido entre as partes contendoras, que as perseguições tivessem cessado com o Tratado, e que os grupos federalistas e suas reivindicações tivessem sido efetivamente atendidas de imediato.

Nossa compreensão decorre do fato de que após a assinatura do Tratado, as perseguições aos federalistas continuaram, no Rio Grande do Sul, embora muitos deles seguissem emigrados em outros estados brasileiros ou países vizinhos, em busca de proteção, outros tantos teriam regressado apenas em 1896 (FLORES; FLORES, 1999). Era, também, um período em que muitos federalistas solicitavam ressarcimentos junto ao governo federal, em relação aos danos em suas propriedades. Isso nos leva a defender que o conflito teria se estendido até 1896, tendo na realização de uma segunda convenção do Partido Federalista (FRANCO, 2017) a data que encerraria o conflito.

Explicar o processo de pacificação do conflito requer compreender algumas questões que defendemos terem sido o cerne que envolveu as negociações, o contexto e a atuação dos principais envolvidos. Em um primeiro momento, procuraremos entender, por exemplo, os motivos que teriam levado o general Tavares, e não Silveira Martins, a firmar o Tratado de Paz. Em um segundo momento, revelar a existência de interesses e projetos de Revolução distintos, apontando para uma divisão dentro do Partido Federalista, o que requer a compreensão da

perspectiva que os federalistas tinham do conflito, e como a família Silva Tavares via seu papel neste processo.

Os constantes fracassos militares e dificuldades econômicas pesavam contra os federalistas. Logo, perdiam cada vez mais capacidade de obter vantagens para conseguir estabelecer uma negociação em pé de igualdade e vantajosa. Então, o Dr. Francisco Tavares dirigiu-se ao Rio de Janeiro para tratar da paz, situação em que apresentou ao governo o que era preciso fazer para se obter a pacificação no Rio Grande do Sul (TAVARES, 2004a).

A necessidade de negociar a paz, enquanto ainda era possível, mantendo a capacidade de negociar e obter uma saída que julgassem digna, é expressa na carta enviada pelo general Tavares ao almirante Saldanha da Gama, em outubro de 1894, na qual afirma "Sempre pensei como Vossa Excelência, que, se a revolução não for vencedora, deve, apesar de todas as dificuldades e obstáculos, concluir com brilho e dignidade" (TAVARES, 2004b, p. 116).

O desgaste de suas bases de apoio regionais ganha destaque nas cartas e diários do Dr. Francisco Tavares e do General Tavares, o qual havia afirmado, desde outubro de 1894: "[...] temos feito tudo o que é humanamente possível para sustentar nossas forças no Rio Grande, apesar de faltar-nos os elementos mais necessários" (TAVARES, 2004b, p. 116).

As constantes dificuldades enfrentadas pelos federalistas podem ser observadas na carta enviada de Quaraí ao general Tavares, pelo almirante Saldanha da Gama, em 11 de maio de 1895, a qual permite compreender algumas das variáveis que pesavam sobre suas decisões na busca pela pacificação, como apresentamos abaixo:

> [...] Aqui como lá já não se encontra quase nada para vender a não ser por alto preço. Por aí julgue Vossa Excelência dos meus embaraços e dos meus tormentos. [...] as minhas dificuldades são grandes. Imagine Vossa Excelência que estou com um exército sobre a linha, e obrigado e alimentá-lo diariamente, quando na zona do Brasil em frente, **já não se encontra uma rês para carnear**. Contudo, ainda não perdi a esperança de fazer alguma coisa digna de nota com esta força que representa o fruto de tanta porfia e tanto sacrifício. Pelas dificuldades com que temos lutado e está lutando, pode Vossa Excelência avaliar das minhas. **Secaram-me as fontes de recurso do Brasil e da Europa**. **Os próprios chefes que estão em Buenos Aires e Montevidéu parecem mudos e quedos no fundo de suas casas**. **Os bons amigos são raros, e esses mesmos, e por isso mesmo estão sacrificados**. Mas na persistência, na constância está a glória da Revolução. Depois de se ter reerguido como por milagre de sob o peso dos seus desastres do ano passado, **a revolução não pode mais fracassar**. Podemos não vencer pelas armas, porém cansaremos o inimigo a força de perseverança [...][90] [Grifos nossos].

[90] GAMA, Luís Felipe Saldanha da. [Carta] 11 mai. 1895, Quaraí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Ponche Verde, Dom Pedrito, 8 folhas. Documento em que o almirante expõe as dificuldades enfrentadas. Arquivo Público Municipal de Bagé.

Conforme as informações apresentadas na carta acima, a Revolução já estava sofrendo com a falta de recursos, de financiamento e de suprimentos diversos. Das capitais do Prata, diminuía o apoio, os líderes dessas localidades estavam quietos. A escassez de novos recursos financeiros, somada à dificuldade em obter gado para alimentar e suprir as forças e cavalos para montaria e, ainda, ao problema para conseguir armas, e, até mesmo, madeira para fabricar lanças, teriam feito com que o grupo ligado aos Silva Tavares estivesse convencido da impossibilidade de prosseguir o conflito (TAVARES, 2004a; TAVARES, 2004b).

Ao encontro dessa afirmação, o jornal *El Argentino*, de Buenos Aires, noticiava que, em setembro de 1894, o governo brasileiro tentava comprar cavalo, no Uruguai. No entanto, deparava-se com a dificuldade em obtê-los, enquanto os disponíveis para compra, estariam em péssimas condições[91]. Essa informação indica a possibilidade de que os federalistas também poderiam estar enfrentando essa dificuldade, o que representaria sério óbice a uma guerra de recursos empregada por eles, pautada em movimentos rápidos.

Por outro lado, a declaração do general Tavares, acerca de uma saída com dignidade, permite afirmar que os federalistas buscavam uma paz honrosa que atendesse suas reivindicações pessoais. Dessa forma, tais meios deveriam ser conseguidos antes que sofressem fragorosa derrota. A ocorrência de tal insucesso poderia fazer com que saíssem do conflito na condição de criminosos, jogados ao cárcere ou submetidos a mais perseguições, perdendo, como punição, os bens que lhes restavam. Era preciso garantir, ao menos, que obtivessem o ressarcimento de seus prejuízos pessoais, uma vez que empenharam seus bens e os de seus amigos, contraíram empréstimos e pagaram a crédito seus fornecedores para manter as forças em operação (TAVARES, 2004b).

A iminência de confrontar tal situação conduziria os federalistas a um ponto de inflexão: separar o Rio Grande ou negociar a paz enquanto a revolução tivesse meios para impor-se aos governistas, antes que enfraquecesse e a derrota se tornasse inevitável. Ao encontro desta argumentação, na carta apresentada acima, trocada entre Saldanha da Gama e Joca Tavares, é possível perceber que o general Tavares esteve sondando a questão do separatismo, ou seja, esteve aventando a possibilidade de manter a revolução como uma questão apenas do Rio Grande do Sul.

No que tange ao governo federal e seu posicionamento em relação aos federalistas, havia adotado a mesma solução empregada outrora, durante a Revolução Farroupilha[92], decidindo

[91] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 14 set. 1894, p. 5.
[92] Jornal *El Diario*, Buenos Aires, 30 ago. 1893, p. 1. Declaração do barão de Santa Tecla sobre a possibilidade de pacificação, busca uma solução semelhante à da adotada durante a Revolução Farroupilha.

aproveitar a dissidência e as opiniões divergentes para estabelecer diálogos. Tal solução política para o conflito também foi preconizada por Joaquim da Silva Tavares, barão de Santa Tecla, em uma entrevista realizada, em 30 de agosto de 1893, reproduzida em Buenos Aires, em que afirmou:

> La pacificación depiende de poco. Mande el presidente de la Republica à Rio Grande à um hombre de probada seriedade y que se proponga a hacer lo mismo que hizo el duque de Caxias com la ocasión de la guerra de los "Farrapos". Los revolucionarios acederán à condiciones honrosas y dignas, como los que entonces fueron propuestas y acepadas [...][93].

Estabelecia-se uma situação delicada, em que o chefe político federalista, Gaspar Silveira Martins, declarou não aceitar tratar de pacificação com o presidente Floriano Peixoto, ao menos em 1893[94]. Tampouco acreditava nas propostas de Prudente de Morais, quando este assumiu a presidência da República (CAGGIANI, 1996). Defendia-se, na imprensa[95], que o governo federal não discutisse a paz com Custódio de Mello, Saldanha da Gama ou o general Salgado, o mesmo se aplicando também a Silveira Martins, o que ele reconhece em carta ao coronel Rafael Cabeda e a Estácio Azambuja, em 9 de agosto de 1895 (CAGGIANI, 1996).

Adotando tal postura, sabendo que os federalistas não eram um grupo homogêneo, o governo não só reconhecia como explorava a divisão entre eles. Não negociaria com o antigo conselheiro do Império, tampouco com Saldanha da Gama, um monarquista convicto, dando-lhe a vitória, mas, sim, com outra ala que entendia republicana.

O fato de a pacificação ter sido tratada entre Inocêncio Galvão de Queiróz, enviado pelo Presidente da República José Prudente de Morais, e o general Tavares, e não com Gaspar, conforme expressa a carta enviada em 28 de maio de 1895, pelo general do Exército Brasileiro, na qual tratava das negociações de pacificação do conflito, fica esclarecido ao fazer referência a Tavares em um trecho da correspondência, afirmando "[...] para os rebeldes de que sois o verdadeiro chefe" (ANDRADE, 2017, p. 108).

---

[93] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 30 ago. 1893, p. 1. Declaracion del Barón de Santa Tecla. Livre tradução do autor: A pacificação depende de pouco. Mande o Presidente da República ao Rio Grande, um homem de comprovada seriedade e que se proponha a fazer o mesmo que o Duque de Caxias fez por ocasião da guerra dos "Farrapos". Os revolucionários aceitarão condições honrosas e dignas, como as que foram então propostas e aceitas.

[94] MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 07 ago. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, Francisco da Silva. Sem local especificado, 3 folhas. Gaspar declara que não aceita pacificação a não ser por algum escolhido por todos os chefes, afirmando ainda que a paz é coisa do Floriano para prejudicar a revolução.

[95] Jornal *A Federação,* Porto Alegre. 26 mar. 1895, p. 1 – Artigo intitulado "Política do Sul" publicado por Rivadavia Corrêa.

Este entendimento de que o general Tavares seria o verdadeiro chefe do Exército Libertador dos federalistas, decorre, a nosso ver, do fato de que a morte do almirante Saldanha da Gama reconduzia o general Tavares ao comando em chefe. Dessa forma, a escolha de tratar da pacificação com Joca Tavares resulta do entendimento de que sua participação, no comando em chefe, conferia certo grau de legitimidade às reivindicações federalistas, uma vez que representaria a reivindicação legal de um cargo do qual havia sido deposto em 1892.

Enquanto o general Tavares estivesse lutando, a Revolução apresentaria motivos legais que poderiam ser defendidos, no exterior, para reconhecer a beligerância dos federalistas. No entanto, já com idade avançada, sofrendo de problemas de saúde e descontente com os constantes desentendimentos entre os líderes federalistas (ANDRADE, 2017), estava em uma posição delicada.

Com a morte de Saldanha da Gama, o general teria de reassumir o comando em chefe, por mais que houvesse opções de uma liderança brasileira[96] capaz de comandar as forças federalistas, naquela situação de penúria, já que não poderiam ser expostos a outro fracasso.

A alternativa de passar o comando ao chefe de maior prestígio, naquele momento, Aparício Saraiva, um uruguaio que não falava muito bem o idioma português, poderia ser vista como algo extremamente prejudicial aos objetivos da Revolução. Dessa forma, não deveria o general Tavares deixar o comando em chefe a um estrangeiro. Isso realmente poderia ser desfavorável aos federalistas, politicamente, e mobilizaria, do restante do Brasil, uma opinião pública contrária, acusando-os de uma invasão de estrangeiros, atribuindo mais um sentido separatista ao conflito do que uma reivindicação nacional.

Em artigo publicado no jornal *El Diario*, de Buenos Aires, Rui Barbosa refuta a ideia de uma invasão e explica que:

> [...] tanto en la lenguaje comun como en el estilo diplomatico, invasión es la inscursión del extranjero en el suelo de la patria (...) la palabra envuelve necesariamente la idea de

[96] Seguramente existiriam comandantes homens dispostos a tal empreitada, gabaritados militarmente para assumir o comando. Monica Rossato (2020) afirma, em sua tese, que após a morte de Saldanha da Gama, Gaspar Silveira Martins havia convidado o Dr. Franklin de Meneses Dória, Barão de Loreto – monarquista, havia partido para o exílio junto à família imperial –, no período em que ambos estavam emigrados em Buenos Aires, para que Loreto assumisse o comando militar da Revolução.
Entretanto, acreditamos que dentre os aspectos que podem ter pesado em favor dessa dificuldade, estava a necessidade de um líder que fosse aceito por todos os outros chefes, que tivesse trato com eles, e que dispusesse de relações suficientes para conseguir recursos naquele cenário. Além do mais, não bastava apenas um líder que tivesse conhecimentos militares. Era preciso experiência em combate para comandar as divisões, manter mobilizadas as forças não regulares, conhecer-lhes as profundas necessidades e anseios, ser bom conhecedor do terreno do pampa gaúcho e que soubesse empreender uma guerra de recursos empregada pelos federalistas. Caso contrário, não observar estes aspectos, seria submeter a revolução a outro fracasso como o ocorrido com o almirante Saldanha da Gama.

> hostilidades extranjeras (...) Una persona no invade su propria casa, si le violenta es que les estan cerradas. Puedes das à su movimiento revolucionario el derecho de asentarse en el exterior la base de sus operaciones, pero si ese movimiento no engancha fuerzas extrañas, no asume el carater de invasion. Y menos razonable es la censura, en el caso presente, cuando la frontera exterior, donde la revolucion se apoya, es, en su mayor parte, habitada por naturales del país contra cuyo gobierno se reace[97].

Referir-se ao general Tavares como sendo representante dos federalistas, corrobora a ideia de sua deposição, em 1892, ter sido a causa que justificaria uma reação por parte dos federalistas. Por isso, sua busca pela pacificação, antes que os federalistas não dispusessem de mais elementos para negociar a paz, principalmente após os insucessos de 1894 e 1895, como, por exemplo, o fracasso da tomada de Rio Grande, as constantes dissenções entre os líderes federalistas, além das derrotas que causaram a mortes de dois proeminentes líderes, Gumercindo Saraiva e Luís Felipe Saldanha da Gama. Nesse sentido, afirmou o Dr. Francisco Tavares que: "Se tivermos um outro fracasso, como o de Quaraí, a nossa situação para tratar da paz fica cada vez mais apertada. [...]" (TAVARES, 2004a, p. 209-210).

Enquanto os Silva Tavares se ocupavam da paz, as pretensões nacionais foram deixadas de lado, o que, de certa forma, deve ter contrariado parte do grupo ligado a Silveira Martins. Ao tratarem da paz, Dr. Francisco e Joca eram os únicos que haviam participado, desde o começo, tanto da Revolução Federalista quanto da Revolução de Novembro de 1891.

A afirmação de que a revolução nunca se pautou contra o governo federal está expressa em carta enviada pelo general Tavares a Inocêncio Galvão de Queiroz, em 18 de junho de 1895, como se pode observar a seguir:

> [...] Permita que vos pondere que nunca estiveram em jogo nem o Governo Federal nem as instituições de nossa pátria, à despeito da intervenção da União em uma questão de caráter puramente local, que obrigou o país ao desgosto de presenciar uma luta entre irmãos, em que tem desaparecido milhares de cidadãos úteis à Pátria Brasileira, ao Estado e a Família. Sou o primeiro a lastimar as desgraças em tão largo período, mas bem sabeis não foi mero capricho que me levou às armas, e mais tarde o Brasil inteiro fará justiça as nossas intenções, e a história será inflexível na apreciação dos fatos[98].

---

[97] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 05 fev. 1893, p. 2. Apresenta fala de Rui Barbosa intitulada "Sucesos del Brasil. Invasion, Restauración y Separatismo". Tradução livre do autor: tanto na linguagem comum como no estilo diplomático, invasão é a incursão do estrangeiro no solo da pátria (...) a palavra envolve necessariamente a ideia de hostilidades estrangeiras (...) Uma pessoa não invade a sua casa, se a viola, é porque está fechada. Você pode dar ao movimento revolucionário o direito de estabelecer no exterior a base de suas operações, mas se esse movimento não envolver forças externas, não assume o caráter de invasão. E menos razoável é a censura, no caso presente, quando a fronteira externa, onde se baseia a revolução, é, em grande parte, habitada por naturais do país contra cujo governo se reage.

[98] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 18 jun. 1895, Pontas do Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] QUEIRÓZ, Inocêncio Galvão de. 1 folha, sem local. Fala sobre os federalistas e os motivos que os levaram a Revolução não terem sido contra o governo federal e sim de natureza local.

A existência de divergências quanto aos destinos da Revolução entre os Silva Tavares e às ideias de Gaspar e Saldanha se evidenciam no processo de pacificação, ao qual Gaspar inicialmente se opôs, assim declarando:

> [...] Proposta de Galvão burla. Fim desarmonizar chefes, desprestigiar nome conquistais revolução. Galvão não tem poderes assumir governo Estado. Mensagem Prudente corajosa confissão Glicério parlamento respondem. Revolucionários não tem garantias, continuando Castilhos imposto mantido baionetas nacionais, tendes experiência desarma Bagé; Galvão não pode conceder anistia negada Congresso, nem revolução abandonar camaradas acabam derramar sangue generoso causa liberdade, sem exército, sem armas, sem generais, sem administração, sem justiça, sem crédito, sem respeito nossa infeliz Pátria, só tem alferes, e um governo não enxerga que na guerra civil, não há vencedores, só vencidos: é ela própria (TAVARES.2004b, p324-325)..

O Dr. Francisco havia partido para o Rio de Janeiro, ainda em fevereiro de 1895, junto com o general Tavares, para tratar da pacificação com Prudente de Morais, Presidente da República. Na capital, teve acesso ao círculo íntimo das autoridades, encontrando-se com inúmeros líderes políticos, dentre eles, o paulista Francisco Glicério, "amigo íntimo de Prudente de Morais e diretor político da situação" (TAVARES, 2004a, p. 197).

Nos jornais das capitais do Uruguai e da Argentina, foram publicadas notícias, em março de 1895, que logo chegaram ao Rio de Janeiro, afirmando que Dr. Francisco não era representante federalista e tampouco estava investido de poder para tratar da pacificação, notícias que poderiam ter sido publicadas por Silveira Martins ou Barros Cassal (TAVARES, 2004a).

Enquanto os combates continuavam no sul, ainda em março, Dr. Francisco reuniu-se com altos representantes da política na Capital Federal. Reuniões foram realizadas para tratar dos interesses dos revolucionários[99], e chegaram a frequentar jantares em que participavam personagens, tais como, Rodrigues Alves, Manoel Vitorino Pereira [Vice-Presidente da República], entre outros.

Dentre os interesses expostos pelo Dr. Francisco, estavam a substituição dos comandos militares do distrito, das fronteiras e guarnições, afastando os colocados nesses postos por Castilhos, de modo que fosse garantida a ordem e os direitos dos federalistas (TAVARES, 2004a).

A atuação familiar, a delimitação de seu grupo e de seus interesses ganhou destaque nas negociações de paz, ao afirmar:

[99] Possivelmente poderia tratar-se apenas dos interesses do grupo dos tavaristas e não de todos os federalistas

> [...] eu e meus irmãos não fazíamos questão de predomínio político e, de nossa parte, deixaríamos o campo livre, contanto que terminasse de vez essa luta que ensanguenta nossa terra e desonra o país pelos atos de vandalismo, todos os dias praticados, pelo governo do Rio Grande [...] (TAVARES, 2004a, p. 200).

Entrementes, Francisco não estava alheio ou agindo à revelia dos interesses que eram defendidos por Silveira Martins – sem os quais, não conseguiria uma pacificação completa – conforme a carta que enviara a Rafael Cabeda e a Estácio Azambuja. Dentre suas reivindicações, estava o ressarcimento das dívidas contraídas durante o conflito, além das indenizações que deveriam, por direito, ser pagas, garantindo, assim, a anistia aos envolvidos; defendia, igualmente, que fosse nomeado um general para intervir no Rio Grande do Sul, reestabelecer a ordem e garantir a reorganização do Estado (CAGGIANI, 1996, p. 83-84).

Nesse sentido, o Dr. Francisco conseguiu reunir apoio suficiente para obter que fosse nomeado um oficial general neutro aos conflitos no Sul, tendo sido designado Inocêncio Galvão para comandante das forças no Sul¸ o qual atuaria conforme o combinado, destituindo os oficiais dos comandos e guarnições (TAVARES, 2004a).

Durante as tratativas, ao mesmo tempo que Francisco refuta a pecha de restauradores, procurando reafirmar o caráter republicano da revolução, afirma que as negociações somente teriam sucesso se Júlio de Castilhos fosse deposto do poder. Asseverava, em seu diário, que já não era possível serem ocultados os intuitos restauradores da monarquia dentre os próprios republicanos, declarando que caso continuasse o conflito, viria em meio ao caos (TAVARES, 2004a).

Ao regressar a Montevidéu, em junho de 1895, logo se dirigindo para a fronteira com o Rio Grande do Sul, onde estava o general Tavares, transmitiu-lhe uma carta enviada pelo general Galvão de Queiroz, tratando da pacificação. Cópias dessa carta foram encaminhadas ao Almirante Saldanha da Gama e a Silveira Martins, dando ciência do que estava sendo tratado (TAVARES, 2004a).

Logo ocorre o insucesso federalista que termina com a derrota e morte do almirante Saldanha da Gama, em Quaraí, passando Joca Tavares a tratar dos assuntos da pacificação, com Silveira Martins, com quem se reuniu na fronteira uruguaia, em 20 de julho. No mês seguinte, em agosto de 1895, encontrou-se no departamento uruguaio de Rivera, na propriedade de Galvão Machado Leal, com Gaspar Silveira Martins, Rafael Cabeda, dentre outros líderes federalistas (TAVARES, 2004a).

No entanto, as preocupações manifestadas por Gaspar Silveira Martins estavam corretas. Em Pelotas, a reunião de paz não saíra conforme o esperado. Reunidos os generais

Tavares e Galvão, este avisou Joca que não seria possível alterar a Constituição do Rio Grande do Sul dando início a uma reorganização do Estado, condição sem a qual os federalistas não deporiam suas armas, seria impossível oferecer garantias (TAVARES, 2004a). Entrementes, o general Tavares pedia que o Exército se colocasse como garantidor da paz e dos direitos dos federalistas, impedindo que fossem perseguidos, e que o general Galvão se comprometesse a defender a revisão da Constituição do Rio Grande, no Congresso Nacional, por esta contraria a Federal (TAVARES, 2004a).

Nas correspondências apresentadas nos diários do Dr. Francisco Tavares (2004a) e do general Tavares (2004b), é possível compreender o desenrolar desses eventos em torno do Tratado de Paz. As forças do exército libertador estavam em condições deploráveis de suprimentos e materiais bélicos para sustentar, naquele momento, a continuação do conflito. Era preciso, portanto, ganhar tempo nas negociações para reorganizá-las.

Enquanto isso, o general Tavares, atento a tudo quanto ocorria na fronteira, denunciava que os castilhistas estariam tecendo alianças com membros do Partido Blanco uruguaio, conforme é possível analisar na carta abaixo:

> Pontas do Ponche Verde, 2 de agosto de 1895. Exmo. Sr. General Galvão de Queiroz. Meu distinto colega e amigo [...] Em Santana do Livramento se tem prontificado 500 lanças que tem sido conduzidos para o acampamento do Ten. Cel. João Francisco Pereira, além de para lá ter-se transportado mais de 100 remingtons, tendo todo esse armamento estado depositado em casa do secretário do Vice-Consulado Oriental, sendo que este é Blanco reconhecido. Ora achando-se a força desse Ten. Cel. perfeitamente bem armada, desconfio do destino desse armamento [...][100].

Conforme a carta acima, a situação ficava dia a dia mais delicada: uma revolução se aproximava no Uruguai[101] e poderia trazer prejuízos aos revolucionários brasileiros. As nuvens que vinham da Banda Oriental anunciavam que viria tempestade, uma vez que se utilizavam do espaço acima do Rio Negro como base de apoio logístico para suas forças, o que poderia complicar a manutenção do conflito e seria fator objetivo nas negociações.

Essa situação não intimidava os revolucionários, pelo contrário. A partir do diário do general Tavares (2004b) é possível perceber que este levara consigo a Pelotas uma série de requisitos que deveriam ser atendidos, os quais estavam em consenso com os defendidos por Gaspar Silveira Martins quanto aos princípios. Dentre eles estavam:

---

[100] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 2 ago. 1895, Pontas do Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] QUEIROZ, Inocêncio Galvão de. Sem local, 1 folha. Fala sobre transporte de armamentos pela fronteira por forças castilhistas.

[101] DOBKE, Pablo Rodrigues. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

> [...] 1ª Retirada do Dr. Júlio de Castilhos, sendo a Presidência do Estado confiada a um representante do Governo Federal. 2ª A reorganização do Estado de acordo com a Constituição Federal. 3ª Anistia ampla a todos os oficiais de mar e terra, praças de pret e civis, produzindo os efeitos jurídicos. 4ª Auxílio pecuniário para satisfazer os compromissos da revolução. 5ª Indenização dos prejuízos causados aos revolucionários pelo governo e seus representantes, desde a deposição das armas em Bagé, no dia 6 de julho de 1892. 6ª Desarmamento e dissolução das forças patriotas. Aceitas as condições acima, os revolucionários comprometem-se a recolherem-se aso seus distritos e aí deporem as armas [...] (TAVARES, 2004b, p. 326).

Enquanto isso, em Pelotas, o general Galvão recebia instruções enviadas por Prudente de Morais de garantir apenas a vida e a propriedade, não garantindo a revisão da Constituição do Rio Grande do Sul (TAVARES, 2004a). A situação estava adversa à esperada, chegando ao ponto de o general Galvão, sensível às reivindicações dos revolucionários, ter recomendado ao general Tavares que mantivesse as forças reunidas, "fazendo simulacro de desarmamento até a decisão do Congresso" (TAVARES, 2004a, p. 220), o que garantiria de fato sua capacidade de reação contra perseguições.

Enfim, o Tratado de Paz foi assinado, em 23 de agosto de 1895, sob a expectativa de que o Congresso Nacional julgasse a favor da intervenção na Constituição sul-rio-grandense, esperando que com isso Castilhos se rebelasse e, assim, poderia ser deposto (TAVARES, 2004a). O desarmamento dos federalistas, no entanto, ocorreu em setembro, um mês após a assinatura. Enquanto isso, ainda em setembro, a questão principal dos federalistas seguia sendo debatido no Congresso Federal, ou seja, a questão da revisão constitucional.

No período logo após a pacificação, os Silva Tavares passaram a requerer indenizações do governo federal. Aproveitando o benefício concedido pela cláusula do Tratado de Paz que permitia aos lesados durante o conflito requererem indenização, José Bonifácio da Silva Tavares, Zeca Tavares, ingressou com uma ação contra a Fazenda Federal, em 7 de novembro de 1896, na qual requeria que fosse ressarcido pelos prejuízos e danos causados pelas forças governistas, durante o período da Revolução[102].

Para tal empreitada, contratou como advogado, em Porto Alegre, Francisco de Paula Azevedo e Souza. Em Bagé, na residência do Juiz Seccional, reuniam-se aqueles que iriam participar do processo, tendo aí comparecido o Dr. Francisco Tavares, como representante de Zeca, para indicar aqueles que seriam os arbitradores, avalistas e que seriam nomeados por eles

[102] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.

para realizar as vistorias na propriedade de Zeca, a estância do Limoeiro, situada àquela época, no 3º distrito de Bagé[103].

A vistoria foi realizada por ordem do juiz João Francisco de Azevedo Poggi e pelo procurador seccional João Pires de Oliveira, cujos resultados, descritos com detalhes no processo, permitem compreender o estado e a extensão da destruição causada na propriedade de Zeca. Segundo este declarou, sua propriedade, que possuía uma "casa de moradia, construída de tijolos e coberta de palha, tendo 91 palmos de frente e 49 de fundo, toda forrada, assoalhada, com 11 espaçosos compartimentos internos e 6 aberturas de frente"[104], havia sido destruída por um incêndio causado pelas forças do governo, restando apenas as paredes empenadas[105].

Quanto ao restante da propriedade, era povoada com cerca de 3280 reses, 700 crias, potros mestiços e de raça inglesa, mulas e ovelhas. As cercas de arame dos campos foram, em boa parte danificadas, enquanto Zeca havia conseguido reconstruir, com seus esforços, a mangueira e o curral[106].

Ainda que o arbitramento e as vistorias diferissem em relação ao valor a ser pago, Zeca Tavares obteve a vitória na ação, em 1902, recebendo indenização por parte do governo federal, para que utilizasse como conviesse[107], dando por encerrado o processo.

Em 1901, o general Joca Tavares, por sua vez, requeria indenização ao governo federal, devido aos roubos de gado de sua propriedade, empreendidos por forças governistas durante o conflito[108]. Havia iniciado o processo na cidade de Bagé e na cidade do Rio de Janeiro, tendo como seu procurador para tratar dos assuntos concernentes ao processo o advogado Armando

[103] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.
[104] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896. .
[105] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.
[106] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.
[107] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.
[108] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, João Nunes da Silva. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, 8 abr. 1901.

da Silva Tavares, seu sobrinho, o qual ficaria encarregado de reclamar judicialmente e administrativamente[109].

O processo permite compreender que sua propriedade em Bagé, na localidade das Palmas, norte do município, foi atacada por diversas vezes, ao longo do conflito. O general Tavares alegava, no processo, que os saques por forças do governo foram feitos em momentos distintos e por personagens diferentes.

O primeiro levante de gado ocorrera ainda em março de 1893, por tropas de Manoel Pedroso, chefe político castilhista de Piratini, ocasião em que foram levados números superiores entre 900 a 1000 cabeças de gado de cria, gado de corte e animais cavalares. Relata ainda, que o segundo roubo de gado foi realizado por Ismael Proença, o qual havia confiscado, segundo asseverou Joca Tavares, um número 300 vezes maior de gado. O terceiro roubo a sua propriedade foi em um outro momento, quando um coronel do Exército, simpático a Castilhos, chamado João César Sampaio, havia saqueado números aproximados entre 1600 a 2000 mil cabeças de gado.

O quarto e último saque a sua propriedade foi realizado pelo tenente coronel José Pinto Sobrinho (Zeca Pinto), o qual havia levado aproximadamente cerca de 800 reses, 600 ovelhas[110].

Para testemunhar e seu favor, no processo, o general Tavares escreveu para seus vizinhos de campo pedindo-lhes que relatassem o que haviam presenciado e testemunhassem acerca dos eventos ocorridos. Em carta enviada e inserida no processo, datada de 8 de setembro de 1896, o capitão Zeferino Xavier de Morais relatou que o gado da estância havia sido utilizada para suprir as forças governistas[111].

Outro testemunho foi dado pelos irmãos Jonathan e Antônio Alves Branco, vizinhos de sua propriedade, no qual relatam que, além de gado e cavalos, as forças do governo também tomaram cerca de 600 ovelhas de sua estância[112]. Isso permite compreender a diversidade de

---

[109] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, João Nunes da Silva. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, 8 abr. 1901.

[110] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, João Nunes da Silva. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, 8 abr. 1901.

[111] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. MORAIS, Zeferino Xavier de. [Carta] 8 set. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

[112] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. BRANCO, Jonathan Alves; BRANCO, Antônio Alves. [Carta] 23 dez. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, Arquivo Público Municipal de Bagé.

animais que Joca criava em sua propriedade e o considerável números de animais que possuía. Importante relato de Manoel Reis do Amazonas Prata, em 26 de julho de 1896, permite afirmar que o destino dessas tropas de gado não teria sido apenas para suprir as forças do governo, pois também argumenta que tropas eram levadas para Pelotas[113]. Isso permite inferir que esses saques também eram realizados por vendetas pessoais dos personagens envolvidos, tanto para aumentar seus plantéis de gado como para vender os animais e obter recursos para si.

Os roubos não se restringiam-se apenas ao gado, mas também à depredação da propriedade do general Tavares, segundo informou seu capataz Manoel Simões, o qual não sabia escrever, mas pediu para Oscar Silveira Tavares, parente do general, que escrevesse seu relato em carta anexada ao processo. Declarou ele que durante o último saque, o coronel João César Sampaio teria acampado na divisa do campo da propriedade de Joca, destruindo "completamente 1 légua de aramado, não deixando um só poste, tudo foi queimado, e de passagem pela estância, queimando o galpão e o posto"[114].

As reclamações do general Tavares estavam na Contadoria de Guerra, a qual ouviu as partes acusadas, os coronéis João Sampaio, Zeca Pinto e o comandante da guarnição de Bagé, general de brigada Carlos Maria da Silva Telles, em 20 de dezembro de 1897. Entretanto, o processo ainda não havia sido encerrado, em dezembro de 1898. A contadoria alegava que os relatos destes coronéis era impreciso, não esclarecia o número de praças de suas forças, o que impedia de fazer cálculos do que consumiriam e do que poderia ser pago. Por não estar ainda concluído o processo, não podemos afirmar se foi paga a indenização ao general Tavares pelo governo.

Por outro lado, em meio ao processo de pacificação, Dr. Francisco tratava junto ao Supremo Tribunal Federal, na capital da República, de conseguir um *Habeas Corpus* para garantir a liberdade de seu irmão José Facundo[115], preso em Porto Alegre, desde novembro de 1892, garantindo sua liberdade. As questões envolvendo a soltura de Facundo geraram alvoroço entre os castilhistas e as notícias referentes a este processo ocuparam a primeira folha de *A Federação*, de Porto Alegre, principal jornal vinculado ao PRR. Através deste periódico, foram realizados ataques ferrenhos e levantadas polêmicas que a oposição castilhista acusava de ser

[113] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. PRATA, Manoel Reis do Amazonas. 26 jul. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.
[114] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. SIMÕES, Manoel; TAVARES Oscar Silveira, 25 jul. 1894, Bagé. [Para] TAVARES, Pedro Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.
[115] Jornal *La Razon*, Montevidéu. 15 mai. 1895, p. 1 – Notícia com o título Facundo Tavares.

uma intromissão do Supremo Tribunal Federal em assuntos que, segundo eles, competiria à justiça seccional do Rio Grande do Sul[116].

O contexto de insegurança continuava, mesmo após a pacificação e a deposição das armas. Os federalistas reportavam ao general Tavares as perseguições e as violências cometidas contra eles, suas famílias e propriedades, como, por exemplo, os relatos em carta, do bajeense Fidêncio Antônio Alvares, de diversos casos, os quais afirmava serem de conhecimento público e das autoridades, sem que nada fosse feito. Nesse sentido, assim declarava em carta a Joca Tavares sua insatisfação:

> Em vista d'estes horrores é possível viver um homem em casa a não ser preparado para lutar? Peço a Vossa Excelência providências, porque se depomos armas para sermos de novo assassinados como antes da revolução é muito preferível vender caro a vida[117].

O General Tavares enviou um telegrama a Manoel Vitorino, em 4 de dezembro de 1896, no qual lhe pedia que interviesse em relação às perseguições a Torquato Severo, perpetradas pela guarnição de Dom Pedrito[118]. Suas reclamações também foram encaminhadas ao Ministro da Guerra, solicitando-lhe que tomasse providências acerca desse caso[119].

Nesse sentido, Pedro Nunes da Silva Tavares escreveu uma carta ao general Galvão, em 27 de setembro de 1895, em nome de seu pai Joca Tavares, na qual relatava a situação das forças que haviam deposto armas, afirmando que a paz dependia de sua intervenção deste, como se pode observar abaixo:

> [...] Tenho, porém, que levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que muitos dos companheiros que se dispersaram tem voltado declarando não encontrar garantias de natureza alguma, porque desarmados onde se acham as autoridades Castilhistas, recebem ameaças e promessas aterradoras. A Palmas chegou o Tenente Coronel Manoel José Rodrigues, que desarmado não pode penetrar na região serrana e teve de voltar com 50 homens que se dispersaram ali em Palmas, pelas diversas estâncias. Em Lavras, Barcellos continua arrebanhando cavalos como o fez na estância do Sr. Pantaleão de Llano, negociante d'esta praça, e para iludir a vigilância, o próprio filho que faz arrebanhada, passou telegrama para o "Popular", dizendo ser Aparício Saraiva, que já estava com parte da gente dissolvida e que se achava muito longe d'ali [...][120].

---

[116] Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 31 mai. 1895, p. 1 – Notícias sobre o Habeas Corpus de José Facundo da Silva Tavares.
[117] ALVARES, Fidêncio Antônio. [Carta] dez. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 4 folhas. Correspondência narrando as violências e pedindo providências. Arquivo Público Municipal de Bagé.
[118] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé [Telegrama]. 6 dez. 1896, Bagé. [Para] VITORINO, Manoel. Sem local, 1 folha. Pede providências contra perseguição ao coronel Torquato Severo. Arquivo Público Municipal de Bagé.
[119] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé [Telegrama]. 10 dez. 1896, Bagé. [Para] MINISTRO DA GUERRA, Rio de Janeiro, 1 folha. Fala que já encaminhou a reclamação ao ministro. Arquivo Público Municipal de Bagé.
[120] TAVARES, Pedro Nunes da Silva. [Carta] 27 set. 1895, Bagé. [Para] QUEIROZ, Inocêncio Galvão de. Pelotas, 2 folhas. Fala da situação de ameaças e perseguições feitas aos federalistas que depuseram armas.

O general Galvão do Queiroz, que simpatizava com os revolucionários, também enfrentou a represália de Júlio de Castilhos, por interferir nos seus projetos de poder, consequentemente, logo foi transferido para o Rio de Janeiro (FLORES; FLORES, 1999). Enquanto muitos federalistas regressavam do êxodo às repúblicas vizinhas ao Rio Grande do Sul, novo congresso político foi realizado, em agosto 1896, na cidade de Porto Alegre, dessa vez, sob a chefia de Gaspar Silveira Martins, no qual foram reafirmadas as pautas defendidas pelo Partido Federalista (FLORES; FLORES, 1999; FRANCO, 2007).

Em consequência das perseguições que continuaram sendo infligidas aos federalistas, muitos deles escreveram a seus antigos comandantes, relatando a situação de penúria que enfrentavam após a pacificação do conflito e pedindo-lhes ajuda financeira, o que revelava os laços clientelísticos que os vinculavam. Um desses casos foi o do soldado Victor da Silva, em cuja carta, enviada em 9 de maio de 1896, afirmava ter servido muito tempo com as forças federais, tendo que abandonar seus estudos e sua família e, dessa forma, suplicava o empréstimo de 16 mil réis para o ajudar nas despesas[121].

Uma outra carta foi a de Bernardino de Azambuja, escrita em 29 de fevereiro de 1896, ao coronel Zeca Tavares, na qual apelava para sua generosidade, pedindo-lhe que enviasse recursos, através de seu filho[122]. Nesse período, não apenas os soldados haviam empenhado valores e suas vidas pela Revolução. O caso dos chefes federalistas Zeca Tavares e Joca Tavares permite afirmar que as lideranças também enfrentaram dificuldades financeiras. Conforme apresentado acima, ambos estavam em contenda judicial, por indenização, com o governo federal. Portanto, contavam com parcos recursos para poder auxiliar àqueles que lhes solicitavam.

No sentido do que foi apresentado até o momento, defendemos que o conflito não teria se encerrado, em 1895, com a assinatura do Tratado de Paz. A situação dos federalistas estava longe de significar um regresso à normalidade e manifestou-se de diversas formas. Fato é que os federalistas continuaram sendo perseguidos; muitos permaneciam em armas, temendo represálias; faltavam garantias aos indivíduos e às propriedades; parte estava depauperada e buscava apoio dentre seus antigos comandantes no sentido de conseguir recursos para

[121] SILVA, Victor da. [Carta] 9 mai. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 2 folhas. Pedido de ajuda financeira. Arquivo Público Municipal de Bagé.
[122] AZAMBUJA, Bernardino. [Carta] 29 fev. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Pedido de ajuda financeira. Arquivo Público Municipal de Bagé.

sobreviver; outros, como, por exemplo, o caso dos Silva Tavares[123], estavam pleiteando indenizações pelos danos sofridos durante a Revolução.

Dessa forma, a pacificação do conflito teria efetivamente passado a ocorrer com o regresso gradual de indivíduos e famílias que haviam emigrado para os países vizinhos, à medida que a situação ia se normalizando, tendo como marco a realização de um congresso federalista, em Porto Alegre, em 1896.

Ainda que com outra cronologia da Revolução, o conflito recebe um qualitativo/adjetivo de Federalista[124], pois as forças opositoras antagonizam duas visões distintas do federalismo. Mesmo que a denominação de Revolução Federalista tenha sido motivada pela ação do Partido Republicano Federal – existente desde o começo de 1891− por outro lado, a parte contendora era o Partido Republicano Rio-Grandense, o qual também defendia ideias de federalismo[125].

De forma sintética, pois não é nosso objetivo tal discussão, observamos que havia duas compreensões sobre o federalismo e sua implantação com a República brasileira. O PRF e, posteriormente, o Partido Federalista, defendia um modelo de estados membros autônomos (não soberanos[126]), e, no interior desses estados, também os municípios deveriam ter autonomia, e que deveria haver equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,

---

[123] É possível que esse tenha sido o caso de outros líderes federalistas que lutaram no conflito, e merece mais estudos nesse sentido.

[124] CARVALHO, José Murilo. Federalismo y centralización em el Império Brasileño: história y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo. **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-80.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcelo (Coord.). **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-132.

CORTINA, Manuel Suárez (Coord.). **Federalismos**: Europa del sur y América Latina em perspectiva histórica. Grananda, España: Editora Comares, 2016.

PADOIN, M. M. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.

[125] LEVI, Lucio. Federalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 10ª ed., vol. 1. Brasília: UNB, 1993. p. 218; 475-486. Nessa forma de organização política, os Estados são formados por entidades autônomas, mas no que se refere a relações exteriores, economia, poder militar, está subordinado a um centro maior de decisão política. Este governo federal conta com um poder mínimo e limitado ao necessário para assegurar a unidade política, para lhes garantir a independência e soberania. Existem dois centros de poder, o federal e o governo dos entes federados, que possuem recursos e autonomia para se autogerirem, existe uma união de estados autônomos para formar um Estado federal.

[126] MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 12ª ed., vol. 2. Brasília: UNB, 1993. p. 1179-1188. REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. 5. Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 140. O termo soberania surgiu no fim do século XVI, junto a acepção de um Estado Moderno, inicialmente associado ao poder estatal como único detentor do poder político, um Estado Absoluto. Entrementes essa concepção é contestada e passa por transformações ao longo do século XVII, XVIII e XIX, tanto na Inglaterra, França e Estados Unidos, com uma visão contratualista, o povo passa a ser o legítimo detentor da soberania. Sua vontade e sua expressão ditam a organização do Estado, que exerce o poder em seu nome, através da vontade popular contida em uma Constituição que é promulgada em seu nome. Por outro lado, a soberania diz respeito a legitimidade de um Estado, sua capacidade de autogerir-se, decidir sobre suas questões internas e fazê-las respeitar em seu território.

destacando a importância da representação política e sua atuação na assembleia legislativa (PADOIN, 2005).

Em carta escrita ao Congresso Nacional da República, em 30 de dezembro de 1896, diversos líderes federalistas signatários desse documento, dentre os quais estavam Rafael Cabeda, David Manoel da Silva, Paulino Vares, entre outros líderes federalistas, apelando para a seção segunda da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil, em seu Artigo 72, parágrafo 9, que dispõe que "A Constituição assegura a brazileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e à propriedade nos termos seguintes"[127] [sic], escreveram um manifesto pedindo solução ao que consideravam ser uma postura ditatorial de Júlio de Castilhos[128].

No manifesto, também apelavam ao Artigo 6, da Constituição Federal, segundo o qual, o Governo Federal somente poderia intervir, nos estados, em caso da necessidade de "2º manter a forma republicana federativa; [...] 4º para assegurar a execução das leis e sentenças federaes" [sic][129]. Nesse caso, a reclamação dos líderes federalistas acusava que, ainda que fosse facultado aos estados da federação se organizarem conforme suas leis adotadas, previsto no Artigo 63 da Constituição Federal, essas leis não poderiam ferir os princípios constitucionais maiores da União.

Invocando princípios da Constituição Federal, os liberais federalistas solicitavam intervenção do governo da União, tanto para manter a ordem republicana, no sentido de debelar o que acusavam de uma ditadura constitucional que estava vigendo no Rio Grande do Sul, quanto para depor a Constituição Rio-Grandense de 1891[130].

Por outro lado, citavam artigos dessa mesma Constituição para denunciar as contradições com a Carta Magna federal. Acusavam, igualmente, o excessivo poder do Presidente do Estado, assim como a restrição das atribuições da Assembleia dos Representantes a questões orçamentárias, enquanto ao Presidente do Estado, segundo o Artigo 20, da Constituição Rio-Grandense, caberia a promulgação de leis. Refutavam, ainda, a intervenção nos municípios.

---

[127] BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 16/04/2021.
[128] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Carta aos Senhores Membros do Congresso Nacional. Bagé, 30 dez. 1896.
[129] BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 16/04/2021.
[130] RIO GRANDE DO SUL. Constituição (1891). **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**, 14 jul. 1891. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107 Acesso em: 16/04/2021.

O PRR, por sua vez, também defendia uma perspectiva federalista em relação ao governo central, expressa pela relação dos estados membros com o estado federal, pela qual deveriam ocorrer tanto a descentralização administrativa como a política. Já no âmbito interno, estadual, defendia que o poder deveria ser centralizado no poder executivo, no governador, o qual acumularia funções administrativas e legislativas. Nessa perspectiva, caberia ao poder legislativo estadual a função orçamentaria, ou seja, a defesa de um republicanismo presidencialista autoritário e centralizador (PADOIN, 2005, p. 104).

O cerne dessas reivindicações elencadas acima, faz parte de um processo contestatório da conformação política que estava sendo estruturada pelo PRR que interferia em um status quo e que afetava diretamente seus projetos de poder e de uma visão de política liberal que fazem parte de uma cultura política que permite pensar o processo de consolidação da República no Brasil.

A sucessão dos eventos que procuramos apresentar neste capítulo a partir da atuação dos Silva Tavares e seu grupo, além de nos permitir delimitar uma nova cronologia para o conflito e propor uma nova interpretação para pensar a Revolução Federalista, possibilitou identificar a mobilização de suas redes de relações por um espaço internacional, onde a fronteira ocupa posição central em suas estratégias e interesses, torna possível repensar as proporções que adquiriu o conflito. Nesse sentido construiremos uma cartografia da revolução a partir das redes dos Silva Tavares, para então demonstrar que a territorialização do espaço possibilitou a formação uma região revolucionária conformada pela guerra, com características e identidade própria conforme apresentaremos no capítulo a seguir.

2 DA CARTOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA A UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA NO ESPAÇO PLATINO

Os estudos que aproximam História e Geografia propiciaram o desenvolvimento de uma história regional. Dessa forma, a região enquanto categoria analítica ganhou forte impulso a partir dos estudos desenvolvidos pela chamada Segunda Geração dos Annales, a partir de trabalhos desenvolvidos por Fernand Braudel, passando por Vidal de La Blache, Pierre Villar e Emmanuel Le Roy Ladurie. A partir da década de 1970, estes estudos passaram a se utilizar de um enfoque que ultrapassa a longa duração para análise de grupos sociais e para os aspectos econômicos, demográficos, ideológicos e mentais (CARDOSO, 1990, p. 474), com grande enfoque em análises de dados quantitativos.

O desenvolvimento dessas perspectivas decorre, de acordo com Janaina Amado (1990), do "esgotamento das grandes sínteses que predominaram durante muito tempo, macroabordagens que não foram capazes de apontar uma explicação plausível quando cotejadas com questões mais particularizadas" (p. 11).

A história regional passou a se destacar como uma resposta para superar os discursos hegemônicos, homogeneizantes e generalizantes construídos pelas historiografias nacionais, pensadas a partir do centro de poder em detrimento das diversas realidades existentes entre o local e o nacional (BANDIERI, 2001; MARCHIONI, 2015).

Os estudos atuais, superando as discussões em torno de matrizes lusitanas ou platinas, têm contribuído para um alargamento da compreensão de fronteiras e do espaço platino. Têm possibilitado, ainda, uma maior compreensão do conceito de fronteira[131] e das interações e contingências existentes, nesse espaço, além de terem permitido a compreensão da existência de um espaço fronteiriço platino. Este foi definido por Maria Medianeira Padoin como sendo um "espaço social e economicamente construído que adquiriu um perfil de região, com um sentido totalizador (mas não homogêneo) enquanto espaço de circulação de homens, de ideias e de mercadorias" (1999, p. 33).

A existência dessa região platina é fortemente caracterizada pela presença de semelhanças nos aspectos geográficos, históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos, as quais agiram no sentido de criar identidades, *modus operandi* e *modus vivendi* típicos, que se

[131] DOBKE, P. R. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder**: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2015, p. 97. De acordo com o autor, a "fronteira" se encontra no próprio sujeito, isto é, o ator, através de suas relações, tem a capacidade de ampliar sua malha territorial, mesmo que não esteja pessoalmente em referido território, fazendo de suas relações sociais de poder o principal subsídio na conformação desta.

perpetuam no tempo e no espaço[132] e são compreensíveis a partir de uma análise que contemple a longa duração histórica.

Para tanto, iremos, a partir de trabalhos já realizados e de questões não postas ou trabalhadas por eles, situar e compreender a complexidade do momento histórico e desse espaço privilegiado, em nossa tese, no que tange à conformação de uma das importantes características que vem referendar a definição de região platina.

Luís Roberto Targa (1991) afirma que a sociedade que conformou o Rio Grande do Sul esteve, desde os primórdios, envolvida em guerras de fronteira e que isso a diferenciou de outras regiões brasileiras, inclusive na maneira como ocorriam suas relações com o militarismo e com ditaduras, principalmente pelas alianças realizadas no final do XIX e começo do XX, entre o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Exército Brasileiro.

Acerca da Revolução Federalista, o autor aborda os desdobramentos do conflito em relação ao Brasil. No entanto, adota uma visão pautada na perspectiva construída pelo PRR, entendendo o conflito como uma invasão de oposicionistas que contou com mercenários estrangeiros, chamados de maragatos, tangenciando a questão do conflito enquanto um evento internacional, algo que foi destacado posteriormente por Ana Luíza Reckziegel (1999).

Julio Cesar Djenderedjian (2003), autor de *Producción agraria y sociedade desde Corrientes y Entre Rios a Rio Grande do Sul: fines del siglo XVIII y comienzo del XIX, alguns reflexiones comparativas*, ao tratar do período colonial, realiza um estudo, com enfoque econômico, acerca do espaço que compreende a região que delimitamos. Analisando as práticas da pecuária, permite estabelecer comparações no âmbito econômico entre as sociedades dessa região, desde o fim do século XVIII.

Para o caso da Revolução Federalista, Reckziegel (2016), ao analisar a fronteira Brasil e Uruguai, cita a existência de uma região revolucionária formada tanto pela ação militar quanto por grupos políticos, e que ocuparia um espaço supranacional (p. 115). No entanto, não explicita detalhes de tal região e nem inclui o território da Argentina na análise.

Marcus Vinícius Costa (2006), em sua dissertação, detalha a atuação de grupos políticos rio-grandenses e autoridades correntinas argentinas, assim como a dos pertencentes à União Cívica Radical argentina, principalmente sob as lideranças de Leandro Alem[133] e Hipolito

[132] KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2014.

[133] Nasceu em Buenos Aires em 1842, foi importante político, formou-se advogado, trabalhou no mesmo escritório de advocacia com Aristóbulo del Valle. Enquanto maçom, chegou a ser Grão-Mestre da Grande Loja da Argentina, foi deputado provincial, fundador da União Cívica Radical na Argentina, um dos chefes políticos da Revolução do Parque em 1890 e da Revolução Radical de 1893 ocorrida naquele país. Foi defensor da democracia e da participação popular nas eleições, combateu as fraudes eleitorais existentes no contexto político argentino do final do século XIX, faleceu em 1896.

Yrigoyen[134] no sentido da colaboração entre lideranças federalistas brasileiras, em especial, a de Gaspar Silveira Martins. O autor considera, ainda, em sua análise, a forte presença de brasileiros em Corrientes e a existência de redes de relações políticas, familiares e econômicas entre eles e os federalistas brasileiros, como uma importante variável para a compreensão da utilização daquele espaço.

Tanto o trabalho de Costa (2006), quanto o de Reckziegel (2016), acrescidos das demais leituras e fontes documentais que pesquisamos, nos oferecem, a partir de suas análises, elementos que nos permitem perceber a existência **de uma região conformada pela guerra**.

Nesse sentido, utilizaremos a ideia **de uma região revolucionária** conformada pela guerra, desde o final do século XVIII e estendendo-se no decorrer do século XIX, para pensar um espaço interligado pela ação de indivíduos, construído anteriormente ao surgimento dos Estados Nacionais. Ações desenvolvidas e adaptadas ao longo do século XIX definirão muitas das características sobre a sociedade, a economia, a sua cultura política, bem como as maneiras de a sociedade pertencente a esta região relacionar-se com este espaço, fazer a guerra e reivindicações políticas, especificamente, na conformação de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns que ajuda a compreender a atuação dos indivíduos e as estratégias utilizadas durante a Revolução Federalista, do final do século XIX.

Ao encontro do que nos propusemos, neste estudo, Valentina Ayrolo (2006), no artigo "*Historia regional comparada ¿una nueva posibilidad analítica?",* analisa a região eclesiástica da província argentina de Tucumã, entre os anos da independência a 1840. Destaca, igualmente, a importância das redes e suas ligações com o espaço geográfico, ao defender o estudo de redes como importante elemento para a produção de mapas no sentido de compreender/visualizar as diversas proporções espaciais.

A região, segundo a autora, seria conformada por relações mais ou menos visíveis, mas com forte capacidade de produzir efeitos reais na produção do espaço, como, por exemplo, influir na construção de cidades ou no estabelecimento de rotas. A temporalidade das relações ocuparia posição central, no entendimento de região para Valentina, cuja duração está condicionada aos interesses dos indivíduos que a demarcam, portanto, defende que analisar estes espaços comportaria diversos níveis de análise.

Por outro lado, Valentina Ayrolo (2008), em seu artigo *Hombres armados en lucha por poder. Córdoba de la pos independência,* temporalmente delimitado ao período entre 1815 a

[134] Nascido em 1852, sobrinho de Leandro Alem, foi comissário de polícia e deputado provincial em Buenos Aires, foi um dos presidentes da União Cívica Radical, chefe político durante a Revolução Radical de 1893, chegou a ser duas vezes presidente da Argentina, faleceu em 1933.

1840, marcado por uma economia agrícola e pecuária, assevera a necessidade de compreender a economia das regiões para entender as características dos movimentos em estudo. Ao dedicar-se a compreender a composição desses grupos armados e seus prováveis objetivos pelos quais se mobilizavam, a autora identifica a existência de fronteiras internas marcadas por uma permeabilidade e chama a atenção para a necessidade de estudos que tenham por perspectiva compreender os intercâmbios nestes espaços.

Nesse âmbito, Arturo Taracena Arriola (2008), por sua vez, compreende a região sob duas perspectivas: a região como "um espaço e território com características próprias", que preexiste à organização do Estado Nacional e que pode ser desorganizada por este (p. 188); e a região como um espaço que, geograficamente, estende-se além das fronteiras políticas, vindo a abranger um espaço regional e ser ela mesma entendida como uma zona de fronteira (p. 193). Esta percepção vai ao encontro do que Maria Medianeira Padoin (1999), citada anteriormente, defende.

No que diz respeito ao território que compõe uma região, Taracena (2008) defende que este não precisa ser homogêneo, pois sua formação depende da "territorialidade" como elemento fundamental para sua demarcação, ou seja, seria a "forma de se apropriar dele – como operaram sobre ele seus habitantes e os atores sociais coletivos internos e externos" (TARACENA, 2008, p. 189).

Ao encontro dessa compreensão de território, tem-se o que já explicava Marcelo Lopes de Souza (1995), cujo entendimento é o de que esse conceito deve ser dissociado do conceito de Estado. Dessa forma, deve ser entendido enquanto um espaço construído pela ação humana, para então entendê-lo como construído através das relações de poder, podendo obedecer a temporalidades distintas. Ainda para este autor, o território constitui-se enquanto elemento fundamental para o exercício do poder, capaz de gerar solidariedades, identidades e, ao apropriar-se deste território e conferir sentido a ele, ocorre a territorialização deste espaço pelos indivíduos.

Tais perspectivas colaboram para explicar, por exemplo, a atuação dos chamados fronteiriços, ao se apropriarem do espaço de fronteira ou mesmo desta região, manejando-a[135]

[135] Ao desenvolver o conceito de "fronteira manejada", Mariana Thompson Flores (2012, p. 68) passa a pensar fronteira a partir das experiências pessoais e grupais dos habitantes deste espaço, constituindo-se enquanto espaço dinâmico, podendo ter diversos significados para diferentes agentes, que, a partir de suas condições sociais, construíam estratégias para manejar com ela no seu cotidiano. Defende ainda, que a fronteira é construída por meio das ações e decisões dos indivíduos no dia a dia, nem sempre pautadas por uma racionalidade (THOMPSON FLORES, 2012, p. 68). Neste sentido, a fronteira manejada também seria um espaço que possibilitava aos indivíduos a utilização de recursos indenitários, para que dessa forma se beneficiassem das distintas soberanias (THOMPSON FLORES, 2012, p. 117).

(THOMPSON FLORES, 2012), vindo lhe atribuir sentido de acordo com seus interesses, durante os períodos de conflito, ou devido às necessidades políticas e econômicas, levando em consideração a existência do Estado e do limite político.

As regiões são construídas e imaginadas a partir da ação humana e de sua relação com o espaço, no decorrer de diferentes contextos históricos, pelas quais o homem e a cultura agem no sentido de modificar o espaço. Da mesma forma, este também exerce influência sobre a sociedade, sua cultura, sua economia (KOSELLECK, 2014; BANDIERI, 2001).

A partir dessa percepção, procuraremos construir uma cartografia da revolução pensada a partir das redes, demonstrando a importância das relações sociais para a definição da territorialização e da formação de espaços de poder, para, então, defender a existência de uma região conformada pela guerra, em diversos conflitos vivenciados durante o século XIX, a qual abrange territórios pertencentes ao Uruguai, à Argentina e ao Brasil (que inclusive desvelam interligações com o Chile e o Paraguai), assim como procuraremos apresentar algumas de suas características.

Nesse sentido, é preciso considerar as influências exercidas pelo espaço sobre os indivíduos, muitas vezes imperceptíveis ao longo das gerações, que atuam no sentido de criar afinidades, traços culturais comuns expressos em suas formas de agir e pensar, que serão identificados pelo historiador e sua delimitação motivada a partir de preocupações do presente. Para tanto, seguiremos a máxima de Eric Van Young (1987), de que a existência de uma região não está preestabelecida, mas, sim, é uma hipótese a ser demonstrada, conforme buscaremos demonstrar a seguir.

2.1. UMA REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES

Uma das formas de identificar a territorialização de um espaço e delimitar a existência de uma região passa pela percepção e detecção das redes sociais e de poder dos indivíduos. Nesse sentido, acreditamos que as correspondências são fontes fundamentais para demonstrar a existência e o entrelaçamento de redes e, assim, também a conformação deste espaço ou região.

O retorno do interesse por estudos, no âmbito da história política, marcou a busca por compreender o "comportamento social dos membros de determinado segmento social, no caso as elites, as estratégias pessoais, seu contexto sócio relacional e familiar" (BERTRAND, 1999, p. 112). Para essa finalidade, as correspondências expressarem a complexidade dos processos

políticos, permite compreender as estratégias e as relações de poder, a cultura política de uma época.

Ao enviar e receber cartas para diversos sujeitos, os indivíduos acabam conectando-se entre si, de acordo com suas necessidades, "mobilizando parentes e amigos, promovendo a cooperação e a concentração" (IMÍZCOZ, 2011, p. 114). Ao se conectarem, estabelecem diferentes níveis de laços ou de vínculos, sendo fortes, os laços que possuem relações mais próximas, "que conecta[m] parentes próximos e amigos íntimos que são amigos entre si" e, fracos, aqueles estabelecidos fora deste entorno denso (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

É através das redes de relações sociais que os indivíduos agem no sentido de criar, no tempo e no espaço, "um todo dialético articulado e profundamente entrelaçados, onde o homem converte o espaço natural em espaço social" (BANDIERI, 2001, p. 99). Para Eugenia Molina (2011), as redes criam laços pelos quais circularão bens e serviços, os quais podem ser tanto materiais quanto imateriais, tornando-se mais fortes ao longo do tempo, conferindo aos indivíduos pertencentes a essa rede, acesso a "vinculações diversas, horizontais, verticais e transversais, que por um lado, lhe dão uma determinada margem de ação e recursos para suas atividades" (MOLINA, 2011, p. 20).

Nesse sentido, Jacques Revel sustenta que através do estudo de redes torna-se possível compreender as "estratégias sociais desenvolvidas pelos diferentes atores, em função de sua posição e de seus recursos respectivos, individuais, familiares, de grupos etc. [...] (1995, p. 130).

Por outro lado, Molina também destaca que o pertencimento a diversos espaços de sociabilidade ajudam a conformar redes de relações e, enquanto práticas associativas, "geram solidariedades e cooperação entre as elites, importantes para servir de base para suas atividades políticas e públicas" (2011, p. 31), além conferir-lhes determinada identidade.

Tais elementos confluem no sentido de permitir compreender a amplitude que pode ter a influência dos indivíduos e os mecanismos que permitem não só estabelecer, mas também fortalecer suas relações de poder sobre determinada região que ultrapassa os limites políticos, principalmente porque os "grupos humanos não respeitam limites ou fronteiras que pretendam impor os aparatos administrativos dos Estados" (RECKZIEGEL, 2016, p. 144).

No sentido de construir uma cartografia da Revolução, a partir das redes, ao longo das pesquisas buscamos identificar, quantitativamente, através do banco de dados Palladio, as correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares, ao longo da Revolução Federalista, permitindo realizar uma representação cartográfica de suas redes.

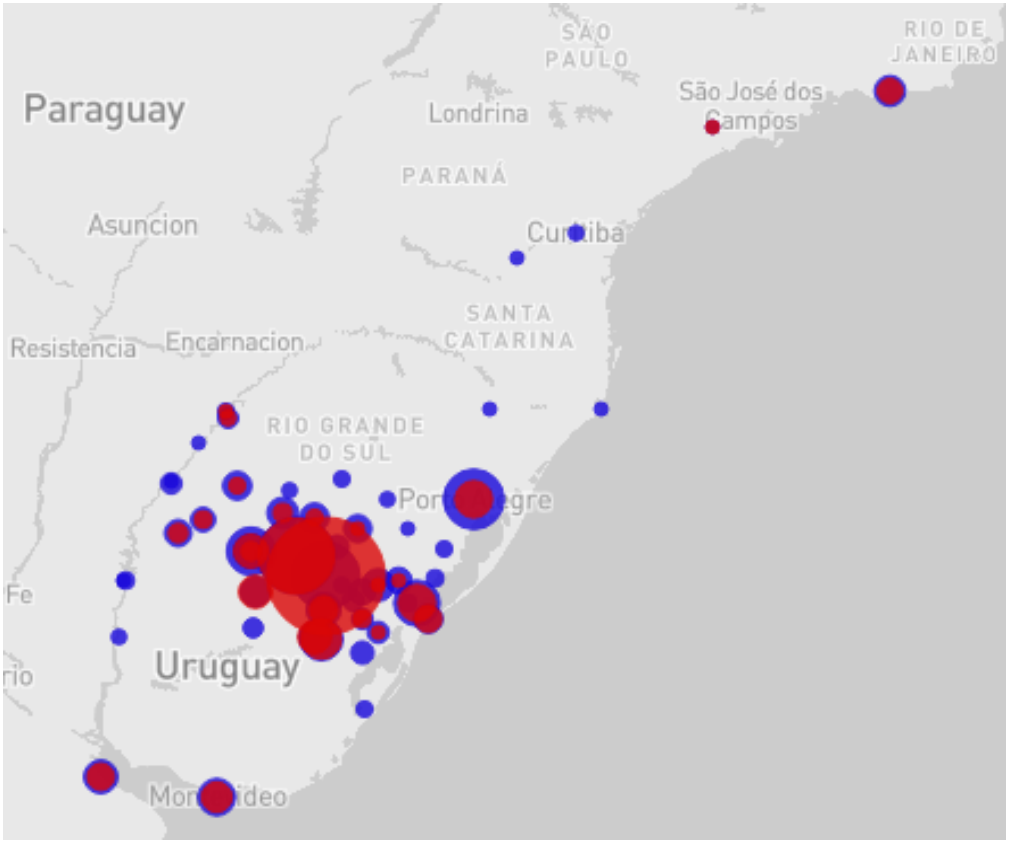
Quadro 1 – Correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares 1891-1895

ENVIADAS (AZUL)	**505**
RECEBIDAS (VERMELHO)	1270
TOTAL	1775

Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

A partir desse quadro, a representação cartográfica para a análise das redes desses indivíduos permite compreender aspectos da localidade e a densidade, portanto, a importância de cada uma delas, na mobilização de recursos e apoio, os vínculos que os correspondentes tinham, nestas localidades, assim como o volume de cartas enviadas e recebidas, conforme será apresentado na imagem abaixo:

Figura 1 – Densidade de correspondências enviadas e recebidas por localidade



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

As esferas em tamanhos distintos, como é possível observar, decorrem da quantidade de correspondências de cada uma das localidades, e para melhor análise, adotamos uma

coloração distinta para elas: em azul, estão os locais de onde foram enviadas, e em vermelho, o local do recebimento das correspondências.

Durante nossa estada na Universidade Nacional de Mar del Plata, na Argentina, tivemos contato, por meio de diálogos, com professores especializados em História Digital e, consequentemente, com algumas das ferramentas capazes de criar um banco de dados. Com base nas informações recebidas, optamos pela escolha do banco de dados *Palladio*, organizado pela Universidade de Standford, que veio ao encontro de nossa necessidade de uma ferramenta que se adaptasse ao tipo de fontes que utilizamos e suprisse a necessidade de análise das correspondências. Foi justamente devido à capacidade de realizar análise que permitisse a construção e análise de redes e as relacionasse com informação espaciais, algo capaz de gerar mapas com análises que unissem estes dois aspectos e possibilitasse realizarmos uma cartografia da Revolução Federalista que fundamentou essa nossa opção por tal banco de dados.

Dentre os estudos atuais sobre cartografia, citamos Tiago Gil e Carlos Valencia (2016), em *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*, obra, segundo a qual, as renovações realizadas nos últimos anos caminham no sentido de abandonar uma visão tradicional que privilegiava o uso dos mapas, pelos historiadores, apenas como ilustração ou estética, tal como era realizado por muito tempo.

Os autores ressaltam que o movimento de contestação a essa visão, partindo dos geógrafos, combateu o que seria um "reducionismo na análise, um subemprego da informação e, sobretudo, deixa clara a carência dos historiadores no entendimento do espaço como elemento na explicação dos processos sociais" (GIL, 2016, p. 5).

Por outro lado, Gil (2016) corrobora a crítica dos geógrafos, ao defender que os mapas podem ser utilizados como importantes elementos para compreensão e estudo dos roteiros históricos das sociedades. Assevera que a modernização informática tem contribuído tanto para o acesso quanto para a realização de estudos, através de *softwares* e banco de dados especializados, que proporcionam maior qualidade e precisão nas análises das interações entre os indivíduos e o espaço.

Nesse sentido, realizamos uma cartografia que se trata de uma representação do espaço territorializado pelos indivíduos, através de suas relações de poder, compreendendo o quanto esses interesses transcendiam os limites políticos. Por outro lado, buscaremos evidenciar o quanto a representação deste espaço de fronteira, no Prata, esteve, no período em estudo, intimamente associada aos objetivos pessoais, familiares e de grupos sociais de determinados atores, conforme vimos demonstrando, no transcorrer desta tese.

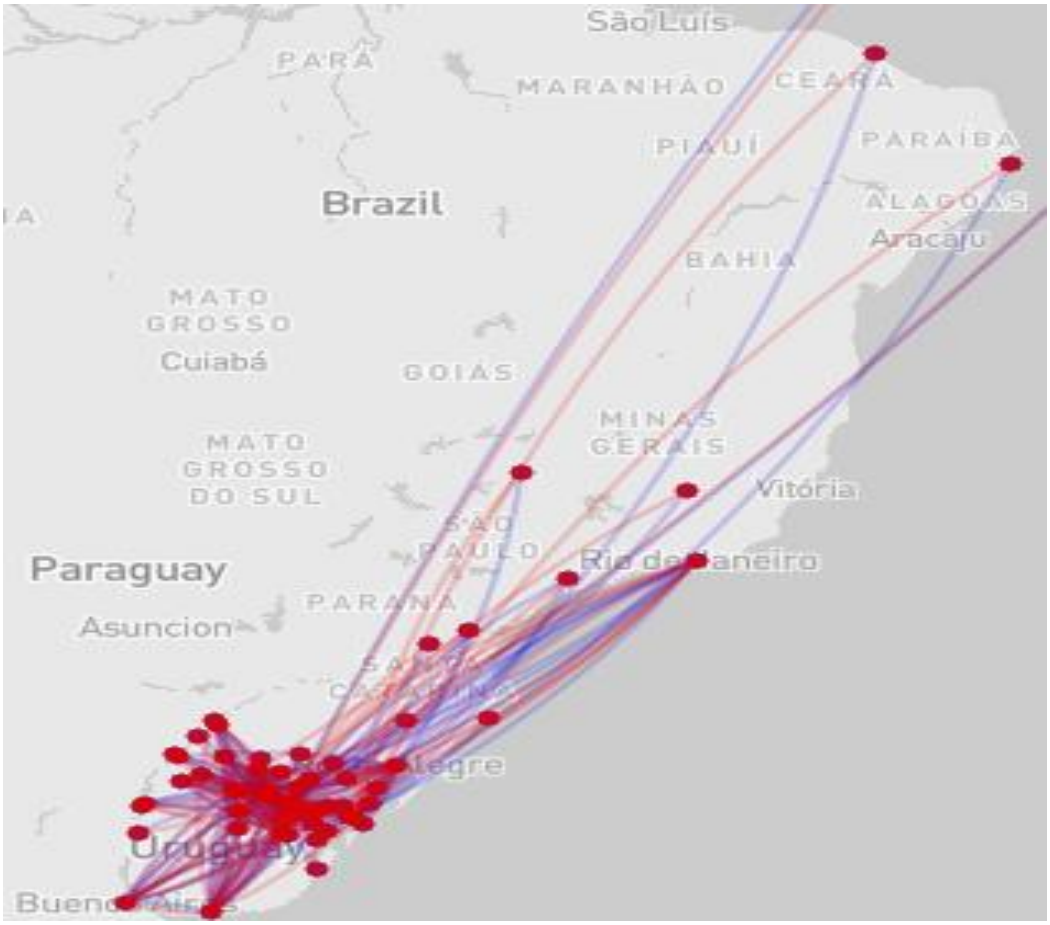
Por se tratar de um estudo que se utiliza da análise de redes para compreender sua relação com o espaço, através de suas atuações políticas e militares, é possível compreender as rupturas entre a imagem territorial que foi projetada e o território real conformado pelos indivíduos que atuam nestes espaços. Tal cartografia evidencia o quanto essa rede de relações, da qual fazem parte os atores, está associada a uma região econômica, social e cultural, durante o século XIX.

A partir da cartografia realizada é possível identificar que o espaço utilizado pelos federalistas abrangeu um espaço internacional mais amplo do que o anteriormente defendido, delimitando um espaço, através de seu campo de ação, que estava sob seu controle e no qual se estabeleceram redes, adquirindo fulcral importância em suas trajetórias e estratégias. Com base nos levantamentos das relações existentes, conforme o trabalhado nos capítulos anteriores, conseguimos criar uma cartografia da Revolução a partir das redes de relações dos Silva Tavares.

De acordo com Eloisio Moulin de Souza e Susane Petinelli Souza, ao realizar a cartografia, o objetivo não consiste em realizar um mapa estático de determinados eventos sociais, e sim compreender os processos de transformações sociais, procurando analisar "a vida em movimento, quer analisar o processo de constituição de novas realidades, pois paisagens sociais são "cartografáveis" (2014, p. 224).

Nesse sentido, com a análise criada a partir desse banco de dados, foi possível visualizar a totalidade das cartas enviadas e recebidas, associada a uma análise espacial. Permitiu, ainda, observar as diversas localidades de onde eram enviadas e, por conseguinte, entender a territorialização de um espaço realizado pelos personagens ligados à família Silva Tavares, assim como pensar a Revolução sob o prisma das relações de poder e criar uma nova geografia deste conflito.

Figura 2 – Representação, por localidade, do total de correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

O mapa criado a partir das redes dos personagens permite identificar que, diferente do que a historiografia acerca da Revolução Federalista tem asseverado, os Silva Tavares não eram apenas um "clã" de antigos liberais e estancieiros da campanha, de modo que nos permite afirmar que a rede de relações articulada e mobilizada por estes personagens não estava restrita apenas ao nível local, mas permite repensar a própria Revolução Federalista. A partir desse entendimento, pautaremos nossa explicação em dois momentos distintos: no primeiro, demonstramos a partir do âmbito familiar sua base de poder no Rio Grande do Sul, a partir da qual atuavam e a extensão das redes pelo Uruguai e Argentina. Já no segundo momento, apresentaremos a atuação familiar e suas relações com outros personagens que compunham suas redes pertencentes a outros estados brasileiros à Europa, conforme apresentaremos a seguir.

Em um primeiro momento, as correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares, entre 1891 e 1895, mostram uma atuação, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos. Portanto, permitem pensar a rede de relações dos Silva Tavares para além do território nacional, seja pela atuação de Joaquim (Barão de Santa Tecla), do Dr. Francisco Tavares e sua esposa, Maria do Amor, de Zeca Tavares e sua esposa Umbelina, seja pela de Joca e Flora, sua esposa.

Dessa forma, todos esses personagens circularam pelo Uruguai e, alguns, pela Argentina. Alguns deles procuravam proteção, fugindo da violência e das perseguições, no Rio Grande do Sul. Assim, utilizaram suas propriedades ou de seus contatos, nos países vizinhos, com distintos objetivos: enquanto uns ansiavam por refúgio, outros se empenhavam em buscar apoio político e mobilizar recursos, durante o conflito, a partir de seus conhecidos, amigos e parentes, neste espaço, que nem sempre era contíguo à fronteira.

A extensão das redes abrangia as capitais da Argentina e do Uruguai, conforme o diário do Dr. Francisco Tavares, em dezembro de 1893, período em que esteve em Montevidéu, juntamente com outros importantes políticos brasileiros emigrados, além de também ter estado, diversas vezes, no departamento de Salto (TAVARES, 2004a, p. 154;185).

Cruzando o rio da Prata, em maio de 1894, o Dr. Francisco esteve reunido, na cidade de Buenos Aires, com alguns emigrados brasileiros e, possivelmente, com o chefe político da Revolução, Gaspar Silveira Martins (TAVARES, 2004a, p. 169).

Do Rio de Janeiro, foram enviadas correspondências, por esse personagem, de uma forma mais ativa, entre 1891 a 1892. Em janeiro de 1892, o Dr. Francisco estava tratando dos interesses da família, ocasião em que se encontrou com Floriano Peixoto e com Gaspar Silveira Martins, que recentemente tinha regressado de seu exílio na Europa[136].

Para essa mesma localidade, também foram enviados e recebidos diversos telegramas, envolvendo o general Joca Tavares, especialmente em dois períodos: o primeiro, no começo dos movimentos revolucionários, em novembro de 1891, e, posteriormente, o segundo, após o congresso de Bagé, em 1892, quando Joca voltou àquela capital para as tratativas com o Presidente da República, marechal Floriano Peixoto.

Na ocasião, comunicou-lhe os resultados do dito congresso, no qual ocorreu a fundação do Partido Federalista e veio a ser aclamado como candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul. Nessa oportunidade, tomou conhecimento dos planos de membros do Partido

[136] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Rio de Janeiros, 7 folhas. Carta do Dr. Francisco ao general Joca Tavares falando da situação política do país, na qual demonstra estar tratando dos interesses da família e da revolução de novembro.

Republicano Rio-Grandense e de outros comandantes militares que, veladamente, tramavam o retorno de Júlio de Castilhos ao poder (MORITZ, 2005, p. 321-322).

Dentre os personagens que compunham a rede de relações do general Tavares, naquela capital, encontravam-se influentes amigos, dentre eles, o general João Batista da Silva Telles. Este personagem era amigo pessoal de Joca e havia tentado negociar uma solução pacífica para a Revolução, na reunião realizada com o general Tavares, em novembro de 1892, nos campos da Carpintaria, em Aceguá. Sem obter sucesso, após esta reunião, o general João Telles remeteu correspondência ao presidente Floriano expondo a gravidade da situação e pedindo providências (VILLALBA, 2017, p. 223-224).

Outro personagem, parte da rede dos Silva Tavares, era o Ministro da Guerra, José Simeão de Oliveira, com o qual se comunicou diretamente o general Tavares, em 1892, tratando da solicitação de um favor, para que fosse realizada a matrícula de um indivíduo em uma escola, no entanto sem resposta favorável[137]. Essa comunicação, facilitada principalmente, através das inovações trazidas pelo telégrafo, além de demonstrar uma face do clientelismo vigente naquela sociedade, expressa a capacidade de acesso direto à estrutura do poder central, de negociar diretamente com autoridades centrais, onde contava com amizades que havia feito na Guerra do Paraguai. Muitas delas estavam no poder, como era o caso de Floriano Peixoto e de José Simeão, e destas amizades e do prestígio obtido como General Honorário do Exército, soube tirar muitos proveitos.

Ainda no Rio de Janeiro, outros membros da família detinham relações de amizade, na capital, como José Bonifácio da Silva Tavares e Zeca Tavares, que haviam estudado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo Zeca abandonado os estudos para cuidar dos negócios familiares[138].

A ida de Zeca Tavares para estudar no Rio de Janeiro corrobora a política de diversificação profissional que teria sido uma preocupação de seu pai, João da Silva Tavares, afirmada por Jonas Vargas (2007) e Leandro Oliveira (2016). No entanto, essa informação vai além do que haviam afirmado Vargas (2007) e Oliveira (2016), em suas dissertações, uma vez que argumentam que apenas o Dr. Francisco Tavares havia sido enviado para estudar no centro do país, e que não teria insistido no estudo dos primeiros filhos. Portanto, tal prática não teria ficado restrita apenas a um membro da família.

[137] OLIVEIRA, José Simeão. [Telegrama] 8 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha, Bagé. Documento em que tratam de assuntos outros.
[138] Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai. 1902, ano V, num. 80, p. 1 – biografias de líderes federalistas.

A partir dessa informação, é possível afirmar a existência do interesse da família Silva Tavares, em qualificar a atividade vinculada à pecuária e a seus negócios, acompanhando uma sociedade que estava em plena transformação, além do que, pensavam na inserção política de seus membros, pois possuir um diploma passava a ser pré-condição para ingressar no mundo da política (CARVALHO, 2010).

As cartas também revelam elementos para pensar que a postura dessa família não foi sempre consensual e homogênea, acerca dos destinos tomados pela Revolução. Esta não podia ser pensada sem contradições, dissensos. Os desdobramentos do conflito eram uma incerteza para os personagens, e cada indivíduo tinha um espaço de experiência (KOSELLECK, 2006) que influenciava nas suas escolhas, na visão que tinham do processo.

O caso de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla[139], ou mesmo Quincas, como era chamado por seus irmãos, nas correspondências, atuou efetivamente na primeira, segunda e parte da terceira fase da Revolução, entre 1891 e 1892. Após a radicalização do conflito, em 1893, emigrou com sua família para o Uruguai, mais precisamente para o departamento uruguaio de Cerro Largo. Também esteve emigrado, por oito meses, em Montevidéu, com sua esposa, enquanto dois de seus filhos estiveram na fronteira ajudando nos esforços revolucionários.

Acerca das atividades que Joaquim da Silva Tavares passou a desempenhar, após ter emigrado para o Uruguai, alguns indícios permitem afirmar que pode ter se dedicado também aos seus negócios, enquanto esteve no exterior. Em carta enviada de Melo, a Zeca Tavares, em 30 de novembro de 1894, o Dr. Francisco afirma que havia sido publicada uma notícia no jornal *El Siglo*, de Montevidéu, segundo a qual, o Barão de Santa Tecla "[...] é esperado em Montevidéu onde vem trabalhar de Saladerista [...]. Melo, 30 de novembro de 1894. Chico"[140].

Ainda que Joaquim não estivesse participando do conflito, seus dois filhos tiveram participação bastante ativa, durante a Revolução, como por exemplo, o Dr. Joaquim. Médico, conduziu carroças pelo interior dos departamentos de Cerro largo e Rivera, recebendo e conduzindo armamentos até a localidade onde estava seu tio, o general Joca Tavares, nas pontas do rio Ponche Verde (TAVARES, 2004a, p. 95), enquanto seu irmão, o major da Guarda Nacional, João Tavares, também transitava pela campanha, no lado uruguaio, conduzindo de

[139] Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro. 31 jan. 1886, p. 1. Escolheu o título de Santa Tecla por ser o distrito em Bagé onde possuía uma propriedade rural, nos campos de Santa Tecla e Cavalhada. Notícia da nomeação de Joaquim da Silva Tavares a Barão de Santa Tecla.

[140] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 30 nov. 1894, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha. Carta em que fala sobre o Barão de Santa Tecla estar se dirigindo para Montevidéu e dedicando-se a profissão de saladerista.

um lado a outro munições para as forças federalistas e para as estâncias onde reuniam e escondiam armamentos (TAVARES, 2004a, p. 104).

Embora o número de correspondências varie de 18, em 1891, a 20, em 1892, não encontramos nenhuma correspondência de Joaquim nos anos de 1893 e 1894, e apenas uma foi encontrada, no ano 1895.

Existem duas hipóteses para esse motivo: a primeira de que seu estado de saúde estivesse muito ruim. Sofria de dispepsia e surdez e acabou indo para o Rio de Janeiro para se tratar, onde acabou sendo preso e conduzido à Fortaleza da Conceição, em dezembro de 1893. Nessa situação, habilmente declarou que não tinha tido participação nos rumos que a Revolução no Rio Grande do Sul havia tomado, e, por essa razão, solicitava imediata soltura para tratar de sua saúde[141].

Por outro lado, uma segunda hipótese diz respeito ao fato de que Joaquim havia tentado intermediar uma saída pacífica para a resolução do conflito, ainda em 1892 e 1893, a fim de evitar o agravamento da situação. Este ajudou em duas ocasiões para buscar a paz, a primeira com o general João Batista da Silva Telles e, posteriormente, na reunião entre o general Joca Tavares e o senador brasileiro Francisco Manoel da Cunha Júnior, em 27 de junho de 1893, na estância da Carpintaria, localizada junto à linha de fronteira do Brasil com o Uruguai (SALIS, 1955), não obtendo sucesso em seu intento, conforme afirma durante seu interrogatório, transcrito abaixo.

> Interrogatório. Perguntado seu nome, idade, profissão?
> Resposta: Barão de Santa Tecla, 63 anos, fazendeiro.
> Pergunta: Qual a sua atitude e o que pensa quanto à Revolução do Rio Grande do Sul e parte da Armada?
> Resposta: Foi o primeiro cidadão e talvez o único que em junho de 1892 ao presenciar os primeiros movimentos revolucionários no Rio Grande do Sul, telegrafou ao Marechal Presidente da República comunicando o que se passava e pedindo sua intervenção direta, visto como já então a perturbação da ordem se fazia sentir em todo aquele estado. Não satisfeito com isto, acompanhou o General Silva Telles até a Carpintaria onde teve lugar em novembro do mesmo ano a conferência com o General Silva Tavares, seu irmão, conferência que não produziu resultado como é sabido, e que sendo assim, frustrado seus intuitos, recolheu-se a dirigir cartas a diversos amigos do Rio Grande, Pelotas e Bagé, pedindo-lhes que tudo envidassem em favor da paz afim de evitar a invasão. Tem resposta de algumas dessas cartas e telegramas, que conversa convidando-o a regressar ao estado, o que efetivamente fez, dirigindo-se com toda sua família para a cidade de Bagé, não lhe tendo sido possível transpor a fronteira, não só porque já se tinha manifestado o movimento como também a conselho de amigos. Resolveu então permanecer na estância dos Currais, de um seu amigo, até que teve a felicidade de encontrar-se com o Senador Cunha Júnior, com quem conferenciou e proporcionou outra conferência com o General Silva Tavares, que ficou reservada. Terminada assim, sua missão, retirou-se com toda sua família,

[141] TAVARES, Joaquim. [Carta] 7 dez. 1893, Rio de Janeiro. [Para] GUERRA Ministro da. Rio de Janeiro, 1 folha. Carta em que solicita sua soltura para poder tratar de sua saúde e justificar-se.

> tendo antes declarado ao referido Senador Cunha Júnior que se dirigia ao Rio de Janeiro a tratar de sua saúde, onde continuaria a fazer tudo a seu alcance pela paz no Rio Grande [...][142].

As declarações de Joaquim, em seu interrogatório, nos permitem afirmar que, mesmo dentro da família Silva Tavares, do ramo de Bagé, existiam dissenções de entendimento quanto aos rumos que a Revolução deveria tomar, vindo ao encontro do que explicam Michel Bertrand e Claire Lemercier (2011), ao asseverar que pertencer a uma família não significa que seja um grupo homogêneo, que exista um alinhamento automático entre eles. Parece ter existido uma lealdade para com a decisão de seus irmãos, principalmente pelos seus depoimentos posicionando-se pela pacificação, publicados em entrevistas nos jornais de Montevidéu, durante o período em que esteve emigrado, republicados em Buenos Aires[143] por uma imprensa atenta aos eventos regionais.

Isso não significou que o Barão de Santa Tecla adotasse uma postura para sabotar os planos de seus irmãos, ou que adotasse uma postura de tentar impedir a participação de seus outros filhos no conflito. Ao contrário, não podemos excluir a possibilidade de que ele pode apenas ter falado o que era necessário em seu interrogatório para salvar sua vida, uma vez que até seu sogro e cunhados participaram, ativamente, ao lado dos federalistas, como iremos demonstrar mais adiante.

Outro membro da família, Zeca Tavares, esteve emigrado próximo à linha de fronteira, onde cuidava dos negócios e também da Revolução. Sua esposa, Umbelina, esteve emigrada com ele, o que pode ser percebido, na carta enviada de Melo, pelo Dr. Francisco, comunicando-se com Umbelina, sua sobrinha e cunhada:

> Biloca, remeto os remédios que constam na receita e o vidro de laudano importando a receita em 1,70 e o laudano 0,20. Remeto-te o tramo 1,10. As notícias que temos são da rendição do Saldanha, conforme comuniquei anteontem em carta ao Zeca, por intermédio da Senhora remetendo o telegrama de Anfísio Fialho. Esperamos os detalhes. Fazemos votos pelo restabelecimento do Zeca. Se tivesse cavalo ia hoje até lá. O Eurico seguiu com o Armando para Valentim e Nicanor foi hoje para Montevidéu com destino ao Salto. Adeus. Mariquinhas, Zulmira e meninos enviam-te abraços e mesmo faz o compadre e amigo Chico. Melo, 18 de março de 1893[144].

---

[142] TAVARES, Joaquim da Silva. Interrogatório do Barão de Santa Tecla. Rio de Janeiro, 24 dez. 1893, 2 folhas. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS.

[143] Jornal *El Diário*, Buenos Aires. 30 ago. 1893, p. 1. Notícia de uma declaração do Barão de Santa Tecla em que fala sobre a possibilidade de pacificação do conflito.

[144] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta], 18 mar. 1893, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, Umbelina Nunes da Silva, departamento de Cerro Largo, Uruguai, 1 folha. Correspondência em que fala do envio de remédios para Zeca.

A partir dessa correspondência é possível afirmar que Zeca Tavares não esteve sempre na frente de combate. Também esteve doente, durante o conflito, pois sofria de gastralgia e doenças no fígado, que o afastaram diversas vezes para se tratar. Nesse período, estava em uma propriedade, na localidade de *Palleiro*, departamento de Cerro Largo (TAVARES, 2004a, p. 192.). Entrementes sua esposa, Biloca, esteve nesse período comunicando-se com seu cunhado e com outros federalistas, intermediando relações.

Por outro lado, o papel que o genro Nicanor Peña ocupava nessa família, envolvido na articulação da Revolução, mostra que, além da linha de frente, a retaguarda de articulações movimentava-se ativamente por diversos pontos do território uruguaio. Revela, dessa forma, quanto o aspecto sentimental que envolvia os indivíduos, em meio à violência de uma guerra civil, o afeto e as preocupações familiares e os objetivos federalistas são importantes variáveis para compreender o que motivava a atuação destes personagens, em meio ao conflito.

A documentação referente a José Facundo indica que ele teve participação ativa na organização da Revolução, conforme a carta de 16 de outubro de 1892, endereçada a Felipe Nery Portinho, na qual afirma que "[...] não lhe será desconhecido que projetamos reagir contra este governo que tantos males tem acarretado ao nosso desgraçado estado [...]" (VILLALBA, 2017, p. 225). Importante informar que esta carta foi utilizada, pelos castilhistas, para sua incriminação como conspirador, de modo que apenas tivemos acesso a algumas documentações esparsas sobre este personagem, durante os anos de 1891 a 1892.

Era entardecer do dia 17 de julho de 1892, quando o general Tavares assumiu o governo do estado, em Bagé[145], e dentre suas providências para o preenchimento dos cargos, José Facundo foi nomeado Chefe de Polícia interino do Estado do Rio Grande do Sul[146]. Com a rendição de Joca Tavares, em Bagé, em 4 de julho de 1892, renunciando à ideia de resistência, logo depois emigrando para o Uruguai com sua família, seu irmão José Facundo passou a residir em Porto Alegre. Na cidade, esteve à frente de um estabelecimento industrial, até ser preso por conspiração, em novembro de 1892 (VILLALBA, 2017), tendo sido libertado somente, em 1895, após seu irmão Dr. Francisco Tavares conseguir um *Habeas Corpus* para libertá-lo[147].

[145]TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 17 jun. 1892, Bagé. [Para] CÂMARA, José Antônio Correia da. Porto Alegre, 1 folha. Documento em que o general Tavares afirma estar assumindo o governo do estado a partir daquele dia.

[146] TAVARES, José Facundo da Silva. [Carta], 30 jun. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Documento em que José Facundo pede para serem suprimidas algumas subdelegacias de Polícia em Bagé e para que fossem nomeados Delegados de Polícia substitutos.

[147] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 30 mar.1895, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Carta em que Dr. Francisco refere ter conseguido o Habeas Corpus de José Facundo da Silva Tavares.

Nesse sentido, a documentação desse personagem só pôde ser consultada até o período de 1892, ou seja, não tivemos contato com mais nenhuma correspondência de José Facundo para o período que abrange desde sua prisão até o término do conflito.

Quanto ao fluxo das correspondências, a representação cartográfica realizada na figura 1, mostra uma densidade que coloca a região da campanha meridional, na zona de fronteira, especialmente as cidades de **Bagé e Dom Pedrito**, como núcleo principal desta rede.

Por se tratar de uma análise a partir das cartas da família Silva Tavares, sua base de atuação estava em Bagé, e tinha, em Dom Pedrito, importante núcleo de apoio, no aspecto econômico, já que era a localidade onde possuía propriedades rurais. Quanto ao aspecto militar, principalmente por ter sido Dom Pedrito distrito de Bagé, até 1872, Joca Tavares exerceu, por diversas vezes, o comando sobre a Guarda Nacional, além de Comandante Militar da Guarnição e Fronteira de Bagé, tendo ambas contribuído para sua influência sobre aquela localidade.

Por outro lado, devido ao comando que exercia este personagem, sobre o Partido Conservador destas duas cidades, durante o período monárquico (LOPES, 1972), Dom Pedrito constituiu importante base política que foi mobilizada durante a República, especialmente durante a Revolução Federalista.

Da mesma forma aparecem as cidades de **Pelotas, Sant'Ana do Livramento e Porto Alegre**, localidades que contavam com importantes apoiadores federalistas e com o interesse da família Silva Tavares, como, por exemplo, Pelotas, para onde se deslocavam, com frequência, o general Tavares, o Dr. Francisco e Zeca Tavares, em 1891, no começo da Revolução. Pelotas era, também, o lar de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, uma cidade onde ele possuía charqueadas e que tinha relevância nos negócios familiares, tendo permanecido aí até seu deslocamento para o Uruguai com o contragolpe dos castilhistas, em 1892. Em Pelotas, também dispunham de diversas e importantes relações com outras lideranças políticas, como Leopoldo e Francisco Antunes Maciel, os Gomes de Melo, os Epaminondas Arruda, todos com propriedades e interesses na fronteira e no Uruguai.

A intensidade e a densidade das correspondências enviadas e recebidas de Porto Alegre, demonstra uma cidade importante para os projetos familiares dos Silva Tavares, pelo aspecto político, que lhes assegurava não apenas o acesso às estruturas provinciais/estaduais, mas também a capacidade de representar não só os interesses dos seus apoiadores, como também garantir seus cargos políticos e postos na Guarda Nacional. Na capital, estava tanto a residência de José Facundo da Silva Tavares e de sua família − local onde permaneceu até ser preso pelas forças castilhistas, no começo da Revolução, acusado de conspiração −, quanto o escritório do Dr. Francisco da Silva Tavares, onde exercia advocacia e suas atividades políticas.

Em Porto Alegre, Francisco havia chefiado o Partido Conservador do Rio Grande do Sul, até ser eleito deputado geral no Rio de Janeiro e, posteriormente, declarar-se republicano, abandonando este partido. No período republicano, passou a fazer oposição a Júlio de Castilhos, compôs as fileiras da União Nacional[148], juntamente com seus irmãos, tendo, mais tarde, fundado também o Partido Republicano Federal, em 1891, e o Partido Federalista, em 1892.

Francisco era uma peça importante na estratégia familiar dos Silva Tavares, de modo que Jonas Vargas (2007) o define como pertencente a um seleto grupo de rio-grandenses capazes de serem mediadores entre as localidades e o poder central, pois vinculava as esferas do poder local. Isso demonstra uma capacidade de acessar o poder, em nível nacional, e garantir que os interesses de seus aliados e de sua família fossem atendidos, proporcionando que tanto a família quanto seus aliados obtivessem benefícios que assegurassem a capacidade de reprodução de uma lógica clientelística de poder e, assim, a manutenção e reprodução do poder familiar, nestas esferas, até que o domínio do PRR rompeu com essa tradição.

Um exemplo da importância dessa mediação e do poder dos Silva Tavares fica explícita, se considerarmos os cargos e atividades exercidos pelos membros, desta família, no período da Revolução Federalista, enquanto Joca Tavares chefiava os conservadores, ou se revezava no comando da Guarda Nacional ou da Fronteira e Guarnição de Bagé, inúmeras vezes (ANDRADE, 2017).

Zeca Tavares foi vereador e chegou a exercer o cargo de presidente da Câmara Municipal[149], em Bagé, marcando assim, um eixo que se estendia da localidade à Província e chegou até o nível nacional, onde o general Tavares também possuía amigos e contatos, veteranos e camaradas de armas do período da Guerra do Paraguai, que continuaram até o período da Revolução Federalista, conforme poderemos ver no capítulo 7.

Dentre essas localidades identificadas de envio e recebimento das correspondências, conforme demonstramos nos parágrafos anteriores, parte delas vem ao encontro das que havíamos apresentado em nossa dissertação de mestrado, ocasião em que nos detivemos nas correspondências do general Joca Tavares e que, agora, ampliamos para a participação da

[148] A União Nacional nasceu da união entre antigos membros dos partidos Liberal e Conservador, agora republicanos, com os membros do Partido Republicano, dissidência surgida do PRR. Tinha por presidente o Visconde de Pelotas e por vice, o Dr. Francisco da Silva Tavares. Afirmava-se como uma agremiação dos cidadãos descontentes com o sectarismo político e a violência praticada por Júlio de Castilhos. Tinha, por programa, "fazer respeitar a lei, concorrer para a reorganização da Pátria, para garantia da ordem pública e para pôr a coberto qualquer ataque àqueles seus membros que mais expostos estiverem a sofrerem-no" (MORTIZ, 2005, p. 136).
[149] Jornal *O Bageense*, Bagé. 12 ago. 1864, p. 2. Notícia que apresenta os cargos da Câmara de Vereadores de Bagé.

família Silva Tavares. Demonstram uma maior abrangência espacial, revelando uma miríade de cidades não apenas no Rio Grande do Sul, mas que abrangem diversas partes do Brasil.

As localidades situadas no Rio Grande do Sul, grande parte estão espalhadas pela metade sul do estado, constituindo a base do poder desta família, como, Bagé São Borja, Uruguaiana, Quaraí, Itaqui, Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Santa Maria, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Sant'Ana do Livramento, Cacimbinhas (atual cidade de Pinheiro Machado), Arroio Grande, Pedras Altas, Herval, Piratini, Canguçu, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Rio Pardo, São Lourenço do Sul, Rio Grande, Chuí, Pelotas, Camaquã, Encruzilhada do Sul, Capão do Leão (na época distrito pertencente a Pelotas), Porto Alegre, Vacaria.

O fato de existir um maior número de correspondências recebidas do que enviadas, no período analisado, aponta a existência de relações horizontais e verticais entre os indivíduos, marcadas por relações clientelísticas que expressariam uma relação de dependência. Segundo Angela de Castro Gomes (2000), isso seria algo recorrente, no âmbito da política, pois envolve o ato de que "um dos termos − o demandante − dirige-se a um interlocutor, por definição 'poderoso', que por isso mesmo tem a capacidade e muitas vezes o dever de atendê-lo" (GOMES, 2000, p. 32).

Considerando o entendimento de Ângela de Castro Gomes (2000), também é possível afirmar que o fato de receber mais correspondências do que as emitir envolve a existência de um centro de poder e articulações que incluem relações de confiança manifestadas pelos remetentes, aos quais se atribuía um lugar de protetores, ato que configura uma retribuição clientelística e que poderia ser, conforme a autora, tanto no âmbito pessoal quanto impessoal.

Em um segundo momento, o mapa demonstra, igualmente, uma atuação fundamental para comandar a Revolução, não apenas restrita ao Rio Grande do Sul, mas se estendendo à cidade do Rio de Janeiro, a Laguna, no estado de Santa Catarina, a Curitiba e São Mateus, no estado do Paraná, à cidade de São Paulo, à cidade de Uberaba e a Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, à de Recife, em Pernambuco, e à de Fortaleza, no Ceará.

No telegrama enviado de Laguna, o carimbo, geralmente realizado pela estação de telégrafos, não está visível, portanto, a data também não. Entretanto, é possível identificar que foi enviado para a cidade de Pelotas. Trata-se de uma correspondência encaminhada por membros do diretório do Partido Federalista, daquela localidade, parabenizando o general Tavares pela "grande data de hoje"[150]. Isso permite afirmar que está fazendo referência a 23 de

[150] PARTIDO FEDERALISTA, [Carta], 23 ago. 1895, Laguna, Santa Catarina. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Pelotas, 1 folha. Documento em que o general Tavares é parabenizado pela pacificação.

agosto de 1895, data da assinatura do Tratado de Paz, que deveria estabelecer a pacificação do Rio Grande do Sul, firmado naquela cidade, entre Joca Tavares e o general Inocêncio Galvão de Queiróz. O documento também permite observar as redes desse general, em Santa Catarina, e o fato de que, possivelmente, mantivesse contato com o diretório daquela localidade.

O contexto que antecedeu a Revolução Federalista, em Santa Catarina, de acordo com Emy Lunardi (2009), fez parte do conturbado contexto de consolidação da República no Brasil, caracterizado naquele estado, por uma disputa política entre o Partido União Federalista e os Republicanos, acirrada pela ascensão dos Republicanos ao poder. À semelhança do Rio Grande do Sul, os liberais foram sendo alijados dos cargos que ocupavam, em detrimento dos republicanos, especialmente nos Conselhos Municipais.

Tais medidas eram possíveis graças à Lei Alvim, que além de retirar a possibilidade de representação das minorias, assegurava o domínio sobre a estrutura eleitoral e a vitória dos partidos que estivessem no poder, prejudicando os oposicionistas liberais depostos (LUNARDI, 2009).

A eclosão da Revolução Federalista, em Santa Catarina, de acordo com Carlos Humberto Corrêa (1984), também fez parte dos movimentos que começaram com a deposição do Marechal Deodoro da Fonseca e sua substituição por Floriano Peixoto, situação que derrubou o então governador Lauro Miller, conduzindo ao poder um federalista.

O novo governador, Manoel Joaquim Machado, foi logo deposto por Floriano Peixoto, tendo assumido seu sucessor, Elyseu Guilherme da Silva, também federalista (CORRÊA, 1990).

Afirma o autor, que, em consonância com a Revolta da Armada, que havia eclodido, em 1893, Desterro, capital de Santa Catarina, foi tomada, a mando do Almirante Custódio de Mello, pelos revolucionários da armada chefiados pelo almirante Frederico Guilherme de Lorena, tendo obtido o apoio de outros federalistas catarinenses (CORRÊA, 1990).

A capital foi tomada com pouca dificuldade e, nela, foi instalado um governo provisório dos revolucionários, declarando Santa Catarina desligada da União e que, naquela capital, seria instalado um governo provisório da República até a queda de Floriano Peixoto, assumindo a presidência o capitão de mar-e-guerra Frederico Lorena (CORRÊA, 1984).

Ainda segundo Humberto Corrêa (1984), Frederico Lorena nomeou Gaspar Silveira Martins e Demétrio Ribeiro cônsules do novo governo, respectivamente junto aos governos do Uruguai e da Argentina, buscando obter, desses Estados, não só o reconhecimento de beligerância dos revolucionários, como também um empréstimo para o novo governo.

Essa situação teria agravado as dissenções entre Gaspar Silveira Martins, Demétrio Ribeiro e Frederico Lorena, pois estava em disputa o estabelecimento de um governo composto por civis, e não por militares, posição contrária à tomada por Lorena (CORRÊA, 1984).

As memórias de Ângelo Dourado (1992) destacam as dissenções acerca da forma de pensar a revolução entre os federalistas rio-grandenses, a mando de Gumercindo Saraiva – os quais haviam partido para Santa Catarina com objetivo de chegar a São Paulo –, e Frederico Lorena (PIAZZA, 1999).

As correspondências enviadas do estado do **Paraná** dizem respeito aos conflitos políticos e às intervenções do governo federal, após a queda do Presidente Deodoro da Fonseca e da ascensão de Floriano Peixoto, na Revolução começada em novembro de 1891, que defendemos como o começo da Revolução Federalista, para o Rio Grande do Sul.

No telegrama enviado, em 21 de dezembro de 1891, o liberal federalista Dr. João Menezes Dória[151], presidente do Congresso do Estado do Paraná, reclamava acerca da deposição do governador do estado, Generoso Marques, que havia sido eleito pelos liberais paranaenses e fora deposto, não só por haver apoiado o golpe de Deodoro, mas também o congresso estadual presidido por Dória[152].

O governo do Paraná foi assumido por uma junta interventora, comandada pelo coronel Roberto Ferreira, a mando de Floriano Peixoto, até a eleição de Francisco Xavier da Silva, em 1892 (SÊGA, 2008). Segundo afirma em seu telegrama, o Dr. João Dória afirma que teriam ocorrido excessos contra a oposição, e acusa o governo federal de traição, dizendo que o "Paraná muito espera dos rio-grandenses"[153]. O telegrama demonstra a expectativa e o reconhecimento em relação à atuação do general Joca Tavares, à frente do movimento que ocasionou a queda de Deodoro. Além disso, informa, de modo explícito, que os paranaenses esperavam muito dos rio-grandenses, especialmente no campo das armas, solicitação que foi atendida, em 1894, com a incursão de Gumercindo Saraiva.

---

[151] João Menezes Dória (1857-1934), médico e político liberal-federalista, havia tentado, sem sucesso, derrubar o governador do Paraná, em 1893, teve forte atuação militar e política (SÊGA, 2003; CASA CIVIL PARANÁ, 2021). Foi nomeado para assumir o governo da Junta Governativa Federalista do Paraná, em 1894. Chegou a participar de combates ao lado dos federalistas, inclusive tomando parte no cerco da cidade de Lapa, junto a Gumercindo Saraiva, naquele estado (SOUZA, 2016). Era parente de Franklin Meneses Dória, Barão de Loretto, grande apoiador dos federalistas e amigo da Gaspar Silveira Martins (ROSSATO, 2021).

[152] DÓRIA, João Menezes. [Carta], 21 dez. 1891, Curitiba, Paraná. [Para]. TAVARES, João Nunes da Silva, 2 folhas, Bagé. Documento em que João Dória conta a situação do Paraná e diz esperar muito dos federalistas do Rio Grande do Sul.

[153] DÓRIA, João Menezes. [Carta], 21 dez. 1891, Curitiba, Paraná. [Para]. TAVARES, João Nunes da Silva, 2 folhas, Bagé. Documento em que João Dória conta a situação do Paraná e diz esperar muito dos federalistas do Rio Grande do Sul.

Do município de São Mateus, estado do Paraná, em carta enviada em 26 de dezembro de 1895, pelo sul-rio-grandense João Benjamin, cujo sobrenome desconhecemos − possivelmente fosse um apoiador ou simpatizante da causa federalista que estava residindo, naquela localidade, ou que tenha acompanhado as forças de Gumercindo Saraiva e de Torquato Severo, em marcha por aquele estado, ou mesmo tenha fugido do contexto de violência que assolava o Rio Grande do Sul −, ele afirmava que, junto à correspondência, enviava um volume de documentos importantes sobre a Revolução, que deveria chegar com segurança às mãos de Joca Tavares[154].

Na mesma carta, destaca a importância dos vizinhos e das relações estabelecidas no âmbito rural, assim como as amizades entre os lindeiros, durante o conflito. João Benjamin afirma que tinha propriedade, no município de Dom Pedrito. Entretanto, sem oferecer muitas informações sobre si, escreveu a carta ao general Tavares, por intermédio de um indivíduo de nome Evaldo Gaensly, na qual afirma:

> [...] As mais informações sob minha pessoa, ainda não confio ao papel, porém Vossa Excelência desejando informar-se bem, sirva-se colher as mesmas do Senhor Coronel Torquato Severo e do Senhor Coronel Aparício Saraiva, os quais são meus amigos e além de mais, aquele é meu vizinho[155].

Da cidade de **Curitiba**, capital do estado do Paraná, o general Joca Tavares recebeu, durante sua estada em Pelotas, o telegrama de um casal de nome Ribeiro e Izidora, datado de 24 de agosto de 1895, um dia após a assinatura do tratado, no qual o parabenizam pela pacificação do conflito no Rio Grande do Sul[156]. Nesse documento não constam sobrenomes ou quaisquer outras informações acerca de quem eram essas personagens, tampouco esses nomes aparecem, em outros momentos, dentre a documentação consultada, o que nos remete que possa ter sido um casal de amigos do General Tavares que estivesse residindo naquela localidade.

Em relação ao estado de **São Paulo**, o general Joca Tavares havia se correspondido, em 1891, com o governador Américo Brasiliense de Almeida Melo[157]. Comunicava que a

---

[154] BENJAMIN, João. [Carta], 26 dez. 1895, São Mateus, Paraná. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Carta em que um federalista envia documentos ao general Joca Tavares e afirma ser vizinho de campo de Torquato Severo.

[155] BENJAMIN, João. [Carta], 26 dez. 1895, São Mateus, Paraná. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Carta em que um federalista envia documentos ao general Joca Tavares e afirma ser vizinho de campo de Torquato Severo.

[156] RIBEIRO; IZADORA [Telegrama], 24 ago. 1895, Curitiba, Paraná. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Pelotas. Documento no qual o general Tavares é parabenizado pela pacificação da Revolução Federalista.

[157] Sobre este personagem ver: LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal:** dados biográficos 1828-2001. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

Revolução, no Rio Grande do Sul, havia alcançado a vitória e havia sido deposto o governador Júlio de Castilhos. Em seu lugar, assumiria o governo o General Domingos Barreto Leite e esperavam a manifestação do Estado de São Paulo[158].

O telegrama mostra as relações entre o general Tavares e sua articulação com outros políticos do restante do Brasil, mostrando uma ativa participação nos movimentos que ocasionaram a deposição do Presidente Manoel Deodoro e que conduziram Floriano Peixoto à presidência da República.

Em decorrência da assinatura da pacificação da Revolução, em agosto de 1895, novamente o general Tavares voltou a receber comunicação de São Paulo, assinada por diversos indivíduos, na qual recebeu manifestações de agradecimentos por parte da comissão de festejos da capital daquele estado[159].

As relações com São Paulo não ficaram restritas ao general Tavares, uma vez que o Dr. Francisco Tavares havia cursado seus estudos na faculdade de Direito, local onde havia contraído matrimônio, em 1862, com Maria dos Prazeres Amor, nascida em São Paulo, filha de pai peruano e mãe paulista[160] (RHEINGANTZ, 1993).

A importância de estudar fora de suas localidades, nas academias do centro do país, segundo Jonas Vargas (2011), era parte das estratégias das camadas mais abastadas da sociedade e importante meio de aproximação e integração com as elites regionais, muitas vezes, terminavam em alianças consolidadas pelo matrimônio.

Ainda de acordo com Vargas (2007), isso representava uma estratégia de diversificação profissional, uma vez que acabava por ampliar espaços que antes ficavam restritos ao familiar, ou seja, estendia a influência e a capacidade de negociação com famílias que dominavam outros recursos no centro do país. Isso favorecia o estabelecimento de alianças e inserção em redes, ativando-as quando necessário, práticas fundamentais no jogo político e em sua capacidade de exercer o poder na esfera local, mas também provincial.

Do estado de **Minas Gerais**, especificamente de Uberaba, o general Tavares recebeu, em 25 de agosto de 1895, um telegrama de Manoel Ratto, no qual tece elogios, afirmando:

---

[158] TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 1891, Bagé. [Para] MELO, Américo Brasiliense de Almeida, 1 folha, São Paulo.

[159] FERRAZ, Mattos; GOMES, Elpídio; GOES, Francisco Araújo; CARDOSO, Adolfo; CÂNCIO, Jacintho; MELLO João; SILVA, Octaviano Dutra da. [Telegrama] 24 ago. 1895, São Paulo. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que recebe as felicitações pela pacificação da Revolução.

[160] Arquivo da Cúria e Mitra Diocesana de Bagé, Livro de Registro de Batismo, 12 jun. 1870, folha 113.

"Congratulamos realização *desidertum* todo patriótico abraçamos propugnadores desse acontecimento Pátria agradecida vos sagrará beneméritos. Viva Rio Grande"[161].

Por outro lado, foi enviada uma carta, pela Câmara Municipal de Ouro Preto, ao general Tavares, em 25 de setembro de 1895, que vem ao encontro de uma atuação política e acesso a outros grupos apoiadores em nível nacional. Nesse sentido, apresentamos uma correspondência referindo-se à pacificação da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, conforme poderá ser observada abaixo:

> [...] A Câmara Municipal de Ouro Preto do Estado de Minas Gerais, em seu nome e no de seus municípios, felicita a Vossa Excelência como ilustre chefe do esforço patriótico exército revolucionário e bem assim aos seus dignos companheiros, pela pacificação d glorioso Estado do Rio Grande do Sul, de que é Vossa Excelência um dos mais distintos filhos, e por cuja liberdade tantas vezes Vossa Excelência arriscou a sua preciosa existência. Deus guarde Vossa Excelência. O Vice-Presidente e Agente Executivo, em exercício, Olympio Ferrer de Faria Oliveira, Francisco de Castro de Faria Ribeiro, Agostinho José Carlos [?], João Xavier dos Santos, Lauro de Lima[162].

Nessa carta, diversas lideranças políticas mineiras parabenizam pela pacificação da guerra civil que assolava o Brasil. Muito além de evidenciar seu prestígio e a possibilidade da amplitude de suas redes de relações, o documento também pode ser importante indício da origem do apoio de antigos monarquistas e dos nomes envolvidos no suporte às forças federalistas revolucionárias que operaram, no sul do Brasil, durante o conflito.

Ao encontro dessas redes da família Silva Tavares, tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais, o diário do Dr. Francisco da Silva Tavares oferece indícios no que diz respeito às fontes de recursos enviadas aos federalistas. O Dr. Francisco Tavares refere-se ao envio de sacas de café que seriam vendidas pelos federalistas emigrados, na Argentina, para apoiar os esforços revolucionários, afirmando que "chegaram há dias 400 sacas de café a Buenos Aires para Demétrio Ribeiro vender por conta da Revolução" (TAVARES, 2004a, p. 145).

O apoio de cafeicultores pode remeter ao apoio de monarquistas e ao projeto restaurador que estava em curso, no restante do Brasil, já apontado por Maria de Lourdes Janotti (1986), concomitantemente à Revolução Federalista. Sabe-se que, dentre os federalistas, estavam monarquistas discretos e outros declarados, como o almirante Luís Felipe Saldanha da Gama e o coronel federalista Macedo Fulião. Esse gritava, abertamente: "Viva S.M. o Imperador! Viva

[161] RATTO, Manoel. [Telegrama], 25 ago. 1895, Uberaba, Minas Gerais. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que congratula Joca Tavares pelo patriotismo e pela pacificação e saúda o Rio Grande do Sul.

[162] CÂMARA MUNICIPAL. [Carta] 25 set. 1895, Ouro Preto, Minas Gerais. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que o general Tavares é felicitado pela pacificação da Revolução.

a antiguidade do Império! [...]" (DOURADO, 1992, p. 164), antes de abrir fogo contra o inimigo.

Tais apoios e vínculos dentre as lideranças federalistas e próceres monarquistas, os quais também enviavam apoio aos federalistas, foram estudados, recentemente, por Monica Rossato (2020), especificamente a partir das redes de Gaspar Silveira Martins e dos apoiadores dos federalistas, nos demais países que integram o Prata, e na Europa.

Da cidade de Recife, no estado de **Pernambuco**[163], o general Tavares recebeu um telegrama do deputado federal, por aquele estado, José de Cupertino Coelho Cintra[164], datado de 25 de agosto de 1895, parabenizando-o pela pacificação do Rio Grande do Sul. Mais um indício da existência de relações entre os Silva Tavares que, não necessariamente, tenham sido ostensivas, com lideranças políticas pernambucanas, no período da Revolução Federalista[165].

Importante destacar que dentre os diversos estados brasileiras de onde indivíduos enviaram correspondência, como, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, além do Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro, alguns destes foram apontados por Maria de Lourdes Janotti (1986) como núcleos de resistência dos monarquistas. Isso permite aventar a possibilidade de que o general Tavares e o Dr. Francisco Tavares estivessem articulados com lideranças de resistência monarquista, ainda que suas afirmações fossem justamente contrárias a isso, declarando-se republicanos, assim como sua família, desde antes da Proclamação da República.

Entrementes, esses contatos abrangeram, também, duas localidades na França, especificamente, **Paris e Bordeaux, na França,** que remetem à historiografia que tem se

---

[163] Não é nosso objetivo aprofundar essa relação entre federalistas rio-grandenses e a revolução em Pernambuco. Para mais informações sobre esse contexto ver: ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos**. A República Oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife: PPGH UFPE, 2017. Audanice Zacarias (2017), autora, mostra o contexto político posterior à Proclamação da República, especialmente entre a queda de Deodoro da Fonseca e a ascensão de Floriano Peixoto, marcou a intervenção do Governo Federal nos estados, inclusive em Pernambuco. Dentre os desdobramentos, naquele estado, as dissenções ocorridas entre os Republicanos Históricos e Partido Autonomista e o Partido Republicano Federal ocasionaram conflitos pelo poder, inclusive levando os autonomistas a buscar aliança com os revoltosos da armada.

[164] LOPES, Raimundo Hélio. José Cupertino Coelho Cintra. CPDOC, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CINTRA,%20Jos%C3%A9%20Cupertino%20Coelho.pdf Acesso em: 03/11/2020.

[165] Tal constatação vem ao encontro do que Monica Rossato (2020), recentemente, apresentou em sua tese de doutorado, acerca dos vínculos entre federalistas rio-grandenses e os revolucionários pernambucanos, especificamente no que tange às relações e articulações políticas de Silveira Martins e os líderes daquele estado contrários a Floriano Peixoto, traçadas desde seu exílio na Europa, mas também revelando uma continuidade destes vínculos, no regresso de Gaspar, ao Brasil.

dedicado, recentemente, a compreender as ligações entre os federalistas e os apoiadores, na Europa, como o trabalho recente de Monica Rossato (2020).

Os indícios das possíveis relações da família Silva Tavares, com a Europa, foram encontrados em alguns documentos presentes no acervo de correspondências dessa família. Em uma carta endereçada a Zeca Tavares, seu sobrinho Raymundo Silva descreve que esteve na Europa tratando de um problema de saúde e sentia-se feliz em regressar ao Rio Grande do Sul e encontrar a revolução pacificada. Parabeniza-o, pela sua atuação, bem como a de toda a família, durante o conflito.

Embora não existam outras correspondências que permitam pensar um possível envolvimento de Raymundo, é possível aventar a possibilidade de que este personagem pudesse ter estado a serviço dos interesses federalistas, na Europa, juntamente com outros personagens que de lá apoiavam a causa federalista[166].

Enquanto uns apoiavam a restauração com uma vertente descendente da Princesa Isabel e do Príncipe consorte, Gastão de Orleans, Conde D'Eu, e diante de sua recusa em apoiar tentativas dos revolucionários brasileiros, os monarquistas passaram a defender a sucessão com o príncipe Dom Augusto, da casa de Saxe-Coburgo-Gota e Bragança, o ramo alemão da família imperial brasileira (JANOTTI, 1986).

Conspiração ou não, esses vínculos foram também questionados por Monica Rossato (2020). Encontramos um documento que pode trazer luz a essa questão Trata-se uma carta enviada pelo líder político dos federalistas, Gaspar Silveira Martins, endereçada ao Dr. Francisco Tavares, em 7 de agosto de 1893, na qual afirma: "[...] arranjei 48 manlinchers de cavalaria com 15 mil tiros, que já se acham nas mãos do Chico Cabeda e com **oficial alemão que mandei para instruir os rapazes**"[167]. A carta permite inferir que a presença de um oficial alemão para treinar as forças federalistas, pode indicar um interesse do governo alemão no andamento da revolução, no Brasil, e pela possibilidade de um sucessor alemão assumir o trono do Brasil, caso obtivessem êxito na restauração[168].

Ainda sobre esse mesmo oficial alemão, em carta enviada de Montevidéu a Rafael Cabeda, Silveira Martins permite maiores detalhes, afirmando

---

[166] SILVA, Raymundo. [Carta] 21 dez. 1895, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 2 folhas, Bagé. Carta enviada por seu sobrinho falando de seu regresso da Europa.

[167] MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 7 ago. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 2 folhas. Carta em que Gaspar Silveira Martins fala em oficiais alemães para treinar forças federalistas. Cabe afirmar que encontramos apenas três cartas, nas correspondências da família Silva Tavares, que se referem a contatos europeus, o que não exclui a existência de outras, assim como não exclui que estes contatos tenham sido mais frequentes.

[168] Ressaltamos que não é nosso interesse aprofundar essa questão neste trabalho, mas, sim, deixarmos como aporte para futuras pesquisas nesse âmbito.

> [...]Vão dois soldados, um teuto fugido de Porto Alegre, e outro do Exército Alemão, é um pouco surdo. Apareceram aqui e os remeto para serem apresentados e aproveitados no batalhão do Chico [Cabeda] [...] o alemão mostra-se capaz e poderá mais tarde comandar um batalhão [...] (ALENCASTRO, 1923, p. 87).

Helga Piccolo (1995) escreveu acerca da questão que associava os imigrantes alemães[169], no Rio Grande do Sul, a um perigo alemão que movimentou os debates políticos no Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX. Segundo a autora, esse perigo dizia respeito ao risco criado pela formação de comunidades de teuto-brasileiros, descendentes de alemães, por um lado, afastadas da vida política, por outro, simpáticas à política do Império Alemão, de anexar as colônias ultramarinas, dentre elas as sul-rio-grandenses, por um sentimento de germanismo, após 1871. Também envolvia disputas entre alemães católicos e protestantes[170] que não cessaram com a Proclamação da República, em 1889, e estiveram presentes durante a Revolução Federalista.

No que tange às colônias alemãs, no Rio Grande do Sul, durante o período da Revolução Federalista[171], destaca Helga Piccolo (1995), que Gaspar Silveira Martins desfrutou da simpatia dos alemães, tendo sido a cidade de Santa Cruz do Sul, um ninho federalista, apoiado pelos alemães protestantes luteranos[172], parte pertencente à Maçonaria.

Ainda que as colônias alemãs tenham se mantido "neutras", durante o conflito, conforme afirma Martins Dreher (1995), no entanto, não ficaram alheias ao conflito e houve intensos embates, nas zonas coloniais, marcados por disputas peculiares às disputas nessas zonas (SCHIERHOLT, 1995; ZARTH, 2002).

---

[169] Sobre a atuação política de imigrantes alemães ver: PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Hanesel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

[170] PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Hanesel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2016.
MARTIN, Norberto Dreher. **Igreja e germanidade. Um estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Editora Sinodal/EST/EDUCS, São Leopoldo/Porto Alegre/Caxias do Sul, 1984.

[171] GERTZ, René. Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita. **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 43-50.

[172] Essa temática e os diversos aspectos dessas relações podem fazer parte dos estudos que vêm sendo desenvolvidos por: PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Hanesel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Para Piassini, a relação de Silveira Martins com os imigrantes alemães protestantes data do período Imperial no Brasil, e devia-se ao fato de este ter defendido que os imigrantes não catótlicos tivessem direito ao voto e também pudessem ser eleitos.
Tais vínculos de Gaspar Silveira Martins e os imigrantes alemães protestantes também foram estudados por: ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

Ao encontro desse envolvimento das colônias alemãs, em carta trocada com o general Joca Tavares, em 28 de junho de 1893, Gaspar Silveira Martins demonstrava seu interesse em que fosse tomada e armada a colônia de São Lourenço do Sul, afirmando: "Levaremos armas às colônias que nos forneceram um exército" (TAVARES, 2004b, p. 43), uma localidade que "possuía esmagadora maioria de protestantes, luteranos, reformados ou livres" (BOSENBECKER, 2018, p. 35).

No que se refere às ligações de Silveira Martins com os monarquistas, tanto para Ana Luiza Reckziegel (1999) quanto para Mônica Rossato (2020), Gaspar negava ser monarquista[173]. O que não implica que não soubesse dos apoios monarquistas ou que tivesse simpatia por essa forma de governo, e que estivesse se utilizando dessas forças políticas para atingir os fins da Revolução, como as correspondências dos Silva Tavares (2004a, e 2004b) permitem asseverar. Quanto aos Silva Tavares, mantinham em comum com Gaspar a defesa do regime parlamentar de governo, posicionamento que é perceptível a partir da afirmação do Dr. Francisco ao general Tavares – ocasião em que relata uma reunião realizada no Rio de Janeiro, com Gaspar Silveira Martins, em janeiro de 1892, de que "em relação à política geral queríamos

[173] Segundo Reckziegel (1999) e Rossato (2020), interessava a Silveira Martins que o povo elegesse a forma de governo pela qual seria governado – posição igual à de Saldanha da Gama −, defendia uma política com representação política laica, parlamentar e comandada por civis, independentemente se o regime fosse republicano ou monarquista. Conforme aponta Reckziegel (1999), não houve interesse federalista de restaurar a Monarquia.
No entanto, os indícios expressos pelas relações, as dissenções dentro do partido e aqueles obtidos em nossas fontes indicam para uma possibilidade diferente. Tal interpretação parte da articulação deste personagem desde a Europa, brilhantemente analisada por Rossato (2020), sua chegada ao Brasil e os contatos feitos com Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos, buscando uma solução republicana para a qual não obteve sucesso. As relações que ele mobilizou, desde então, desde a presença de oficial alemão nas forças federalistas para "treinar os rapazes", a nomeação de Saldanha da Gama – monarquista confesso − para o comando-em-chefe, a permissão para que ele fosse à Europa conseguir apoio dentre os monarquistas exilados, a posterior oferta ao barão de Loreto para comandar a Revolução, apontada por Rossato (2020), estavam as acusações desferidas por Rui Barbosa a Gaspar, conforme apresentamos no capítulo 1, acusando-o de monarquista e, por fim, a negativa do governo federal em tratar com ele a pacificação. Ainda que os documentos não explicitem essa posição e que os discursos negassem uma postura restauracionista, diante dos aspectos apresentados, não nos permitem afirmar categoricamente que Silveira Martins ou que os Silva Tavares não estivessem interessados em uma possível restauração.
Nesse sentido, partimos de um entendimento da existência de grupos distintos dentre os federalistas – nem sempre com interesses iguais quanto aos destinos do conflito –, o que pode ser percebido com a análise do manifesto à Nação Brasileira, publicado em 15 de março de 1893, expondo os interesses da Revolução Federalista (TAVARES, 2004b, p. 22-24). Neste documento, é possível observar a ausência da assinatura de Gaspar, que embora não estivesse pessoalmente, poderia ter seu nome citado devido à posição que ocupava, de forma que expressa muito mais os interesses do grupo próximo aos Silva Tavares, do que uma opinião pessoal de Gaspar, fato este ressaltado em correspondência de Saldanha da Gama a Joca Tavares, em 5 de junho de 1895 (TAVARES, 2004b, p. 302-303). Nessa mesma carta, Saldanha da Gama expôs ao general Tavares que se a Revolução ficasse restrita ao Rio Grande, significaria a busca por uma saída separatista, situação que motivaria sua renúncia ao comando-em-chefe. Afirmava, ainda, o almirante que permaneceria no posto enquanto a Revolução expressasse interesses nacionais (TAVARES, 2004b, p. 302-303). Nesse sentido, uma possível anexação ao Uruguai, conforme apresentado por Reckziegel (1999) e Rossato (2020), seria a escolha por uma dessas opções expressas por Saldanha da Gama, à qual os Silva Tavares estariam mais inclinados a uma separação, singinifcando que a Revolução estaria restrita a assuntos do Rio Grande do Sul, do que a uma restauração, uma vez que o cerne de seu interesse estava na deposição de Júlio de Castilhos e a restituição ao poder de um governo estabelecido com a revolução começada em novembro de 1891.

a república parlamentar"[174] e da mesma forma, posição contrária à restauração, não queriam ser vinculados à Monarquia.

Ainda nesse sentido, o diário do Dr. Francisco Tavares revela que, em sua visita ao Rio de Janeiro para tratar da pacificação do conflito, reuniu-se com o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, conselheiro Antônio Gonçalves Ferreira, em 1895, ocasião em que lhe afirmou que seria mais fácil que os revolucionários fossem separatistas do que restauradores (TAVARES, 2004a).

Em carta enviada por Zeca Amaral, da localidade de Jaguary, departamento uruguaio de Rivera, em 16 de dezembro de 1894, a Zeca Tavares, a recusa de alguns federalistas em ser associados ao ideal restaurador poderia trazer problemas para a causa revolucionária, conforme se pode observar a seguir:

> Pelo que ouvi em Montevidéu e o que me diz o amigo Dr. Anfrisio Fialho, parece que o Saldanha não fará manifesto e sua entrada (que pelo se vê será de um momento a outro) todos os sintomas da coisa (isto para nós) cheira a monarquia e se assim for... adeus revolução![175]

Esse temor manifestado na correspondência acima não impediu que o almirante Saldanha da Gama, confessadamente monarquista, comandasse as forças federalistas, que recebesse apoio dos monarquistas do restante do país desde seu começo, em 1894, conforme o mesmo declarou em carta ao general Tavares:

> E creio aqui relembrar a Vossa Excelência que procederam desses elementos [monarquista] os recursos com que a revolução ser armou desde seu princípio, e que ainda dele vieram os auxílios que permitiram reerguer-se sob o peso de seus fracassos do ano passado, levantando-o até o pé em que atualmente se acha. Por sua vez, esse elemento, também já se retraiu [...] O concurso desse elemento representa outra força mais: a simpatia da Europa inteira." (TAVARES, 2004b, p. 302-303).

Por outro lado, a amplitude das redes, estendendo-se à Europa, vem de encontro a uma visão historiográfica que se embasou nas fontes dos arquivos oficiais e que, por muito tempo, pautaram as interpretações acerca do conflito, vendo nas elites federalistas, especialmente na família Silva Tavares, apenas um grupo de estancieiros liberais e descontentes da campanha que orbitaria em torno de Gaspar Silveira Martins, relegando-os a um papel secundário. Essa

---

[174] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que relata encontro com Gaspar Silveira Martins e declara apoio pela República parlamentar.

[175] AMARAL, Zeca. [Carta] 16 dez. 1894, Jaguary, departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Documento em que declara que que uma associação aos monarquistas seria prejudicial.

perspectiva tem se modificado a partir de trabalhos que ampliam o entendimento do conflito, como os recentemente apresentados por Ana Luiza Reckzieguel (1999), Marcus Vinícius Costa (2013) e Mônica Rossato (2020).

É indiscutível que os federalistas não eram um grupo homogêneo, principalmente devido a sua composição, que reunia antigos liberais, conservadores e dissidentes republicanos. Tal questão foi objeto de estudo de Marcus Vinícius Costa, em sua dissertação realizada em 2006, *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberais-federalistas*, através da qual o autor identifica a existência de dois principais grupos dentro do grupo federalista: um ligado a Gaspar Silveira Martins, e outro, à família Silva Tavares, os quais possuíam interesses e compreensões distintas acerca da Revolução. A existência desses grupos foi corroborada por Monica Rossato (2020), em sua recente tese, estudo em que também se dedicou a compreender as relações de Silveira Martins.

Os indícios acerca dessa dissenção também foram identificados em nossa dissertação de Mestrado[176], ao serem analisadas as correspondências pessoais trocadas entre os dois líderes, evidenciados na maneira de se referir ao conflito. Enquanto Joca Tavares referia-se a um Exército Libertador, Gaspar Silveira Martins utilizava-se do termo Exército Revolucionário (ANDRADE, 2017). Através das correspondências do Dr. Francisco da Silva Tavares, essa desavença também ganhou destaque nas entrelinhas de seu discurso, deixando claro seu descontentamento com as ações de Silveira Martins (TAVARES, 2004a), o que vem reforçar essa hipótese. O acirramento das disputas internas entre os federalistas teria ocorrido devido a divergências internas dentro do grupo quanto aos destinos da revolução e quanto à condução desta, evidenciando a existência de projetos e grupos distintos dentro do grande grupo federalista.

Outro indício que aponta para a existência de divergências refere-se a uma comparação realizada por Rui Barbosa, discurso realizado no Rio de Janeiro e publicado no jornal argentino *El Diario*, de Buenos Aires, em 24 de julho de 1894, no qual afirma que Gaspar Silveira Martins era monarquista, enquanto o general Tavares seria republicano, e que a questão separatista seria ideia do Silveira Martins, afirmando que ele preferia "reinar en el infierno à vivir en el cielo"[177]. No que tange a essa questão do separatismo, a qual apresentamos no capítulo 2, e uma possível anexação ao Uruguai, questão que já havia sido estudada por Reckziegel (1999) e Rossato

[176] ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares: família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
[177] Jornal *El Diário*, Buenos Aires. 24 jul. 1893, p. 2. Sucessos del Brasil. Invasión, Restauración y Separatismo. Tradução do autor: Reinar no inferno a viver no céu.

(2020), seria uma à qual os Silva Tavares estariam mais inclinados, do que a uma restauração, uma vez que o cerne de seu interesse estava na deposição de Júlio de Castilhos e a restituição ao poder de um governo estabelecido com a revolução começada em novembro de 1891.

Uma analogia que ajuda a entender as origens de tal divergência de entendimento entre os federalistas, estaria na própria divisão das tarefas acordadas pelos dois personagens: Joca Tavares seria o Comandante-em-Chefe, do Exército Libertador federalista, enquanto Silveira Martins, seria o Chefe Político.

Para tal, é preciso entender que a escolha de Joca Tavares para o comando-em- chefe, ainda que fosse civil, pertenceu à Guarda Nacional e, desde jovem, adquiriu experiência militar decorrente de sua participação em conflitos. Lutou, na Revolução Farroupilha, ao lado das forças imperiais juntamente com seu pai e, posteriormente, participou das Campanhas contra Oribe e Rosas, em 1851, e do Uruguai, em 1864, (ANDRADE, 2017), o que não o impediu de receber o título de general honorário do Exército, após a Guerra do Paraguai, em decorrência da sua bravura e de ter atuado na captura de Francisco Solano Lopes.

Em seu retorno do Paraguai, passou a desempenhar atividades associadas à vida militar, como o Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé e, posteriormente, o Comando da Fronteira e Guarnição de Bagé, em 1890, nomeado pelo presidente Deodoro da Fonseca. Tavares dispunha de amigos na caserna ainda dos tempos da Guerra do Paraguai, dentre eles Floriano Peixoto, o qual se refere a ele como "velho amigo e camarada" (ANDRADE, 2017).

Essas amizades militares de Joca Tavares podem indicar o grupo a que pertencia ou ao que tinha afeição. Nos últimos anos da Monarquia, no Brasil, que antecedem a República, Tavares havia sido vice-presidente do Rio Grande do Sul, no governo de José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, ex-liberal e parte do setor militar dos liberais rio-grandenses, oposição a Gaspar Silveira Martins (FÉRTIG, 2020).

Através das correspondências enviadas pelo Visconde de Pelotas a Joca, a todo instante chamava-o de amigo[178], o que nos permite afirmar a existência de uma amizade entre eles, cuja origem remonta à Guerra do Paraguai, quando serviu sob as ordens de Correia da Câmara. Foi por este mesmo personagem que o general Tavares havia sido nomeado vice-governador em 1892 – agora durante a República –, e de quem recebeu o governo em julho desse mesmo ano, para que assumisse o governo e resistisse ao contragolpe de Júlio de Castilhos.

Nesse sentido, ainda que o general Tavares e Silveira Martins fossem adeptos do parlamentarismo, estancieiros pecuaristas, queremos dizer que as divergências entre civis,

[178] CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 14 jul. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 2 folhas, Bagé. Carta em que explica a situação política e refere-se ao general Tavares como seu amigo.

especialmente os bacharéis e os militares, poderiam, sim, constituir uma variável para entender o cerne das divergências, os entendimentos e cosmovisões distintas entre estes personagens, uma vez que a questão entre civis e militares não havia desaparecido sob o regime republicano. Pelo contrário, tornou mais agudas as distinções entre estes setores sociais (COSTA, 1895; HOLANDA, 2008).

Ainda nesse sentido de pensar as divergências no grupo federalista, os escritos de Germano Hasslocher[179](1894), em sua obra fac-símile *A verdade sobre a Revolução*, também apontou para existência de divergências no cerne do grupo federalista, o que vem ao encontro de tal entendimento. Este autor viveu em Buenos Aires, exilado durante o período da Revolução Federalista, foi contemporâneo de exílio de Gaspar Silveira Martins e da comunidade de brasileiros exilados, dentre eles federalistas, de quem recebia inúmeras ameaças por meio de cartas anônimas (HASSLOCHER, 1894, p. 91).

Asseverou Germano Hasslocher (1894), em suas memórias, diversos pontos das divergências entre as lideranças federalistas, dividindo-as entre Gasparistas, Cassalistas, dos Silva Tavares, e a existente entre Gumercindo Saraiva e Luís Alves de Oliveira Salgado. O autor vai mais além e deixa, nas entrelinhas de suas acusações, a ideia de que uma possível dissidência entre os interesses dos Tavares e Gaspar Silveira Martins teria recomeçado, em 1892, quando Silveira Martins enviara um telegrama a Joca Tavares pedindo para que não invadisse ainda.

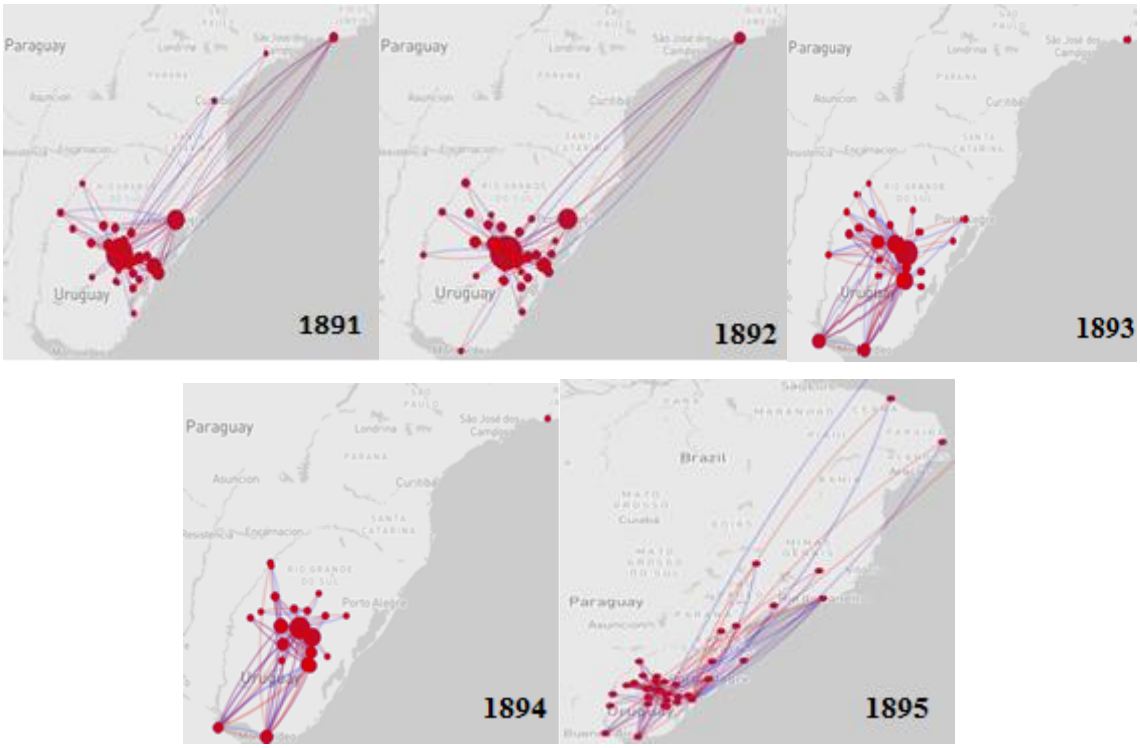
De acordo com Hasslocher (1894), Silveira Martins sabia que as forças federalistas estavam impacientes, cansadas de esperar e difíceis de serem controladas, além de que tal levantamento militar já estaria sendo previsto a largo prazo e que tal carta serviria apenas para colocar o velho general como o responsável pela reação armada federalista.

Ainda para reforçar a existência do grupo representado pelos Silva Tavares, referimo-nos ao fato de Gaspar Silveira Martins ter nomeado o Dr. Francisco da Silva Tavares para compor o Governo Provisório Revolucionário, em Desterro (1893-1894), atual cidade de Florianópolis, estado brasileiro de Santa Catarina. Tal iniciativa não implica a existência de divergências, mas, sim, o reconhecimento da existência de um grupo com interesses que precisavam ser representados, uma vez que o Dr. Francisco Antunes Maciel era um ex-integrante do Partido Liberal, assim como Silveira Martins, e não um ex membro do Partido Conservador, como o era Francisco Tavares.

[179] Antigo membro do Partido Liberal durante a Monarquia no Brasil e durante a Revolução Federalista fazia parte do Partido Federalista, após divergências, muda de partido, faz as pazes com Júlio de Castilhos e posteriormente vem a fazer parte do PRR.

Por outro lado, a cartografia realizada, por ano, das correspondências enviadas e recebidas pela família Silva Tavares e de personagens vinculadas a eles, identificadas as localidades, vem ao encontro de uma nova periodização em fases distintas da Revolução Federalista, o que também permite compreendê-la quanto a sua abrangência por um espaço regional, o qual denominamos revolucionário.

Figura 3 – Evolução do conflito e delimitação de um espaço regional a partir das correspondências da família Silva Tavares



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé, RS, 2021.

A partir dessas representações cartográficas, é possível pensar na própria extensão do conflito, especialmente se tomarmos o período inicial, com a Revolução iniciada em novembro de 1891, o que vem ao encontro de nossa afirmação de que a mobilização dos personagens vinculados à família Silva Tavares inicialmente esteve, em sua maior parte, associada ao território brasileiro, abrangendo outros estados e a capital federal. Nesse período, eles, igualmente, alcançavam os departamentos uruguaios limítrofes de Rivera e Cerro Largo, marcados pela forte presença de brasileiros e também de personagens vinculados à família Silva Tavares (ZABIELLA, 2002; MENEGAT, 2015).

Com base nas correspondências, é possível asseverar a capacidade de mediação desses personagens, de estabelecerem comunicações entre os espaços local, regional e nacional, de reivindicarem diretamente seus interesses, de se colocarem como representantes dos interesses dos membros de seu grupo e de serem reconhecidos como tal, lhes conferia prestígio social e capital político com consequências econômicas diretas.

Enquanto Júlio de Castilhos foi deposto do poder, em 1891, e a oposição regressava ao poder, parte dos líderes castilhistas estavam emigrados no exterior, de onde vieram realizar incursões sobre o Rio Grande do Sul, bem como por forças que haviam permanecido no estado. Esse foi um período marcado por tratativas com o governo federal e pela articulação do general Tavares com lideranças políticas de outros estados, devido a sua atuação na Revolução começada em novembro, um período que culminou com o contragolpe que depôs o general Tavares, em junho de 1892.

A partir desse período, é possível perceber uma redução na intensidade das cartas trocadas com a capital federal e o restante do país, devido ao fracasso das negociações com a intervenção das forças do governo federal em favor de Castilhos. Por outro lado, aumentam o fluxo de correspondências para o Uruguai, período em que os federalistas vinculados aos Silva Tavares estavam mobilizando sua rede de apoiadores, no espaço, para organizar sua resistência ao PRR.

Entre os anos de 1893 e 1894, a espacialidade do conflito já estava delineada, abrangendo um espaço regional que os federalistas articularam para sustentar o conflito, podendo-se perceber, nesse momento, um aumento das atividades pela costa do rio Uruguai, Montevidéu e Buenos Aires.

Em 1895, as cartas permitem uma visão mais ampla da dimensão nacional e internacional do conflito, período em que o grupo dos Silva Tavares voltou a reestabelecer negociações com o governo federal, após a saída do marechal Floriano Peixoto e o governo do presidente Prudente de Morais. As correspondências estenderam-se a outros estados brasileiros, de quem o general Tavares recebeu cartas e telegramas de amigos e personagens políticos cumprimentando-o pela pacificação do conflito.

As correspondências desta família e dos personagens que se correspondiam com ela, corroboram a tese de Ana Luísa Reckziegel (1999), de Susana Bleil de Souza (2013), Marcus Vinícius Costa (2004;2008) e Mônica Rossato (2020), dando conta de uma abrangência internacional do conflito. Entrementes, mostraremos, nos capítulos a seguir, que a amplitude do espaço conformado pelas redes de relações destes indivíduos, durante o conflito, foi maior do que o que se acreditava.

Além de lançar um olhar sobre os aspectos econômicos, buscaremos compreender as relações sociais e de poder que se estabeleceram nesse espaço e que permitiram afirmar a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra.

2.2 UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA

A partir das pesquisas realizadas nas correspondências pessoais do general João Nunes da Silva Tavares[180], Joca Tavares, e sua família, pudemos identificar uma série de localidades das quais provinham cartas e telegramas, trocados entre os chefes federalistas e seus colaboradores, num espaço que se estendia a outros estados brasileiros, pelo Rio Grande do Sul, por diversos Departamentos da República Oriental do Uruguai e por Províncias da República Argentina no período que abrange o período da Revolução Federalista (1891 a 1896).

Essa delimitação das localidades e dos trajetos que as correspondências percorriam, possibilitou que realizássemos a delimitação de um espaço territorializado pelo general Tavares e por outras lideranças federalistas. Com isso, foi possível cartografar as rotas utilizadas para suprir as forças do Exército Libertador federalista, demarcando não só as principais vias de suprimento de munições, armamentos, cavalos, roupas, mas também os principais pontos de reunião de onde partiam tropas e colaboradores da Revolução, para realizar incursões sobre o Rio Grande do Sul.

Com relação às localidades identificadas, as correspondências enviadas do Uruguai, provinham das localidades de Rivera, San Eugênio (del Cuareim - atualmente cidade de Artigas), Tacuarembó, Melo, Aceguá, Salto, Paysandú, Tranqueras, Laureles, Minas de Corrales e Montevidéu. Eram remetidas por chefes federalistas que atuavam nessas localidades, muitos imigrados fugidos das perseguições de Júlio de Castilhos e que se utilizavam do território uruguaio para reorganizar e suprir as forças (ANDRADE, 2017).

Já as correspondências provindas da Argentina, eram enviadas de localidades tais como, Buenos Aires, Concórdia e Alvear por alguns dos líderes federalistas que atuavam nesses nessas localidades e reportavam os acontecimentos para serem repassados ao general Tavares.

A partir dessa amplitude de localidades identificadas, evidencia-se a existência de um espaço territorializado pelas relações de poder do general Joca Tavares e sua família, durante o conflito que conformou uma região revolucionária, como podemos observar na Figura 4.

---

[180] ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)**: família, comunicação e fronteira. Dissertação (Mestrado em História), Santa Maria: UFSM, 2017.

Figura 4 – Trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e Argentina

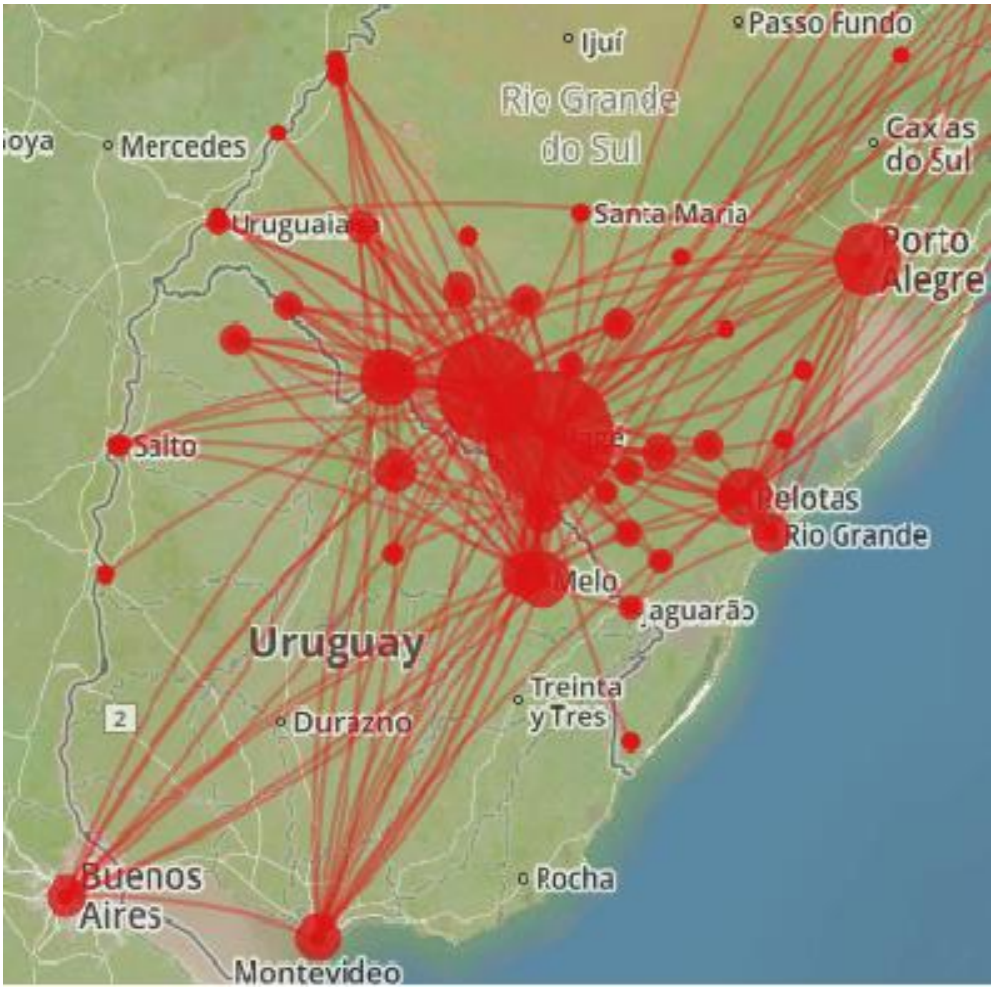
Fonte: Andrade (2017, p. 151).

Enquanto, na figura 4, foram utilizadas as localidades de envio e de recebimento para identificar os trajetos utilizados durante o conflito, nessa nova etapa das análises, redimensionando as informações obtidas, procurou-se ampliar o enfoque para a atuação familiar do general João Nunes da Silva Tavares e seus irmãos, Francisco, José Bonifácio e Joaquim da Silva Tavares, entre os anos de 1891 a 1895. Nesse sentido, foram analisadas 1775 correspondências, entre cartas e telegramas, enviadas e recebidas durante o período que compreende a Revolução Federalista, tornando possível identificar e cartografar as redes da família Silva Tavares e a existência dessa região conformada pelas relações sociais de seus indivíduos.

Através da utilização do *software* Palladio, desenvolvido pela universidade de *Stanford*, é possível não apenas gerar gráficos, mas principalmente inserir as informações em mapas, possibilitando transformá-las em representações cartográficas das redes. Para isso, considerou-se a quantidade de correspondências trocadas, tendo por enfoque as localidades de envio e de

recebimento que podem ser percebidas, na representação, por meio do tamanho dos nós dessa rede, conforme poderá ser observado na Figura 5.

Figura 5 – Representação cartográficas das redes de relações da família Silva Tavares durante o período da Revolução Federalista



Fonte: Representação cartográfica construída por Gustavo Figueira Andrade com base na análise das correspondências da família Silva Tavares entre 1891-1895.

Essa representação cartográfica, além de oferecer maior aporte para entender as rotas de suprimentos utilizadas, durante o período da Revolução, permite compreender a extensão que teve o conflito e o quanto as redes familiares foram fundamentais para a territorialização e conformação de uma região, especificamente através da atuação do grupo familiar próximo ao general Joca Tavares: amigos, parentes, colaboradores e correligionários que compunham suas relações, dentro do Partido Federalista, durante o conflito.

Ao analisar essa região, a partir de suas relações de poder, durante a Revolução Federalista, chamou-nos a atenção o fato de que as rotas utilizadas, os trajetos das forças

militares, as estratégias empregadas, indissociáveis à fronteira, e a expertise em manejá-la durante os confrontos, eram coincidentes com os roteiros dos conflitos anteriores, principalmente, com os acontecidos no decorrer do século XIX e que envolveram as elites políticas e militares sul-rio-grandenses, conforme procuraremos apresentar a seguir (Figura 6).

Para melhor entendermos, retornemos a 1811, ano em que ocorreu a chamada expedição "pacificadora" da Banda Oriental, ordenada por Dom João VI e comandada pelo capitão-general da Capitania-Geral do Rio Grande de São Pedro, Dom Diogo de Sousa, diante do pedido de socorro realizado por Dom Francisco Javier Elío, representante das forças fiéis à Espanha, que estavam sitiadas em Montevidéu. Este sítio foi estabelecido pelas forças Asda Junta de Buenos Aires, comandadas por Don Jose Rondeau e de Jose Gervasio Artigas, os quais procuravam a anexação da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata (WIEDERSPAHN, 1979; ISLAS, 2009).

Figura 6 – Mapa da campanha de Dom Diogo de Sousa na Banda Oriental em 1811

Fonte: Wiederspahn (1979).

Em outros momentos, durante as campanhas de intervenção na Banda Oriental, de 1816 a 1821, que culminaram com a anexação da província ao Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, tanto quanto posteriormente, durante a Guerra da Cisplatina ou Guerra del Brasil (1825-1828), estavam presentes fortes compreensões sobre um espaço regional ligado por interesses em comum e por um entremeado de redes de relações.

Julio Cesar Djenderedjian (2003), em *Producción agraria desde Corrientes y Entre Rios a Rio Grande do Sul, fines del siglo XVIII a comienzos del XIX: algunas consideraciones*

comparativas, realiza uma comparação da produção pecuária entre essas localidades e aponta diversas semelhanças na matriz produtiva pecuária, o que permite pensar a existência de intercâmbios, nesse espaço, desde o fim do século XVIII.

Importante destacar que a Banda Oriental do Uruguai pertencia ao Vice-Reino do Prata e já estava associada a um mercado ligado às Missões Jesuíticas, o qual abrangia todo o espaço regional que compreendia as províncias do atual litoral argentino e parte do atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Durante o final do século XIX, a ligação entre o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes esteve associada à prática pecuária. Tratava-se de um espaço que compartilhava uma matriz produtiva comum e grande circulação de pessoas e mercadorias. Estes vínculos entre a Banda oriental e as Províncias de Entre Rios e Corrientes também se evidenciaram no aspecto político, durante a formação da Liga dos Povos Livres ou Liga Federal, organizada sob a proteção de Artigas.

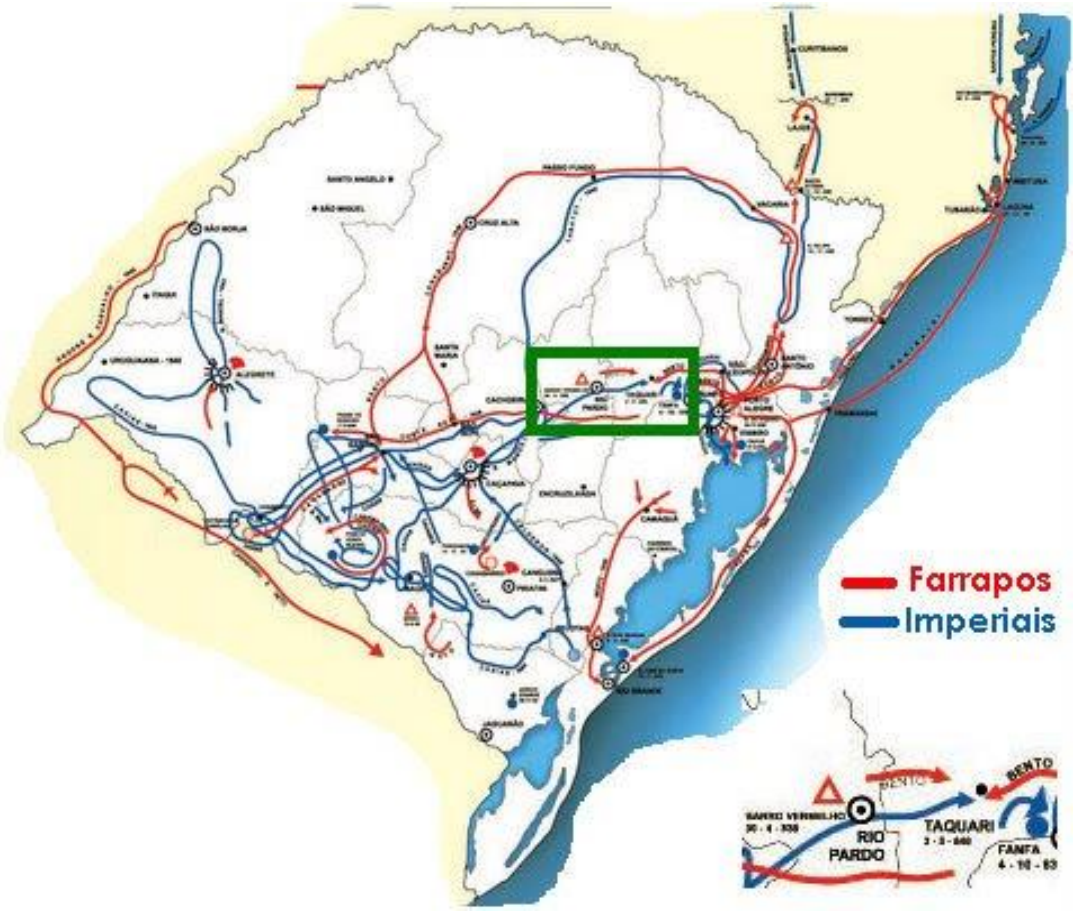
De acordo com José Pedro Barrán e Benjamin Nahum (1971), em *Historia del Uruguai Moderno (1886-1894): la crisis económica*, é possível identificar a presença de vínculos e fluxo comercial entre as províncias do litoral argentino e do Uruguai. Afirmam, esses autores, que em 1890, motivados pela crise econômica na Argentina, muitos estancieiros e charqueadores uruguaios passaram a comprar gado bovino das províncias de Entre Rios e Corrientes, a um valor mais baixo, com o objetivo de invernar e charquear em solo uruguaio.

A convivência e o espaço de experiência, termos que podemos utilizar de Koselleck (2006), nesta região em estado de constante belicosidade, na qual havia circulado a maioria dos líderes políticos e militares sul-rio-grandenses que atuariam política e militarmente, durante boa parte do século XIX, criavam vínculos e estratégias sociais e políticas, mas também eivados de interesses econômicos. Tais elementos teriam confluído também para a criação de outros entendimentos de regiões que estavam em cena, como o Sistema de "Pueblos Libres" de Artigas, e a Liga Federal, criando um projeto alternativo aos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, o qual teria sobrevivido na longa duração e sendo relembrado em diversos momentos de crise e revoluções.

Na Revolução Farroupilha de 1835-1845, período no qual a província do Rio Grande do Sul havia levantado em armas contra o Império do Brasil, os líderes da Farroupilha contavam com uma ampla e densa rede de relações, no Prata, sem a qual a Revolução não teria subsistido por tanto tempo (LEITMAN, 1979; ETCHECHURY BARRERA, 2013; GUAZZELLI, 2013). Os movimentos das tropas, neste conflito (conforme Figura 5), tendo à frente vários dos líderes que haviam participado das campanhas militares anteriores, no Prata, chegaram a aventar a

possibilidade de formação de um país independente, que unisse o Rio Grande do Sul ao Uruguai e às províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes (GUAZZELLI, 2013; ETCHECHURY BARRERA, 2013).

Figura 7 – Mapa das movimento das forças militares e dos conflitos durante a Revolução Farroupilha de 1835-1845



Fonte: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Comemorações de 170 anos da Revolução Farroupilha de 1835-1845. Disponível em: https://www.sohistoria.com.br/ef2/revolucaofarroupilha/ Acesso em: 27/06/2019.

No período que compreende a chamada Guerra Grande (1839 – 1851), ocorrida entre os partidos Blanco e Colorado, ambos da República do Uruguai, os interesses dos estancieiros rio-grandenses foram prejudicados, o que provocou intervenção do governo brasileiro e desencadeou a Guerra de 1851, contra Manuel Oribe e o argentino Juan Manuel de Rosas. Após o conflito, o número de propriedades brasileiras aumentou, bem como os privilégios a esses

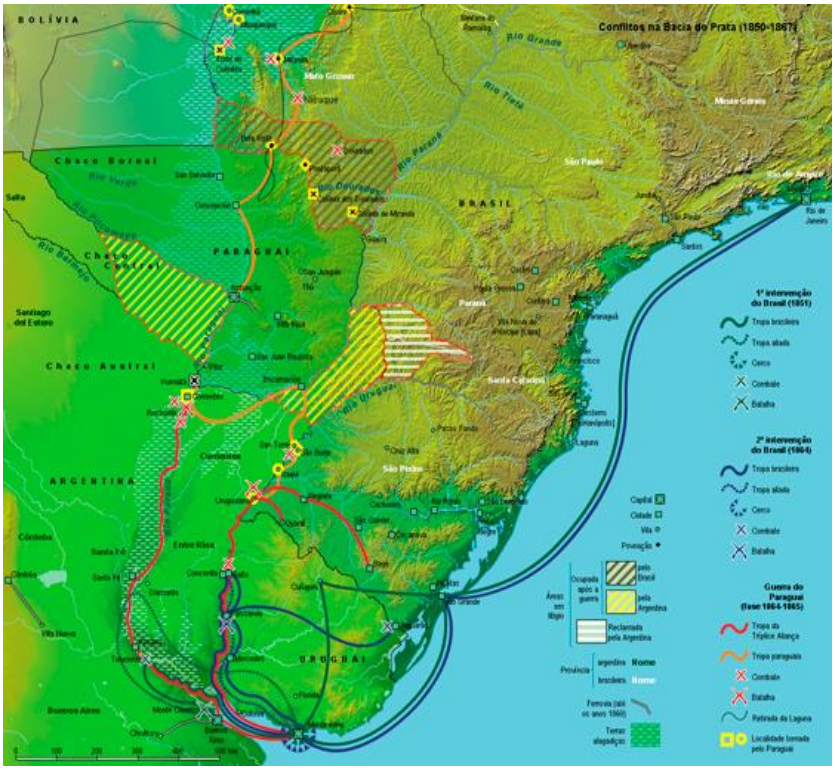
senhores da fronteira, devido às imposições feitas ao Uruguai, no Tratado de Paz[181] que deu fim à esta contenda.

No entanto, mesmo com o término da intervenção brasileira contra Oribe, as querelas internas uruguaias continuavam e conflitavam com os interesses dos estancieiros brasileiros e com a política externa do Império de evitar conflitos, nesse período. Em 1865, novos desentendimentos envolvendo os interesses de estancieiros brasileiros residentes no Uruguai, sob a alegação daquele governo de que teriam vencido os privilégios que lhes tinham sido concedidos pelo Tratado, após o conflito de 1851, conforme é possível de ser observado na Figura 8.

A este fator, somou-se a tentativa do governo Oriental, sob o comando de Atanásio Aguirre, de estabelecer um novo equilíbrio de forças, no Prata, aliando-se ao Paraguai e fazendo frente aos interesses brasileiros e argentinos, o que veio de encontro a uma política externa mais agressiva do Império do Brasil, a partir de 1850 (CERVO; BUENO, 2015). As ações militares que se seguiram, nesse período, podem ser observadas a partir de um mapa que apresenta as movimentações pelo espaça platino e, novamente, a utilização de espaços semelhantes aos conflitos anteriores.

[181] CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2015. ZABIELLA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)**. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.
Segundo este tratado que envolveu os aspectos de comércio e navegação, de extradição e de limites, o Brasil impôs ao Uruguai como condição de sua vitória sobre a Campanha de 1851, que depôs Manuel Oribe, uma série de condições desiguais – que mais tarde seria um dos motes da Guerra contra o Paraguai entre 1864-1870 –, através das quais manteve privilégios aos brasileiros residentes naquele país, dentre os quais, que em suas propriedades valessem leis brasileiras.

Figura 8 – Conflitos na Bacia do Prata (1850-1867)



Fonte: https://atlas.fgv.br/marcos/guerra-do-paraguai/mapas/conflitos-na-bacia-do-prata-1850-1867. Acesso em: 27/06/2019.

Alejandro Rabinovich pensou sobre estas questões acerca da história da guerra no Prata, procurando compreender a guerra como um fenômeno social, abrangendo um período que compreende as maneiras de lutar revolucionárias antes do surgimento dos estados nacionais, nessa região, até o período da consolidação destes (RABINOVICH, 2013; 2015; 2018a).

Fortemente influenciado pela perspectiva desenvolvida por John Keegan (1993), corrobora a hipótese levantada por esse autor, de que a guerra passa, então, a ser entendida para além da batalha, da estratégia e de grandes personagens, para compreendê-la como sendo uma manifestação cultural que se apresenta na formação de uma cosmovisão e de um *modus vivendi* com influências em diversas áreas, da econômica a social (KEEGAN, 1993; RABINOVICH, 2018b).

Nesse sentido, a partir dos elementos apresentados, observa-se a presença de similaridades nas ações militares que se utilizam das mesmas localidades em situações diversas. Por outro lado, esse fator pode ter ocorrido tanto pela qualidade do terreno para movimentação das tropas, quanto pela densa presença de redes de relações sociais e de ligações, criadas ao longo dos processos históricos, nestes locais, mas também devido à utilização de rotas comerciais pré-existentes. A territorialização desse espaço, em um estado de guerra quase

permanente, durante o século XIX, teria, assim, como também propõe Alexander Rabinovich (2015a), aproximado as populações neste espaço platino, estabelecendo relevantes vínculos políticos, sociais, culturais e econômicos, constantemente ativados e pensadas de maneira que possam suprir as lógicas e necessidades tanto da paz, quanto da guerra (RABINOVICH, 2015a).

Tais vínculos parecem estar sempre sendo reativados nos momentos de crise e revoluções, trazendo à baila as ideias federalistas e separatistas, conforme é possível observar nos trabalhos de Maria Medianeira Padoin (1999), que apontam alguma semelhança com os projetos separatistas de Artigas e de Rivera, em parte, devido à necessidade de garantir uma possibilidade de negociação, em pé de igualdade, frente aos poderes centrais, e garantir a defesa dos interesses das elites políticas fronteiriças. Por outro lado, evidencia a longa duração das ideias, no Prata, pois a opção por uma aliança com Uruguai e Corrientes, esteve presente no repertório de possibilidades políticas dos líderes políticos e militares sul-rio-grandenses, durante a Revolução Federalista (ANDRADE, 2017; COSTA, 2006; RECKZIEGEL, 1999).

No final do século XIX, a eclosão da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, coincidiu com a existência, no mesmo período, das Revoluções Radicais na Argentina[182], e apresentou características semelhantes de territorialização do espaço fronteiriço, das estratégias e no modo de fazer a guerra utilizados na fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Eram espaços com características semelhantes, e os sujeitos que neles viviam, ajudavam-se mutuamente, utilizavam as fronteiras políticas de acordo com suas necessidades. Mas elas eram muito mais amplas, estavam no próprio indivíduo (DOBKE, 2015) que conformavam e, além disso, pertenciam a redes de relações, pela territorialização de um espaço geográfico, ao qual conferiam sentido.

Referimo-nos a um conhecimento sobre o espaço que foi construído pela vivência e pela prática, fosse esta agropastoril ou comercial, pela participação direta ou indireta nas guerras que fizeram parte do processo de conquista e delimitação das fronteiras dos Estados nacionais que surgiriam no Prata, mas também nos diversos outros conflitos existentes ao logo do século XIX. Muito provável que tenha sido no processo de constituição histórica de sentido dos indivíduos que o conhecimento, passado de geração a geração, e de suas vivências pessoais em uma sociedade predominantemente rural, marcada pela guerra constante e pela violência que

[182] De acordo com Paula Alonso (2000) e Dardo Ramírez Braschi (2010), lideradas pela União Cívica Radical, as revoluções radicais foram marcadas por dois levantes armados, em 1893, com resultados diversos em Buenos Aires e nas demais Províncias do interior argentino. Reivindicaram maior participação dos partidos liberais e das minorias, combatendo as fraudes que levavam a uma hegemonia do Partido Autonomista Nacional. Para Francisco Reyes (2015), os cívico-radicais optaram pela saída das armas para salvar a pátria, utilizando-se de princípios liberais e do direito de resistência, entretanto, somente conseguiram seu intento com a reforma eleitoral de 1914.

dela decorre, influenciou nos aspectos culturais e identitários, criando um modo de atuar e pensar destes sujeitos sobre o espaço fronteiriço platino, mas principalmente, o de fazer a guerra.

O estudo desenvolvido por Luc Capdevila (2014) vem ao encontro dessa ideia da existência de uma identidade regional, neste espaço geográfico que compreende a região que delimitamos, no entanto, para o período da Guerra do Paraguai. O autor destaca a existência de um sentimento de pertencimento a um espaço comum, capaz de criar solidariedades que facilitaram uma interação no aspecto militar, um espaço de vivência guerreiro entre os personagens, durante os constantes conflitos. Esse sentimento de comoção causada pelos conflitos, criva sentimento de solidariedade e pertencimento a esta região, de modo que levou, ao longo do século XIX, a diversas configurações no período que antecede à Revolução Federalista. Como exemplo, durante meados do século XIX, no período da Revolução Farroupilha (1835-45), correntinos lutavam pelas forças farroupilhas; farroupilhas, por sua vez, ao lado de Juan Antonio Lavalleja e vice-versa, período em que o Rio Grande do Sul também havia se convertido, durante o período da Guerra Grande, no Uruguai (1839-1851), como importante rota de exílio para os emigrados e militares que buscavam exílio em terras rio-grandenses (ETCHETCHURY BARRERA, 2017).

Por outro lado, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), a atuação de blancos uruguaios ao lado dos paraguaios, contra os brasileiros e argentinos; entrerrianos e correntinos ao lado de paraguaios, contra seus compatriotas argentinos e paraguaios ao lado de brasileiros, são todos movimentos que põem, em evidência, o que o autor chama de uma fluidez das identidades, que fez parte das fronteiras políticas sul-americanas (CAPDEVILA, 2014; GUAZZELLI, 2013; ETCHETCHURY BARRERA, 2017), que não podem ser entendidas se não se compreende o que seja uma região conformada historicamente pelas relações fronteiriças.

Tal entendimento vem ao encontro do que defende Mario Etchetchury (2017), ao afirmar que é preciso ter presente que os exércitos do século XIX não eram forças homogêneas. Eles eram formados por grandes contingentes de mercenários[183], emigrados e imigrantes, especialmente porque as fronteiras políticas e os Estados Nacionais ainda não estavam consolidados na região, fenômeno que passou a ganhar força apenas após 1870 e, para o qual, confluiu a Guerra do Paraguai. Observa, ainda, o autor, que o fato de os Estados estarem ainda

[183] Referimo-nos a mercenário no sentido de serem soldados de outra nacionalidade que eram arregimentados tanto por federalistas, no Uruguai ou na Argentina, servindo nas forças que lhes pagassem um soldo, satisfazendo seu interesse financeiro ou interesses outros.

em formação, nesse período, abriu espaço para que existisse uma ideia de fraternidade internacional que motivava os indivíduos a irem combater, de um lado a outro, pelo que julgavam correto ou em defesa de seus interesses.

Tais elementos influíram na forma de guerrear, nessa região, e de manejar o espaço geográfico. Ao mesmo tempo, podem ser entendidos como a representação de um modo de vida e maneiras de atuar forjados pela necessidade, uma forma de expressar e fazer valer os interesses e as estratégias próprios dos indivíduos que habitam o espaço fronteiriço, os quais nem sempre iam ao encontro das necessidades dos governos dos Estados nacionais que surgiam no Prata.

Essa forma de fazer a guerra sobreviveu e adaptou-se às diversas realidades, durante o século XIX. Estava presente não só enquanto parte de um universo de referências culturais e sociais comuns, mas nas práticas políticas e militares dos líderes federalistas, como também nas estratégias utilizadas pelos personagens fronteiriços, durante a Revolução Federalista, na qual pode ser percebida pelo conhecimento das características desta região, de seu potencial estratégico antes utilizado e a ampla articulação das relações sociais de poder, dos interesses econômicos, para os objetivos da Revolução e que delimitaram uma região marcada por revoluções.

2.3 AS CARACTERÍSTICAS DESTA REGIÃO

A existência de uma região revolucionária está intimamente vinculada aos problemas enfrentados por Brasil, Argentina e Uruguai, e requer entender o conceito de revolução que está sendo pensado, neste espaço, no final do século XIX.

O **conceito de revolução,** para este período, pode ser entendido como uma reivindicação política frente a práticas consideradas imorais e aviltantes contra a ordem anterior das coisas, em que existia um dinamismo que garantia tanto o funcionamento das instituições quanto a equidade, no processo político, ao encontro do que também afirma John Chasteen (2003).

Essa ordem teria sido violada pelos novos governos ao buscarem a ideia de consenso, influenciados por uma ideia pejorativa de partido político que os associava, portanto, a facções, estas mais ligadas aos interesses dos poderes locais, adquirindo uma acepção de egoísmo em detrimento dos partidos que pensariam nos interesses gerais, nacionais e do bem coletivo (CAETANO, 2013; ZUBIZARRETA, 2014; COSER, 2014).

A acepção acerca do que seria um partido não foi a mesma durante o século XIX. Marta Bonaudo (2014) argumenta que, na primeira metade do século XIX, o entendimento de partido era no sentido de algo contrário à unidade e à coesão. De acordo com ela, esse entendimento passou a se modificar, durante a segunda metade, influenciado por outras questões que envolviam a busca por uma maior participação de setores sociais, na política, a representação dos distintos interesses, bem como as modificações no âmbito das instituições.

De acordo com Marta Bonaudo (2014), as visões pejorativas em torno dos partidos associando-os a facções, refletia diretamente nas práticas que estigmatizavam a oposição, alijando-a da política e de reivindicação de seus direitos pelos caminhos da lei. A prática facciosa estava associada a diversas formas de violência que buscavam impedir a oposição de participar da política. Tais práticas colocariam, em xeque, a unidade política e de coesão social que se buscava, principalmente em um contexto em que os Estados estavam em processo de formação (BOANUDO, 2014).

As revoluções, como exemplo das violências que poderiam ser empreendidas, não podem ser entendidas como desordem social ou anarquia, mas uma prática política que fez parte do processo de desenvolvimento das democracias, de reivindicação de grupos impedidos de participação política e de representação dos interesses de segmentos sociais que haviam sido excluídos do jogo político (BONAUDO, 2014).

Nesse sentido, Marta Bonaudo (2014) cita François Xavier Guerra (1991) para abordar a questão da formação dos partidos políticos, durante o século XIX, na América Latina. Afirma que o processo de transformação que conformou os partidos políticos foi marcado por um aproveitamento das estruturas de sociabilidades, de amizades políticas, entrelaçando o público e o privado. Portanto, não significava que as antigas formas de fazer e pesar a política tenham desaparecido, ao contrário, foram adaptadas diante das novas dinâmicas que surgiram.

Os Clubes Políticos e as Lojas Maçônicas surgiram como importantes elementos de atuação política, que mais tarde influenciariam na formação dos partidos. Eram espaços onde se articulavam redes de relações, visavam criar coesão e apoio político, e não raro, apelavam para modelos tradicionais, apelavam para as “dimensiones familiares, parentelas y/o amicales ya que aún em esta etapa los modos de hacer política continuaban reivindicando el valor de los vínculos afectivos para la construcción del consenso” (BONANUDO, 2015, p. 32-33).

Para o final do século XIX, afirma Fernando Escalante Gonzalbo, ao analisar o caso do México, que, nesse contexto, os partidos políticos podem ser compreendidos como “redes de

lealtades, capaces de coordinar a grupos más o menos grandes de intermediarios[184]" (2009, p. 118).

A partir da lógica que expusemos acima, os partidos políticos voltaram-se à prática de procurar cooptar as forças oposicionistas na busca por um consenso. Quando isso não era possível, como no caso do Rio Grande do Sul, no período pós-Proclamação da República, passavam a excluir a oposição do processo político por meio de fraudes eleitorais, atribuindo-lhe características pejorativas, julgando-a investida de práticas antigas e facciosas que se queria combater, passando à perseguição e à aniquilação do inimigo, com o fim de garantir sua governabilidade.

Isso criou um contexto em que as forças políticas de um lado a outro, ao chegarem ao poder, perseguiam seus antagonistas, uma prática adotada tanto por liberais-federalistas quanto por castilhistas, para o caso do Rio Grande do Sul, desde a Revolução de Novembro de 1891. Instaurou-se, dessa forma, uma situação de crise que perdurou e se agravou, cada vez mais, a partir do fim dos entendimentos entre oposição e governo, levando à radicalização dos discursos e, portanto, à busca por aniquilação da oposição dos dois lados.

Os castilhistas atribuíam aos federalistas o fato de representarem setores sociais, projetos políticos e ideias liberais ultrapassadas e inconciliáveis com os seus projetos. Com a reação e a vitória dos castilhistas, através de um golpe de estado por meio de fraude, em 1892, rompeu-se, de acordo com a oposição federalista, a legitimidade, e por assim dizer, uma ordem política em que eles governavam e possuíam preponderância no processo político. Isso foi agravado pela subsequente perseguição ordenada por Júlio de Castilhos de "não poupe adversários, castigue as pessoas e bens, respeitando as famílias" (ESCOBAR, 1983, p. 174), mas, na prática, as famílias foram as primeiras a serem perseguidas, principalmente com a prisão de José Facundo da Silva Tavares, irmão de Joca Tavares, e o assassinato de seu filho (ANDRADE, 2017).

O rompimento com uma legalidade, para os federalistas, estaria materializado na promulgação da Constituição de 1891, que passava a interferir na política local e dava poderes quase ilimitados ao chefe do Executivo, permitindo que este se reelegesse, ainda que por meio de fraudes constantes. De acordo com Sérgio da Costa Franco (1966) também assevera a importância do Regimento Alvim, em nível federal, como importante elemento para compreender a limitação das possibilidades de participação das minorias, no processo político, acirrando os ódios partidários e a oposição de importantes grupos políticos Rio-grandenses ao

[184] Tradução do autor: Redes de lealdades capazes de organizar grupos mais ou menos grandes de intermediários.

projeto Castilhista, dentre eles os ligados a Barros Cassal, Demétrio Ribeiro, Gaspar Silveira Martins e aos Silva Tavares de Bagé.

Nem entre os federalistas rio-grandenses existia consenso quanto à ideia de uma revolução, especialmente entre o líder político, Gaspar Silveira Martins, e o líder militar, João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). Tal incerteza, acredita-se, que fazia parte do processo político de então, constituía-se enquanto uma característica própria do processo político. O fato de ter sido reproduzido pela historiografia rio-grandense que os federalistas eram "*um saco de gatos*", composto por diversas ideias e muitos interesses, subentende, portanto, uma lógica "facciosa" como uma chave explicativa para entender que isso teria prejudicado a existência da elaboração de um projeto político pelos federalistas, algo que teria sido um dos motes de sua derrota pelos castilhistas. Esse entendimento nos parece um tanto enviesado por um discurso historiográfico que se pautou pelas fontes oficiais, que via de forma pejorativa tudo aquilo que não representasse o modelo de ordem política e social pensado pelo Partido Republicano Rio-grandense (ROSSATO, 2020).

Essa perspectiva acabou naturalizando um discurso utilizado pelos vencedores do PRR, o qual buscava consenso em torno de um governo ditatorial, o que de fato não existiu nem mesmo ao longo de sua existência, com bem afirma Gunter Axt (2007), ao evidenciar as constantes negociações e dissidências no interior do PRR.

Conforme afirma Silvio Baretta (1985), a estrutura política do PRR estava mais associada a uma estrutura organizativa de um partido no sentido moderno, como entendemos atualmente. Isso não significa que a estrutura organizacional dos federalistas possa ser entendida de forma semelhante.

Os diversos entendimentos dos federalistas acerca da Revolução torna-se perceptível, especialmente, pelo fato de que o general Joca Tavares defendia o aspecto libertador da Revolução e, por diversas vezes, referia-se às forças federalistas como sendo *Exército Libertador*. Por sua vez, Gaspar Silveira Martins defendia a existência de um *Exército Revolucionário* (ANDRADE, 2017), envolvia a possibilidade de troca de regime, conforme defendia o almirante Luís Felipe Saldanha da Gama (ANRADE, 2017), principalmente pela defesa de um plebiscito a que deveria ser submetida a população, para que decidisse quanto à forma de governo e, efetivamente, pudesse trazer mudanças (TAVARES, 2004b), uma transformação que levaria ao sistema parlamentarista.

O manifesto lançado pelo general Joca Tavares, datado de fevereiro de 1893, tornava público os objetivos da Revolução, melhor dizendo, os objetivos que expressavam seu

entendimento e motivos que moviam o grupo que ele representava dentro do Partido Federalista:

> Cidadãos, às armas! (...) **queremos reconstruir a nossa Pátria sobre lares de liberdade**; (...) é grande porque é a causa de um povo inteiro que tem sede de justiça e que **clama pelo império da lei**, hoje **calcada aos pés pelos agentes do poder público**. Às armas Compatriotas!! (...) (ANDRADE, 2017, p. 106, grifos nossos).

A partir da análise das correspondências do general Joca Tavares, analisadas em nossa dissertação de Mestrado[185], especificamente sobre a temática política, dentre as principais ideias defendidas estavam a *Liberdade, Tirania, República, Pátria* (ANDRADE, 2017, p. 67).

No discurso do general Tavares, no próprio título do manifesto, está subentendido que ele não convocava qualquer um, mas os *cidadãos às armas*. Nesse período, o entendimento de cidadania, no Brasil, ainda era restrito e excluía, por exemplo, os analfabetos, que não poderiam votar e nem exercer sua cidadania (ALEIXO; KRAMER, 2010). No que tange ao conflito, seria então a **Revolução Federalista** uma expressão dessa cidadania em armas? Acreditamos que sim, uma vez que, rompido o consenso, não existiria mais um compromisso dos cidadãos para com o Estado, em resistência contra um Estado que rompeu com uma moralidade liberal que regia o processo político, estabelecida pelas elites oposicionistas e entendida como correta, ou seja, capaz de lhes garantir o continuado acesso ao poder. O rompimento de uma ética consensual que regeria as eleições por parte do PRR, rompeu, também, a ordem jurídica, como a intervenção no poder judiciário pelo governo do estado, impedindo a nomeação pelos chefes locais, e que comprometia toda a forma com que as elites federalistas realizavam as coisas, que para eles era a forma correta de agir.

Por outro lado, a impossibilidade de os liberais federalistas acessarem o governo, e assim ocupar os cargos de Juízes de Paz, delegados de polícia, compor corpos de Jurados, Comandos da Guarda Nacional e as Câmaras Municipais, impedia-lhes o acesso às estruturas de poder que representavam, para as elites do período, a capacidade de exercer a cidadania, permitindo compreender que segmentos estariam sendo contemplados pelo discurso (CARVALHO, 1999).

Os federalistas reivindicavam, então, com o afastamento de Castilhos: a moralização do governo, o retorno a uma ordem que lhes garantisse os poderes locais, bem como a

[185] ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

autonomia dos municípios e seus cargos, conferindo-lhes a capacidade de seguir defendendo os interesses, tanto de suas famílias quanto de seu grupo; o acesso às estruturas do poder do estado, através de sua capacidade de atuar como intermediários junto ao poder central, como o era nos tempos da monarquia. Rompia-se, dessa forma, com a capacidade das elites federalistas de promover seus interesses particulares e, com isso, assegurar suas estruturas de mando e poder que as legitimavam.

A quase totalidade dos líderes das forças federalistas, mais próximos ao general Joca Tavares, que comandaram forças federalistas, pertenciam à Guarda Nacional, durante o período Monárquico e, durante o alvorecer da República, no Brasil, conforme será apresentado no capítulo 7. Ainda que esta Instituição possuísse a tarefa de manter a ordem social, acabou tendo funções políticas (FÉRTIG, 2010; MUGGE, 2012). Era uma instituição que representava o ideal de cidadania armada.

A cidadania armada está associada ao próprio surgimento da Guarda Nacional na França, reuniu em si princípios contraditórios desde sua criação (CARROT, 2001 Apud DUPUY, 2006), como milícia uma milícia burguesa. Segundo Roger Dupuy (2006), a Guarda Nacional nasceu entre os anelos por democracia pelo povo em armas e a necessidade da manter a ordem, de modo que esta instituição de cunho burguesa, guardou por muito tempo o direito de insurreição e a busca por exercer uma democracia direta, até tornar-se ilegítimo com a Terceira República Francesa (1870-1940).

Nesse sentido, os objetivos da Guarda Nacional eram o da manutenção da ordem social tradicional e em defesa dos privilégios, a proteção de pessoas e bens, diante do receava-se as ações violentas do povo. Por outro lado, dicotomicamente, representavam valores democráticos, anseios por justiça e igualdade, de modo que a mobilização dos cidadãos em armas a diferenciava dos objetivos políticos antecedentes (CARROT, 2001 Apud DUPUY, 2006).

De acordo Fernando Escalante Gonzalbo (2009), em seu livro C*iudadanos Imaginarios*, que aborda a questão da cidadania armada para o caso do México. Entrementes, ao analisar os aspectos que compunham tal princípio, define-o como parte das tentativas de um modelo de garantir meios que garantam a ordem social, jurídica e territorial que ao mesmo tempo contrabalançasse as desconfianças, em relação ao Exército e seus frequentes envolvimentos em sedições. Segundo o autor, os Estados tinham ressalvas quanto aos exércitos, a eles eram destinados indivíduos indesejáveis e como punição, também era restrito aos seus membros o direito de participação política.

Por outro lado, a Guarda Nacional reuniria cidadãos com renda e posses. Além de permitir que tivessem acesso à vida política, seria permitido que portassem armas, o que, no Brasil, acabou sendo importante mecanismo eleitoral (FÉRTIG, 2010). O princípio da cidadania armada estava inserido em uma lógica dos Estados, sob uma perspectiva liberal, conforme as palavras do autor:

> La tradición liberal, por su parte, se concentra en las garantias individuales, en la tolerância, y en la necesidad de respetar el orden jurídico. Supone, en términos práticos, una inversión de los valores republicanos: aquí el respeto al indivíduo, en su carácter privado, es el fundamento de la moral pública (ESCALANTE GONZALBO, 2009, p. 33)[186]

Esse autor permite, ainda, entender que, embora fossem mantenedores da ordem social, também estavam vinculados a uma ideia de que o Estado deveria obedecer a certos parâmetros do que fosse entendido como uma moralidade de proceder. Ao Estado competiria garantir uma ordem que observasse a defesa de direitos de seus cidadãos, desempenho político que garantisse uma estabilidade e representatividade.

Hilda Sábato (2009), pensando as atuações políticas e armadas a partir do princípio da cidadania armada, na Argentina, durante a década de 1880, apresenta o caso da atuação da Guarda Nacional de Buenos Aires, em defesa de seus direitos frente a um governo que consideravam ter abusado do poder, lutando em uma revolução que marcou a vinculação da cidade de Buenos Aires ao Estado Nacional. De acordo com a autora, caberia aos cidadãos armados, enquanto guardiões deste princípio, resistir ao governante que se tornasse tirânico, frente ao rompimento, por parte do governo, em relação aos seus deveres, agindo na defesa dos interesses e garantias à vida, à propriedade e à ordem jurídica. A mesma lógica de lutar contra um governo que excedia suas funções e tornava-se tirânico e corrompia os valores morais e políticos aceitáveis, foi usada pelos cívicos radicais, na Argentina, para levantar-se contra os presidentes Miguel Juárez Celman e Luiz Sáenz Peña, durante as revoluções radicais, na Argentina[187] (ALONSO, 2000).

Com base nos elementos que procuramos apresentar, o entendimento de revolução para os federalistas, exceto para os pertencentes ao grupo do general Tavares, estaria influenciado por uma visão semelhante à que era vigente nas Repúblicas pertencentes ao Prata, vinculada a

[186] Tradução livre nossa: A tradição liberal, por sua vez, privilegia as garantias individuais, a tolerância e a necessidade de respeitar a ordem jurídica. Supõe, em termos práticos, uma inversão dos valores republicanos: aqui o respeito ao indivíduo, em seu caráter privado, é o fundamento da moralidade pública.

[187] Decorrentes de um processo que se inicia em 1890, referimo-nos no plural pelo fato de que houve levantes que caracterizaram fases distintas, começados em 1893 e posteriormente em 1895.

uma lógica da cidadania em armas. Estariam, assim, exercendo um direito que lhes competia enquanto cidadãos, através do qual resistiriam em defesa de uma ordem que vigia, anteriormente[188], e que havia sido corrompida pelo governo que passou a ser considerado ilegítimo e tirânico. Ao encontro dessa afirmação, está o manifesto publicado pelo general Tavares e principais lideranças federalistas, intitulado "Cidadãos, às armas!". Por meio do documento, convida a população "cidadã", do Rio Grande do Sul, a pegar em armas, em defesa das leis, explicitando a ideia de que haveria desordem, que teriam sido aviltados por Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto, conforme é possível perceber em um trecho desse manifesto: "[...] é grande porque é a causa de um povo inteiro que tem sede de justiça e que **clama pelo império da lei**, hoje calcada aos pés pelos agentes do poder público [...]" (ANDRADE, 2017, p. 106).

A revolução libertaria o Rio Grande do Sul da ação tirânica e despótica de Júlio de Castilhos e de Floriano Peixoto, assim como garantiria o domínio político e jurídico em suas localidades, como nos tempos da monarquia, garantindo seu direito de representação na estrutura do poder.

De acordo com Miquéias Mugge e Leonardo Canciani (2014), a Guarda Nacional, pensada desde uma lógica liberal, foi instituída como uma milícia cidadã, uma força composta apenas por aqueles que eram cidadãos, ainda que durante o período Imperial, no Brasil, o ingresso a ela dependia de condições censitárias. Importante destacar que grande parte dos líderes federalistas pertencia à Guarda Nacional, assim como ocorrera anteriormente durante a Revolução Farroupilha (1835-1845) (CANCIANI; MUGGE, 2014).

Ao analisarem as Guardas Nacionais da Província do Rio Grande do Sul e de Buenos Aires, na Argentina, esses autores argumentam que essas instituições tiveram, desde seu início, alguns aspectos em comum, dentre os quais, citam a finalidade de "[...] **sostener a las**

---

[188] Sobre conceitos de Revolução ver: FEERREIRA, Fátima Sá e Melo. O conceito de revolução na História dos Conceitos: um percurso em Portugal, 1750-1870. In: PEREIRA, Miriam Halpern; CARVALHO, José Murilo de; Vaz, Maria João; RIBEIRO, Gladys Sabina (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, 2012. O conceito de Revolução pós-Revolução Francesa passa a ter uma acepção distinta da Moderna, desde aquelas que remetem a uma concepção pejorativa, passando por mudança política durante as revoluções liberais do século XIX na Europa, às que também significaram regeneração, restauração, reação, liberdade ou mesmo de transformação. A autora argumenta que o povo passou a ocupar protagonismo nestes movimentos, com inspiração de um romantismo social, socialismo e ideias republicanas.
SABATO, Hilda. Citzens in Arms. In: _____. Republics of the New World. **The revoltionary political experiment in ninetheenth-century Latin America**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018, p. 89-131. Segundo Hilda Sabato, a conotação do termo de Revolução sofreu transformações ao longo do século XIX, de país para outro, desde uma visão de luta da população contra a "tirania ou o desânimo", até a "luta por mudanças radicais", ou mesmo assumindo o significado de "restauração das liberdades perdidas" (p. 116). Segundo esta autora, era comum que as forças que se insurgiam, reivindicassem a legitimidade de seu movimento como uma revolução, enquanto a oposição buscava deslegitimar natureza do movimento. A autora contesta a visão de que as revoluções eram vistas como meras reações à modernizações ou expressão de forças atávicas, e defende que o uso da violência fez parte de um contexto e de uma cultura política (p. 121).

autoridades, **la constitución y las leyes**, como así también **favorecer el orden** y servir de apoyo a las fuerzas regulares [...][189]" (CANCIANI; MUGGE, 2014, p. 112).

Hilda Sabato (2018), em seu recente estudo sobre "Republics of the New World. The revoltionary political experiment in ninetheenth-century Latin America"[190], afirma que, em muitos casos, esse exército de cidadãos destinado a defender a liberdade diante de qualquer tirano, também se tornou um exército dos estados membros/províncias que protegiam sua autonomia do despotismo que poderia ser exercido pelas autoridades nacionais. Assim, por exemplo, no México, a milícia passou a ser um pilar do federalismo, enquanto na Argentina, as guardas nacionais estavam em poder das províncias e serviam como dispositivo de manter sua autonomia contra o despotismo do governo de Buenos Aires, o qual queria subordiná-las a seu comando (SABATO, 2018).

Nos países da América Hispânica, todos republicanos, a ideia de uma cidadania armada consistia um importante mecanismo de atuação política. Utilizavam-se, desse princípio, para defender a liberdade e os seus direitos de cidadãos contra o que julgavam despotismo. O direito de insurreição estava contido em uma lógica e compreensão em que os cidadãos tinham até mesmo o dever de se levantar em armas para proteger a liberdade e irem contra os excessos do poder, embasados pelos direitos naturais, os quais estariam acima das leis em si (SABATO, 2018).

A autora, ainda, reforça a ideia de que nos casos analisados por ela, as guerrilhas que se insurgiam eram, em sua maioria, comandadas por antigos líderes da Guarda Nacional. Esta instituição envolvia uma prática que enaltecia o patriotismo e o civismo, associada a atividades políticas e também revolucionárias. Dentre os casos analisados (México, Colômbia, Estados Unidos, Chile e Argentina), ressalta que, em todas as revoluções, a busca pelo recurso das armas surgia da violação, pelas autoridades, da "liberdade e os direitos públicos" (SABATO, 2018, p. 188).

Ao abordar a formação da Guarda Nacional, na América Latina, Sabato (2018) mostra a evolução dessa Instituição, que poderia coexistir com os exércitos nacionais, ocasionando diversos conflitos acerca do entendimento de suas funções: enquanto o exército era visto como uma força de mercenários, a guarda nacional era vista como uma força composta por cidadãos.

[189] Tradução do autor: "[...] apoiar as autoridades, a constituição e as leis, além de favorecer a ordem e servir de apoio às forças regulares [...]".
[190] Tradução do autor: Repúblicas do Novo Mundo. O experimento político revolucionário na América Latina, do século XIX.

Argumenta, ainda, Hilda Sabato (2018), que as redes políticas estavam inseridas em uma cultura política que envolvia o recurso armado, em movimentos que se valiam de recursos tomados dos inimigos e suas propriedades, bem como da ampla utilização de jornais para divulgar e defender seus ideais e dar uma legitimidade a suas ações.

A partir da análise realizada pela autora, é possível percebermos a presença de um *ethos* hispânico, no universo de referências culturais e sociais comuns desses sujeitos fronteiriços, que atuaram durante as revoluções no Rio Grande do Sul. A própria vivência, nesse espaço platino, e sua participação nos conflitos, incorporou, em sua forma de agir e pensar, elementos e valores que lhe eram muito peculiares e que lhes conferiam uma identidade regional que se manifestou em diversos momentos, tanto para pensar a economia desa região, quanto para pensar e organizar a guerra, como ocorreu durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

Outras duas importantes análises sob o espaço platino vêm ao encontro de nossa hipótese da existência de aspectos comuns, que permitem pensar a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra. Em primeiro lugar, destacamos a defendida por Marcos Witt (2014), em *"Emigración y colonización en América del sur. La provincia brasileña de Rio Grande do Sul, la República Oriental del Uruguay y la Cuenca del Plata en las consideraciones de Arsène Isabelle"*, em cuja obra, o autor fez importante análise sobre as memórias do viajante e naturalista francês Arsène Isabelle.

Segundo Witt (2014), o naturalista francês teria percebido, em seus apontamentos, a existência de diversos aspectos comuns em um espaço que abrange as províncias do litoral argentino, o Uruguai e a província brasileira do Rio Grande do Sul, sob as quais existiria fluxo constante de pessoas, especificamente, a partir de uma perspectiva sob a imigração e a colonização, na primeira metade do século XIX.

Em segundo lugar, destacamos a análise realizada por Juan Carlos Garavaglia e Jorge Gelman (1998), em **"***Mucha tierra y poca gente: um nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)"*. Na obra, os autores referem-se à existência de uma *região platense*, conformada pelas províncias argentinas de Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Buenos Aires, da República do Uruguai e do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, a qual teria seus contornos demarcados pelo bioma pampa.

No âmbito da imprensa platina, em novembro de 1894, o jornal *La Razon*, de Montevidéu, publica uma notícia sob o título *Los Vecinos. Las Repúlicas de Chile y la República del Brasil*, que vem ao encontro de nossa hipótese em relação a essa região revolucionária. Segundo afirmava o jornal, "podemos consolarnos de la ausencia de toda vida

politica en nuestro pais, contemplando la que palpita algo confusa y perturbada em **los paises más vecinos de América: Brasil, Chile y Argentina**"[191]. De acordo, ainda, com o jornal, Chile, Argentina e Brasil estariam enfrentando um período revolucionário e, nesse sentido, procura evidenciar os aspectos que apresentam um contexto semelhante nesse espaço sul-americano.

Uma questão citada nessa notícia merece destaque: é a que envolve o Chile e que confirma nossa hipótese ao referir-se sobre a existência de uma região revolucionária, vindo, inclusive, apontar para a semelhança existente entre os contextos desses países da região platina.

No Rio Grande do Sul, o general Joca Tavares fez parte do comando das forças legalistas que se levantaram contra a tentativa do Presidente da República, Deodoro da Fonseca, de fechar o Congresso Nacional. Esse ato foi encarado como uma tentativa de golpe, levando diversas lideranças políticas e militares a levantarem-se em armas, atuando no sentido de defender a Constituição Republicana Brasileira[192]. Esse processo resultou na renúncia do governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, que havia endossado o golpe pretendido por Deodoro, processo que abriu espaço para um afastamento do PRR, conduzindo a oposição ao governo estadual.

Os conflitos existentes no final do século XIX, nessa região, citados pelo *Jornal La Razon*, foram movimentos que enfrentaram problemas semelhantes, no que tangia às fraudes e ao processo eleitoral, resultando no tolhimento da representação dos interesses de setores políticos e econômicos. Isso conflitava diretamente com seus interesses, ao passo que defendiam o estabelecimento de governos liberais que representassem a vontade da maioria – desde que os contemplassem nesse processo, é claro – e pudessem ser considerados legítimos por essas oposições. Eram grupos que encetavam projetos políticos distintos e que, dada a cultura política do período, encontraram uma saída pelas armas para reivindicar seus interesses e lutar contra o que julgavam ser governos tirânicos. Durante esses processos, foram forçados pela violência, perseguições ou mesmo pela derrota, nas revoluções que realizavam em seus países, criando um contexto que os forçou a emigrar para os países vizinhos, de onde organizariam movimentos de resistência.

---

[191] Jornal *La Razon,* Montevidéu. 13 nov. 1894, p. 2 – Los Vecinos. Las Repúlicas de Chile y la República del Brasil. Notícias sobre conflitos no Brasil, Argentina e Chile. Grifos nossos. Tradução do autor: Podemos nos consolar pela ausência de toda vida política em nosso país, contemplando aquela que lateja um tanto confusa e perturbada nos países mais vizinhos da América: Brasil, Chile e Argentina.

[192] BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em:03/12/2020.

As **emigrações de políticos** estrangeiros nas capitais da Argentina, Uruguai e Chile, no período da Revolução Federalista, assim como em diversos momentos ao longo do século XIX, fez com que nelas circulassem brasileiros emigrados. Tais emigrações podem ser entendidas, de acordo com Mario Etchechury (2017), como processos que contribuíram para aprofundar as ligações dentro desse espaço regional platino, formando vínculos e solidariedades que aparecem nesse contexto contemporâneo.

De acordo com esse autor, emigrar era uma prática corrente, na cultura política do período, e está relacionada ao fato de que os Estados Nacionais, nesse espaço, começaram seu processo de formação enquanto Estados Nacionais modernos, a partir da década de 1870. Os conflitos que envolveram esse processo favoreceram o movimento imigratório. O fato de as fronteiras não estarem consolidadas e as nacionalidades acharem-se em construção são variáveis que favoreceram que os emigrados tomassem partidos nas disputas políticas dos países que os recebiam (ETCHECHURY BARRERA, 2019). Essa mesma lógica, pensada por Mario Etchechury, para meados do século XIX, asseveramos que também fez parte de um universo de referências culturais e sociais e nas atuações políticas e militares revolucionárias, durante a Revolução Federalista, no Brasil, mas também na de argentinos e uruguaios, no final deste mesmo século.

No período em questão, tanto em Buenos Aires, na Argentina, que também enfrentava um contexto revolucionário, desde 1889 até 1895, envolvendo autonomistas e radicais, quanto em Montevidéu, existiam muitos emigrados políticos. Em ambas as capitais, havia a presença, conforme as fontes nos permitem afirmar, de grupos de brasileiros[193] oposicionistas, dissidentes da Revolta da Armada, e de federalistas rio-grandenses, bem como de uruguaios, membros dos partidos Blanco/Nacional e Colorado[194], de acordo com a situação política. Existiam, também, grupos de opositores liberais chilenos, partidários de José Manuel Emiliano Balmaceda Fernández[195]. Eram grupos ligados por ideias liberais e que passaram a

[193] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 28 jul.1894, p. 1. Notícias sobre os emigrados brasileiros em Buenos Aires. Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 05 jan. 1894, p. 1. Notícias de emigrados brasileiros em Montevidéu.

[194] Sobre os partidos políticos uruguaios, ver: DEVOTO, Juan. **Historia de los partidos políticos en Uruguay**. Montevideo: Camara dos Representantes, 1994.
CAETANO, Gerardo (Dir./Coord). **Uruguay: reforma social y democracia de partidos 1880-1930.** Tomo II. Montevideo: Planeta, 2016.

[195] José Manuel Emiliano Balmaceda Fernández, filiado ao Partido Liberal no Chile, havia sido Presidente da República entre 1886 a 1891, no qual ocorreram disputas com o Poder Legislativo chileno em torno de questões orçamentárias, que por sua vez tentou derrubá-lo do podero. Em resposta a esse ato do Legislativo, Balmaceda dissolveu o Congresso, desencadeando uma série de conflitos que resultaram na Guerra Civil em 1891, da qual saiu derrotado, buscou azilo na embaixada argentina, em Santiago em 1891, suicidando-se pouco tempo depois. Acerca da revolução ocorrida no Chile nesse período e sobre suas consequências, ver: CHILE, Período 1833-1891 - Historia Política. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em:

conviver nessas capitais, no período em que a proximidade de ideais e o fato de enfrentarem situações idênticas encontraria, nos espaços de sociabilidade, um local de aproximação entre eles, o que favoreceria o estabelecimento de solidariedades.

Dentre esses espaços, a **Maçonaria**, e aqui será preciso adiantar um ponto que trabalharemos, na sequência, dada sua relevância para compreender essa questão das imigrações políticas, nesse contexto. De acordo com Marta Bonaudo (2007), essa Instituição ocupou uma posição fundamental no processo de acolhimento e de aproximação entre emigrados de todas as partes, de forma que passaram a constituir verdadeiras colônias nessas capitais, assim como suas sedes também constituíam um importante local de debate de ideias liberais e democráticas. A Maçonaria era um dos principais centro de difusão do direito natural e das gentes[196] e por reunir princípios[197] que pautaram as reivindicações dos revolucionários radicais argentinos e federalistas brasileiros, como, por exemplo, o combate ao despotismo e a defesa dos princípios da representação popular, da liberdade e do governo democrático.

Nesse contexto, também **os hotéis,** os restaurantes, cafés e áreas de convivência pelos quais circulavam políticos emigrados federalistas brasileiros, chilenos balmacedistas e argentinos radicais, eram importantes espaços de sociabilidade. Ao encontro dessa afirmação, a jornal *El Argentino* de 15 de dezembro de 1893 publica uma notícia através da qual descreve que o radical argentino Bernardo de Irigoyen, durante seu exílio em Montevidéu, realizou um banquete no Hotel Paris, para comemoração de seu aniversário. Meses depois desse evento, em maio de 1894, no mesmo Hotel, em Montevidéu, estiveram presentes seus amigos, outros emigrados argentinos e civis orientais, ocasião em que aproveitariam planejar a comemoração do aniversário de independência argentina[198].

---

https://www.bcn.cl/historiapolitica/hitos_periodo/detalle_periodo.html?filtros=1,2,3,4,5,6&per=1833-1891&pagina=4&K=1 Acesso em: 15/10/2019.

BAÑADOS, Julio. **Balmaceda, su gobierno y la revolución de 1891**. Santiago, Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2005.

VALENZUELA, Carolina Matos. Exilio y Asilo en la Argentina durante la Revolución Chilena de 1891. **Ecos de la Historia**. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. Año 2 n.1, Abr.-Jun., 2010, p. 2-4.

MEZA Rosario Martínez. Guerra Civil de 1891: causas y desarrollo. **Boletín Histórico de la Sociedad de Historia y Geografía de Chile**, Año V, n. XVIII, 2016, p. 89-103.

[196] VATTEL, Emer de. **O direito das gentes**. Tradução: Vicente Marotta Rangel. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. E ver PADOIN, Maria Medianeira. O "direito natural e das gentes" e o federalismo no processo de independência na América. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 115-136, jul. 2013.

[197] BLANC, Claudio. **Dicionário Completo de Maçonaria**. Editora Online, 2016.

[198] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 15/12/1893 e 18/05/1894. Notícias da comemoração do aniversário de Bernardo de Irigoyen, sua estadia no hotel Paris e a realização de um banquete que reuniu emigrados argentinos e civis orientais.

Neste mesmo Hotel Paris, hospedara-se o chefe federalista Estácio Azambuja, em maio de 1894[199], período coincidente ao dessa festividade. Tratando-se de uma análise política, não nos permite pensar que nesses espaços de sociabilidades, as coincidências e proximidades, além do convívio com estes emigrados argentinos, não os tivesse aproximado ou ignorado tal proximidade entre revolucionários emigrados. Reforçando tal afirmação, também foi nesse Hotel que, anteriormente, esteve hospedado o chefe político dos federalistas Gaspar Silveira Martins, que desfrutava da culinária e dos prazeres da vida em uma capital, onde inclusive concedeu entrevista ao jornal *La Prensa,* de Montevidéu, falando acerca dos acontecimentos no Rio Grande do Sul[200].

Os **jornais do período** também apontam que inclusive a mãe do ex-presidente Balmaceda, Encarnación Fernández V. de Balmaceda estaria no exílio em Buenos Aires, junto a duas netas e a Rafael Balmaceda[201], cidade onde estariam inúmeros emigrados. O envolvimento destes emigrados chilenos pode ser observado em um artigo, no jornal argentino *El Diario,* o qual publicou uma coluna com o título *Revolución Brasileña.* Neste artigo, consta a notícia de que havia partido, do porto de Buenos Aires, uma expedição de revolucionários brasileiros ao encontro de outros navios revolucionários que estavam próximos à Santa Catarina, citando o nome de inúmeros federalistas rio-grandenses, da Revolta da Armada e, também,

> [...] los **capitanes Julio Camarin y Manuel Quesada, chilenos y balmacedistas**, Julio Azambuja, Delcarienne Maia, Manfredo Coelho, Fernando Hasslocher, el Dr. Ferrer Rodríguez, medico chileno, y 30 individuos máz, llegados de la frontera Riograndense y **emigrados chilenos que se han aderido al movimiento**[202].

As informações percebidas, nessa citação, não só ampliam a abrangência das articulações federalistas, como demonstram a importância dos emigrados políticos e sua atuação revolucionária regional, no final do século XIX, além da construção de redes sociais e políticas.

---

[199] AZAMBUJA, Estácio. [Carta] 4 mai. 1894, Montevidéu, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha, sem local especificado. Neste documento é possível perceber o papel timbrado com o nome e endereço do Hotel Paris em Montevidéu, local de onde escreveu Estácio à Joca Tavares.

[200] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 10/05/1893. Notícia sobre a entrevista concedida por Gaspar Silveira Martins.

[201] Jornal *El Diario*, Buenos Aires, 23/02/1894. Notícia sobre o exílio da mãe de José Manuel Balmaceda, ex-presidente do Chile.

[202] Jornal *El Diario*, Buenos Aires, 09/10/1893. Notícias sobre chilenos exilados em Buenos Aires que aderiram à Revolução Federalista. Tradução do autor: "[...] os Capitães Julio Camarin e Manuel Quesada, chilenos e balmacedistas, Julio Azambuja, Delcarienne Maia, Manfredo Coelho, Fernando Hasslocher, Dr. Ferrer Rodríguez, médico chileno, e 30 outros indivíduos, chegaram da fronteira do Rio Grande do Sul e outros emigrantes chilenos que aderiram para o movimento [...]".

Com relação ao apoio chileno, é possível identificá-lo, em carta enviada da localidade de Jaguary, departamento uruguaio de Rivera, por José Ignácio do Amaral ao general Tavares, em 06 de maio de 1895, na qual afirma que havia enviado uma quantia de **10 condores** ouro, com a finalidade de ajudar nos gastos do hospital no qual estavam sendo tratados federalistas feridos (TAVARES, 2004b). O fato de que moedas chilenas estariam sendo utilizadas em plena campanha oriental, sendo utilizadas para financiar hospital federalista, em plena Revolução Federalista, vem ao encontro desse apoio de emigrados chilenos que estariam em Montevidéu, ou mesmo participando das forças revolucionárias federalistas.

Abre, igualmente, a possibilidade interpretativa para compreender que o apoio velado de chilenos também estivesse associado ao fato dos problemas derivados da política externa brasileira, nos primeiros anos da República, definida por Maria de Lourdes Janotti (1986), como sendo de subserviência política e econômica aos Estados Unidos da América, diferindo da política adotada pela Argentina e pelo Chile, não referendando o Tratado de Washington[203]. Com isso, é possível aventar que o apoio dos chilenos emigrados, no Prata, tivesse como outro fator de simpatia aos federalistas, o fato de lutarem contra um governo (brasileiro) que seguia uma política externa que divergia de seus interesses nacionais e que pudesse representar uma ingerência norte-americana em seus assuntos internos.

Neste espaço platino, o Paraguai[204] também poderia estar envolvido nos planos revolucionários, vínculos que recentemente foram apresentados por Mônica Rossato (2020). A utilização do território paraguaio, ainda que brevemente, foi descrita nas memórias de Angelo Dourado (1992, p. 308), nas quais narra que, durante a retirada das forças federalistas do Paraná, estas estiveram acampadas em terras paraguaias.

Na carta enviada por Armando Burlamarqui ao general Tavares, em 6 de fevereiro de 1895, noticía que havia fracassado a tentativa de revolta do estado do Mato Grosso[205].

Ao que tudo indica, não foi apenas uma tentativa, conforme a notícia publicada pelo jornal argentino *El Diario*, de 1º de março de 1895, que permitiu identificar que os federalistas

[203] JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. A autora argumenta que, com este tratado, o Brasil e outros países latino-americanos comprometiam-se a resolver suas disputas através de arbitragem, além de prever em suas cláusulas, concessão de facilidades econômicas e políticas aos Estados Unidos da América. A autora defende que este tratado representou um ato de subserviência dos países implicados, reconhecendo submissão de seus interesses em detrimento política empregada pelos Estados Unidos, em troca de apoio contra uma possível intervenção estrangeira na questão enfrentada pela Revolta da Armada.

[204] Não é nosso interesse esgotar este assunto acerca do envolvimento dos federalistas com o Paraguai e em Mato Grosso, mas abrir possibilidades para novas pesquisas nesse aspecto.

[205] BURLAMARQUI, Armando. [Carta] 6 fev. 1895, Estância de Galvão Machado. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha. Passa notícia de que movimento no Mato Grosso teria fracassado.

haviam enviado agentes para Mato Grosso e para Assunção, capital do Paraguai[206]. Para conflagrar o Mato Grosso e para realizar uma guerra de recursos, necessitariam do apoio paraguaio. Isso iniciaria uma nova frente de combate contra o governo de Floriano Peixoto, possivelmente buscando dividir as forças governistas em dois frontes, enfraquecendo-as também. Essa informação vem ao encontro de nossa hipótese para explicar que, em uma guerra de recursos, a fronteira ocuparia posição central em sua estratégia, de modo que os federalistas necessitariam do apoio de autoridades políticas, militares, ou civis, do outro lado da fronteira, para sustentar o conflito.

O diário do Dr. Francisco Tavares (2004a, p. 178) apresenta uma informação que permite pensar possíveis relações existentes naquela fronteira, relata que forças federalistas que haviam se rendido a autoridades argentinas em setembro de 1895, haviam vendido suas armas aos paraguaios.

Isso permite afirmar que, se a necessidade constrói a regra, a mesma lógica vale para pensar que foi a partir da necessidade comum dos emigrados, de subsistir em seus exílios, de continuar defendendo seus ideais liberais e revolucionários, de ter apoio financeiro e armas para suas revoluções, pela identificação por haverem participado de conflitos anteriores, no espaço platino, que constituíram elementos principais para acreditarmos na configuração e formação de uma região revolucionária.

A busca por caracterizar a existência de elementos comuns, durante os conflitos, no espaço platino, durante o século XIX, sob uma perspectiva da longa duração de um universo de referências culturais e sociais comuns, que tinha na revolução uma forma de reivindicação política e que pensava para além dos limites políticos nacionais, procuraremos, a seguir, apresentar algumas características que também contribuíram para a formação de uma região revolucionária.

2.4 OS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E SEU POTENCIAL PARA CONFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO REGIONAL

A convivência e a circulação de indivíduos neste espaço platino criaram espaços de sociabilidades. O entendimento acerca da existência de espaços de sociabilidades é buscado na explicação dada por Maurice Agulhon (2009) que os percebe como uma categoria de análise histórica. Tais espaços possuíam outra acepção, no começo do século XIX: eram vistos como

[206] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 01 mar. 1895, p. 1 – Notícia de que o almirante Saldanha da Gama havia enviado agentes para o estado brasileiro de Mato Grosso, e para Assunção, capital do Paraguai.

uma capacidade de distinção social, requereria a adoção de determinados comportamentos para a convivência, nesses espaços, como a capacidade de ser agradável aos outros, que era vista como uma virtude (AGULHON, 2009, p. 35).

O autor trabalha com a ideia de que o surgimento de círculos e associações burguesas francesas visavam criar locais de convivência que permitiam trocas sociais, convívio e o aproveitamento do tempo livre de que dispunham. Nestes espaços, faziam negócios, reuniam eruditos. Eram momentos marcados pela necessidade de um comportamento cortês, requerendo certas regras de conduta.

Conforme menciona Agulhon (2009), poderiam existir locais de sociabilidade informais e formais, desde os cafés, como locais de reunião, até os círculos restritos a homens, ou os salões como locais de convivência de familiares em que estavam homens e mulheres. Este conceito acerca da sociabilidade foi sendo ampliado e modificado como também o foi, o de sociedade. Teria sido com a influência inglesa e o avanço do liberalismo que os espaços de sociabilidade teriam criado um entendimento moderno dos espaços. Para o autor, estes teriam se diversificado ao longo do século XIX, para além de uma esfera mais restrita, passando a ser pensados, também, sob a perspectiva comercial. Nesse sentido, tornaram-se lugares mais públicos, como teatros, restaurantes, óperas, o que veio facilitar a inclusão, também, dos forasteiros dessas localidades.

Nesse sentido, ao pensar sobre os espaços de sociabilidade, Pilar González Bernaldo de Quirós (2004) defende que tais relações entre os seres humanos constituem fenômenos históricos que passam a ser objetos de estudo, principalmente, no âmbito da história política. Alerta, ainda, para o fato de que sociabilidade difere de redes egocentradas, e que o simples fato de participar de espaços de sociabilidade não significa que todos os frequentadores sejam conhecidos ou amigos, ou mesmo compartilhem das mesmas ideias e valores (GONZÁLEZ BERNALDO, 2004).

Para a autora, os vínculos entre os indivíduos são criados muito mais a partir da dimensão afetiva do que apenas da econômica, mas também a subjetividade conta como capaz de influir na ação dos sujeitos. Portanto, devemos evitar generalizar as observações acerca das sociabilidades, principalmente associativas, pois assim como um sujeito pode criar seu mundo, a partir dos vínculos criados pela vivência com membros também pertencentes a uma associação, existem casos em que isso não ocorre, pois os indivíduos possuem uma variedade de possibilidades de ligações que também estabelecem vínculos (GONZÁLEZ BERNALDO, 2004).

Segundo a autora, as sociabilidades associativas atuam favorecendo a criação de relações de confiança, solidariedades, práticas de reciprocidade e, assim, transformando-as em vínculos fortes, mas não determinando que a forma de pensar dos indivíduos seja homogênea. Isso pode gerar relações colaterais e, também, vir a facilitar o estabelecimento de amizades, matrimônios, alianças, negócios, interações políticas, dentre outras, criando redes de poder (GONZÁLEZ BERNALDO, 2004).

Para pensar nosso caso em estudo, além das questões políticas que criaram a necessidade de processos de emigração para os que atuavam na região revolucionária platina, defendemos que outros fatores contribuíram para refletir sobre a formação dessa região. Como primeiro fator, citamos o convívio em decorrência da participação em longos períodos de guerras (cabe destacar que era uma sociedade em constante estado de guerra, durante o século XIX, com poucos hiatos de paz, portanto, militarizada); como segundo, no âmbito militar (a vida na caserna, acampamentos militares, longas marchas, a convivência na alimentação); e, por fim, as convivências geradas pela prática da pecuária, somando-se, também, o pertencimento a instituições como a Maçonaria, constituíram espaços de sociabilidade que favoreceram o estabelecimento de relações sociais para além dos limites nacionais.

Ao encontro dessas ideias, citamos o complexo mundo das relações e estratégias sociais e político/militares que podemos perceber entre as lideranças políticas com perfil de caudilhos, dessa região platina, denominados "senhores da guerra" (PICCOLO, 1992), como elementos que contribuíram no sentido de formar uma sociedade com experiência, referências culturais, econômicas e sociais fronteiriças, em que a guerra é uma das características que a definirá.

Evidencia-se, ainda, a existência de complexas redes de solidariedades e lealdades entre as lideranças rio-grandenses, orientais, argentinas e, principalmente correntinas, muitos já velhos conhecidos das campanhas da Invasão da Banda Oriental de 1811, 1817, da Guerra da Cisplatina (1825-1828), da Revolução Farroupilha (1835-1845), da Guerra contra Oribe e Rosas, em 1851 e, posteriormente, da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Nesse sentido, a análise das correspondências do general Joca Tavares, durante a Revolução Federalista, permite perceber que muitos de seus companheiros de armas haviam combatido juntos, durante a Guerra do Paraguai, o que leva a crer ser plausível considerar ter sido a guerra um dos principais espaços de sociabilidade do período[207]. Entrementes, esta seria

[207] Para o caso da Argentina, Alejandro Morea (2011), ao estudar o processo de profissionalização do Exército Auxiliar do Peru, durante as guerras de independência no Prata, mostra que muitos dos oficiais que vieram compor as forças das Províncias Unidas, conheciam-se das guerras napoleônicas, eram veteranos, o que necessariamente não teria significado um efetivo ganho qualitativo nestas forças. Por outro lado, destaca que a organização de uma escola militar teria sido fundada por ideia de Juan Martin Puerreydón, Manuel Belgrano y José de San Martin. Isso

capaz de unir os indivíduos pela necessidade e constante tensão, criar laços de solidariedades, na sociedade oitocentista sul-rio-grandense e influenciar na persistência de um universo de referências culturais e sociais de um líder político e /ou militar que atua para além das zonas de fronteiras nacionais[208].

Dentre os aspectos desses referenciais culturais e sociais dos líderes políticos e /ou militares fronteiriços, em grande parte descendentes de povoadores da zona fronteiriça, a maneira de fazer a guerra é uma importante característica, pois apresenta elementos que se tornaram semelhantes, neste espaço. Esse estilo que surgiu no espaço platino, consistia em um modelo de guerra que, de acordo com Patrício Justo del Niño Jesus Trejo (2015), havia sido utilizado por russos e espanhóis, contra as invasões napoleônicas, nesses países, no período de 1807-1812, chamada pelos franceses de *Petit Guerre*, durante a Guerra Peninsular (1807-1814), ou *Guerrilla*, em espanhol.

Ainda de acordo com o autor, esse conhecimento foi trazido à América por espanhóis e portugueses, veteranos das guerras napoleônicas, na Europa, e consistia em um modelo de combate em que forças, de um lado, utilizavam-se de procedimentos assimétricos frente a forças inimigas superiores. Tal modelo foi muito empregado nos conflitos do Prata e, também, nos do Alto Peru (TREJO, 2015) e procurava, através de uma guerra de recursos, causar-lhes tanto desgaste psicológico quanto de recursos, especialmente, na busca em romper as cadeias de suprimento logístico, adotando "las emboscadas, los golpes de mano, os bloqueos de vías de comunicaciones y acciones com pequenas fracciones"[209] (TREJO, 2015, p. 30).

Acerca dessas formas de guerrear, desenvolvidas no Prata e na América do Sul, Alejandro Rabinovich (2018b) assevera que as formas de fazer a guerra e a decisão de armamentos e táticas a serem utilizados não podem ser entendidos de forma generalizante, como tendo surgido espontaneamente, mas, sim, como propositadamente pensados. Tais formas teriam sido produto de um processo lento de adaptação, de negociação, de tentativas marcadas

---

poderia ter criado um espaço de convivência da jovem oficialidade, um espaço onde poderiam estabelecer vínculos, amizade, solidariedades, decorrentes da vida na caserna, impulsionados pela vida agitada dos conflitos e o constante medo e incerteza diante dos perigos. Paro o caso do Uruguai, exemplos da convivência dos oficiais Juan Antônio de Lavalleja e Manuel Oribe, nas forças de José Artigas, assim como Fructuoso Rivera, haviam sido veteranos de diversos conflitos, o que nem sempre significou a existência de amizade entre eles. Ainda que com desavenças, conheciam-se, conviveram, participaram ativamente das disputas e projetos políticos, após a independência do Uruguai, em 1828.

[208] GRIMSON, Alejandro. **La Nación en sus límites: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003. Nesta obra o autor destaca que até o final do séc. XIX, os estados nacionais e seus limites ainda estavam em processo de consolidação. Neste sentido, as relações desenvolvidas nestes instáveis limites nacionais poderiam ser chamadas "transfronteiriças".

[209] Tradução do autor: "as emboscadas, os golpes de mão, os bloqueios de vias de comunicação e ações com pequenas frações".

por acertos e erros que levaram ao desenvolvimento de táticas e métodos que melhor se adaptassem às necessidades de cada sociedade, necessidades climáticas e à disponibilidade de materiais que diferiam das europeias (2018b).

Na América do Sul, especialmente no Cone Sul, essa forma de guerrear teria sido conformada pela necessidade. Era, também, utilizada pelas *Montoneras*, podendo ser entendida como uma maneira de combater antes do surgimento dos exércitos nacionais (RABINOVICH, 2018a).

De acordo com Raúl Fradkin (2006), está superado o entendimento de que esta forma de combate estaria vinculada a uma maneira de combate bárbaro. Nesse sentido, Valentina Ayrolo (2012) a define como sendo uma forma distinta de atuação militar que possuía uma base popular que poderia ser desde uma turba de homens armados, até exércitos que não eram profissionais, ou seja, pouco organizados, e que poderiam atuar por meses.

A estas forças foi atribuído, por muito tempo, de acordo com Raúl Fradkin (2006), grande conhecimento do território e eram dotadas de grande maleabilidade, o que lhes conferia grande vantagem sobre exércitos regulares. O autor cita a visão de Vicente Fidél López (1910) e José Ramos Mejía (1999), ainda que dotada de elementos pejorativos e racistas, que há muito tornara-se ultrapassada, para compreender este fenômeno, mas que possibilita compreender nossa afirmação acerca do componente indígena a exercer influência sobre essa forma de combate.

Na perspectiva de Vicente Fidél López (1910), as *montoneras* de Artigas e no litoral argentino, são definidas como "uma mistura de índios, mestiços ou gaúchos" (LÓPEZ *apud* FRADKIN, 2006, p. 17). Por outro lado, José Ramos Mejía (1999), citado por Raul Fradkin (2006, p. 18-19), definia as *montoneras* como influenciadas pelos indígenas, os quais estariam em sua constituição, e pelos homens mestiços.

Por sua vez, Raúl Fradkin (2006) afirma que as *montoneras* tiveram uma composição étnica variada e não apenas camponesa, tampouco associada a apenas um segmento político e, portanto, não devem ser associadas a uma visão que as entenda como irregulares, pois parte de uma visão exclusivamente oficial. Ao encontro dessas afirmações, ressaltamos que no período da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, existiam diversos agrupamentos de homens que formavam *montoneras*, nem sempre vinculados às forças governistas ou federalistas. Eram forças que lutaram por seus próprios interesses e que foram combatidas por ambos os lados, conforme apontam os diários do general Joca Tavares (2004b) e os apontamentos de Germano Hasslocher (1894), que dão conta de uma diversidade que constitui uma complexidade social que envolveu a formação e atuação destas forças.

Tal forma de lutar encontrou eco nas necessidades políticas enfrentadas ao longo do século XIX. Desde as disputas por autonomia e por independência das diversas entidades políticas dos nascentes estados, neste espaço, na primeira metade do século XIX, aspectos que associados à necessidade das províncias de Entre Rios, Corrientes, ou da Banda Oriental/Cisplatina (que deu origem à República Oriental do Uruguai) e à província brasileira do Rio Grande do Sul, reivindicarem suas autonomias para fazer frente aos projetos de poder centralistas e poder bélico de Buenos Aires e do Rio de Janeiro respectivamente.

Essa maneira de lutar utilizada desde o período colonial, mesclou-se com táticas indígenas americanas, cujo entendimento territorial poderia distinguir dos projetos pensados pelas Coroas Ibéricas e, posteriormente, pelos Estados nacionais que hoje compreendem Uruguai, Argentina e Brasil. Tal compreensão fazia parte de um universo de referências culturais e sociais dos indivíduos que habitavam esse espaço, beneficiando-se da condição de que as fronteiras ainda estavam em demarcação, utilizando-se das soberanias dos territórios pertencentes a Portugal e à Espanha, ou, posteriormente, de um país ou outro, para obter ganhos e vantagens de terras, vantagens comerciais, militares ou de poder.

O manejo das jurisdições e das soberanias das fronteiras, de acordo com as necessidades políticas e econômicas das populações que viviam nos espaços fronteiriços, ainda em demarcação, pode ser apontado como uma das características dessa região revolucionária, apontando para a recorrência dessa prática, em contextos distintos, durante o século XIX.

Entrementes, essa tática de combate e prática de manejar fronteiras foi largamente utilizada por uruguaios e argentinos, como, por exemplo, o caso dos líderes Fructuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja, os quais mantinham redes de relações pessoais com líderes fronteiriços do Rio Grande do Sul, Entre Rios e Corrientes, no período da Revolução Farroupilha (1835-45). A historiografia argentina aponta para práticas semelhantes, como, por exemplo, a fuga de diversos intelectuais e políticos argentinos para Montevidéu, durante o segundo governo de Juan Manuel de Rosas (1835-1840) (SHUMWAY, 1993, p. 131), e para a atuação de políticos como a do correntino Ángel Blanco, durante o período das Revoluções Radicais (1893), na Argentina (HERRERA, 1930; SOLÍS CARNICER, 2003).

Num período posterior, essa forma de combater e de circular pelo espaço continuaria sendo utilizada e sendo adaptada à novas realidades existentes no contexto das independências e posteriormente no processo de consolidação dos Estados nacionais, influenciando na conformação de um universo de referências relacionais, culturais, econômicas e sociais comuns, de como utilizar os “limites” e na maneira de manejá-los para a guerra. No Rio Grande do Sul, essa tática é conhecida como “Guerra à Gaúcha”, uma guerra de recursos, de resistência,

caracterizada por movimentos rápidos, geralmente a cavalo, conduzida por indivíduos que eram exímios conhecedores do terreno onde atuavam, onde forças em menor número enfrentam forças mais numerosas e mais bem organizadas, evitando, no entanto, oferecer combate direto, procurando extenuar o moral, os recursos do inimigo ou sabotar seus recursos estratégicos.

Esse modelo de guerra foi utilizado durante a Revolução Federalista e foi equivocadamente interpretado como fracasso e ineficiência do seu comando militar e dos políticos que impediam ações decisivas. Entretanto, não era objetivo dos federalistas oferecer um combate direto e decisivo com as forças governistas que dispunham de recursos bélicos superiores. Porém, isso não significou, em momento algum, covardia ou inércia dos Federalistas, mas, sim, a aplicação de uma tática de combate distinta da lógica pensada pela historiografia vencedora, que se utilizou de documentos oficiais das forças do Exército Brasileiro que não pensavam a partir dessa lógica hispânica de combate.

Para aplicar esse tipo de guerra de recursos, conforme destaca Raúl Fradkin (2010), e assim pensar a forma empregada pelos federalistas, era preciso que estes conhecessem, perfeitamente, as táticas tradicionais e os recursos a serem utilizados pelas forças governistas, o que é plausível, uma vez que a maior parte dos comandantes das divisões[210] federalistas haviam pertencido à Guarda Nacional, lutado na Guerra do Paraguai e, parte destes, eram oficiais honorários do Exército. Além do mais, essa questão pode ter sido um dos motivos que levaram à escolha do general Tavares para comandar as forças do Exército Libertador dos Federalistas.

Além do mais, a tática federalista de manter-se na zona de fronteira e retirar-se para o Uruguai e para a Argentina, após oferecer combate aos governistas, era parte dessa tática, que também pode ser entendida como uma saída para compensar a desigualdade de forças. A partir das reflexões desenvolvidas por Raúl Fradkin (2010), para pensar as formas com que as guerras eram feitas no litoral *rioplentense*, é possível utilizar a mesma lógica para pensar a questão dos federalistas rio-grandenses.

A procura dos federalistas pela utilização do espaço fronteiriço, bem como a busca por desenvolver operações, mais nessa zona, estava associada ao fato de que os chefes federalistas compreendiam que não poderiam se afastar de suas bases de recursos, de suprimentos, pois era um modelo de guerra de recursos que impedia rotas regulares de suprimento logístico, e nesse sentido, assim como destaca Raúl Fradkin (2010), para o contexto argentino, também para os

[210] Sobre divisões, brigadas e esquadrões militares, ver: PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. Regimentos e Batalhões, Brigadas e Divisões: organização e denominação das unidades militares ocidentais através dos tempos. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 52, jan./abr. 2021, p. 39-60.

federalistas manter forças em armas envolvia a necessidade de manter boas relações com a população rural. Manter boas relações e o apoio da população rural parece ter sido uma preocupação do general Tavares e sua intransigência com a prática de saques pelos federalistas (ANDRADE, 2017). Tal entendimento torna plausível nossa hipótese de que o apoio dos estancieiros foi o ponto chave e indispensável que manteve os federalistas em armas, ou seja, a duração da Revolução foi proporcional à quantidade e à capacidade dos grandes estanceiros, pequenos proprietários rurais e comerciantes de abrigá-los em suas propriedades, prover recursos para financiar e suprir os federalistas para que eles mantivessem o conflito. Nesse sentido, a própria tática de guerra como os envolvidos, criou um círculo/práticas e favoreceu a criação de sociabilidades tanto entre esses personagens, como na sociedade pertencente a este espaço.

2.5 A MAÇONARIA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE ELEMENTO CONFORMADOR DE UM ESPAÇO REGIONAL

Por meio destes espaços de sociabilidade, criados pela articulação de interesses econômicos e revolucionários, também destacamos o pertencimento a sociedades secretas, como o caso da Maçonaria. Esta Instituição pode ser entendida como elemento capaz de favorecer a atuação dos indivíduos nesse espaço além das fronteiras, o que lhes garantiria acesso a recursos materiais e imateriais que seriam estratégicos para sua atuação política e militar. A maçonaria constituía um importante espaço de sociabilidade em um período de reduzidas opções de atividades de convívio e lazer (COLUSSI, 2003).

A Ordem Maçônica, entendida enquanto um importante espaço de sociabilidade, "propiciou o contato e a socialização entre os diversos segmentos da classe dominante regional" (COLUSSI, 2003, p. 283). Favorecia, ainda, o trânsito dos indivíduos por espaços internacionais, no espaço platino, e também pode ter atuado no sentido de facilitar o acesso a determinados grupos sociais ou círculos de poder. Este era um importante espaço de atuação política e acesso ao poder (COLUSSI, 2003, p. 283); facilitava o estabelecimento de rede de relações e tinha abrangência internacional, o que propiciava o contato de pessoas e ideias de diversas origens, principalmente numa região de fronteira (PADOIN, 1999).

O vai e vem devido aos negócios comerciais, ligados à prática da pecuária, bem como às participações em guerras, levavam os indivíduos a circular por territórios diversos e, não raro, podem ter suscitado a necessidade de estabelecer relações, pautadas na lealdade e confiança mútua, o que lhes proporcionaria desfrutar de confiabilidade, enquanto estivessem

fora de suas localidades, e estabelecer vínculos com pessoas das localidades que visitavam, também para poder realizar negócios e refletir sobre projetos políticos que atendessem sua realidade.

No artigo de Felipe Santiago del Solar (2010), no qual trabalha as redes militares durante as guerras de independência, na América do Sul, e o papel de destaque que teve neste processo, possibilita pensar o aspecto internacional desta Instituição. Pertencer a Maçonaria facilitaria o trânsito de ideias e dos revolucionários, como defendemos para o caso da Revolução Federalista, de um lado a outro das zonas de fronteiras, garantindo-lhes proteção e espaço para que defendessem suas ideias. Isso permite pensar o quanto pertencer a essa instituição poderia atuar como fomentadoras de redes que uniriam os revolucionários em um espaço internacional, como também havia pensado Maria Medianeira Padoin (1999), para o caso da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul.

Como exemplo, citamos o caso de Antonio Lavalleja cuja atuação para conseguir apoio para seus objetivos políticos através da Maçonaria é destacada por Cesar Guazzelli (2013), ao apresentar uma carta de um representante do governo imperial brasileiro em Montevidéu. Manoel d'Almeida Vasconcellos, teria afirmado, em carta endereçada ao governo brasileiro, datada de 25 de março de 1833, "a afiliação de Lavalleja à Maçonaria, já que ainda em 1832 entrara 'em huma [sic] sociedade secreta do Rio Grande [do Sul], com o fim de adquirir partidaristas'" (GUAZZELLI, 2013, p. 65).

Nesse período, o desejo de fazer propaganda e procurar apoio nas lojas maçônicas era comum, uma vez que a Maçonaria era importante espaço de atuação política do período, de modo que sua existência em diversas localidades "trouxe e difundiu informações políticas, culturais e ideológicas correntes no mundo, criando um espaço para o debate dessas questões" (COLUSSI, 1998, p. 260). No entanto, tal já era comum, pois de acordo com Cesar Guazzelli, Bento Gonçalves era amigo e compadre de Antonio Lavalleja e já havia lhe oferecido armas, empréstimos e apoio militar, desde 1832 (2013, p. 64), três anos antes do período da eclosão da Revolução Farroupilha de 1835. No entanto, a proximidade entre essas lideranças ia além dos laços de amizade, do compadrio, dos laços econômicos, pelo fato de ambos pertencerem à Maçonaria e serem liberais, assim como outros líderes que formavam a elite farroupilha, conforme bem destacou Maria Medianeira Padoin (1999).

Num segundo exemplo, alguns anos mais tarde, durante a Revolução Federalista, semelhante acordo parece ter sido firmado entre o líder político federalista, Gaspar Silveira Martins, e Leandro Alem, chefe da União Cívica Radical, na Argentina, e líder nas Revoluções Radicais, na Argentina. Este teria oferecido, no período entre 1893 e 1894, "armamentos e

munição aos pontos da fronteira com o Brasil em troca de apoio dos federalistas brasileiros ao movimento revolucionário" (RECKZIEGEL, 1999, p. 114; COSTA, 2006). Sobre o encontro que possa ter possibilitado tal acordo, Marcos Vinícius Costa destaca a possibilidade de que tenha ocorrido um encontro, em 1892, entre essas duas lideranças, em Montevidéu, período em que os dois chefes políticos estavam exilados nessa cidade, ou mesmo em 1894, quando Silveira Martins esteve exilado em Buenos Aires (COSTA, 2006, p. 176). Por outro lado, acreditamos que Montevidéu pode ter sido a intersecção que favoreceu tal ligação entre as lideranças federalistas e radicais argentinas, pois, nesse mesmo período, Hipolito Yrigoyen, um dos chefes da União Cívica Radical e sobrinho de Leandro Alem, após o fracasso da segunda Revolução, em agosto de 1893, também esteve exilado, em Montevidéu, com Alem e outros líderes radicais (GALLO, 2014, p. 601).

É possível inferir, também, que nesse episódio a Maçonaria pode ter estado presente e facilitado a aproximação e contato entre essas lideranças, pois Hipólito Yrigoyen era maçom[211], desde 1882, iniciado por seu tio. Também ao encontro dessa possibilidade, tanto Silveira Martins (ROSSATO, 2014), quanto Alem[212], haviam sido Grão-Mestres da Maçonaria, em seus países, uma década antes da eclosão do conflito. De 1882 a 1885, Gaspar Silveira Martins foi Grão Mestre do Grande Oriente Brasileiro, mesmo período em que Leandro Alem foi Grão Mestre da Maçonaria argentina. O prestígio e a influência desfrutados por esses personagens, também poderia servir de cartão de visita para lhes ter permitido circular, franqueado acessos a círculos de poder inacessível a outros num curto espaço de tempo, além de lhes permitir atuar furtivamente, obtendo apoio, abrigo e proteção.

Por outro lado, a estrutura da Maçonaria, que favoreceria a circulação de indivíduos, também poderia funcionar como importante instrumento de circulação de ideias, principalmente, em torno do federalismo[213], aproximando e articulando indivíduos na região

---

[211] GRAN LOJIA de la Argentina de Libres y Aceptos Masones: http://www.masoneria-argentina.org.ar/novedades-y-eventos/88-garibaldi-e-yrigoyen.

[212] GRAN LOJIA de la Argentina de Libres y Aceptos Masones: http://www.masoneria-argentina.org.ar/novedades-y-eventos/87-alem-y-peron.

[213] Sobre federalismos ver: CARVALHO, José Murilo. Federalismo y centralización em el Império Brasileño: história y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo. **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-80.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcelo (Coord.). **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1ª Ed. Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-132.

CORTINA, Manuel Suárez (Coord.). **Federalismos**: Europa del sur y América Latina em perspectiva histórica. Grananda, España: Editora Comares, 2016.

PADOIN, M. M. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.

DOLHINKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. Porto Alegre: Editora Globo, 2005.

conformada pela guerra. Maria Medianeira Padoin (1999) destacou a importância dessa Instituição, a complexidade que envolveu a circulação de ideais, no Prata, e sua importância fulcral para o entendimento da Revolução Farroupilha e de suas lideranças. Essa prática, evidentemente, não era apenas rio-grandense, ela circulava por todo o espaço platino e teve forte apelo e conotações distintas, nas Repúblicas do Uruguai e da Argentina e no Império do Brasil, durante o século XIX (CARVALHO, 1996; CHIARAMONTE, 1996).

Os federalismos podem ser entendidos como característica presente na cultura política e nas elites políticas, na longa duração da histórica platina, desde ideias em torno do Protetorado de Artigas, até a Revolução Federalista do final século XIX, no Brasil. Também podem ser compreendidos como um projeto que serve de justificativa para a reação das elites regionais, contra o processo de consolidação dos Estados Nacionais, os projetos de centralização política, como uma terceira alternativa que permita a estas elites fronteiriças, pertencentes a esta região revolucionária, defenderem seus interesses e especificidades locais/regionais quando confrontados pelos governos do Rio de Janeiro, Montevidéu e de Buenos Aires.

Sob o aspecto social, incluímos o **fenômeno social do caudilhismo**, ainda que não seja exclusivo do Prata, que expressa um *ethos* hispânico. Constitui-se importante variável para a compreensão das relações sociais, durante o século XIX, neste espaço que abrange o Brasil, Uruguai e Argentina, estados que compõem esta região conformada pela guerra e que esteve, também, presente no universo de referências culturais, econômicas e sociais dos federalistas.

Acerca desse fenômeno, Ana Frega destaca que a compreensão acerca da origem dos caudilhos estaria associada ao ponto de vista espanhol, no qual o caudilho seria "guia e condutor de homens em tempos de guerra" (1998, p. 105). Eles foram importantes atores no processo de formação das nações, durante o século XIX, e seu poder foi, em grande parte, obliterado a partir da consolidação dos Estado Nacionais, na década de 1880. Havia os caudilhos se destacado tanto na busca pela ordem nas províncias quanto na defesa das autonomias locais (CHIARAMONTE, 2012), posicionando-se em oposição aos anseios centralistas das antigas capitais dos Vice-Reinos, defendendo ideais de autonomia e, assim, de federalismo.

Valentina Ayrolo (2012) destaca a atuação dos caudilhos, no âmbito de suas relações de poder, enquanto importante articuladores de redes de relações e mediadores. Essas informações trazidas pela autora vem ao encontro de nossa hipótese, principalmente pelo fato de que as articulações políticas e militares dos caudilhos, na condução da guerra, não se restringiam às fronteiras nacionais, isto é, elas abrangiam espaços supranacionais. Interligavam-se, ainda, a

outros caudilhos e ativavam suas redes de solidariedade de acordo com seus interesses e quando era necessário.

Através da apresentação de elementos que evidenciariam a existência de uma região revolucionária, procuramos demonstrar diversos aspectos sob a perspectiva da longa duração, vindo ao encontro dos estudos desenvolvidos no âmbito da história regional.

Essa região possui elementos que possibilitam estabelecer uma identidade típica, mas que agrega e está relacionada a aspectos econômicos, sociais e culturais que podem sobrepor, interseccionar outras regiões, coexistindo e sendo apropriada de formas distintas pelos múltiplos atores e interesses existentes.

Analisar a formação da região revolucionária sob a ótica das redes de relações, demonstrando seu caráter para além dos limites nacionais e ressaltando a importância das relações de poder para territorialização de um espaço e para que lhe sejam identificadas e atribuídas características de uma região da guerra e uma região revolucionária. A compreensão destas, permite o entendimento dos mecanismos de circulação de ideias, a criação de vínculos e solidariedades sobre esta região.

A atuação e vivência dos indivíduos, na região platina, durante as diversas campanhas militares, em torno da prática da pecuária e o pertencimento a determinadas instituições, como o exemplo da Maçonaria, criaram espaço de sociabilidade e confluíram para a formação de um universo de referências culturais e sociais comuns a um sujeito platino (indivíduo e sociedade). Tais referenciais compreendem o fato de os indivíduos saberem lidar com a fronteira estrategicamente, de forma mais ou menos semelhante, criando estratégias ligadas às zonas de fronteira, em momentos de guerra e revoluções, criando uma maneira típica de fazer a guerra que esteve muito presente, durante a Revolução Federalista do final do século XIX, criando uma identidade guerreira comum a este espaço analisado.

A partir do que foi exposto, ao afirmarmos a existência de uma região revolucionária, queremos dizer que essa região foi pré-configurada historicamente, com o passar do tempo, principalmente por se caracterizar como uma região de fronteira e, com isso, propiciou a criação de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns, e de um sujeito com uma identidade fronteiriça, um sujeito platino, que perdurou na longa duração histórica. que os aproximavam

3 AS BASES ECONÔMICAS REGIONAIS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Refletir sobre esta região revolucionária, em um primeiro momento, vai de encontro às histórias nacionais pensadas pelos Estados nacionais, a qual inclinou-se, por muito tempo, a restringir a compreensão dos eventos aos seus limites territoriais. Esta compreensão envolveria a tendência de ver no outro o antagonismo dos valores e virtudes de seus nacionais, principalmente em um período em que estavam sendo construídas histórias das nações, durante o final do século XIX, em pleno processo de consolidação dos estados nacionais na bacia do Prata.

Compreender os atores e quais os fatores que aproximaram sujeitos de outros lados dos limites políticos, vinculados por solidariedades e por mútua ajuda contra os projetos de poder dos Estados do Prata, contrastou com os interesses das diversas localidades, as quais não só tinham projetos alternativos, como também eram capazes de impor seus interesses e de fazer respeitá-los, neste século XIX tardio, período que delimitou nossa tese.

O espaço fronteiriço platino a que nos referimos, neste estudo, é o que compreende as províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, os departamentos uruguaios de Paysandu, Salto, Rio Negro, Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres, Tacuarembó e Rocha, e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul. Este espaço esteve interligado por redes de relações comerciais, familiares, militares e políticas dos federalistas, fundamentais para mobilizar, articular e manter os revolucionários em um espaço fronteiriço durante a Revolução Federalista.

Dessa forma, procuraremos entender quem seriam os responsáveis por esse apoio, de que maneira teria ocorrido, quais as possíveis relações entre os governos correntino, entrerriano, uruguaio e o das autoridades nacionais, em Buenos Aires, para que esse apoio fosse possível, quais os personagens que representariam este elo e, ainda, quais seriam as vantagens de apoio às forças federalistas.

Conforme mencionamos, alguns trabalhos se dedicaram a compreender a atuação de brasileiros na província argentina de Corrientes, durante a Revolução Federalista. Dentre eles, citamos a dissertação de mestrado de Marcus Vinícius Costa *A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas* (2006), que propõe um olhar sobre a história política da Região Platina. O autor procura compreender os fundamentos que embasaram o discurso da elite liberal-federalista que comandou a Revolução Federalista, o contexto no Uruguai e na Argentina, associando o estudo das redes entre oposicionistas, os Partidos Radicais (Argentina) e Blancos/Nacionais e

Colorados (Uruguai), com os federalistas sul-rio-grandenses, conformando redes de solidariedade, criando um projeto de Estado.

O autor defende que a atuação do engenheiro Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes, teria sido dúbia, já que procurava perseguir e apreender os emigrados brasileiros, em Corrientes, atendendo às reclamações da Legação do Brasil, em Buenos Aires, ao Ministério das Relações Exteriores argentino, ao mesmo tempo que os apoiava. Entretanto, o autor não aprofunda essa questão. Por outro lado, Costa (2006) cita, em sua dissertação, que o apoio aos brasileiros teria vindo das autoridades políticas correntinas das cidades da costa do rio Uruguai, o que lhes permitia acampar no território daquela província.

Em sua tese de doutorado, *Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé* (2013), Marcus Vinícius enfoca as redes políticas, alianças e conflitos existentes na região fronteiriça, no final do século XIX. Procura compreender, igualmente, a articulação de redes de relações de fronteira e sua mobilização, no sentido de se protegerem e se reorganizarem, na cidade argentina de Santo Tomé, por meio de um estudo da atuação do federalista Dinarte Dornelles.

Para tal, utiliza-se da documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no Rio de Janeiro, e do Arquivo Nacional, no Brasil, de forma a evidenciar a presença, a circulação, o apoio e a atuação dos federalistas, em Corrientes, bem como a proteção das autoridades fronteiriças correntinas aos emigrados federalistas que utilizavam o território da província argentina para atuar no Brasil.

Nesse sentido, Costa (2013) aborda a atuação de lideranças brasileiras e sua movimentação em Corrientes, dando a entender que antigas redes de relações comerciais e de contrabando, existentes na fronteira de São Borja com Santo Tomé, teriam sido utilizadas durante a Revolução.

Entretanto, revisando a atuação de Virasoro, o autor afirmou não ter sido especificamente esse personagem o seu enfoque, uma vez que não teve acesso suficiente a documentos que permitissem uma análise mais contundente acerca da atuação do governador de Corrientes. Mas, considerando os que havia consultado, dentre eles, os despachos da Legação Brasileira, em Buenos Aires, entendia que Virasoro teria contemporizado com autoridades da fronteira correntina para não se indispor com elas.

A posição de Marcus Vinícius dá a entender que Virasoro não seria favorável a tal apoio dos federalistas brasileiros, e que a ação das autoridades da fronteira teria sido de uma forma mais autônoma, sem esclarecer, no entanto, quais poderiam ter sido os elos argentinos que

mantinham tal ligação. Mas, por não ter sido enfoque do autor, tal análise carece de maior embasamento.

Por outro lado, o trabalho de Tiago Machado, intitulado *Revolução Federalista: implicações internacionais* (2009), utilizando-se das memórias do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e de telegramas, aborda temas como o auxílio prestado pela União Cívica Radical aos federalistas brasileiros, a postura ambígua do apoio prestado pelo governo argentino. Por fim, procura compreender as relações entre os revolucionários brasileiros e o governador de Corrientes, Valentin Virasoro, como um dos principais apoiadores dos federalistas.

O autor aponta que Virasoro teria sido um dos principais elementos de assistência aos revolucionários federalistas brasileiros, contemporizando o trânsito e oferecendo-lhes franco suporte. Machado (2009) também cita Ana Luiza Reckziegel (1999), para afirmar a existência de um acordo entre a União Cívica Radical e os federalistas brasileiros, que lhes havia fornecido armas e apoio, inclusive para um possível separatismo do Rio Grande do Sul.

Essa questão do separatismo foi estudada por Ana Luiza Reckziegel (1999) em sua tese de doutorado, em uma delimitação voltada em grande parte para as relações entre o Brasil e o Uruguai e recentemente, aprofundada por de Monica Rossato (2020) em sua tese de doutorado, revelou detalhes sobre as relações de Gaspar Silveira Martins e seu protagonismo em torno da questão do separatismo e a partir de suas articulações políticas no Uruguai e Argentina.

A partir do ponto de vista correntino, María del Mar Solís Carnicer (2005), em dissertação de Mestrado, trabalha com a trajetória política de Juan Ramón Vidal, um dos mais importantes líderes do autonomismo correntino. Traz, a autora, uma perspectiva dos eventos que permitem entender tanto a ação dos autonomistas, nesse contexto, quanto a relação entre eles e as autoridades legalistas brasileiras.

A autora destaca que, durante os anos de 1893 e 1895, existiram diversos conflitos revolucionários, em Corrientes, entre liberais e radicais correntinos e autonomistas, muitos deles ocorridos nas cidades fronteiriças com o Brasil, como Santo Tomé, Paso de los Libres e Alvear. Por outro lado, observa que não era apenas a fronteira com o Brasil que era utilizada como rota de exílio e de trânsito de forças revolucionárias, mas também a zona de fronteira com o Paraguai servia de refúgio durante os conflitos internos correntinos (SOLÍS CARNICER, 2005, p. 123).

A autora ressalta, nessas cidades fronteiriças, o emprego de forças recrutadas no Brasil e, ainda, a utilização da fronteira para se refugiarem, no Brasil, quando necessário. Isso vem evidenciar o manejo desse espaço fronteiriço, à semelhança do que já ocorria com a fronteira

com o Uruguai, fato que merece destaque, principalmente, porque, para uma força cruzar a fronteira com homens em armas, é preciso conhecer o espaço para driblar ou receber considerável ajuda das forças militares do país vizinho.

Ao nos referirmos a fronteiras, especialmente a partir da perspectiva do Estado, pensamos em zonas marcadas pela presença de dois ou três países, separados por linhas imaginárias, demarcadas a partir dos centros de poder. Entretanto, a abordagem por nós utilizada, envolve uma compreensão de fronteira pensada pelos próprios fronteiriços e pelas dinâmicas que envolvem esse espaço, pois o entendimento de fronteira, para os que a habitam, muitas vezes difere do proposto pelo Estado.

Nesse sentido, nosso entendimento é o de uma fronteira não demarcada pelos limites políticos, mas sim conformada, de acordo com Pablo Dobke (2015), pela atuação dos indivíduos que habitam um espaço fronteiriço. Tem-se, então, uma perspectiva que visa ampliar a noção de fronteira que permite pensá-la como não estática, e sim construída a partir das relações sociais dos indivíduos neste espaço.

Desse modo, os limites estabelecidos pela atuação dos indivíduos no espaço onde estão inseridos seus interesses diversos, podem demarcar espaços regionais distintos, com características próprias, sobre os quais se sobrepõem inúmeras peculiaridades nos aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos (TARACENA, 2008; KOSELLECK, 2014).

Para o caso da província argentina de Entre Rios, a partir do levantamento realizado, inexistem estudos que vinculem a atuação dos federalistas na costa do rio Uruguai, com os movimentos ocorridos no século XIX tardio, especialmente durante o período das Revoluções Radicais, nessa província. Sendo assim, e guardadas as proporções, nosso estudo será pioneiro nesse sentido.

Com base nas pesquisas realizadas durante nosso doutorado-sanduíche, na Argentina, tivemos oportunidade de pesquisar nos *Arquivos General de la Província de Entre Rios*, *Biblioteca Provincial e de la Legislatura em Entre Rios*, *Archivo General de la Província de Corrientes* e no Instituto de Pesquisas Geo-Históricas, da *Universidad Nacional del Nordeste*. Na cidade de Buenos Aires, no *Archivo General de la Nación* e do *Ministerio de Relaciones Exteriores da Argentina* e *Biblioteca Nacional* e, no Uruguai, foi possível, também, o acesso a documentos no *Archivo General de la Nación*, *Biblioteca Nacional*, *Biblioteca del Congresso*.

A partir da documentação consultada, corroboramos a relevância das fontes utilizados por Marcus Vinícius (2006; 20013) e por Tiago Machado (2010), para o período em questão.

Por outro lado, em comparação com as outras documentações existentes no *Ministerio de Relaciones Exteriores da Argentina*, especificamente as correspondências trocadas com

autoridades provinciais e as legações consulares, podemos afirmar que as informações proporcionadas por essas fontes são amplas, no sentido de que fazem um resumo dos principais eventos ocorridos nesse período. Tais informações possibilitam identificar a existência de uma problemática, mas seria necessária uma análise mais detalhada, em outras documentações, para se ter uma noção mais profunda dos eventos que envolveram o apoio de autoridades argentinas aos federalistas rio-grandenses.

As documentações e as bibliografias argentinas e uruguaias consultadas nos permitem colocar à prova as perguntas levantadas no início do capítulo: Quem seriam os responsáveis por esse apoio? De que maneira teria ocorrido? Quais as possíveis relações entre o governo correntino, entrerriano, uruguaio e o das autoridades nacionais, em Buenos Aires, para que esse apoio fosse possível e, ainda, quais os personagens que representariam este elo? Quais seriam as vantagens de apoio às forças federalistas?

Entrementes, essa tarefa também vem ao encontro da necessidade de ampliar o entendimento acerca de algumas questões apresentadas pelos trabalhos que abordam a Revolução Federalista, já citados, e que, até então, têm se dedicado a esta temática que acreditamos precisa ser mais bem esclarecida, o que trará maior aporte acerca da magnitude e da amplitude que abrangeu a Revolução Federalista.

Enquanto os autores que têm se dedicado a compreender o envolvimento federalista e o das autoridades argentinas, conforme apresentado acima, reforçam a importância do apoio dos governos e dos chefes políticos, para os revolucionários, partiremos de outro entendimento. Seguiremos o que a historiografia brasileira defende, em relação à atuação política dos estancieiros brasileiros do norte do Uruguai, no que se refere à defesa de seus interesses como causa de diversos conflitos, ao longo do século XIX. Assim, estendemos esta compreensão para pensar e entender os eventos na zona de fronteira de Corrientes.

Nesse sentido, defendemos que tanto o apoio dos estancieiros (proprietários rurais de grandes e médias/pequenas propriedades) quanto dos comerciantes brasileiros, residentes na Província de Corrientes e Entre Rios, foram fundamentais aos federalistas. Sem o auxílio deles, fornecendo abrigo em suas propriedades rurais para que os federalistas se reunissem e se organizassem, isso teria sido impossível. Salvo se utilizassem acampamentos em meio às cidades fronteiriças, o que despertaria muito a atenção das autoridades brasileiras, constantemente atentas à movimentação dos revolucionários brasileiros.

O apoio concedido pelos proprietários rurais era, na verdade, de brasileiros favoráveis aos federalistas – pois também existiam simpatizantes e ligados ao PRR, com estâncias do outro lado do Rio Uruguai – e teria sido elemento preponderante para facilitar esconderijo onde se

organizariam as forças federalistas, além de reunir o gado arrebanhado no Brasil. Havia ligações com os chefes políticos locais, ou seja, alguns eram amigos íntimos dos brasileiros que residiam em Corrientes e de sujeitos que possuíam propriedades rurais, naquela província, e estavam ligados por relações de reciprocidade tipicamente fronteiriça.

Dessa forma, os lados da zona de fronteira eram recursos estratégicos a serem manejados em caso de necessidade, obtendo apoio e abrigo em conflitos ou perseguições, devido a dissidências políticas, tão comuns naquela sociedade marcada pela violência das revoluções, no decorrer do século XIX.

A partir do ponto de vista social e econômico, essa região contava com uma forte ligação entre brasileiros residentes e/ou com propriedades rurais no Uruguai e na Argentina, com os uruguaios residentes e com propriedades no Brasil, e com argentinos residentes no Uruguai e no Brasil. A circulação das pessoas, nesse espaço fronteiriço, também pode ser interligada a questões econômicas e comerciais, muito relacionadas ao mundo da pecuária[214].

Nesse sentido, tanto a prática de invernar gado em um ou outro lado da zona de fronteira, de transportá-lo de acordo com as vantagens oferecidas pelas leis de um ou outro Estado, ou protegê-lo durante conflitos, quanto o comércio de fronteira lícito e ilícito/contrabando, desempenharam importante função na economia platina e para interligar internamente essa região[215], criando espaços de sociabilidade, gerando indivíduos com experiência no manejo desse território.

Cabe ressaltar que a prática do contrabando foi uma prática amplamente utilizada pelos fronteiriços, conforme argumenta Ronaldo Colvero (2004), pois envolvia questões de sobrevivência das comunidades rio-grandenses afastadas, que dificilmente eram abastecidas pelo porto de Rio Grande, ou, muitas vezes, tinham o valor das mercadorias muito maior se comparado aos fornecidos[216] pelos demais portos platinos. Esta situação teria se agravado a partir da construção das estradas de ferro no Uruguai, ligando o porto de Montevidéu às principais cidades fronteiriças com o Brasil (SOUZA, 2008).

---

[214] Ao nos referirmos a um mundo da Pecuária, fazemos alusão à existência de diversos aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que envolveram essa prática econômica, durante o século XIX. Assim, abrangia desde o estabelecimento de matrimônios, relações de compadrio ou alianças políticas entre famílias da elite, muito associadas a necessidades estratégicas e de poder de uma sociedade agropastoril fronteiriça.

[215] É uma região que teve seus vínculos fortemente conformados, desde o período colonial, principalmente se levarmos em consideração a conformação de uma região da Guerra, coincidindo em partes com a delimitação espacial do que um dia foi a Província Jesuítica do Paraguai, os Trinta Povos das Missões Jesuíticas e suas respectivas estâncias, também sendo pensada por Sandi Mumbach (2018).

[216] De acordo com Susana Bleil de Souza (2008), essa situação foi agravada devido à construção da estrada de ferro ligando o porto de Montevidéu às cidades uruguaias fronteiriças com o Brasil. Isso facilitou e agilizou o transporte e o abastecimento de mercadorias dessas zonas fronteiriças que forneciam produtos a preço mais vantajoso, nas quais os brasileiros também se abasteciam e delas se beneficiavam.

Essa prática era dinâmica e envolvia o comércio de muares, bovinos e seus subprodutos. Também se comercializava vinho, erva mate, madeira, tabaco, milho, mandioca, dentre outros produtos, além do comércio de importação de diversos produtos manufaturados pelos portos de Montevidéu e de Buenos Aires (COLVERO, 2004; THOMPSON FLORES, 2012; COSTA, 2013; VOLKMER, 2013; RODRIGUES, 2014).

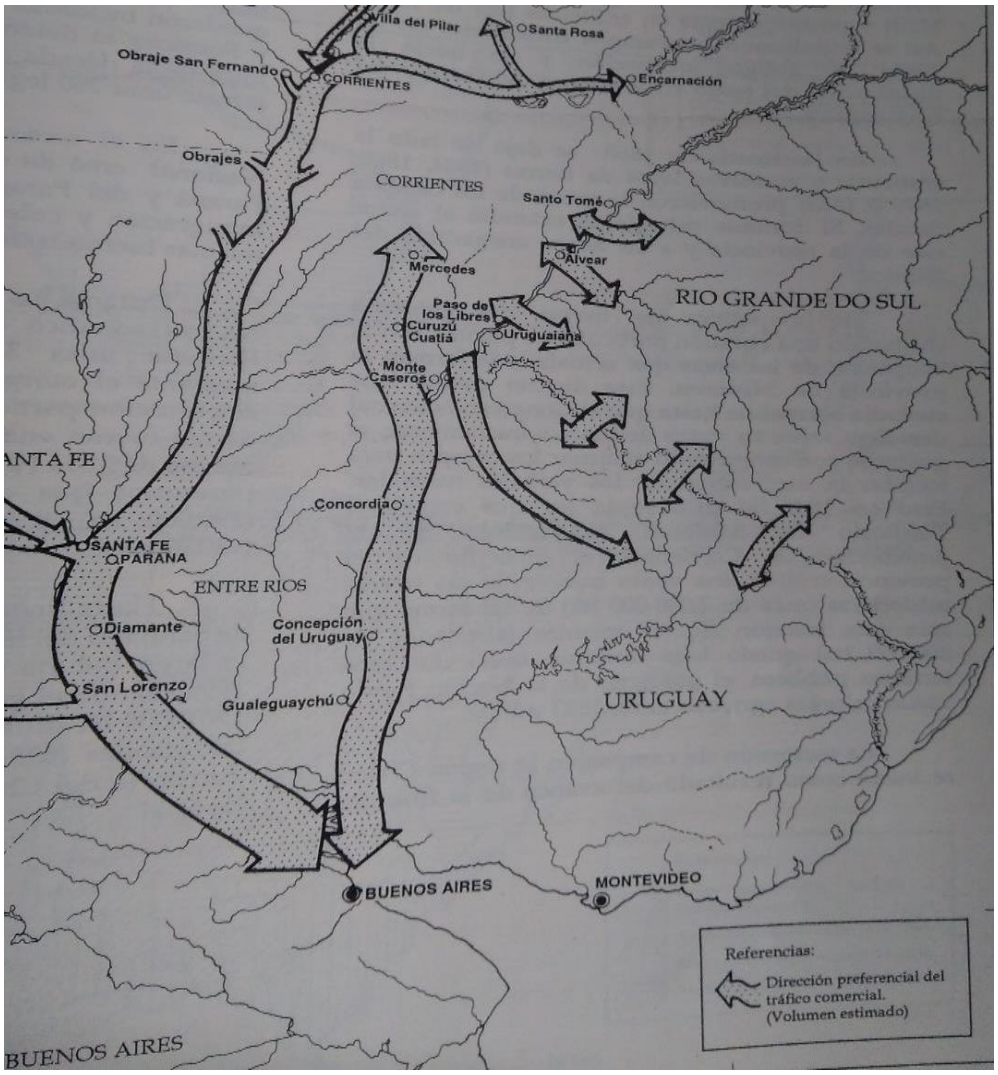
Assim, eram criadas verdadeiras rotas de comércio lícito e ilícito, suprindo e abastecendo os mercados do interior do Rio Grande do Sul que se interligavam aos demais espaços do Prata. Por essas rotas, também fluíram levas de imigrantes europeus que acentuaram a integração num âmbito regional platino, muitos destes estabelecendo-se com casas comerciais e indústrias[217] em zonas de fronteira, como foi o caso de Bagé, durante a segunda metade do século XIX.

Em sua tese de doutorado, Mariana Thompson Flores (2012) demonstra a complexidade, as diversas formas pelas quais eram realizadas e a amplitude que assumia a articulação em torno dessas práticas comerciais.

Já Ernesto Maeder e Ramon Gutierrez (1995) apresentam importante análise para compreender esse espaço de comércio platino, em um estudo que originou o *Atlas histórico del nordeste argentino*, no qual delimitam e representam, cartograficamente, as principais rotas utilizadas, conforme a figura 9.

[217] FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. **Inventário Cultural de Bagé**: um passeio pela história. Bagé: Evangraf, 2005.
LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé: novos relatos de sua História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
REIS, Jorge. **Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé**. Bagé: Tipografia do Jornal do Povo, 1911.
JORNAL A PRESENÇA ITALIANA NA HISTÓRIA DAS EMPRESAS DE BAGÉ. Edição comemorativa aos 140 anos da Sociedade Italiana de Beneficência em Bagé - Anita Garibaldi. Bagé, 2011.
ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteiriça platina**: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. 2014. Dissertação **(Mestrado em História)**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
VARREIRA, Arthur E. **As marcas da fé Valdense nas periferias da fronteira platina**. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

Figura 9 – Mapa das rotas de comércio regional

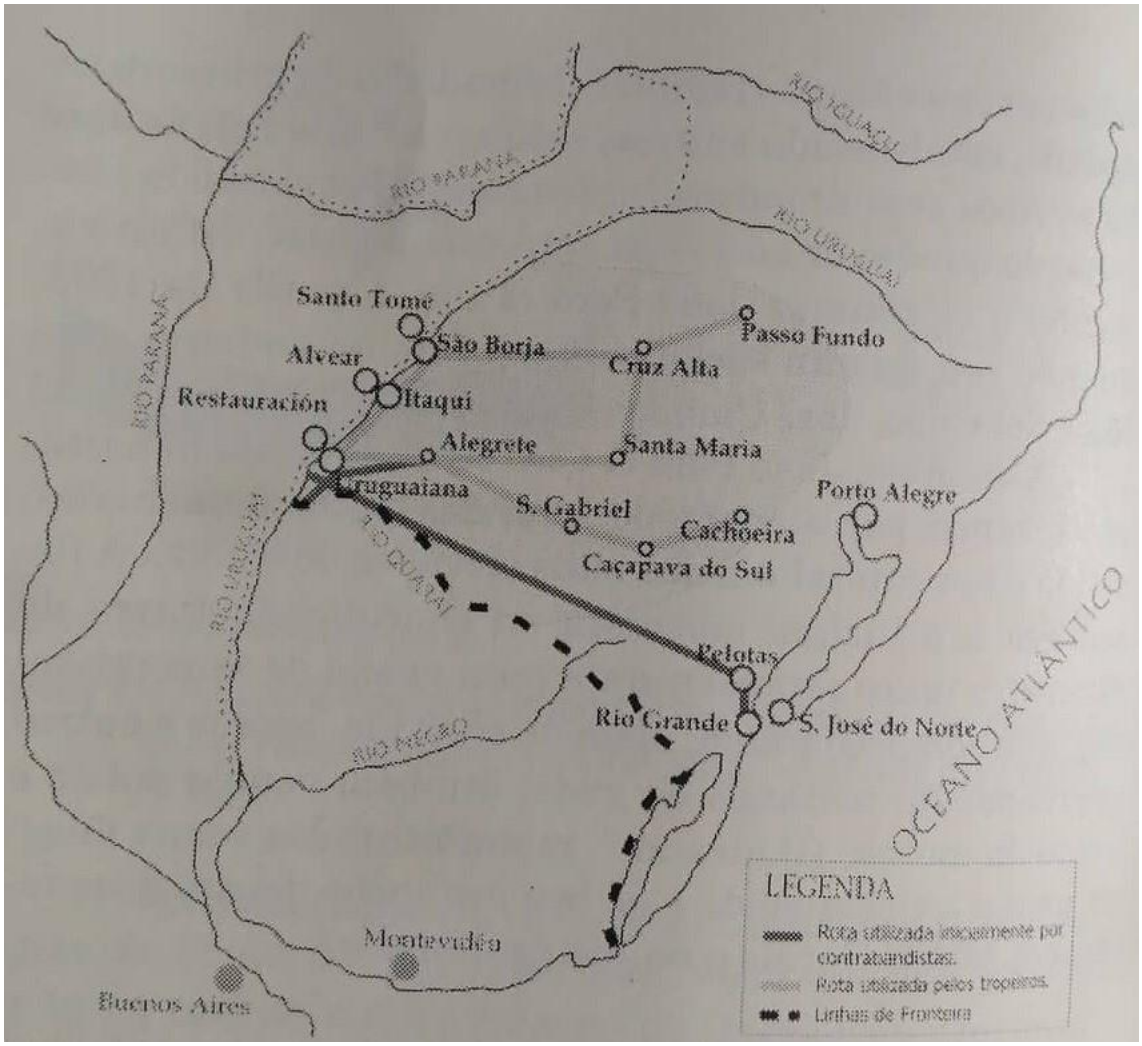


Fonte: Maeder (1995, p. 125).

No Rio Grande do Sul, a abrangência que tais rotas de contrabando possuíam, conforme apresenta a Figura 10, é destacada no trabalho de Ronaldo Colveiro (2004) e de Márcio Rodrigues (2014). Desse modo, podemos compreender o alcance do contrabando e do comércio que abastecia o interior do Rio Grande do Sul e que, de certa forma, complementa as informações apresentadas por Ernesto Maeder (1995).

Permite, ainda, o trabalho dos autores, que se tenha não só uma noção do espaço movimentado pelo comércio de fronteira, mas também para além dele, estabelecendo vínculos e redes de relações em torno dos interesses comerciais e da expertise que requereria dos envolvidos, acerca do espaço geográfico, e as peculiaridades das localidades percorridas para realizar suas atividades, valiosas, durante os conflitos.

Figura 10 – Mapa das rotas dos produtos vindos da Argentina e do Uruguai através de Uruguaiana e sua abrangência pelo interior do Rio Grande do Sul



Fonte: Colvero (2004, p. 122).

Conforme a Figura 10, podemos observar não só a abrangência da ligação entre algumas das cidades da Campanha Ocidental (São Borja, Itaqui, Uruguaiana) com as cidades correntinas de Alvear, Restauración e Santo Tomé, mas também com as cidades de Monte Caseros e Paso de los Libres (SOUZA, 1993), as quais se interligavam às rotas de contrabando pelo Rio Uruguai e pelo interior da República do Uruguai. Passando, ainda, pelas cidades de Santa Rosa del Cuarein, San Eugenio, Tacuarembó e Rivera, ligavam-se às cidades de Alegrete, Sant'Ana do Livramento, São João Batista de Quaraí, conforme já destacavam Susana Bleil de Souza (1993) e, mais adiante, Mariana Thompson Flores (2012). Estas ligações comerciais eram uma verdadeira teia de caminhos que permeava o interior do Rio Grande do Sul e atuavam no sentido de aproximar pessoas e interesses de diversas localidades, que circulavam, criavam relações, amizades, compromissos.

Essas rotas, mesmo não estando delimitadas no mapa da Figura 10, abrangiam a Campanha Meridional, a exemplo das cidades de Bagé e Dom Pedrito, de onde provinham e cruzavam uma diversidade de produtos, tanto vindos por Uruguaiana, por ser intersecção dos caminhos de contrabando em direção a Pelotas e a Rio Grande, conforme apresenta Colvero (2004), quanto vindos de Montevidéu, cruzando o interior do Uruguai.

Tanto o comércio como o contrabando, nessa região, datam do período dos domínios coloniais ibéricos. Tiveram, na colônia do Santíssimo Sacramento, um expoente, um domínio que despontava como tentativa oficial do rei de Portugal de incentivar o comércio ilícito no sul de seus domínios e que foi motivo de conflitos entre as duas Coroas (DONGHI, 2014), pelas disputas do território.

Esse espaço possuía, desde o período colonial, rotas comerciais que interligavam as Missões Jesuíticas[218] e suas estâncias, pelo interior, com as fortificações espanholas. Eram rotas que se estendiam desde o litoral do que vieram a ser as províncias de Entre Rios e Corrientes, incluindo o Paraguai, até parte do Rio Grande do Sul e Uruguai, onde a pecuária e seus produtos derivados, a erva-mate e produtos da terra, eram as principais mercadorias deste espaço.

O comércio ou contrabando, neste espaço é, portanto, uma prática que antecedeu à formação dos Estados nacionais, no Prata, desde o final do século XVIII, e com grande relevância para as populações que habitavam os espaços ainda em disputa[219].

Muitas das rotas ligadas ao contrabando deram início a povoados. Nesse sentido, cabe citar, por exemplo, os caminhos criados pelo contrabandista Pedro Ansuateguy, descendente de espanhóis que atuava na região da campanha meridional, às margens do Rio Santa Maria. Mais tarde, esses caminhos se transformaram em estradas por onde fluíam os produtos e o gado contrabandeados[220], assim como originaram localidades, como a que mais tarde deu origem à vila de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito (nome dado em homenagem a Pedro Ansuateguy), pertencente a Bagé até 1872.

---

[218] GOLIN, Tau. A Província Jesuítica do Paraguai, a Guerra Guaranítica e a destruição do espaço jesuítico-missioneiro. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira sul. C**hapecó: UFFS, 2015, p. 73-91.

[219] MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. **História da fronteira sul.** Chapecó: UFFS, 2015, p. 43-72. MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia contrabando y auto transformacion de las elites Buenos Aires en el siglo XVII. **ANUARIO del IEHS**, III, Tandil, 1988, p. 213-248.

[220] Sobre a cidade de Dom Pedrito ver: http://dompedrito.rs.gov.br/pagina/78_Historia-da-Cidade.html; LOPES, José Antônio Dias. A cidade de Dom Pedrito. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

Por outro lado, também foram fundados povoados, nessa fronteira, tendo por origem acampamentos militares, tais como Bagé[221], Sant'Ana do Livramento[222] e Jaguarão[223], especialmente no período entre 1777 e a expedição de Dom Diogo de Souza, que avançaria sobre a Banda Oriental, em 1811.

Tratava-se de um processo ocorrido em meio a conflitos que demarcaram o papel da guerra na identidade das povoações que surgiram, neste espaço fronteiriço, frente ao constante envolvimento desta zona nos projetos geopolíticos das coroas ibéricas, que perduraram, posteriormente, durante o século XIX, nos países que surgem no espaço platino.

Tal prática de contrabando, ou mesmo desse tipo de comércio de fronteira, na região, agia como elemento criador e potencializador de vínculos sociais, econômicos e culturais entre si, e atendia a interesses dos brasileiros residentes no Rio Grande do Sul, Corrientes, Entre Rios e Uruguai.

Importante destacar que esses personagens fronteiriços eram conhecedores, tanto das rotas de comércio lícito, quanto ilícito. Sendo assim, durante a Revolução Federalista, foram mobilizadas as redes de relações desses atores fronteiriços, os laços de solidariedade entre eles para auxiliar as forças federalistas (ANDRADE, 2017).

De acordo com Roberto Schmit (2003), o contrabando era uma prática comum, neste espaço da região revolucionária, no período colonial, onde a pecuária e o charque − surgidos como complementares à exploração de metais – passaram a ocupar posição de destaque, transformando-se, ao longo do século XIX, em movimentado espaço de importação e exportação de produtos que interligava os mercados desta região.

Nas palavras do autor,

> (...) a pesar de los múltiples conflictos e inestabilidade institucional desatados, hubo uma intensa movilidad fronteriza que dió lugar al nacimiento de poblaciones com actividades lícitas o ilícitas de contrabando y complicidad mutua. Por lo cual los ríos del Plata fueron más bien um lugar de encontro y actividad económica, y n uma frotnera que dividió a las poblaciones. Por ello, dentro del espacio económico platino fueron los ríos Paraná y Uruguay las mejores vías de circulación para los bienes de exportación e importanción[224] (...) (SCHMIT, 2003, p. 103).

[221] Sobre a cidade de Bagé ver: SALIS, Eurico J. **História de Bagé**. Porto Alegre: Globo, 1955.

[222] Sobre a cidade de Santana do Livramento ver: http://www.sdolivramento.com.br/prefeitura/cidade/; CAGGIANI, Ivo. **Sant´ana do Livramento - 150 anos de história.** vol. 3. Santana d Livramento: Museu Folha Popular, 1986.

[223] Sobre a cidade de Jaguarão ver: FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão – 1790-1833**. Porto Alegre: Evangraf, 2ª edição, 2007.

[224] Tradução do autor: Apesar dos múltiplos conflitos e instabilidades institucionais desencadeados, verificou-se uma intensa mobilidade fronteiriça que deu origem a populações com atividades de contrabando legal ou ilegal e cumplicidade mútua. Portanto, os rios do Prata eram antes um lugar de encontro e atividade econômica, e uma fronteira que dividia as populações. Por isso, dentro do espaço econômico da platina, os rios Paraná e Uruguai eram as melhores vias de circulação para exportação e importação de mercadorias.

Ao encontro da proposição de Roberto Schmit, encontram-se estudos recentes, no Rio Grande do Sul, voltados para entender essa prática na fronteira do Brasil e do Uruguai, durante a segunda metade do século XIX, como é o caso dos estudos de Susana Bleil de Souza (2004; 2008) e Mariana Thompson Flores (2012).

No entanto, tal prática não é algo restrito às fronteiras platinas, mas, sim, um fenômeno mundialmente recorrente, conforme o estudo de Pedro Limón López (2010) acerca da fronteira Portugal e Espanha, no qual o autor assevera que:

> Lo que da continuidad al contrabando como actividad social es que su ilegalidad se articula contra el Estado, no contra la propiedad de individuos ni colectivos sociales locales. En lugar de practicarse e imaginarse como un "fraude" contra el Estado, lo que se articula en torno al contrabando es una forma de vida basada en relaciones de confianza generadas por la solidaridad de la clandestinidad [...][225] (LIMÓN LÓPEZ, 2010, p. 342-343).

No final do século XIX, no que tange à cidade de Bagé e à articulação comercial com o Uruguai e a fronteira com a Argentina, Mariana Thompson Flores (2012, p. 162) afirma que muitos dos comerciantes dessa cidade compravam mercadorias em Uruguaiana.

Para o caso da fronteira com o Uruguai, citamos como exemplo, o caso de Estácio Azambuja, que foi estancieiro, no norte do Uruguai, e chefe militar durante a Revolução Federalista. Ao término do conflito, passou a se dedicar ao comércio e abriu um estabelecimento, em Bagé, onde vendia produtos de origem europeia, adquiridos no porto de Montevidéu. Tais produtos eram trazidos por "carroções de quatro rodas que abasteciam a loja e eram acompanhados por antigos soldados de 93 armados de modo a intimidar os guardas alfandegários", conforme registra Marcio Rodrigues (1998, p. 52).

Tal exemplo permite afirmar que antigos soldados federalistas, que haviam lutado durante a Revolução, conheciam e manejavam rotas de contrabando. Se antes essas rotas haviam sido utilizadas para suprir as forças federalistas (ANDRADE, 2017), agora, em tempos de paz, serviam para fins de comércio.

O conhecimento da região e o fato de possuírem propriedades rurais ou estabelecimentos comerciais na fronteira, de ter nessa zona seus interesses, de saber manejar esse espaço e de posssuir nele amplas redes que abrangiam, desde autoridades fronteiriças a

[225] Tradução do autor: O que dá continuidade ao contrabando, enquanto atividade social, deve-se ao fato de suas práticas serem contra o Estado, não contra a propriedade privada ou contra os indivíduos. Ao invés de pensar esta prática como sendo fraude contra o Estado, o que existe é a articulação de uma vida pautada em relações de confiança surgidas da solidariedade e da clandestinidade.

pequenos agricultores ou pessoas pobres que circulavam por esse espaço, envolvia um grande entendimento de sua dinâmica e funcionamento. Dessa forma, tais circunstâncias revelam muito sobre a base econômica, social e logística de um espaço geográfico mobilizado pelos federalistas para apoiar o conflito, assim a identidade desse conflito marcada por fortes características fronteiriças.

3.1 A PRESENÇA E IMPORTÂNCIA DE ESTANCIEIROS BRASILEIROS EM UMA REGIÃO REVOLUCIONÁRIA, ENQUANTO ELO ENTRE AUTORIDADES LOCAIS E FEDERALISTAS BRASILEIROS

Para pensar os possíveis elos entre os federalistas e as autoridades locais, durante a Revolução Federalista, o caso da província argentina de Corrientes foi estudado por Marcus Vinícius Costa (2013), que destacou a existência de fortes redes de relações entre brasileiros e correntinos.

No entanto, o autor não especifica detalhes sobre essas redes nem como seria essa ajuda. Assim, acreditamos que os laços de parentesco também tenham sido essenciais para pensar essa ajuda, principalmente por forjar laços de solidariedades como significativa resposta para compreender tanto a atuação dos indivíduos, como o contexto da Revolução Federalista, nesta fronteira.

Nossas pesquisas realizadas nas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes possibilitaram o acesso a diversos documentos, dentre os quais censos, registros cadastrais de propriedades rurais e marcas de gado, além de bibliografia acerca deste período. Com base nessa documentação, foi possível perceber que a região que compreende o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, o Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes foram demarcadas por intensas relações comerciais e por conflitos, ao logo do século XIX, como já afirmamos.

Nesse sentido, Pablo Buchbinder (2004) destaca que essa região estava vinculada, economicamente, ao avanço dos rio-grandenses sobre o território dessas localidades, em busca de campos favoráveis para criar e invernar gado bovino. Essa presença dos rio-grandenses foi acompanhada pela política externa brasileira, voltada para os interesses do Império do Brasil, na bacia do rio da Prata.

Era um circuito comercial que envolvia complexas redes de relações sociais, comerciais e familiares que interligava brasileiros às localidades onde estavam, mas que tinham interesses próprios muito presentes nos conflitos ao longo do século XIX, e ao mobilizar as redes de relações de um lado ou outro da fronteira, criava-se um espaço de colaboração internacional.

A grande presença desses brasileiros, nas províncias do litoral argentino, e em diversos departamentos uruguaios, foi um recurso estratégico fundamental, nesses conflitos, para suprir e apoiar as forças em contenda, conseguir apoio das lideranças políticas estrangeiras e, também, acesso aos portos platinos, o que garantiria suprimentos nos períodos de crise, como foi o caso da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

3.2 A ECONOMIA CORRENTINA E A REGIÃO

Com relação à importância dos estancieiros brasileiros para os revolucionários rio-grandenses, cabe salientar que não se restringe apenas ao norte do Uruguai, conforme pudemos constatar em pesquisa no *Archivo General de la Província de Corrientes*, onde acessamos algumas obras que comprovam a forte presença de brasileiros com propriedades rurais, na margem ocidental do Rio Uruguai e nos departamentos correntinos fronteiriços com o Brasil, nas cidades de Santo Tomé, Alvear, La Cruz, Passo de los Libres e Monte Caseros, ao longo do século XIX. Dentre as obras consultadas, estão o *Atlas histórico del Nordeste argentino* (1995) de Ernesto Maeder e Ramón Gutierrez; a obra de Zacarías Sánchez, denominada *Notas descriptivas de la Província de Corrientes complementárias de la carta geográfica, com um registro de las propriedades rurales;* o *Registro oficial de marcas de haciendas de la Província de Corrientes* (1904), organizado pelo Departamento de Hacienda da Argentina; e também o *Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes. República Argentina* (1893).

Conforme já dito, mais acima, tais obras permitem observar a forte presença de estâncias pertencentes a brasileiros, os quais também podem ter sido afetados pelas políticas do PRR, uma vez que a indústria charqueadora desenvolvera-se, nessa região, durante a década de 1880, necessitando de gado para supri-la, o que gerou grande descontentamento. Isso explicaria a capacidade dos federalistas de cruzar a fronteira com enormes contingentes e refugiar-se, não só acampando, mas também reunindo homens e recursos em solo argentino, durante o período da Revolução Federalista.

Tudo isso demandaria simpatia, apoio e financiamento, por parte desses brasileiros residentes em Corrientes, para poderem se manter em luta, suprindo, assim, suas forças e tendo um local para se refugiarem, sempre que preciso.

Cabe destacar que a grande circulação e presença de brasileiros, nessa região, não era apenas de federalistas, mas também de ligados ao PRR, como, por exemplo, o caso de Aparício Mariense, natural de São Borja. Filiado ao PRR, organizou e participou, em 1892, de uma reunião de caráter secreto, organizada por membros desse partido, na cidade de Monte Caseros,

Província de Corrientes, Argentina, com a finalidade de tramar a retomada do poder por Júlio de Castilhos (FRANCO, 1996; O'DONNELL, 1983), que se encontrava no Uruguai. Era um contexto em que a oposição a Castilhos reassumira o poder, no Rio Grande do Sul, e passara a perseguir a oposição, ou seja, os apoiadores do PRR.

Este caso é um, dentre tantos outros ocorridos na fronteira Brasil-Argentina, que permite compreender que o território desses personagens ultrapassava as fronteiras políticas, além de ser manejado em momentos de crise e perseguições, também por membros do PRR, nessa zona de fronteira, onde contavam com apoio de brasileiros e proprietários rurais residentes nesse departamento.

Um exemplo do grande número de brasileiros que residiam nessa zona, e sua movimentação nesse espaço, foi a existência de um consulado brasileiro, no departamento correntino de Alvear, que se transferiu para La Cruz,[226] durante o período da Revolução, para controlar a intensidade das movimentações de brasileiros emigrados, dentre eles, os federalistas e os ligados ao PRR.

Um exemplo da importância desses estanceiros brasileiros, residentes tanto no Uruguai quanto nas províncias do litoral argentino, assim como acerca do apoio das autoridades destas localidades, pode ser observado a partir do caso do Departamento de Artigas, na República do Uruguai, fronteiriço com o Brasil e com a República Argentina.

Conforme procuramos demonstrar na Figura 4, o mapa das movimentações das forças federalistas − desenvolvido a partir da análise das correspondências pessoais do general João Nunes da Silva Tavares, em nossa dissertação de Mestrado –, indica a importância estratégica do departamento de Artigas para a movimentação de forças que viessem da Barra do Quaraí ou Monte Caseros. Representava, ainda, uma intersecção entre Corrientes e o território uruguaio, além de ser um importante ponto de onde provinham suprimentos vindos de Montevidéu e Buenos Aires, pelo Rio Uruguai, a fim de suprir as forças federalistas, em Corrientes, e os departamentos do Norte do Uruguai.

Nesse sentido, o jornal *El Diário,* de Rivera, publicava, em 23 de outubro de 1894, notícias acerca da concentração de forças federalistas, em Monte Caseros, que visavam atuar sobre Uruguaiana, assim como sobre a apreensão de grande quantidade de armamento e munição e do envio a Corrientes de duas baterias de artilharia, provindas de Montevidéu.

Importante ressaltar que no período abordado aqui, entre 1893 e 1895, as cidades correntinas de La Cruz, Alvear, San Martin (Yapeyu), Paso de los Libres, Santo Tomé e Monte

[226] Archivo General de la Província de Corrientes. Carta enviada do Ministério das Relações Exteriores argentino ao Governador de Corrientes, Correspondência Oficial. 13/08/1894, Tomo 513.

Caseros, fronteiriças com o Brasil, possuíam uma predominância de população residente na zona rural, constituindo, portanto, uma sociedade rural. Tal informação pode observada no período, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – População e superfície da província de Corrientes por departamento na costa do rio Uruguai

DEPARTAMENTO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
La Cruz	5.391	
Alvear	4.150	10.871
San Martin (Yapeyu)	1.330	
Paso de los Libres	4.346	6.116
Santo Tomé*	4.497	9.058
Monte Caseros	3.003	8.279
	TOTAL 19.714	**TOTAL 26.224**

* A soma do valor total desta população rural levou em consideração a existente no departamento de Garruchos.
Fonte: Quadro construído por Gustavo Andrade a partir da fonte consultada: SÁNCHEZ, Zacarías. **Notas descriptivas de la província de Corrientes. Complementares de la carta geográfica. Com um registro general de las propriedades rurales. Registro de las propriedades de la Provincia de Corrientes**. Buenos Aires: Mariano Moreno, 1894.

Por outro lado, ao observar as listas de propriedades rurais na fronteira com Corrientes, chamou-nos a atenção a existência de muitos nomes e sobrenomes de origem brasileira ou que possam ter sido hispanizados. Tais nomes constam como proprietários nas *Anotações das reclamações sobre os prejuízos ocasionados durante a Guerra do Paraguai no ano de 1865* (1877), no *Archivo General de la Província de Corrientes*, Expedientes Administrativos na obra de Dardo Ramírez Braschi*: La Guerra del Paraguay em la Província de Corrientes: impactos políticos, daños y consequências em la población civil (2014).*

A partir de nossas pesquisas no *Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869* e no *Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895*, que reuniu dados sobre a população agropecuária e industrial, foi possível identificar um crescimento da presença de brasileiros residentes em Corrientes, especificamente nos departamentos da costa do Uruguai, de 1869 a 1895[227].

[227] Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Corrientes - Americanos, tabla 3. Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872, p. 196-197.
Población por Nacionalidades y sexo de la Provincia de Corrientes - Americanos. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 239.

Esse censo também permitiu perceber que a maior concentração de brasileiros na Província de Corrientes estava na costa do rio Uruguai, especialmente nas cidades de La Cruz, Santo Tomé e Paso de los Libres, de modo que ocupava a terceira posição em número de proprietários de bens de raiz, nesse período, perdendo apenas para os italianos[228].

Quadro 3 – População de brasileiros nos departamentos argentinos da costa do rio Uruguai – Província de Corrientes

Departamentos	**1869**	**1895**
Mercedes	78	144
Monte Caseros	113	854
Paso de los Libres	528	935
Santo Tomé	1939	4400
La Cruz	436	2321
TOTAL	4.963	8.654

Fonte: Quadro construído por Gustavo Andrade a partir das fontes consultadas: ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Corrientes - Americanos, tabla 3. Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872, p. 196-197.
ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Corrientes - Americanos, tabla VIIa. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, Taller Tipografico de la Penitenciaria Nacional, 1898, p. 239.

Tratava-se de um espaço permeado por relações comerciais e por redes de relações estabelecidas dos dois lados da zona de fronteira que vinha sendo ocupado, gradualmente, em movimentos distintos de migrações, ao longo do século XIX, e que teve um forte avanço de brasileiros, tanto sobre a costa oriental de Corrientes quanto sobre o território de Misiones (BRESSAN, 2015).

Era considerado, ainda, um circuito comercial associado ao Rio Grande do Sul, Uruguai, Paraguai e a província de Entre Rios, para cujas comunidades o rio Uruguai ocupava papel central (MAEDER, 1995; DJENDEREDJIAN, 2003; COLVERO, 2003, SCHIMIT, 2004; COSTA, 2013; VOLKMER, 2013; COSTA, 2013; RODRIGUES, 2014). Tratava-se de um espaço geográfico onde a atividade pecuária e o comércio criaram rotas que se expandiram para além dos limites nacionais, buscando os mercados dessas localidades, partindo, especialmente, de Paso de los Libres e Santo Tomé.

[228] ARGENTINA, Habitantes y Proprietários de Bens de raíces por nacionalidad – Província de Corrientes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 253.

O processo de ocupação e colonização das terras da costa do rio Uruguai, nesta província, tiveram uma conformação distinta daquela realizada na costa do rio Paraná. Era um espaço, em grande parte, ocupado por brasileiros e paraguaios voltados à prática da pecuária e da agricultura, em pequenas e grandes propriedades rurais, caracterizado, ainda, pela presença de casas de comércio nas cidades fronteiriças. Nessa zona, as populações mantinham estreitos vínculos dos dois lados do rio Uruguai (SCHALLER, 2005; BUCHBINDER, 2010; COSTA, 2013; BRESSAN, 2015; GALLERO, 2016), limite natural e político entre Brasil e Argentina e entre Argentina e Uruguai.

Enrique César Schaller (2005), em seu artigo *Corrientes e a ocupação e comércio na costa do rio Uruguai (1830-1895),* assevera que durante o século XIX, a ocupação da costa do rio Uruguai, na província de Corrientes, foi periférica e de dificultosa fiscalização, onde as atividades comerciais desenvolveram-se independentemente daquelas realizadas na costa ocidental de Corrientes, próxima ao rio Paraná.

O autor também destaca a abrangência do comércio realizado nas localidades da costa do Uruguai, o que permite compreender o quanto estava fortemente associado ao território de Misiones, Entre Rios e ao estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Com relação à década de 1890, Schaller (2005) afirma que nas cidades da costa do Uruguai estavam as maiores propriedades rurais, zona onde se concentrava, de acordo com o censo[229] de 1895, elevado número de produção pecuária, em Santo Tomé e La Cruz, San Martin, Mercedes, tendo em Monte Caseros e Paso de los Libres, zonas com predomínio da produção de ovinos.

Ainda de acordo com este autor, o comércio das localidades do alto Uruguai, na província de Corrientes, recebeu forte impulso, especialmente o de Paso de los Libres, o de La Cruz e o de Santo Tomé. Tal crescimento deveu-se ao bloqueio dos portos de Entre Rios, durante os conflitos internos da Confederação Argentina e, posteriormente, ao bloqueio anglo-francês, na década de 1840, levando os correntinos a buscar o escoamento de seus produtos, acessando o mercado Atlântico, por meio dos portos rio-grandenses, atitude semelhante à empregada pelos entrerrianos, nesse período.

A produção pecuária dos departamentos correntinos da costa do Uruguai estava associada ao abastecimento dos saladeiros de Concórdia, Colon e Gualeguaychú, em Entre Rios (SCHALLER; 2001; 2005).

[229] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, Taller Tipografico de la Penitenciaria Nacional, 1898.

No final do século XIX, com a decadência da produção charqueadora em Entre Rios, este mercado se readaptou, evidenciando-se uma certa integração regional devido à atividade pecuária e saladeril. Tais atividades integravam Corrientes a um mercado que abrangia uma região internacional, ligando a diversas localidades, especialmente Fray Bentos e as charqueadas de Pelotas, no Rio Grande do Sul, para onde eram enviados gado em pé e de onde recebiam produtos brasileiros em troca (SCHALLER, 2005).

Dentre as profissões desempenhadas pelos brasileiros residentes em Corrientes, tanto na zona rural quanto na urbana, estavam peões, jornaleiros, lavadeiras, costureiras, prostitutas, industriais, estancieiros(as), agricultores e lavradores em pequenas propriedades, comerciantes e médicos[230]. Além dos habitantes da campanha e da cidade, existia uma população ribeirinha[231] que habitava as ilhas do rio Uruguai, verdadeiros territórios internacionais, onde viviam uruguaios, argentinos e brasileiros, dentre outros. Havia, ainda, um grande número de pescadores, marinheiros, contrabandistas, que conviviam, nessas ilhas, tal como uma intersecção entre o território brasileiro e o argentino.

A província de Corrientes, juntamente com a de Entre Rios, estavam dentre as mais ricas em produção pecuária[232]. A Argentina, no final do século XIX, tinha nos departamentos de Santo Tomé, La Cruz, Mercedes e Curuzú Cuatiá as maiores produções de gado bovino e cavalar, enquanto a lanar estava entre Esquina, Goya, Santo Tomé e Paso de los Libres[233].

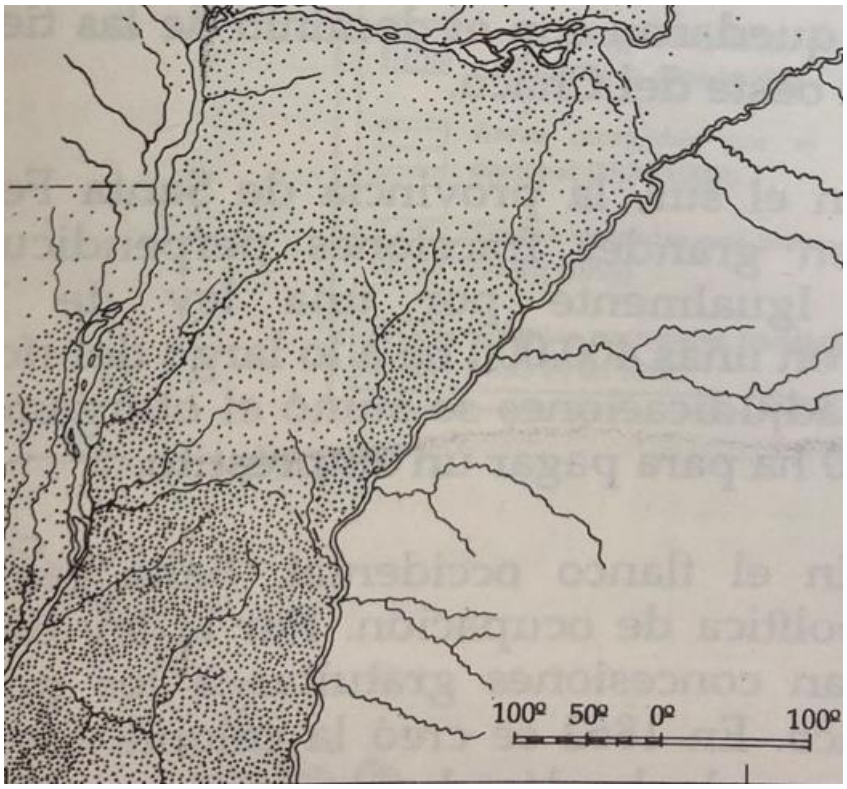
[230]ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 235, 994, 995, Rolo 575-576.

[231] ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes – População fluvial La Cruz. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomo 85, Folio 1016A-1016B, 1898.

[232] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo III, primeira parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 88.

[233] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo III, segunda parte. Ganado bovino; Ganado Caballar; Ganado lanar e porcino. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 192, 204, 216-217.

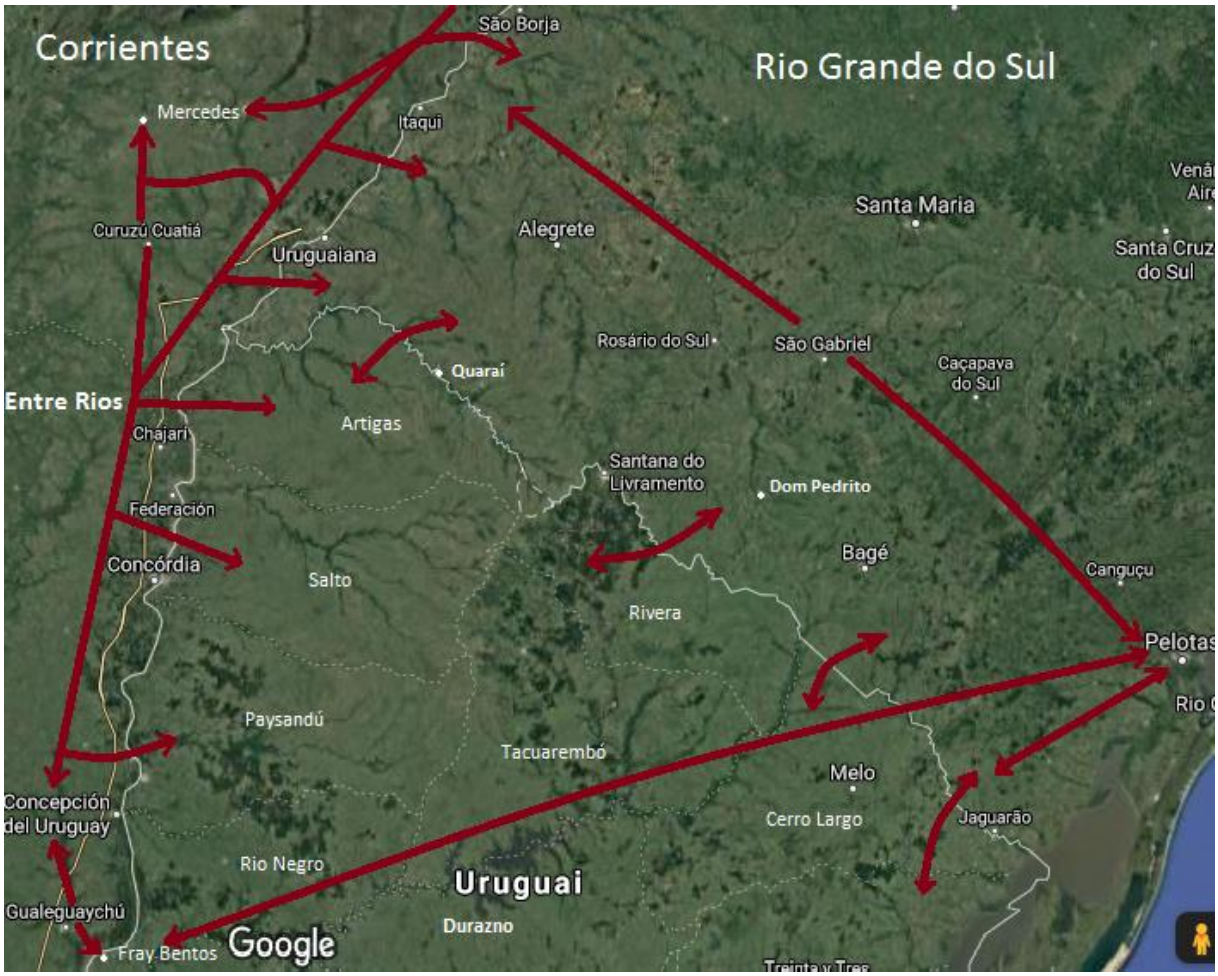
Figura 11 – Mapa da existência ganadeira em Entre Rios e Corrientes (1886-1888)



Fonte: Maeder e Gutierrez (1995, p. 125).

A produção de gado correntina era enviada para as charqueadas de Entre Rios, tendo nos departamentos de Monte Caseros, a rota desse comércio, especialmente, nas cidades de Concórdia e Concepción del Uruguay, zona que também mantinha intensa relação com o Rio Grande do Sul, desde a metade do século XIX, quando do bloqueio naval imposto pela França, entre 1838 e 1840 (SCHALLER, 2005; SCHMIT, 2004).

Figura 12 – Rotas do comércio regional de gado bovino em pé



Fonte: GOOGLE MAPS. Rotas do comércio regional de gado bovino em pé. Elaborado por Gustavo Figueira Andrade no a partir dos dados obtidos (SCHMIT, 2004); (SCHALLER, 2005), (MENEGAT, 2015). Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-30.634207,-55.5011347,607555m/data=!3m1!1e3 Acesso em: 27 abr. 2021.

Destaca Roberto Schmit (2004) que, durante o período desse bloqueio, intensificou-se o trânsito de gado bovino desta província para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esse trânsito comercial também fluía no sentido inverso. Os produtores brasileiros que habitavam o norte do Uruguai, assim como os departamentos de Artigas[234], Salto[235] e Paysandú, na costa do rio Uruguai, estes também com grande quantidade de propriedades de brasileiros,

[234] Sobre Artigas ver: ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900, p. 45-51; MORAES, María Inés. **Bella Union**: de la estancia tradicional a la agricultura moderna (1853-1965). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
MORAES, María Inés. **La pradera perdida:** historia y economía del agro uruguayo: una visión de largo plazo, 1760-1970. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

[235] Sobre Salto ver: ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900, p. 665-667; ROUSTÁN, Honoré. **Anuario estadístico de la Republica Oriental del Uruguay**. Montevideo: La Nación, 1896; BARRIOS PINTOS, Anibal. **El orígen luso-brasileño de la ciudad de Salto**. Montevideo, 1968.

levavam, igualmente, o gado para invernar ou charquear em Entre Rios ou no Rio Grande do Sul, de acordo com o mercado (BARRÁN; NAHUM, 1971).

3.3 OS BRASILEIROS RESIDENTES EM CORRIENTES E SUAS PROPRIEDADES RURAIS: O PONTO DE APOIO E ELO COM BRASILEIROS EMIGRADOS

As reclamações realizadas pela Legação do Brasil, em Buenos Aires, faziam constantes referências a acampamentos, em diversos pontos da zona de fronteira com o Brasil, os quais eram utilizados pelos emigrados brasileiros para se organizarem e realizarem incursões sobre o território do Rio Grande do Sul, inclusive utilizado como ponto de apoio para suprir suas forças.

Dado o apoio das autoridades correntinas aos federalistas, as denúncias brasileiras apontam para uma situação mais complexa, a de que número considerável de gado bovino passado do Brasil para aquela Província contava com o apoio das autoridades locais, que também acobertavam grandes contingentes de forças federalistas na Costa do Uruguai.

O caso de Alvear, por exemplo, seria um acampamento composto por cerca de 170 homens, os quais estariam contando com a conivência e a ajuda das autoridades, dentre elas os inspetores de polícia rural de Santo Tomé e Alvear, facilitando, assim, que os emigrados utilizassem o território argentino como base para operações militares. Existiam também reclamações da existência de acampamentos brasileiros em território argentino, em frente à Barra do Ibicuí[236], correspondente à localidade de San Martin.

Tal apoio seria de tal forma explícito, a ponto de existir um comitê revolucionário, na cidade argentina de Santo Tomé, como bem destaca Marcus Vinícius Costa (2013), em sua tese, do qual faziam parte os federalistas brasileiros Bertran Beltrán, Gabriel Pina de Albuquerque, Modesto e Francisco Dorneles e Emílio Garcia Trois[237], dentre outros. Muitos deles eram brasileiros residentes há mais tempo, naquela Província, cuja existência era constantemente negada pelas autoridades correntinas.

Outras denúncias feitas pela Legação Brasileira às autoridades argentinas, em Buenos Aires, referem-se ao fato de que eram transportados para Corrientes, pelo Passo de Garruchos,

[236] ARGENTINA. Carta, Eduardo Costa, Ministério das Relações Exteriores a Valentin Virassoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 30/01/1894, Tomo 512.
ARGENTINA, Carta, Legação do Brasil em Buenos Aires ao Ministério das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 512.
[237] ARGENTINA. Telegrama, Eduardo Costa, Ministério das Relações Exteriores a Valentin Virassoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 17/07/1894, Tomo 512.

"**80 carretas** carregadas de gêneros roubados, e **12 mil reses** que, com outros já anteriormente roubados, principalmente dos municípios de São Borja e São Luis"[238].

Essas mesmas denúncias referiam a passagem de grandes quantidades de gado da fronteira brasileira em direção à correntina, e que "nos municípios de São Borja e São Luis, somou mais de **30 mil cabeças** de gado. Os animais arrebatados são conduzidos com marcas de estância até serem contramarcados, e novamente, remarcados como lhes convenha"[239], para que esse gado pudesse entrar na Argentina.

Após entrar em Corrientes, o gado deveria ser conduzido até as propriedades de muitos dos federalistas, seus amigos, parentes ou colaboradores, para que pudessem ser acomodados. Tal quantidade de gado precisava de espaço para pastoreio. Portanto, ainda que esse plantel fosse dividido em lotes, seria preciso grande área de campo para acomodá-lo.

As estâncias nessa zona descrita e com os nomes dos proprietários podem ser observadas na figura a seguir.

[238] ARGENTINA, Carta, Legação do Brasil em Buenos Aires ao Ministério das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 512.
[239] ARGENTINA, Carta, Legação do Brasil em Buenos Aires ao Ministério das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 512.

Figura 13 – Mapa das propriedades rurais entre Garruchos e Santo Tomé, província de Corrientes, Argentina

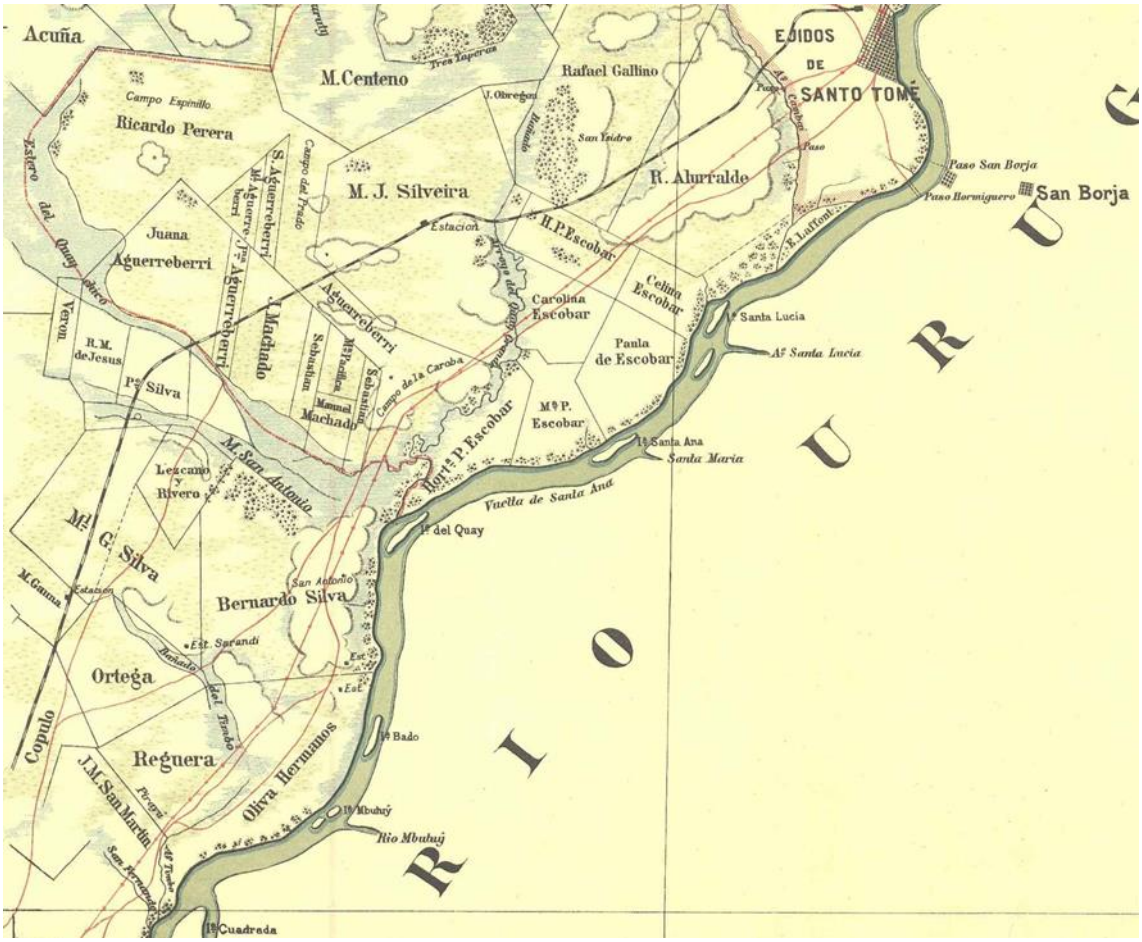
Fonte: Sánchez (1893).

Maiores detalhes acerca dessa fiscalização podem ser observados na carta enviada pelo governo correntino ao Ministro de Governo argentino, em 21 de agosto de 1894, pela qual é informado ao Ministério as "haciendas" passadas para Corrientes, cujo número não podia precisar. Mas, segundo dados que pôde recolher, seriam de cerca de **8 a 9 mil** cabeças que teriam passado em Garruchos, Rincón de la Merced e Hormiguero, e que todas teriam sido fiscalizadas, eram correspondentes às marcas e possuidoras de certificado de propriedade[240].

As propriedades da localidade entre Hormiguero, Garruchos e Santo Tomé podem ser observadas na Figura a seguir:

[240] ARGENTINA. Carta, Governo de Corrientes ao Ministro de Governo argentino, Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 21/08/1894, Tomo 513.

Figura 14 – Mapa das propriedades rurais entre os departamentos de Santo Tomé e Alvear, província de Corrientes, Argentina



Fonte: Sánchez (1893).

Outro relato enviado por autoridades de Santo Tomé ao governador Virasoro, em 5 de abril de 1894, declara que,

> (...) sendo numerosa a emigração que passa do Brasil a este departamento, me foi permitido de acordo com o Sr. Chefe Político Don Fidel Onieva, conceder passagem de algumas 'haciendas' mediante os comprovantes e certificados, arquivos e marcas de uso, além de testemunho de vizinhos de Garruchos certificando conhecer as pessoas e seus interesses (...) o número de 'haciendas que se permitiu passar nas condições citadas não excedem a três mil cabeças (...)[241].

Se as reses eram remarcadas, era preciso dispor de alguém que cedesse suas marcas de estâncias correntinas e papéis, caso a polícia as encontrasse e, acima de tudo, contar com a

[241] ARGENTINA. Carta, Justo Rodriguez, de Santo Tomé, a Valentin Virasoro, Governador da província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 509.

condescendência das autoridades fronteiriças e com propriedades rurais para guardar a enorme quantidade de gado que teria sido arrebanhada como saque de guerra no Brasil.

Por outro lado, considerando que essas cidades fronteiriças com o Brasil eram de pequeno porte e estavam inseridas em um contexto de sociedades agrárias (MAEDER, 1995; SCHALLER, 2005; 2008), não suportariam manter, em espaço urbano, assim como abastecer, logisticamente, por muito tempo, essas forças sem escancarar um apoio explícito, o que levaria a um conflito diplomático de maiores proporções.

Seria preciso, então, espaço para acampar esses grandes contingentes e reunir cavalos, o trem de guerra, o qual envolvia carretas e bois para alimentação das forças, além de provisões para alimentar os soldados, suas famílias e os animais que levavam consigo.

Nesse caso, leva-nos à hipótese de que, ainda que houvesse apoio financeiro oficial do governo argentino para manter os emigrados federalistas, era dispendioso e, portanto, delimitado a um prazo de quinze dias, após o qual seria preciso que se mantivessem por si mesmos. Para mantê-los, os estancieiros simpáticos aos federalistas e os brasileiros residentes em Corrientes estariam dentre os maiores responsáveis pela ajuda e pelo suprimento aos emigrados federalistas brasileiros.

Uma vez que as queixas e notícias referiam-se ao fato de que as forças brasileiras acampavam em diversas localidades de Corrientes, certamente estariam estabelecidas em alguma propriedade rural e, obviamente, precisariam contar com o apoio dos donos desses campos, tanto para se esconderem quanto para se movimentarem.

Essa situação fica evidente no telegrama enviado pelo Juiz de Paz de Alvear, governador de Corrientes, em 26 de maio de 1894, quando pergunta "(...) si los proprietários de los campos permitieran que grupos de emigrados comparan en su propriedad, que medidas debo observar para retirarlos á 8 o 10 leguas como ordena S.E?", e obtém por resposta do governador que "la **elección del lugar de campamento** o assunto librado á **las relaciones con que cuenten los emigrados** mismos y a la **buena voluntad de los vecinos** que no se negaran a un **acto de hospitalidade** (...)"[242].

Ao encontro de nossa hipótese, está o fato de que era solicitado, pelas autoridades correntinas, que os indivíduos que transportassem gado fossem reconhecidos pelos proprietários rurais e vizinhos, se é que isso fosse realizado, também reforçando a possível

[242] ARGENTINA. Conferência telegráfica entre o Juiz de Paz de Alvear e Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 28/05/1894. Tradução do autor: "a escolha do local de acampamento ou tema deixada às relações que mantêm os próprios emigrantes e à boa vontade dos vizinhos que não recusarão um acto de hospitalidade".

colaboração envolvendo autoridades correntinhas. Caso contrário, seria difícil manter grandes contingentes sem suprimentos para homens e cavalos.

A importância e o apoio dos estancieiros para os federalistas ficam evidente no Diário e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama, segundo o qual, "Saldanha coordenava os esforços, de estância em estância" (COSTA, 1944, p. 378).

De acordo com Ernesto Maeder (2014), nas cidades da margem do rio Uruguai, predominavam grandes propriedades, principalmente em Santo Tomé, Concecpción, San Martin, Monte Caseros e Libres, zonas de grande produção ganadeira e de ovinos que crescera, na última década do XIX, e contava com grande presença de brasileiros.

Nesse contexto, Corrientes também era uma província voltada para atividades pecuárias e ligada aos charqueadores de Entre Rios (SÁNCHEZ, 1894; MAEDER, 1995). Como exemplo, o gado que os federalistas passavam para Corrientes, poderia estar sendo transferido de suas propriedades, no Brasil, para outras que possuíssem, em solo argentino, protegendo-o contra saques inimigos, como poderia ser, também, fruto de saque de guerra efetuado contra as propriedades de seus inimigos. Além disso, o gado poderia ser utilizado como moeda de troca, ou seja, servir como pagamento aos estancieiros pela ajuda, ou mesmo para abastecer as forças federalistas.

Ao encontro dessa possibilidade, cabe citar uma reclamação feita pela legação brasileira, em Buenos Aires, em 9 de setembro de 1893, na qual se pode observar que haviam sido enviados emissários do governo correntino para investigar armas que estariam sendo recebidas, para os federalistas, e armazenadas em uma estância e saladeiro em Monte Caseros[243].

Tal apoio não seria gratuito, pois, além de alimentar as forças, poderiam estar levando o gado para ser protegido, em território correntino, contra os saques dos legalistas, fato que era comum na fronteira Brasil-Uruguai (BARRÁN; NAHUM, 1971).

Entretanto, somos levados a crer que, dada a grande quantidade de gado, tal atividade seria tanto para proteger seus negócios quanto para garantir o suprimento de gado para suas atividades comerciais pecuárias e charqueadoras, prática que havia ocorrido em períodos anteriores, durante o século XIX.

[243] ARGENTINA. Telegrama de Leopoldo Basvilbaso, interventor na província de Corrientes, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 09/09/1893.

3.4 ECONOMIA E PRESENÇA DE BRASILEIROS NO URUGUAI

Não era apenas no norte do Uruguai que a presença de brasileiros era grande, como afirmamos anteriormente. Jonas Vargas enfatiza que, “em 1860, os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Neste sentido, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico dos estancieiros rio-grandenses” (VARGAS, 2013, p. 290), espaço que abrange as cidades de Cerro Largo, Rivera, Rio Branco, e Tacuarembó (BARRÁN; NAHUM, 1971, p. 125).

A ocupação das porções de terra sobre as margens direita e esquerda do Rio Negro, especificamente no espaço que compreende os atuais departamentos do norte do Uruguai, parte de um processo de ocupação marcado por disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola sobre o território outrora pertencente às Missões Jesuíticas e suas estâncias (GOLIN, 2015). Tratava-se de um espaço marcado pelo estabelecimento de famílias luso-brasileiras que reproduziram um perfil fronteiriço em seus costumes e forma de atuar.

Era um período de disputas e conquistas por ricas terras, pastagens e gado, marcado por intensa atuação das populações que haviam se estabelecido no continente de São Pedro. Avançavam portugueses sobre as terras em litígio, garantindo novas posses, de acordo com seus interesses que se confundiam com os da Coroa portuguesa.

A sucessão de conflitos pelos limites, desde 1750, e o Tratado de El Pardo, que anulara algumas disposições do Tratado de Madri, marcaram avanços e retrocessos dos limites, especialmente na década de 1760, com as invasões espanholas dos governadores de Buenos Aires, Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón e Juan José de Vértiz y Salcedo. Essas invasões resultaram em uma movimentação das populações luso-brasileiras do litoral, em direção ao interior do Rio Grande (REICHEL; GUTFREIND, 1995).

A resposta portuguesa não tardou e, por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, os portugueses promoveram invasões por terra e mar no fito de reconquistar os territórios perdidos, com incursões sobre Rio Grande e sobre as fortificações espanholas de São Martinho e Santa Tecla, conseguindo expulsar os espanhóis (BENTO, 1996).

Os espanhóis logo revidaram com a criação do Vice-Reino do Prata, em 1776, e a invasão de Pedro de Cevallos reconquistou, para a Espanha, o território tomado pelos portugueses. Retomou, também, as fortificações espanholas para fazer frente às guerrilhas dos portugueses comandados por Rafael Pinto Bandeira, que realizava incursões pelo território espanhol (BENTO, 1996; MYSKIW, 2015).

A paz apenas ocorreu com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, que estabelecia a devolução da Colônia do Sacramento e das Missões Jesuíticas a Portugal. Além disso, demarcou uma zona que deveria ficar despovoada, entre as possessões portuguesas e espanholas, conhecida por campos neutrais, mas, que na prática, mostrava-se um espaço dinâmico de trânsito de pessoas e contrabando entre as colônias espanholas e o Rio Grande (MENZ, 2009; MYSKIW, 2015).

Paralelo a isso, a ocupação do interior do continente de São Pedro foi gradual e em levas distintas, desde a vinda de além-mar das famílias que haviam emigrado da Colônia do Sacramento, cerca de 1730, além de outros imigrantes açorianos, na década de 1750-1770, de índios vindos das antigas reduções jesuíticas, famílias lagunenses e paulistas. Passou, então, a ocorrer um processo de crescimento da economia e da população, como a fundação de estâncias, a realização de plantações de trigo, a doação de sesmarias, que também coexistiam com pequenas propriedades (HAMEISTER, 2005; ALADRÉN, 2014; KUHN, 2014).

Enquanto isso, os portugueses avançavam sobre as faixas de terra que deveriam ficar desocupadas pelas potências ibéricas e também sobre as pertencentes à Espanha, guerrilhas portuguesas avançavam em busca de apresar gado. Nesse ínterim, passou-se à doação de datas de terra e de sesmarias pela coroa portuguesa, marcando o estabelecimento de estâncias de gado e de pequenas propriedades, neste espaço, que havia sido expandido. Da mesma forma, seguiu-se a fundação de povoados nas localidades ocupadas pelos luso-brasileiros (ALADRÉN, 2014).

Conforme destaca Gabriel Aladrén (2014), o final do século XVIII configurou um cenário de contínuo crescimento e de progresso do Rio Grande, neste espaço meridional, marcado pelo estabelecimento de charqueadas às margens do Arroio Pelotas, associado ao comércio de gado e de couro, de mulas e plantações de trigo, de plantações de subsistência, abastecidas com mão de obra escrava, que se ligavam ao mercado consumidor do restante da colônia (MENZ, 2009).

Por outro lado, Fabrício Prado (2010) ressalta que mesmo a retomada dos territórios, após 1777, não excluiu a presença de luso-brasileiros, que continuaram neste espaço neutro antes pertencente à Espanha, chegando a avançar Banda Oriental a dentro. Tampouco foram excluídas as redes sociais e de comércio que vinculavam o Rio Grande à bacia do Prata (PRADO, 2010). O mesmo ocorria em relação à presença e ao domínio de espanhóis, em parte do território do Rio Grande, que chegava a mais de dez anos. De igual forma, a derrota dos espanhóis também não significou a expulsão daqueles que haviam se estabelecido nesse espaço outrora ocupado.

As levas de populações hispânicas que habitavam o interior da Banda Oriental, naquele momento, ainda parte do Vice-Reino do Rio da Prata, provinham das províncias de Santa Fé, Corrientes, Missiones e do Paraguai. A esses habitantes, somavam-se os índios charruas, minuanos, guenoas e guaranis provindos das missões Jesuíticas[244]. Também os contingentes de luso-brasileiros, com seus escravizados, vieram habitar esse espaço (REICHEL; GUTFREIND, 1995; CHASTEEN, 2003; BORUCKI, CHAGAS, STALLA, 2009; GOLIN, 2015; MORAES, 2020).

A guerra de 1801, conhecida como Guerra das Laranjas, travada entre Portugal e Espanha, teve consequências no Rio Grande. O avanço das milícias e forças portuguesas sobre os territórios espanhóis pretendidos por Portugal, dentre os quais estava a conquista das missões orientais, estabelecendo os limites do Rio Grande, no rio Uruguai, chegando ao rio Ibicuí, arrasou definitivamente o forte de Santa Tecla e marcou o avanço sobre o rio Jaguarão[245].

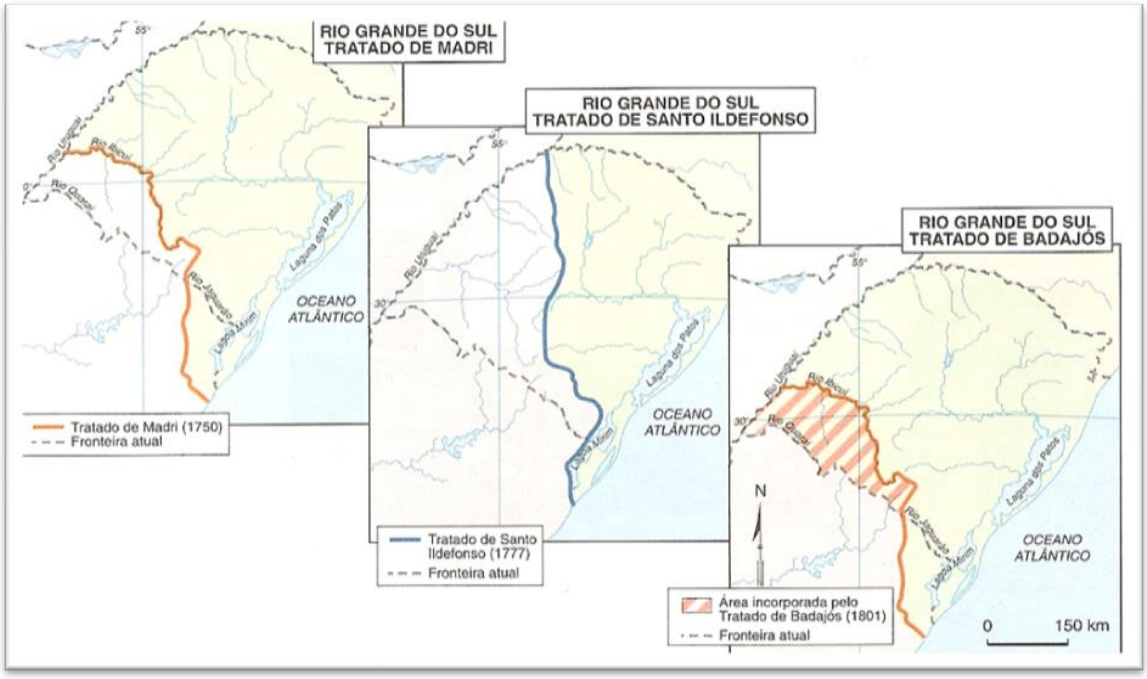
A paz veio com a assinatura do Tratado de Badajós, um acordo dúbio, pois de acordo com Maximiliano Menz (2009), pôs fim ao conflito perdido por Portugal, na Europa, enquanto vencia nas Américas. As negociações acerca das fronteiras no Prata não se resolviam, fato que foi aproveitado pelos luso-brasileiros. Ressalta o autor, que isso teria garantido a posse de porções de terras do sudoeste e do sudeste do atual território do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que continuavam as arriadas de gado ao sul do rio Ibicuí.

Essa expansão dos limites fronteiriços é possível de ser observada na figura abaixo.

[244] Acreditamos que o costume de transitar por este espaço regional, sobre o qual detivemos nossa análise, preexiste aos Estados nacionais. Tal concepção da existência de um espaço que seria comum, ainda que com suas fronteiras internas e culturais, entre os povos indígenas, teria sido consolidada pela própria delimitação da Província Jesuítica do Paraguai, com suas reduções, estâncias e ervais, que abrangiam um espaço geográfico que compreendia porções do território dos Estados (Províncias Unidas do Rio da Prata, Estado Oriental do Uruguai e Império do Brasil) que vieram se constituir, nos primórdios do século XIX. A matriz cultural, econômica e a visão de uma região profundamente interligada teriam continuado, na longa duração, e sido transmitidas às populações europeias que, posteriormente, ocuparam esse espaço, construindo novas fronteiras de acordo com seus interesses e os das Coroas Ibéricas, entretanto, sem desconsiderar a pré-existência de um espaço regional, algo que faria parte de um universo de referências culturais e sociais comuns aos habitantes deste espaço. Essas referências culturais compartilhadas e a noção de um espaço alternativo ficaram evidenciadas nos projetos de José Artigas de uma Liga Federal. Relembrava os contornos da antiga Província Jesuítica, bem como os projetos posteriores de Fructuoso Rivera e Francisco Solano Lopes. Reivindicava-se uma origem comum, uma identidade regional de uma população com interesses muito peculiares e autônomos que se articularam contra os projetos centralizadores do Rio de Janeiro e Buenos Aires.

[245] FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul**. Ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina.

Figura 15 – Tratados entre Portugal e Espanha e a demarcação das fronteiras



Fonte: MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. Cenário gaúcho. Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001. *Apud* VIEIRA, Sidney Gonçalves. As cidades do Prata: Origens da Formação Territorial e Urbana do Extremo Sul do Brasil. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 2, 2013, p. 14. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/795?lang=en Acesso em: 28/04/2021.

Afirmam Alex Borucki, Carla Chagas e Natália Stalla (2009), que a colonização desse espaço por famílias açorianas, desde meados do século XVIII, seguia planos de estabelecer plantações de trigo, atividade que acabou sendo prejudicada devido aos constantes embates. No fim desse mesmo século, o cultivo do trigo passava a ceder lugar a uma maior valorização da pecuária voltada às charqueadas, vinculada ao mercado interno colonial e à alimentação da população escravizada de outras partes da colônia.

Importante ressaltar que o avanço luso-brasileiro não era algo linear, no sentido de que as fronteiras eram indefinidas, fato que permaneceu até a segunda metade do século XIX. A semelhança morfológica dos campos que compõem o Bioma Pampa, formando um contínuo espacial de pradarias e pastagens propício para a criação de gado, despertaram o interesse dessas populações que, então, avançaram sobre este espaço e sobre o abundante rebanho de gado (OSÓRIO, 2007; PRADO, 2010; ALADRÉN, 2014).

Nesse sentido, destaca Fabrício Prado (2010) que, no contexto da guerra de 1801, após a vitória luso-brasileira, existiam, tanto em Montevidéu quanto na região de campanha da Banda Oriental, cerca de 135 famílias portuguesas que haviam habitado a Colônia do Sacramento, evidenciando a presença luso-brasileira pelo interior das áreas em disputa.

Por outro lado, Maximiliano Menz (2009) destaca que foi contínuo o avanço de colonos lusitanos sobre os territórios conquistados, utilizando-os como ponte para as investidas sobre o gado dos espanhóis e para a prática do contrabando.

Por sua vez, Helen Osório (2007) afirma que o contrabando e as arriadas de gado eram práticas comuns, habituais, nessa área, fosse por portugueses, espanhóis, índios ou negros, criando entre os habitantes desse espaço solidariedades que superavam as que mantinham em relação aos seus monarcas. Destaca ainda a autora que a população desse espaço,

> [...] nada tinha de estanque, situou-se de um lado ou outro da fronteira, conforme seus interesses mais imediatos e quotidianos. Ambos os impérios coloniais executavam políticas pelas quais procuravam atrair essa população para seus territórios, independente da origem (OSÓRIO, 2007, p. 66).

Sobre o espaço das terras conquistadas que compreendiam a região da Campanha, novas levas passaram a habitá-lo. Tratava-se dos açorianos que compuseram as forças de Rafael Pinto Bandeira e Patrício Correa da Câmara, muitos dos quais, experientes soldados milicianos, acostumados às arriadas de gado, expertos contrabandistas, haviam participado das incursões sobre o espaço conquistado dos castelhanos. Como pagamento pelo seu empenho e serviço à coroa portuguesa, receberam datas de terras e sesmarias, inclusive chegando a requerer porções de terra como compensação pelas perdas que haviam tido nos constantes embates fronteiriços (GIL, 2007; KUHN, 2014).

Nesse sentido, cabe destacar que muitos desses açorianos[246], grande parte oriunda de Mostardas, havia servido nas forças milicianas portuguesas, desde o final do século XVIII, nas guerras de 1801 e 1811-1812, passaram a se estabelecer na zona disputada. Parte deles recebeu ou requereu datas de terra ou sesmarias, como foi, por exemplo, o caso da família Silva

[246] FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Presença lusa na formação sul-rio-grandense. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1979.
ROSA, Cibele Carolina da. **Açorianos e suas estratégias de Inserção socioeconômicas no povoamento do sul da América Portuguesa (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História - UNISINOS, São Leopoldo, 2020.
HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: Os homens, suas redes de relações s suas mercadorias semoventes (C.1727-C.1763).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

Tavares[247], para o Herval, e das famílias Collares[248], Teixeira Brasil[249], Simões Pires[250] e Silveira Martins[251], para Bagé.

Durante o século XIX, a ocupação da Banda Oriental e o estabelecimento de luso-brasileiros foi um movimento em períodos distintos e de forma gradual, mais ou menos constante, de acordo com as conjunturas políticas, motivado pela abundante presença de gado e excelentes pastagens. Atendiam, os luso-brasileiros, aos interesses de uma florescente economia charqueadora que se estabelecera, desde o final do século XVIII, em Pelotas, mas que também possuía interesses no mercado de couro, cavalos e mulas, que estava associado a uma visão da economia regional caracterizada por uma matriz produtiva e com inúmeras semelhanças culturais.

Em meio aos conflitos decorrentes da crise da monarquia espanhola na Europa, com a retroversão das soberanias para as províncias e os projetos de autonomia e de novos Estados nacionais que estavam se delineando na bacia do Prata, estavam os interesses da Corte no Rio de Janeiro e das Províncias Unidas. De encontro a esses interesses, destacamos os projetos de José Gervásio Artigas, que colocavam as ricas terras da Banda Oriental na intersecção destes interesses, voltando a ser palco de conflitos conhecidos como Guerras Cisplatinas (1811-1828) (FERREIRA, 2006).

O avanço dos luso-brasileiros pode ser observado, nas primeiras décadas do século XIX, no período entre a ocupação da Banda Oriental, pelos portugueses, e a independência do Uruguai, ou seja, durante o período das intervenções de 1811 e 1812. Esse contexto, conforme citamos anteriormente, marcou o estabelecimento de novos povoados originados dos

---

[247] VIEIRA, José Cypriano Nunes. **O Fundador do Herval**. 2. ed. Bagé: s/e, 2010.
OLIVEIRA, Leandro da Rosa. **Nas veredas do Império**: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1870). 2016.155 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
RHEINGANTZ, C. G. **Famílias primeiras de Bagé**. Os Silva Tavares. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

[248] NETO, Jayme Collares. **Os Collares de Bagé**. Disponível em: https://www.familiacollares.com/os-primeiros-collares Acessado em: 04/08/2020.
BRASIL, Carlos Roberto Martins. **Pioneiros açorianos**: notas históricas e genealógicas. Porto Alegre: Edigal; Renascença, 2009a.
_____. **Sesmarias em São Sebastião de Bagé**: primórdios do povoamento. Porto Alegre: Renascença, 2009b.

[249] OLIVEIRA, Cândido Pires de. **Alma, terra e sague**. Fragmentos da história das Palmas em Bagé-RS. 2. ed. Bagé: S/E, 2011;

[250] OLIVEIRA, Cândido Pires de. **Alma, terra e sague**. Fragmentos da história das Palmas em Bagé-RS. 2. ed. Bagé: S/E, 2011;
SCOTT, Sílvia Volpi; PETIZ; Silmei de Sant´Ana. **Gentes das Ilhas:** migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012, p. 1-9.

[251] ROSSATO, Mônica. **Relações de poder na região fronteiriça platina: Família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9651/ROSSATO%2c%20MONICA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio. 2019.

acampamentos militares, na campanha sul rio-grandense, sobre as terras obtidas pelo Tratado de Badajóz. Destas expedições também participaram muitos dos açorianos e seus descendentes que haviam ocupado as novas terras, incorporados aos corpos de milícias que compuseram as forças luso-brasileiras (OLIVEIRA, 2016, p. 47-48).

Outro momento que marcou a expansão luso-brasileira, nas terras do norte e nordeste do Uruguai, ocorreu durante novas intervenções portuguesas na Banda Oriental, a partir de 1816. Essas incursões militares derrotaram Artigas e favoreceram a anexação deste território ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1821, posteriormente ao Império do Brasil, como província da Cisplatina (REICHEL; GUTFREIND, 1995; ZABIELLA, 2002; MENEGAT, 2015; PALERMO, 2019).

Ao encontro dos interesses dos rio-grandenses que haviam participado das forças interventoras, ocorreram a distribuição de terras nas vastas e ricas pradarias ao norte do Rio Negro, especialmente Cerro Largo, aos soldados luso-brasileiros de Carlos Frederico Lecor, assim como as levas espontâneas migratórias que se dirigiam rumo ao interior da recém anexada província.

Nesse sentido, entendemos que tais características teriam criado uma teia densa de relações, de vínculos familiares, cuja característica principal seriam os parentescos consanguíneos e espirituais.

Segundo os historiadores uruguaios, Alex Borucki, Karla Chagas e Natália Stalla (2009), a ocupação do espaço do norte do Uruguai, no começo do século XIX, além de se caracterizar pela utilização de mão de obra de escravizados e agregados, também trouxe para esse espaço a existência de complexas redes de relações matrimoniais, praticadas pelas famílias açorianas e seus descendentes, que passaram a ocupar esse espaço.

Os autores ressaltam que a forma de reprodução dessas famílias esteve marcada por uma constante prática de matrimônios consanguíneos, que teria subsistido por diversas gerações, estabelecendo vínculos com outras famílias de estancieiros brasileiros que se estabeleceram naquele espaço. Nesse sentido, entendemos que tais características teriam criado uma teia densa de relações, de vínculos familiares, cuja característica principal seriam os parentescos consanguíneos e espirituais. Tal peculiaridade facilitaria compreender o fato de membros de uma mesma família se dedicarem a diversas práticas e tivessem representantes em diversos pontos da Campanha uruguaia e sul-rio-grandense.

De igual forma, favoreceria a circulação, nesse espaço, e o mais importante, propiciaria a criação de solidariedades e a base das relações constituídas a partir de uma lógica familiar que

foi mobilizada em diversos conflitos, como, por exemplo, na Revolução Farroupilha (1835-45) e na Revolução Federalista, no final do século XIX.

Constituir estâncias voltadas à criação de gado bovino, de cavalos e mulas, tinha como destino tanto a economia charqueadora como os circuitos comerciais, instituindo uma zona caracterizada, tanto pelo latifúndio quanto pela força de trabalho escravizada, na qual coexistiam comerciantes, médias e pequenas propriedades de agricultores e lavradores, com mão de obra familiar, voltados a uma economia de subsistência em pequenas chácaras (GELMAN, GARAVAGLIA, 1998; OSÓRIO, 2007; PALERMO, 2019).

Carla Menegat (2015) assevera que semelhante processo também ocorreu na zona entre os rios Quaraí e Arapey, pela distribuição de terras e pelo avanço dos luso-brasileiros que passaram a se apossar dos rebanhos e estabelecer propriedades, garantindo a ocupação deste espaço que havia sido expandido desde as intervenções de 1812.

Figura 16 – Vista aérea com demarcação dos rios Ibicuí, Quaraí e Arapey

Fonte: GOOGLE EARTH. Vista aérea com a demarcação dos rios. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-30.55180803,-56.2571599,-19.82310133a,476441.61017016d,35y,0.00076602h,0.09314186t,-0r Acesso em: 29 abr. 2021.

Quanto às regiões do litoral do Rio Uruguai, de Salto e de Paysandú, haviam sido ocupadas a partir dos interesses de defesa daqueles pontos, por parte de Lecor, bem como pelos

interesses das populações vindas do Rio Grande, que estabeleceram estâncias naquele espaço (MENEGAT, 2015).

A movimentação das populações que buscaram se estabelecer nesse espaço, desde o século XVIII, conforme argumenta Tiago Gil (2007), faz parte de um contexto do auge da exploração nas Minas Gerais, no decorrer desse século.

A partir do que apresenta o autor, é possível asseverar que, ao lado do já existente contrabando de couro, dividia o interesse destas populações o lucrativo comércio e o contrabando de burros e mulas provindos de "Córdoba, Buenos Aires e Santa Fé", perfazendo uma rota que se estendia até a feira de Sorocaba, no Brasil.

Gil (2007) destaca que ainda que o tráfico de mulas fosse proibido, desde 1761, isso favoreceu o aumento do contrabando, prática que continuou acontecendo de forma ilícita e perdurou durante todo o período da ocupação espanhola de Rio Grande, desde 1763, sobrevivendo à retomada portuguesa dos territórios, após 1777, e períodos posteriores.

No período da Guerra de independência da Banda Oriental/Cisplatina, entre 1825 e 1828, cerca de três quartos das terras estavam em posse de brasileiros (BARRIOS PINTO, 1973), e, na década de 1830, com a República Oriental do Uruguai. Com a pacificação dos conflitos, pode ser observado um segundo movimento de avanço dos luso-brasileiros sobre as terras situadas à margem esquerda do Rio Negro (MENEGAT, 2015).

Nesse período, assevera Spencer Leitmann (1979), que muitos brasileiros retornaram à suas propriedades, no Uruguai; outros, compravam ou arrendavam campos, principalmente durante o período da Revolução Farroupilha, em que muitos rio-grandenses buscaram exílio em terras orientais, além de muitos terem propriedades e laços de parentesco familiar no Uruguai.

Os desgastes causados por mais de uma década de guerra civil que tomou conta do Uruguai, devido aos conflitos políticos entre *Blanco*s e *Colorados*, que ocasionaram a eclosão da Guerra Grande, entre 1839 a 1851, causaram grandes prejuízos à economia uruguaia e aos estancieiros rio-grandenses lá estabelecidos, criando uma certa instabilidade que repercutiu no baixo preço das terras (BARRÁN, 2012).

A mesma conjuntura, de acordo com José Pedro Barrán (2012), favoreceu que muitos brasileiros comprassem terras nos departamentos ao norte do rio Negro, especialmente em Salto, Paysandú e Tacuarambó. Também possibilitou que outros estancieiros já estabelecidos no Uruguai ampliassem suas propriedades (MENEGAT, 2015).

O avanço de brasileiros para Tacuarembó, de acordo com Carla Menegat (2015), difere das outras frentes de ocupação luso-brasileira que povoaram a região de Maldonado e do Quaraí-Arapey, sendo realizadas, principalmente, por terra, a partir das cidades fronteiriças de

Jaguarão e Bagé. O Relatório de Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1851, documento que referencia a presença de brasileiros nos departamentos uruguaios, nesse período, analisado por Carla Menegat (2015), nos permite asseverar a forte presença de brasileiros que também ocuparam terras pelo interior do Estado Oriental.

Ao encontro dessas informações, de acordo com Zabiela (2002), estes mesmos brasileiros agiam valendo-se da nacionalidade brasileira ou da dupla cidadania. Segundo afirma Naiani Fenalti (2011), ocupavam cargos e desempenhavam diversas atividades burocráticas, no âmbito da justiça, da administração e da burocracia, mesmo após a independência do Uruguai.

Ressalta Carla Menegat (2015), que tanto os estancieiros quanto os comerciantes estabelecidos, no Uruguai, mantinham intensos vínculos entre si. Como estratégia de sobrevivência social, compunham grupos formados por "comerciantes que tinham estâncias, estancieiros que tinham charqueadas e famílias que se dividiam e transitavam entre o campo e a cidade" (p. 36).

A influência dos brasileiros encontrou seu ápice, na década de 1850, e marcou, também, uma forte aliança entre os estancieiros rio-grandenses e o Império do Brasil, além de ter transformado os campos do norte do Uruguai em campos de invernada, para engordar o gado que seria destinado às charqueadas (SOUZA,2004).

A influência chegou a tal ponto que, por volta do ano de 1860, os rio-grandenses estabelecidos, no Uruguai, equivaliam a 11% da totalidade da população uruguaia, possuindo 30% das terras do país e transformando o norte do rio Negro em uma extensão dos interesses dos estancieiros rio-grandenses (MENEGAT, 2015; VARGAS, 2013, p. 290).

Essa presença de brasileiros foi marcante, durante a segunda metade do século XIX. De acordo com Suzana Bleil de Souza (2004), muitos dos federalistas pertenciam a essas famílias de estancieiros, e transformaram suas estâncias em quartéis-generais federalistas, inclusive financiando a guerra.

A presença de muitas das famílias federalistas e suas estâncias, no Uruguai, datam desse contexto de conflitos fronteiriços e de comércio de gado e charqueadas, especialmente na década de 1830-1840. Dentre elas, estão as famílias: Silva Tavares, Saraiva, Amaro da Silveira, Collares, Teixeira Brasil, Simões Pires, Cabeda, Silveira Martins, mas também as famílias Guerreiro Victória, Tavares Bastos, Pina de Albuquerque, Teixeira, Nunes, Pereira Leite, Machado Leal, dentre outros nomes que também fizeram parte desse grupo federalista.

Quanto ao aspecto econômico, as cidades da costa do rio Uruguai possuíam grande número de estancieiros brasileiros, com considerável capital investido. A Dirección de Estadística General publicou, em 1896, o Anuário Estadístico da República Oriental do

Uruguay, referente ao ano de 1895, dirigido por Honoré Roustan, no qual são revelados números que permitem ter uma perspectiva quantitativa da presença brasileira, esta superior a de proprietários uruguaios, nos departamentos próximos à zona de fronteira com o Brasil.

Dessa forma, evidenciam-se o poder econômico e o considerável capital investido que possuíam, em comparação aos proprietários uruguaios, nesses departamentos, revelando os números que apresentaremos no quadro abaixo.

Quadro 4 – Lista de proprietários rurais por nacionalidade e capital investido

Departamentos	Número de contribuintes brasileiros	Número de contribuintes uruguaios	Número de capital brasileiro investido	Número de capital uruguaio investido
Artigas	524	257	4:599.776	1:872.244
Salto	542	712	5:535.540	3:323.858
Paysandú	319	782	3:973.172	5:201.739
Cerro Largo	878	1.306	4:416.597	2:335.362
Rivera	723	150	2:897.878	468.424
Tacuarembó	436	1.107	3:341.995	3:950.434
Trinta e Três	336	1.144	1:119.981	3:093.628
Rocha	266	2.451	1:159.065	3:456.826

Fonte: Quadro construído pelo autor a partir da fonte consultada: ROUSTAN, Honoré (Dir.). **Anuário Estadístico da República Oriental do Uruguai de 1895**. Dirección de Estadística General. Montevidéu: La Nación, 1896.

A existência de um mercado regional que associava Entre Rios, Corrientes, Uruguai e Rio Grande do Sul é destacada por José Pedro Barrán e Benjamim Nahum (1971). Afirmam, os autores, que até 1900 esses mercados estavam ligados e, que somente após esse período, passam a ser, economicamente, integrados aos mercados nacionais.

Segundo Barrán e Nahum (1971), o gado brasileiro era enviado para ser invernado no norte do Uruguai, zona em que os proprietários brasileiros possuíam duas ou três estâncias, nos dois lados da linha de fronteira. Ressaltam estes autores que, com a Revolução Federalista, no sul do Brasil, ocorreu um desaquecimento da produção pecuária e charqueadora, no Rio Grande do Sul, em parte influenciada pelo fato de que os estanceiros brasileiros passavam o gado para o Uruguai para protegê-lo da sanha dos conflitos (BARRÁN; NAHUM, 1971). Isso gerou rendas também às aduanas do governo uruguaio e dos federalistas, que estabeleceram comissões para cobrar impostos sobre o trânsito de mercadorias e gado, durante a Revolução Federalista (BARRÁN; NAHUM, 1971; ANDRADE, 2017).

O contexto de crise, durante parte da década de 1890, na Argentina e no Rio Grande do Sul, beneficiava a indústria saladeira uruguaia. Ainda de acordo com José Pedro Barrán e Benjamin Nahum (1971), tal contexto levou os saladeiristas uruguaios a comprar gado entrerrriano e correntino, buscando ocupar o espaço criado pela crise, no Rio Grande do Sul, e assim obter vantagens no mercado exportador de charque.

As instabilidades do sistema tradicional pecuário-comercial, que também afetavam o Uruguai, entre 1886 a 1894, segundo José Pedro Barrán e Benjamin Nahum (1971), foram marcadas pela modernização das estruturas produtivas, a fim de atender as novas exigências do mercado externo, a exportação de gado em pé para os mercados da Europa, os frigoríficos e os associados, ligados a um endividamento externo.

Essa crise, asseveram Barrán e Nahum (1971), acentuou-se entre os anos de 1890 e 1893, não só devido à seca que atingiu o Uruguai, mas também pela queda dos preços dos produtos pecuários, no mercado internacional. Em reação, o governo uruguaio buscou uma série de medidas para diminuir essa crise, entretanto, sua recuperação econômica foi beneficiada pelo contexto de crise internacional, no Rio Grande do Sul e na Argentina (BARRÁN; NAHUM, 1971).

O Uruguai também estava fortemente vinculado a um circuito comercial regional. Dispunha de dois dos principais portos utilizados para a importação de produtos atlânticos e para a exportação do charque: Salto e Montevidéu. Para os sul-rio-grandenses e para as províncias do litoral argentino, esses portos foram alternativas largamente utilizadas em momentos de crise, tanto para importar e exportar seus produtos quanto para suprir suas forças com armas e munições durante as revoluções.

Nesse contexto, o porto de Salto, no Uruguai, ocupava importante posição nesse mercado regional, até que sua importância passou a ser sobreposta por uma série de elementos internos e externos (ARAUJO, 1900). Dentre eles, por um lado, estava o estabelecimento das estradas de ferro que ligavam o porto de Montevidéu à fronteira com o Rio Grande do Sul; por outro, os investimentos do governo entrerriano na construção de uma estrada de ferro que ligaria o porto de Concordia a Monte Caseros, entrepondo forte concorrência ao de Salto (BARRÁN; NAHUM, 1971; MOARAES, 1990; SCHALLER, 2005).

Os departamentos da fronteira com o Brasil e da costa do Uruguai, dentre eles Cerro Largo, Rivera, Artigas e Salto, além de concentrarem o maior número de brasileiros, eram fundamentais não só para invernar gado, mas também para abastecer o comércio das indústrias charqueadoras, tanto no Brasil quanto no Uruguai (BARRÁN; NAHUM, 1971; MOARAES,

1990). Era uma fronteira com intenso movimento para o interior do Uruguai; da cidade de Bagé, por exemplo, saiam diligências três vezes por mês em direção a Tacuarembó[252].

Acerca da interação entre os estancieiros brasileiros e uruguaios, Maria Inés Moraes (1990) destaca que existia desde os tempos do domínio brasileiro sobre o território oriental, pelo Império do Brasil, período em que muitos brasileiros estabeleceram propriedades rurais nessa zona de fronteira, especialmente no norte do Uruguai e na costa do rio Uruguai.

De acordo com a autora, a análise do caso do departamento uruguaio de Artigas permite compreender a existência de um comércio dinâmico entre os estancieiros e sua relação com os saladeiros e o porto de Montevidéu, e o comércio de produtos vindos do Rio Grande do Sul. Destaca, ainda, uma intensa troca caracterizada pelo envio de gado dos estancieiros rio-grandenses para serem beneficiados nos saladeiros orientais ou orientais-brasileiros, enquanto o couro era enviado para ser exportado pelo porto de Montevidéu e, em troca, os proprietários rurais orientais ou orientais-brasileiros, que residiam na fronteira com o Rio Grande do Sul, compravam erva, tabaco e cana de açúcar, café, produtos coloniais, dentre outros produtos (MORAES, 1990, p. 24-25).

Como bem enfatizam os trabalhos de Juan Carlos Garavaglia e Jorge Gelman, (1998) para o caso da campanha de Buenos Aires, e de Luís Augusto Farinatti (2010), para o caso da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, desde o final do século XIX até a segunda metade do século XIX, uma sociedade predominantemente rural, que abrigava uma variedade de produtores, não apenas estancieiros, era também permeada por pequenas propriedades, desde o período colonial. Era, ainda, local onde viviam comerciantes, jornaleiros, pequenos agricultores, arrendatários de terra, que se dedicavam à criação de pequenos animais, hortas, frutas e cereais, produtos para subsistência, que se utilizavam de mão de obra familiar (GARAVAGLIA; GELMAN, 1998), fatos possíveis de serem observados nos dois primeiros censos argentinos de 1869 e 1895.

Em relação ao final do século XIX, Susana Bleil de Souza (1993), ao analisar o caso da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, afirma que a população dessas cidades praticava intensa troca comercial, além de estar envolvida em pequenos casos de contrabando de produtos, algo comum de ocorrer e que fazia parte da cultura fronteiriça.

---

[252] Jornal *União Liberal*, Bagé. 01 nov. 1887, p. 3. Anúncio de viagens empresa de diligências entre Bagé e Tacuarembó no Uruguai.
Sobre Tacuarembó ver: ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900. ROUSTÁN, Honoré. **Anuario estadístico de la Republica Oriental del Uruguay**. Montevideo: La Nación, 1896, p. 43-48.

3.5 A ECONOMIA ENTRERRIANA E A REGIÃO

Para compreender a **economia entrerriana,** na segunda metade do século XIX, Roberto Schimit e Julio Djenderedjian (2008), em seu artigo *Avances y límites de la expansión agraria argentina: crecimiento económico y distribución de la riqueza rural em Entre Ríos (1860-1892)* analisam as transformações na economia de Entre Rios, o crescimento econômico do período, assim como o aumento da desigualdade da riqueza no campo.

De acordo com os autores, a província de Entre Rios teve uma ocupação mais recente, desde o começo caracterizada por uma matriz produtiva pautada na pecuária e nas grandes propriedades que, após um conturbado contexto de desorganização produtiva dos anos de independência das Províncias Unidas, conseguiu se reestabelecer entre a década de 1830 e 1840.

Salientam, igualmente, o fato de que a partir da década de 1860 até 1890, a economia entrerriana passou por transformações que levaram a um maior aproveitamento do gado e a uma melhor produtividade, nos saladeiros, associadas a uma expansão das fronteiras rurais e ao crescimento populacional, para a qual concorreu forte imigração estrangeira e valorização das terras (SCHIMIT; DJENDEREJIAN, 2008).

Ainda segundo esses autores, na década de 1890, a economia de Entre Rios contava com a produção agrícola das colônias de imigração, assim como a pecuária ovina e bovina como as principais matrizes econômicas. Esse período de modernizações, no campo, marcado por inovações agrícolas e a introdução de raças europeias e mestiçagem do gado bovino, passando a uma produção mais intensiva e ao envio de gado em pé para o exterior, representaram grandes transformações, mas também crise para o setor pecuário (SCHIMIT; DJENDEREDJIAN, 2008).

A economia da província de Entre Rios[253], especialmente no que tange às cidades da costa do rio Uruguai, espaço no qual detivemos nossa pesquisa, era uma zona de intensa ligação comercial com o sul do Rio Grande do Sul, desde fins do século XVIII (SCHIMIT, 2004; DJENDEREJIAN, 2008). Sendo assim, os maiores números relativos à produção pecuária estavam ligados aos departamentos dessa zona, principalmente, Villaguay, Concórdia[254],

[253] BOSCH, Beatriz. **Historia de Entre Rios**. Colección Historia de nuestras Provincias. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1986.
[254] ERICH POENITZ, Alfredo J**. La ocupación espacial del Departamento de Concordia** (1810-1880).

Concepción del Uruguay[255], Gualeguay e Colón[256], seguidas por Federación[257] e San José Feliciano[258].

Roberto Schmit (2004), ao analisar, em sua tese, a sociedade, a economia e o poder no oriente da província de Entre Rios, entre os anos de 1810 e 1852, parte do entendimento de que esta localidade consistia em uma zona fronteiriça que estava inserida em uma região muito maior, que realizava trocas comerciais – nem sempre lícitas – culturais e econômicas com outras localidades e mercados que interligavam brasileiros, orientais, portenhos e correntinos (SCHMIT, 2004, p. 33). A província, segundo ele, estava ligada, desde o período colonial, às missões jesuítas da costa oriental do Rio da Prata, muito associada ao rio Uruguai, e por onde circulavam bens e produtos pecuários tanto paraguaios quanto do Rio Grande do Sul (SCHMIT, 2004, p. 39-40).

Nesse sentido, Entre Rios manteve fortes vínculos com a Banda Oriental, recebendo, em diversos momentos, os emigrados orientais que buscavam abrigo em meio aos conflitos, durante todo o século XIX (SCHMIT, 2004), mas também levou muitos entrerrianos a emigrarem para o lado contrário do rio Uruguai, em busca de asilo, nos momentos de conflitos. Estabeleceu-se, assim, uma relação muito próxima entre as cidades entrerrianas e as orientais, dos dois lados do rio Uruguai, onde o rio era a artéria principal de transporte e comércio que mais as aproximava do que as afastava, principalmente devido às semelhanças da matriz produtiva voltada à criação de cavalos e bovinos, e ao cultivo de cereais (SCHMIT, 2004).

Nesse litoral, a cidade de Concórdia destacava-se como importante porto que ligava o baixo ao alto rio Uruguai, recebendo fluxos de produtos brasileiros e orientais que conformavam um mercado regional. Um exemplo desse mercado foi o surgimento dos saladeiros, na costa do Uruguai, a partir de 1847. Os principais saladeiros e estâncias se localizavam em Concepción do Uruguai, que, juntamente com Concórdia, eram também rotas de produtos diversos, tais como açúcar, erva mate, tabaco, café, arroz e cachaça, que as vinculavam às cidades correntinas e brasileiras do Alto Uruguai (SCHMIT, 2004, p. 135-136).

---

[255] URQUIZA, Oscar F. Almandoz. **Historia de Concepción del Uruguay: tomo III** Entre Rios: Municipalidad de Concepción del Uruguay, 1983.

[256] VERNAZ, Celia E. **Colón: documentos para su historia**. Santa fé: Ediciones Colmegna, 1987. Cuadernos de estúdios regionales. Concórdia: Instituto Regional de Investigaciones Cientifico- Culturales, n.6, 1983, p. 29-61.

[257] VARINI, María. **Evolución demográfica del departemento Federación**. Cuadernos de estúdios regionales. Concórdia: Instituto Regional de Investigaciones Cientifico- Culturales, n.6, 1983, p. 63-77. VARINI, Cesar; ERGUIGUREN, Maria. **La creación del Departamento Federación**. Historia de los Departamentos de Entre Rios, 1986.

[258] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo III, segunda parte. Ganado bovino; Ganado Caballar; Ganado lanar e porcino. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 192,204,216-217.

As evidências das proximidades entre essas regiões estão presentes durante os períodos de conflitos, ao longo do século XIX. Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), os revolucionários rio-grandenses aproveitavam as rotas de comércio do rio Uruguai e seus portos, especialmente Concórdia, em Entre Rios e Salto, no Uruguai, para se abastecerem de produtos atlânticos no período da contenda (SCHMIT, 2004, p. 137; GUAZZELLI, 2013; RODRIGUES, 2014).

O bloqueio anglo-francês do rio da Prata, devido a questões de navegação nesse rio e por interferências de José Manuel de Rosas, na Guerra Grande no Uruguai (1839-1851), prejudicou também o comércio dos portos entrerrianos e correntinos, causando um crescimento do contrabando com São Borja e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, transformando Concórdia em uma intersecção, entre as rotas comerciais do Brasil com o Uruguai e as províncias do litoral argentino (SCHIMIT, 2004, p. 143-144).

Existia também um forte vínculo que unia a pecuária ao comércio de produtos atlânticos, através de Concórdia, que a vinculavam fortemente à província de Corrientes, uma troca que, de acordo com Roberto Schmit (2004, p. 149), fazia com que fosse enviado gado correntino para os saladeiros entrerrianos da costa do Uruguai, enquanto eram enviados produtos importados para abastecer as cidades correntinas de Monte Caseros, Restauración (Paso de los Libres), La Cruz e Santo Tomé, na costa do Uruguai.

3.6 A PRESENÇA DE BRASILEIROS NA PROVÍNCIA DE ENTRE RIOS

Os números apresentados pelo segundo censo argentino de 1895 permitem observar uma quantidade menor de brasileiros, na província de Entre Rios. Se comparada aos números de Corrientes, era menor que a população de imigrantes europeus, dentre eles italianos, russos, espanhóis, e outras nacionalidades[259]. As maiores concentrações de brasileiros residentes nessa

[259] ARGENTINA. Población por Nacionalidades y sexo de la Provincia de Entre Rios - Americanos. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 239. BRITOS, Orlando: **Alemanes del Volga**: el pueblo que emigró dos veces, Municipalidad de Crespo, Entre Ríos, 1996. Bosch, Beatriz: **La primera colonia agrícola Argentina**. Editorial de Entre Ríos, 2004. ANADON, Carlos; MURATURE DE BADARACCO, María del C. **La Colectividd Italiana en Victoria**, Entre Ríos: E. A. Victoria, 2003. RODRÍGUEZ, David; FLORES, Soraya. La colonización agrícola en Entre Rios: la Experiencia de la colonización de Ejidal, 1870-1890. **DIALNET**, Universidade de La Rioja, v. 6, nº 16, 2006 p. 137-162. MUÑOA, Ricardo Marcó. Presencia de lo europeo en Entre Ríos: una sociedad multicultural con identidad local. **Tiempo de gestión**, ano 2, nº. 2, 2006, p. 45-60. AVNI, Haim: **Argentina y la historia de la inmigración judía**. 1810- 1950, Jerusalén, Editorial Universitaria Magnes, 1983.

província, também estavam na costa do rio Uruguai, principalmente nas cidades de Concórdia e Federación[260].

Quadro 4 – População de brasileiros nos departamentos da costa do Rio Uruguai – Província de Entre Rios

Departamentos	**1869**	**1895**
Concórdia	229	342
Federación	117	176
San José de Feliciano	20	113
Villaguay	29	101
Colón	20	56
Concepción del Uruguay	87	53

Fonte: Quadro construído pelo autor Gustavo F. Andrade a partir das fontes consultadas: ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Entre Rios - Americanos, tabla 3. Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869, Tomo I. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872, p. 125-152. ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Entre Rios - Americanos, Tomo II, tabla VIIa. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 201.

Os nomes de brasileiros presentes nesses números são bem difíceis de perceber, se observarmos o censo nacional de 1895, especificamente na parte que aprofunda os dados em Território e Província, em Entre Rios. A partir da análise do censo, pudemos observar que muitas pessoas pertencentes a uma mesma família declaravam nacionalidades diferentes[261]. O problema residia no fato de que quando o censo especificava o nome dos filhos menores de

[260] ARGENTINA. Habitantes y Proprietários de Bens de raíces por nacionalidad – Província de Entre Rios. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 212.

[261] BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em:03/12/2020. A constituição Brasileira de 1891 estabelecia em seu Art. 69, estabelecia que seriam cidadãos brasileiros: 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação; 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República.
ARGENTINA. **Constitución Nacional Argentina 1853 y reformas**. Disponível em: http://www.biblioteca.jus.gov.ar/constitucionargentina1853.html Acesso em: 05/04/2021. Quanto a Constituição da República Argentina, de 1853, vigente nesse período, estabelecia em seu Art. 20: "Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enejenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer líbremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes. No están obligados a admitir la ciudadanía ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias.Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República". Tradução do autor: Os estrangeiros gozam no território da Nação de todos os direitos civis do cidadão; eles podem exercer sua indústria, comércio e profissão; possuir, comprar e alienar bens imóveis; navegar rios e costas; exercer livremente sua adoração; Desejar e casar nos termos da lei Não são obrigados a admitir a cidadania nem a pagar contribuições extraordinárias obrigatórias Obtêm a nacionalização por residirem dois anos consecutivos na Nação; mas a autoridade pode encurtar este prazo a favor de quem o requer, alegando e provando serviços à República.

idade, ou mesmo de irmãos de uma mesma família, um apresentava nacionalidade oriental, outro argentina e outro brasileira, como, por exemplo, o caso de uma família da cidade de Colón, na província de Entre Rios, na qual consta Reducindo de Olier, brasileiro, estancieiro; Bautista de Olier, oriental, estancieiro; Gilberto de Olier, oriental, estancieiro; Beltran Olier, argentino, estancieiro[262]. Outro caso semelhante ocorreu em Federación, em outra família de nove pessoas, na qual figura Eugenio Leites, brasileiro, estancieiro; Maria Leites, oriental, estancieira; Gregório Leites, argentino, estancieiro[263].

Em Villa Libertad, distrito de Federación, consta o nome de Francisco Torres, brasileiro, estanceiro, de sua provável esposa Francisca Torres, estancieira, aparecendo cada um de seus

[262] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Colón. Archivo General de la Nación, Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, Tomos 1031, Rolo 596.

[263] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Colón. Archivo General de la Nación, Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, Tomos 76, Rolo 596.

ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Colón. Archivo General de la Nación, Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, Tomos 76, Rolo 596.

Nesse período era prática comum entre os fronteiriços brasileiros que possuiam propriedades nos dois lados da fronteira, alguns registravam seus filhos no país vizinho, obtendo dupla cidadania como o caso de Gaspar Silveira Martins (ROSSATO, 2014), outros como o caso da família Saraiva, em que parte dos filhos foi registrada no Brasil e outra no Uruguai, como, por exemplo, os casos de Gumersindo, com nacionalidade brasileira e Aparício, com nacionalidade uruguaia (LOPEZ, 2005; DOBKE, 2015). No Brasil, aqueles nascidos antes da Proclamação da República, tinham seu direito à cidadania estabelecidos pelo Art. 6º da Constiuição Imperial de 1824, garantindo a cidadania a filhos de pai brasileiro ou ilegítimos de mãe brasileira nascidos em país extrangeiros, que estabelecessem dmicílio no Brasil (BRASIL, 1824). Esse princípio foi mantido pela Constiuição Republicana dos Estados Unidos do Brasil, em seu Art. 69. (BRASIL, 1891).

No que se refere aos quesitos que estabelecem a nacionalidade na República Oriental do Uruguai, estão previstos no Art. 8, da Constituição de 1830, segundo a qual: Ciudadanos legales son: "[...] los extranjeros, aunque sin hijos, ó con hijos extranjeros, pero casados con hijos del país, que, profesando alguna ciencia, arte ó industria, ó poseyendo algún capital en giro, ó propiedad raíz, se hallen residiendo en el Estado al tiempo de jurarse esta Constitución; los extranjeros, casados con extranjeras, que tengan alguna de las calidades que se acaban de mencionar, y tres años de residencia en el Estado; los extranjeros no casados, que también tengan alguna de las dichas calidades, y cuatro años de residencia; los que obtengan gracia especial de la Asamblea, por servicios notables, ó méritos relevantes. URUGUAI, Constiuição (1830). Constituición de la Republica Oriental del Uruguai de 1830. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion Acesso em: 02/06/2021.

Para a República Argentina, as normas que regiam os direitos aos estrangeiros estabelecidos aos extrangeiros residentes na República Argentina foram definidos nesse período pela Constituição de 1853 e suas reformas seguintes, segundo a qual, em seu Art. 20, define que: "Los extranjeros gozan en el territorio de la Nación de todos los derechos civiles del ciudadano; pueden ejercer su industria, comercio y profesión; poseer bienes raíces, comprarlos y enejenarlos; navegar los ríos y costas; ejercer líbremente su culto; testar y casarse conforme a las leyes.No están obligados a admitir la ciudadanía ni a pagar contribuciones forzosas extraordinarias.Obtienen nacionalización residiendo dos años continuos en la Nación; pero la autoridad puede acortar este término a favor del que lo solicite, alegando y probando servicios a la República". ARGENTINA. Constituição (1853). Constitución Nacional Argentina 1853 y reformas. Disponível em: http://www.biblioteca.jus.gov.ar/constitucionargentina1853.html Acesso em: 02/06/2021.

filhos com uma nacionalidade: Placido Torres, estancieiro, argentino e o segundo, Florencio Silva, estancieiro, brasileiro[264].

Tal situação também pode ser observada nas províncias de Corrientes, como por exemplo, no departamento de Mercedes, onde aparece uma mesma família com três nacionalidades distintas: José Braga, agricultor, brasileiro; e seus filhos Gregório Braga, agricultor, oriental; Secundino Braga, agricultor, argentino[265].

Esses casos, além de evidenciarem uma estratégia de garantir a propriedade, a posse e o trânsito, revelam um manejo estratégico das nacionalidades, por essas populações, um uso racional da soberania de Estados distintos que ainda estão em consolidação.

Tal constatação vem ao encontro de nossa proposta de uma região para este espaço, também analisada em artigo de autoria de Joseph Younger (2008). Este apresenta alguns estudos de caso de indivíduos, na zona de fronteira Brasil e Uruguai, nos quais destaca a importância do Estado e a forma como se utilizavam das distintas soberanias, para obter benefícios a partir de normas legais diversas em um ou outro lado da linha de fronteira.

Isso representa, dentre diversas possibilidades, a de essas famílias possuírem propriedades nos dois ou nos três territórios distribuídos nos diversos lados dos limites fronteiriços entre Brasil, Argentina e Uruguai. Portanto, os pais poderiam escolher entre registrar seus filhos em localidades diferentes, postura que revela um outro entendimento acerca do espaço. Não a postura pensada sob a lógica dos Estados nacionais, mas a de indivíduos fronteiriços que circulavam pelo espaço, que levavam em consideração os benefícios e as possibilidades que essas cidadanias distintas trariam a si e a seus negócios.

Considerando-se a circulação dos indivíduos e de suas famílias por este espaço regional, atravessando largas distâncias, muitas vezes, percebe-se a existência de casos de processos de migrações internas e contínuas na região. Como exemplo, podemos citar o caso do estancieiro Ismael Pereira, natural da cidade de Bagé, estado brasileiro do Rio Grande do Sul, que era um

[264] ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Villa Libertad. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 83, Rolo 596.
[265] ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Mercedes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 994, Rolo 576.

estancieiro em Monte Caseros[266], e o de Angélico Fonseca, estancieiro em um distrito de Concórdia, província de Entre Rios[267].

Existiam, igualmente, exemplos de brasileiros que poderiam atravessar grandes distâncias em busca de trabalho ou para acompanhar seus patrões, como o caso de Isidro Cardoso, natural da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e jornaleiro em Concórdia[268]; e de Militão Rodrigues, natural de São Gabriel, casado com Isabel Rodrigues, natural de Salto, Uruguai, cuja filha Angela possuía a nacionalidade uruguaia, os três constando como sendo jornaleiros[269].

As atuações desses personagens sobrepunham limites políticos desses Estados, não que fossem sempre intencionalmente, mas, sim, como parte de um universo de referências culturais e sociais comuns e identitárias de uma região, em uma época em que isso era uma prática comum, demonstrando ter uma noção própria de uma região interligada por laços econômicos, culturais, sociais/familiares, onde indivíduos de uma mesma família poderiam ter propriedades nos países vizinhos.

Para tal, poderiam levar em consideração questões subjetivas, como a proximidade de amigos e parentes questões econômicas, em busca de melhores condições de campos e pastagens para a criação de gado, inclusive o estabelecimento de comércio em zonas estratégicas como Concórdia, Federación, Salto, ou mesmo Paso de los Libres e Santo Tomé, para o caso de Corrientes, ou até mesmo questões políticas em seus países que os levavam a emigrar para um país limítrofe em busca de asilo ou proteção contra perseguições a si, a suas famílias ou a suas propriedades.

Para que melhor possamos exemplificar essa questão, citamos o caso do caudilho entrerriano **Ricardo López Jordán**, cuja atuação permite se tenha uma noção da importância da circulação dos indivíduos por essa região revolucionária e das complexas redes de relações estabelecidas em um espaço que ultrapassava os limites políticos dos Estados. Tais relações se mostraram recursos estratégicos indispensáveis nos períodos de disputas em torno de projetos

---

[266] ARGENTINA. Território e Provincia de Corrientes, Monte Caseros. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898. Tomos 235-242, Rolo 576.

[267] ARGENTINA. Território e Provincia de Entre Rios, Concordia. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898. Tomo 42, Rolo 576.

[268] ARGENTINA. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Concordia. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.Tomo 34, Rolo 576.

[269] ARGENTINA. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Concordia. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898. Tomo 34, Rolo 576.

de poder e de Estado geradores de conflitos que forçaram estes indivíduos a emigrar para outras províncias/países. Eram vínculos estabelecidos de longa data pelas atividades comerciais e pelos constantes conflitos, os quais poderiam ser solidificados por estratégias de matrimônios e compadrios que poderiam criar solidariedades quando necessário.

Segundo María Amalia Duarte (1998), López Jordán nasceu em Paysandu, Uruguai, em 30 de agosto de 1822. Casou-se com Ramona Puig, natural de Salto, Uruguai, filha de Ramón Ruíz Puig e Simona Correa, e seu pai era importante comerciante com relações em toda a região.

Ainda de acordo a autora, Jordán possuía propriedades rurais dos dois lados do limite entre a fronteira argentina e a uruguaia. Mantinha redes de relações com estancieiros, funcionários das aduanas, políticos, e esteve envolvido também nos conflitos uruguaios. Em 1870, foi acusado pela morte de Justo José de Uruquiza – o que o levou a ser perseguido e morto por isso. Esteve envolvido boa parte de sua vida em revoluções na província de Entre Rios, especialmente em 1870, 1873 e 1876 (DUARTE, 1998; SALDUNA, 2005).

Esse era um período em que ocorriam muitas emigrações de um país a outro, a reivindicação de direitos e a representação política ocorriam, muitas vezes, pela via revolucionária, que era entendida como um dever de cidadania e civilidade do período (SABATO, 2009; 2018).

Por diversas vezes, Jordán foi obrigado a emigrar para o Uruguai ou para o Brasil, tendo chegado a contar com um comitê revolucionário organizado em Montevidéu, para suprir uma de suas revoluções (DUARTE, 1998. p. 30). Mantinha relações com políticos e estancieiros de renome como, por exemplo, com o uruguaio Aparício Saraiva[270] e o argentino Bernardo de Irigoyen[271]. Também contava com relações em Montevidéu, nas cidades uruguaias da costa do rio Uruguai, além de ligações com correntinos e brasileiros (SANTOS, 1996; DUARTE, 1998).

Era um personagem que circulava por um espaço regional, para além dos limites nacionais. Esteve exilado, junto com outros amigos e revolucionários, na cidade de Sant'Ana do Livramento. Era, igualmente, amigo íntimo do General Osório (DUARTE, 1998, p. 38-39; 142; BOSCH, 1986).

Entrementes, López Jordán também contava com forte apoio de uruguaios, dentre eles, os membros do partido Blanco, como Juan José de Herrera, que também era amigo de Aparício

[270] DOBKE, Pablo Rodrigues. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

[271] HERRERA, Jorge Hugo Vegas. Bernardo de Irigoyen. Los Diplomáticos. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, n. 19, Ago., 2002 p. 1-67. Disponível em: http://www.cari.org.ar/pdf/diplomaticos19.pdf Acesso em: 17/04/2021.

Saraiva, além do apoio de argentinos residentes ou emigrados nas cidades uruguaias de Salto e Paysandú (DUARTE, 1998, p. 38-39), onde organizavam e supriam forças, preparando-se para invadir Entre Rios.

As redes comerciais também eram fundamentais, neste espaço, e o personagem citado mantinha relações não apenas no Uruguai, mas também no Brasil. López Jordan chegou a ir a Uruguaiana, em 1886, comprar gado, ocasião em que foi preso e internado em Porto Alegre, por estar envolvido com movimentos revolucionários, até conseguir, posteriormente, permissão para retornar à costa do Uruguai (DUARTE, 1998, p. 212).

Esta era uma região de complexas redes de relações caracterizada pela circulação dos personagens além dos limites políticos de seus Estados, territorializando-o através de suas relações sociais e práticas comerciais. Tinham, esses personagens, uma identidade e vínculos de solidariedade que eram ativados para comércio, quando fosse preciso emigrar ou organizar revoluções. Recebiam, das soberanias de outros países, a proteção para suas famílias e propriedades, criando conexões que estavam presentes no final do século XIX.

Com isso, queremos dizer que assim como os estancieiros da fronteira Brasil-Uruguai foram afetados pelas medidas alfandegárias, impostas pelo PRR de Júlio de Castilhos, também os da fronteira Brasil-Argentina – a qual possuía estancieiros e um intenso mercado de produtos- também foram afetados em seus interesses. A grande quantidade de produção ganadeira e ovina dos departamentos correntinos da costa do Uruguai era enviada para as charqueadas entrerrianas da costa do Uruguai, principalmente em Concórdia (SCHALLER, 2001). Ou seja, a região fronteiriça seria afetada.

A partir dessas questões, é possível pensar a existência de complexas redes de relações entre os proprietários rurais, atravessadores, contrabandistas e comerciantes, tanto quanto entre brasileiros, argentinos e uruguaios envolvidos no comércio em torno do rio Uruguai. A existência dessas redes é que podem explicar o apoio aos federalistas durante a Revolução Federalista.

Tal apoio pode ter vindo, também, pelo fato de que Sabá Hernández, autonomista e governador de Entre Rios, desde a eclosão das Revoluções Radicais (1893), havia vencido os intentos revolucionários, iniciados nos departamentos da costa do Uruguai, fortes redutos da União Cívica Radical (UCR), naquela província, passando a os perseguir, conforme os jornais permitem observar.

Além do mais, este apoio em nível provincial pode ter sido favorecido por dois aspectos: o primeiro concerne ao apoio dado aos federalistas pela UCR em âmbito nacional, e pelo fato de algumas autoridades desse partido possuírem propriedades em Entre Rios, como o caso de

Bernardo de Irigoyen, o que pode ter facilitado as movimentações dos federalistas. Um segundo aspecto, diz respeito ao fato de que parte dos radicais desta província, antes vinculados a Ricardo López Jordan, terem sua base de poder no oriente entrerriano, terem em comum com os federalistas um contexto de reivindicações pela participação política, marcado pelas perseguições a radicais entrerrianos e federalistas rio-grandenses, pode ter gerado um sentimento de solidariedade entre ambos os grupos.

Todos esses elementos que procuramos apresentar remetem a um importante apoio político das autoridades locais, assim como o de estancieiros residentes nas localidades dessa região, nas quais foram articuladas redes de relações que propiciaram aos federalistas uma base de operações protegida pelas soberanias dos Estados vizinhos ao Rio Grande do Sul, pedra angular de sua estratégia e de onde poderiam pensar a Revolução, configurando-a, mais uma vez, como um espaço fronteiriço revolucionário.

4 OS APOIOS POLÍTICOS REGIONAIS AOS FEDERALISTAS RIO-GRANDENSES

O cerne das discussões que procuraremos apresentar, neste capítulo, diz respeito a uma cultura política, no final do século XIX, que envolvia o conflito entre questões de antigo regime e contemporâneas, presente nas sociedades desta região revolucionária. Era um contexto em que, via de regra, se passara uma geração desde os embates que envolveram os processos de independência.

No geral, os personagens federalistas que estudamos, conviveram com seus antepassados e receberam, em sua formação, toda uma cosmovisão pautada nas práticas políticas e sociais de antigo regime[272]. Conheceram, assim, uma forma de fazer as coisas na política, na economia e na guerra, dentre outros aspectos.

A geração que atuava politicamente nos eventos do final do século XIX, trazia consigo tais experiências, entretanto, havia vivido momentos de transição que abrangiam diversas questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Desde a ampliação das noções de cidadania, quando acompanhado o processo de consolidação dos Estados Nacionais e o das formas de participação política, nesse novo contexto, os indivíduos testemunharam processos políticos em que determinados projetos de poder e de Estado sobrepuseram-se a outros alternativos.

Relembrando as temporalidades braudelianas (BRAUDEL, 1976), no tempo curto dos eventos políticos e da ação dos indivíduos, perpassava sobre estes uma intersecção de condições espaciais que não limitava, mas, sim, condicionava a ação dos personagens, sob uma perspectiva de Reinhart Koselleck (2014), e sobre ela exercia influências capazes de serem percebidas nos aspectos sociais, econômicos e culturais, desta região, que estavam presentes no período da Revolução Federalista, no final do século XIX.

Marc Bloch (1973; 2001) havia pensado as estruturas tanto econômicas quanto sociais, enfatizando as permanências em História para demonstrar suas passagens e transformações e, assim, compreender o campo das atuações políticas. Este campo seria marcado por permanências e rupturas de ideias presentes nos aspectos sociais, mas também na forma de pensar o espaço pelos personagens que o habitam.

[272] Ao encontro do que pensamos, José Carlos Chiaramonte (2012) asseverou a permanência de uma forma de pensar de uma sociedade de antigo regime, expressa pelas antigas constituições espanholas, na primeira metade do século XIX nas Províncias Unidas do Rio da Prata e Confederação Argentina. CHIARAMONTE, José Carlos. La Antigua Constituición Luego de las Independencias, 1808-1852. In: FREGA, Ana Novales [et al.] [Org.]. História, Regiões e Fronteiras. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2012, p. 9-48.

Tais aportes trazidos por Bloch, entendendo as permanências para explicar as atuações políticas e as formas de pensar os espaços, por seus habitantes, constituem chaves explicativas para pensarmos a região revolucionária. Nesta região, identificamos a persistência de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns entre antigas formas de fazer política e a guerra. Tratava-se de uma sociedade em que se mesclavam conceitos, práticas políticas e sociais tradicionais e contemporâneas, conforme procuraremos apresentar a seguir.

Entender esse processo e dar sentido a ele, desde o presente, envolve reconhecer que a própria atuação econômica dos indivíduos e de suas identidades desafiavam as lógicas que passaram a ser pensadas pelos Estados Nacionais, no espaço platino, recentemente consolidadas, no final do século XIX. Apresenta, ainda, eventos que complexificam as tentativas desses Estados de uma economia, história e identidade nacionais.

As reivindicações políticas que estavam em discussão, no período sobre o qual nos debruçamos, consideram disputas que nos remetem ao entendimento de partidos e facções, e de uma cultura política em que, tanto uma quanto outra prática política, partidária ou facciosa[273] envolvia um hibridismo, no qual poderiam coexistir práticas tradicionais e contemporâneas[274].

Trata-se de grupos políticos que adotavam uma ou outra postura, de acordo com as circunstâncias, para atender seus objetivos, mas marcada pela atuação das redes de relações como alicerces sob os quais ambas são pensadas e praticadas. Era um contexto de busca pela defesa de seus interesses e de representação em meio a projetos federalistas, outros centralistas, em que os ideais liberais serviram como base para as reivindicações contra visões de cunho, muitas vezes, autoritárias e, até mesmo, positivistas.

Era um período de ajustes tanto das estruturas quanto das formas de participação política de sociedades que passavam por transformações; fase de imigrações, da criação de classes médias, reivindicações e participações nos processos políticos, nos quais a fraude eleitoral era uma prática comum aos grupos políticos, no período em questão.

Para tanto, mostraremos, neste capítulo, uma amplitude das relações muito maior do que se supunha anteriormente. Por essa perspectiva, os processos políticos internos dos países vizinhos estabeleciam intersecções com os projetos políticos dos federalistas brasileiros, explicando, assim, as condições que levaram a um apoio de políticos argentinos aos federalistas,

---

[273] BONAUDO, Marta. Repensando el Partido/facción en la experiência Latinoamericana. Illes I Imperis, n.17, 2015, p. 15-40. ZUBIZARRETA, Ignacio; ETCHETCHURY BARRERA, Mario. Aqui no hay partidos: estúdios y perspectivas sobre las facciones y grupos políticos del siglo XIX hispano-americano. Illes i Imperis. N.17, 2014, p. 7-14.

[274] Sobre essa questão ver: XAVIER GUERRA, François Xavier. **México. Del Antiguo Régimen a la Revolución**. Ciudade de México: FCE, 1991.

tanto em Buenos Aires quanto nas províncias de Santa Fé, Corrientes e Entre Rios. Contaram, ainda, com o apoio político de membros da União Cívica Radical e de brasileiros residentes nessas localidades, como elementos potencializadores de solidariedades.

Da mesma forma, mostraremos a importância fundamental do apoio dos brasileiros com propriedades rurais no norte, nordeste e litoral norte do Uruguai, bem como suas relações, nesse espaço, e o quanto foi imprescindível para uma estratégia de abastecimento e sustentabilidade da cadeia logística que manteve os federalistas em combate durante a Revolução.

4.1 AS REVOLUÇÕES RADICAIS NA ARGENTINA E O APOIO AOS FEDERALISTAS BRASILEIROS

A Revolução Federalista foi contemporânea às Revoluções Radicais ocorridas na Argentina[275]. Mesmo tendo motivações distintas[276], para se compreender as conjunturas que levaram à eclosão deste conflito, na Argentina, é necessário apresentar o contexto argentino que a antecede e suas origens. Para tal, nos utilizaremos de autores como Paula Alonso (2000), María del Mar Solís Carnicer (2005), Marcus Vinícius Costa (2006) e Dardo Ramírez Braschi (2010).

Compreender os eventos ocorridos na Argentina, nesse período, possibilita entender a política de apoio de lideranças políticas nacionais argentinas e a articulação com autoridades das províncias de Entre Rios e Corrientes e, também, indiretamente, até mesmo de Buenos Aires e Santa Fé. Tal compreensão permite demonstrar os vínculos e uma conjuntura de intersecções desses processos históricos e políticos nacionais que revelam uma história para além dos Estados Nacionais, nesse período, revelando uma lógica que as histórias nacionais não conseguiram obnubilar.

Partindo dessa compreensão de uma história para além daquelas construídas pelos Estados nacionais, torna visível, ainda, processos políticos regionais internos, ao mesmo tempo

---

[275] Entre o período de 1889 a 1893, destacamos a Revolução do Parque, ocorrida em 1890, em meio a forte crise econômica. Criticava-se, ao fundo, uma forma de entender a política a partir de uma necessidade de unanimidade e que via nos partidos uma ideia pejorativa e contrária à unidade nacional (HIRSCH, 2010).
No que tange às Revoluções Radicais, ocorridas em 1893, promovidas pela União Cívica Radical, não foi um movimento unificado e ocorrido de uma só vez, mas sim foram movimentos revolucionários em localidades diferentes da República Argentina, comandados por líderes diferentes nas localidades onde houve levantamentos. Contestavam, de forma intransigente, um sistema dominado pelas oligarquias que, segundo eles, havia corrompido o governo argentino, na busca por manter unanimidade de posições, por meio de acordos com os partidos que formavam sua base. À fraude eleitoral, garantiam o monopólio, a manutenção e uma ordem pensadas pelo Partido Autonomista Nacional (PAN), resultando na exclusão da oposição (ALONSO, 2000).

[276] Na análise acerca destas reivindicações apresentadas por Marcus Vinícius Costa (2006), podemos observar, dentre elas, a pauta liberal, a reivindicação por eleições sem fraude, maior participação das minorias no processo político, entre outras.

que possibilita pensá-los de uma outra lógica, segundo a qual, os eventos históricos de um lado das fronteiras nacionais permitem entender os acontecimentos de um outro país, demarcando, assim, um espaço que transcende as compreensões até então pensadas para a Revolução Federalista, oferecendo a perspectiva de uma abrangência regional para além do território eminentemente brasileiro.

Após a década de 1880, houve um período de relativa estabilidade política e crescimento econômico na Argentina. Um período de consolidação do Estado Nacional, passou a ganhar preponderância, no cenário político, após a união do Partido Autonomista com o Nacional, formando o Partido Autonomista Nacional (PAN). Dominado por setores oligárquicos, tinha Júlio Argentino Roca como um dos principais líderes. Consistia numa coalizão de facções políticas de abrangência nacional que congregava diferentes interesses das províncias e contava com grupos que os representavam em Buenos Aires (ALONSO, 2000). Essa forma de fazer e pensar a política surgida, nesse período, inaugurou um sistema político que se apoiava no controle, pela elite governante, da sucessão presidencial.

Nesse processo, de acordo com Maria del Mar Solís Carnicer (2005), a ordem estabelecida era marcada pela fraude, uma vez que o governo mantinha o controle do aparato estatal, ou seja, interferia no controle de todas as etapas do processo eleitoral – baseado em um sistema de lista completa –, aparelhando as esferas do poder com os membros do partido.

Por outro lado, como o governo sabia que a hegemonia no poder também passava pelas províncias, decidiu adotar uma política de intervenção que consistia em colocar seus amigos, no poder das províncias. A manutenção de uma ordem conservadora e de coalização vigentes, requeria o controle das províncias com acordos, negociações, ou mesmo intervenção, em busca pela unidade nacional e de um consenso político, garantindo a hegemonia política do PAN, aspectos que terminaram por excluir as minorias políticas oposicionistas.

Dessa forma, garantiria o funcionamento das engrenagens de negociação entre elas e o poder nacional, previstas pela Constituição da República Argentina, asseguraria a permanência, no poder, por tempo indeterminado, dos autonomistas, atingiria o direito de representação das minorias e, ainda, dificultaria o acesso da oposição ao poder.

A fraude e a corrupção do Partido Autonomista, criticadas pela oposição, refletiam um cenário de degradação moral, de crise de valores do governo, assim como afrontavam as liberdades e as instituições. Paralelamente a esta situação política e moral, ocorreu um contexto de crise econômica fortemente vinculado à política dos autonomistas de governar com base em empréstimos, concessão de grandes créditos e gastos descontrolados, o que causou forte endividamento do Estado (SOLÍS CARNICER, 2005; GALLO, 2009; LUNA, 2012).

Em 1886, o presidente Roca é sucedido, no governo, por Miguel Juárez Celman, rompendo com sua base de apoio representada pelos seguidores de Júlio Roca e, ao mesmo tempo, expulsando-os dos cargos públicos. Por outro lado, também começou a impedir que membros dos setores autonomistas descontentes, oposicionistas, dentre os quais estavam Bartolomé Mitre, Leandro Niceforo Alem, Bernardo de Irigoyen e Aristóbulo del Valle, todos liberais, importantes maçons argentinos, em parte defensores do sistema federalista argentino, chegassem ao poder (DE RAGUCCI, 1987; SOLÍS CARNICER, 2005; LUNA, 2012; HAMILTON, 2019).

Para responder a esta situação de crise e de descontentamento político decorrentes das restrições de um regime conservador, surgiu, em setembro de 1889, a União Cívica da Juventude (UCJ), fundada por Francisco A. Barroetaveña, Leandro Niceforo Alem, Vicente Fidel López, Bernardo de Irigoyen e Aristóbulo del Valle, agremiação que reunia jovens sem filiação política, setores médios da população, católicos, maçons e mitristas, com representações em diversas províncias.

Constituída enquanto oposição ideológica e política, essa agremiação favorecia a criação dos alicerces de um novo sistema que passaria a existir: a rivalidade entre a situação governista e uma oposição organizada. Ela não surgiu exatamente como um partido, com pautas bem definidas, mas sim como instrumento para reivindicar a substituição do presidente da República e o retorno a um estado de Constitucionalidade que estava sendo aviltado

Este movimento, ao qual se juntaram outras lideranças oposicionistas, tais como Bartolomé Mitre e Bernando de Irigoyen, posteriormente deu origem à União Cívica que teve em Leandro Alem importante liderança, vindo a ser eleito presidente do partido.

Frente à impossibilidade de chegar ao poder pelas vias legais, sob risco de serem presos e desarticulados, enquanto grupo, os integrantes da União Cívica organizaram reuniões conspiratórias com o objetivo de cooptar apoio para depor Miguel Celman – presidente eleito por um sistema político com restrição da participação –, obter maior participação política e tentar acabar com a crise econômica (DE RAGUCCI, 1987), atividades que tiveram intensa participação de Leandro Alem, Aristóbulo del Valle e Mariano Demaría, dentre outros.

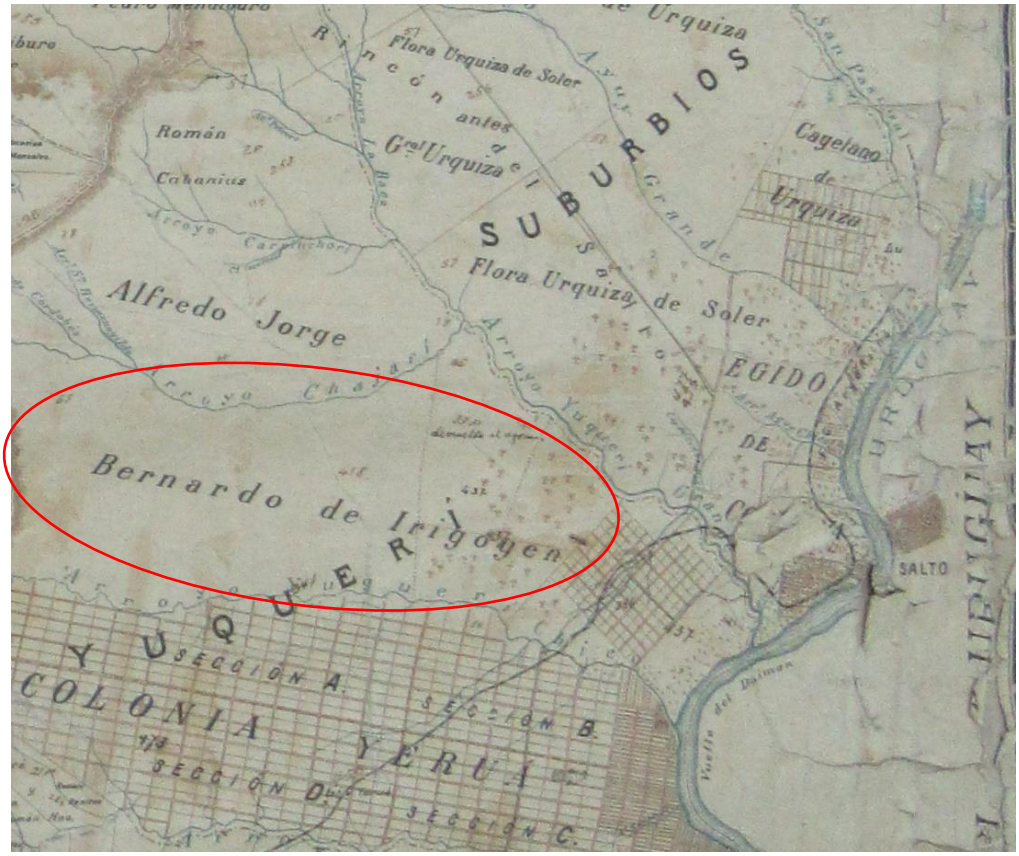
Em 1890, eclode a chamada Revolução de 1890, ou *del Parque*, uma revolução que, ainda que mantivesse articulações com o interior, ficou restrita a Buenos Aires e tinha por objetivo derrubar o presidente Miguel Celman, forçando, assim, a abertura do sistema político.

Tendo Leandro Alem como um dos principais mentores, o movimento buscou apoio no exército sob a pessoa do general José Maria Campos, o qual, de acordo com Olga de Ragucci (1987), falhou no cumprimento do plano acertado com as lideranças cívicas, pecou pela inação,

o que, junto à descoberta da conspiração pelo governo, foram fatores que contribuíram para a derrota dos revolucionários (DE RAGUCCI, 1987).

A autora apresenta, ainda, importante indício da articulação internacional dos cívicos Hipólito Yrigoyen e de Mariano Demaría, possivelmente contando com o apoio de membros do Partido Blanco para sua concretização, segundo o qual, deveriam os revolucionários obter apoio e suprir a revolução através da Província de Entre Rios para manter o conflito, província onde Bernardo de Irigoyen possuía propriedade rural, em Concórdia, e no distrito de Mandisoví, pertencente ao atual departamento de Federación, na costa do Uruguai[277].

Figura 17 – Mapa da propriedade de Bernardo de Irigoyen no departamento de Concordia, província de Entre Rios



Fonte: Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Plano del departamento de Concordia. Entre Rios: Gobierno de la Provincia, 1905. Grifo realizado pelo autor.

No entanto, esse plano teria falhado e sem obter dos militares envolvidos apoio para tal. Como resultado da revolução, a União Cívica obteve uma vitória política indireta com a

[277] Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Notariado, Registros y Archivos. Correspondencias, Informes de campos solicitados en propriedade. Libro n.1.

renúncia do presidente Miguel Juarez Celman, o qual passou o governo a Carlos Pelegrini, Vice-Presidente da República.

Tal vitória não arrefeceu o nível das disputas causadas pelos diferentes interesses em jogo, no âmbito da União Cívica. Dentre eles, existiam duas alas, os que estavam satisfeitos com os resultados da deposição de Celman; e os que defendiam que deveriam continuar a fazer oposição ao governo, defendiam a chegada ao poder, mesmo que para isso fosse necessário recorrer às armas, como defendia Leandro Alem.

Com a preparação para as eleições de 1891, a União Cívica passou a se organizar e a se articular em todo o país, para vir a concorrer ao pleito. Reunindo representantes enviados de todas as províncias, na convenção do partido realizada em Rosário, Província de Santa Fé, foram lançadas as candidaturas de Bartolomé Mitre e Bernardo Irigoyen para concorrer à presidência da argentina, enquanto Leandro Alem e Aristóbulo del Valle concorreriam ao senado (DE RAGUCCI, 1987). Del Valle, usando de sua astúcia, frustrou os planos dos cívicos. Encontrou-se com Mitre e efetuou um acordo, nos bastidores, de modo que Mitre concorresse às eleições, em acordo com o PAN, tendo como vice o candidato José de Uriburu, proposto pelos autonomistas, excluindo, assim, Bernardo de Irigoyen, que havia sido proposto pelos cívicos.

O resultado dessa articulação, nos bastidores, foi considerada, por Leandro Alem e por Bernardo Irigoyen, uma traição, e afastava a possibilidade de que a UC chegasse ao poder, como pretendia a ala destes líderes. Tal fato provocou uma cisão, no partido, originando-se daí duas correntes: a que deu origem à União Cívica Radical, sob liderança de Alem e Irigoyen; e a União Cívica Nacional, tendo Bartolomé Mitre como um de seus líderes.

A atitude de Mitre, ao aceitar tal acordo, e a exclusão do candidato cívico foram interpretadas como uma traição também pelos setores ligados a Leandro Alem. Seu sobrinho Hipolito Yrigoyen, dentre outros, se negava a aceitar qualquer tipo de acordo com os autonomistas. Os dissidentes ligados a Mitre, dentre os quais militava Aristóbulo Del Valle, viam nesse acordo uma possibilidade de chegar ao poder e transformá-lo por dentro, ou mesmo eram contrários a uma nova revolução.

De acordo com Paulo Alonso (2000), em nova convenção, os cívicos já cindidos, resolveram fundar a União Cívica Radical (UCR), em 1891, ficando Leandro Alem como representante nacional e Hipolito Yrigoyen como presidente do partido, na Província de Buenos Aires. Contavam com o apoio de diversas províncias do interior argentino e, dentre estas, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé tinham por característica a intransigência em relação a um acordo com os autonomistas.

Ainda, segundo Gallo (2009), os radicais tinham por pauta a defesa do liberal federalismo[278], a opção das armas como solução para vencer as fraudes eleitorais e chegar ao poder, o combate ao sistema eleitoral que dificultava o acesso ao poder pelas minorias políticas, o limite à intervenção do governo federal e a criação de mecanismos que impedissem o governo de utilizar a máquina pública para benefício próprio.

Os radicais resolveram, então, lançar as candidaturas de Bernardo de Irigoyen e de Juan Garro para concorrer às eleições de 1891, pois ocorrera um fracasso da aliança entre cívicos nacionais e os autonomistas.

No entanto, alas não contentes, dentro do PAN, lançaram Roque Saen Peña como candidato, rompendo com Roca e Mitre, isolando-os politicamente. Enquanto isso, o presidente Carlos Pelegrini tentava um acordo com a oposição *mitrista* e radical, não obtendo sucesso. Acusando a existência de uma conspiração, declarou estado de sítio, decretou a prisão de diversas lideranças radicais, dentre elas a de Leandro Alem, Lisandro de la Torre, Delfor del Valle, Angel Blanco, tendo-as enviado para o exílio, em Montevidéu, cidade onde receberam apoio do Partido Blanco (LUNA, 2012, p. 121).

Em abril de 1892, uma articulação política entre Julio Roca e Bartolomé Mitre fez com que Roque Saenz Peña renunciasse à candidatura frente a proposta de impulsar a candidatura de seu pai, Luis Sáenz Peña, o qual venceu as eleições e assumiu a presidência da República.

Após dois meses, no exílio, os radicais regressaram à Argentina. Convencidos da impossibilidade de chegarem ao poder pelas vias constitucionais, a UCR passou, então, a organizar uma revolução. Isso teria gerado uma segunda cisão, dentro da UCR, entre os apoiadores de Leandro Alem e os de Hipólito Yrigoyen. Este acreditava na solução armada, desde que liderada por civis e que a revolução deveria começar por Buenos Aires, enquanto aquele Alem acreditava em um levantamento vindo de diversas províncias.

O governo de Sáenz Peña, sem o apoio dos mitristas e do PAN, decidiu buscar apoio na oposição, convidando Aristóbulo del Valle e alguns cívicos nacionais para compor um ministério. Del Valle, de acordo com Juan Segovia (1999), era, desde a década de 1870, um liberal, um defensor das autonomias municipais, da descentralização administrativa, da representação das minorias e defensor do parlamentarismo como instrumento para conter os abusos do presidente (SEGOVIA, 1999, p. 575).

[278] O chefe da União Cívica Radical, Leandro Alem, defendia a liberdade de mercado, a autonomia das províncias e uma influência das ideias liberais de John Locke, especificamente o direito de rebelião contra um governo que consideravam despótico e que atentava contra as liberdades públicas, privadas e as instituições. Combatiam a concentração de poder e, nesse sentido, eram favoráveis ao parlamentarismo para impor limitações à autoridade do governante; eram defensores do direito de participação e representação política (GALLO, 2009).

Aristóbulo del Valle sabia que os governadores provinciais contavam com milícias que atuavam para mantê-los no poder e auxiliavam-nos a impor sua vontade, debelando as oposições. Segundo Olga de Ragucci (1987), para del Valle, o federalismo significava respeito a Constituição, ou seja "lucha por el fortalecimiento del Estado nacional por sobre el ejército y los gobiernos provinciales que no podrían sobrepasar la autoridad nacional" [279] (DE RAGUCCI, 1987, p. 113). Ou seja, ainda que as províncias tivessem sua autonomia, esta não poderia ter poderes que desafiassem o poder nacional do Estado nacional ou mesmo impedir a livre manifestação do direito ao voto e o acesso ao poder das oposições nas províncias.

Em entrevista ao jornal argentino *El Diario*, datado de 14 de agosto de 1893, Aristóbulo del Valle assim se manifestou:

> [...] Antes de ir al ministério, no era revolucionário y no puedo serlo por haber dejado de ser ministro. La revolución es um recurso supremo y por esa estaba justificada en 1890, como há sido legitima la revolución de Buenos Aires y la de Santa Fé, como lo será la de Corrientes, que ningun poder humano podrá evitar [...][280].

Essa declaração é um indício de que Aristóbulo havia mudado a postura política da década de 1880, e que, ainda que fosse contra rupturas institucionais, conspirava com as lideranças radicais, desde 1889, acerto que culminou com a Revolução de 1890 (DE RAGUCCI, 1987, p. 85-89). Ao chegar ao Ministério da Guerra, procurou transformar seu gabinete em um gabinete revolucionário, buscou também colocar em prática as pautas defendidas pelos radicais, uma vez que seguia mantendo estreitos vínculos e articulações conspiratórias com Leandro Alem e Hipólito Yrigoyen (DE RAGUCCI, 1987, p. 95; 99;111), fato que aponta para a existência de um plano radical que apoiava as oposições provinciais no sentido de conseguir derrubar os governos vinculados ao Partido Autonomista nas províncias, os quais eram parte do sistema que os radicais queriam modificar.

Entendendo, Aristóbulo, que se infiltrar no poder e fazê-lo ruir, por dentro, seria uma oportunidade única e acreditando que as reformas poderiam ser feitas por meio revolucionário (SEGOVIA, 1999), convidou os radicais para compor um ministério e chegar a seus objetivos, ao que recebe a negativa de Leandro Alem e de Yrigoyen. Decide, então, formar um governo no qual figuravam o mitrista e correntino Valentin Virasoro, como Ministro das Relações

[279] Tradução do autor: Luta pelo fortalecimento do estado nacional sobre o exército e os governos provinciais que não podiam superar a autoridade nacional.
[280] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 14 jun. 1893, p. 1. Tradução do autor: Antes de ir para o ministério, eu não era um revolucionário e não posso ser porque deixei de ser ministro. A revolução é um recurso supremo e por isso se justificou em 1890, já que se legitimaram a revolução de Buenos Aires e de Santa Fé, como será a de Corrientes, que nenhum poder humano poderá evitar.

Exteriores; Lucio López, no Ministério do Interior; Mariano Demaría, para o Ministério da Fazenda; Henrique Quintana, para o da Justiça, enquanto Aristóbulo ficaria, estrategicamente, com o ministério da Guerra e Marinha. (RUTGÉ, 1893; DE RAGUCCI, 1987).

Coerentemente com o entendimento de del Valle e dos radicais, o governo argentino passou a desarmar as milícias provinciais. Enfurecendo os governadores oposicionistas ligados aos Autonomistas, enviou militares para desarmar as forças dos governadores nas províncias e investigar os bancos provinciais (SOLÍS CARNICER, 2004).

A primeira Revolução Radical eclode em julho de 1893, tendo, como exemplo, a Revolução de 1890, que buscava derrubar os governos através de revoluções nas províncias, a fim de forçar a intervenção e conseguintes eleições.

O movimento que eclodiu em diversas províncias, dentre elas San Luis, Buenos Aires, Santa Fé, Tucumán, Corrientes, tendo por principais lideranças Hipólito Yrigoyen, Lisandro de la Torre, Aristóbulo del Valle, fracassou, diante da negativa de Aristóbulo de voltar-se contra Sáenz Peña, após este ter rompido sua palavra com ele, levando-o, consequentemente, à renúncia. O fracasso da revolução também se deve aos desentendimentos e às titubeantes ações dos envolvidos, assim como à intervenção de forças militares legalistas, comandadas por Julio Roca e Manuel Quintana, levando à rendição dos radicais, em agosto de 1893.

Numa segunda fase da Revolução Radical, após o término da primeira tentativa, em agosto de 1893, acreditando poder obter melhores resultados dos que a revolução anterior, levantaram-se Tucumã e Corrientes, que conseguem derrubar os governadores e chegar ao poder.

Em Santa Fé, Leandro Alem mobilizava-se pelo interior argentino, partindo para a cidade de Rosário, onde recebe o apoio de Mariano Candiotti e Lisandro de la Torre, além de considerável número de imigrantes italianos, suíços e alemães (REYES, 2009; MARTIRÉN, 2005; GALLO, 2008). Para esse movimento revolucionário de Alem, chegam forças de Entre Rios para apoiá-lo. Dentre elas, cerca de 400 homens vindos do Uruguai, membros do Partido Blanco, os quais "[...] fueron a oferecer-se espontaneamente a prestar sus servícios la Union Cívica Radical"[281].

No entanto, os problemas de articulação existentes entre os grupos políticos, principalmente por não se tratar, nesse momento, de partidos políticos modernos, e os movimentos que passaram a ocorrer, no interior, deram tempo de reação ao governo, vindo este

[281] Jornal *El Diario,* Buenos Aires. 5 ago. 1893, p. 1 - Notícias sobre a participação de membros do Partido Blanco em apoio aos Radicais entrerrianos. Tradução do autor: [...] foram espontaneamente oferecer seus serviços à União Cívica Radical.

decidir a sorte do levante. Diversos levantes foram reprimidos em diversas Províncias e as forças legalistas, comandadas por Julio Roca, debelaram as forças radicais Santafesinas[282], aprisionaram suas lideranças, dentre as quais Leandro Alem, preso em Rosário, enquanto Hipolito Yrigoyen e outros radicais foram enviados, em setembro de 1893, novamente para o exílio em Montevidéu (LUNA, 2012), pondo fim à revolução.

Como foi possível observar até o momento, algumas semelhanças[283] podem ser percebidas nas dificuldades enfrentadas pelos radicais argentinos e os federalistas brasileiros. Além da impossibilidade de chegar ao poder, enfrentavam uma máquina estatal dominada pela fraude que dava vitória ao governo. A defesa de pautas liberais e do afastamento da participação das minorias no processo político e a necessidade de uma reforma eleitoral, assim como a criação de mecanismos que impedissem o governo de utilizar a máquina pública para benefício próprio, foram pleitos que motivaram a negativa de negociar com o governo, optando pela via armada para alcançar seus objetivos.

As duas revoluções, a brasileira e a argentina, ocorreram em um mesmo período, o que permite compreender uma região conflagrada pela guerra, em que projetos políticos estavam em disputa, enquanto para os federalistas brasileiros, a revolução como retorno a uma ordem que precisa ser reestabelecida diante de um governo considerado ilegítimo e autoritário, para os correntinos, insurgiam-se contra um governo conservador e restrito a um grupo.

Esses valores comuns foram aproveitados pelas lideranças federalistas emigradas em Buenos Aires, que chegaram a buscar apoio do governo argentino, de membros do gabinete e ministros de Luis Saenz Peña, que teve muitos radicais e liberais, dentre os quais figurava Aristóbulo del Valle.

Nesse sentido, convém trazer a notícia veiculada no jornal *El Argentino,* de Buenos Aires, que assim informa:

> [...] en los pasillos del palacio se decia ayer que por conducto fidedigno se habian recebido noticias de que el Comité Revolucionario Riograndense, estabelecido en Buenos Aires, donde, como se sabe, residen la mayor parte de las personas que formaron en la passada revolución la armada brasilera contra el gobierno de Peixoto – habia entrado en relaciones con algunos de los personages políticos más influentes por el valor y el numero de los elementos que les son adictos [...] Según los informes, parece que el móvil del acercamiento à que nos referimos no es otro por parte de aquellos jefes de la República Argentina que es de proporcionar, como represálias à las medidas sanitárias impuestas por el gobierno del Brasil à las procedencias

[282] REYES, Francisco. **Armas y política en la construcción de un partido las revoluciones de la Unión Cívica Radical de 1893 Y 1905 en la Provincia de Sante Fé.** Monografia (Graduação em História). Universidade Naional del Litoral, Santa Fé, Argentina, 2010.

[283] Tal análise já foi realizada por Marcos Vinícius Costa (2006), em sua Dissertação de Mestrado, na qual apresenta importante análise e comparação das semelhanças entre as pautas dos dois partidos.

> argentinas, à los elementos que el vecino estado del Rio Grande continua en armas contra el partido castilhista [...] com motivo de estas noticias se decia también que como consecuencia del auxílio que de sus nuevos protectores recibirian en breve los diretores espirituales de la revolución federal, dentro de fuerzas revolucionarias formidables por la frotnera argentina[284].

Ao encontro dessa informação que dá conta do apoio argentino aos federalistas, prossegue esse mesmo periódico:

> Segun los rumores, el señor Silveyra Martins se agita dentro de la ideia revolucionaria, no siendo ajeno à esto algunos pronombres de la República Argentina. Se habla, con insistencia, como la cosa más natural del mundo, de una invasión general pronta a realizarse desde el territorio argentino. Los rumores consignan que los federalistas tienen todo: armas y dinero[285].

Essa informação cita um importante elemento para pensar o apoio dos radicais e de elementos do governo argentino. Referimo-nos às acusações do prejuízo causado à economia argentina pelo contexto da crise sanitária[286] de febre amarela e de cólera, no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, que grassavam, nesse período, na imprensa, e que podem ter criado simpatias, por parte não apenas dos radicais argentinos, mas também dos setores políticos argentinos em apoiar um movimento que prejudicava diretamente o Brasil, como represália aos embargos brasileiros aos produtos argentinos, enquanto os norte-americanos ingressavam nos portos brasileiros isentos de inspeção[287].

Nesse sentido, alguns radicais foram nomeados para fazer parte da comissão que trataria das medidas a serem tomadas. Enquanto os jornais uruguaios, por um lado, também

---

[284] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 19 dez. 1894, p. 1. Tradução do autor: [...] Nos corredores do palácio, foi dito ontem que haviam chegado notícias por meio de um canal confiável de que o Comitê Revolucionário do Rio Grande do Sul, instalado em Buenos Aires, onde, como se sabe, reside grande parte das pessoas que formaram na revolução passada, a armada brasileira, contra o governo de Peixoto −travou relações com algumas das figuras políticas mais influentes pelo valor e número de elementos que neles se viciam (...) Segundo relatos, parece que o motivo para a reaproximação a que nos referimos. Não é outra por parte dos chefes da República Argentina que deve providenciar, como retaliação pelas medidas sanitárias impostas pelo governo brasileiro aos procedimentos argentinos, contra os elementos que o estado vizinho do Rio O Grande continua a ter armas contra o partido castilhista (...) com estas notícias se disse também que em consequência da ajuda que os dirigentes receberão em breve dos seus novos protetores Espirituais da Revolução Federal, dentro de formidáveis forças revolucionárias da fronteira argentina.

[285] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 19 dez. 1894, p. 1. Tradução do autor: Segundo rumores, o Sr. Silveira Martins ainda está agitado dentro da ideologia revolucionária, alguns pronomes da República Argentina não são estranhos a isso. Como a coisa mais natural do mundo, fala-se com insistência de uma invasão geral pronta a ocorrer desde o território argentino. Corre o boato de que os federalistas têm de tudo: armas e dinheiro.

[286] Jornal *La Razon*, Montevidéu. 30 jan. 1895, p. 1. Notícia dobre a proibição de importação de charque argentino devido ao perigo de contaminação por cólera. Jornal *El Argentino*. Buenos Aires. 18 nov. 1893, p. 2. Fala sobre a questão sanitária entre Brasil e Argentina, a qual teria causado grave crise ao comércio dos dois países, devido às severas sanções que o Brasil impôs ao charque argentino, sobretaxado, enquanto produtos norte-americanos entravam isentos nos portos brasileiros.

[287] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 18 nov. 1893, p. 2. Notícia sobre o conflito sanitário Brasil-Argentina.

denunciavam a restrição do governo brasileiro ao seu charque, por outro, anunciavam que tais medidas do governo brasileiro causariam um expressivo aumento do apoio aos federalistas nas fronteiras uruguaias.

A situação de conflito diplomático que pode ter causado comoção em favor dos federalistas e também dos radicais refere-se à questão de contestação pela chamada "Questão das Palmas"[288], que envolvia uma disputa em torno de um território reivindicado tanto pelo Brasil quanto pela Argentina, situado entre o estado brasileiro de Santa Catarina e a província argentina de Misiones.

Essa questão foi submetida a arbitramento internacional que reconheceu, posteriormente, o direito do Brasil sobre essas terras, em novembro de 1895, período muito próximo ao contexto que estamos abordando. Contemporâneas ao período da Revolução Federalista, essas questões fervilhavam as disputas, situação política que teria sido aproveitada pelos federalistas brasileiros para se aproximarem das lideranças políticas argentinas a fim de obterem apoio.

A tentativa de os federalistas brasileiros evidenciarem os motivos que os levaram à revolução, através da imprensa de Buenos Aires, em especial, citamos as colunas de notícias[289] veiculadas no jornal *El Argentino,* órgão da UCR, no qual explicita os motivos que levaram à Revolução no Rio Grande do Sul procurando, notoriamente, destacar os motivos que pudessem favorecer simpatias e apoio, destacando as semelhanças dos problemas políticos enfrentados nos dois países e dos idealismos que era mote para a saída revolucionária.

Por meio de entrevista, o coronel federalista Costa Correa explicava:

> lo que queremos en Rio Grande, es tener um gobierno legalmente constituído, que el Estado tenga autonomia própria; que los mandatários lo sean por voluntad del Pueblo, y los opressores que hasta ahora nos han llenado de ignominia, y por cuya razón nos lanzamos a la lucha en que estamos empeñados[290].

Tal apoio dos radicais chegou a ser percebido, de forma mais enfática, no artigo *Independencia de Rio Grande,* publicado no jornal *El Argentino,* no qual o editor se declarava, abertamente, a favor do apoio à causa dos federalistas e da separação do Rio Grande do Sul,

---

[288] Sobre essa questão, ver: HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco***:* as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003.
MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808--1912). São Paulo: Editora da Unesp/Moderna, 1997.

[289] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 04 fev. 1894, p. 5. Publica uma coluna sob o nome de *Asuntos Brasileños*, na qual os revolucionários apresentam os motivos pelos quais promoveram uma revolução contra Floriano Peixoto.

[290] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 06 set. 1893, p. 6. Entrevista concedida ao coronel federalista Costa Correa, na qual fala dos motivos que conduziram os federalistas à saída pelas armas.

declarando ser tal iniciativa uma continuação dos esforços realizados, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845):

> [...] No sabemos lo que hará nuestro gobierno actual, quien sabe haber perdido la consciencia en el sentido de las cosas, se ha divorciado de todos nuestros antecedentes, como se ha divorciado de la opinión publica y cuya cancilleria se ha reservado los papeles más ridículos y desairados. A otro gobierno, compuesto por otros hombres, se la podría recordar simplemente que los antecedentes diplomaticos de dos naciones inducen en general a la regla de conduta que cada una de ellas se impone en lo sucesivo. Partiendo de este principio, la actitud que asume la Republica Argentina en hecho de la independencia del Estado de Rio Grande, deberia estar regido por la conducta que asumió el Brasil en el hecho de la Provícia del Paraguay. El Brasil provoco, y su ministro Pimenta Bueno fué quien com más teson trabajó para que el Austria y otra nación reconocisen esa independencia [...] la cuestión da independencia de Rio Grande esta sobre el tapete y ella será um hecho en breve tiempo, porque la opinión de ese Estado se manifestó unánime en tal sentido [...][291].

Na sequência desse artigo, o editor declarava que um comitê estaria trabalhando pelo reconhecimento de tal iniciativa e, ao mesmo tempo, buscaria apoio do governo argentino para reconhecer a empreitada, caso se concretizasse. O argumento defendido, no artigo, para tal apoio era o de que o governo argentino deveria pautar-se na reciprocidade, adotando para com o Brasil uma atitude semelhante a que este país havia adotado ao apoiar a independência da então província do Paraguai[292].

Tal postura defendida pelos radicais seria a de represália, e tal apoio para essa secessão, caso ocorresse, seria algo que os federalistas tivessem como uma última cartada, pois o General Joca Tavares declarou ao Almirante Saldanha da Gama, em junho de 1895, que caso lançassem um manifesto separatista, obteria franco apoio dos governos dos países vizinhos (ANDRADE, 2017), fato que não veio a se concretizar.

Por outro lado, na prática, além dos discursos, os indícios do apoio dos radicais argentinos pode ser percebida pelas constantes reclamações da Legação Brasileira, em Buenos Aires, ao informar sobre a existência de um navio que transportaria armas para os federalistas

---

[291] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 19 nov. 1893, p. 2. Uma seção do jornal denominada Independência de Rio Grande. Tradução do autor: Não sabemos o que fará nosso atual governo, quem sabe que eles perderam a consciência no sentido das coisas, se divorciaram de todos os nossos antecedentes, como se divorciaram da opinião pública e cuja chancelaria reservou os papéis mais ridículos e menosprezados. Outro governo, composto de outros homens, poderia simplesmente ser lembrado de que os antecedentes diplomáticos de duas nações geralmente induzem a regra de conduta que cada uma delas impõe a partir de agora. Partindo desse princípio, a atitude assumida pela República Argentina diante do fato da independência do Estado do Rio Grande, deveria ser regida pela conduta que o Brasil assumiu no fato da Província do Paraguai. O Brasil provocou, e seu ministro Pimenta Bueno foi quem com mais determinação trabalhou pela Áustria e por outra nação para reconhecer essa independência [...] a questão da independência do Rio Grande está em cima da mesa e isso será feito em breve pelo parecer de aquele Estado foi unânime a este respeito

[292] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 19 nov. 1893, p. 2. Uma seção do jornal denominada Independencia de Rio Grande.

brasileiros, até a cidade de Rosário[293], Santa Fé, importante núcleo da UCR, na Argentina, onde ocorreram diversas convenções do partido.

Também a cidade de La Plata[294], que contava com um importante porto na província de Buenos Aires, era forte núcleo da UCR e estava sob o comando de Hipólito de Yrigoyen. Esta localidade também foi utilizada pelos federalistas, pelo intermédio do Almirante Saldanha da Gama, para conseguir armas para a Revolução (COSTA, 2013), possivelmente com a anuência de Yrigoyen. A possibilidade de articulação de Hipólito Yrigoyen com lideranças federalistas também foi fortalecida, principalmente, por ter sido La Plata visitada, em junho de 1895, pelo Dr. Francisco da Silva Tavares, irmão do General Joca Tavares (TAVARES, 2004a).

Na cidade argentina de La Plata, capital da província de Buenos Aires, igualmente estava exilado, nesse período, Eduardo Acevedo Díaz[295], um político blanco, uruguaio, amigo de Aparício Saraiva, que fazia parte do comitê radical naquela localidade[296] e foi um dos grandes articuladores da revolução de 1897, no Uruguai. Este personagem integrava as fileiras da maçonaria[297] e, é muito provável que tivesse largas redes de relações, nessa cidade, e que estivesse ligado aos movimentos conspiratórios entre federalistas, blancos e radicais, dadas a coincidências e proximidades dos vínculos, especialmente por se tratar de um período no qual as conspirações eram comuns.

A colônia brasileira de emigrados, em Buenos Aires, era considerável, reunia heterogêneo grupo de opositores, tais como os partidários de João de Barros Cassal (Cassalitas), as lideranças ligadas à Revolta da Armada, tais como Eduardo Wandenkolk e Custódio de Melo, os Gasparistas. Pode-se dizer, também, que os interesses do grupo dos Silva Tavares estava não só representado, nessa capital, mas também evidenciado nas constantes idas do Dr. Francisco Tavares tanto a Montevidéu, onde estava exilado, quanto a Buenos Aires (2004a).

Na capital argentina, da mesma forma, estava, em 1894, o federalista Armando Burlamarque, membro do Estado Maior de Joca Tavares, nesse período, que foi denunciado

---

[293] ARGENTINA. Carta de Fernando Luís Osório ao Ministro Eduardo Costa, denunciando envio de armamentos para os federalistas através de Rosário, Santa Fé. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y consulados de America. Brasil, Bolivia y Colombia. Caja n. 558 Bis, 11/08/1894.
Sobre a Revolução Radical em Rosário: REYES, Francisco. ¿Virtud cívica o política facciosa? El lugar de las revoluciones radicales en la cultura política de fin de siglo. Santa Fe, 1893. **5° Jornadas de Jóvenes Investigadores - Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Buenos Aires**, 2009, p. 1- 21.

[294] DEBENEDETTI, E. La ciudad de La Plata y los hechos revolucionarios de 1893. **Trabajos y comunicaciones,** vol. 21, 1972, p. 59-82.

[295] GALMÉS, Héctor. **Correspondencia familiar e íntima de Eduardo Acevedo Díaz** (1880-1898). Montevidéu: Biblioteca Nacional, 1979.

[296] Jornal *El Diario*, Buenos Aires, 19 fev. 1893, p. 1. Notícia sobre Eduardo Acevedo Díaz.

[297] MAIZTEGUI, Lincoln Caudillos y Doctores. Tomo IV. Montevidéu: Editorial Planeta, 2017.

pela Legação brasileira daquela cidade, por estar envolvido com o contrabando de peças para os navios que estariam a serviço da revolução[298].

O jornal *El Argentino* permite identificar que igualmente estava, nessa capital, Marcelino Pereira das Neves Burlamarque[299], possivelmente parente de Armando, e que talvez pudesse estar dentre os apoiadores dos interesses do grupo dos Silva Tavares.

Nesse sentido, os movimentos, na capital argentina, e o contexto em nível nacional, favoreceram o apoio aos federalistas. Também os contextos revolucionários, nas provinciais de Entre Rios e Corrientes – nas quais residiam muitos brasileiros que possuíam propriedades e recursos investidos – incentivaram suas lideranças radicais, cuja situação de reivindicações políticas e ideais era semelhante, e nas quais residiam muitos brasileiros que possuíam propriedades e recursos investidos, a atuarem como vetores capazes de criar um terreno favorável aos federalistas para que recebessem apoio, conforme será apresentado a seguir.

4.2 A REVOLUÇÃO RADICAL EM CORRIENTES

A oposição aos autonomistas, em **Corrientes,** foi exercida, nos últimos anos da década de 1880, por membros do Partido Liberal como Manuel Florencio Mantilla Fernández Blanco, Valentin Virasoro, Juan Esteban Matinez, dentre outros liberais correntinos que seriam protagonistas dos eventos que se seguiram.

O contexto de crise nacional também tinha suas raízes e gerava consequências diretas nas províncias. Ainda em 1890, influenciada pela Revolução de 1890, em Buenos Aires, que motivou a queda do presidente Miguel Juarez Celman, a antiga oposição liberal fundou a União Cívica, em Corrientes. Por sua vez, na costa do rio Uruguai, Angel Saturnino Fernández Blanco Acuña[300] ajudou a fundar comitês locais da União Cívica, nas cidades de Santo Tomé, La Cruz, Alvear e San Martin (HERRERA, 1930)

---

[298] ARGENTINA. Documento da legação brasileira denunciando a presença de Armando Burlamarque. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America. Brasil, Bolívia y Colombia, cajá n. 558 Bis, Legación Brasil. Buenos Aires, 12/01/1894.

[299] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 28 jul. 1894, p. 6. Fala sobre a colônia brasileira de emigrados em Buenos Aires.

[300] Conforme Antonio Emilio Castello, em sua obra *Novíssima Historia de Corrientes* (2008) Angel Blanco nasceu em 1856, departamento de Curuzú Cuatiá, Província de Corrientes, era filho de Maria das Neves Acuña e Angel Fernández Blanco. Estudou em Buenos Aires, onde se graduou bacharel em Direito; passou a viver em sua propriedade rural em Santo Tomé. Foi filiado ao partido Liberal, na década de 1880, vindo, posteriormente, ingressar na União Cívica Radical, partido pelo qual veio a concorrer às eleições em Corrientes e senador nos mandatos de 1893 e 1895. Envolveu-se, desde esse período, em atividades revolucionárias. Foi um dos chefes da Revolução Radical e teve que se refugiar na cidade brasileira de São Borja, por diversas vezes, cidade que utilizava como cabeça de ponte para suas incursões em território correntino. Possivelmente, Angel Blanco tivesse amigos, parentes no lado brasileiro que o apoiavam e garantiam recursos para que mantivesse suas atividades. Isso nos faz

Nesse contexto, tentou-se um acordo para evitar derramamento de sangue. Ainda que se colocando como oposição, passariam a apoiar o governo provincial correntino comandado por Antonio Ignacio Ruiz, membro do Partido Autonomista Nacional (BRASCHI, 2010). Dentre as pautas do cívicos correntinos, havia o posicionamento em defesa de liberdade política, a atualização dos padrões eleitorais e o respeito à autonomia dos municípios (BRASCHI, 2010).

A política de acordos entre os partidos estava em consonância com a prática vigente em toda a Argentina e em Corrientes. Tutelada pela nova constituição provincial, aprovada, em 1889, contava inclusive com setores liberais reunidos em torno de um partido para, assim, buscar garantir a governabilidade (SOLÍS CARNICER, 2004). Tal apoio não foi duradouro e a busca por organizar um governo com os cívicos também havia fracassado pela violência com que o governo tratava a oposição, enquanto a excluía do processo político.

Em 1891, Angel Blanco havia se insurgido contra o governo de Antonio Ruiz. Acusava o governo de perseguições à oposição, atentados contra a vida e à propriedade dos membros da oposição, situação que fica evidente no manifesto escrito por Blanco, em um jornal, em fevereiro de 1891, assim reproduzido por Herrera (1930):

> (...) la justicia de nuestra demanda, destruiria esas autoridades criminiales y inabeis, que además de fustigar el Pueblo y saquearlo como bandidos, está siendo el ludibrio de la província y el borrón de la Nación [...] Pero el gobierno provincial seguiendo imperturbable su marcha de opresión y ruina del pais, no ha atendido a las reclamaciones de justicia de este desventurado Pueblo [...] la lucha en este caso es desigual, casi imposible y me hace ver claramente que el gobierno está dispuesto a exterminar al Pueblo, empeñandolo en una guerra fraticida larga y penosa, cuyos resultados serían siempre la ruina y desolación de este departamento desgraciado, que ya empezaba a ser saqueado en forma por las personas del gobierno (HERRERA, 1930, p. 46).

Angel Blanco acusava o primo do governador e membro do PAN, Juan Molina, que estava na condição de chefe político de Santo Tomé e também chefe das forças de polícia, de persegui-lo, assim como a seus oposicionistas. Procurou, inclusive, ajuda com Valentin Virasoro, no sentido de que os Molinas fossem retirados dessas cidades para que cessassem as perseguições. De qualquer maneira, tal medida não surtiu efeito e, frente à violência e aos riscos à vida, muitos correntinos, dentro os quais Blanco, emigraram para cidades brasileiras do outro lado do rio Uruguai, especialmente para São Borja.

---

pensar que, como em outros conflitos e alianças entre caudilhos rio-grandenses e uruguaios, a Revolução envolvia um compromisso de reciprocidade, de modo que tal apoio pudesse ser requerido, quando necessário, pelos amigos brasileiros. Por outro lado, é bem possível que Blanco tenha sido um dos elos entre os radicais argentinos de Corrientes e os federalistas brasileiros, principalmente pelo fato de estes virem a se refugiar em Santo Tomé, inclusive organizando um comitê revolucionário federalista para reunir apoio.

Paralelo a isso, ocorreram tentativas de levantes em alguns departamentos correntinos, como, por exemplo, em Saladas e Bella Vista, que foram severamente debelados pelo governo, levando a um fracasso de qualquer tentativa de negociação (HERRERA, 1930; SOLÍS CARNICER, 2004).

Em 1892, motivado pelas cisões ocorridas na União Cívica, após a ruptura de Mitre, Angel Blanco funda, em Corrientes, a União Cívica Radical, elegendo as cidades da costa do litoral do rio Uruguai como seu núcleo de apoio, enquanto a União Cívica Nacional, composta por mitristas e acordistas, seria chefiada por Manuel Florêncio Mantilla, parente de Angel Blanco[301].

A situação nessa província se deteriorara com o levantamento de forças militares, na capital, debeladas apenas com a intervenção de forças do governo de Buenos Aires e pelo estado de sítio decretado pelo presidente Carlos Pelegrini. Consequentemente, recrudesceram as perseguições políticas: muitos foram deportados, outros, fugiram por sua conta para o Brasil, para o Paraguai, ou outras províncias argentinas.

Em 1892, Angel Blanco invadiu com suas forças a Província de Corrientes, começando uma revolução como última saída, reivindicando direitos e considerando a revolução um ato de civilização contra a tirania (HERRERA, 1930). Para a incursão, Angel Blanco organizou, desde São Borja, onde estava emigrado, forças compostas por soldados de cavalaria e infantaria, formadas em sua totalidade por elementos brasileiros[302]. Isso levou o interventor enviado a nomear Juan Molina, liderança política de Santo Tomé e chefe das forças governistas contra Blanco, a se enfrentarem na batalha de Tarairy.

Tal apoio brasileiro foi caçoado pela imprensa autonomista da cidade argentina de Alvear, como se pode observar no questionamento publicado: "[...] que dirão agora as autoridades de São Borja cuja descarada e criminal proteção impulsionou Blanco a lançar-se a ensanguentar a zona mais rica da Província? Quão bem foram seus infantes? [...]"[303].

---

[301] DEL VALLE, Gabriel Enrique. **Genealogía del 1er. gobernador, Juan José Fernández Blanco**. Descobrir Corrientes: la enciclopédia virual correntina. Disponível em: http://descubrircorrientes.com.ar/2012/index.php/historia-desde-1814-hasta-la-guerra-de-la-triple-alianza/de-fernandez-blanco-a-atienza-ordenamiento-estadual-1821-1837/3653-juan-jose-fernandez-blanco-gobernador-1821-1824/genealogia-del-1er-gobernador-juan-jose-fernandez-blanco/2841-genealogia-del-1er-gobernador-juan-jose-fernandez-blanco. Acesso em: 11/10/2021.
FAMILYSEARCH. Genealogia de Angel Manuel Fernández Blanco, pai de Angel Saturnino Fernandez Blanco. Disponível em:https://familysearch.org/ark:/61903/2:1:9J3M-7FK Acesso em: 11/10/2021.

[302] Archivo General de la Província de Corrientes. Carta enviada de Santo Tomé ao Governo de Corrientes, Tomo 493, 12/04/1892. Este evento permite pensar o poder de articulação que tinha esse personagem nos dois lados da fronteira, permite pensar na complexidade das redes de relações fronteiriças, um entremeado de ligações familiares, amizades, estabelecendo solidariedades.

[303] Jornal *El Eco de Alvear*, Alvear, 12 abr.1892. Notícia sobre os brasileiros que combateram junto as forças de Angel Blanco.

De acordo com Mario Herrera (1930), após Angel Blanco sair ferido, neste combate, fugiu para São Borja, de lá indo para Uruguaiana, onde tinha muitos e influentes amigos brasileiros e correntinos emigrados, de quem recebia apoio para suas investidas. Nessa cidade, acabou sendo preso e, posteriormente, foi internado em Porto Alegre, até que, vindo a ser liberado, conseguiu deslocar-se para Buenos Aires. (HERRERA, 1930; BRASCHI, 2010; CASTELLO, 2008).

Descreve o autor, que foi durante o exílio, em Buenos Aires, que Blanco teria conhecido Leandro Alem, através de Adolfo Saldías[304]. Possivelmente, nesse mesmo período, também tenha se encontrado com seu parente, Dr. Manuel Florêncio Mantilla, pois ao regressarem os dois a Corrientes, nova revolução eclodiu, em dezembro de 1892, contra o governador Antonio Ruiz. Diversos membros da União Cívica Nacional e liberais, dentre eles José Martínez, Daniel Artaza e Manuel Reina, conseguiram reunir homens e sublevar inúmeras cidades e tomarem a capital correntina, entretanto, sem conseguir sucesso (HERRERA, 1930; SOLÍS CARNICER, 2004).

A situação, em Corrientes, ia contra os interesses do presidente Sáenz Peña, que não a aceitava. Assim, enviou, em maio de 1893, o General José Garmendia como interventor. As violências prosseguiam contra a oposição, até que com a chegada de Aristóbulo del Valle ao Ministério da Guerra, este mandou substituir Garmendia por outro que fosse neutro, na disputa, dando tempo para que a oposição correntina se organizasse para novo levante.

Enquanto isso, ainda em 1893, contando com o apoio de Leandro Alem, lideranças radicais e liberais mitristas, dentre as quais estavam Dr. Juan Esteban Martínez, Manuel Mantilla, Angel Blanco, Juan de Dios Verón e os irmãos Madariaga, uniram-se para a tomada do poder e para organizar outra revolução com as armas enviadas pelos radicais.

Fazendo parte da segunda Revolução Radical, os correntinos levantaram-se em armas, acompanhando o movimento radical iniciado em diversas províncias. Angel Blanco e inúmeros brasileiros[305] lutaram lado a lado, na costa do rio Uruguai, e a Revolução saiu vitoriosa.

---

[304] Sobre Dr. Adolfo Saldías ver: Biblioteca digital argentina. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070808102535/http://www.educ.ar/educar/superior/biblioteca_digital/verdocbiblio.jsp?url=S_BD_PROYECTOAMEGHINO/SAL.HTM&contexto=superior/biblioteca_digital/ Acesso em 01/12/2019. De acordo com as informações obtidas acerca da biografia desse personagem, Adolfo Saldías participou da organização da Revolução do Parque, em 1890. Exilado em Montevidéu, não deixou a atividade revolucionária. Regressou a Buenos Aires, participou da organização da Revolução Radical, sendo preso e enviado ao exílio, novamente, em 1893, o que sinaliza para uma possível articulação com as lideranças federalistas, também exiladas em Montevidéu, nesse período.

[305] Dentre os nomes de brasileiros citados por Herrera (1930), constam os nomes de Serafim de Moura, Valencio Rosa, Martin Cardoso, Ignácio Vieira, José Silva, Paulino André e José Gonzáles, Alfonso Lazo. Além destes, refere o autor que as forças de Angel Blanco teriam sido compostas, na batalha de Tareiry, por uma companhia

O governo de Sáenz Peña novamente enviara outro interventor, Leopoldo Basavilvaso, em setembro de 1893. Em seguida, passou a ocorrer uma convenção dos liberais e cívicos Nacionais e Radicais, na qual elegeram Valentin Virasoro e Daniel Artaza para o governo da Província de Corrientes. Diante dessa vitória em apoio aos radicais e liberais, os oposicionistas, dentre eles Juan Molina, um chefe de nome Piris e Juan Ramón Vidal[306], assim como outros líderes autonomistas, resolveram emigrar para Paraguai e Brasil, assim como para as províncias argentinas de Santa Fé e Chaco (HERRERA, 1930; SOLÍS CARNICER, 2004; BRASCHI, 2010).

4.3 O POMO DA DISCÓRDIA: EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS E CORRENTINOS COMO FATORES DE IDENTIFICAÇÃO, SOLIDARIEDADES E INSTABILIDADES

Desde a década de 1880, a Província de Corrientes já estava envolvida em conflitos, e parte desse conturbado contexto de revoluções e contestações dos modelos políticos pode ser observado na figura de Angel Saturnino Fernández Blanco Acuña, um caudilho correntino que, através de sua trajetória, exemplifica bem o manejo das soberanias brasileira, argentina e uruguaia, para atuar politicamente.

O exemplar da biografia do caudilho correntino, o qual tivemos oportunidade de examinar, foi descoberto em nossas pesquisas em Corrientes. Escrito por Mario Herrera, em 1930, a obra esteve por muito tempo guardada e ainda não foi abordada por historiadores profissionais, no sentido de a Revolução Federalista. Traz elementos que permitem compreender os motivos que levaram as autoridades correntinas a apoiar os personagens que tinham servido como elo entre federalistas e lideranças correntinas liberais e radicais. Assim, é a partir dos aportes trazidos por Herrera, que iremos apresentar o personagem.

De acordo com Mario Herrera (1930), Angel Blanco havia combatido forças do governo, em 1880. Derrotado, emigrou para São Borja, cidade onde viveu uma década emigrado em um rancho com sua família. Desempenhando a atividade de tropeiro, passou a percorrer diversas localidades e a criar uma extensa rede de relações, inclusive com políticos e militares brasileiros, mas não deixou de se envolver com as questões políticas correntinas. Continua o autor descrevendo, que Blanco voltou a reunir homens e invadir Corrientes, diversas vezes. Em razão de reclamações dos governos brasileiro e argentino teve de emigrar com a

inteiramente formada por brasileiros. Isso vem demonstrar não só o prestígio, mas as redes de relações mantidas por este personagem na zona fronteiriça.

[306] Sobre este personagem ver: SOLÍS CARNICER, Maria del Mar. **La construcción de un liderazgo político en la provincia de Corrientes. Juan Ramón Vidal (1883- 1940).** Dissertação (Mestrado em Ciências Politicas). Universidade Nacional del Nordeste. Corrientes: UNNE, 2004.

família para o Uruguai, entre 1882 a 1885, onde também estabeleceu amizades, na cidade de Concórdia, província argentina de Entre Rios.

A narrativa de Herrera (1930) acerca de Blanco permite-nos asseverar que era um revolucionário inveterado, uma vez que, mesmo tendo regressado a São Borja, continuou atuando, politicamente, até ser internado na cidade brasileira de São Gabriel, em 1885, período em que estabeleceu vínculos com o político e estancieiro brasileiro Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo conseguido seu apoio para regressar a São Borja (HERRERA, 1930).

Essa cidade se tornou seu centro de atuação e de conspiração política, tendo nela se envolvido com movimentos políticos, no período de implantação do regime republicano, no Brasil, em 1888 (HERRERA, 1930). Indubitável que Angel Blanco tenha estabelecido vínculos de amizade com pessoas de diversos segmentos influentes dessa cidade. Por ser maçom, poderia frequentar espaços de sociabilidade e acessar círculos de poder chaves para sua atuação política, além de obter apoio de seus irmãos em suas andanças.

O caso de Angel Blanco demonstra a situação de mais de uma década de lutas dos correntinos liberais e de perseguições que passaram a ocorrer com a decretação do estado de sítio por Carlos Pellegrini e o êxodo da oposição. Após o desarme das forças provinciais, por Aristóbulo del Valle, – Ministro do Interior e um dos líderes do radicalismo na Argentina –, e a tomada do poder pelas forças liberais e radicais, logo dando lugar ao governo eleito de Valentin Virasoro, a situação se inverte. Desta vez, os autonomistas correntinos é que partiram para o exílio e, como citamos anteriormente, muitos deles vieram para o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, especialmente Juan Molina e outros chefes políticos e militares que haviam perseguido Blanco e seus amigos oposicionistas.

Nesse período, o Rio Grande do Sul estava em meio à Revolução Federalista, e esses inimigos dos federalistas foram acolhidos e apoiados pelas forças do governador Júlio de Castilhos, inclusive Juan Molina, que veio servir nas forças legalistas castilhistas com seus homens, sob a patente de coronel, obtendo franco e escancarado apoio em armas e suprimentos dos generais brasileiros e da esquadrilha brasileira do Alto Uruguai (EL ARGENTINO, 14 e 15/06/1895, p. 1).

O apoio brasileiro a Molina facilitou diversas incursões de autonomistas ao território correntino, a fim de atacarem as forças do governo que agora estavam no poder, culminando com uma investida orquestrada por Juan Vidal, Juan Molina, chefes autonomistas de sobrenome Paiba, Nuñes, J. Piris, além de outros autonomistas emigrados no Brasil, Paraguai, Santa Fé e Entre Rios, que invadiram a Província de Corrientes e tentaram tomar a capital e as cidades de

Santo Tomé e Paso de los Libres, em junho de 1895 (HERRERA, 1930; SOLÍS CARNICER, 2005).

Importante destacar que tanto os jornais e a historiografia correntina que abordam essa tentativa de golpe pelos autonomistas em 1895, acabam por generalizar o apoio recebido de brasileiros, especificamente o apoio que tiveram os autonomistas de forças castilhistas, com homens e armas para tal invasão.

Da mesma forma, é pouco conhecido o apoio que os federalistas brasileiros deram a Angel Blanco e ao governador Virasoro. Os federalistas rio-grandenses lutaram junto às forças cívicas radicais de Angel Blanco para retomar Libres e Corrientes, as quais também pediram apoio ao federalista Antônio Ferreira Prestes Guimarães, emigrado naquela província (ANDRADE, 2017, p. 137-138). O apoio de Prestes Guimarães seria no sentido de lutar contra os invasores autonomistas que tinham por plano sequestrar o governador, tomar o poder e pedir intervenção do governo nacional, também autonomista (SOLÍS CARNICER, 2004, p. 81-82).

A partir dessas considerações, é possível entender o contexto de conflito em que se encontrava a Província de Corrientes, desde finais da década de 1870, assim como a grande presença de brasileiros com propriedades rurais nessa província, e a de correntinos, no Brasil. Além de ser um espaço marcado pelo comércio de gado e de produtos, entre as cidades dos dois lados do rio Uruguai, o espaço também era utilizado para emigração e fuga dos conflitos, servindo, assim, de refúgio em um lado ou outro da fronteira, ao mesmo tempo que estabelecia elemento de aproximação entre os personagens que estavam sendo apresentados até o momento.

Nesse sentido, o apoio aos federalistas, ainda que não tivesse sido constante, em decorrência das próprias dissenções existentes dentro do governo de Virasoro (SOLÍS CARNICER, 2004; COSTA, 2006) e das mudanças nos ministérios e na presidência argentina, entre 1893 a 1895, constitui variável importantes para entender a postura de maior ou menor apoio.

Entrementes, existem duas possibilidades para explicar que esse apoio tenha ocorrido, ambas sob a lógica de que o “inimigo do meu inimigo é meu amigo”. A primeira, defende que tanto o apoio dos liberais e dos radicais correntinos da capital, quanto o das autoridades da costa do rio Uruguai aos federalistas teria despertado a ira das autoridades brasileiras na fronteira, levando-as a fornecer apoio escancarado aos inimigos de Virasoro e dos radicais.

Por outro lado, a segunda hipótese para tal apoio é a situação reversa. Dessa forma, o apoio dos castilhistas aos autonomistas exilados no Brasil, após a tomada do poder pelos liberais radicais e sua incorporação oficial às forças castilhistas, somado às constantes invasões ocorridas em território argentino, com o apoio dos castilhistas brasileiros, teria criado simpatias

nas autoridades correntinas. Tal fato contribuiu para que as autoridades dos departamentos da costa do Uruguai, associadas a Angel Blanco – ligadas à União Cívica Radical e os liberais mitristas Virasoro, Daniel Artaza e Manuel Mantilla −, percebessem neles poderosos aliados e passassem a apoiar abertamente os federalistas. Poderiam, assim, intermediar a situação com as lideranças radicais, em Buenos Aires, conseguindo armamento para eles, como, outrora, também haviam conseguido para a revolução que derrubou os autonomistas em Corrientes.

Há uma mudança sensível no proceder do governo correntino, comandado por Antonio Ruiz, pela qual os federalistas são perseguidos, internados ou detidos em Corrientes, em relação ao período em que, graças ao apoio do ministério revolucionário de Aristóbulo, parte das conspirações existentes no período que marcaram as ações da UCR, principalmente com o enviado de Leandro Alem em armas aos radicais e liberais correntinos, contribuiu para derrubar o governador Antonio Ruiz, conforme citamos anteriormente.

Com a chegada de Valentin Virasoro ao poder, em Corrientes, foram nomeados para os cargos e chefias os antigos liberais, cívicos nacionais e radicais que antes haviam sido perseguidos pelos autonomistas de Ruiz, período em que as acusações dos consulados brasileiros, em Corrientes, e da Legação Brasileira, em Buenos Aires, ao Ministério das Relações exteriores, aumentou. Tais elementos vêm ao encontro do que afirma Corálio Cabeda (2004), ao afirmar que o governo argentino teria tido uma atitude de tolerância e compreensão para com os revolucionários brasileiros, nos primeiros meses de 1893.

Não causaria estranhamento a compreensão de que tal política conspiratória possa ter sido utilizada em relação ao apoio aos federalistas brasileiros emigrados, dadas as inúmeras e constantes comunicações trocadas entre o governo correntino e o Ministério das Relações Exteriores, sob liderança de Eduardo Costa[307], sucessor de Virasoro no mesmo ministério.

Entretanto, ressaltamos a existência de vínculos entre esses personagens, tendo Aristóbulo del Valle posição central nessa rede que envolvia os dois ministros de relações exteriores argentinos. Virasoro havia sido nomeado por del Valle, enquanto Eduardo Costa, ainda que tenha sido nomeado pelo presidente Sáenz Peña, após a renúncia de del Valle, também era antigo conhecido deste, ao menos desde a década de 1880, quando os dois estiveram trabalhando, na mesma equipe, durante a construção de La Plata[308].

---

[307] Havia sido exilado no Rio de Janeiro em 1874; Maçom, foi juiz em Santa Fé. (fonte: La masonería argentina y el 130° aniversario de La Plata. Site da Loja maçônica argentina José Marti, n.º 168, Disponível em: http://logiajosemarti.com.ar/index.php/2018/12/08/la-masoneria-argentina-y-el-130-aniversario-de-la-plata/ Acesso em: 27/11/2019.

[308] LOJA maçônica José Marti, N.º 168, La masonería argentina y el 130° aniversario de La Plata. Disponível em: http://logiajosemarti.com.ar/index.php/2018/12/08/la-masoneria-argentina-y-el-130-aniversario-de-la-plata/. Acesso em: 04/09/2019. Deste grupo, formado para escolher tanto o local de fundação quanto o da construção de

Tantas são as coincidências que não acreditamos que tenha sido ao acaso a composição desse ministério. Inferimos, sim, terem sido tais vínculos de proximidade criados por parentesco maçônico, uma vez que Valentin Virassoro, Eduardo Costa e Aristóbulo del Valle teriam pertencido a esta instituição. Claro que essa instituição não era um grupo homogêneo, e pertencer a ela não garantia a existência de amizade entre seus membros (BONAUDO, 2007; GONZÁLEZ BERNALDO, 2008). Assim, ainda que não tenhamos conhecimento de tais vínculos através da historiografia consultada, estes podem ser evidenciados pelo apoio aos liberais e aos radicais correntinos, em parte, dando sequência aos planos de Aristóbulo del Valle que os havia favorecido e apoiado.

4.4 AS RELAÇÕES ENTRE O GOVERNO ARGENTINO, O GOVERNO DE CORRIENTES E O APOIO AOS FEDERALISTAS BRASILEIROS EMIGRADOS

Conforme procuramos apresentar, a situação em Corrientes estava atrelada ao apoio vindo de Buenos Aires. Nesse sentido, é importante destacar que, em 1894, Gaspar Silveira Martins estava nessa capital, juntamente com outras importantes lideranças federalistas, dentre elas Aparício Saraiva e Luís Felipe Saldanha da Gama (COSTA, 2006), período em que Luis Sáenz Peña, pertencente ao Partido Autonomista Nacional, ocupou a presidência da República na Argentina (1892-1895), governo sob o qual também teriam ocorrido os levantamentos armados radicais, em 1893, na Argentina.

Ao pesquisarmos no acervo de documentos oficiais do Archivo General de la Província de Corrientes e Archivo Histórico de Cancillería da Argentina, tivemos acesso a diversas correspondências trocadas entre o Ministério das Relações Exteriores argentino e o governador de Corrientes, bem como as trocadas entre o governador e os chefes políticos e militares das cidades fronteiriças ao Brasil, para os quais enviava ordens e pedia informações sobre a situação em que se encontravam. Dentre essas, as correspondências referentes ao ano de 1894 foram as que apresentaram as informações mais reveladoras e detalhadas que permitiram explicar a ligação entre os liberais correntinos e os federalistas.

Através de correspondência enviada pelo senhor Eduardo Costa, do Ministério das Relações Exteriores, a Valentin Virasoro, governador de Corrientes, este recebe ordens constantes para ajudar os emigrados brasileiros, como se pode observar, especificamente, na carta enviada, em 11 de outubro de 1894, na qual afirma:

La Plata, também participaram outros personagens que pertenciam à Maçonaria, como, o futuro governador Dardo Rocha e o arquiteto Pedro Benoit, que projetou a cidade.

> (...) no es posible que el gobierno argentino prescinda de ciertos deberes de humanidad, pide que se continúe con el envío de alimentos y alojamiento a los refugiados brasileños (...) Se ordenará al Banco de la Nación poner a disposición [para manter aos emigrantes brasileiros] 10,000 pesos argentinos[309].

Pode-se observar que existiu uma disposição, por parte do governo, de manter esses emigrados, inclusive financiando-os por tempo limitado. Constantemente, solicitava informações sobre o número de emigrados, provavelmente para manter certo controle e disponibilizar recursos.

Esse apoio ficou explícito em telegrama enviado pelo governador Valentin Virasoro a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores argentino, no qual dizia ter recebido aviso da chegada de cerca de 300 emigrados, em Paso de los Libres, advertindo-o de que eram provenientes de Buenos Aires e Montevidéu, chegados pela costa do rio Uruguai. Por outro lado, pergunta se ajudá-los poderia causar dificuldades e que medidas deviam ser tomadas[310]. O ministro Eduardo Costa respondeu-lhe que deviam ser seguidas as instruções que havia passado e que garantisse que fossem afastados da fronteira os emigrados para que não fossem motivo de queixa por parte da legação brasileira, em Buenos Aires[311].

Dentre as medidas adotadas pelo governo argentino, em relação ao apoio oficial aos emigrados, alegando tratar-se de um dever de humanidade auxiliar os brasileiros que emigravam, grande parte maltrapilhos e sem ter o que comer, consistia em sustentá-los por quinze dias e, ao fim deste prazo, deveriam ser dispersados em pequenos grupos[312], muitos sendo encaminhados para ser internados no departamento correntino de Mercedes[313].

O governo correntino gastava muito dinheiro com a alimentação e translado dos oficiais e praças federalistas internados na capital Corrientes, além das tropas federalistas emigradas e

---

[309] ARGENTINA, Correspondência Oficial de Eduardo Costa ao Governador da Província de Corrientes, Valentin Virassoro. Archivo General de la Província de Corrientes, 11/10/1894, Tomo 515. Documento traduzido pelo autor: "não é possível ao governo argentino prescindir de certos deveres de humanidade, pede que seja continuado o envio de alimentos e alojamento aos refugiados brasileiros (...) o Banco de la Nación receberá ordem de pôr à disposição [para manter os emigrados brasileiros] a quantidade de 10 mil pesos argentinos".

[310] ARGENTINA. Telegrama de Valentin Virasoro, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 24/05/1894.

[311] ARGENTINA, Telegrama oficial de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, a Valentin Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 26/05/1894.

[312] ARGENTINA, Carta oficial de Carta da Legação do Brasil em Buenos Aires a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 25/09/1894.

[313] ARGENTINA, telegrama oficial de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, ao governador de Corrientes, Valentin Virasoro. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 18/10/1894.

as famílias que os acompanhavam, chegando a um número de 424 pessoas mantidas reunidas em locais destinados pelo governo, para que a fuga fosse evitada[314]. Em decorrência desses fatores, e dada a abrangência do apoio, o ministro Eduardo Costa chegou a propor um projeto de lei, no Congresso argentino, que deveria abrir crédito de 100 mil pesos para serem utilizados nas despesas com a internação e manutenção dos emigrados[315].

Essa ajuda não ficava apenas na parte de alimentos e alojamento, também lhes franqueavam o livre transporte em trem pela referida província. Nesse sentido, o emigrado Melchiades Angelino de Oliveira escreveu ao Ministro das Relações Exteriores informando que as forças de Torquato Severo e Vasco Martins, do qual era secretário, eram compostas por mais de 416 homens. Sendo assim, pedia ajuda, solicitando que fossem enviadas até 10 carretas para transportá-las entre as cidades correntinas de Saladas a Mercedes, e também que fossem enviados "alguns cavalos para os que não podem andar a pé por seu mal [sic] estado de saúde e algumas vacas para carnear, seria mais um favor que reconhecidos agradeceríamos ao Sr. Governador e a V. Exc.ª" [316].

Ainda, na mesma correspondência, Angelino agradecia o apoio oferecido, declarando que: "Em nome de todos os chefes acima mencionados e de todos os nossos companheiros, queria rogar ao Sr. Governador que levasse ao Superior Governo da Nação os sentimentos da mais profunda gratidão pela generosa hospitalidade recebida"[317].

Essas correspondências colocam o ministro das Relações Exteriores argentino e o governador de Corrientes, Valentin Virasoro, apoiados pelos liberais e pelos cívicos nacionais e radicais correntinos, assim como por outras lideranças locais, como os possíveis principais envolvidos por fazer a ligação com o governo argentino. Isso gerou o protesto dos representantes brasileiros, em Corrientes e em Buenos Aires, como, por exemplo, a reclamação do Vice-Cônsul do Brasil, na Província de Corrientes, Sr. Paulino Barcellos, o qual tinha escrito solicitando acerca de possíveis movimentos de brasileiros emigrados, quem seriam seus chefes, quantos eram e onde estariam reunidos[318].

---

[314] ARGENTINA, telegrama oficial de de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, ao governador de Corrientes, Valentin Virasoro. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 11/10/1894.

[315] ARGENTINA, carta oficial de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, ao Congresso da República Argentina. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 06/10/1894.

[316] ARGENTINA, Carta de Melchiades Angelino de Oliveira, a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Archivo General de la Província de Corrientes, Correspondência Oficial, 12/10/1894, Tomo 515.

[317] ARGENTINA, Carta de Melchiades Angelino de Oliveira, a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Archivo General de la Província de Corrientes, Correspondência Oficial, 12/10/1894, Tomo 515.

[318] ARGENTINA, Carta de Melchiades Angelino de Oliveira, a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Archivo General de la Província de Corrientes, Correspondência Oficial, 15/10/1894, Tomo 515.

Barcellos chegou a percorrer as cidades da zona da costa do Uruguai para, segundo ele, dar ordens aos chefes locais para manter neutralidade e que não fosse permitida a organização de forças revolucionárias em território correntino[319]. Entretanto, continuavam as reclamações do governo brasileiro[320].

O governador Virasoro passou a escrever, frequentemente, aos juízes de paz, chefes políticos e chefias policiais[321] da fronteira com o Brasil, solicitando informações acerca de "possíveis" movimentos de emigrados revolucionários brasileiros em suas jurisdições, no que era respondido, por esses chefes, que não existia ou não tinham conhecimento de nenhuma movimentação hostil.

Ao menos duas outras vezes, Virasoro mandara dois emissários comissionados para realizar conferências telegráficas com os chefes locais de Alvear e Paso de los Libres. No entanto, além de seus enviados a essas localidades, todos negavam ao governador a atuação de emigrados brasileiros em suas localidades[322].

Em carta enviada a Virasoro, em 13 de outubro de 1894, Manuel Aquino, chefe político de Santo Tomé, assim informa: "Recebi telegrama de ontem e em virtude deste, permita-me informar a V. Exc.ª. que duvido que neste departamento exista movimento algum de revolucionários brasileiros asilados"[323].

Numa segunda tentativa, enviou um outro emissário para averiguar a situação dos departamentos de La Paz, San Martin, Mercedes, Paso de los Libres, Monte Caseros e Alvear, novamente. As acusações continuavam, por parte da legação brasileira, que informava ser explícito o apoio aos federalistas, ao declarar que:

> (...) por informes exatos y fidedignos sabe que son numerosos y considerables los grupos de revolucionários brasileros que se encuentran en Monte Caseros y Libres, que rodea a Uruguayana ascendiendo a 800 hombres entre marineros y ciudadanos, que en Santo Tomé, frente a Barra do Ibicuí se hallan cerca de 400, que en La Cruz y Alverar se ve en campamentos más de 1000 hombres perfectamente municiados y disponiendo de dos lanchas á vapor y muchas canoas, que en Santo Tome sigue

[319] ARGENTINA, Carta de Valentin Virasoro, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 12/02/1894.

[320] ARGENTINA, Carta da Legação do Brasil em Buenos Aires ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 27/06/1894.

[321] De acordo com Mario Herrera (1930, p. 143), ainda em 1894, Angel Blanco havia sido, estrategicamente, nomeado inspetor de polícia do Alto Uruguai, teria autoridade e poder para evitar quaisquer violações do território argentino.

[322] ARGENTINA, Telegrama de Valentin Virasoro, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 18/05/1894.

[323] ARGENTINA, Carta de Manuel Aquino, a Valentin Virasoro, Governo da Província de Corrientes. Archivo General de la Província de Corrientes, Correspondência Oficial, 13/10/1894, Tomo 515.

> funcionando um Comitê Revolucionario [...] Que en la isla de San Mateo se hace reunion de grupos com proposito de invasión al Brasil (...)[324].

A denúncia não é infundada, pois as cartas trocadas entre o general Joca Tavares e o almirante Luís Saldanha da Gama afirmam que forças federalistas estariam localizadas entre as cidades de Alvear e La Cruz (ANDRADE, 2017, p. 138).

Tais localidades entre La Cruz e Alvear são possíveis de serem identificadas no *Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes* (1893) e, além de ser uma região com grande quantidade de brasileiros com propriedades, muitos dos sobrenomes que a habitavam são identificáveis na figura a seguir.

[324] ARGENTINA, Carta oficial da Legação do Brasil na Argentina ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, repassado a Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 17/11/1894. Tradução do autor: "Por relatos exatos e confiáveis sabe que há numerosos e consideráveis grupos de revolucionários brasileiros que estão em Monte Caseros e Libres, próximos a Uruguaiana, chegando a 800 homens entre marinheiros e cidadãos, que em Santo Tomé, em frente à Barra do Ibicuí cerca de 400, que em La Cruz e Alverar se veem acampados mais de 1000 homens perfeitamente armados e com dois barcos a vapor e muitas canoas, que em Santo Tomé continua a operar um Comitê Revolucionário [...] Que na ilha de San Mateo são realizadas reuniões de grupos com o propósito de invasão do Brasil".

Figura 18 – Mapa das propriedades rurais entre Alvear e San Martin, província de Corrientes

Fonte: Sánchez (1893).

Além de ser um indício de colaboração entre esses chefes locais da fronteira e o governo correntino, no sentido de acobertar as atividades federalistas, conforme havia apontado Machado (2009) e Costa (2013), tais acusações evidenciam intenso trânsito de federalistas entre essas cidades da costa do Uruguai e a Província de Misiones. Para refutar tais acusações, Virasoro comunicou-se, por telegrama, com chefes políticos da costa do Uruguai, as quais procuraremos apresentar a seguir.

Sobre a localidade de San Martin, localizada na costa do Rio Uruguai, atual Departamento de Yapeyu, na fronteira com o Brasil, onde desagua o rio Ibicuí, acusada de ter acampamento brasileiro, o Juiz de Paz Emetério Villalva declarou categoricamente em

telegrama[325] ao governador Virasoro, que desconhecia qualquer atividade, nesta zona, ou presença de grupos de emigrados brasileiros[326].

De Paso de los Libres, o chefe político Irinerco Ramirez afirma não existirem grupos de brasileiros emigrados que estivessem armados. Relata, ainda, que tinha ciência de que Aparício Saraiva, com um grupo desarmado, havia passado por ali em direção a Monte Caseros para cruzar ao Uruguai[327]. Por sua vez, José C. Iara, o chefe político de Monte Caseros, havia respondido que tinha conhecimento de que um grupo de 300 homens estava cruzando o rio Uruguai em direção ao Estado Oriental; por outro lado, refutava a existência de grupamentos armados em seu departamento[328].

O mapa das propriedades da localidade de Paso de los Libres pode ser analisado no *Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes. República Argentina* (1893), o qual apresentamos na figura a seguir:

[325] Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama de E. Villalava, de San Martin, ao governador de Corrientes, Valentin Virassoro. Correspondência Oficial, Tomo 516, 16/11/1894.
[326] ARGENTINA, Carta da Legação do Brasil na Argentina ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, repassado a Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 17/11/1894.
[327] ARGENTINA, Carta da Legação do Brasil na Argentina ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, repassado a Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 17/11/1894.
[328] ARGENTINA, Carta da Legação do Brasil, na Argentina, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, repassada a Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 17/11/1894.

Figura 19 – Mapa das propriedades rurais entre San Martin e Paso de los Libres, província de Corrientes

Fonte: Sánchez (1893).

De Alvear, o juiz de paz Juan de Dios Veron, afirmava que em seu departamento não existiam emigrados e que, possivelmente, esses estariam em grupos em La Cruz, pois era para lá que se dirigiam os que haviam emigrado de Posadas, província de Misiones.

Da localidade de La Cruz, o Juiz de Paz, Wesfálio Garay respondeu, por telegrama, a Virassoro, que desconhecia qualquer agrupamento de brasileiros em armas, nessa localidade, e que apenas tinha conhecimento de grupos de 50 ou 60 brasileiros envolvidos em agricultura e, no povoado, não estavam em grupos e sim todos ligados a pessoas ilustradas e decentes[329].

Por outro lado, uma carta publicada no jornal castilhista "A Federação", permite afirmar que o apoio também procedeu dos comerciantes de La Cruz, os quais teriam ganho com a

[329] Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama de Wesfálio Garay, de La Cruz, ao governador de Corrientes, Valentin Virasoro. Correspondência Oficial. Tomo 516, 16/11/1894.

Revolução. A carta enviada por J. Duran a um senhor de nome Gomes, enviada de Buenos Aires, em 20 de janeiro de 1895, assim afirmava "tenho sido muito acossado pelos credores desta capital, especialmente pelo homem dos arreios e pelos negociantes de La Cruz [...]".[330]

Os sobrenomes Veron e Garay são identificáveis como proprietárias rurais na costa do Uruguai, conforme o *Registro Oficial de Marcas da Hacienda de la província de Corrientes* (1904), e é possível reconhecer propriedades dessas famílias nas localidades apontadas, locais estratégicos que permitiriam aos federalistas esconder armas, acampar e, sobretudo, estar debaixo das vistas das autoridades correntinas que os apoiavam. Eram sobrenomes de indivíduos também identificados como pertencentes à União Cívica Radical de Corrrientes e próximos ao caudilho Angel Blanco, que lutaram ao lado deste caudilho tanto antes, quanto durante a Revolução Radical na província de Corrientes (HERRERA, 1930).

A resposta do chefe político de Mercedes ao governo correntino foi semelhante à do chefe de Libres, negando que existissem emigrados em seu departamento e que todos que ali estavam internados, partiram em pequenos grupos para Monte Caseros, possivelmente passando ao Estado Oriental.

[330] Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 22 mar. 1895, p. 2 – Notícia sobre os comerciantes de La Cruz.

Figura 20 – Mapa das propriedades rurais entre Paso de los Libres e Monte Caseros, província de Corrientes

Fonte: Sánchez (1893).

Tanto em Mercedes quanto em Monte Caseros, encontramos, no censo argentino de 1895, nomes de estancieiros pertencentes à família Silveira[331]. No departamento de Mercedes, parte de uma família se declarou brasileira, como o caso de Lúcas A. Silveira; outra parte declarou-se oriental, como, por exemplo, Octavio Silveira e Ovídio Silveira. Em Monte

[331] ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Mercedes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 994, Rolo 576.

Caseros, um casal de estancieiros, Joaquim Silveira e Maria Silveira[332], declararam-se orientais, assim como Virgínia Silveira aparece como sendo natural do departamento de Salto, Uruguai[333]. Nesta mesma localidade, aparece um estancieiro de nome Ismael Pereira, que se declarava brasileiro e natural da cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, importante núcleo federalista e forte base dos federalistas rio-grandenses.

O Diário de Dunshee Abranches (1955) declara que o almirante Saldanha da Gama havia solicitado a Gaspar Silveira Martins que contatasse os estancieiros que conhecia na costa do Uruguai (ABRANCHES, 1955). A partir destas informações, buscamos apresentar um panorama de um espaço com considerável número de brasileiros e que possuíam estâncias.

Esses nomes que citamos são exemplos de contatos que poderiam estar no âmbito das relações de amizade, comerciais ou familiares dos líderes federalistas, situação que os tornaria importantes apoiadores dos federalistas na província de Corrientes, especialmente em uma rota de duas localidades estratégicas, para sua movimentação até o Uruguai, conforme as acusações da legação brasileira.

Após a resposta desses líderes locais, Virasoro anexou a uma carta encaminhada ao ministro Eduardo Costa, em Buenos Aires, a resposta de sua investigação para que fosse apresentada à Legação Brasileira. No entanto, cerca de um mês após a resposta das autoridades correntinas da costa do Uruguai, negando a existência de emigrados brasileiros em armas, nova denúncia foi feita à Legação Brasileira, em Buenos Aires.

Desta vez, pelo General Francisco Rodrigues Lima, em dezembro de 1894, comandante do Exército Brasileiro e responsável tanto pela fronteira entre São Borja e Uruguaiana, como pela fronteira com Argentina e norte do Rio Grande do Sul, chamada de Divisão do Norte[334], na qual afirmava que existia grande número de emigrados brasileiros concentrados ao longo da costa do Uruguai, de Alvear a San Martin, com grande atividade, além de denunciar o suprimento de federalistas e sua passagem para Alvear[335].

Para resolver tais acusações, Virasoro enviou Feliciano Duarte, outro comissionado, aos departamentos da costa do Uruguai. Este deveria encontrar as autoridades e investigar tais

[332]ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Monte Caseros. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 235-242, Rolo 576.

[333] ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Monte Caseros. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 235-242, Rolo 576.

[334] COUTINHO, Albino José Ferreira. **A marcha da Divisão do Norte**. 2ª Ed. Porto Alegre: Edigal, 2011.

[335] ARGENTINA. Carta de Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes, ao comissionado Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 07/12/1894.

acusações, além de entrar em contato com o General Rodrigues Lima, na cidade brasileira de Itaqui, para pedir seu depoimento.

As respostas dadas ao comissionado vêm ao encontro de nossa hipótese de que, além do apoio de autoridade da costa do Uruguai e do governador Virasoro, os elevados contingentes necessitariam de um lugar para acampar. Assim, era necessário o apoio de pequenos e grandes proprietários rurais para acomodar esses contingentes e para que as grandes quantias de gado que as denúncias apontavam fossem acomodados, assim como para obter guias de transporte e de registros de marcas para passar pela vigilância das autoridades.

Respondeu Feliciano Duarte que, após suas investigações, em San Martin, havia encontrado um grupo de cerca de **quarenta emigrados, em seis chácaras pertencentes à marinha brasileira**, que, segundo informaram, teriam arrendado os campos e estariam cultivando aquelas terras[336]. Por outro lado, o consulado brasileiro, em La Cruz, denuncia-lhe que há cerca de dois meses havia um número de aproximadamente **quatrocentos brasileiros emigrados, acampados nas chácaras** e que eles estariam organizados e comandados por antigos oficiais da marinha brasileira[337].

Ao encontro das acusações do consulado brasileiro, o comissionado Duarte escreveu uma carta, em 13 de dezembro de 1894, ao General Rodrigues Lima, que estava em Itaqui, o qual pede escusas pela sua rudeza de militar, para falar-lhe a verdade. Narra ele, que era público e de conhecimento de todos o apoio a Dinarte Dornelles[338], em Santo Tomé. Alerta, ainda, que o comissionado estava sendo enganado por seu governo, pois se este quisesse, já teria resolvido a questão. Nesse sentido, vai mais além, afirmando ironicamente que

> se não fosse a convicção que tenho da seriedade de seu governo e das suas boas intenções, eu seria capaz de dizer que todas essas pesquisas, feitas com relação ao assunto de que nos ocupamos, não tem passado de uma farsa, com a qual procura mascarar intuitos desleais e criminosos [...] mais proporcionar um passa tempo do que para justificar as queixas da legação brasileira [...][339]

---

[336] ARGENTINA. Carta do comissionado Feliciano Duarte ao governador da Província de Corrientes, Valentin Virasoro. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 27/12/1894.

[337] ARGENTINA, Carta do Vice Consul do Brasil em La Cruz, enviada ao comissionado correntino Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

[338] Sobre Dinarte Dornelles ver: COSTA, Marcus Vinícius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

[339] ARGENTINA, Carta do General Francisco Rodrigues Lima ao comissionado do governo correntino, Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

Declarou o general brasileiro que sabia da existência de diversos lugares de acampamentos de emigrados revolucionários. Há pouco tempo teria estado no campo de um indivíduo de nome Barcellos; outro acampamento existiria próximo a La Cruz, o qual era abastecido por João Andisco, ex-presidente municipal; por fim, outro seria na estância de um personagem de nome Rosas, localizado próximo à costa do Uruguai, propriedade onde haveria campos para pastoreio de cavalos das forças federalistas, os quais haviam sido comprados por um estancieiro de nome Antônio de Lima para que fossem dados aos Federalistas[340].

Somado a essas acusações, um telegrama enviado[341] ao general Joca Tavares, em fevereiro de 1893, por Zico Dedé[342], estancieiro em Alvear e chefe revolucionário federalista, permitem compreender a existência de que o apoio desses estancieiros teria sido fundamental para manter homens, cavalos, gado, carroças, suas famílias, enfim, uma operação que precisaria espaço para tal.

Outro apoiador conhecido dos federalistas era o estancieiro de Santo Tomé, Gabriel Pina de Albuquerque, amigo de Dinarte Dornelles, que residia em Corrientes há cerca de 25 anos e foi acusado de fazer parte do comitê de apoio aos federalistas naquela cidade[343]. Identificamos sua propriedade no *Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes*, de 1893, documento que permite perceber que a propriedade de Gabriel era relativamente próxima à fronteira, o que facilitaria o acesso, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

[340] ARGENTINA, Carta do General Francisco Rodrigues Lima ao comissionado do governo correntino, Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.
[341] DEDÉ. Zico [Telegrama] 21 fev. 1893, Alvear. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Diz que soube da invasão e que está pronto.
[342]ARGENTINA. População Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Alvear. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación, Buenos Aires, 1898, Rolos 575-578. Tomo 994.
[343] ARGENTINA. Carta de Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 20/07/1894.

Figura 21 – Mapa com a propriedade rural de Gabriel Pina de Albuquerque em Santo Tomé, Província de Corrientes

Fonte: Sánchez (1893). Grifos realizados pelo autor.

Possivelmente, Gabriel Pina de Albuquerque fosse parente próximo ou irmão do comandante federalista Marcelino Pina de Albuquerque, natural da cidade de Dom Pedrito, onde era estancieiro e muito próximo também ao General Joca Tavares. A presença desta família em Santo Tomé não se restringia a apenas este indivíduo, pois identificamos a existência de outros homens e mulheres também pertencentes a esta família que possuíam propriedade rural naquele departamento[344].

A presença de correntinos nas forças do general federalista Marcelino Pina de Albuquerque pode ser observada na carta enviada ao general Tavares, em 10 de agosto de 1895, na qual afirmava que Clementino Velasco Molina, tenente coronel federalista, era chefe do Estado Maior das forças de sua divisão. Isso permite afirmar a proximidade e a confiança que detinha com esse personagem, a ponto de lhe oferecer esse posto de oficial superior no Exército

[344] ARGENTINA, Departamento de Hacieda, Santo Tomé. **Registro oficial de marcas de haciendas de la Província de Corrientes**. Corrientes: Talleres Gráficos de Teodoro Heinecke, 1904, p. 224.

Libertador e, ainda, de lhe confiar tal posição no comando do Estado Maior. No entanto, afirmava na mesma carta, que este havia sido expulso de suas forças devido ao fato de ter praticado latrocínio, durante a retirada da cidade de Dom Pedrito, ocasião em que ele,

> [...] sem autorização cobrou do comércio contribuições com as quais locupletou-se alimentando as suas orgias. [...] ele comprometeu-se a retirar-se para Corrientes para aonde parte imediatamente hoje porém que sei achar-se ele na citada cidade, levo o fato a conhecimento de Vossa Excelência para que se digne proceder como julgar conveniente [...][345].

O mais interessante da acusação feita pelo general Rodrigues Lima é que Feliciano Duarte, comissionado pelo governo de Corrientes, refutou as acusações do oficial brasileiro, em carta, na qual responde que os brasileiros emigrados que encontrou eram gente miserável que trabalhava nas propriedades rurais para sobreviver e que não existia lei que era dever ajudá-los. Recorda o general o apoio do governo brasileiro dado a Juan Molina e que ele, inclusive, comandava tropas castilhistas, as verdadeiras ameaças àquela fronteira, forças que, igualmente, haviam atacado Alvear, e que teria sido Zico Dedé que**m** contra-atacou para libertá-lo[346].

As informações apresentadas, confrontadas com as documentações federalistas, nos levam a ver pertinência nas acusações do general brasileiro Francisco Rodrigues Lima. Apontam, ainda, para um acobertamento do comissionado e das autoridades locais, não apenas de Santo Tomé, mas de todas as cidades da costa do Uruguai, assim como também permitem aventar que, tanto as respostas quanto as acusações, destacam, reiteradamente, o fundamental apoio dos estancieiros e aos federalistas.

O que uniria, então, os estancieiros brasileiros e comerciantes às autoridades locais e ao governo argentino? Essas correspondências evidenciam, em suas entrelinhas, a ligação central de Angel Blanco e dos cívicos radicais correntinos, especialmente da costa do Uruguai, forte reduto da UCR e zona em que Blanco tinha consideráveis redes de relações (HERRERA, 1930). A extensão da rede de Blanco, nessa zona, é considerável e, a partir da análise da obra de Mario Herrera (1930), é possível perceber que este indivíduo havia participado da fundação de todos

[345] ALBUQUERQUE, Marcelino Pina. [Carta] 10 ago. 1895, margem direita do rio Ibicuí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Sem local, 2 folhas. Carta em que Marcelino expulsa o tenente coronel correntino, Clementino Velasco Molina de suas forças por haver cometido crimes.

[346] ARGENTINA, Carta de Feliciano Duarte, comissionado do governo correntino, ao General Francisco Rodrigues Lima. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

os comitês radicais nos departamentos dessa zona da costa do Uruguai, tendo sido, inclusive, membro de honra do comitê de Alvear[347] e Santo Tomé, (HERRERA, 1930, p. 36).

Portanto, é muito provável que Angel Blanco tenha conhecido pessoalmente diversos dos líderes que estavam ocupando chefias políticas e juizados de paz, seus antigos correligionários políticos e camaradas de armas das revoluções que haviam ocorrido, anteriormente, em Corrientes (HERRERA, 1930, p. 33-125).

A existência de uma ligação entre os radicais correntinos da costa do Uruguai, dos quais Angel Blanco era importante líder, com as lideranças cívico-nacionais e liberais, representadas por Manuel Florencio Mantilla Fernandez Blanco, Juan Eusébio Torrent, inclusive pelo governador Valentin Virasoro, e as lideranças em nível nacional da União Cívica Radical, pode ser comprovada se analisarmos o comitê da UCR no departamento de La Cruz. Este comitê havia aclamado Leando Alem como seu presidente de honra, contando com Manuel Mantilla como delegado, em Buenos Aires, e Eusébio Torrent em Corrientes, capital (HERRERA, 1930, p. 37).

Entretanto, as informações que apontam para a colaboração dos chefes locais contradizem as cartas que foram enviadas para o governo correntino. Comparadas, estas correspondências, às enviadas de Buenos Aires pelo almirante Saldanha da Gama ao General Joca Tavares, datadas de 31 de outubro de 1894, fazem referência que possuem uma força em Corrientes, "uma força nossa, organizada e armada, e bem comandada, forte, de perto de 800 homens, que tenho entre Alvear e La Cruz" (TAVARES, 2004b, p. 123).

Ao encontro dessa informação, Dr. Francisco Tavares declarou que recebera relatos de Rafael Cabeda e de Saldanha da Gama, em 06 de novembro de 1894, com as seguintes informações: "Nossa gente de Corrientes está muito animada, pronta para invadir bem armada e municiada, que não há mais dificuldade para o trânsito de armamento e munições" (TAVARES, 2004a, p. 185). Em março de 1895, comunica, ainda, que os "Jornais a Gazeta e a Notícia trazem informação de que o comandante da fronteira, General Ricardo, comunicou ao seu governo que 6000 federalistas invadiram por Corrientes" (TAVARES, 2004a, p. 198).

Diante dessas duas informações, somos levados a concluir que além de saber da movimentação federalista e acobertá-la, possivelmente suas respostas ao governo de Corrientes

[347] Importante relembrar que, conforme citamos anteriormente, nessa cidade, o federalista brasileiro Zico Dedé, proprietário de uma estância em Alvear, havia auxiliado os radicais de Alvear a recuperar e a defender a cidade após o ataque do autonomista Juan Molina, o qual estava emigrado no Brasil, apoiado por forças de Júlio de Castilhos.

serviam como cortina de fumaça, a fim de que o governador Virasoro apresentasse alguma resposta às autoridades brasileiras.

Uma outra possibilidade aventada é de que estes chefes locais poderiam estar agindo por conta, oferecendo apoio e defendendo seus próprios interesses. Tinham suas próprias estratégias e estariam praticando uma "diplomacia de fronteira", ou seja, integravam amplas redes de relações e mantinham relações de amizade com os chefes políticos federalistas brasileiros.

Manter boas relações do outro lado da fronteira poderia ser indispensável em um período de conturbadas revoluções. Também, na Argentina, não saberiam quando poderiam necessitar do apoio destes chefes brasileiros para se refugiarem do outro lado da linha de fronteira, uma prática comum a esta região marcada por processos revolucionários.

Quanto à ligação entre Corrientes e Buenos Aires, é importante ressaltar a existência da autonomia política e a própria política de fronteiras, no período em que Aristóbulo del Valle, em acordo com Alem e Yrigoyen, aceitou fazer parte do governo de Saenz Peña, em Buenos Aires, como Ministro da Guerra e Marinha. Tentando executar as reformas pleiteadas pelos radicais, de dentro do governo, ficou pouco tempo no cargo devido à renúncia do presidente (HORA, 2001).

Aristóbulo pode ter sido importante personagem no sentido da compreensão em relação ao apoio aos federalistas, por parte do governo de Buenos Aires, nesse período em que o integrou. Também pode ter contribuído para o entendimento sobre como os federalistas conseguiram comprar baterias de artilharia e armas em Buenos Aires. Conforme citam as cartas de Dr. Francisco Tavares (2004a) e Joca Tavares (2004b), Aristóbulo já havia tomado iniciativa semelhante, fomentado a guerra e cedido armas, canhões e suprimentos aos revolucionários radicais na argentina[348].

Um detalhe importante e que ajuda a esclarecer de que forma ocorreu esse apoio do Ministério da Guerra aos federalistas, poder ser observado na mesma carta enviada pelo Ministério das Relações Exteriores ao Governador de Corrientes, em que providencia o envio de 10 mil pesos para alimentar, alojar e transportar os emigrados brasileiros. Nesse sentido, o Ministro Eduardo Costa refere que esse dinheiro seria provido pelo Ministro da Guerra[349].

[348] Jornal *La Tribuna*, Buenos Aires, 13 ago. 1893, p. 2. Aristóbulo del Valle forneceu armas para revolucionários argentinos.
[349] Archivo General de la Província de Corrientes. Carta de Eduardo Costa ao Governador da Província de Corrientes, Valentin Virassoro. Correspondência Oficial, Tomo 515, 11/10/1894.

Destacamos que foi Aristóbulo quem convidou Virasoro para compor o governo, em Buenos Aires (FORS, 1895), de lá sendo enviado, posteriormente, a Corrientes, evidenciando possível vínculo entre esses personagens.

Outro dado importante e que permite entender os vínculos entre Aristóbulo e as lideranças radicais, é o fato de seu irmão Delfor Del Valle ter sido amigo íntimo de Leandro Alem e de Hipolito Yrigoyen, além do fato de ter também participado da Revolução del Parque (1890) e da Revolução Radical (1893) na Argentina (PASSALACQUA, 1990).

A importância do apoio do Governador Virasoro[350] é destacado por Tiago Machado (2010), e o dos chefes políticos de Corrientes aos líderes federalistas para que utilizassem o território para se organizar, atacar a fronteira brasileira, é trabalhado por Marcus Vinícius Costa (2013). Essa tática de utilizar a fronteira para incursões e retirar-se, permitindo que forças invadissem o Brasil, por diversos pontos da fronteira, tanto do Uruguai quanto de Corrientes, vem ao encontro de nossa proposta de uma região revolucionária, principalmente porque é uma prática recorrente, desses líderes militares em zonas de fronteira. Trata-se de uma prática vinda da experiência, algo que se constituiu pela necessidade, assim como influenciou no universo de referências culturais e sociais dos indivíduos de uma sociedade em constante guerra, em boa parte do século XIX.

A recomendação de ajuda aos brasileiros, por parte do governo, aparece, frequentemente, nos documentos oficiais, principalmente nas cartas do Ministro das Relações Exteriores remetidas ao Governador de Corrientes. Como exemplo, podemos citar a enviada, em 30 de outubro de 1894, relatando o envio, pelo ministério, de 13.420 pesos, aproximadamente, para que o governo dessa província prestasse ajuda aos brasileiros imigrados, conforme instrução do próprio ministério das Relações Exteriores[351].

Em telegrama endereçado ao governador de Corrientes, no dia 1º de novembro de 1894, da cidade de Monte Caseros, José C. Paiva informa-lhe que: [...] “ayer embarque sesenta y siete

[350] Valentin Virasoro era engenheiro e político; foi encarregado junto a uma comissão que realizou as agrimensuras oficiais da linha fronteiriça entre Brasil e Argentina, em 1886, atividade em que se destacou; foi tenente-coronel da Guarda Nacional e chegou a ser governador da província de Corrientes. Importante destacarmos que o fato de ter realizado essas medições na fronteira, Virasoro, possivelmente, tornou-se não só um profundo conhecedor do relevo de sua província, como também teve contato com personagens fronteiriços, seus costumes, e com as relações existentes nos departamentos vizinhos ao Brasil. VALLE, Gabriel Enrique del. **Biografia de Valentin Virasoro**. Disponível em:http://descubrircorrientes.com.ar/2012/index.php/biografias/2707-r-s-t-u-v-x-y-z/virasoro-valentin Acesso em: 30/05/2021.

[351] Archivo General de la Província de Corrientes. Carta, Ministro das Relações Exteriores, a Valentin Virassoro, Governo da Província de Corrientes. Correspondência Oficial, 30/10/1894, Tomo 515.

caballos de Curuzú-Cuatiá con destino a Brasil, conduzido por Felipe Roballo, Oriental. Saludo a S.S."[352].

A ajuda e o favorecimento aos brasileiros podem ser observados, igualmente, pelo exemplo de Alvear com o destacamento, pelo governo correntino, de diminutas forças policiais para vigiar a fronteira. Nesse sentido, alegava estar obedecendo a ordens do Ministro de Governo, o qual argumentava que não dispunha de recursos para manter força maior[353]. Tratava-se de uma postura ambígua que nos leva a concordar com Tiago Machado (2010).

Essa mesma posição ambígua do governador Virasoro parece ficar evidente, em 1895, período em que este governador passou a aumentar a vigilância na fronteira, talvez por pressão da legação brasileira, especialmente após o encontro com Vitorino Monteiro (ABRANCHES, 1955). Ou, talvez, fosse por outros motivos, sem que isso viesse a diminuir as reuniões de brasileiros federalistas, na fronteira, que contavam com sua simpatia.

Entretanto, acreditamos que tal mudança pode ter ocorrido não apenas em decorrência dos federalistas, mas também devido a problemas internos ocorridos, em 9 de junho de 1895, em Corrientes. Esta província foi atacada em duas frentes por forças oposicionistas, pertencentes ao Partido Autonomista Nacional. A primeira, comandada por José Núñez, vinda das províncias argentinas vizinhas a Corrientes, atacou a capital; a segunda força, comandada por Juan Molina, agiu partindo da zona de fronteira com o Brasil, apoiada por forças brasileiras ligadas ao Partido Republicano Rio-Grandense, sustentando a dissenção interna nesta província vizinha, ao mesmo tempo que buscava derrubar o governo de Virasoro, colaborador dos federalistas. Nesse conflito, os federalistas tiveram oportunidade de retribuir a ajuda que recebiam, o que pode ser analisado a partir da carta enviada ao General Joca Tavares, pelo almirante Saldanha da Gama, em 20 de junho de 1895, na qual declara que:

> Felizmente os últimos recursos de Corrientes vieram a mudar muito favoravelmente a situação de nossos companheiros ali. Não sei se Vossa Excelência já está informado da recentíssima invasão a aquele Estado, favorecido abertamente pelas autoridades brasileiras. Os invasores chegaram a ocupar Libres, porém **Angel Blanco reagiu**, e, **graças ao poderoso concurso de nossos companheiros, retomou-se as duas cidades**, aprisionando um bom número de oficiais Castilhistas e até tomando um canhão de tiro rápido. O nosso armamento que estava retido em Alvear, foi restituído ao General Prestes Guimarães (TAVARES, 2004b, p. 317, grifo nosso).

[352] Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama, José C. Paiva a Valentin Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Correspondência Oficial, 01/11/1894, Tomo 515. Tradução do autor: ontem embarquei sessenta e sete cavalos de Curuzú-Cuatiá para o Brasil, liderados por Felipe Roballo, Oriental. Saudações a S.S.
[353] Archivo General de la Província de Corrientes. Carta, Iran de Verón, de Alvear, ao Ministro de Governo da Argentina, 03/07/1894, Tomo 512.

Ainda sobre esse confronto, Prestes Guimarães escreveu ao almirante Saldanha da Gama relatando a atuação federalista em apoio às forças de Virasoro, como se pode observar a seguir:

> (...) Molina auxiliado pelas forças de Pinheiro Machado invadiram a capital de Corrientes, sitiando o palácio do governo, este escapou-se, digo, Presidente escapou-se e foi dar no acampamento de Prestes Guimarães, pedindo proteção. Reunindo-se a este e mais patriotas, voltaram a Capital e atacaram os revolucionários, derrotando-os completamente, aprisionando muitos oficiais da força de Pinheiro Machado e General Lima (...) (TAVARES, 2004b, p. 322)

Por outro lado, o médico das forças de Gumercindo Saraiva, Dr. Angelo Dourado, esteve em Corrientes, após a retirada das forças de Gumercindo Saraiva, vindas do Paraná (DOURADO, 1992; CHASTEEN, 2003; LOPEZ, 2005; SÊGA, 2008; OLIVEIRA, 2014) em regresso ao Uruguai, de onde se reorganizariam as forças Federalistas. Em suas Memórias, Dourado relata o importante apoio que recebeu em Corrientes. Além disso, faz referência ao encontro com o governador Virasoro, de quem, inclusive, havia recebido determinado valor em dinheiro para se manter, até chegar a seu destino, assim narrandoem suas Memórias:

> Aportamos em Corrientes. Talvez tivéssemos de passar a noite a bordo, por ser longe o quartel para onde devíamos ir (...) pela manhã saí a passear pela cidade (...) ali já havia muitos revolucionários, há dias (...) Voltando ao hotel, relacionei-me com um deputado, homem cortês, amável, que fora revolucionário durante 11 anos. (...) Quando voltou da Assembleia, veio dizer-me que o presidente de Corrientes, Dr. Virasoro, encarregara-se de fazer-me uma visita e pedir-me para ir ao Palácio, porque desejava conhecer-me. Tive depois a visita do correspondente de um jornal de Buenos Aires, e depois dos redatores dos dois jornais da terra (...) fui com o meu amigo deputado ao Palácio, onde ele me deixou com o presidente, homem de idade, probo, que deixara de ser ministro em Buenos Aires para vir ser presidente aqui como espírito conciliador e justiceiro. Esforça-se para fazer desaparecer as revoluções em sua terra natal (DOURADO, 1992, p. 318-319)

O relato que fez desse encontro e o tratamento diferenciado que recebeu permitiram aventarmos acerca da possibilidade de que Virasoro fosse maçom, assim como Dourado o era (COLUSSI, 2003, p. 467; OLIVEIRA, 2014, p. 22). Por outro lado, este personagem declara, também, que um dos maiores inimigos dos federalistas era Juan Molina. Dessa forma, assim escreveu: “o pior dos caudilhos correntino, o célebre Molina, acha-se no Rio Grande a serviço do Sr. Castilhos, que lhe promete elementos para invadir e revolucionar Corrientes” DOURADO, 1992, p. 319).

Essa declaração feita por Angelo Dourado permite pensarmos acerca das vantagens que o Dr. Virasoro teria em apoiar as forças federalistas**.** Pautado pela lógica de que o *inimigo do meu inimigo é meu amigo*, seria interessante para ele, manter uma boa relação com forças que

pudessem ser aliadas contra inimigos internos, como de fato ocorreu, uma vez que Molina contava com ajuda castilhista para derrubar o governo correntino.

Até o presente momento, as fontes permitiram entender o papel do governador de Corrientes, Valentin Virasoro, como um importante elo com os federalistas e os possíveis interesses que os ligariam, confirmando as afirmações de Thiago Machado (2009). Por outro lado, conforme procuramos apresentar, diferente do que afirmou Marcus Vinícius Costa (2013), Angel Blanco não era inimigo de Virasoro, mas, possivelmente, um dos responsáveis por apoiar sua candidatura (HERRERA, 1930), por tê-lo salvo de uma tentativa de golpe que o derrubaria do governo, ocorrida em 1895 e, por conseguinte, um dos possíveis elos com os federalistas brasileiros.

4.5 OS RADICAIS ENTRERRIANOS FRENTE À REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Se os emigrados federalistas utilizaram o território da província de Corrientes, teriam, também, utilizado pontos do território da província de Entre Rios. Ao encontro dessa afirmação está a notícia do jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, reproduzida por Luís Sena Guasina (1999), no livro que reúne documentos acerca da Revolução Federalista. Nessa obra, apresenta indícios dessa movimentação, em Entre Rios, afirmando que os internados brasileiros que estavam em Corrientes dirigiam-se às "colônias de Entre Rios e estabelecimentos rurais em busca de trabalho" (GUASINA, 1999, p. 94).

A justificativa da busca por trabalho era semelhante à apresentada, pelos federalistas emigrados, às autoridades correntinas e à Legação Brasileira, quando por elas interpelados. Conforme foi apresentado anteriormente, tal justificativa ocultava o acobertamento dos brasileiros, nas propriedades rurais, enquanto estivessem em trânsito para a costa do rio Uruguai e de lá, pudessem cruzá-lo em direção ao Uruguai, retornando à Fronteira com o Brasil.

A utilização do território entrerriano teria ocorrido não só como um espaço de trânsito, mas também para reabastecimento, em cidades na costa do rio Uruguai, dentre elas: Colón, Concordia e Mandisoví; localidade de Chajarí, departamento de Federación, cidades em frente às cidades uruguaias de Paysandú, Salto, Belén (cidade do departamento uruguaio de Salto). Em nossas investigações no Archivo General de la Província de Entre Rios e, em algumas correspondências do General Joca Tavares, é possível perceber tanto a intensa movimentação quanto a presença de brasileiros, principalmente nas cidades da costa do Uruguai.

A existência de apenas dois documentos que falam sobre o trânsito de federalistas brasileiros, por Entre Rios, indica que não deve ter havido apoio do governo entrerriano, aos

revolucionários brasileiros. Os indícios permitem pensar que o apoio desse governo teria favorecido que se abrigassem forças contrárias ao governo de Virasoro, no seu território, – portanto contrárias aos federalistas brasileiros –, utilizando-se deste como ponto de apoio para atacar Corrientes, no intento revolucionário de junho de 1895, promovido pelos autonomistas correntinos. Se houve apoio aos federalistas brasileiros, tal apoio partiu da costa do rio Uruguai, local onde os radicais tinham força e existiam propriedades de brasileiros.

Além de ser uma zona em que o censo de 1895 aponta uma considerável presença de proprietários rurais e de comerciantes brasileiros, que iremos explicar a seguir, o apoio dos radicais entrerrianos, grande parte composto por antigas lideranças jordanistas, perseguidas pelo governador Sabá Hernández, pode ter sido gerado por meio dos contatos dos brasileiros residentes, em Entre Rios, e por uma possível identificação destes com os Federalistas brasileiros, favorecendo o estabelecimento de solidariedades.

Assim como os federalistas brasileiros estavam em contato com Leandro Alem, os radicais entrerrianos também estavam em acordo com este personagem e com lideranças *blancas* uruguaias.

As relações do Rio Grande do Sul com Entre Rios foram algo constante ao longo do século XIX, principalmente no campo econômico, laços que também estiveram presentes em períodos de conflitos, não sendo exclusividade apenas do período da Revolução Federalista. A tese de César Guazzelli (2013) descreve que, no final da primeira metade do século XIX, havia relação dos farroupilhas com as lideranças políticas correntinas, uruguaias e entrerrianas, assim como no período que antecedeu a Guerra do Paraguai, em que autoridades militares brasileiras da fronteira estavam acompanhando a emigração de brasileiros para Entre Rios[354], possivelmente em decorrência do contexto de perseguições políticas e revoluções que enfrentava o Uruguai[355] (SALA DE TOURON; ALONSO ELOY, 1986; BARRÁN, 2012).

Por meio de carta escrita, em 1895, destinada a Salvador Maciá, governador de Entre Rios, e para Valentin Virasoro, governador de Corrientes, Amancio Alcorta, Ministro das Relações Exteriores argentino, notifica-os acerca das reclamações da legação brasileira, em Buenos Aires, segundo as quais, federalistas emigrados na fronteira correntina desciam em direção a Concórdia e a outros pontos da costa da província de Entre Rios, a fim de se

[354] OSÓRIO, Manuel Luís, Barão do Herval. [Carta] 16 mar. 1867, s.l. [Para] TAVARES, João da Silva, Barão do Serro Alegre. Bagé, 2 folhas. Carta em que comentam a situação política no Uruguai e Entre Rios, fala da emigração de Brasileiros para Entre Rios.

[355] BARRÁN, José Pedro. **Apogeu y crisis del del Uruguai pastoril y caudillesco**. 1839-1875. Tomo 4. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1979; SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa**. El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco**. Montevidéu, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

prepararem, novamente, para invadir o Rio Grande do Sul[356]. O Ministro argentino solicitava, ainda, que fosse aumentada a vigilância e se evitasse que as reuniões e preparativos para a invasão continuassem, buscando internar os envolvidos, mantendo-os distante das cidades da costa do Uruguai[357].

Em vista dessas acusações, o governador de Entre Rios enviou telegramas aos chefes de polícia de Federación e de Concórdia, cuja resposta foi semelhante à dada pelas autoridades correntinhas, da costa do Uruguai, ao serem perguntadas sobre a existência de forças brasileiras. De Federación, Faustino M. Parera respondeu que "por el momento no hay en este departamento emigrados brasileros que se conozca el proposito de invadir nuevamente à su pais"[358]; e de Concórdia, cujo chefe de polícia estava ausente, quem respondeu ao governador foi um funcionário, afirmando que "no hay emigrados brasileros en aquel departamento, que si se han dirigido a esse punto todavia no han llegado"[359], e que repassaria ao chefe de polícia as informações.

Após as respostas dos departamentos, o governador Salvador Maciá as transcreveu em uma carta e as encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores argentino, o qual repassou ao ministro da legação brasileira, em Buenos Aires, como resposta às suas acusações.

Ao confrontarmos essas cartas que trazem as informações pelas fontes dos federalistas, de que essas duas cidades da costa do Uruguai eram as que mais tinham presença de comerciantes e estancieiros brasileiros, com as informações apresentadas no diário do almirante Saldanha da Gama, que revelam sua intensa movimentação com o apoio de estancieiros nessa localidade, fica comprovada uma situação contrária.

Além do mais, as cartas do chefe político federalista, Gaspar Silveira Martins, enviadas ao general Joca Tavares, em de abril de 1893 (ANDRADE, 2017, p. 149), permitem afirmar que ele já havia estado anteriormente em Concórdia, e que armamentos eram enviados, pelo rio Uruguai, para essa localidade, desde 1894[360].

---

[356] Archivo General de la Provincia de Entre Rios, Fondo Gobierno, serie XV-A, legajo 3, marzo, Caja 9A, Varias Provincias, 1895.
[357] Archivo General de la Provincia de Entre Rios, Fondo Gobierno, serie XV-A, legajo 3, marzo, Caja 9A, Varias Provincias, 1895.
[358] ARGENTINA, Telegrama de Federación ao governo de Entre Rios. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 01/03/1895. Tradução do autor: No momento não há emigrados brasileiros neste departamento que tenham o propósito de voltar a invadir seu país.
[359] ARGENTINA. Telegrama da polícia de Concordia ao governo de Entre Rios. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 01/03/1895. Tradução do autor: Não há emigrantes brasileiros naquele departamento, se se dirigiam a esse ponto, ainda não chegaram.
[360]ARGENTINA. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 28/12/1894.

Diante desses indícios apresentados pelas fontes, somos levados a crer em uma incoerência entre as respostas dadas pelo governo entrerriano ao governo argentino e as informações presentes nas correspondências dos federalistas brasileiros.

Isso nos leva a inferir a existência de uma situação semelhante à que se passava nos departamentos correntinos, fronteiriços com o Brasil, – zonas com forte presença, tanto de brasileiros quanto da resistência de membros da UCR, conforme citamos anteriormente –, apontando para um acobertamento/apoio das autoridades fronteiriças entrerrianas de Federación e Concórdia, em relação à movimentação de federalistas por seus departamentos. A chave explicativa para entender tal apoio está nas relações entre brasileiros residentes em tais departamentos entrerrianos[361] e a forte presença de cívico-radicais, nessas localidades, conforme explicaremos a seguir.

4.6 OS VÍNCULOS ENTRE RADICAIS ENTRERRIANOS E FEDERALISTAS BRASILEIROS

A importância de compreender a existência de elos entre os federalistas rio-grandenses e os radicais de Entre Rios estaria no fato de que estes permitiriam/facilitariam o trânsito na costa do rio Uruguai, possibilitando aos revolucionários brasileiros conseguir suprimentos, como cavalos, acobertar o transporte de armas, consentir a passagem por suas propriedades, tanto de homens quanto dos suprimentos. Estes eram enviados para Concórdia e daí reenviados aos Federalistas, no Rio Grande do Sul, através de Salto ou pela região de Mandisoví[362], ou, ainda, pelo distrito de Federacion, em Entre Rios, em frente ao povoado uruguaio de Belen[363], de onde seguiriam em carroças.

Ao nos referirmos aos vínculos que facilitariam as ações dos federalistas, fazemos menção à presença de brasileiros que residiam ou possuíam propriedades nas cidades da costa

---

[361] A resposta dadas pelos governos dos departamentos entrerrianos ao governo de Paraná, logo repassadas ao de Buenos Aires sobre a inexistência de brasileiros na costa do Rio Uruguai poderia estar favorecida pela existência de famílias de múltiplas nacionalidades, como mostramos no capítulo 3, de modo tal que poderiam ter escondido dados da existência de brasileiros, sem faltar a verdade.

[362] Sobre Mandisoví e Federacion: VARINI, María. Evolución demográfica del departamento de Federacion. In: **Cuaderno de Estudios Regionales**, n.6, Concordia, Entre Rios: Instituto Regional de Investigadores Cientifico-Culturales, 1983, p. 63-77.
VARINI, Cesar M.; EGUIGUREN, Maria S. R. **La creación del departamento de Federacion. Historia de los departamentos de Entre Rios**. Volumen 2, Editorial de Entre Ríos: Paraná, 1986.
VARINI, Cesar Manuel. Fecha de fundación de los centros urbanos del departamento entrerriano de Federacion. **Primeras Jornadas de Historia e Integración Cultural del Cono Sur**, n.54, Chajarí, Entre Rios, 2004, p. 1-10.

[363] Sobre Belen, Departemento uruguaio de Salto: ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900, p. 665-667.

do Uruguai, na província de Entre Rios, especificamente em Concórdia e Federación, bem como aos brasileiros residentes do lado oposto do rio Uruguai, em Paysandú, Salto e Artigas, no Uruguai.

Embora não exista, tanto para esse período quanto para a temática, relato na historiografia de Entre Rios acerca de possíveis vínculos, muito menos sobre a ação de radicais, nesta localidade, durante os anos da Revolução Federalista, buscamos indícios das possibilidades que permitam compreender como possam ter ocorrido.

Encontramos dificuldades, também, no Arquivo Geral da Província de Entre Rios, pois não existiam periódicos preservados acerca do período, como cartas, expedientes ou ofícios que tratassem da atuação de revolucionários brasileiros e permitissem compreender o apoio e o envolvimento de autoridades. Para suprir essa carência, recorremos aos Diários e correspondências do General Joca Tavares, Almirante Saldanha da Gama, correspondências de Gaspar Silveira Martins, além de documentos do Ministério das Relações Exteriores argentino, enviados ao Governador de Entre Rios.

O Diário e as correspondências do Almirante Saldanha da Gama (2009) revelam a intensidade e as complexas redes mobilizadas pelos Federalistas, além de permitirem compreender a extensão que teve o apoio aos federalistas, em Entre Rios. O Diário, ao narrar o envolvimento de alguns destes brasileiros, como o exemplo de Camilo Arzaguet (GAMA, 2009, p. 142), possibilitou que tivéssemos uma ideia de como atuavam e que, em boa parte, eram todos comerciantes ou estanceiros que colocavam seus bens a serviço dos revolucionários, como se pode observar a seguir:

> Às 9h da noite, montamos a cavalo para alcançar o rio. Dom Camilo [Arzaguet] nos acompanhou (...). Sem novidade a travessia. A mesma chalana terminou de passar as *encomendas*. Recolhi-me à casa do Senhor Dom José Ribeiro, sita à margem do rio, e não longe do ponto de passagem. Chama-se La Viña, por dedicar-se à vitivinicultura (GAMA, 2009, p. 144).

As movimentações do almirante Saldanha da Gama, no rio Uruguai, entre os departamentos de Federación e Entre Rios, em frente ao povoado uruguaio de Belen, departamento de Salto, período em que percorreu as estâncias de diversos brasileiros em Entre Rios, envolvendo inclusive altas autoridades argentinas que residiam naquela região, revelam uma intensa circulação por esse espaço, conforme é possível perceber em sua narrativa:

> Às 9h fui fazer visita ao estancieiro mais importante da zona – Dom Jaime Vieira. Sua estância demora a umas duas léguas ao norte de La Vinã. A casa tem aparência senhoril (...). Recebeu-nos com afabilidade. É deputado da Nação [Argentina] por

> Santiago del Estero. (...) Nossa conversação girou sobre o tema propriedades rurais e indústria pastoril. (GAMA, 2009, p. 145).

A localização no Archivo General da Provincia de Entre Rios da propriedade de Jaime Vieira, deputado pela Província de Santiago del Estero, que apresentaremos a seguir, corrobora não só as informações apresentadas no Diário do Almirante Saldanha da Gama, mas também as acusações feitas pelas autoridades da legação brasileira ao governo de Entre Rios, sobre o possível apoio de indivíduos da costa do rio Uruguai aos federalistas.

Figura 22 – Mapa do departamento de Federación contendo as propriedades rurais, província de Entre Rios

Fonte: Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Plano del departamento de Federación. Entre Rios: Gobierno de la Provincia, 1905. Grifo realizado pelo autor. Grifo realizado pelo autor Gustavo Figueira Andrade.

É possível que Jaime Vieira estivesse dentre os possíveis apoiadores dos federalistas. Por essa razão, não teria sido por acaso que Saldanha da Gama o teria procurado por intermédio de outros brasileiros residentes na localidade. Os revolucionários federalistas e seus apoiadores

mobilizavam, em todo esse espaço geográfico, amplas redes de relações para auxiliá-los, inclusive colocando suas propriedades a serviço da Revolução.

Tal contexto delineia, nesta Província, a situação semelhante à que ocorreu em Corrientes, cujas propriedades, na costa do rio Uruguai, ocupavam uma posição estratégica que permitia receber equipamentos vindos do porto de Concórdia e passá-los através do Uruguai, até a localidade de Belen, departamento uruguaio de Salto. Por esses locais, poderiam, igualmente, passar soldados para o outro lado do rio Uruguai, compondo um circuito de pontos de apoio que os federalistas rio-grandenses utilizavam durante o conflito, para abastecer as forças acampadas na fronteira com o Brasil, entre os departamentos de Artigas e Rivera.

Em relação à localidade de Concórdia e Salto, o almirante descreve ter conseguido um barco, com Camilo Arzaguet, com o qual cruzaram o rio Uruguai e foram estabelecer-se na residência de Juan Arzaguet, irmão de Camilo (GAMA, 2009, p. 146-147). Essa riqueza de detalhes na narrativa dos eventos, por Saldanha da Gama, permitiu que buscássemos, nos arquivos entrerrianos, a possível localização dessa propriedade. No entanto, não foi possível encontrá-la. Apenas descobrimos um registro de Irene Arzaget, no departamento de Concórdia, como sendo comerciante[364], além do fato de ter cruzado o rio e ter recebido franco apoio de famílias de brasileiros envolvidas em atividades comerciais ou rurais, residentes tanto em uma margem quanto na outra, localizações estratégicas para conseguir suprimentos e recursos.

A habilidade de o almirante Saldanha da Gama ter se movimentado por esse espaço, no norte e nordeste do Uruguai, e pelas províncias do litoral argentino, além de ter organizado suas forças posteriormente, em 1895, em localidade na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, pode ser entendida não apenas com base em suas próprias redes familiares constituídas nesse espaço.

Em 1867, o ainda jovem oficial culto e promissor havia servido em um vapor da flotilha fluvial que guarnecia a região do Alto Uruguai, sediada na cidade de Itaqui, Rio Grande do Sul, em frente à cidade correntina de Alvear (COSTA, 1944). De acordo com Didio Costa (1944), Saldanha da Gama casou com Emília Josefina de Melo, natural de Itaqui, antes de partir para a Guerra do Paraguai. Tal fato indica que ele não apenas conhecia o local, sua topografia e costumes, como teria residido e frequentado os espaços de sociabilidade locais, ocasião em que teria estabelecido redes de relações com as famílias proeminentes daquela localidade.

As redes constituídas na cidade de Itaqui são uma chave explicativa para entendermos a facilidade com que Saldanha da Gama transitava nessa localidade, a destreza com que

[364] ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Concordia. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, Tomos 34, Rolo 576.

atravessava de um lado a outro do rio Uruguai, a mobilização de recursos e pessoas influentes, nesse espaço, quando aí retornou, durante a Revolução Federalista.

As memórias de Dunshee de Abranches (1955), reeditadas posteriormente em 1955, que abordam os eventos da Revolução Federalista com base nas correspondências de Luís Felipe Saldanha da Gama e de Gaspar Silveira Martins, permitem compreender, a partir da mobilização das redes de Silveira Martins, o envolvimento de grandes estancieiros da região de Concórdia e Salto, e o quanto dispunham de seus bens para apoiar os revolucionários. Assim, os federalistas vindos de Corrientes acampavam em propriedades de brasileiros onde recebiam armas e munições, cruzavam o rio Uruguai e partiam em direção à fronteira do Rio Grande do Sul (ABRANCHES, 1955, p. 85-86).

Tal situação também é narrada pelo jornal radical *El Argentino*, de Buenos Aires, segundo o qual, forças que teriam participado de uma tentativa de tomar a esquadrilha brasileira do Alto Uruguai, sem conseguir êxito, acamparam em La Cruz. Após isso, partiram para Paso de los Libres e, posteriormente, para Concórdia, logo passando para Salto, onde teriam se apresentado ao Almirante Saldanha da Gama[365].

Esse seria, possivelmente, o trajeto daqueles que vinham de Corrientes e cruzavam o rio Uruguai, em direção ao departamento uruguaio de Salto, e de lá dirigiam-se a Artigas, Rivera ou Cerro Largo, mais especificamente a estâncias que eram verdadeiros pontos de reunião para os federalistas, como, por exemplo, as do Dr. Cândido Bastos e as de Galvão Machado Leal, em Rivera (ANDRADE, 2017), de onde se organizavam para atacar as forças governistas, no Rio Grande do Sul.

[365] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 14 mar. 1895, p. 1. Tentativa de tomada de navios da esquadrilha do Alto Uruguai pelos federalistas.

Figura 23 – Trajetos federalistas a partir de La Cruz, Paso de los Libres e Concórdia na República Argentina, até Salto e Belén na República Oriental do Uruguai, e as rotas até a fronteira com o Brasil

Fonte: GOOGLE, EARTH. Trajetos federalistas a partir La Cruz, Paso de los Libres e Concórdia na República Argentina, até Salto e Belén na República Oriental do Uruguai, e as rotas até a fronteira com o Brasil. Mapa elaborado por Gustavo Figueira Andrade. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-30.80301969,-54.80565025,17.8239814a,794823.48582923d,35y,-0.23678746h,0.1015779t,-0r Acesso em: 29 abr. 2021.

Uma denúncia feita pela Legação do Brasil e Buenos Aires, em 28 de dezembro de 1894, também aponta para o envolvimento de brasileiros em Concórdia, declarando que os revolucionários brasileiros haviam despachado, para o porto de Concórdia, um vapor contendo 100 fuzis *remington* acompanhados com a respectiva munição. Tais materiais bélicos estariam destinados a um brasileiro de nome Domingo Juliani, que os iria receber pessoalmente e que, segundo denúncias, estaria trabalhando totalmente pelos revolucionários[366].

Por outro lado, acreditamos que esses estancieiros, que eram parte da rede de relações dos líderes federalistas, por sua vez, teriam suas próprias redes nas cidades entrerrianas da costa do rio Uruguai e, portanto, teriam facilitado os contatos e os vínculos com os radicais daquela Província. Ao encontro de tal possibilidade, retornamos ao caso do caudilho entrerriano,

[366] ARGENTINA. Archivo Historico de Cancilleria argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 28/12/1894.

Ricardo López Jordán, que havia participado da Revolução de las Lanzas, ocorrida no Uruguai, em 1870, conflito que levou à emigração considerável número de membros do Partido Blanco, no intuito de fugir das perseguições dos membros do Partido Colorado (SANTOS, 1996, p. 74; DUARTE, 1998).

Dentre as relações de amizade com os blancos, estavam os líderes Timóteo e Aparício Saraiva, Anacleto Medina, Juan José de Herrera, dentre outros líderes uruguaios do Partido Blanco que haviam cruzado o rio Uruguai buscando, em terras entrerrianas, a base para se organizarem e realizarem incursões contra o presidente uruguaio, Lorenzo Batlle (SANTOS, 1996; DUARTE, 1998).

A relação de López Jordán com Aparício Saraiva é chave nessa questão, pois Aparício e Gumercindo Saraiva, dois membros do partido Blanco, no Uruguai, estavam à frente de grandes efetivos de forças federalistas, durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Por outo lado, ainda que López Jordán tenha sido assassinado em junho de 1889, durante a década de 1880, teria se aproximado de Leandro Alem e de Miguel Lauracena. Este último havia militado pela absolvição de Jordán, pelo crime contra Urquiza, e obtido apoio dos seguidores de López Jordán para ser eleito deputado nacional (DUARTE, 1998, p. 213).

O conturbado contexto político em Entre Rios, na década de 1880[367], conforme destaca Paula Alonso (2000), e na década de 1890, segundo afirma Maria Duarte (1988), associado a toda a conjuntura do cenário político argentino de fraudes e perseguições políticas, levou a disputas políticas, nas províncias argentinas, entre radicais e autonomistas.

Às disputas em torno da candidatura do autonomista Sabá Hernandez, apoiado pelo presidente Miguel Juarez Celman e Eduardo Racedo, uniram-se os grupos de jordanistas que também constituíam setores do autonomismo entrerriano, assim como, Miguel Lauracena, da União Cívica, em oposição a Hernández, grupos que se reuniram para fundar a União Cívica Radical, em Entre Rios (DUARTE, 1998).

Tendo em vista que o jordanismo era forte, na costa do rio Uruguai, após a morte de López Jordán, e tendo passado para as fileiras radicais, após a derrota eleitoral para Sabá Hernández, transformou grande parte dos departamentos da costa do rio Uruguai no principal ponto de poder e de apoio da UCR, naquela Província (BOSCH, 1986; DUARTE, 1998).

Nesse sentido, além de os radicais estarem em grande parte situados na costa do Uruguai, o apoio dos radicais entrerrianos pode ter vindo de uma identificação entre a situação política enfrentada pelos radicais, na Província de Entre Rios, e os motivos pelos quais lutavam

[367] ALONSO, Paula. El Partido Autonomista Nacional y las províncias de Córdoba y el litoral, 1880-1886. **Primeras Jornadas de Historia Regional Comparada**, Porto Alegre, 2000, p. 1-21.

os federalistas brasileiros, estabelecendo simpatia ou mesmo solidariedade entre estes grupos, conforme apresentaremos a seguir.

Com a Revolução Radical, em Entre Rios, o governador Sabá logo enviou forças para conter os revolucionários, desenvolver essa parte da Província e manter a ordem, de modo que não houve movimentos de expressão comparados a outras províncias argentinas (BOSCH, 1986).

Notícias publicadas, em Buenos Aires, pelo jornal *El Argentino*, órgão da União Cívica Radical, em junho de 1894, apresentavam um contexto de perseguição aos radicais entrerrianos da costa do Uruguai. Na realidade, tratava-se de republicação, em suas páginas, de uma notícia do jornal *El Entre Rios*, segundo o qual "un telegrama de Gualeguay dando cuenta de los abusos y atropelos que comete la policia en aquel punto contra los radicales" a ponto de fuzilar o povo[368].

Em outra edição de julho de 1894, o jornal *El Argentino* segue descrevendo as perseguições aos radicais, principalmente em Concórdia, e que o governo estaria tentando impedir que se organizasse um comitê federal[369]. Os radicais acusavam o governo de Entre Rios de cometer fraudes para ganhar as eleições, e que isso afrontava diretamente os direitos da população, já que rompia o caminho legal, calando, assim, a vontade nacional expressa pelas urnas[370].

O jornal *El Argentino*, de Buenos Aires, apresenta, também, um telegrama de Concepción del Uruguay, no ano de 1894, segundo o qual o comitê do partido declara que "en la elección de hoy triunfó el elemento oficial, quien hizo el fraude más único y desavenguenzado"[371]. Uma intrigante notícia, também publicada por esse jornal, apresentava importante declaração que vem ao encontro de nossa hipótese, qual seja, a de que "los rumores sobre la revolución blanco brasilera desmientense. Por momentos debe aparecer un manifesto de los federales riograndenses desmentiendo la alianza con el partido blanco, para juntos convulsionar este pais [Argentina]"[372].

---

[368] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 26 jun. 1894, p. 1; Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 10 jul. 1894, p. 1. Notícia de perseguições aos radicais em Gualeguay, Entre Rios. Tradução do autor: um telegrama de Gualeguay dando conta dos abusos cometidos pela polícia naquele momento contra os radicais.

[369] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 05 jul. 1894, p. 1. Notícia relatando que o governo de Entre Rios estava impedindo formação de comitê da UCR, na costa do Uruguai.

[370] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 10 jul. 1894, p. 1. Radicais de Entre Rios denunciavam o governo por fraudar as eleições, e que isso rompia a ordem legal e a vontade nacional.

[371] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 17 jul. 1894. Notícia que fala sobre vitória do partido governista mediante fraudes nas eleições entrerrianas. Tradução do autor: Na eleição de hoje, o elemento oficial triunfou, quem fez a fraude mais original e extinta.

[372] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 23 jul. 1894, p. 1. Desmente notícias sobre uma revolução blanco-federalista que visaria convulsionar a Argentina. Tradução do autor: Os rumores sobre a revolução blanco-brasileira são

Essa denúncia aponta para uma complexa teia de relações transfronteiriças, que envolvia blancos, radicais e federalistas brasileiros, e que devido a um contexto em comum, as revoluções foram elementos comuns a estes espaços, parte de uma cultura política de movimentos contestatórios que auxiliaram a aperfeiçoar a democracia no espaço platino.

Os processos de consolidação destes Estados, no cone Sul, criaram contextos mais ou menos semelhantes de exclusão da oposição dos cargos ligados ao poder estatal, assim como impediram, por meio das fraudes eleitorais, qualquer possibilidade de a oposição aceder ao poder.

A prática de perseguir a oposição e as violências decorrentes desse processo criaram verdadeiras levas de emigrados, que buscaram asilo nos países vizinhos, onde possuíam redes de relações construídas, durante o século XIX, no âmbito político, econômico e social. Tais redes poderiam ser potencializadas por um pertencimento à Maçonaria, favorecendo os contatos entre indivíduos e grupos que passavam por situações semelhantes. Provenientes de diversas nacionalidades, eles conviviam nos mesmos espaços de sociabilidade e, possivelmente, tenham estabelecido laços de solidariedade recíproca.

4.7 O APOIO A PARTIR DO TERRITÓRIO URUGUAIO

Da outra margem do rio Uruguai, nos departamentos uruguaios de Paysandú, Salto e Artigas, o apoio era forte e imprescindível a uma estratégia de abastecimento e proteção aos federalistas que compunham a logística que os mantinha em combate, no Rio Grande do Sul. Muitos líderes federalistas tinham interesses particulares e econômicos, propriedades, relações de amizade e laços familiares, naquela zona, que veio a ser intensamente utilizada durante o conflito.

No que se refere ao apoio político e as relações dos federalistas com governo uruguaio e lideranças departamentais, estudos recentes, tais como os produzidos por Ana Luiza Setti Reckziegel (1999), Marcus Vinícuis Costa (2006) e Monica Rossato (2021), constituindo-se fontes imprescindíveis para as pesquisas que venham a se debruçar sobre esse espaço. Tendo por base o peso desses estudos já produzidos, o enfoque proposto em nossa tese está nas redes familiares e econômicas dos federalistas – especialmente a partir da família Silva Tavares –, como importantes elos com autoridades políticas da região revolucionária, compreendemos que os trabalhos anteriores já se detiveram nas relações entre federalistas e autoridades políticas do

negados. Breve deve aparecer um manifesto dos federais rio-grandenses, negando a aliança com o Partido Blanco, para convulsionar este país juntos

governo do Uruguai. Portanto, nossas investigações vão além, ou seja, procura demonstrar a atuação e o apoio recebido pelos federalistas também nas províncias do litoral argentino, ampliando a percepção e o espaço de abrangência da Revolução Federalista.

A documentação dos Silva Tavares traz novas contribuições para pensar as relações federalistas com autoridades políticas uruguaias, corroborando o que havia anteriormente afirmado Ana Reckziegel (1999), Marcus Vinícius Costa (2006) e Monica Rossato (2021), demonstrando que os federalistas se relacionavam tanto com lideranças do Partido Blanco e do Partido Colorado[373]. Em Montevidéu, o presidente Julio Herrera y Obes posicionava-se contrário aos federalistas, sofrendo forte pressão do governo brasileiro, os chefes políticos de departamentos fronteiriços com o Brasil tinham suas próprias alianças, demonstrando uma autonomia das atuações políticas das lideranças departamentais em relação à Montevidéu e independente ao partido político a que estavam filiados, como, por exemplo, o caso do intendente do departamento de Artigas, Jose Carlos Lecueder, sobre o qual aparesentaremos na sequência deste capítulo, e de Neméncio Escobar, também do Partido Colorado, intendente do departamento de Rivera (RECKZIEGEL, 1999).

Podemos afirmar que estas relações com autoridades políticas na fronteira datam do período anterior à Revolução Federalista, como explicita, por exemplo, uma carta trocada pelo general Tavares, em 1885, com Máximo Santos[374], presidente do Uruguai, ligado ao Partido

---

[373] COSTA Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Segundo o autor, as disputas políticas internas no Uruguai, dividiam o país nesse contexto do final do século XIX, entre as lideranças políticas de Montevidéu, ligadas ao Partido Colorado, e o da campanha, vinculadas ao Partido Blanco. Estavam em questão acusações de repressão e fraudes eleitorais cometidas pelo governo, enquanto os Blancos buscavam maior participação na política, acesso ao poder nos departamentos, o que ficou conhecido como regime de co-participação. As ações de Herrera y Obes foram no sentido contrário de um entendimento, através da "Influência Diretriz", uma postura centralista, contrária a representação política do povo e das minorias, em que o presidente exercia controle sobre as eleições. Tal postura de Herrera y Obes agravou a exclusão dos Blancos – aos quais atribuía uma postura caudilhesca –, já divididos entre doutores da capital e caudilhos da campanha, grupo ao qual pertencia Aparício Saraiva, que não só apoiou como comandou forças federalistas. Para saber mais sobre os partidos políticos no Uruguai nesse constexto, ver: PIVEL DEVOTO, Juan. **Historia de los partidos políticos en Uruguay**. Montevideo: Camara dos Representantes, 1994.
CAETANO, Gerardo (Dir./Coord). **Uruguay: reforma social y democracia de partidos 1880-1930.** Tomo II. Montevideo: Planeta, 2016.
RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.
BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia rural del Uruguay moderno (1851 – 1885)**. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay Moderno (1886-1894)**. La crisis económica. Tomo II, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.

[374] SANTOS, Máximo. [Carta], 16 nov. 1885, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que o presidente do Uruguai pede ao general Tavares que faça uma visita ao coronel Muniz, de Cerro Largo e o cumprimente em seu nome.

Colorado, escrita em tom amistoso, a qual permite compreender a amplitude das relações que os Silva Tavares dispunham na fronteira[375].

Outro indício que a documentação dos Silva Tavares oferece acerca essa relação com o governo uruguaio, está na carta recebida pelo general Tavares em 24 de otubro de 1894, enviada de Buenos Aires pelo almirante Saldanha da Gama, na qual afirma:

> [...] Acabamos de alcançar duas vitórias morais aqui no Prata; uma em Montevidéu, com os últimos sucessos, que neutralizaram ou destruíram a ação nefasta de Julio Herrera e do seu compadre Vitorino Monteiro, realçando a força do Presidente Borda e, sobretudo, do elemento Tajista, tão nosso simpático [...] (TAVARES, 2004a, p.119).

Nessa correspondência é possível identificar a ação política do governo de Júlio de Castilhos junto ao governo brasileiro para promover a substituição do representante brasileiro em Montevidéu, Júlio de Mello Alvim. Conforme apontou Ana Luiza Reckziegel (1999), Alvim foi acusado de ser favorável aos federalistas, levando a sua substituição por Vitorino Monteiro, o qual passou a atuar de forma firme junto ao governo do presidente Julio Herrera y Obes[376], atuando como representante dos interesses de Julio de Castilhos.

O novo representante brasileiro na capital uruguaia, indicado por Júlio de Castilhos, insistia na importância de uma postura de neutralidade do governo daquele país, agindo para extinguir qualquer possibilidade de que suprimentos chegassem aos federalistas na fronteira e que fossem reprimidas as articulações de federalistas em território oriental (RECKZIEGEL, 1999).

Dentre as acusações de Castilhos à Floriano Peixoto, estava a de que existiriam interesses de separatismo dos federalistas e de anexação do Uruguai, além do mais, acusavam o presidente do Uruguai, Júlio Herrera y Obes, do Partido Colorado, de reunir-se com Gaspar Silveira Martins em Montevidéu (RECKZIEGEL, 1999).

Ainda sobre a correspondência apresentada acima, trocada entre Saldanha da Gama e o general Tavares, ela faz referência ao apoio que os federalistas recebiam de Máximo Tajes[377], útlimo presidente do chamado Período Militarista[378] no Uruguai, sucessor de Máximo Santos e

---

[375] As relações dos Silva Tavares na fronteira são anteriores e remontam a atuação de João da Silva Tavares, Barão do Serro Alegre. Com a morte do Serro Alegre, seus filhos heram todo um capital relacional de seu pai no espaço fronteiriço platino. Parte dessas redes foram apresentadas por Lendro Oliveira (2016) e Miquéias Mugge (2016).

[376] Julio Herrera y Obes, ligado ao Partido Colorado, foi o primeiro presidente civil após o chamado de período militarista no Uruguay, governou entre os anos de (1890-1894) (NAHUM, 2011).

[377] O presidente Máximo Tajes, pertenceu ao Partido Colorado e governou entre os anos de 1886 a 1890, foi o último presidente do período militarista no Uruguay, passando o governo a Júlio Herrera y Obes (NAHUM, 2011).

[378] Segundo Benajmin Nahum (2011) os governos militaristas, ligados ao Partido Colorado, tinha em suas pautas a diminuição do poder dos partidos e do sistema de coparticipação política, adquirido pelos Blancos após a

antecessor Júlio Herrera y Obes. A importância das relações de Máximo Tajes é destacada na tese de Mônica Rossato (2021), ao afirmar que este personagem era favorável a separação do Rio Grande do Sul e anexação ao Uruguai, formando uma pátria grande.

No que tange às relações com autoridades políticas uruguaias, as correspondências dos Silva Tavares dão conta das constantes apreensões de suprimentos feitas por autoridades orientais (TAVARES, 2004a; TAVARES 2004b). Para contornar tais resistências, os federalistas se utilizaram de algumas estratégias como, por exemplo, a da propina para conseguir reaver armas, munições e outros artigos que tivessem sido apreendidos (TAVARES, 2004a; TAVARES 2004b).

Outra ação empreendida pelos federalistas foi a de utilizar-se de rotas de suprimento e contrabando para fugir das autoridades orientais, conforme já demonstrado em nossa dissertação de mestrado (ANDRADE, 2017). Citamos como exemplo da apreensão dos suprimentos federalistas e da propina que pagavam às autoridades uruguaias, e que nem sempre logravam êxito, pode ser percebida na carta abaixo:

> "[...] Conta mais, Marciano Terra que o armamento do Itália foi apreendido pelo governo oriental **por não haver $400 para dar ao guarda que mediante essa quantia se comprometia a entregar**; que todo armamento que vinha em um navio para a revolução, foi tomado pelo governo oriental; "e que importa em 100 e tantos contos, fora também apreendido pelo mesmo Governo. Na ocasião que tomaram o Itália encontraram a bordo 650 cunhetes com 1000 tiros e grande porção de caixões com fuzis. Esse armamento veio para Montevidéu e foi apreendido [...]" (TAVARES, 2004b, p.129. Grifos nossos).

Outras reclamações contra o presidente Julio Herrera y Obes são realizadas ao general Tavares, através da carta enviada por Gaspar Silveira Martins, de Montevidéu em 3 de outubro de 1893, indicando uma posição dúbia em relação aos federalistas, afirmando:

> **[...] não existem, meios armar gente num país onde o governo vende as armas pelo dobro do seu valor pela garantia que oferece de levá-las com segurança, e depois as rouba, como fez o Sr. Herrera!** 2 meses e meio lutei pelas armas apreendidas, finalmente consegui a força, a habilidade e dinheiro have-las de novo, deixando a polícia do Herrera como até agora está aguardando os caixões vazios de armas e cheios de pedras e ferros velhos [..] [Grifos nossos][379].

Revolução das Lanças (1870-1872), o que na prática buscavam era um afastamento dos Blancos do poder. Esse período durou dez anos e caractareizou-se pelo envolvimento e participação direta de militares na presidência do Uruguai, um período de modernização, paz interna, busca por estabilidade econômica e apoiado por setores de estancieiros e grandes comerciantes. Para maiores informações acerca desse período, ver: NAHUM, Benjamín. **Breve história del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
CAETANO, Gerardo (Dir./Coord). **Uruguay: reforma social y democracia de partidos 1880-1930.** Tomo II. Montevideo: Planeta, 2016.

[379] MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 3 out. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Sem local, 2 folhas. Carta em que acusa as apreensões de armas federalistas e da postura dúbia de Herrera y Obes.

Além da impossibilidade de controlar toda a extensão da linha de fronteira seca entre o Uruguai e o Brasil, os federalistas conheciam perfeitamente o terreno que atuavam, dispunham de forte rede de relações fronteiriças que os apoiavam, encontrando nos proprietários rurais e comerciantes bases de apoio logístico imprescindíveis, além muitas vezes disporem de vistas grossas de autoridades fronteiriças (ANDRADE, 2017).

Isso não significava que não havia conflitos entre brasileiros e autoridades orientais ou total apoio aos federalistas nesse espaço. Ao encontro desse aspecto citamos, por exemplo, as tentativas de prisão do general Tavares no departamento de Cerro Largo, da qual conseguiu escapar com êxito (ANDRADE, 2017). Além do mais o general Tavares afirmava em seu diário que "o Sr. Herrera Y Obes converteu a República Oriental em cárcere dos brasileiros que lutam pela sua liberdade, como aconteceu com a prisão do Dr. Tavares, Zeca Tavares e muitos outros. Com a minha retirada foi expedida ordem de prisão contra mim em todo departamento" (TAVARES, 2004b, p. 47).

Por outro lado, os federalistas também detinham o apoio dos membros do Partido Blanco, representados pela liderança de Aparício Saraiva[380] e Gumercindo[381]. Este último, segundo Ana Reckziegel (1999) era o elo principal entre federalistas e blancos ou nacionais uruguaios, além do mais, tanto Aparício quanto Gumercindo eram estancieiros e pertenciam a uma família que possuía propriedades rurais no departamento de Cerro Largo, mantinham relações de amizade com Silveira Martins e com Joca Tavares (RECKZIEGEL, 1999; COSTA, 2006; DOBKE; ANDRADE, 2018).

Apresentadas as relações entre o grupo dos Silva Tavares e o governo oriental, em Montevidéu, a partir de agora dedicaremos nosso enfoque ao apoio dos brasileiros emigrados, comerciantes e proprietários rurais federalistas que mobilizaram através de suas redes familiares o apoio e recursos e constiuiu a base de poder que sustentou a Revolução Federalista.

[380] DOBKE, Pablo Rodrigues. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

[381] CHASTEEN, John. **Fronteira Rebelde**: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

Figura 24 – Mapa político da República Oriental do Uruguai com as divisões departamentais atuais

Fonte: MAPA político da República Oriental do Uruguai com as divisões departamentais atuais. Disponível em: https://www.elabueloeduca.com/aprender/geografia/uruguay/uruguay.html Acesso em: 18/04/2021. Adaptado pelo autor.

Rafael Cabeda, um dos chefes revolucionários federalistas, mantinha relações com lideranças políticas uruguaias que haviam lutado na Revolução do Quebracho (1886)[382], ocorrida em 1886, no Uruguai. Cabeda auxiliou os revolucionários sob as ordens de José Miguel Arredondo, dando-lhes alimentação, dinheiro e vestimentas (CAGGIANI, 1996, p. 28). Por outro lado, a família de Rafael Cabeda também possuía propriedades em Paysandú, herdadas de sua mãe, Maria Rafaela Pires de Cabeda, o que facilitaria o estabelecimento de vínculos nessa região[383].

[382] Um conflito empreendido pelos jovens liberais de Montevidéu contra o governo de Máximo Santos, teve dentre seus principais líderes, José Miguel Arredondo e Enrique Castro, membros dos partidos Blanco e Colorado respectivamente. Este movimento foi debelado por Máximo Tajes, então Ministro da Guerra do Uruguai (NAHUM, 2011).

[383] APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santana do Livramento. Inventario Post Mortem de Maria Rafaela Pires de Cabeda, Estante 13, Maço 6, Auto 126, 1866.

Da cidade de Paysandú, o federalista bajeense Alexandre Collares escreveu ao General Joca Tavares, dizendo que sentia "imensamente não poder servir o velho amigo com os cavalos que me pede, faz 18 dias que por aqui andou um enviado do Almirante Saldanha pedindo-nos também recursos de cavalos" (ANDRADE, 2017, p. 148).

Do departamento de Paysandú também transitavam carretas com armas, com armamentos recebidos pelo rio Uruguai, que seguiam por terra, em direção a Salto, à fronteira, conforme é possível perceber na notícia publicada no jornal *La Razon,* de Montevidéu, segundo a qual, autoridades uruguaias tinham apreendido seis carretas que transportavam armas em uma localidade de Paysandú[384].

O jornal *El Argentino*, por sua vez, publica uma notícia que permite entender o movimento entre Paysandú e, possivelmente, Colón, no lado argentino, ao apresentar uma notícia de que Juca Tigre havia cruzado o rio Uruguai, passando para Paysandú e, de lá, dirigindo-se a Salto[385]

No departamento do Salto, o Almirante Eduardo Wandenkolk, um dos líderes da Revolta da Armada[386], ocorrida em 1893, contra o governo do presidente Floriano Peixoto, vindo aliar-se posteriormente aos federalistas no Sul, também possuía redes de relações nessa localidade. Suas relações nesse espaço decorreram, principalmente, por haver vivido nessa localidade muitos anos[387]. Ainda em relação a Wandenkolk, convém observar que era sobrinho de Tomás Gomensoro (FERNÁNDEZ SALDAÑA, 1945, p. 568)[388], importante liderança política do Partido Blanco, no Uruguai, e presidente do Senado uruguaio, no período da Revolução Federalista no Brasil.

Tal proximidade entre esses dois personagens é um importante indício, no que tange às redes de relações que existiam nesse espaço, envolvendo autoridades uruguaias. A articulação de múltiplas redes dessas lideranças mobilizou um espaço regional de grandes proporções, a

---

[384] Jornal *La Razon*, Montevidéu. 19 set. 1893, p. 1. Autoridades uruguaias apreendem carretas com armas para os federalistas.

[385] Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 18 nov. 1893, p. 1. Notícia sobre Juca Tigre e sua movimentação na costa do rio Uruguai.

[386] Eduardo Wandenkolk, um dos líderes da Revolta da Armada, juntamente com outros líderes da Armada, dentre eles Custódio de Melo, associou-se aos federalistas rio-grandenses. Eduardo nutriu amizade com outros líderes federalistas, participou de ataques navais, no Sul do Brasil, dentre estes o mal-sucedido ataque à cidade de Rio Grande, em 1894, em apoio aos federalistas, até ser preso em Santa Catarina, retornando ao Rio de Janeiro (CARONE, 1983; SANTO JR., 2010).

[387] Jornal *La Razon*, Montevidéu. 13 jul. 1893, p. 2. Notícia sobre a popularidade de Gumercindo Saraiva e fala também sobre o almirante Eduardo Wandenkolk.

[388] FERNÁNDEZ SALDAÑA, José. **Diccionario uruguayo de biografias**, 1810-1940. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945.

partir do qual receberiam apoio, poderiam circular com armas, suprimentos e, ainda, obter recursos para manter a Revolução.

Um dos estancieiros centrais, em Salto, foi o brasileiro Antônio de Mattos Neto, apoiador federalista e muito bem relacionado. Possuía grandes propriedades nesta região e era amigo pessoal de Joca Tavares, do Dr. Francisco Tavares, e também amigo e parente de Gaspar Silveira Martins (ABRANCHES, 1955).

Antônio de Mattos Netto pertencia a uma rica família de brasileiros com estâncias no Uruguai, por parte materna e era sobrinho de Antônio de Souza Netto, família que possuía muitas propriedades no Uruguai (SOUZA, 1851). Pelo lado paterno, especialmente por seu avô, Antônio de Souza Mattos, possuía estâncias em Taquarembó (SOUZA, 1851, p. 44), Cerro Largo[389] e na Barra do Quaraí (TAVARES, 2004ª, p. 92), importante local de trânsito de contrabando e de ligação com a província argentina de Corrientes. Era irmão de Floriana de Souza Mattos, primeira esposa de Belchior da Silveira, irmão de Gaspar Silveira Martins. Também era parente dos federalistas Napoleão e João Maria Epaminondas de Arruda, e indiretamente de Estácio Azambuja.

Por outro lado, também o intendente do departamento de Artigas, Dr. Carlos Lecuerder foi favorável aos federalistas, simpatia que teria facilitado o apoio às movimentações dos revolucionários nessa zona, assim como o fato de seu parente, Braulio Lecuerder[390], deputado pelo mesmo departamento, poder ter auxiliado os interesses federalistas em Montevidéu.

Assim como em Corrientes existia um jogo duplo, por parte das autoridades, a lógica aqui empregada é a mesma para compreender os apoios aos brasileiros, no departamento Artigas, fronteiriço com o Brasil. Ao mesmo tempo, as autoridades departamentais declaravam, abertamente, ter perseguido e dispersado grupos de federalistas[391], dadas as ordens que recebia para 306nterna-los[392]. Fazia, ainda, denúncias ao governo uruguaio de que forças legalistas governistas brasileiras tinham invadido seu departamento e realizado investidas contra propriedades, possivelmente de federalistas brasileiros, em busca de cavalos[393], uma vez que se mostrou prática comum, durante os conflitos, a invasão às propriedades dos inimigos em busca de recursos para abastecer suas forças.

---

[389] CORONEL, Dionísio. Relacion de hacendados más notables del departamento de Cerro Largo, 5ª,6ª e 7ª sección. Archivo y Museo Historico Nacional, Montevidéu, Uruguai, 1856.
[390] Jornal *El Diário*, Buenos Aires. 19 fev. 1894, p. 1. Notícia sobre Braulio Lecuerder.
[391] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 10 mar. 1893, p. 1. Don Carlos Lecuerder notifica governo que dispersou um grupo de 200 federalistas.
[392] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 11 ago. 1893, p. 1. Ordens recebidas pelo chefe político de San Eugênio para internar chefes revolucionários.
[393] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 14 dez. 1893, p. 1 - Notícia de uma invasão de forças brasileiras ao departamento de Artigas e saque à casa de Pedro Pereira.

O departamento de Artigas tinha uma importância estratégica em toda movimentação federalista, pois era uma intersecção de trajetos entre o departamento correntino de Monte Caseros e Bella Unión, Barra do Quaraí; e para Salto, ao sul deste departamento, ligando-os através da fronteira, aos departamentos de Rivera e de Cerro Largo, nos quais havia muitos brasileiros emigrados.

Figura 25 – Vista aérea das localidades de Monte Caseros, Bella Unión e Barra do Quaraí

Fonte: GOOGLE MAPS. Vista aérea das localidades de Monte Caseros, Bella Unión e Barra do Quaraí. Mapa elaborado pelo autor. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Quara%C3%AD,+RS,+97560-000/@-30.2281791,-57.6306399,12454m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x95ab09356817cf1d:0xee5a33211d8d020d!8m2!3d-30.3845133!4d-56.4488086. Acesso em:10/05/2021.

Indícios de tais vínculos são apresentados pelo jornal *El Diário*, de Buenos Aires, que publicou a notícia de um correspondente, no Uruguai, afirmando que na estância deste personagem estariam reunidos cerca de quatrocentos federalistas e aproximadamente outros cem estariam acampados na propriedade rural de um federalista de nome Paiva, na localidade

de Cuaró, departamento de Artigas[394], próxima à fronteira com o Brasil, zona que possivelmente seria um ponto de encontro dos federalistas e onde esteve acampado, em determinado momento, o Almirante Saldanha da Gama[395].

Além do mais, existem evidências do apoio do chefe político de Artigas, Don Carlos Lecuerder, para os revolucionários brasileiros, conforme afirma o almirante Saldanha da Gama, em carta enviada ao General Tavares, em 20 de junho de 1895, na qual se ressente da renúncia de Lecuerder, assim declarando:

> Com a recente renúncia do atual chefe político, o distinto cavalheiro Dom Carlos Lecueder, talvez venhamos a ter dificuldades nesta fronteira. Contudo, não podemos deixar em abandono, porque a presença de uma força aqui é, e há de ser sempre um contrapeso das operações a leste e ao centro (TAVARES, 2004b, p. 317)

Além de revelar a conivência da principal autoridade política do Departamento uruguaio de Artigas para com os federalistas, o Almirante Saldanha da Gama aponta as dificuldades que enfrentariam com a renúncia de Lecueder, ocasionada por pressão do governo brasileiro em Montevidéu[396]. Muito provável que tal ação castilhista junto a Montevidéu intentasse um estrangulamento lento e gradual do espaço de manobra federalista, naquela fronteira (COSTA, 2006), principalmente devido à importância dessa rota entre Barra do Quaraí e diversas localidades, como, Rivera, Tacuarembó e Cerro Largo, paralelas e próximas à fronteira brasileira, por onde também eram enviadas armas e suprimentos (ANDRADE, 2017).

Ainda em 29 de outubro de 1894, o governo de Montevidéu substituiu, igualmente, o Sr. Joaquim Fialho[397], Cônsul Uruguaio em Corrientes. Essa atitude do governo uruguaio chamou-nos a atenção por três questões. A primeira, diz respeito à proximidade com que foi destituído Carlos Lecuerder, em Artigas; a segunda, pelo nome de origem luso-brasileira; e a terceira questão evidencia a possibilidade de que existisse uma rede de apoio que contasse, inclusive, com representantes do governo uruguaio residentes em Corrientes, simpáticos aos emigrados federalistas brasileiros, o que teria levado à destituição desses chefes políticos, por pressão brasileira em Montevidéu.

A possibilidade de uma relação com os federalistas decorre de uma semelhança de nomes capaz de ser observada através de uma correspondência recebida pelo Dr. Francisco da

---

[394] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 26 jan. 1895, p. 1 - Notícia de federalistas acampados nas estâncias de Antonio de Mattos e de Paiva.
[395] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 14 mar. 1895, p. 1 - Notícia de uma tentativa dos federalistas de tomar a esquadrilha do Alto Uruguai e seu trajeto até a localidade de Cuaró, departamento uruguaio de Artigas.
[396] Jornal *La Nación*, Montevidéu. 20 out. 1894, p. 1 - Notícia de substituição de Don Carlos Lecuerder.
[397] Archivo General de la Provincia de Corrientes. Carta do Consulado da República Oriental do Uruguai em Corrientes a Pedro Fernadez, Ministro de Governo da Província de Corrientes, 24/10/1894, Tomo 515.

Silva Tavares, datada de 24 de fevereiro de 1894, enviada por Anfrísio Fialho, de Montevidéu, a qual passava informações sobre a situação das forças federalistas em Montevidéu.

A comunicação de Francisco e Anfrísio se repete, por diversas vezes, em seu diário, todas demonstrando proximidade e passando informações sobre os acontecimentos, inclusive, mostrando que eram próximos, ao registrar que viajaram juntos de Buenos Aires a Montevidéu: "Depois do meio dia, embarcamos no Malvinas com destino a Montevidéu, Maciel, Tavares, Seabra, **Anfrísio**, Demerval, Barrão [sic], Joaquim Vasques e sua senhor[a], Norberto Vasques, (Cassal e Monjardim) e outros companheiros nossos" (TAVARES, 2004a, p. 154, grifo nosso).

Por outro lado, o apoio dos estancieiros brasileiros simpáticos à causa federalista também foi marcante, nessa região, e sua importância pode ser observada a partir das memórias do almirante Saldanha da Gama, ao referir-se à presença de brasileiros e outros emigrados que se abrigavam em suas propriedades, no departamento de Artigas, como, por exemplo, "a estância de João Marcelino, à beira da ferrovia do Salto à Santa Rosa. Lá nessa casa estavam o Sr. Gaffré[398], Major Azambuja, irmão do Estácio Azambuja [todos bajeenses]" (GAMA, 2009, p. 189, observações nossas).

Dídio Costa (1944), em sua obra *Almirante Luis Felipe Saldanha da Gama,* na qual apresenta importantes dados biográficos acerca deste personagem, revela informações que permitem compreender o apoio aberto de Lecuerder aos federalistas brasileiros, principalmente ao narrar que:

> Saldanha passou o dia 31 de janeiro em San Eugênio (...) De manhã, recebeu a visita de Dom Carlos Lecuerder, chefe político do Departamento de Artigas, amigo dos revolucionários brasileiros "nos mais difíceis transes da contenda, mesmo com risco de sua posição". A visita amistosa, durou duas horas (COSTA, 1944, p. 372).

Ainda de acordo com Costa (1944), o almirante Saldanha da Gama refere-se, em seu Diário, quanto à atuação dos proprietários rurais e comerciantes apoiadores dos federalistas. Descreve San Eugênio [Artigas] repleta de emigrados brasileiros, e o povoado fronteiriço de São João Batista [Quaraí], assim como as atividades da região, o que permite compreender a extensão das articulações para suprir as forças federalistas. Era um grande espaço regional, sob o qual os federalistas agiam com grande destreza, e mesmo estando no Uruguai, mantinham relações também na Argentina, mobilizando uma rede comercial para abastecer as forças federalistas, o que fica evidente a partir do caso descrito em seu Diário acerca de Antônio da

[398] AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuicion directa de los proprietários, departamento de Salto, n.49, 1868, p. 31. Segundo esse relatório, encontramos o nome de Antônio Gaffrée como proprietário rural em Salto, o que indica a possibilidade de serem parentes.

Costa Borlido, possivelmente um brasileiro residente em Corrientes, o qual "vinha da costa do Uruguai (...) avisar-me que tinha entrado num **arreglo com os fornecedores do Alvear**, que se haviam comprometido a continuar suprindo os gêneros alimentícios, esperando o pagamento até 20 de março" (GAMA, 2009, p. 193). Tal acerto com os comerciantes de Alvear permite entender que, como em todas as guerras, alguém se beneficia delas. Interesses econômicos estavam em jogo, conforme é possível perceber pela mobilização de redes comerciais e do envolvimento de comerciantes no suprimento federalista, possibilitando compreender a extensão e a amplitude do apoio e dos interesses envolvidos no conflito.

O apoio aos federalistas, a partir do norte do Uruguai, estava vinculado a essa teia de apoiadores que se estendia desde os departamentos da costa do rio Uruguai, até as margens direita e esquerda do rio Negro. A relevância e o apoio desses estancieiros para com as forças federalistas eram notórios, inclusive sendo divulgados nos jornais montevideanos, dentre eles, o *La Razon*, que publicou uma notícia, em 25 de abril de 1894, declarando que "casi todo el vecindario fronterizo es brasileiro y adicto a la causa liberal"[399]. Tal fato acabou causando problemas diplomáticos com o governo uruguaio, temática abordada por Ana Luisa Reckziegel (1999), e levou, inclusive, o governo uruguaio a uma crise diplomática com o Brasil, tendo chegado a substituir o chefe político de Rivera, em 1893, por apoiar os federalistas[400].

Por outro lado, o apoio de autoridades orientais ligadas a esses departamentos pode estar também associada à proibição de importação do charque vindo dos outros países do Prata[401] (Uruguai e Argentina), devido à existência de possíveis vínculos com o setor produtivo pecuarista e charqueador dessas localidades, do qual dependia a economia.

Ainda nesse sentido, afirma o jornal *La Razon*, de Montevidéu, em notícia publicada, em 17 de março de 1895, que as medidas do governo brasileiro seriam impopulares, nesses países do Prata, seriam motivos que causariam indignação e aumento do apoio aos federalistas, ocasionando a ida de mais homens para a fronteira a fim de apoiá-los[402].

---

[399] Jornal *La Razon*, 25 abr. 1894, p. 1. Tradução do autor: Quase toda a vizinhança fronteiriça é brasileira e simpática à causa liberal.

[400] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 25 abr. 1893. Notícia dos problemas enfrentados pelo governo uruguaio em relação aos eventos, na fronteira com o Brasil, e ao apoio de estancieiros brasileiros e autoridades uruguaias aos federalistas.

[401] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 17 mar. 1895, p. 1. Notícia sobre o Brasil dificultar a importação de charque dos países do Prata.

[402] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 17 mar. 1895, p. 1. Notícia sobre o Brasil dificultar a importação de charque dos países do Prata.

Ao encontro dessa notícia, o jornal brasileiro *Cidade do Rio Grande*, de Rio Grande/RS, republica uma notícia, no dia 27 de junho de 1893, mais precisamente uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, pelo senador maranhense Francisco Manoel da Cunha Júnior, enviado pelo Vice-Presidente da República ao Rio Grande do Sul, com a finalidade de encontrar-se e estabelecer um diálogo com o velho General Joca Tavares. Nesta entrevista, Cunha Júnior relata a forte presença de estancieiros vinculados aos federalistas, conforme pode ser verificado abaixo:

> [...] Vossa Excelência teve notícias do general Tavares? Não. Estava bem perto dele e ninguém sabia dar-me notícias. Expedi próprios, que de nada me serviram. **Essa zona uruguaia é ocupada por grande número de estancieiros federalistas**; aí estão instalados os Srs. José Luís da Silveira Martins (irmão do conselheiros Gaspar), Vasco Martins, Drs. Tertuliano, Freitas e outros. Foi por isso que procurei instalar-me ali para descobrir o paradeiro do general, mesmo porque informaram-me que **esse ponto era um centro de operações** [...] (SALIS, 1955, p. 256)

O diário do general Joca Tavares, por diversas vezes, explicita tal apoio, especialmente dos brasileiros residentes no departamento de Rivera. Cita, por exemplo, a presença de Joca não apenas acampado ou refugiado, nas propriedades de brasileiros, mas servindo como base para um hospital na estância do Jaguary, de propriedade de Tertuliano Machado, o qual seria sustentado pelo apoio dos federalistas e colaboradores que residiam naquele departamento (ANDRADE, 2017).

No Diário, o General Joca Tavares revela uma prática de arrendamento de pequenas propriedades no Uruguai, o que permite entender que não eram somente as grandes propriedades que eram utilizadas pelos federalistas durante o conflito. Em carta enviada a seu irmão, Joaquim da Silva Tavares, datada de 10 de agosto de 1893, relata que tinha enviado o filho, Pedro Tavares, passando pelo *Paso del Centurión*, departamento de Cerro Largo, próximo à fronteira com o a cidade brasileira de Herval, para arrendar uma pequena propriedade, onde sua família pudesse residir e estar protegida, principalmente, para se recuperar de incômodos de saúde que acometiam o acometiam (ANDRADE, 2017).

Nessa propriedade, poderiam, os federalistas emigrados que não tivessem condições para arrendar um campo, buscar abrigo e também bases de apoio para as operações quando preciso. Fato curioso é que Joca Tavares possuía uma propriedade em Cerro Largo (ANDRADE, 2017), no entanto, decidiu arrendar uma outra, pequena, durante o conflito. Isso nos leva a crer que talvez a tivesse vendido anteriormente ao período do conflito, em decorrência dele, ou mesmo estivesse evitando dirigir-se a essa propriedade, pois certamente seria um local onde seria procurado.

Sobre as propriedades do general Joca Tavares, no norte do Uruguai, o jornal argentino *La Nación* publicou uma notícia, em 31 de janeiro de 1893, período em que este personagem esteve emigrado, fugindo da perseguição castilhista, após ser deposto do governo do Rio Grande do Sul. A notícia afirma que Joca Tavares estaria residindo no departamento de Treinta y Tres[403], informação que permite identificar que Joca Tavares, possivelmente, ainda possuísse uma antiga propriedade pertencente a sua família, denominada estância do Tacuarí. A propriedade ficaria próxima a um rio homônimo, localizada no departamento de Trinta y Tres, e facilitaria o acesso aos brasileiros residentes ou que lá estivessem emigrados.

Por outro lado, a rede de Joca Tavares, pelo Uruguai, era conhecida, e sua importância, para os federalistas, estava presente na reivindicação do almirante Saldanha da Gama ao general Tavares, requerendo que ele contatasse e pedisse recursos aos amigos de Tacuarembó (ANDRADE, 2017). Assim, o general Tavares iria ativar suas redes familiares, nessa localidade, as quais podem ser constantemente percebidas nas cartas de Joca Tavares (2004b), no diário de seu irmão, Francisco da Silva Tavares (2004a), e nas correspondências enviadas a José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares). Dentre as personagens que trocavam correspondência com Joca Tavares estavam os federalistas bajeenses Pedro Rodrigues de Borba, Balthazar Dias, Manoel Rodrigues e Antônio de Mattos (SOUZA, 1851, p. 44).

Nesse departamento, Joca Tavares havia permanecido algum tempo, durante o conflito, para reestabelecer-se de uma enfermidade (ANDRADE, 2017). Esse fato reforça a ideia de que ele teria, aí, forte base de apoio e de sua confiança. Considerado por ele um local livre de perseguições, podia repousar, nesse local, sem maiores preocupações. O apoio dos estancieiros adeptos dos federalistas, nessa localidade, na qual Zeferino Silveira[404], parente de Gaspar Silveira Martins, também possuía uma estância, era tal que o Almirante Saldanha da Gama lhe solicitou que mobilizasse sua rede de relações naquela zona, mais uma vez, para que pudessem ser levados cavalos federalistas para invernar em suas propriedades (TAVARES, 2004a).

Manter boas relações e garantir a simpatia de brasileiros e autoridades, tanto naquele departamento quanto na fronteira, era essencial para a família Silva Tavares, não só pelos negócios, mas também devido ao contexto político. Era preciso garantir homens de confiança para que obtivessem favores e apoio, fundamentais para os federalistas.

[403] Jornal *La Nación*, Buenos Aires, 31 jan. 1893, p. 1. Notícia de que Joca Tavares estaria residindo no departamento uruguaio de Trinta e Três.
[404] Jornal *La Razon*, Montevidéu, 24 abr. 1895, p. 1 - Notícias de uma acusação do chefe político, de Melo, de que Zeferino Silveira estaria acobertando ladrões de gado em sua estância, em Tacuarembó.

Tal necessidade era de conhecimento do remetente, lembrando José Bonifácio da Silva Tavares o quão necessário e vantajoso seria aos revolucionários garantir sua nomeação. Assim, negociava seu apoio em troca de se manter no cargo. Isso fica evidente na carta enviada de Tacuarembó, por Daniel Gomes de Freitas, agente consular naquele departamento, que veio requerer jurisdição sobre o departamento de Rivera, para Zeca Tavares, como se pode observar a seguir:

> Tacuarembó, março 18 de 1892. Ilmo. Compatriota e amigo Sr. José Bonifácio da Silva Tavares. Circunstâncias apremiantes [sic] motivo da crise de finanças que estamos passando nesta República, não me é possível só com a gratidão que assina nosso governo para este Vice-Consulado, a que é de cinquenta pesos, possa suster-me com o peso de família, ainda só não me alcançaria, deve o meu amigo conhecer que não podendo ter outra entrada que ajudem as minhas primeiras necessidades da vida, e que tenho de apresentar-me com decência, tanto por ser de costume pelo caráter que represento. **Lembra-me solicitar do amigo sua proteção**, e esta é a seguinte; a mais de outras que lhe sou devedor. Desde 21 de maio de 1890 foi nomeado e assumiu o exercício das funções de Consul Geral dos Estados Unidos do Brasil, com jurisdição nos Departamentos do Salto, Paysandú, Rio Negro, Artigas e Rivera; o Sr. Joaquim Vaz do Prado Amaral, **cessando desde então minha jurisdição Vice- Consulado no Departamento de Rivera**; não obstante que nossos compatriotas se apresentam a este Vice-Consulado quando há necessidade, por ser este o imediato a Rivera, porém é o caso que não tenho jurisdição oficial n'aquele Departamento, nem menos recebo gratificação alguma. Assim é que, **valendo-me da influência do bom amigo para com os homens do nosso governo, é que me atrevo a solicitar a V.Ex. que me deem jurisdição Vice-Consulado, também no Departamento de Rivera** como antes tinha, e que para o efeito se me assine uma gratificação como é de justiça, pois **deve reconhecer V.Exc. que, no exercício de 12 anos que levo a meu cargo as funções deste Vice-Consulado, me havendo pertencido também o distrito de Rivera, como antes digo; e cessando aquele por haver nosso governo criado um novo Consulado Geral, no Salto, e não sendo até este momento nomeado Vice-Consulado para o dito Departamento de Rivera, espero merecer de nosso governo por intermédio no cumprimento de meus deveres**. Dado o caso que, a nomeação solicitada deva partir do Consul Geral do Salto, a proposta para o governo já sabe V.Exc. que o Consul Geral ali é o Dr. Joaquim Vaz do Prado Amaral. **Creio ser de justiça meu pedido, e que V.Exc. obterá; pois se trata de um empregado antigo em exercício, e não em reconhecer nem acreditar procedimentos ; minha exigência é filha das circunstâncias conhecida por V.Exc**. Com motivo, reitero ao cidadão e amigo à expressão de minha mais alta estima e consideração como, Compatriota e Amigo, Daniel Gomes de Freitas[405].

Na localidade de Durazno, departamento no centro do Uruguai, o jornal argentino *La Nación* publicava, em fevereiro de 1893, uma notícia descrevendo que os federalistas tinham conseguido, com um estancieiro da região do Arroyo Cordobés, cerca de dezesseis cavalos que seriam levados para as forças que estavam na fronteira e onde se organizavam os revolucionários[406].

---

[405] FREITAS, Daniel Gomes de. [Carta] 18 mar. 1892, Tacuarembó, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, 2 folhas. Pedido a Zeca para que intervenha para obter jurisdição sobre vice-consulado de Rivera.

[406] Jornal *La Nación*, Buenos Aires. 05 fev. 1893, p. 1 - Notícia sobre os federalistas conseguirem cavalos no departamento uruguaio de Durazno.

Em carta enviada, possivelmente, de sua propriedade, no Uruguai, o coronel Eliseu Maciel pedia ao federalista Boaventura Pereira Leite, também proprietário rural no departamento de Rivera, que sua missiva fosse encaminhada ao Dr. Francisco Tavares. A carta chegou a seu destino e Francisco chegou a mencioná-la em seu Diário, no qual é possível perceber o apoio prestado por Eliseu aos federalistas, o poder que dispunham e a importância de suas propriedades, no Uruguai, como ponto de suprimento e apoio.

Na carta enviada, Maciel passou informações acerca de assuntos militares, pediu armas e afirmou que enviaria 150 homens para combater, além de dinheiro para despesas das forças federalistas (TAVARES, 2004a).

O poder e a influência da família Antunes Maciel são destacados pela tese de Débora Clasen de Paula (2019). A autora nos permite asseverar a relevância do apoio deste clã aos federalistas, principalmente por estes possuírem propriedades em diversos departamentos uruguaios de Salto, Tacuarembó, Cerro Largo e Paysandú, pontos-chaves para as estratégias federalistas.

Os apontamentos realizados por Ângelo Dourado evidenciam a importância estratégica dessas propriedades, situadas sobre a zona de fronteira, ao narrar que esteve acampado na propriedade da família Antunes Maciel, como descreve em seu Diário: “Fomos acampar no lugar denominado Ilha de São Luís, de onde eu passei para o Estado Oriental para dormir em casa do Barão de São Luís sobre a linha, afim de abraçar alguns amigos residentes, ou emigrados ali” (DOURADO, 1992, p. 368).

Tanto o Barão de São Luís, Leopoldo Antunes Maciel, quanto Francisco Antunes Maciel, e membros da família, como era o caso de Artur Antunes Maciel[407], correspondiam-se, constantemente, com Joca Tavares, Francisco da Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins (TAVARES, 2004a; ANDRADE, 2017). Militavam em favor da causa federalista e possuíam propriedades rurais na zona de fronteira, do lado brasileiro, especificamente, na cidade de Dom Pedrito, e também no departamento uruguaio de Cerro Largo, estendendo-se até o de Tacuarembó (PAULA, 2019).

Francisco Tavares e Francisco Antunes Maciel tinham uma relação de proximidade e assumiram juntos o governo provisório, em Desterro, estado de Santa Catarina (ANDRADE, 2017). A relação entre estes personagens, na defesa dos interesses da revolução, também se

[407] FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Arthur Antunes Maciel. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maciel-artur-antunes. Acesso em: 3 fev. 2019. Neto de José Antônio Moreira, Barão do Butuí, personagem que uma das filhas teria contraído matrimônio com Leopoldo Antunes Maciel, do qual descende Artur.

estendeu a Buenos Aires, pois ambos estavam em um navio que tinha partido de Montevidéu para aquela capital, em dezembro de 1893, juntamente a outras lideranças que, possivelmente, faziam parte da articulação internacional[408] dos federalistas (TAVARES, 2004a).

A utilização das propriedades dos federalistas também no departamento uruguaio de Rivera, para onde eram enviadas armas, recursos financeiros e suprimentos e onde acampavam forças federalistas, pode ser percebida nas cartas de Cândido Tavares Bastos e de Galvão Machado Leal, amigos pessoais e personagens próximos ao General Tavares (ANDRADE, 2017).

Esses personagens possuíam propriedades rurais em Minas de Corrales, interior do departamento de Rivera, localidade relativamente próxima à fronteira com o Brasil, onde muitos brasileiros, igualmente, possuíam propriedades rurais, estabelecidas durante a segunda metade do século XIX (PALERMO, 2019). Tornaram-se, durante a Revolução Federalista, importantes bases, tendo o próprio General Tavares e o Almirante Saldanha da Gama estado, diversas vezes, hospedados nessas localidades, nas propriedades de amigos federalistas que estavam ali emigrados (GAMA, 2009; TAVARES, 2004a, TAVARES, 2004b).

Minas de Corrales era um pequeno povoado e, de acordo com o Diário do Almirante Saldanha da Gama (2009), as famílias mais proeminentes daquela localidade eram as de Cândido Bastos e de Custódio Brasil. Descreve, ainda, o almirante fluminense, que Cândido pertencia a "família numerosa e influente, natural de Dom Pedrito. Tem sido e continua a ser o melhor vedeta telegráfico desta zona de fronteira" (GAMA, 2009, p. 157).

No que se refere ao Dr. Cândido Bastos, era formado em Direito, em São Paulo, em 1886[409] e advogava, em Bagé. Curiosamente, era filho de um padre, secularizado, José Tavares Bastos Rios[410]. Teve diversos irmãos, dentre eles comerciantes e advogados. Era casado com Carolina Cândida Xavier, filha de Demétrio José Xavier, Barão do Upacaraí, rico estancieiro em Dom Pedrito e proprietário de estância no Uruguai. A união com a família do barão do Upacaraí não ficou apenas restrita ao Dr. Cândido, pois seu meio irmão, Antônio Pedro Dias Lopes, era casado com Etelvina Xavier[411].

---

[408] Para ler mais sobre as articulações internacionais dos federalistas ver: ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós -Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

[409] MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. **Lista Geral dos Bacharéis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo e dos Lentes e Diretores Efetivos até 1900**, 1900, p. 226.

[410] RUBERT, Arlindo. **A história da Igreja no Rio Grande do Sul**. Vol. 2. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

[411] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, **inventário *Post Mortem* de José Tavares Bastos Rios,** Auto 205, Maço 11, Estante 133, 1888.

Ao encontro da narrativa de Saldanha da Gama está o fato de que o Dr. Cândido Bastos era um dos personagens que mais se comunicava com Joca Tavares. Ocupava importante posição de mediador em sua localidade (ANDRADE, 2017) e recebia documentos de diversos chefes federalistas, através de cartas e telegramas, repassando as informações ao General Tavares. Sua propriedade ficava próxima ao posto do telégrafo de Minas de Corrales. Por essa razão, os chefes federalistas de outras localidades, tais como Buenos Aires e Montevidéu, sabiam que poderiam enviar telegramas para que Cândido os remetesse ao General Tavares.

Por estar em constante movimentação e sem acesso, do lado brasileiro, a telegramas, durante o conflito, Tavares os recebia vindos do Uruguai e por intermédio dos federalistas emigrados. Sua estância era um ponto-chave, não só para o envio de armas e suprimentos, mas também para que os chefes federalistas pudessem recebê-los (ANDRADE, 2017). Em outras palavras, funcionava, ao mesmo tempo, como uma base de apoio logístico situada em ponto seguro, na retaguarda das operações federalistas, na fronteira, e onde teriam um ponto de reencontro seguro, caso fosse preciso dispersar forças inimigas superiores.

O Diário do Almirante Saldanha da Gama permite-nos obter informações sobre Galvão Machado Leal, outro importante estancieiro, natural de Bagé, cujos irmãos residiam em sua propriedade, desde que começara a Revolução, em 1891, no Rio Grande do Sul. Era amigo pessoal do General Tavares e o recebeu em sua propriedade, assim como a outros líderes federalistas (GAMA, 2009).

Galvão residia em Bagé, era advogado, membro da Guarda Nacional, foi subdelegado de polícia em 1889[412], pertencia a uma família de estancieiros. Também tinha propriedade rural, em Minas de Corrales, e perto do Arroio Cuñapiru, departamento de Tacuarembó, juntamente com seu irmão[413].

Analisadas as correspondências trocadas com o General Tavares, foi possível perceber a utilização das estâncias da família, pelos federalistas, durante o conflito, como se pode observar na carta enviada da estância de Galvão Machado, em Minas de Corrales, datada de 6 de fevereiro de 1895. Na carta, avisa que o federalista Armando Burlamarqui estava nessa propriedade e, que após sair de lá, iria para a de Pedro Machado e, posteriormente, se dirigiria à do Scotto[414]. A propriedade da família Scotto não se limitava apenas ao departamento de

[412] Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 17 jul. 1889, p. 1 – nomeação de Galvão Machado Leal para subdelegado de polícia.
[413] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Notas n.7, cidade de Dom Pedrito, n.21, 03/03/1870 a 18/06/1879.
[414] LEAL, Galvão Machado. [Carta] 6 fev 1895, Minas de Corrales, departamento de Rivera, Uruguai.[para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala sobre Armando Burlamarqui e sua movimentação pelas estâncias de federalistas.

Rivera, ou seja, a família possuía também mais de 12 léguas de campo no departamento de Cerro Largo (SOUZA, 1851, p. 61).

À semelhança da propriedade de Cândido Bastos, também foi um importante ponto de apoio para os federalistas, no departamento de Rivera, de onde Galvão Machado Leal se comunicava, constantemente, com outras lideranças federalistas, passando informações e encaminhando os suprimentos que chegavam de diversos pontos do Uruguai.

Outro federalista que ocupava uma posição central, nesse departamento, era Boaventura Pereira Leite, veterano da Guerra do Paraguai. Parente do General Tavares, possuía propriedade rural na localidade de Minas de Corrales e, durante a Revolução Federalista, foi promovido a tenente coronel do Exército Libertador federalista.

A atuação de Boaventura junto a Joca Tavares era muito ativa e estava dentre os que mais se corresponderam com este General. Parte dessa atuação pode ser observada, desde 1891, conforme o telegrama enviado por Manoel Cândido Xavier – filho do Barão do Upacaraí, esposo de Ernestina Mércio Pereira, filha de Camilo Mércio Pereira, e cunhado do Cândido Tavares Bastos – de Dom Pedrito, em 16 de novembro de 1891, a Zeca Tavares, no qual declara que Boaventura estava à frente de duzentos homens, que protegiam a fronteira, no município de Dom Pedrito[415], contra a invasão de castilhistas que haviam emigrado para o Uruguai.

Participou ativamente na articulação de apoio de brasileiros, no Uruguai, que pode ser observada em carta datada de 3 de junho de 1895, enviada de Minas de Corrales, na qual afirma: "[...] Não me foi possível ir a Tacuarembó, porém posso dirigir-me por carta aso nosso amigo d'aquela vila, fazendo-lhe o pedido de que conversamos, no nome de V.Ex.ª e do coronel. Cabeda [...][416]".

Muitos dos outros comandantes federalistas, chegados à família Silva Tavares, quando não possuíam propriedades rurais no Uruguai, tinham familiares próximos que as possuíam, como era o exemplo de Rafael Cabeda, que citamos anteriormente. Personagens que mobilizaram, individualmente, suas redes de relações no sentido de apoiar e financiar as forças federalistas. O apoio da família da esposa de Rafael, Adália Severo Cabeda, e de outros brasileiros adeptos da causa federalista, que possuíam propriedades no Uruguai e que tinham em suas estâncias pontos de apoio às forças do Exército Libertador, também são mencionados por Ângelo Dourado (1992), em seus apontamentos:

---

[415] XAVIER, Manoel Cândido. [Carta] 3 jun. 1895, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala sobre a atuação de Boaventura Pereira Leite na fronteira.

[416] LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 3 jun. 1895, Minas de Corrales, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta sobre o contato com amigos federalistas de Tacuarembó.

> Nosso encontro se deu na casa de Maneco Pereira que como o Major Menezes, Theodoro Paiva, Manoel Canabarro, José Pedro Velledas, Roza, Militão Machado e muitos outros **patrícios domiciliados nesta região têm nos prestado os maiores serviços**, **que materiais, quer morais**, **sendo incalculáveis os que tem prestado à família da mulher de Rafael Cabeda** (DOURADO, 1992, p. 368, grifos do autor).

Além de permitir identificar os nomes dos personagens que estavam envolvidos, diretamente, no conflito, o texto possibilita entender a extensão de tal apoio em recursos materiais, pois membros dessas famílias estavam lutando junto às forças federalistas, conforme é possível identificar nas inúmeras correspondências do General Tavares, do Dr. Francisco Tavares, e nos Diários e memórias de outros líderes federalistas que estamos utilizando para este estudo. A relevância destas informações oferecidas por Ângelo Dourado (1992) permite compreender que estruturas familiares inteiras foram articuladas em prol da Revolução, ao passo que esta dependia desta estrutura de apoio para sustentar o confronto, as operações de guerra e manter-se em beligerância, essencial para o tipo de guerra de recursos que realizavam contra as forças castilhistas e do Exército brasileiro.

Percebe-se, também, o apoio dos estrangeiros nas diversas localidades da região fronteiriça platina, desde propriedades na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, além da mobilização e circulação dos indivíduos, neste espaço, formando, assim, uma região revolucionária.

Entrementes, os Silva Tavares e outras lideranças a eles vinculadas, pertencentes a esse grupo que delimitamos – além dos estrangeiros pertencentes a diversas localidades da Argentina e do Uruguai –, por serem estanceiros, comerciantes e charqueadores em sua maior parte, logicamente, utilizaram-se da experiência construída, neste espaço. Ao longo do século XIX, possuíam contatos que compunham suas redes de relações e que foram mobilizados durante a Revolução, territorializando um espaço pelo qual circulavam, formando, assim, uma região revolucionária.

Nesse sentido, o apoio dos proprietários rurais e suas propriedades foram fundamentais para os federalistas. Representava uma dinâmica que também estava alicerçada em interesses e obrigações derivadas das relações de amizade, comerciais e de complexas teias de relações familiares que conformavam esta rede de solidariedades, na qual as propriedades rurais ocupavam um patamar estratégico para o tipo de guerra que estava sendo empregado, conforme apresentaremos no capítulo 7.

A partir do que expusemos, é possível perceber um espaço de apoio logístico aos federalistas, marcado por redes de relações que foram articuladas e utilizadas para garantir a

proteção de suas famílias, mobilizar recursos e personagens por essa região e enviar suprimentos às forças federalistas em operação. Nesse sentido, iremos nos dedicar àquelas redes construídas pelos Silva Tavares e seu grupo, nesse espaço, buscando compreender os interesses e a forma pelas quais foram pensadas e mobilizadas, conforme apresentaremos a seguir.

5 A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES

Neste capítulo, realizamos uma análise das redes de relações dos Silva Tavares a partir de suas correspondências pessoais, trocadas entre 1891 e 1895, utilizando-nos de quadros e gráficos para compreender qualitativa e quantitativamente as redes construídas, assim como sua extensão pelo espaço. Dessa forma, buscamos identificar a existência de um grupo vinculado a essa família, a duração dessas relações, os principais nomes dos indivíduos que compunham essa rede, os vínculos existentes entre eles, para, então, demonstrarmos a importância das conexões familiares como elemento solidificador destes elos.

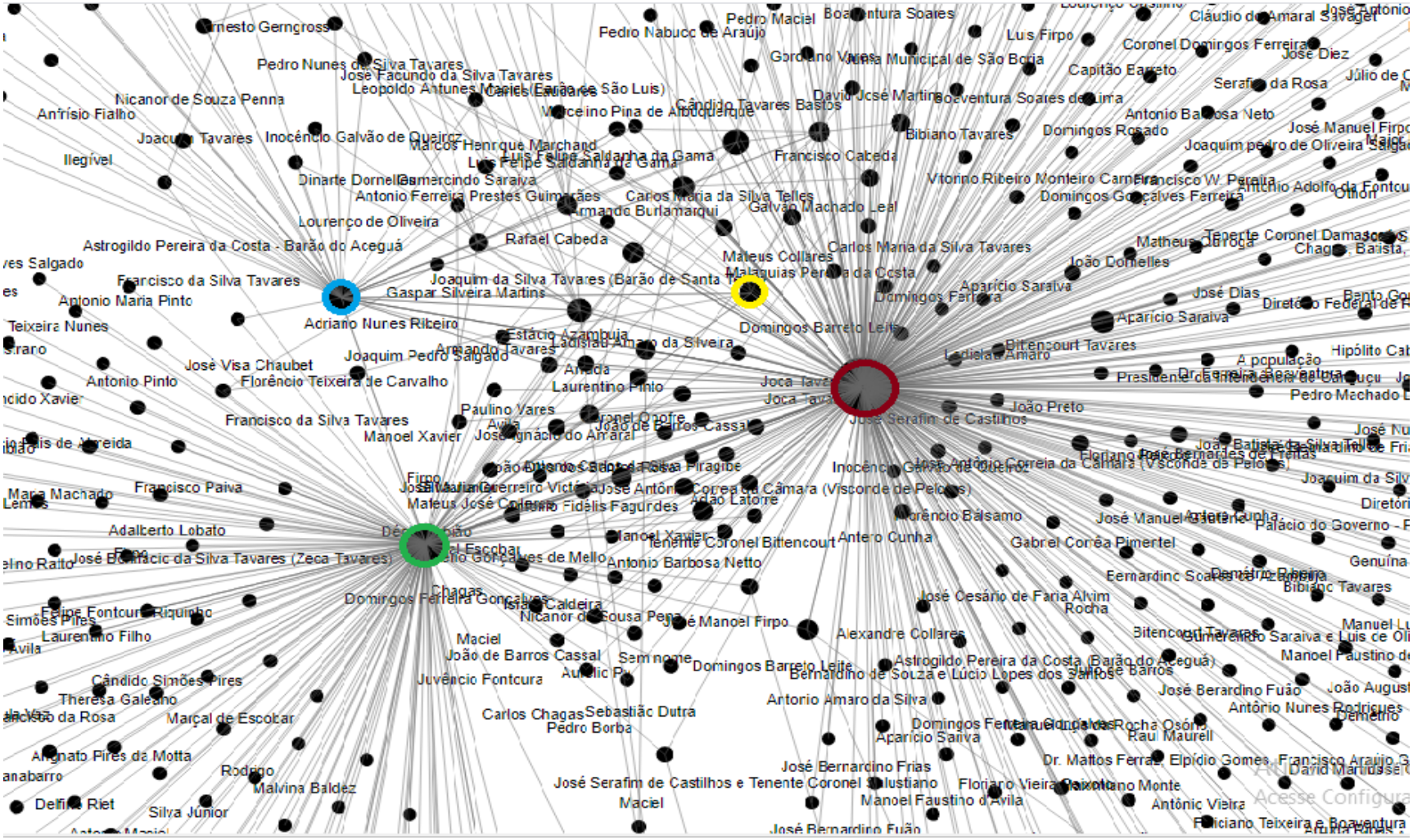
Demonstraremos o quanto as relações familiares e sociais dos Silva Tavares e seu grupo revelam a permanência de características de uma sociedade de antigo regime que perduraram na longa duração histórica na região revolucionária conformada pela guerra e pelas sociabilidades. Tal permanência se torna visível através de uma lógica de pensar, construir e mobilizar suas redes, as alianças, a família, a política e a guerra por esses personagens fronteiriços, demostrando uma realidade social e cultural que permite entender a Revolução Federalista.

No que tange aos conceitos importantes para a análise de redes, existem diversas maneiras de se interpretar a atuação dos indivíduos nelas, principalmente por meio da análise de suas dimensões, da quantidade de envolvidos, dos vínculos de parentesco e profissional, dentre outros. Ainda podem ser considerados o tipo de trocas feitas através delas, a identificação dos interesses de indivíduos e grupos, o sentido e a intensidade (IMÍZCOZ, 2009, 101). Isso possibilita um olhar qualitativo sobre essas redes e a posição ocupada pelos indivíduos, permitindo caracterizá-las, estabelecer comparações, mensurá-las, assim como sua composição (IMÍZCOZ, 2004).

Nesse sentido, Mitchel (1969) estabeleceu uma série de variáveis que poderiam ser analisadas acerca da estrutura e da morfologia das redes. Dentre elas estão o Ancoramento, a Acessibilidade, a Densidade, a Posição, o Conteúdo, a Direcionalidade, a Duração, a Intensidade e a Frequência.

A capacidade de mobilização de cada um dos personagens da família Silva Tavares, bem como a extensão dessa rede pode ser percebida através de uma representação gráfica, criada a partir do banco de dados Palladio, o qual permite ver a intensidade, a densidade e a centralidade que cada um ocupava na rede de relações dessa família, conforme a imagem abaixo.

Gráfico 1 – Representação gráfica das redes da família Silva Tavares a partir de uma análise de cartas e telegramas enviadas e recebidas



Fonte: Elaborado a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

A partir desse gráfico, no qual adotamos a escolha dos nomes dos remetentes e destinatários, pode-se perceber uma forte densidade das redes, principalmente, em torno dos personagens da família Silva Tavares. O tamanho das esferas mede a intensidade das correspondências e as conexões de cada indivíduo, indicando a posição em que se encontra do destinatário, uma proximidade de outras lideranças federalistas em torno destes personagens e o quanto também estão vinculados a outros personagens desta rede, intermediários entre estes, indicando que se relacionam tanto dois ou mais indivíduos ao mesmo tempo.

As redes dos Silva Tavares representadas, no gráfico, apontam para a relevância e a posição de centralidade que ocupavam Joca Tavares, em vermelho; Zeca Tavares, em verde; Dr. Francisco Tavares, em azul; e Joaquim da Silva Tavares, em amarelo. Apresenta, ainda, a existência de uma **rede egocentrada** e o quanto cada um deles mobilizou sua rede de relações durante o conflito.

No que se refere à análise de redes, o termo **ancoramento** refere-se ao fato de que no âmbito das redes egocentradas, toda rede precisa ter um ponto de partida inicial em algum ponto que sirva de referência, um ator (REQUENA SANTOS, 1989), neste caso, os irmãos Silva Tavares.

Quanto **à acessibilidade** de uma rede, diz respeito à capacidade de identificar o quanto as ações de um indivíduo podem receber influência a partir das relações com os outros membros desta rede e os tipos de vínculos entre os atores da rede e o que é transportado através dela. A acessibilidade pode ser mensurada de duas maneiras: a primeira, pela quantidade de atores que podem contatar cada ator da rede; a segunda, pela quantidade de intermediários necessários para que um indivíduo se conecte a outros indivíduos (REQUENA SANTOS, 1989).

Conforme é possível identificar, no gráfico das redes, alguns indivíduos possuíam **acesso direto** aos Silva Tavares, sem que fosse necessária a mediação de outros, como, por exemplo, os casos de Alexandre Collares, Aparício Saraiva e Marcelino Pina, personagens que mantinham relação apenas com o general Tavares. Já outros membros dessa rede, como, por exemplo, Rafael Cabeda, **acessam diversos pontos**, como Zeca Tavares e Gaspar Silveira Martins. Por sua vez, José Maria Guerreiro Victória acessava o general Tavares, José Bonifácio (Zeca Tavares) e Ladislau Amaro da Silveira. Fato é que estes personagens se conheciam entre si, mas nem sempre tinham acesso, o tempo inteiro, às mesmas redes, ou seja, cada um possuía seus contatos e os amigos dos amigos constituíam importante mecanismo para a mobilização das forças federalistas.

No âmbito das redes, conforme o gráfico nos permitiu analisar, Joca Tavares, Zeca Tavares e o Dr. Francisco acessavam tanto os diversos pontos da rede quanto os recursos que

ela oferecia, desde econômicos, para as forças federalistas, até informações, capacidade mobilizadora de homens e recursos de guerra, abrigo para si e seus familiares.

Os mapas, por sua vez, permitem compreender que o espaço abrangido transcende o local. Em outras palavras, envolve um espaço que alcança os níveis estadual, nacional e até o internacional. Isso refuta a ideia de um papel secundário dessa família, como apenas seguidora de Gaspar Silveira Martins. Na realidade, são atores sociais de um grupo relevante, dentro do Partido Federalista, que mobilizou suas redes para atingir seus objetivos. Estes indivíduos atuavam como uma ponte entre grupos e subgrupos dessa rede, permitindo a outros conectores dela ligarem-se a outros mais distantes que não a acessariam sem a intermediação deles.

Explica José Imízcoz (2011), que é possível entender a partir da **centralidade**[417] e **da dispersão** a proximidade ou a distância dos envolvidos, em relação ao centro da rede, a quem os indivíduos estão conectados, diretamente, e quais deles necessitam de intermediação de outros para acessar indivíduos que ocupam uma posição de centralidade. Isso revela a atuação dos **mediadores** entre um grupo ou subgrupos, ou mesmo a outros nós dessa rede, permitindo, assim, cartografá-la através de grafos, que, na concepção do autor, são:

> [...] una herramienta operativa para medir y representar las relaciones efectivas entre indivíduos. Habitualmente los resultados se formaizan representando el campo social como una estrutura em red, mediante um grafo o diagrama, en el cual los individuos son representados por puntos o nodos y las relaciones entre ellos por líneas[418] (IMÍZCOZ, 2009, 102).

Os mediadores seriam os indivíduos que servem como ponte entre grupos e subgrupos da rede, controlando informações, fazendo circular favores, bens ou serviços, de algum modo que lhes proporcionem obter vantagens. Ao mesmo tempo, refere-se à capacidade de que um indivíduo possa acessar os mais diversos nós desta rede (IMÍZCOZ, 2011, p. 123).

Nesse sentido, entendemos que tal compreensão não está vinculada a uma noção de mediador que envolva as relações entre os sujeitos e o Estado, na busca por favores ou benefícios dele. Ao contrário, procura compreender uma atuação que remete mais a seu capital imaterial enquanto indivíduo e a utilização deste em sua rede de relações sociais e não apenas restrito ao âmbito das relações com o Estado (BOISSEVAIN, 2001; LEVI, 2000).

---

[417] Sobre a centralidade dos atores sociais ver: FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks Conceptual Clarification. **Social Networks**, n. 1, 1978/79, p. 215-239. Disponível em: http://www.leonidzhukov.net/hse/2018/sna/papers/freeman79-centrality.pdf . Acesso em: 25/11/2020.

[418] Tradução do autor: uma ferramenta operacional para medir e representar relacionamentos efetivos entre os indivíduos. Normalmente os resultados são formados pela representação do campo social como uma estrutura em rede, por meio de um gráfico ou diagrama, no qual os indivíduos são representados por pontos ou nós e as relações entre eles por linhas.

A **densidade** de uma rede pode ser identificada a partir da análise, da quantidade de conexões existentes nos grafos, e quanto mais os indivíduos estiverem conectados entre si, mais pode se inferir a existência de uma maior densidade, enquanto nas redes em que os atores se ligam apenas com uns e não com todos, é possível se afirmar uma densidade menor (REQUENA SANTOS, 1989).

A densidade em torno de Francisco é um tanto menor se comparada às conexões de Joca e Zeca, que foram medidas a partir da quantidade de correspondências que lhes foram enviadas, o que permitiu que percebêssemos uma capacidade de mobilização maior. Tal capacidade é fortalecida pela existência de **laços fortes** entre muitos dos agentes sociais, desta rede, relações pautadas por vínculos familiares, por amizade ou por parentesco "espiritual", como era o caso do capitão da Guarda Nacional e federalista Boaventura Pereira Leite, veterano da Guerra do Paraguai, cujas correspondências referem-se a Joca Tavares como sendo seu parente e amigo[419].

Para José Imízcoz (2011), a partir da densidade é possível mensurar a quantidade de relações de cada indivíduo e do número máximo comportado pela rede, criando uma rede mais ou menos densa. Isso permite compreender a existência de um "núcleo duro da rede", a partir do qual, "alguns indivíduos se destacam especialmente como 'conectores'" (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

Para este autor, o ato de os indivíduos encaminharem cartas ou as receberem de outros personagens cria uma conexão entre eles, estabelece vínculos, mobilizando seus "parientes y amigos, y promueven la cooperación y la concertación. De este modo, contribuyen a generar em la red núcleos densos com especial centralidade y capacidad de obtener resultados efectivos, a pesar de una separación geográfica superlativa" (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

A **posição** de cada ator, nessa rede, será mensurada a partir da conexão direta que possui com maior número de pessoas e diz respeito à capacidade de interagir com outros atores e, assim, determinar seu posicionamento na rede (REQUENA SANTOS, 1989).

O **conteúdo** das redes diz respeito ao fluxo da comunicação entre os atores. Pode ser diferente e se sobrepor, indicar objetivos diferentes, e pode ser por parentesco ou mesmo devido à existência de aspectos em comum, como a atividade profissional, os interesses compartilhados e, neste caso, em torno dos objetivos da Revolução. Os interesses familiares se sobrepunham,

[419] LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 8 ago. 1895, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Boaventura refere-se a Joca Tavares como seu parente e amigo.

nesta rede; não raro um indivíduo pertencia a grupos que apresentavam conteúdos diferentes (MITCHELL, 1969; REQUENA SANTOS, 1989).

Nesse sentido, é que afirma Michel Bertrand (1999) a existência de três tipos, possibilidades de vínculos e relações existentes entre os indivíduos. A primeira diz respeito à categoria de *amigo*, ou *amigo íntimo*, que poderia ser por parentesco e envolvia a probabilidade de vínculos decorrentes de compadrio entre os sujeitos, o que poderia estabelecer laços fortes de fidelidade que, de igual forma, poderiam tornar-se alianças parentais. Outra possibilidade de vínculo seria a de *sócios*, que diz respeito à existência de relações que não necessariamente envolvam a existência de laços de afeto entre os implicados. Uma terceira e última, diz respeito àquelas relações do tipo *clientelistas*, ou seja, as que seriam caracterizadas pela existência de relações desiguais entre os envolvidos, por relações de dependência, tanto vertical quanto horizontal.

As redes possuem **duração variada**, nem sempre estão ativas o tempo todo. Elas podem aumentar ou diminuir, mas sempre envolvem regras que pautam as relações entre os envolvidos e podem ser utilizadas para que sejam alcançados objetivos diversos (REQUENA SANTOS, 1989).

Para o inglês James Clyde Mitchell (1969), as redes podem envolver o fluxo de mercadorias ou bens, materiais ou de caráter simbólico, assim como de informações enquanto partes do processo comunicativo, persuadir outras pessoas de acordo com seus interesses e atingir fins políticos, elementos capazes de gerar prestígio aos atores.

A **durabilidade variada,** ao longo do tempo, embora não signifique que as amizades ou vínculos tenham sido rompidos, mostra que poderiam estar adormecidos, ainda assim, mantendo relações entre si, de modo que nem todos os atores aparecem mobilizados, constantemente, nos anos analisados nesta rede.

Exemplo disso é o caso de Boaventura Pereira Leite, cujas correspondências a Zeca Tavares datam de 1870, nas quais fala sobre negócios[420], o que indica que mantinha relações com a família Silva Tavares desde este período. Entretanto, as correspondências deste personagem só irão aparecer, novamente, em 1892 e, desse momento em diante, mais ou menos constantes até o término da Revolução Federalista.

Outro caso que permite afirmar que as redes desta família não estavam o tempo inteiro ativadas foi o de Marcelino Pina de Albuquerque. Identificamos suas correspondências a partir de 1893, de forma crescente até 1895, de modo que ainda que tenha tomado parte na fundação

[420] LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 10 fev. 1870, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que se refere a negócios ligados à pecuária.

do Partido Federalista, em 1892, e, ativamente, de todos os manifestos do general Tavares, conforme apresentamos anteriormente, não encontramos referência à participação deste personagem nos eventos iniciais da Revolução, em 1891.

Por outro lado, ainda para o caso de Boaventura, nem sempre as correspondências tiveram a mesma intensidade para os anos analisados, marcando um decréscimo gradual das comunicações, no período de 1891 a 1895. Tal fato se deve, principalmente, por ter esse personagem se retirado para sua propriedade, no departamento uruguaio de Rivera, de onde passou a ajudar na organização da Revolução e não mais na linha de frente, como o fizera em 1891.

A **intensidade,** na concepção de Félix Requena Santos (1989), refere-se ao fato de que alguns estão mais vinculados entre si que outros. Ainda que o parentesco seja importante variável neste processo, não é algo que condiciona as relações. De outro modo, amigos distantes podem ter uma relação mais próxima do que parentes com quem não se comunicam ou de quem divergem. Por fim, a questão da frequência de uma rede nem sempre pode ser medida pela grande frequência entre os contatos feitos por dois atores, mas é necessário que exista uma relativa continuidade entre eles para que possam sobreviver (REQUENA SANTOS, 1989).

Isso também vale para outros personagens próximos ao general Tavares, como, por exemplo, José Maria Guerreiro Victória, cuja comunicação dá um salto em relação ao envio de correspondências em 1892, um hiato, em 1893, e um crescimento, em 1894, o que não significa que ele estivesse inativo. Essa oscilação na frequência precisa considerar algumas variáveis, tal como o fato de ele possuir 55 anos, no começo do conflito. Embora novo, sofreu de enfermidades devido à rusticidade, à intensidade dos movimentos de uma guerra de guerrilha, os constantes esforços frente às intempéries que desgastavam até os mais bravos, levando-o a pedir afastamento para cuidar de sua saúde, diversas vezes, durante o período analisado[421], chegando a declarar, algumas vezes, a Zeca Tavares que se encontrava de cama, "[...] gravemente enfermo de paralisia do lado esquerdo que me impossibilita de montar a cavalo [...][422].

Outro líder federalista que aparece nas correspondências com uma frequência mais ou menos regular, entre 1891 e 1895, com maior intensidade, em 1892, é Rafael Cabeda. Este

[421]TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 20 mar. 1895, Dom Pedrito. [Para] GAMA, Luís Felipe Saldanha da. 2 folhas. Fala sobre o General José Maria Guerreiro Victória estar enfermo e pedir licença por alguns dias para tratar-se.

[422] VICTÓRIA, José Maria Guerreiro. [Carta] 29 out. 1894, s.l. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, 1 folha, Bagé.

personagem fez parte do diretório federalista de Sant'Ana do Livramento e mantinha contato direto com o general Tavares e com Zeca Tavares, em Bagé, e através dele mantinham contato com outras lideranças no Rio Grande do Sul. Por diversas vezes, escreve pedindo ordens de como deve proceder, da mesma forma que solicita informações acerca da situação política[423] e dos avanços da Revolução no restante do estado[424], informando a situação de suas forças, das articulações e dificuldades que enfrentava.

Da mesma forma, Rafael mantinha comunicações com Porto Alegre, Dom Pedrito Alegrete, Quaraí, Uruguaiana, afirmando que "[...] os companheiros são bons e estão bem solidários comigo"[425]. Este personagem também ativou suas redes, mobilizando os amigos dos amigos, aproveitando que estivesse pelo interior do Uruguai reunindo homens e recursos, conforme afirma Paulino Vares ao general Tavares: "[...] aqui estamos conforme as ordens de V. Ex.ª congregando elementos. O Rafael foi hoje a Tacuarembó, deve regressar dentro de três ou quatro dias[...]"[426].

O apoio à Revolução também envolvia relações clientelísticas. Ao mesmo tempo que conseguiam adesão de uns, precisavam auxiliar seus amigos emigrados que estavam em dificuldades, como afirma Dr. Francisco Tavares, em seu diário, ao relatar ter levado recursos aos seus amigos, em Melo, departamento uruguaio de Cerro Largo.

Também Rafael Cabeda levara recursos aos seus amigos (TAVARES, 2004a, p. 92). É bem provável que obter recursos próprios ou recebidos através dos agentes federalistas em Montevidéu ou Buenos Aires, ou de outros federalistas em melhores condições financeiras, além de indicar sua capacidade de mediar estes recursos, o colocaria numa posição de prestígio e reconhecimento pela sua capacidade de distribuir ajuda, o que poderia ser uma forma de retribuição para com aqueles que lhe tinham afeição e lealdade.

A crítica à falta de apoio aos amigos emigrados fica evidente no diário do Dr. Francisco Tavares, quando se dirigiu a Buenos Aires e de lá pôde ver a situação em que se encontravam alguns federalistas e suas famílias. Francisco teria ouvido muitas severas reclamações dos emigrados, declarando-lhe que muitas das famílias que lá estavam passavam fome e, diante

[423] CABEDA, Rafael. [Carta] 4 nov. 1891, Sant'Ana do Livramento. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Escreve pedindo informações, ordens de como proceder
[424] CABEDA, Rafael. [Telegrama] 15 mai. 1892, Sant'Ana do Livramento. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha. Escreve pedindo atualidades da política.
[425] CABEDA, Rafael. [Carta] 14 nov. 1891, Sant'Ana do Livramento. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha. Documento em que afirma estar ao lado do empenho que o General Tavares, que seus amigos estão solidários consigo, e que telegrafou para as cidades de Porto Alegre, Porto Alegre, Alegrete, Quaraí e Uruguaiana.
[426] VARES, Paulino. [Carta], 29, jun. 1892, Rivera. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Fala que está reunindo gente conforme este o havia ordenado e que Rafael está em Tacuarembó.

disso, tece críticas a Gaspar Silveira Martins por este não estar enviando recursos aos amigos que estavam emigrados naquela capital (TAVARES, 2004a, p. 170).

Afirma Mitchell (1969) que as redes também envolvem direitos e obrigações, expectativas entre partes que se reconhecem como parte dela e podem servir para fins diversos, desde atingir metas, fazer circular bens e serviços no âmbito econômico, até obter e repassar informações. Assevera, também, que pertencer a uma rede de relações de algum indivíduo não implica estar mobilizado o tempo inteiro. Ou seja, elas podem estar inativas e apenas ser ativadas quando necessário e segundo seus interesses.

Nesse sentido, também argumenta Michel Bertrand que, nas redes de relações sociais os sujeitos estavam inseridos de alguma forma entre "solidariedades familiares complejas que le imponían limites reales, pero que le aseguraban también apoyos ocasionales y relevos en caso de necesidad"[427] (1999, p. 118), o que não implica nenhuma forma de determinismo que impedisse a atuação e os objetivos dos indivíduos, com relativa capacidade de ação.

Por outro lado, Michel Bertrand e Claire Lemercier (2011) apresentam alguns cuidados que devemos ter ao trabalhar com as redes. Argumentam os autores que não se pode cair no determinismo ao se deixar seduzir pela estrutura, esquecendo qual sentido as relações teriam para os atores. Por outro lado, afirmam que para o caso das famílias e parentescos, ainda que o estudo de redes seja uma ferramenta privilegiada para explicar a colaboração entre os atores sociais, surge de forma involuntária, mas que nem sempre significa a existência de relações próximas entre os atores, entre parentes distantes.

Ao encontro dessa afirmação de Bertrand e Lemercier (2011), destacamos, aqui, as divergências existentes entre ramos distintos da família Silva Tavares, precisamente entre os ramos de Bagé e seus primos de São João Batista do Herval. O ramo do Herval estava cindido em duas vertentes: parte estava com o general Tavares, durante a Revolução Federalista, outra parte estava filiada ao PRR, chegando, inclusive, um dos Silva Tavares a ocupar a primeira intendência pós-Revolução (MEDEIROS, 1980).

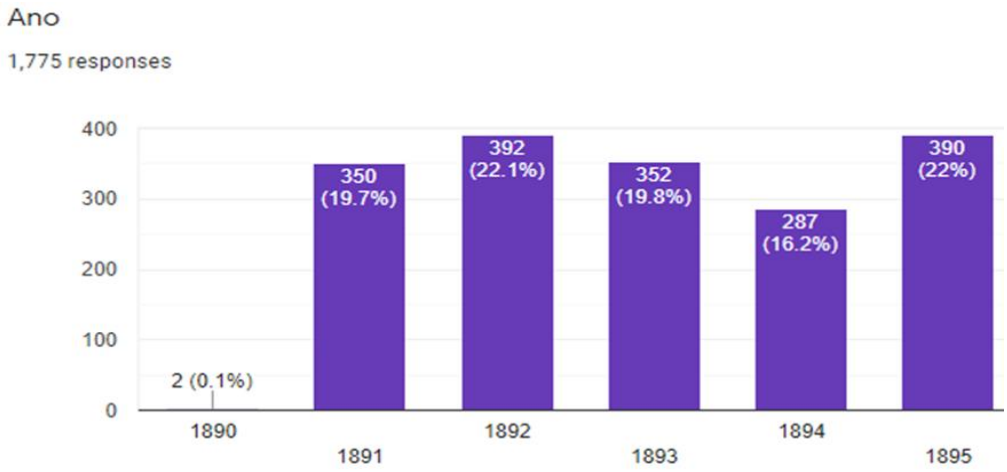
A partir do que apresentamos, salientamos a importância da ferramenta metodológica que utilizamos para a análise das correspondências, ou seja, a observação da existência das redes sociais. Sua análise nos permite compreender a forma como se deu a organização das

[427] Tradução do autor: Solidariedades familiares complexas que lhes impunham limites reais, mas também garantia eventual apoio e alívio em caso de necessidade.

forças federalistas a partir da atuação dos indivíduos e dos interesses familiares, a fim de mobilizar homens e recursos para sustentar a Revolução Federalista.

Na extensa análise de uma documentação de aproximadamente 3.000 documentos, da qual selecionamos 1775 correspondências, estabelecemos uma delimitação entre os anos de 1891 a 1895, para dividir as correspondências. Desse modo, é possível perceber o número total de cartas e telegramas enviados e recebidos nos anos a que dedicamos nossa análise, conforme será apresentado no gráfico abaixo.

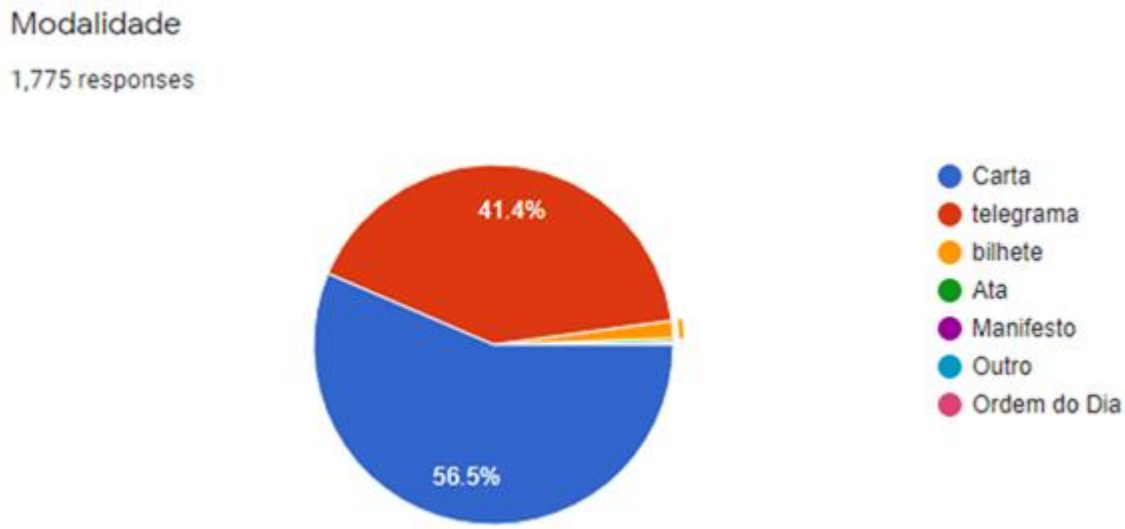
Gráfico 2 – Correspondências da família Silva Tavares quanto ao ano



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, em Bagé. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

Quanto ao suporte das fontes analisadas, todas elas eram de papel, em bom estado de conservação. Encontramos uma grande diversidade de documentos que dividimos de acordo com a sua modalidade: cartas, telegramas, bilhetes, atas, manifestos, ordens do dia, dentre outros documentos que estão inseridos em outros, como, por exemplo, recibos, índices toponímicos das forças, fragmentos de jornais, alguns diplomas etc.

Gráfico 3 – Correspondências da família Silva Tavares quanto à modalidade



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares em Bagé, Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

Conforme é possível de ser observado, a maioria da documentação e a que melhor ajudava a responder nossas hipóteses, foi a das cartas e telegramas, de modo que as outras fontes consistiram em complementos para nossa análise. Estes documentos revelam as condições culturais de uma sociedade, de um indivíduo e do grupo social a que pertencem (LOPES, 2012, p. 320). Através deles é possível perceber questões quanto ao grau de instrução letrada de um indivíduo, as influências culturais em sua formação, condições sociais e econômicas, bem como elementos simbólicos intrínsecos dessa prática de se corresponder, tendo em vista que as correspondências constituem importante fonte para o estudo das elites.

Tal entendimento se deve, especialmente, no Brasil do século XIX, a um país ainda com grandes parcelas de populações rurais e em um momento histórico em que a alfabetização não se estendia a todos os indivíduos. Assim, saber ler e escrever, adquirir papel, tinta, caneta, ou mesmo um lápis, poderia dizer muito sobre o poder aquisitivo dos indivíduos.

Por outro lado, enviar e receber cartas envolve outra noção, a de temporalidade. Nesse sentido, Walnice Nogueira Galvão e Gotlib (2000) esclarecem que no período entre o ato de escrever uma carta, enviá-la e recebê-la, evidencia-se um hiato de tempo, em que o tempo de quem escreve não é o mesmo de quem responde, especialmente se formos pensar o envio e o recebimento de cartas cujo transporte poderia variar consideravelmente.

A presença de temporalidades distintas é percebida em dois momentos. No primeiro, refere-se à existência de uma grafia diferente, carregada de outros sentidos ou acepções para quem a utilizou, no passado, próprios de uma época, que diferem, muitas vezes, do sentido que entendemos no presente. Tais diferenças podem ser armadilhas interpretativas, como por exemplo, a utilização de palavras, conceitos ou termos de cunho político que envolvem compreensões distintas em diferentes contextos e para os diversos grupos que se apropriam dela, como a ideia de federalismo entre Castilhistas-Positivistas e para os Liberais Federalistas, que poderia diferir quanto às formas de relação das localidades com o centro de poder estadual e nacional (PADOIN, 1999; DOLHNIKOF, 2005; COSTA, 2006; ROSSATO; ANDRADE, 2017; ROUSTON, 2016; REVERBEL, 2014).

O segundo momento em que é possível identificar uma temporalidade distinta é possível de ser identificado a partir do pacto epistolar (GOMES, 2004), em que o tempo de recebimento de uma correspondência, elaboração da resposta, reenvio e chegada ao destinatário envolve um tempo diferente, tanto para o remetente quanto para o destinatário, processo que só vai ser abreviado com a utilização do telégrafo.

Quanto aos telegramas, representaram significativo avanço nos meios de comunicação do período, em estudo, permitindo aos indivíduos comunicarem-se em outro ritmo temporal, avanço que beneficiou muito os revolucionários. Entretanto, a análise quantitativa revela que o número de telegramas enviados e recebidos, a partir do território brasileiro, é muito menor que o dos anos anteriores à invasão do Rio Grande do Sul pelo Exército Libertador federalista, em 1893.

A partir do gráfico quanto ao ano, este explicaria, então, a diminuição das comunicações por meio de telégrafo, no período de 1893 a 1895, entre os federalistas? Para responder a essa questão é preciso compreender a envergadura logística que isso envolve, pois, comunicar-se por telegrama envolvia uma estrutura que durante a Revolução Federalista foi estratégica para ambos os lados da contenda.

Para ser possível enviar um telegrama era necessário o domínio de um ponto, ainda que breve, pois eram aparatos estáticos que requeriam uma estrutura: fios ligavam uma estação a outra. Além do mais, nem sempre era um meio confiável de comunicação.

Considerando que os federalistas não conseguiam manter, por muito tempo, o domínio sobre certas localidades, devido a sua estratégia de guerra de recursos, aproveitavam para enviar telegramas quando dominavam algumas das estações telegráficas que estavam em condições de transmitir informações.

Por outro lado, era um meio de comunicação que envolvia a intermediação de dois telegrafistas para enviar e receber os telegramas nas estações. Isso significava a necessidade de uma relação de extrema confiança para com esses indivíduos, garantindo a segurança da informação.

Durante o conflito, os federalistas destruíam os postes de telégrafo ou derrubavam pontes, inutilizavam os trilhos da estrada de ferro para dificultar o trânsito de pessoas e as informações, principalmente, por se tratarem de alvos estratégicos que dificultariam o suprimento e a comunicação do inimigo. Essa estratégia pode ser observada na carta enviada, em 12 de outubro de 1893, da localidade do Piraí, pelo general Joca Tavares a Mateus Collares, tenente-coronel federalista, na qual ordena:

> [...] Se tiveres conseguir dinamite, mande estragar a estrada de ferro e qualquer trecho d'onde for possível. Como tenho constantemente recomendado, a linha telegráfica tanto nacional como a linha férrea, devem ser constantemente cortadas, para dificultar as comunicações do inimigo [...][428].

No que tange às correspondências, elas também possibilitaram identificar questões relacionadas ao espaço utilizado por estes personagens durante o conflito. Mas o que tais informações são capazes de revelar? Quanto à origem, pode-se observar uma grande quantidade de telegramas enviados de localidades de estações telegráficas do Uruguai, que são reveladores das posições onde se encontravam os federalistas emigrados e os apoiadores. Muitos destes telegramas eram enviados de estações dos departamentos uruguaios de Rivera, Artigas, Cerro Largo e Montevidéu, de onde transmitiam comunicações trocadas com os brasileiros emigrados em Buenos Aires (ANDRADE, 2017).

Para entendermos a importância dessa rede de telegramas no sentido de articular e comandar os chefes federalistas e suas forças, citamos, como exemplo, a comunicação enviada pelo almirante Luís Felipe Saldanha da Gama ao general Joca Tavares, na qual afirma: "Convém estejamos em constante ou, pelo menos, em frequente comunicação. E podemos estar graças a estação telegráfica de Corrales e a esta daqui [...] finalmente passei para S. Eugênio, de onde voltei para aqui, por ser ponto central e que dispõe de estação telegráfica" [sic] (ANDRADE, 2017, p. 143).

---

[428] COLLARES, Mateus. [Carta] 12 out. 1893, Bagé. [Para] Tavares, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala sobre o corte das linhas de telégrafo pelos federalistas.

Conforme havíamos destacado em nossa dissertação[429], algumas dessas localidades, no Uruguai, eram intermediárias entre a comunicação que provinha tanto de Buenos Aires e de Montevidéu quanto de outras localidades, até as lideranças federalistas que estavam no Brasil.

Devido às dificuldades de acesso às estações de telegramas, em território brasileiro, o único meio de essas correspondências chegarem aos acampamentos e às forças itinerantes dos federalistas em campanha militar, no Rio Grande do Sul, era serem enviadas por cartas – muitas das quais cifradas, para evitar serem lidas, caso viessem a ser tomadas pelo inimigo –, por intermédio de mensageiros que percorriam os trajetos a cavalo, de uma localidade a outra, sujeitos estes que deveriam ser, também, de extrema confiança e grandes conhecedores do terreno, de modo a garantir que as mensagens fossem entregues com segurança ao destinatário (ANDRADE, 2017).

A partir desses aspectos apresentados, que permitem uma análise qualitativa das localidades e da extensão das redes com as quais se comunicavam os Silva Tavares, permitindo um olhar sobre a extensão da Revolução Federalista, nos dedicaremos a seguir uma análise quantitativa das correspondências enviadas e recebidas, buscando identificar os personagens que pertenciam ao grupo próximo a essa família, mostrando uma continuidade no tempo. Isso permitirá identificar tanto a natureza dessas relações quanto a existência de uma forma tradicional de fazer alianças e pensar a guerra, conforme iremos apresentar a seguir.

5.1 UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CORRESPONDÊNCIAS DA FAMÍLIA SILVA TAVARES

A análise das correspondências da família Silva Tavares passou por uma etapa de identificação quantitativa dos personagens envolvidos, o que nos levou à delimitação de um grupo formado pelos principais nomes que compunham a rede de relações desta família. Utilizamos, por premissa, delimitar nossa análise àqueles que mais se corresponderam, durante a Revolução Federalista, entre os anos de 1891 a 1895, cujos nomes aparecem, reiteradamente, em outros manifestos, nesse período, configurando uma série de relações que indicam tanto proximidade quanto existência de vínculos fortes entre os envolvidos.

[429] ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

Quadro 5 – Nomes de lideranças federalistas que trocaram correspondências com a família Silva Tavares, durante os anos de 1891 a 1895

Nomes	Número de correspondências trocadas
João Nunes da Silva Tavares	268
Francisco da Silva Tavares	125
Marcelino Pina de Albuquerque	63
Gaspar Silveira Martins	49
José Bonifácio da Silva Tavares	43
Rafael Pires Cabeda	43
Aparício Saraiva	41
Luís Felipe Saldanha da Gama	40
Joaquim da Silva Tavares	39
Manoel Cândido Xavier	39
Gumercindo Saraiva	31
Paulino Vares	25
Boaventura Pereira Leite	22
José Maria Guerreiro Victória	19
Francisco Cabeda	18
Estácio Azambuja	17
Francisco Antunes Maciel	11
Laurentino Pinto	11
Cândido Tavares Bastos	10
Mateus Collares	8
Galvão Machado Leal	7
Ladislau Amaro da Silveira	4
Leopoldo Antunes Maciel	3
Januário Simões Pires	2
Alexandre Collares	1

Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

Muitos dos indivíduos que figuram, nessa lista, estiveram presentes em outras importantes reuniões e assinaram manifestos ao lado dos irmãos Silva Tavares. Muitos deles estavam presentes desde a fundação da União Nacional, em 1890, agremiação que desempenhou oposição a Júlio de Castilhos, passando por diversos momentos, compondo as fileiras do Partido Republicano Federal, em 1891.

Dentre esses nomes, estavam diversos líderes que acudiram ao chamado do general Tavares e participaram do movimento que deu fim ao governo de Castilhos e de Deodoro da Fonseca e marcou o começo da Revolução Federalista, em novembro de 1891. Nesse sentido, acorreram líderes de diversas partes do Rio Grande do Sul, em sua maioria membros do Partido Republicano Federal e amigos de Joca Tavares. Por exemplo, em Sant'Ana do Livramento, Rafael Cabeda, sempre acompanhado por Paulino Vares e Davi Manoel da Silva, manifestava seu apoio ao general Tavares; em Uruguaiana, o coronel Luiz Alves de Oliveira Salgado; o

coronel David Martins, em Quaraí; Manoel Cândido Xavier, em Dom Pedrito; coronel José Maria Guerreiro Victória e Ladislau Amaro da Silveira, em Herval; Vasco Saraiva e Bibiano Tavares, em Lavras do Sul; general Astrogildo Pereira da Costa[430], em Jaguarão; coronel Antero Cunha, em Canguçu e Piratini, além de cidades como Alegrete, São Gabriel, Rosário do Sul, Itaqui, Caçapava do Sul, Pelotas, Arroio Grande, São Borja, Passo Fundo, dentre outras cidades do Rio Grande do Sul (ESCOBAR, 1983; CAGGIANI, 1996; MORITZ, 2005).

Ressaltamos que todos os chefes elencados acima compunham um grupo que esteve junto ao general Tavares e de sua família, desde o começo da Revolução, em 1891, e sua presença pode ser observada em outros momentos, como o fato de terem lutado ao lado dele e sua família, durante o período da Revolução Federalista, conforme iremos apresentar a seguir.

A presença deste grupo persistiu no tempo e pôde ser novamente observada na fundação do Partido Federalista, em 1892, reunindo antigos liberais, conservadores, em oposição ao PRR e aos republicanos dissidentes, representados por Barros Cassal, Assis Brasil e Demétrio Ribeiro (WITTER, 1984; FRANCO, 2012), acusados por trair a Revolução de Novembro de 1891.

Quadro 6 – Lista de nomes de lideranças políticas signatárias da fundação do Partido Federalista em Bagé em 1892

Alexandre José Collares	Norberto Vasques
Leonardo José Collares	Cândido Malmann
João Maria Epaminondas de Arruda	Manoel Cândido Xavier
Adriano Nunes Ribeiro	Favorino Mércio Pereira
Francisco Antunes Maciel	Jerônimo Rodrigues Soares
Fábio Alexandrino dos Reis e Silva	João José Damasceno
Francisco Teixeira de Carvalho	Felisberto da Cruz Piegas
Malaquias Pereira da Costa	Israel Joaquim Caldeira
Pedro Pereira Maciel	José Maria da Silva Jr.
Joaquim Gonçalves da Silva	Eliseu Antunes Maciel
Paulino Vares	Lúcio Lopes dos Santos
João Gualberto dos Santos Reis	Israel Sá de Araújo
Felipe Ovídio da Fontoura Riquinho	J. Francisco de Azevedo Penna
Antônio Ferreira Prestes Guimarães	Saturnino Epaminondas de Arruda
João Schell	Manoel Faustino d'Ávila
Emílio da Silva Ferreira	Conego João Ignácio de Bittencourt
Antônio Rodrigues Batista	Cândido Xavier de Azambuja
João Schimit	Thomaz Mércio Pereira
Lourenço da Silva Oliveira	Geraldo Silveira do Nascimento
Dinarte Francisco Dornelles	João Francisco Carrion

[430] Nascido em São João Batista do Herval, em 1809, lutou ao lada das forças imperiais contra os Farroupilhas em 1835-1845, seriu junto às força1s de João da Silva Tavares, Visconde de Serro Alegre, e ao lado de Joca Tavares. Lutou na guerra de 1851, contra Oribe e Rosas, da campanha do Uruguai, em 1864, e da Guerra do Paraguai. Recebeu do Imperado Dom Pedro II o título de Barão de Aceguá, em 1888. Durante a República, comandou a Fronteira e Guarnição de Jaguarão em 1892, até seu falecimento neste mesmo ano (FRANCO, 2010).

José Adolfo Rodrigues Ferreira	Bebiano Tavares da Silveira
Ladislau Amaro da Silveira	José de Moura
Luiz Henrique de Moura Azevedo	Antônio Barbosa Netto
Laurentino Pinto Filho	Severino Coelho Brasil
Luciano Motta	Ângelo Dourado
Camilo Oliveira Mello Sobrinho	José Rodrigues Crespo Candiota
Theófilo Oliveira de Brito	Antônio Rodrigues Soares
Boaventura Soares de Lima	Marcos Antônio de Azambuja
Feliciano Teixeira de Almeida Filho	Dr. Carlos Adalberto Campos Laudares
Rafael Cabeda	Cândido Dias de Borba
José Bernardino Jardim de Menezes	Pedro Rodrigues de Borba
Antero Cunha	Dr. Tertuliano A. da Silva Machado
Juvêncio Fontoura	Nicanor de Sousa Pena
Francisco Antônio de Sousa	Ladislau Amaro da Silveira
Juca Tigre	Procópio Gomes de Melo
José Manoel Firpo	João Manuel Vieira
Vicente Saldanha	Felipe Nery Portinho
Gaspar Barreto	Carolino Amaral
Bernanrdino Luiz de Freitas	Basílio Ferreira
Crescêncio da Silva Santos	Julião Virgílio Barcellos
Antônio José de Vargas	Benjamin de Mello
Barão de São Luís	Cipriano Correa
José Soares da Silva	Manoel Machado de Souza
José Marcelino Ratto	Dilíbio de Barros

Fonte: Lista elaborada por Gustavo Figueira a partir de obre de (SALIS, 1955, p. 239). [grifos nossos].

Outro momento que permitiu observar a presença desse grupo, foi durante a deposição das armas do general Joca Tavares, realizada após sua decisão de resistir ao contragolpe perpetrado por Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, momento em que Victorino Monteiro assumiu o governo do estado, em junho de 1892.

Tudo estava pronto para a resistência, até que as forças do Exército Brasileiro, a mando do Presidente Floriano Peixoto intervieram, e o coronel Artur Oscar e outras forças ligadas ao PRR partiram para Bagé. Nesse momento, frente à impossibilidade de fazer frente a forças mais bem armadas e por estarem os federalistas com pouco armamento e munição para fazer frente, assinaram a **Ata da dissolução das tropas de Bagé**, em julho de 1892, qual reproduziremos abaixo:

> Aos quatro dias do mês de julho de 1892, às 10 horas da manhã, nesta cidade de Bagé, na casa do General João Nunes da Silva Tavares, presentes os abaixo assinados, membros do comitê e dos oficiais civis aqui reunidas, declarou o presidente do mesmo comitê, Dr. Candido Dias de Borba que tinha sido convocada está reunião a fim de deliberar-se nas circunstâncias atuais devia continuar ou não a resistência contra o pretenso governo do Dr. Victorino Monteiro sustentando aquele de que se acha investido o general João Nunes da Silva Tavares, e depois de discutir o assunto sob diversos pontos de vista foi unanimemente resolvido que se renunciasse a toda ideia de resistência [...] Lista dos presentes: E eu **Candido Tavares Bastos**, servindo de secretário a escrevi e assino – Dr. **Candido Dias Borba**, presidente. - Dr. **Tertuliano**

> **Ambrósio da Silva Machado**. - Dr. Candido Tavares Bastos. - **Dr. Nicanor Pena**, **Dr. Saturnino Epaminondas Arruda**. - General **João Nunes da Silva Tavares**. - Coronel **José Maria Guerreiro Victoria**. - Coronel **[Ladislau] Amaro da Silveira** - Tenente-Coronel **Candido Xavier de Azambuja**.- Tenente-coronel **José Facundo da Silva Tavares**-Tenente-coronel Domingos Ferreira Gonçalves. - **Coronel José Bonifácio da Silva Tavares**, - Coronel **João M. Epaminondas de Arruda**. - Coronel **Joaquim Nunes Garcia**. - Tenente-coronel **Leonardo José Collares**. -Major **Alexandre José Collares**, **José Seraphim de Castilho**. - **Lourenço da Silva Oliveira**. - Coronel **Manoel Xavier**. (VILLALBA, 2017, p. 203-204, grifos nossos).

Esses mesmos nomes, novamente, estão presentes no **Manifesto à Nação Brasileira**, proclamado pelo general Joca Tavares e as principais lideranças federalistas, no qual declarava os objetivos da Revolução:

> [...] **Rafael Cabeda**, **José Maria Guerreiro Victória**, Laurentino Pinto Filho, **Marcelino de Albuquerque, João M. Epaminondas de Arruda**, **Ladislau Amaro da Silveira**, Juvêncio Soares de Azambuja, **Joaquim Nunes Garcia**, Antero Cunha, **José Serafim de Castilhos**, **David José Martin**s, **Manoel Machado Soares**, **Procópio Gomes de Mello, Estácio Azambuja, Tomás Mércio Pereira**, **Vasco Martins**, Jose Bernardino Jardim de Menezes, Israel Caldeira, **Malaquias Pereira da Costa**, Francisco Vaz, Torquato Severo, **Alexandre José Collares**, **Severino Coelho Brasil**, João Barcellos de Oliveira, Ulisses Reverbel, Manoel Moreira da Fontoura, Felipe Nery Portinho, Boaventura Martins, João Alves Coelho de Moraes e outros (TAVARES, 2004b, p. 22-24)

As correspondências são fontes privilegiadas para investigar vínculos e redes sociais em grupos de elite. Segundo José Maria Imízcoz (2009), elas possibilitam identificar, dentre outros aspectos, as redes pelas quais os indivíduos se relacionam, entender a natureza das relações de poder existentes entre os personagens envolvidos (GOMES, 2004). Isso pode ocorrer, diretamente, através de cartas e de telegramas, ou mesmo, indiretamente, através dos indivíduos que são referenciados nelas.

As correspondências possibilitam, ainda, compreender a natureza dos intercâmbios realizados, a conformação de grupos, os bens e serviços que circulam pelas redes, as relações que vinculam os indivíduos e *o que* e *quem* os mobiliza (IMÍZCOZ, 2009). Nesse sentido, Teresa Malatian (2013) assevera que o ato de se corresponder envolve não só uma relação de confiança mútua, mas também é capaz de revelar aspectos relacionais que ultrapassam "trocas dinâmicas com o outro, o interlocutor a quem elas se destinam", envolvendo, diretamente, a "credibilidade daquele que recebe a correspondência" (p. 201).

Para Zacarias Moutoukias (2000), o estudo de correspondências permite entender como o comportamento dos indivíduos ou grupos atua na conformação dos espaços sociais, permitindo uma análise mais ampla a partir das famílias, mostrando a complexidade e as mais variadas relações que compunham o universo do grupo analisado.

Mais uma vez, José Maria Imízcoz (2009) esclarece que é através da análise das correspondências que o indivíduo ganha destaque enquanto protagonista do processo social, atuando em diversos setores, oferecendo uma perspectiva ampla da imbricada relação entre o espaço e o processo histórico.

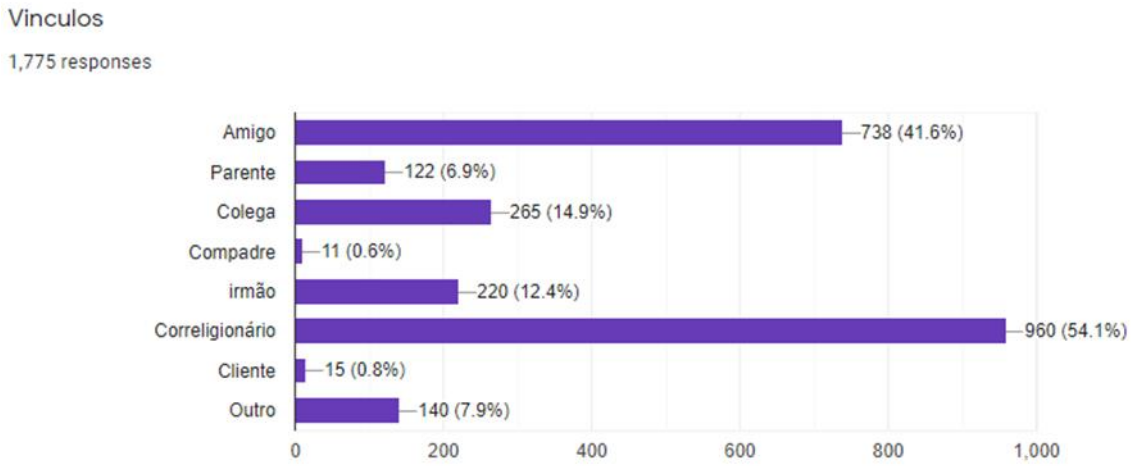
Neste processo de mobilização das redes, a família ocupa importante posição, ressaltada por Imízcoz (2009), bem como os amigos e os amigos dos amigos. Em muitas das correspondências da família Silva Tavares, para o período da Revolução Federalista, os termos *velho amigo, amigo e camarada, parente e amigo* são frequentemente citados.

Por outro lado, a maioria dos nomes que aparecem reiterados nas atas e manifestos, os quais compõem um grupo que conforma a rede de relações desta família, em sua maior parte estavam vinculados entre si por relações familiares consanguíneas diretas ou indiretas, amizades, compadrios.

Após a transcrição e a análise dessa documentação, percebemos uma forte atuação familiar dos Silva Tavares, durante todo esse período da Revolução Federalista, que esteve mobilizada durante este período, ativando seus contatos.

Ao encontro dessa afirmação, o gráfico abaixo permite, a partir das documentações analisadas, um olhar quantitativo que permite afirmar a preponderância das relações familiares, nas cartas e telegramas trocados pelos irmãos Silva Tavares, entre o período de 1891 a 1895, durante a Revolução.

Gráfico 4 – Dados quantitativos quanto às relações existentes entre remetente e destinatário das correspondências



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

Metodologicamente, partimos da identificação, em cada documento, dos vínculos existentes entre os personagens, e de um entendimento de família estendida, do século XIX. Tal entendimento envolvia não apenas a família nuclear e os laços por sangue, mas todo um grupo de indivíduos que a compunham por laços espirituais e políticos, que não necessariamente habitavam a mesma casa, mas sim habitações distintas. No entanto, estavam vinculados por fortes laços de solidariedade entre si e compunham uma parentela que facilitaria a existência de solidariedades entre os membros, mas também marcada pela existência de conflitos (QUEIROZ, 1976; MATTOSO, 1992; GRAHAM, 1997; MARTINS, 2007a; 2007b; BRÜGGER, 2007; RÊGO, 2008).

Para entender esse pertencimento familiar, buscamos aquelas correspondências em que eram feitas menções, pelos emissores e remetentes, aos termos **amigo, parente, irmão e compadre**, ou mesmo nos casos em que mais de uma dessas palavras apareciam, concomitantemente, tais como: "irmão e amigo, parente e amigo, compadre e amigo, compadre e amigo".

Por outro lado, para entender quais correspondências poderiam ser consideradas como pertencentes à categoria de **cliente**, buscamos, primeiramente, identificar documentos nos quais os indivíduos se colocavam sob a proteção de alguém. Citamos, por exemplo, o telegrama enviado pelo coronel Décio Fabião, da cidade de Piratini, em 28 de novembro, de 1891, ao coronel Zeca Tavares, solicitando que intermediasse junto ao Dr. João de Barros Cassal: "Grato por vossa atenção hoje telegrafei barão São Luís indicando nomes para intendentes, juízes municipais, juízes de paz. **Ampare com vossa proteção** minha indicação saudações Dr. Barros Cassal"[431].

O general Tavares ocupava, igualmente, importante posição nessa estrutura clientelística, e mantinha relação, inclusive, com o pároco de Bagé, no período da Revolução, o Cônego João Inácio de Bittencourt e, ainda, com Pedro Rodrigues de Borba, ambos membros do Partido Federalista e naturais da cidade de Bagé. Os dois enviaram ao general Tavares uma carta, em 1 de novembro de 1893, pela qual passavam informações acerca de um indivíduo que foi acusado por tentar envenená-los, e ao término da carta, colocam-se sob sua proteção: "[...] Garantimos que tendo pleno conhecimento desse moço que veio somente ajudar a defender a nossa causa. Saudamos a Vossa Excelência e sentimos grande prazer em **estarmos debaixo da vossa proteção**. [...]" (ANDRADE, 2017, p. 80, grifo nosso).

[431] FABIÃO, Décio. [Telegrama] 28 nov. 1891, Piratini. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Pede intermediação de Zeca Tavares e proteção para ser indicado a um cargo.

A existência de relações clientelísticas e sua utilização para fins políticos faz parte da cultura política do período, de uma sociedade que embora fosse contemporânea, possuía diversas características de uma sociedade tradicional que são explicitadas pelas relações de caráter clientelístico. Ao mesmo tempo, estas características permitem pensar a atuação e as estratégias de inserção da família em uma localidade, colocando-se, seus membros, como protetores e benfeitores, sendo reconhecidos como capazes de oferecer recursos, como detentores de um capital social que lhes confere prestígio e poder na sociedade em que estão inseridos.

Esse prestígio e benemerência que ocupavam posição de destaque nas relações clientelísticas, bem como as estratégias de prestar auxílio estavam no cerne da questão eleitoral do período, marcada pela existência de negociações e pautada por obrigações, deveres e expectativas, questões emocionais da parte de quem demandava ou atendia as demandas e não uma relação de submissão (GRAHAM, 1997; IMÍZCOZ, 2009). A existência de expectativas e reciprocidades estava implícita no próprio "pacto epistolar" (GOMES, 2004), pelo qual se corresponder com alguém, também envolve questões subjetivas, como a confiança e a credibilidade do destinatário (MALATIAN, 2013).

Isso se torna perceptível, em nossa análise metodológica, que também busca aquelas correspondências nas quais eram realizados pedidos e favores a um destinatário, o que configurava a existência de uma relação de clientelismo (GOMES, 2004).

Ao encontro deste aspecto, está a carta enviada por um indivíduo de nome Filomeno Machado a José Bonifácio da Silva Tavares, em 29 de maio de 1891, na qual refere-se a Tavares, no início, como "benemérito cidadão", narrando o seguinte:

> [...] Em primeiro lugar estimarei sua saúde e da Excelentíssima família. Por achar-me impossibilitado de aparecer à vossa presença por motivos de saúde, deixo de ir nesta ocasião. Sobre o pedido que fez ao nobre senhor, ainda confirmo pode entregar ao portador ao mesmo tempo peço-lhe não julgar-me imprudente e também não é por valer-me de ocasião não senhor. O meu franco apoio que dispensei ao quão digno e heroico Partido da União Federal, foi, é e será, a minha prova de atenção e consideração à pessoa do ilustre cidadão José Bonifácio da Silva Tavares como eleitor que sou (pela primeira vez). O meu voto não tem valor pecuniário enquanto o nobre cidadão for o sustentáculo e comandante deste Digno Partido em Bagé. A importância que pedi e espero ser atendido é um empréstimo, e não uma gratificação. Desculpai senhor, que vos diga, sou pobre é verdade, mas não de espírito e nem de reconhecimento, desculpai senhor. Sem assuntos para mais, sou em toda estima e respeito Amigo Servidor, Atento agradecido, Filomeno Machado[432].

[432] MACHADO, Filomeno. [Carta] 29 mai. 1891, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Pede um empréstimo a Zeca Tavares e fala de questões eleitorais.

Nessa carta, Filomeno explicita sua contribuição para o partido e demonstra conhecer os códigos daquela sociedade e a forma como acessá-los. Em um primeiro momento, afirma ter prestado serviço à causa, e em um segundo momento, demonstra seu apoio eleitoral e o potencial que tinha como eleitor, assim como sua lealdade a Zeca Tavares, enquanto chefe da União Federal[433], em Bagé. Por fim, o autor da carta deixa bem clara sua expectativa de que espera ser atendido em seu pedido, ao afirmar ser pobre, no sentido de posses, mas não de espírito e reconhecimento. Isso permite entender que, se atendida sua solicitação, estaria em dívida e saberia ser leal com seu protetor.

Acerca da atuação dos caudilhos, vale ressaltar a interpretação apresentada por Ariel de la Fuente (2014), ao pensar sobre o caudilhismo, na província argentina de La Rioja, através da trajetória de Ángel Vicente Peñaloza, conhecido como Chacho Peñaloza. Argumenta, o autor, que o atendimento aos interesses de quem o seguia, envolvia a necessidade de ser eficiente na solução das demandas e necessidades de seus seguidores.

Nesse sentido, a atuação dos caudilhos pode ser entendida como parte de uma relação de trocas e proteção expressa numa relação entre patrão-cliente; uma forma de garantir o apoio e a lealdade daqueles que o seguissem estava entre as expectativas (FUENTE, 2014). O ato de atender aos pedidos que lhe eram feitos envolvia a ideia de troca, uma capacidade retributiva, e também abrangia questões simbólicas. Tornava-se um eficiente mecanismo capaz de passar uma ideia de proximidade entre os correspondentes; um apelo a questões subjetivas dos que o seguiam poderia gerar admiração e solidariedades (FUENTE, 2014).

Tal situação em que os seguidores demandavam pedidos aqueles a quem seguiam, pode ser observada através da carta enviada por Plínio do Amaral ao General Joca Tavares, em 24 de maio de 1894:

> **Amigo**, chefe e **padrinho** General Tavares. Saúdo a Vossa Excelência desejando-lhe ao inteiro reestabelecimento. É portador desta o nosso bom amigo Major Alfredo Cattalundo, que tem-nos prestado, na fronteira, bons serviços de policiamento [ilegível] desde nossa estância na Carpintaria até o Aceguá. Rogo-lhe de atitude com seu prestígio de nosso chefe, ordenando a continuação dos serviços de Cattalundo, junto a nós, e favorecendo-o com algum pessoal, pois ele por sua sorte [...] (ANDRADE, 2017, p. 113, grifo nosso).

[433] Essa agremiação política fez parte da oposição ao PRR, reunindo antigos liberais e conservadores, dentre eles os Silva Tavares, da qual participaram ativamente os membros desta família. Possivelmente o autor dessa carta referia-se aqui ao Partido Republicano Federal em 1891, partido que mais tarde deu origem ao Partido Federalista, em 1892 (MORITZ, 2005; FRANCO, 2012; OLIVEIRA, 2018).

Ser **amigo** de alguém, em uma sociedade de valores tradicionais, é um termo repleto de significado e que, se percebido de forma anacrônica, pelo historiador, pode passar despercebido. O uso dessa expressão, além da deferência e de significar a existência de um sentimento de apreço entre pessoas, poderia indicar a existência de uma aliança entre pessoas de igual estrato social ou, até mesmo, de vínculos de clientelismo, caso pertencessem a estratos sociais distintos, além de expressar confiabilidade, solidariedades e trocas (IMÍZCOZ, 1996).

A existência de uma amizade política ou útil pode indicar vínculos entre pessoas que ocupam cargos ou posições capazes de intercambiar bens e serviços, constituindo relações que poderiam abranger os membros de uma família e seus amigos. Estendendo-se além de uma relação pessoal, tem durabilidade enquanto houver benefícios a ambos os lados envolvidos (GUERRA, 1991; IMÍZCOZ, 1996).

Nesse sentido, o indivíduo que possuísse muitos amigos, em uma sociedade de incertezas, estaria em grande vantagem, principalmente por contar com uma ampla rede de relações que abrangesse largas distâncias, além de possuir relevante poder de convocá-las e mobilizá-las, assim como os amigos de seus amigos, quando fosse preciso (IMÍZCOZ, 1996).

Para François Xavier Guerra (1991), a amizade ocupa uma posição central junto à família, como elemento capaz de constituir unidade política. O estabelecimento de amizades, na perspectiva deste autor, é potencializado pelo compartilhamento de experiências entre os indivíduos, principalmente, de natureza traumática, como as vivenciadas durante os conflitos, pautadas na devoção e fidelidade, assim como também ter estudado nas mesmas escolas, universidades. Argumenta, ainda, o autor, que a amizade pode estabelecer uma relação de fidelidade, criar coesão, instituindo uma atitude abnegada que pode superar os vínculos de sangue, de modo que a amizade oculte em si preceitos antigos em uma sociedade moderna (GUERRA, 1991).

No caso das correspondências da família Silva Tavares, 738 missivas expressavam o termo “amigo”, e aqui adiantamos algo que iremos analisar mais à frente. Muitos desses amigos podem ser identificados em diversos momentos das trajetórias dos personagens da família, construídos tanto no âmbito econômico, social, político quanto no militar e, não raro, possuíam laços de parentesco entre si.

Em virtude da natureza das relações entre estes personagens que se misturam com a própria história que conformou uma região, é que se torna possível compreender a extensão da

mobilização das redes dos federalistas e a proporção internacional que adquiriu a Revolução Federalista.

Afirma José Maria Imízcoz (1996) que, nas sociedades modernas, as amizades não tinham caráter imposto, eram travadas de acordo com a vontade dos indivíduos. Isso não exclui que pudessem herdá-las de suas famílias, como foi o caso dos Silva Tavares, em que muitos dos vínculos de amizade foram herdados por João da Silva Tavares, como é possível de identificar nos estudos de Leandro Oliveira (2016) e Miquéias Mugge (2016).

Nessas práticas tradicionais de fazer a política, pensar a estruturação familiar, estabelecer relações e também fazer a guerra, a família afirma-se como uma variável central para compreender os indivíduos e a sociedade em que delimitamos nossa análise. Ela aparece como importante elemento para entender a conformação de alianças capaz de gerar solidariedades, vínculos políticos e militares, os quais foram amplamente articulados durante a Revolução Federalista, constituindo-se importante chave explicativa pare entender tanto a ação dos indivíduos, a mobilização dos estancieiros, senhores da guerra, como também a organização e a mobilização de recursos durante o conflito.

5.2 UMA FORMA TRADICIONAL DE FAZER ALIANÇAS E PENSAR A GUERRA: RELAÇÕES DA FAMÍLIA SILVA TAVARES A PARTIR DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Ao realizar uma análise mais profunda da origem do grupo vinculado aos Silva Tavares, percebe-se o modo de reproduzir e de estabelecer estratégias familiares tipicamente de antigo regime. Revela, a análise, o fato de que muitos dos personagens estavam ligados por algum grau de parentesco que conformavam por intrincadas redes de relações familiares fronteiriças que abrangiam não apenas o Brasil, mas também o Uruguai, e que foram mobilizadas durante a Revolução Federalista.

A posição central da família, no contexto em análise, é percebida especialmente a partir das redes construídas pela família Silva Tavares, uma família extensa com o total de 19 descendentes, entre filhos e filhas, dentre os quais, cinco do sexo masculino dedicaram-se à política, atuando desde o nível local até o nacional, tanto durante a Monarquia, no Brasil, quanto durante o período republicano.

Quanto às filhas, ocuparam posição central nas estratégias de alianças econômicas e políticas realizadas pela família, além de destacada atuação na política e na estrutura clientelística local, conforme iremos apresentar ao longo deste capítulo.

A análise das práticas sociais e políticas, identificadas a partir das redes da família Silva Tavares, expressam uma lógica que permite pensar suas relações de poder em relação à Revolução Federalista. Tais reflexões inspiraram nossa tese de que este conflito foi organizado no seio de algumas importantes e poderosas famílias que arregimentaram, cooptaram outras lideranças descontentes em torno de um projeto de poder, durante o período da Revolução Federalista.

Identificamos, ainda, um conjunto de práticas tradicionais que perduraram e sobreviveram, durante o século XIX, e estiveram presentes na forma de pensar as relações sociais, a política e a guerra. Essa forma tradicional constituiu importante elo que articulou e mobilizou as redes de relações dos líderes federalistas, uma lógica em que a família ocupou posição central para se compreender a atuação de indivíduos e grupos sociais e as engrenagens que possibilitam o entendimento do próprio conflito.

Inicialmente, ao buscar definir as características dos vínculos sociais em grupos de elites, procuramos compreender como estas se davam em sociedades de Antigo Regime, no país Vasco e Navarra, na Idade Moderna, na Espanha. Para tal, partimos dos estudos desenvolvidos por José Imízcoz (1996) sobre os vínculos sociais como um suporte fundamental para compreender a ação dos atores sociais na sociedade, entendendo as redes sociais como sendo redes de poder. Isso se deve ao fato de que elas faziam parte de uma trama que sustentava as teias de relações e a capacidade de ação de grupos de elite, um recurso que era mobilizado quando atuavam.

Argumenta, ainda, esse autor, que os vínculos de uma sociedade de Antigo Regime eram desiguais[434], com hierarquias distintas, e não eram por livre adesão, mas sim preestabelecidos. Eram impostos de maneira muito peculiar, de modo que o sujeito se encontrava vinculado a sua comunidade, a "regras de sua casa e deveres de reciprocidade e correspondência, às obrigações de parentesco e vizinhança [...] ou qualquer sociedade que formasse parte" (IMIZCOZ, 1996, p. 23-24).

Por se tratar de uma sociedade em que não havia Estado, no sentido contemporâneo, para Imízcoz (1996, p. 28), os vínculos que se estabeleciam visavam garantir a sobrevivência

[434] Importante pontuar que, conforme argumenta Imízcoz (1996, p. 19), as características de uma sociedade de Antigo Regime são diferentes de uma sociedade Contemporânea. As sociedades tradicionais eram marcadas por elementos "comunitários, corporativos, associativos e estamentais" que se findaram, era uma sociedade composta por diversos e complexos matizes. Era uma sociedade onde homens e mulheres estavam ligados por "laços de parentesco, familiares, clã, linhagem, de amizade [...] e clientela" (IMÍZCOZ, 1996, p. 21)

em um contexto em que não existia separação entre o público e o privado, tampouco um governo como ente público, conforme entendemos hoje, para gerir recursos e garantir proteção, bem-estar e segurança. Dessa forma, estas funções eram exercidas pela ação de indivíduos particulares.

Em relação às sociedades de Antigo Regime, em especial com referência às elites Vascas, na Espanha, José Maria Imízcoz (1996) argumenta que as ligações no âmbito da família e do parentesco eram as mais prementes e influenciavam, fortemente, a ação dos indivíduos. Da mesma forma, os vínculos conformados pela parentela, que envolvia tanto os laços da família de sangue (pais, filhos e irmãos), os parentes indiretos (tios, sobrinhos e primos), quanto os laços de parentesco (cunhado, sogro e genro) e da família política, além dos laços de parentesco espiritual, batismos e apadrinhamentos, ocuparam posição de destaque naquela sociedade repleta de deveres, expectativas e vista como uma entidade social e política (IMÍZCOZ, 1996).

No que tange à atuação política da família, esta é destacada por Zacarías Moutoukias (2000), em seu estudo *Família Patriarcal o redes sociales: balance de uns imagen de la estratificación social*. Ao analisar as correspondências de Manuel Belgrano, em Buenos Aires, o autor identifica a existência de valores de uma sociedade de Antigo Regime, segundo os quais, a família aparece como um lugar a partir do qual era organizada não só a ação política, como também a atividade econômica. Ressalta, igualmente, a existência de um contexto de fragilidade do Estado, de ausência de instituições especializadas. Assim, as famílias eram empresas, enquanto os familiares, parentes e amigos faziam parte dessa "organização empresária, garantindo acesso à informação, ao crédito e aos mercados. Nestas circunstâncias, as redes pessoais tendiam a se identificar com as estruturas de autoridade política" (MOUTOUKIAS, 2000, p. 151).

José Maria Imízcoz observa, ainda, que as famílias não eram apenas o lugar onde nasciam indivíduos, mas também eram espaços em que as redes de relações familiares favoreciam a transmissão, de geração em geração, de um sistema de valores sociais em que os filhos herdavam não apenas bens, mas também as relações familiares, nas quais estavam incluídas amizades e alianças (IMIZCOZ, 1996, p. 33).

Ao encontro dessas ideias, Michel Bertrand (1999) argumenta que é a partir da família que cada indivíduo estabelece vínculos de identidade e de afinidade, vínculos fortes, assim como o intenso sentimento de pertencimento a um grupo, servindo-lhe, este, como base de apoio e de solidariedades, um espaço de ação. Argumenta, ainda, que a estrutura familiar lhe serve como base de experiência, no sentido de construir redes de sociabilidades enquanto

indivíduo, e que se utilizará das relações já construídas no âmbito dos interesses familiares. Partindo de uma estrutura de relações já existentes, construirá sua rede de sociabilidade, seus círculos sociais, que podem, segundo o autor, vir a influenciar nas ações e no comportamento do indivíduo (BERTRAND, 1999).

Ao falar sobre as redes sociais das elites, nestas sociedades de Antigo Regime, José Imízcoz (2009) afirma a centralidade do parentesco e a amizade enquanto relação social primária, elo estabelecido por meio de matrimônios.

Assevera, ainda, o autor, que a endogamia, ou seja, os casamentos entre membros de uma mesma família, atuava no sentido de criar parentescos marcados por uma densidade. De outro modo, os parentes de uma família eram parentes entre si e estavam vinculados por uma diversidade de laços de parentesco. Dessa forma, o parentesco estabelecido criava vínculos de intercâmbios pautados no "interesse comum, na interdependência, nas obrigações mútuas vinculantes, na confiança e nos resultados efetivos" (IMIZCOZ, 2009, p. 89). Mostra, também, que as mulheres foram muito ativas, peças centrais nas estratégias e alianças matrimoniais. Ativando seus vínculos, quando necessário, davam coesão ao grupo (IMÍZCOZ, 2009).

Nessa estrutura, os casamentos poderiam estabelecer alianças, bom posicionamento social, garantir acesso a bens e recursos, assim como boas relações e influência que possibilitassem conseguir vantagens no campo econômico (IMIZCOZ, 1996, p. 33).

Outro aspecto apontado pelo autor diz respeito ao fato de que as redes propiciam a formação de solidariedades entre os grupos envolvidos, e para que sejam atendidos os interesses comuns a estes grupos, é preciso estabelecer boas posições sociais para seus parentes, bem como garantir acesso a favores para estes e para seus clientes (IMIZCOZ, 1996, p. 34).

Para o caso das redes das famílias de elite, Jean Pierre Dedieu (1995) percebeu que os casamentos eram a pedra angular das estratégias em uma sociedade onde os grupos familiares amplos ocupavam posição central. Pertencer a estes grupos familiares envolvia um sentimento de pertencimento, de modo que os membros destas famílias tinham pleno conhecimento de quem eram os seus, e no seu âmago, envolvia a prática de uma mútua ajuda para acessar cargos e obter vantagens.

Nesse sentido, esses grupos familiares tinham por costume tecer uma ampla rede de relações a partir dos casamentos que se estendiam por uma área territorial bastante grande, inclusive com grupos de outras regiões distantes como estratégia que assegurasse sua duração (DEDIEU, 1995).

No âmbito das relações familiares, a amizade, de acordo com José Imízcoz (1996), envolvia relações de "confiança, reciprocidades e intercâmbio de serviços", partes de uma economia moral, ou "veículo principal de ideias e solidariedades políticas" (p. 36-38), estabelecendo uma relação de aliança, não apenas entre os indivíduos, mas entre suas famílias e os amigos dos amigos.

Por outro lado, também existiria a amizade política, que estaria mais próxima de uma amizade útil, caracterizada pela busca de trocas de bens e serviços, ao passo que poderiam ser estabelecidas, também, convivências em universidades, de natureza militar ou devido ao exercício de uma mesma profissão (IMÍZCOZ, 1996, p. 37). Acima de tudo, observa o autor, que as amizades representariam um capital de relações que poderia ser utilizado em apoio de alguém que ocupasse posição social mais destacada, principalmente, quando em apuros, ou seja, significaria uma capacidade de convocar e de que fossem convocados os amigos dos amigos (IMÍZCOZ, 1996, p. 37).

As amizades envolviam obrigações de uns para com os outros, por dívidas de amizade. Também estabeleciam alianças entre os indivíduos, a partir das quais buscavam defender-se e subsistir em um contexto de violências e incertezas, mobilizando estas redes sempre que necessário para defender seus interesses, de seus amigos e dependentes (IMÍZCOZ, 2009, p. 90).

Da mesma forma, existiam vínculos de relações desiguais entre pessoas que ocupavam posições sociais distintas, instituindo relações de clientelismo por onde circulavam uma série de benefícios, proteção a seus clientes e familiares, em troca de lealdade e serviços de distintas formas (IMÍZCOZ, 1996, p. 39).

Para poder dispensar favores, privilégios e proteção, no caso estudado por Imízcoz (1996, p. 43), o autor verificou a importância de ocupar e controlar o poder municipal por parte das famílias de elite, de modo que controlassem os recursos e a capacidade de distribuir empregos e cargos aos que lhes fossem fiéis, constituindo uma clientela que, assim, alimentasse seu poder e permitisse que fossem vistos como poderosos.

Jean Pierre Dedieu (1995), em seu estudo sobre as elites, em especial sobre a nobreza de Antigo Regime, na Espanha moderna, identificou que não bastava se nobilizar. Era preciso, portanto, manter um *ethos*, um modo de vida e de reproduzir essa estrutura a partir de suas estratégias. Nesse sentido, o autor assevera que dentre estas estratégias encontrou uma forte endogamia dentre os nobres (DEDIEU, 1995).

De acordo com esse autor, era preciso ser reconhecido pelos pares como tal e, para isso, a experiência militar ocupava posição de destaque nessa sociedade. Além de possuir bens,

deveriam possuir atributos que os distinguissem e os tornassem aptos para a nobreza, como, por exemplo, a necessidade de exercer a caridade e uma postura religiosa (DEDIEU, 1995).

Nesse grupo dos nobres, Jean Pierre Dedieu (1995) argumenta que existia forte solidariedade entre seus membros, especialmente no quesito econômico. Nesse sentido, os interesses materiais ocupavam importante lugar em suas escolhas. Mais que possuir propriedades, tinham na criação de gado sua principal fonte de renda, da mesma forma que ocupar o poder em suas localidades era mais importante do que ser rico.

Entrementes, esses aspectos apresentados, de uma sociedade tradicional, não significam que queiramos transportar, para o caso do Rio Grande do Sul, a sociedade analisada por Imízcoz, uma vez que cada sociedade possui características, cosmovisões e valores heterogêneos, em contextos históricos e especificidades distintos (GRIBAUDI, 1998).

O que queremos afirmar, e isso já foi percebido por autores que analisam a sociedade sul-rio-grandense, no final do século XVIII e XIX, é a existência de valores de uma sociedade tradicional em famílias de elite, e o quanto a lógica familiar foi uma característica fundamental para pensar a ação política, tecer redes de relações e pensar a guerra. Tais valores perpassavam diversos aspectos da vida social, cultural e política que se modificaram no tempo e no espaço, sobreviveram às transições, sendo adaptados pelos indivíduos às suas necessidades e objetivos.

Muitas destas características de uma sociedade de Antigo Regime foram praticadas pela família Silva Tavares, e podem ser entendidas como um *ethos* que pautava suas ações. No que tange às origens desta família, descende de portugueses vindos da Ilha Terceira dos Açores (Portugal), que habitavam a região de Rio Grande (RS), no final do século XVIII e, posteriormente, Herval e Bagé (porção meridional do território brasileiro), já em meados do século XIX (OLIVEIRA, 2016; ANDRADE, 2017).

Para pensar o caso do Rio Grande do Sul, Martha Hameister e Tiago Gil (2007) apresentam formas de agir e estratégias sociais marcadas por aspectos de uma sociedade de Antigo Regime, tais como os casamentos endogâmicos e fora da família. As relações de compadrio e outras formas de estabelecer alianças, ainda que com adaptações, tiveram continuidade no espaço que veio a ser o Rio Grande do Sul. Eram práticas que tinham uma função, naquela sociedade, eram formas de atuar e solucionar problemas, evitar descenso social e buscar a ascensão naquela sociedade que se conformava (HAMEISTER; GIL, 2007).

Maria Fernanda Martins (2007) argumenta que as rupturas ocorridas durante o período imperial, no Brasil pós-independência, tanto no âmbito político quanto no administrativo, não

romperam com determinadas práticas sociais, especialmente no que se refere ao poder local. Nesse sentido, em seu estudo, a autora busca compreender a sociedade sob uma perspectiva que foca nas redes de sociabilidade e nos parentescos para entender a conformação das elites do período que analisa.

No caso do Continente do Rio Grande, do século XVIII, para Fábio Kuhn (2014), a família ocupava uma posição fundamental nas sociedades de Antigo Regime. Sua configuração envolvia acertos familiares na prática de reprodução social, marcada por um dinamismo que abrangia aspectos econômicos e, também, por um *ethos* de cunho aristocrático, envolvendo a busca por um "enobrecimento social e da reciprocidade" (KUHN, 2014, p. 121).

Argumentam Adriano Comissoli (2011) e também Fábio Kuhn (2014) que não se pode pensar a existência de uma nobreza da terra, mas que as elites das localidades reproduziam, em sua forma de viver, o que o autor chama de "leis da nobreza", e que se alcançaram uma nobilitação secundária, esta teria sido através das "familiaturas, hábitos das ordens militares e posições de poder local" (2014, p. 199).

Ao encontro de nossa hipótese, Fábio Kuhn (2014) afirma que o Rio Grande do Sul ocupou uma posição diferenciada, no contexto colonial brasileiro, principalmente devido a algumas peculiaridades do povoamento tardio do território pelos portugueses, de modo que não se pode pensar na presença de troncos familiares ou oligárquicos plenamente alicerçados.

Ao falar sobre a existência de uma sociedade tradicional, afirma Fábio Kuhn que "o padrão dominante de articulação das relações sociais se sustava em relações pessoais, tendo na família a unidade essencial de referência para a identidade dos indivíduos, tanto na esfera das relações econômicas como nas demais instâncias de convívio" (2014, p. 172).

Para o autor, a inexistência de uma nobreza deu vazão a uma prática de inclusão de indivíduos de ascendência portuguesa que haviam obtido sucesso em suas atividades. Um exemplo desse fenômeno social é apresentado por Tiago Gil (2007) e Fábio Kuhn (2014), a partir do caso de Rafael Pinto Bandeira e das acusações que lhe foram feitas. Mostram, os autores, um indivíduo com habilidade em tecer redes e vínculos com as principais famílias das elites locais, de modo que estava interligado a todas elas por relações de compadrio e interesses econômicos voltados ao contrabando.

Nesta sociedade, os matrimônios representavam estratégias de atuação das famílias, especialmente entre as principais famílias, constituindo-se enquanto mecanismo chave para estabelecer alianças e evitar conflitos, fortalecer a posição de grupos, alcançar benefícios políticos e econômicos que garantiriam acesso a recursos e ao poder em suas localidades (KUHN, 2014).

Adriano Comissoli (2011), estudando as elites do Rio Grande do Sul, nos primeiros anos do século XIX, revela a importância das relações entre as famílias como elemento de unidade enquanto grupo para garantir o fluxo de bens e serviços no seu cerne. A família, para o autor, aparece como uma empresa cujo objetivo era sua eternização, tendo se manifestado de distintas formas, diferenciando-se das famílias-tronco e das casas de nobres portugueses, impedindo a constituição de uma linhagem.

Dentre os aspectos que configuravam uma família-tronco, para esse autor, alguns foram identificados dentre as elites do Rio Grande do Sul, para a primeira metade do XIX.
Entre eles, a disciplina a alguém que liderasse o grupo, enquanto existiam outros aspectos que a diferenciavam, como, por exemplo, via de regra, não eram famílias que viviam sob o mesmo teto (COMISSOLI, 2011).

Outro importante aspecto apresentado pelo autor diz respeito à possibilidade de que a herança fosse transmitida a apenas um membro, evitando a fragmentação das propriedades. Isso trouxe, conforme argumenta o autor, implicações na forma de transmissão dos bens familiares, de modo que os bens eram transmitidos igualitariamente tanto aos filhos homens quanto às mulheres, colocando as filhas como peça importante na arregimentação de novos parentes para o grupo familiar (COMISSOLI, 2011; KUHN, 2014).

Essa lógica da proeminência da família havia perdurado, ainda que com modificações[435], e pode ser pensada para o final do século XIX, conforme apontam os estudos acerca do fenômeno social do coronelismo[436], que apresentam as formas com que o parentesco se desenvolveu, no Brasil. São estudos, portanto, que apontam para a posição central da família no processo político.

Dentre as características identificadas, é possível afirmar que a família Silva Tavares investiu em estratégias familiares, nas quais as mulheres ocupavam posição central, como a

---

[435] Silvia Brügger (2007) argumenta de dentre as modificações ocorridas, estavam àquelas em torno da moral conjugal, a partir da segunda metade do século XIX, ainda, sim, pautada por uma lógica patriarcal e também a busca por uma igualdade entre os membros do casal.

[436] LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.
FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.
AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (Dir.). **República Velha (1889-1930)**. Coleção História do Rio Grande do Sul. Tomo I, V.3. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128.
RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

busca por genros com posses e a diversificação das atividades de seus membros, característica já apontada por Chasteen (1991), como recorrente às famílias da campanha.

Um exemplo dessa estratégia praticada por essa família foi o caso do casamento entre Ludovina da Silva Tavares, filha de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre, com Júlio Alves Pinto, um rico comerciante português estabelecido em Bagé (RHEINGANTZ, 1993).

Passaram, também, a investir na formação profissional em outras áreas, dentre as quais a de profissionais liberais, o que pode ser observado, no caso dos Silva Tavares, na ida de José Bonifácio da Silva Tavares e de Zeca Tavares, para estudar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tendo este que abandoná-la para cuidar dos negócios familiares[437]. Ou, no caso de José Facundo, que havia investido na exploração de carvão, em Bagé, ao menos desde 1888[438], aspectos que iremos abordar no capítulo 6.

Estratégia semelhante também foi observada por Jonas Vargas (2007), para o Dr. Francisco Tavares, o qual havia estudado Direito, em São Paulo. Mesmo não abdicando das atividades rurais, eram indivíduos que ocupavam tanto o espaço rural quanto o urbano (CHASTEEN, 1991).

No âmbito desta família, identificamos a repetição de nomes no filho mais velho, como foi o caso de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre, ao batizar seu filho como João Nunes da Silva Tavares (Joca), ou seja, ao repetir seu nome, adotou uma estratégia de continuidade.

Como continuava atuando, profissionalmente, como pecuarista e charqueador, mas voltado a uma atuação militar, desde a Revolução Farroupilha, seu filho deu continuidade a esse aspecto, assumindo imediatamente o comando superior da Guarda Nacional, após a morte do Visconde do Serro Alegre, em 1872.

A prática da repetição de nomes também foi adotada por Joca Tavares, o qual havia batizado seus dois primeiros filhos com o nome de João, tendo o primeiro falecido ainda quando menor, e o segundo, na Guerra do Paraguai, sob suas ordens (REHINGANTZ, 1993).

Da mesma forma, esse costume pode ser observado na família de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, que também havia batizado seus dois primeiros filhos com o nome de João, e o terceiro, como Joaquim, seu homônimo (REHINGANTZ, 1993).

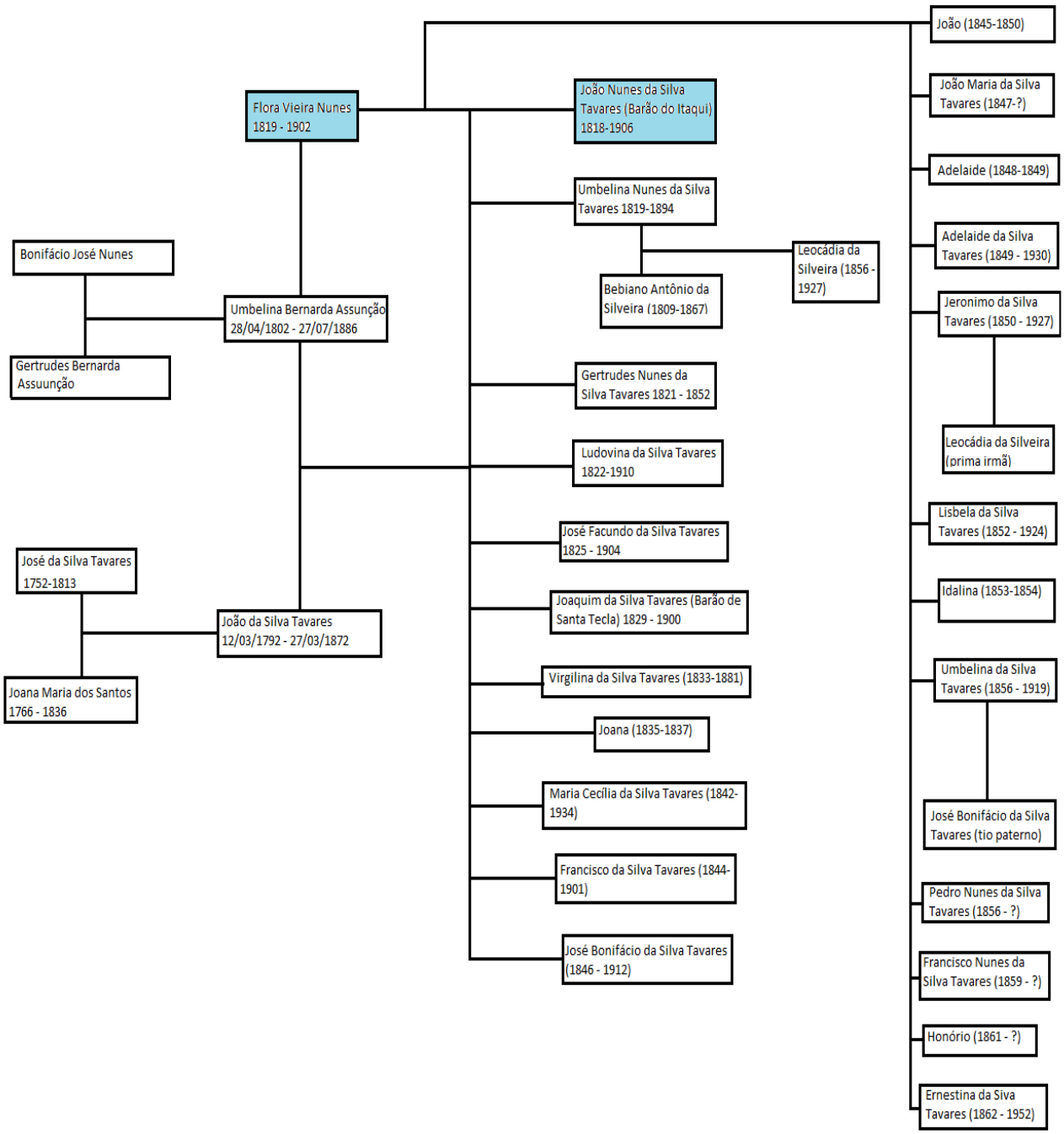
---

[437] Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai. 1902, ano V, num. 80, p. 1 – biografias de líderes federalistas.
[438] Jornal *O Paiz*, Rio de janeiro. 29 jun. 1888, p. 1 – concessão de permissão a José Facundo da Silva Tavares explorar carvão em Bagé.

Destacam Martha Hameister (2006) e Adriano Comissoli (2011) que a confusão entre os nomes de pai e filho era proposital. Com isso buscavam passar uma ideia de continuidade, transmitindo a noção de uma continuidade de sua linhagem familiar, mas também de seu poder e prestígio, de um projeto familiar ou na transmissão aspectos simbólicos que os distinguissem. Enquanto os filhos passariam adiante o nome da família, as filhas seriam importantíssimas no estabelecimento de alianças com genros, acessando, assim, recursos que outras famílias disporiam (COMISSOLI, 2011).

Outra estratégia identificada foi a da endogamia, observada no casamento de Zeca Tavares com a sobrinha Umbelina Nunes da Silva, filha do general Joca Tavares, que, por sua vez, era casado com Flora Vieira Nunes, sua tia materna (RHEINGANTZ, 1993; ANDRADE, 2017). Ao analizarmos a árvore genealógica da família Silva Tavares é possível perceber exemplos dessas estratégias matrimoniais, principalmente a partir da família do general Tavares, conforme apresentaremos abaixo.

Figura 26 – Árvore genealógica da família Silva Tavares.



Fonte: Andrade (2017, p.92).

Argumenta Comissoli (2011), que os casamentos não uniam apenas duas pessoas, mas sim agiam no sentido de ampliar as famílias ou mesmo de firmar relações que já existissem. Nesse sentido, ainda segundo este autor, era comum a existência de casamentos consanguíneos com parentes até o quarto grau, ou mesmo entre os compadres, e nem os impedimentos religiosos, o que requeria uma dispensa especial da Igreja Católica que permitisse o casamento

entre parentes consanguíneos, inibiram a existência de casamentos endogâmicos (BRÜGGER 2007).

No entanto, os Silva Tavares não ficaram restritos à prática de casamentos entre si, ou seja, também estabeleceram alianças matrimoniais com indivíduos de outras famílias, os casamentos chamados exogâmicos. Este foi o caso de Gervásio Alves Pereira, casado com Maria Cecília, filha do Visconde do Serro Alegre, médico formado no Rio de Janeiro, veterano da Guerra do Paraguai, pertenceu às fileiras do Partido Conservador, e médico da marinha[439]. Tão pouco os Silva Tavares casaram suas filhas com indivíduos que posteriormente pertenceram apenas ao Partido Federalista, como foi explicita o caso de Gervásio, o qual se filiou ao PRR nos primeiros anos da República e, posteriormente, em 1891, foi o primeiro intendente de Pelotas (FRANCO, 2010).

Tais práticas tinham por objetivo aumentar o poder financeiro, garantir a consolidação de alianças e sua influência com a inclusão de novos membros à família (RÊGO, 2008).

Ainda em relação aos casamentos entre primos, José Facundo da Silva Tavares casou, em 1850, com sua prima de Herval, Virgilina Maria Vieira, tendo o mesmo ocorrido com Dario da Silva Tavares, filho do Dr. Francisco da Silva Tavares, que também casou com sua prima Umbelina da Silva Tavares, filha do Barão de Santa Tecla (RHEINGANTZ, 1993).

A prática de casamento entre primos foi apontada por Maria Isaura de Queiroz (1976), Martha Hameister e Tiago Gil (2007), e teria sido muito comumente utilizada como uma estratégia que buscava impedir que os bens de uma família fossem divididos ou passados a outros alheios à família.

Tal prática de matrimônios foi praticada ao longo do século XIX, conforme apontada por John Chasteen (1991). Ao apresentar as estratégias de matrimônios e as econômicas praticadas em determinada zona, o autor as define como sendo rural tradicional, citando, como estudo de caso, as famílias Silva Tavares e os Amaro da Silveira. Essas duas famílias sofriam os efeitos da fragmentação de seus campos a cada geração. Viam suas propriedades reduzirem-se, gradualmente, de tamanho, principalmente se comparadas às dimensões que possuíam quando adquiridas por sesmarias ou mesmo por compra, na primeira metade do século (CHASTEEN, 1991).

---

[439] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional. Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. Proposta de preenchimento das vagas de oficiais de Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional do Município de Bagé caixa 40, Lata 428, maço 05, 1870.

Essa modalidade de casamento entre primos impedia a criação de outros laços de parentesco e representavam uma estratégia de fechamento, uma vez que acabavam por fortalecer as ligações já existentes, transformando "parentes colaterais em familiares diretos" (COMISSOLI, 2011, p. 282).

Maria Isaura de Queiroz (1976) argumenta que as alianças surgidas pelo matrimônio, bem como a prática de compadrio entre os indivíduos, estabeleciam vínculos mais fortes que os laços de sangue, ou seja, entre os envolvidos havia plena consciência do que representava o parentesco, naquela sociedade.

Nesse sentido a formação de uma parentela pode ser entendida, para o final do século XIX, enquanto uma entidade política que envolvia aspectos econômicos e sociais que conferiam características peculiares para a sociedade. Nesse grupo familiar poderia existir tanto a prática de ajuda mútua e fidelidade, como também o conflito entre seus membros e o chefe do grupo familiar (QUEIROZ, 1976).

Outra prática que, frequentemente, pode ser observada, diz respeito aos apadrinhamentos realizados pelos Silva Tavares. Identificamos, nos registros de batismos da Cúria Diocesana de Bagé, diversos momentos em que um irmão ou irmã apadrinhava o filho de outro, estabelecendo relações de compadrio entre um e outro, como, por exemplo, o caso de Branca, filha de Zeca Tavares, apadrinhada por Gervásio Alves Pereira e Maria Cecília da Silva Tavares[440].

Outro exemplo claro dessa situação é o dos filhos de José Facundo da Silva Tavares. Uma de suas filhas foi apadrinhada por seu irmão Francisco da Silva Tavares e sua esposa Maria da Silva Tavares[441], enquanto um filho foi apadrinhado por outro irmão seu, Joaquim da Silva Tavares e Maria Eulália da Silva[442], representando uma estratégia de fechamento da família em si.

As cartas trocadas entre os irmãos Joca, Zeca, Francisco e Joaquim, tanto quanto os diários do Dr. Francisco Tavares (2004a) e do general Joca Tavares (2004b), permitem perceber a presença de compadrios mútuos entre eles, como é o caso, por exemplo, da carta enviada do Rio de Janeiro, por Francisco Tavares, a seu irmão, Zeca Tavares, em 31 de dezembro de 1891, no término da qual chama-o de "mano, compadre e amigo"[443].

---

[440] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 23, ano de 1885, p. 21.
[441] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 174, ano de 1885, p. 85.
[442] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 168, ano de 1867, p. 22.
[443] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 31 dez. 1891, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 7 folhas. Correspondência em que fala da situação política do Rio de Janeiro; estava articulando politicamente e buscando a nomeação de Joca Tavares como Comandante da Guarda Nacional.

A estratégia de apadrinhamentos dos Silva Tavares pode ser também estendida a outros estancieiros federalistas, como é o caso da carta enviada por Domingos Ferreira Gonçalves a Joca Tavares, na qual escreve:

> **Meu Padrinho** Joca Participo-lhe que o Chico Vaz está com muita gente junta, e pediu-me para mandar participá-lo que a gente está toda reunida mas está toda desarmada [...] os meus filhos querem ir ter com o Sr. e assim mande-me dizer se o Sr. acha bom eles irem já ou não? sem mais, a Rita e os meninos muito se recomendam a minha madrinha e a [ilegível] Adelaide e as mesmas queiram aceitar. Deste que é com estima V. Afilhado e Criado, Domingos Ferreira Gonçalves[444].

No que se refere a esses apadrinhamentos conformando redes de lealdades e estreitando laços entre os indivíduos, tornando os compadres e afilhados membros da família, escolhidos entre pessoas de confiança e por membros da própria família, indicam a opção por uma estratégia de fechamento da família em si (COMÍSSOLI, 2011).

Nesse sentido, os compadrios realizados no âmbito da mesma família reforçavam as alianças e os laços anteriormente constituídos, assegurando a manutenção de seu prestígio e de seu cabedal financeiro, assim como poderiam representar um reforço da solidariedade entre o grupo (KUHN, 2014). Os compadrios realizados fora do âmbito familiar representavam uma ampliação das redes familiares, estabelecendo laços entre famílias que contam com prestígio em determinada sociedade (KUHN, 2014).

O compadrio, visto a partir de uma lógica coronelista, também era visto como uma forma de distribuição de favores e de estabelecimento de vínculos, em troca de apoio dos afilhados. Dessa forma, o coronel escolhido para ser padrinho deveria ser o protetor de seus afilhados, de modo que poderiam ser indicados a cargos, postos etc., de sua influência, para conseguir benesses ou conseguir recursos quando estivessem em necessidades (JANOTTI, 1985).

Por outro lado, dentre as preocupações e obrigações do coronel, conforma afirma Maria de Lourdes Janotti, estaria a busca por

> [...] constantemente se esforçar para não diminuir sua capacidade em arranjar empregos, e atender a reivindicações. Representante do poder público, suas ligações na esfera do poder estadual deviam estar sempre no auge das possibilidades de conseguir os melhoramentos que o município exigia (JANOTTI, 1985, p. 61-62).

[444] GONÇALVES, Domingos Ferreira. [Carta] sem data, Aceguá. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Correspondência em que fala em reunião de homens e refere-se a Joca como seu padrinho.

O compadrio estava diretamente relacionado ao aspecto eleitoral e a sua capacidade de manter o prestígio e influência, na sua localidade, assim como influenciar no andamento da máquina política, especialmente no contexto da primeira República.

O que queremos mostrar, a partir da análise das cartas do rol dos analisados em nosso estudo das redes da família Tavares, é a forma como esta família, assim como outras envolvidas no conflito mobilizaram suas redes de relações, ativando uma série de mecanismos tradicionais que os vinculavam entre si, como parentescos de sangue, espirituais, de amizades e clientelísticos, que expressavam um *ethos* presente na atuação dos indivíduos e na forma de pensar e organizar a Revolução.

Nesse sentido, defende-se que tais valores permitem compreender a existência de uma sociedade em transição, híbrida, na qual expressaram, em uma perspectiva de longa duração, a perduração de uma forma de viver aprendida de seus pais, manifestada em pleno período contemporâneo. A plausibilidade desse entendimento parte da compreensão que os indivíduos são "resultado de uma determinada rede fatorial de circunstâncias históricas prévias, em cujo contexto emerge, se forma, estrutura seu modo de se relacionar consigo e com o mundo [...]" (MARTINS, 2017, p. 16).

Defende Estevão de Resende Martins (2017), ao falar sobre o processo no qual o indivíduo toma consciência do meio cultural em que está inserido, que, comparado a diversos círculos concêntricos, o primeiro aprendizado está no âmbito das "relações familiares, o aprendizado da linguagem, o treinamento comportamental, transmissão dos valores elementares vigentes no respectivo espaço social [...]" (MARTINS, 2017, p. 17).

Os indivíduos são produto de um mundo que já existe, imersos numa cultura histórica, carregados de símbolos e significados culturais preexistentes. Estes são transmitidos ao longo dos anos pela memória, legados que chegam ao agente histórico por meio dos ensinamentos familiares, pelos quais aprenderão, por exemplo, a língua de seu país, regras e valores necessários para agir em sociedade (RÜSEN, 2015).

Pela reflexão, o indivíduo passa a interpretar o mundo a partir das experiências e dos valores vividos pelos antepassados que lhe são ensinados, no âmbito familiar, desde a mais tenra infância, e busca dar sentido a sua vida, adaptar-se ao mundo em que vive e situá-la no tempo, construindo sua consciência histórica e sua identidade (MARTINS, 2017).

É, justamente, a partir deste aspecto do aprendizado de valores do indivíduo, no âmbito familiar, da sua elaboração e da constituição de sua própria identidade, que identificamos, nas formas de atuação social dos personagens da família Silva Tavares que estão sendo analisamos, neste estudo, a permanência de valores de uma sociedade ainda com características tradicionais.

As influências dessas permanências tiveram consequências na constituição de um universo de referências culturais e sociais, de se relacionar, de articular e de mobilizar suas redes de relações sociais. Revelam um contexto em que a família e as estratégias traçadas por seus integrantes constituem variáveis que não podem ser desconsideradas para entender não só a ação dos indivíduos e seus projetos, mas também a forma de se relacionar com o espaço, fazer a política e a guerra.

A sobrevivência de práticas tradicionais, na sociedade sul-rio-grandense, foi percebida por Luís Augusto Farinatti (2010), ao estudar as elites de Alegrete, cidade situada na região da Campanha Oeste do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1892 a 1865. No estudo, o autor identificou as práticas que estavam presentes tanto na forma como se planeja a guerra quanto na composição e na elaboração de estratégias familiares pelas elites em uma sociedade agropastoril oitocentista (FARINATTI, 2010).

Da mesma forma, e ao encontro de nossa hipótese, Tassiana Saccol (2013), em sua tese em que se dedica à trajetória política da família Assis Brasil, no final do século XIX, especificamente no período 1880 a 1889, permite-nos afirmar que a lógica familiar importante para entender esse contexto não esteve somente presente entre as famílias ditas tradicionais de federalistas. A autora percebe, assim, a existência de um *ethos* familiar que embasava as ações de indivíduo e grupos.

A autora, ainda, define a família e não os atores individuais como atores políticos principais, em sua análise, buscando com isso compreender a complexidade da atuação das lideranças republicanas e seu posicionamento no jogo político. Argumenta, também, que as famílias estavam vinculadas por parentescos, na região da Campanha, não importando o lado político. Assevera que “as famílias costumavam partilhar projetos coletivos de envolvimento com a política, de onde pudessem acessar recursos à casa, a parentes e a amigos, enfim, a seu círculo de relações mais próximas” (SACCOL, 2013, p. 49).

Os aspectos apresentados por estes autores, e ao encontro de nossa hipótese, permitem afirmar a presença de aspectos de uma organização familiar que resiste a mudanças e aparece como uma estrutura contida no Estado nacional, mas, ao mesmo tempo, paralela a este, um Estado que ainda não conseguia chegar a todas as periferias e que dependia das alianças com os grupos locais (COMISSOLI, 2011).

Destarte, o final do século XIX marcou o período de transição do regime monárquico para o republicano, no Brasil. Foi um processo de muitas contradições, ambiguidades e

antagonismos, marcado pela busca da afirmação de valores republicanos em contraposição aos que vigiam, durante a monarquia, por valores modernizadores do Estado, em diversos âmbitos, como aos que se propunha a Constituição de 14 de julho de 1891, no Rio Grande do Sul, ainda que com o intuito de modernizar as estruturas e atualizá-las. Para isso, era preciso retirá-las das mãos de uma oligarquia liberal, o que, na verdade, mostrava-se apenas um descolamento do poder para colocá-lo nas mãos da oligarquia castilhista, mas que se mostrava repleto de lógicas tradicionais em uma sociedade contemporânea (TARGA, 2003; FRANCO, 2006).

Tal reflexão vem ao encontro do que conclui Fernando Escalante Gonzalbo (2009), para o caso do México, no fim do século XIX, aqui no caso em estudo, em que também o Estado, no fito de se modernizar, deparou-se com contingências, tais como a existência de valores, tanto na forma de se relacionar quanto na prática política, em que perseveravam valores que antagonizavam esse intento.

Em relação ao Rio Grande do Sul, a compreensão da uma lógica que pautou as ações, durante a Revolução Federalista, como parte de uma sociedade fronteiriça, requereu que partíssemos de uma perspectiva que contemplasse a larga permanência de um modo de reprodução de estratégias familiares tradicionais. Estas, aprendidas com seus pais, preservadas, em grande parte, graças ao fator espacial, perduraram em um período de transição de uma sociedade com práticas tradicionais para uma sociedade com valores contemporâneos, as quais foram adaptadas à realidade do século XIX e reproduzidas, adequando-se às suas necessidades sociais.

Defendemos que as estruturas sociais tradicionais e essas formas de pensar e fazer política e guerra foram mantidas na região da campanha sul-rio-grandense, graças ao fator espacial, como o pertencimento a uma região com características muito semelhantes, no âmbito cultural, político, social e econômico, e ao distanciamento dos grandes centros, ainda mais se considerarmos a vida nas zonas rurais, durante o século XIX.

Ao encontro disso, Antonio Manuel Hespanha (1991), em seu livro *Visperas del Leviatan: instituiciones y poder político en Portugal, siglo XVII*, ao estudar uma sociedade de Antigo Regime, em Portugal, aponta para a existência de um modo de vida por regras, de uma sociedade que ditava a vida comum, e estas exercem influência sobre os homens que habitam este espaço. Destaca, o autor, a importância dos espaços geográficos, principalmente em locais distantes e com pouca densidade demográfica, para que sejam preservadas as tradições (HESPANHA, 1991, p. 58).

Ao discorrer sobre a relação entre o espaço e os códigos sociais, o autor, considerando o contexto e a sociedade, em análise, afirma que, após ser atribuído significado ao espaço, este

passa a conformar um *ethos* social, juntamente com outros elementos que atuarão como difusores dos preceitos sociais, políticos e de uma ordem social (1991, p. 78). Ainda de acordo com ele, neste mesmo espaço, a divisão política que se faz dele e sua apropriação pode ser entendida como um instrumento do poder, o qual foi pensado para manter determinados grupos, no poder, e alijar outros (HESPANHA, 1991, p. 78).

O que pôde ser observado, acima, acerca das formas de estabelecer vínculos de amizade e familiares, na estruturação das redes pelos indivíduos, mostra que a sobrevivência de práticas de antigo regime que sobreviveram, ao longo do século XIX, e fizeram parte de uma forma de atuar da família Silva Tavares, que também foi utilizada para estabelecer estratégias e alianças, nessa região revolucionária, constituem elementos fundamentais para entender a mobilização de homens e recursos empregada pelos federalistas e o estabelecimento de solidariedades, conforme apresentaremos a seguir.

6 OS VÍNCULOS FAMILIARES E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS RURAIS A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A partir dos estudos realizados em nossa dissertação de mestrado e do grupo que identificamos, no capítulo anterior, foi possível identificar as redes do general Joca Tavares e, agora, ampliadas para o restante da família Silva Tavares, constituem indício para entender a Revolução Federalista.

A atuação e a territorialização de um espaço, por essa família, conforme identificamos, anteriormente, na cartografia da revolução e na conformação de uma região revolucionária, foi moldada pela guerra formada por suas redes. Essas redes que foram construídas a partir de sociabilidades e marcadas por complexas teias de relações familiares que se intercruzavam a todo instante, revelam uma chave interpretativa para entender o próprio conflito, a circulação dos indivíduos pelo espaço, a mobilização de forças e os recursos envolvidos.

Assim como demonstramos que a forma de fazer a guerra expressa um universo de referências culturais e sociais comuns de uma sociedade fronteiriça que perpassou o século XIX, no modo de se relacionar com o espaço, de pensar estratégias de atuação sobre ele que mostravam uma lógica de antigo regime, da mesma forma perduraram maneiras de reprodução e de estabelecimento de vínculos familiares que podem ser observadas, durante a Revolução Federalista.

Essa forma de reprodução e de estabelecimento de vínculos pode ser observada, na sequência deste capítulo, por meio das famílias que compunham o grupo mais próximo aos Silva Tavares ou que ocuparam, em algum momento, o comando de forças federalistas, durante o conflito. Tais vínculos nos permitiram delinear um grupo com relações que perduraram no tempo, tanto no espaço rural quanto no urbano. Ainda nos autorizam a asseverar que a lógica familiar foi estruturadora e pedra angular para compreender as redes e interesses que moveram os indivíduos, sua forma de pensar a guerra e o espaço, assim como mobilizar homens e recursos.

Dessa maneira, demostraremos que um único indivíduo poderia ser um mediador e interligar outros tantos indivíduos aos Silva Tavares, criando redes que territorializaram a região revolucionária conformada pela guerra. expressando um *ethos* nascido da própria atuação regional desses personagens fronteiriços, assim como da convivência em espaços de origem hispânica e luso-brasileira. Essa convivência contribuiu para que se desenvolvesse uma

forma distinta de ação e de reivindicação política que expressam formas de antigo regime na longa duração das estruturas sociais, nesse espaço regional.

Tal argumento permite afirmar que a importância desses vínculos familiares influía, diretamente, na forma de se fazer a guerra, ainda caracterizada pela forte presença do poder pessoal e do prestígio das lideranças para arregimentar homens, atuando como caudilhos, organizando milícias armadas, nas redes, nas mediações e criando solidariedades.

Nesse sentido, mostraremos que a intrincada rede de matrimônios que unia famílias, mobilizada durante o conflito, foi composta por pequenos e médios proprietários rurais, grandes estancieiros, políticos e comerciantes, ocupações que lhes permitiam oferecer recursos importantes durante a revolução. Demonstraremos, ainda, que a amizade e os laços familiares estiveram presentes na escolha dos líderes das forças em armas, e que a experiência militar e a capacidade de arregimentar e comandar homens com destreza esteve à frente do fato de serem eles grandes proprietários rurais ou não.

Tal afirmação vem ao encontro de nossa hipótese de que a Revolução também foi realizada a partir dos interesses desses estancieiros/charqueadores e comerciantes do norte, nordeste, centro e litoral do Uruguai, fortemente ligados por laços familiares, cujos interesses foram afetados juntamente com os dos comerciantes sul-rio-grandenses, em decorrência da situação política, econômica e social por que passava o Rio Grande do Sul, nos primeiros anos da República.

Seguindo a lógica utilizada para pensar o apoio recebido pela mobilização das redes dos estancieiros do lado argentino, demonstraremos, agora, que essa rede de relações que havia territorializado uma região, foi consolidada através de amplas redes de relações familiares de matrimônios, compadrios e amizades pessoais ligadas ao grupo dos Silva Tavares, desde a esfera local até o âmbito internacional.

Nesse sentido, a articulação e a mobilização desses grupos, por parte de Joca Tavares e sua família, durante a Revolução Federalista, estariam pautadas pela defesa dos interesses desse grupo de estancieiros, charqueadores e comerciantes prejudicados, assim como Antônio de Souza Neto havia defendido, anteriormente, durante a Revolução Farroupilha de 1835-1845 (SILVA, 2015).

Um exemplo dessa afirmação, para o período da Revolução Federalista, é encontrado no Diário do Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, no qual evidencia esse forte envolvimento das famílias, ao declarar que “A família Reverbel estava toda envolvida, aliás, **diversas famílias empreenderam tudo o que tinham nessa revolução, tiveram quase todos,**

senão todos combatendo, emprenhando recursos em prol dela". (2009, p. 184, grifos nossos).

6.1 OS ESTANCIEIROS E AS REDES FAMILIARES A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

A partir da análise documental e da delimitação das correspondências que permitiriam identificar a presença de indivíduos que eram proprietários rurais não apenas no Brasil, mas também no Uruguai e na Argentina, foi possível comprovar a complexa rede de relações familiares entre os estancieiros próximos aos Silva Tavares, mobilizada por eles, e que estiveram a serviço da revolução.

Conforme pudemos demonstrar no capítulo 4, a mobilização e a presença de federalistas em pequenas chácaras ou sítios, na província de Corrientes, revelavam um grupo que não era formado apenas por grandes estancieiros, estes definidos por Luís Augusto Farinatti (2010), para pensar o caso de Alegrete, como aqueles que possuíam mais de 2000 cabeças de gado. Sendo assim, nesse grupo se enquadrariam Zeca Tavares[445], que possuía número de aproximadamente 3.280 cabeças de gado, o general Tavares, com 2.000 cabeças[446], e Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, com 8.700 cabeças (PAULA, 2019).

Referimo-nos, aqui, a indivíduos que possuíam pequenas e médias propriedades, como, por exemplo, o caso dos comandantes de divisões federalistas José Maria Guerreiro Victória, que possuía uma chácara de 12 braças de léguas[447], e Marcelino Pina, com uma área de campo de 14.370 metros quadrados, em uma propriedade, e 1.310.000 metros quadrados, em outra[448], que veremos posteriormente no capítulo 7.

Dentre as 1775 cartas que abrangem o período delimitado, identificamos que 789 delas procediam de indivíduos que possuíam propriedades rurais, entre os anos de 1891 a 1895, e foram trocadas com a família Silva Tavares, enviadas e recebidas de diversas localidades, conforme iremos demonstrar no mapa abaixo.

---

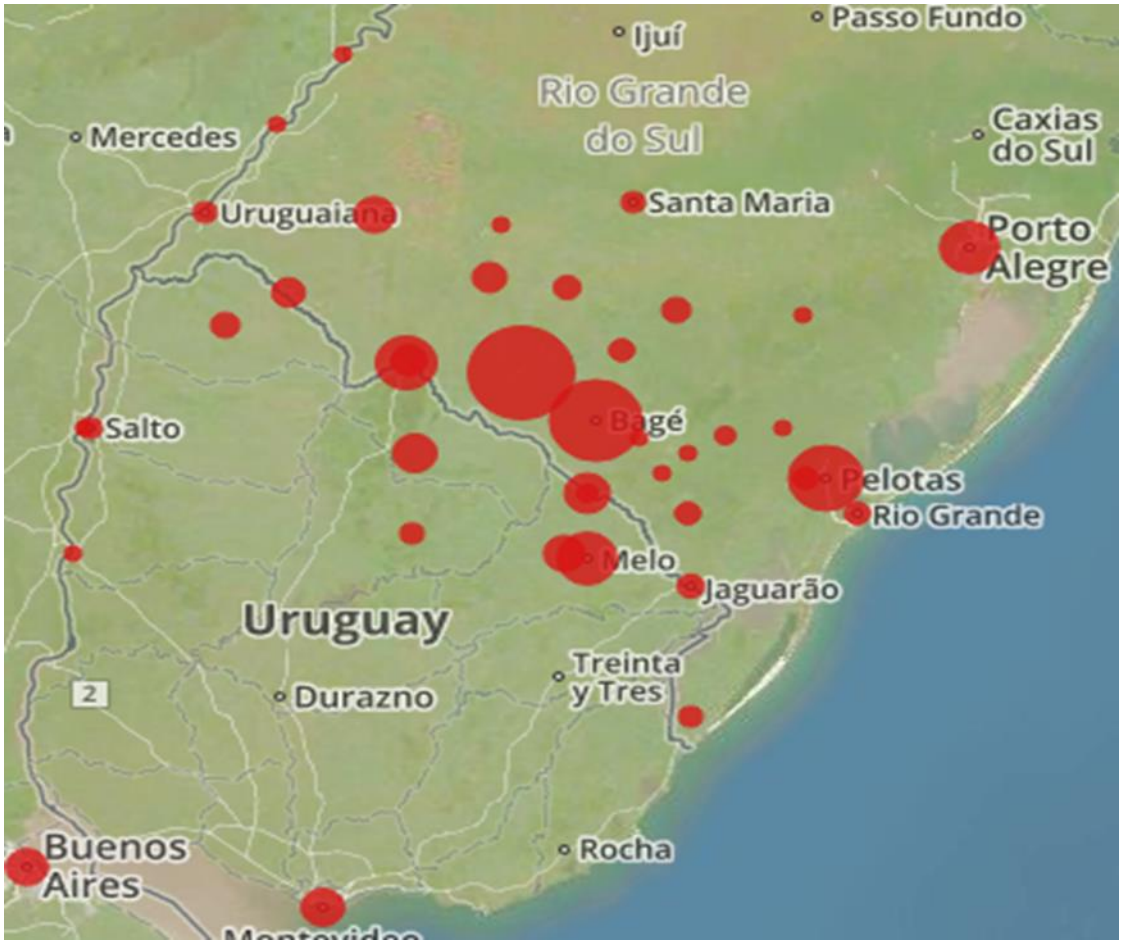
[445] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.

[446] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, João Nunes da Silva. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, 8 abr. 1901.

[447] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de José Maria Guerreiro Victória, Herval, Auto 301, Maço 14, Estante 147, 1901.

[448] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Marcelino Pina de Albuquerque, Auto 201, mraço 6, Estante 134, 1907.

Figura 27 – Densidade e localização de correspondências enviadas por Proprietários rurais aos Silva Tavares entre 1891 a 1895



Fonte: Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir da análise do acervo de correspondências da família Silva Tavares, Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, 2021.

Para chegarmos a essa análise, partimos do fichamento de todas as cartas da família Silva Tavares, identificamos todos os nomes dos autores das correspondências, memórias e diários[449] que se referiam como sendo de propriedades rurais de apoiadores dos federalistas, para que, posteriormente, pudéssemos cruzar esses dados com as informações presentes no Relatório de Repartições dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, em 1851, na *Relación de contribuicion directa de los 366orrentinhas366, departamento de Salto,* 1868, *Archivo de*

[449] Quanto às memórias, foram elencadas na introdução desta tese. No que tange aos diários, referimo-nos aos seguintes: TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004a. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).
TAVARES, João Nunes da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004b. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

marcas de ganado -1858, do Arquivo Geral da Nação, Montevidéu, e a *Relación de hacendados más notables del Departamento de Cerro Largo*, 1856 – Villa de Melo, Arquivo e Museu Histórico Nacional, Montevidéu, e no Brasil, com as relações presentes no livro *Sesmarias em São Sebastião de Bagé: primórdios do povoamento* (2009), de autoria de Carlos Roberto Brasil, obra em que apresenta dados sobre os proprietários rurais, em Bagé, com sua localidade e extensão.

Dentre os indivíduos que compunham o grupo mais próximo à família Silva Tavares – ampliando o rol dos que já havíamos identificado em nossa dissertação de mestrado –, especificamente os relacionados ao grupo composto por líderes que comandaram as forças do Exército Libertador, percebemos que os nomes dos que assinaram, diversas vezes, os manifestos federalistas, coincidem com os que mais trocaram correspondências com essa família, no período da revolução. Isso delimitou um grupo que pretenderemos analisar ao longo deste capítulo.

Frente às dificuldades de encontrar informações acerca de personagens pouco conhecidos e que foram esquecidos pela historiografia oficial dos vencedores do conflito, deparamo-nos com diversos e variados indícios compondo um verdadeiro quebra-cabeça. Dentre os personagens que selecionamos, foram escolhidos aqueles que possuíssem maior quantidade de informações, a fim de que pudéssemos 367orrent-las e que permitissem melhor perceber as questões que responderiam nossa hipótese.

A importância das redes familiares, econômicas e sociais dos Silva Tavares, especialmente no Uruguai, era algo reconhecido pelas lideranças federalistas. A extensão de tais redes podem ser identificadas nas cartas e estavam constantemente sendo referidas, como, por exemplo, o pedido feito pelo Almirante Saldanha da Gama ao general Tavares: "[...] Já apelei para os amigos de Montevidéu. Queira Vossa Excelência fazer o mesmo para os de Cerro Largo e Taquarembó [...]" (ANDRADE, 2017, p. 125).

Na entrevista concedida pelo senador maranhense, Francisco Manoel Cunha Júnior, concedida ao *Jornal do Brasil* e reproduzida no jornal *Cidade do Rio Grande*, em 27 de junho de 1893, é possível identificar relações entre estancieiros federalistas e as redes de intrincados laços familiares que os vinculavam, em uma verdadeira teia que se mobilizara através da ação destes indivíduos, e que se estendia pela região, através da qual pode ser observado envolvimento da família Silva Tavares,

> Não o descobrindo por informações do Sr. Ramon, o que fez? Sendo informado que, mais adiante, na estância dos "Currais", **estava seu irmão, o barão de Santa Tecla, mandei a este um recado, dizendo-lhe que ali estava para conferenciar com o general Tavares** e que seria favor mandar-me informações sobre o lugar em que me seria dado 368orrenti-lo. Ele escreveu-me dizendo que viria ter comigo, o que efetivamente fez, declarando-me que o general estava em território rio-grandense, nos potreiros de Ana Correia. Deu então as providências necessárias e o general mandou-me dizer que a 17, do meio dia em diante, estaria às minhas ordens na estância do Sr. Roberto Silveira, seu partidário, situada na linha da fronteira [...] O general veio acompanhado para essa estância? **Vieram com ele seu filho Dr. Pedro Tavares, também seu sobrinho e genro**: o tenente coronel Procópio Melo, meu conhecido de campanha, e outros [...] (SALIS, 1955, p. 256).

Ainda nesse sentido, além de familiares que faziam parte das forças federalistas próximas ao general Tavares, o jornal *Cidade do Rio*, em abril de 1893, apresenta informação que permite identificar a origem social dos indivíduos pertencentes a um núcleo da rede de relações mais próximo, como se observa na afirmação de que "[...] o general Tavares anda de carro e traz no seu estado maior vários oficiais, fazendeiros conhecidos, dois advogados, dois médicos e um farmacêutico [...]"[450]. Tal registro permite afirmar a importância da participação de profissionais liberais ao lado dos federalistas, especialmente médicos e farmacêuticos.

Com base nessa notícia é possível imaginar a cena de um senhor de 75 anos conduzindo sua pequena carroça, possivelmente devido a seu estado de saúde debilitado e, em seguida, identificar que, no núcleo central de suas redes, em seu Estado Maior – composto por oficiais, amigos e familiares de estrita confiança capazes de assessorá-lo e aconselhá-lo nas suas atribuições de Comandante-em-Chefe do Exército Libertador – perceber que além de estancieiros, existia considerável número de profissionais liberais que o acompanhavam.

Enquanto isso, estavam, também, emigrados em Cerro Largo, o Dr. Francisco Tavares e Zeca Tavares, que contavam com o apoio de outros emigrados que faziam parte de sua rede, mas que, igualmente, tinham sofrido perseguições, foram perseguidos e presos em Melo, afastados da fronteira, enquanto outros, foram conduzidos escoltados a Montevidéu (TAVARES, 2004ª).

A análise cartográfica desenvolvida, anteriormente, torna possível perceber que as redes dos Silva Tavares tinham, por seu núcleo irradiador, a cidade de Bagé, o que se torna mais claro se analisarmos as relações de estancieiros da localidade das Palmas[451], ao norte de Bagé. Esse era um distrito no qual estava localizada a estância do Cerro Alegre, antiga propriedade de João

[450] Jornal *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro. 5 abr. 1893, p,1. Entrevista com o General Silva Tavares, na Carpintaria.
[451] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Distritos de Bagé. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/bage.pdf Acessado em: 22/01/2020. Destacamos que atualmente, dentre os distritos de Bagé, próximos à região das Palmas, existe, não por acaso, a região de Joca Tavares, situada na região nordeste do município.

da Silva Tavares, Visconde do Cerro Alegre, de 458 quadras de campo, que, mais tarde, a partir de 1872, foram divididas entre Joca, José Bonifácio, Joaquim, Francisco, José Facundo da Silva Tavares e suas irmãs, Maria Cecília, Virgilina, Umbelina, Gertrudes e Ludovina Nunes da Silva Tavares (VIEIRA, 2010). Nessa localidade, onde possuíam propriedade rural, percebeu-se a existência de complexas redes de relações ligadas por matrimônios, compadrios[452] e amizade com as famílias vizinhas à sua propriedade que foram mobilizadas durante o conflito (ANDRADE, 2017).

Entre as famílias que possuíam propriedades nessa zona, estavam aquelas cujos campos eram lindeiros à família Silva Tavares, além de serem, também, os mesmos que possuíam propriedades no Uruguai. Essas famílias foram mobilizadas pelas redes dos Silva Tavares e haviam aderido às forças do Exército Libertador, atuando ativamente ou mesmo como apoiadores, durante a Revolução Federalista (ANDRADE, 2017). Eram personagens que tinham uma relação anterior com os Silva Tavares, no âmbito político, econômico e social, na Bagé da segunda metade do século XIX. Além disso, estavam fortemente vinculados por laços familiares, conforme os casos que iremos exemplificar a seguir.

Na costa do rio Camaquã, ao norte do distrito das Palmas, estava a propriedade de Januário Gonçalves Simões Pires (BRASIL, 2009). Este personagem serviu como Comandante do 3º Corpo de Cavalaria da Divisão de Bagé, sob ordens do coronel José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares), e também possuía propriedades no departamento de Paysandú, Uruguai, no distrito de Queguay Grande. Outros parentes, especificamente seus primos, também possuíam estância no distrito das Palmas (Bagé), e em Paysandú: Feliciano Simões Pires, distrito de Queguay, e Zenóbio Simões Pires, no distrito de Arroyo Negro[453].

Outros membros dessa família, irmãos de Feliciano e Zenóbio, também lutaram ao lado dos federalistas, compondo a divisão de Zeca Tavares, ou mesmos servindo diretamente com as forças de Joca Tavares, dentre eles, os irmãos Cândido e Jerônimo Simões Pires, que possuíam propriedades no distrito das Palmas (OLIVEIRA, 2011, p. 158).

A morte de Januário ocorreu durante uma incursão federalista, em 1894, quando estava sob ordens de Mateus Collares, próximo à região de Torrinhas (OLIVEIRA, 2011, p. 157). O inventário de Januário, de acordo com Antônio Cândido Pires (1992), registrava uma quantia

[452] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 23, ano de 1885, p. 35.
[453] AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Libro del Archivo de Marcas de Ganado, Policia de Montevideo, Libro 1089, 1858, p. 6, 10, 74.

de $ 69:299.890 réis, com aproximadamente 15 quadras de sesmaria, 544 reses, 24.15550 novilhos; para seus descendentes deixou 31:426$390 réis, em dinheiro (PIRES, 1992, p. 28).

Dentre outros vizinhos da Estância do Cerro Alegre, no distrito das Palmas, em Bagé, e com propriedades em Paysandú, no Uruguai, que foram apoiadores da Revolução, estava o nome do federalista Mateus Teixeira Brasil, cujo filho, Severino Teixeira Brasil Neto, casou-se com Francisca Brasil Collares, filha de Leonardo José Collares com Silvana Teixeira Brasil, irmã de Mateus.

A partir da análise do Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1851, por Paulino José Soares de Souza, é possível perceber que essa família possuía relações, no departamento, e por intrincados vínculos familiares, também consta a existência de uma propriedade de Manoel Coelho, que seria agregado de Mateus, que criava cerca de 1500 cabeças de gado naquela localidade (SOUZA, 1851, p. 58).

Uma outra propriedade, lindeira à do Cerro Alegre, era a do federalista Alexandre Teixeira Brasil, major da Guarda Nacional. Ocupou cargo de juiz municipal, em Bagé, em 1868, e foi casado com Alexandrina da Fontoura Pires Brasil, irmã de Januário Simões Pires. Também era cunhado de Leonardo José Collares, com o qual sua propriedade era lindeira (BRASIL, 2009, p. 243); serviu nas forças do general José Maria Guerreiro Victória e do coronel Zeca Tavares, durante a Revolução Federalista.

As forças de Zeca Tavares foram organizadas com indivíduos de famílias próximas, boa parte oriunda da região do distrito das Palmas, norte de Bagé, que constituíram importante elemento de coesão no grupo, devido às proximidades geográficas e aos inúmeros laços de parentesco que os aproximava, gerando solidariedades, conforme abordaremos posteriormente.

Ainda sobre Alexandre Teixeira Brasil, o relatório de 1851 também permite identificar que, dentre os brasileiros com propriedades em Salto, figura o nome dele. Possuía três léguas de campo nesse departamento, assim como seus irmãos, José Teixeira Brasil, com quatro léguas de campo, Mateus Teixeira Brasil, com cinco léguas de campo e Leonardo Teixeira Brasil, também com cinco léguas.

Os Teixeira Brasil eram ligados à família Silva Tavares, por meio de matrimônios. Como exemplo, citamos o caso de Adélia Vieira Tavares, filha de José Facundo da Silva Tavares, a qual contraiu matrimônio, em 1878, com José Simões Brasil, filho de Alexandre e Alexandrina Brasil, ligando-os, portanto, também aos Simões Pires (RHEINGANTZ, 1993, p. 26). Outro matrimônio que vinculava os Silva Tavares a Severino Teixeira Brasil foi o casamento de seu filho, José Alexandre Coelho Brasil, em 1889, com Maria Arlinda Vieira,

filha de Virgilina da Silva Tavares, filha de João da Silva Tavares, Barão do Serro Alegre (RHEINGANTZ, 1993, p. 49).

Outro indício da intensidade desses vínculos entre Alexandre e a família Silva Tavares e o grau de envolvimento e amizade, desde a segunda metade do século XIX, demonstra a existência de interesses comuns e de solidariedades que eram visíveis nessa sociedade. Isso pôde ser identificado no Translado de Medição de Campo de José Facundo da Silva Tavares e sua primeira esposa Clemência Cabral, em 1868, para que fosse demarcado um campo cujos limites estavam indefinidos, pois seria preciso separar os quinhões de cada um dos herdeiros.

Nesse processo, uma das partes envolvidas alegou que o juiz que arbitraria a questão não poderia exercer essa função, declarando através de um artigo de suspensão, que Alexandre era considerado incapaz por ser correligionário e amigo pessoal de José Facundo "e toda sua família, há muitos anos sustenta e protege os interesses políticos desta família. Alexandre e José Facundo mantêm estreita amizade, tratam-se com toda familiaridade e dispensam-se recíprocos obséquios"[454]. Por fim, o acusador, alegando o fato de eles serem adversários políticos dos recusantes, pede que Facundo seja suspenso enquanto juiz do caso.

Outro personagem era o coronel Tomás Mércio Pereira que, de acordo com Carlos Roberto Brasil (2009), era proprietário de terras em Dom Pedrito, herança de seu pai, Brigadeiro Camilo Mércio Pereira, nas quais o general Joca Tavares esteve acampado por algum tempo, em 1895 (TAVARES, 2004b). O inventário de partilha amigável do general Tavares, feito por seu irmão Zeca Tavares, mostra que Joca possuía um campo de pastoreio situado no terceiro distrito de Bagé, próximo ao rio Camaquãzinho, lindeiro ao norte com os campos do coronel Tomás[455]. Este casou-se com Cândida Olinda de Freitas, que possuía propriedades na região das Palmas, assim como outros membros de sua família (BRASIL, 2009, p. 248).

O nome de Tomás aparece diversas vezes nas correspondências do general Tavares. Seu nome figurava, em 1893, no "Manifesto à Nação Brasileira", no qual constavam assinaturas de diversos líderes federalistas. Por outro lado, as correspondências também apontam que este era proprietário de uma estância, no Uruguai, onde estava esperando reunir homens, em 1895 (TAVARES, 2004b).

---

[454] APERS, Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Cartório Civil. Translado de Medição de Campo de José Facundo da Silva Tavares e a sua primeira esposa Clemência Cabral, em 1868.

[455] APERS, Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Cartório Civil, Inventário de Partilha Amigável de João Nunes da Silva Tavares, estante 8, maço n. 10, auto 128, Bagé, 1906.

As irmãs de Tomás, Delfina e Ernestina estavam ligadas a uma poderosa família de muitas posses, na cidade de Dom Pedrito, que também tinha propriedades na fronteira com o Uruguai. Elas contraíram matrimônio com filhos de Demétrio José Xavier, Barão do Upacaraí: Demétrio Cândido Xavier Filho e o tenente-coronel da Guarda Nacional, Manuel Cândido Xavier[456]. Este participou ativamente como comandante-em-chefe das forças que se levantaram, em Dom Pedrito, durante o começo da revolução, em novembro de 1891, e também em 1892.

Além disso, foi um dos personagens pedritenses que mais se comunicaram[457] com o general Tavares, nesse período. Uma das filhas do Barão do Upacaraí, Carolina Cândida Xavier, era casada com um dos chefes federalistas mais ativos, que havia sido secretário de Joca, o Dr. Cândido Tavares Bastos, proprietário de campos em Minas de Corrales, departamento de Rivera.

Também lindeira às propriedades dos Silva Tavares, no distrito das Palmas, estava a propriedade de Cândido Antônio Xavier de Azambuja e a de Jerônimo Xavier de Azambuja, herdadas de seu pai, Cândido Xavier de Azambuja, estância que também fazia limites com as do capitão Mateus Teixeira Brasil (BRASIL, 2009, p. 245). Importante destacar que Cândido Antônio havia participado da fundação do Partido Federalista, em 1892, e ambos eram primos do coronel federalista Estácio Azambuja.

Estácio Xavier de Azambuja, de acordo com Eduardo Contreiras Rodrigues (1998), dedicou-se inicialmente ao comércio e casou-se com Carolina Silveira Ramos, sobrinha de Gaspar Silveira Martins, filha de um rico comerciante do departamento de Cerro Largo, Antônio Ferreira Ramos, casado com a irmã de Gaspar.

Por um tempo, Estácio estabeleceu residência em Aceguá, trabalhando como sócio de seu sogro e dedicando-se à pecuária nas propriedades que tinham naquela localidade. Ao contatar com os líderes federalistas Tomáz Mércio Pereira, Antônio Barboza Neto e Joaquim Nunes Garcia[458], forças que estavam sob as ordens de Zeca Tavares, resolveu vender seus campos para outro indivíduo, que também era federalista, Martim Bidart Filho. Decidido a juntar-se aos federalistas, partiu para acampar nos campos de Carlos Silveira, na Carpintaria, então município de Bagé, atualmente pertencente a Aceguá, fronteira com o Uruguai. Tendo se

[456] Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai, 17 mar. 1907, p. 5. Apresenta biografia de Manuel Cândido Xavier.
[457] De um total de 350 correspondências analisadas no ano de 1891, 46 delas foram enviadas por Manoel Cândido Xavier.
[458] Estes mesmos personagens eram oficiais da Guarda Nacional e haviam lutado na Guerra do Paraguai, nas forças de Joca Tavares, conforme será apresentado na sequência deste capítulo.

tornado um dos chefes federalistas mais ativos, durante o conflito, esteve algumas vezes por Montevidéu.

Outro estancieiro que fazia parte das relações federalistas, na fronteira, João Gomes de Mello, residiu em Rio Grande e em Bagé, cidade onde possuía uma propriedade rural, na localidade do Arroio Bagé (BRASIL, 2009, p. 246). Havia sido 2º Escriturário da Alfândega de Rio Grande[459] e administrador da mesa Geral de Rendas de Bagé, em 1886 e 1887. Sua filha, Amélia Gomes de Melo, era casada com Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla (RHEINGANTZ, 1993).

Na região das Palmas, distrito de Bagé, por exemplo, onde analisamos os proprietários vizinhos à Estância do Cerro Alegre, que posteriormente foi dividida entre os herdeiros, verificamos uma complexa teia de matrimônios entre essas famílias, muitas vezes, endogâmicos. Tais relações constituíam, como pudemos ver anteriormente, uma estratégia de preservação das propriedades e das heranças, criando redes de alianças e solidariedades familiares que poderiam manifestar-se, tanto no campo político quanto no econômico, conforme ocorreu, posteriormente, durante a Revolução Federalista. No entanto, não era apenas através dos matrimônios que ocorriam essas alianças, elas também ocorreram através de compadrios entre as famílias (CHATEEN, 1991; HAMEISTER; GIL, 2007; COMISSOLI, 2011).

Nesse sentido, os registros de batismo são, de acordo com Maria Silvia Bassanezi (2013), importante fontes de estudo no âmbito das redes de relações, hierarquias sociais, relações de compadrios e alianças familiares que permitem compreender as relações de poder entre os indivíduos. Por se tratar de um período em que a relação entre as famílias aqui estudadas tenha ocorrido, ainda, durante regime monárquico, com base nas reflexões da autora, os registros paroquiais são fontes valiosas, principalmente, por ser um contexto em que o Estado não era laico, cabendo à Igreja realizar os registros de nascimentos, casamentos e óbitos.

Quanto aos matrimônios entre as famílias, assevera Maria Silvia Bessanezzi (2013), que estes também significavam estratégias de preservação do patrimônio familiar. Já em relação aos registros de batismo, estes revelam redes construídas pela prática do compadrio, entre as famílias, que poderiam criar ou fortalecer os laços entre elas, estabelecendo solidariedades entre os grupos familiares.

---

[459] Jornal *União Liberal*, Bagé, 16 jul.1887, p. 1 – Notícia sobre João Gomes de Mello, dizendo que havia trabalhado na Mesa de Rendas de Bagé e na Alfândega de Rio Grande.

Dessa forma, os compadrios existentes entre as famílias que compunham o grupo federalista apontam para relações construídas desde as décadas anteriores. Exemplo disso pode ser observado no caso do batismo realizado por João Nunes da Silva Tavares e Silvana Pires Brasil, padrinhos de uma mulher escravizada, de Severino Coelho Brasil, em 1880[460]. Também foram percebidas relações de compadrio que estabeleciam vínculos entre José Viza Chaubet e a família de Feliciano Simões Pires[461], ou mesmo entre Francisco Antunes Maciel, Barão de São Luís, e Maria Cecília da Silva Tavares, irmã de Joca Tavares (RHEINGANTZ, 1993).

Outro exemplo da existência de compadrios dentre as famílias que compunham o grupo dos federalistas próximos aos Silva Tavares, os quais criavam imbricadas redes familiares que se interligavam, citamos o exemplo de Delfino Riet, que escreveu a Zeca Tavares, durante o período da revolução, chamando-o de parente[462], e Afonso Pereira Leite. Este último era veterano da Guerra do Paraguai[463], lutou junto às forças federalistas e era irmão de Boaventura Pereira Leite[464], que também havia declarado parentesco e amizade com Zeca Tavares. Isso nos permite inferir que Afonso também mantinha relações de amizade com a família Tavares.

Além do parentesco de Boaventura Leite com Zeca Tavares, as cartas apontam para a existência de relações, entre eles, também no âmbito econômico, desde a década de 1870. Tal vínculo pode ser observado na carta enviada por Zeca, na qual trata de negócios, especificamente da compra de gado: "[...] Parente e Amigo. O fim desta é comunicar-lhe que não foi possível fazer a tropa que com você convencionei, pois os preços da compra são de nove e meio e vendo eu que não conviria a você esse preço em vista a oferta que mandou fazer ao Gularte [...][465]".

Outro laço existente que permite compreender a extensão das redes dos Silva Tavares, com os estanceiros do norte do Uruguai, está o casamento da filha do Dr. Francisco Tavares,

[460] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registros de Batismo, Bagé, n. 16, 1880, folha 50.
[461] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registros de Batismo, Bagé, n. 26b, 1887, folha 55.
[462] RIET, Delfino. [Carta] 2 mai. 1894, Salto. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Delfino declara seu parentesco com os Silva Tavares.
[463] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Proposta de Oficiais para o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional n. 32 do Município de Bagé. Fundo da Guarda Nacional. Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. Caixa 40, Lata 428, maço 05, 1870. Foi ferido no rosto e teve de retornar ao Brasil, era membro da Guarda Nacional de Dom Pedrito, tinha propriedade em Minas de Corrales, no departamento uruguaio de Rivera.
[464] LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 8 ago. 1895, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Boaventura refere-se a Joca Tavares como seu parente e amigo.
[465] LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 10 fev. 1870, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha. Trata de negócios da venda de gado.

de nome Zulmira, com o médico Nicanor de Souza Peña, vizinho da casa de Joca Tavares, na cidade de Bagé, que havia estudado em Paris[466] e possuía propriedades em Fraile Muerto[467].

A carta de Dr. Francisco a Joca Tavares, datada de 14 de dezembro de 1893, enviada de Melo, permite entender que sua filha Zulmira e sua esposa Maria dos Prazeres Amor, estariam abrigadas na casa do genro, Nicanor, para onde haveria de partir e levar seu filho Armando, o qual estaria lutando a seu lado, para ver sua mãe e depois retornar para mais perto da fronteira e ajudar as forças federalistas[468].

Enquanto sua família estava segura, Francisco e seu filho Dario atuaram ativamente na articulação logística, na fronteira, executando diversas atividades, como, por exemplo, ter transportado lanças em diligência fretada pelo seu pai, levando-as ao general Tavares que estava na fronteira de Aceguá (TAVARES, 2004ª, p. 93).

Entrementes, não foi apenas do Norte e Nordeste do Uruguai o apoio aos federalistas. Proveio, também, dos vínculos familiares e da amizade entre os personagens, a partir da costa do Rio Uruguai, especialmente Salto e Paysandú. Destas localidades foram enviados recursos diversos, durante a Revolução, principalmente cavalos, muito provavelmente comprados dos amigos residentes naquela localidade, conforme é possível perceber na carta enviada pelo general Tavares a Zeca Tavares, na qual declara: "[...] Além dos cem cavalos que o Galvão está comprando para a coluna, e dos que lhe autorizei a comprar, espero receber nestes 10 ou 12 dias uma cavalhada procedente do departamento de Paysandú [...][469].

A análise genealógica da família Silva Tavares aponta para a existência de relações em Salto, no Uruguai**.** A partir do diário e correspondências do Dr. Francisco da Silva Tavares (2004ª), durante o período da Revolução, é possível afirmar que ele esteve diversas vezes nessa cidade uruguaia, onde possuía amizades, como se pode perceber na reclamação feita ao general Joca Tavares, de que os amigos de Salto teriam ajudado somente com a quantia de 1000 pesos (TAVARES, 2004ª, p. 94).

---

[466] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 1 jun. 1893, Melo, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que fala que Nicanor Peña, por ter estudado em Paris, era homem muito educado.

[467] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 14 dez.1893, Melo, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé. Carta em que Francisco diz que Nicanor estava em Fraile Muerto e que partiria para lá, levar seu filho a ver sua família.

[468] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 14 dez.1893, Melo, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé. Carta em que Francisco diz que Nicanor estava em Fraile Muerto e que partiria para lá, levar seu filho a ver sua família.

Em novembro de 1894, Francisco Tavares também esteve em Salto, articulando a possibilidade de mais recursos com Antônio de Mattos, o qual lhe afirma que os amigos de Salto não podiam concorrer, naquele momento, com mais dinheiro, pois haviam gasto muitos recursos para salvar os armamentos que haviam sido apreendidos (TAVARES, 2004ª, p. 169).

Nesse sentido, a origem das relações de Francisco Tavares, nessa localidade, pode estar vinculada a laços familiares e a relações econômicas, a ponto de ter membros de sua família exilados nessa cidade uruguaia. Isso fica evidente pelas ligações de Armando da Silva Tavares, filho do Dr. Francisco, que se casou, em 1883, na cidade de Canguçu, com Cipriana Furtado da Cruz Piegas, nascida em Cerrito (RHEINGANTZ,1993, p. 64).

Importa ressaltar que a família do pai de Cipriana, Felisberto da Cruz Piegas, participou, anos mais tarde, da convenção política convocada pelo general Joca Tavares, que deu origem ao Partido Federalista, em Bagé, em 1892 (SALIS, 1955). Felisberto era casado com Zeferina Maria Furtado Piegas, cuja família, de pelo menos outros cinco personagens, possuía raízes em Salto. Identificamos na *Relación de contribuicion directa de los proprietários,* departamento de Salto, o nome de Zeferina Piegas como proprietária de 1028 quadras de campo[470], enquanto seu pai, Felisberto, possuía, junto com Horácio Piegas, 6 léguas de campo (SOUZA, 1851, p. 70).

Os indícios apontam para a presença dos Silva Tavares, em Salto, em pleno período revolucionário, que pode ter sido facilitada pela existência de relações familiares, nessa localidade. Tais ligações podem ser apreendidas pelos casos de Silvia Piegas Tavares, nascida em Salto, em novembro de 1894, e de Cipriano Piegas Tavares, nascido em 1895, também em Salto, ambos netos de Francisco, filhos de Armando da Silva Tavares e Cipriana Piegas (RHEINGANTZ,1993, p. 68).

Através dos registros genealógicos de Carlos Rheingatz (1993), também é possível perceber que as ligações da família Silva Tavares, com Salto, eram mais amplas, uma vez que alguns nascimentos de membros dessa família ocorreram nesse departamento. Citamos, como exemplo, o caso de dois netos de José Facundo da Silva Tavares, filhos de Amélia Vieira Tavares: Octaciano, nascido na localidade de Arerunguá, em 1891, assim como José Facundo Tavares de Oliveira, nascido na mesma localidade, em julho de 1895, em plena revolução. Essas informações permitem afirmar que parte da família Silva Tavares, ao menos os familiares do Dr. Francisco e de José Facundo, estariam buscando abrigo na localidade de Salto, onde

possivelmente tinham muitas relações e que puderam ser mobilizadas por eles, em prol da revolução.

A mobilização das redes de relações dos Tavares, na região de **Salto**, especialmente as dos estancieiros e familiares para que conseguissem recursos para a revolução, também pode ser percebida na carta enviada, em 22 de março de 1895, por Galvão Machado Leal ao general Joca Tavares:

> [...] nas cartas para os Brasil foi esquecido o nome de Severino Teixeira Brasil que é o mais rico deles. Assim, mande na primeira ocasião uma carta para o mesmo. Quando fui para Salto falei com o Delfino Riet sobre recursos e ele está o mais bem disposto possível, e em vista do que ele disse, estava pronto junto com os seus amigos a fazer mais algum sacrifício [...][471].

O apoio de Delfino Riet, estancieiro que também possuía propriedades em Bagé e no município de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, e que chegou a conceder empréstimos ao Dr. Francisco Tavares, possivelmente tenha se dado pelos laços de parentesco que possuía com os Silva Tavares, o que, é claro, estabelecia solidariedades que poderiam ou não ser atendidas (TAVARES, 2004ª, p. 131). Tal parentesco, decorrente do casamento entre Delfino Riet e Maria Inácia da Silveira (CARVALHO, 2011, p. 258), filha da irmã de Joca Tavares, fica evidente na carta escrita por este personagem a José Bonifácio da Silva Tavares, em 2 de maio de 1894, da localidade de Guayabos, homônima ao rio que lhe empresta o nome, departamento de Salto, na qual o chama de parente[472],

Delifino Riet também era vizinho de campo de Joaquim da Silva Tavares, na Fazenda do Serro Alegre[473], em Bagé, e esses laços familiares foram mobilizados durante a Revolução, colocando as propriedades da família a serviço dos revolucionários, uma vez que, para os campos de Delfino, no Uruguai, o general Joca Tavares havia enviado cavalos para invernar (TAVARES, 2004ª, p. 77).

Ao encontro dos casos apresentados, as cartas do general Tavares se referem a outros federalistas que possuíam propriedades, na fronteira, e cujas famílias, vinculadas por

---

[471] LEAL, Galvão Machado. [Carta], 22 mar. 1895, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Dom Pedrito. Fala sobre as famílias de apoiadores em Salto.

[472] RIET, Delfino. [carta] 2 mai. 1894, Salto, Uruguai. [para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Delfino declara seu parentesco com os Silva Tavares.
LEAL, Galvão Machado. [carta] 22 mar. 1895, Minas de Corrales. [para]TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta sobre o apoio de Delfino Riet e dos estancieiros de Salto.

[473] Arquivo público do Estado do Rio Grande do Sul. Translado dos autos de carta precatória de Joaquim da Silva Tavares, Maço 86, n.3276, estante 43, 1901.

matrimônios, também as tinham no Uruguai, como era o caso de Jerônimo e José Jacinto Pereira. O primeiro possuía propriedade na costa do rio Santa Maria e no departamento de Salto e Paysandú, Uruguai; o segundo, no arroio Taquarembó, em Dom Pedrito (SOUZA, 1851, p. 58,70; BRASIL,2009, p. 243). Os dois eram irmãos de Antônio Jacinto Pereira, veterano das forças imperiais, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), e da Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito em que serviu sob as ordens de seu primo[474] Joca Tavares.

Antônio Jacinto Pereira Júnior, seu filho, importante apoiador federalista durante a Revolução, havia herdado as propriedades e também possuía uma estância em Salto (SOUZA, 1851, p. 70; REIS, 1911; SALIS, 1955). Casado com Felisbina Anacleta Gularte, filha de João Anacleto Gularte, importante estancieiro na fronteira do rio São Luís, em Dom Pedrito, e na região do Piraí, em Bagé, foi importante apoiador dos federalistas (REIS, 1983, p. 39).

Os charqueadores pelotenses que eram federalistas, igualmente, mobilizaram recursos, já que tiveram suas estâncias, na fronteira, utilizadas pelos federalistas e também eram vinculados por relações de matrimônio. Nesse sentido, citamos o caso de Eduardo da Silva Tavares, filho de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, e de Amélia Gomes de Melo, que possuía propriedade rural na margem direita do Rio Negro e cerca de 24.393.000 metros quadrados de campo, no segundo distrito de Bagé, entre o Rio Negro e a margem esquerda do Rio Piraí Grande[475].

Eduardo teve por primeira esposa Zulmira Amélia Hartley Maciel, filha de Aníbal Antunes Maciel Filho, Barão do Três Cerros, cujo pai possuía 16 léguas de campo em Paysandu (SOUZA, 1851, p. 72; RHEINGANTZ, 1993). Era primo de Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luís, e de Francisco Antunes Maciel[476], Barão de Cacequi, um dos fundadores do Partido Federalista, em 1892, tendo ambos herdado de seu pai, Eliseu Antunes Maciel, duas léguas de campo, também em Paysandu. Em uma das propriedades desta família se hospedou o Dr. Francisco Tavares, durante a Revolução, chegando, inclusive, a acampar em uma estância de Leopoldo, em março de 1893 (TAVARES, 2004ª, p,107).

Os vínculos familiares dessa família com os Silva Tavares não se restringem apenas aos matrimônios, vão além. Envolvem, especialmente, estratégias tais como escolher compadrio

[474] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 1 dez. 1889, Bagé. [Para] PEREIRA, Antônio Jacinto. 1 folha, Bagé. Carta em que fala sobre assuntos políticos e refere-se a Antônio como sendo seu primo.
[475] TAVARES, Eduardo da Silva. [Carta] 21 out. 1904, Pelotas. [Para] Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 2 folhas. Carta em que Eduardo pede providências quanto aos prejuízos ocorridos pelas forças blancas uruguaias que passaram pelo município de Bagé e causaram prejuízos a sua propriedade.
[476] Sobre a família Antunes Maciel ver: PAULA, Débora Clasen de. **Família, Guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2019.

para reforçar os parentescos, reaproximar e tecer alianças entre estas famílias, como, por exemplo, Maria Cecília da Silva Tavares, filha do Visconde do Serro Alegre, e o Barão de São Luís, que foram padrinhos juntos, em Bagé, em 1869.

Os parentescos de Leopoldo, barão de São Luís, também proprietário de terras em Cerro Largo (PAULA, 2019), de igual forma se estendiam a Ladislau Amaro da Silveira[477], um dos chefes federalistas de Herval. Em setembro de 1893, Leopoldo estava em sua propriedade, no departamento de Rivera, território oriental. Foi internado em Montevidéu, ou seja, foi conduzido para longe da fronteira com o objetivo de impedi-lo de seguir apoiando os federalistas, onde seria apresentado à chefatura política[478], estaria sob os olhares atentos da polícia uruguaia e agentes da legação brasileira.

No entanto, as estratégias familiares não estavam restritas ou delimitadas apenas às relações com os Silva Tavares. Eram, sim, um fenômeno que se estendia em intrincadas e complexas redes que permeavam o tecido social das elites em verdadeiras redes familiares sobre a região da campanha.

Através das comunicações de Eliseu Antunes Maciel, primo do Visconde do Serro Alegre (MUGGE, 2016), durante a Revolução Federalista, é possível apreender as relações entre este personagem e seus parentes. Durante o conflito, comunicou-se tanto com Joca quanto com Zeca Tavares, conforme a carta enviada da localidade de Hospital, departamento de Rivera, em 12 de novembro de 1894, na qual destaca a qualidade de correligionário, adjetiva a sua condição, ao colocar-se como amigo pessoal dos irmãos Tavares, demonstra uma relação de intimidade decorrente do parentesco:

> [...] Correligionário e amigo. São portadores da presente os senhores Major Theofilo Cardozo, Alferes Francisco Javary de Avilla, Alferes Alvaro Magdalena e Alferes Zeferino Soares de Araújo sendo os dois prisioneiros pertencentes ao nosso exército (linha). Estes oficiais me foram recomendados por vosso ilustre irmão Exmo. General Joca por carta de 6 do corrente, na qual indicava que os hospedasse e os fizesse seguir segurança até Vossa presença. Termino pondo disposição o limitadíssimo préstimo do Vosso Camarada e sincero admirador [...][479]

[477] MACIEL, Leopoldo Antunes. [Carta] 9 mar. 1893, Dom Pedrito. [Para] SILVEIRA, Ladislau Amaro. Herval, 4 folhas. Carta em que o Barão de São Luís refere-se a Ladislau como parente e amigo.
[478] Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 8 set. 1893, p. 2. Apresenta notícia sobre propriedade e internação do Dr. Antunes Maciel.
[479] MACIEL, Leopoldo Antunes. [Carta] 12 nov. 1894, Hospital, departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Documento em que fala sobre envio de prisioneiros.

Conforme procuramos apresentar, os casos embasam a afirmação de nossa tese de que a Revolução foi articulada a partir do seio de importantes famílias, como defesa de seus interesses, muitos associados à atividade pecuária, charqueadora, de comerciantes e de acesso ao poder, assim como a benefícios do Estado do qual haviam sido afastados. Os vínculos familiares atuaram na consolidação das redes e foram fortes elementos geradores de solidariedades para os revolucionários, constituindo, tais relações familiares, forte elo que territorializou a região revolucionária e lhes propiciou contar com uma forte base de apoio, neste espaço.

Nesse sentido, a existência de amplas teias familiares, entre as principais lideranças federalistas que compunham as redes de relações ligadas aos Silva Tavares, indica um *ethos* tradicional, com aspectos de uma sociedade de antigo regime que sobreviveu até o final do século XIX. Manifestavam, assim, uma forma específica de reivindicação política e de resistências dessas formas tradicionais de se fazer e pensar a política, os negócios e a guerra, que se refletiu na forma como se deu o conflito.

A importância dos estancieiros para os revolucionários[480], portanto, estava na forma de guerra que seria desenvolvida: uma guerra de recursos. Em outras palavras, necessitavam de local para levar o gado que estava no Brasil, a fim de 380orrent-lo das incursões dos castilhistas; também devido à necessidade de gado para alimentar tanto as forças quanto os cavalos, vender gado, mantimentos alimentícios, munição, roupas e cavalos era um negócio rentável.

Ao encontro dessa afirmação está o diário do Dr. Francisco Tavares, em 3 de julho de 1895, ocasião em que narra: "Na linha, encontramos desgostosos todos os companheiros com os contínuos roubos de cavalhadas mandados fazer pelos revolucionários, tornando-se difícil **o antigo agasalho que sempre tivemos no caso de uma emigração forçada**" (TAVARES, 2004ª, p. 211, grifos nossos). Esse apontamento apresenta o contexto de insegurança e de violência que grassava no mundo rural do período. Até mesmo aqueles que apoiavam os revolucionários viam-se atingidos pelos próprios companheiros.

Ainda em seu diário, afirma Francisco que nem os principais líderes federalistas escaparam da sanha dos furtos de forças que se diziam federalistas, em 1895, "ao pontode roubarem os cavalos do próprio general Tavares e coronel Zeca Tavares, cavalos que sempre serviram na revolução e que estavam em engorda para o mesmo serviço" (TAVARES, 2004ª,

[480] Certamente não eram todos os estancieiros e comerciantes da fronteira que apoiavam os federalistas, pois também havia castilhistas emigrados e apoiadores das forças governistas do outro lado da fronteira, mobilizados. Mas isso não exclui a existência, a importância e a posição estratégica destes para os dois lados envolvidos no conflito.

p. 211). Coibir essas práticas e garantir uma relativa ordem, no campo, era necessário para garantir a preservação das propriedades das famílias dos apoiadores da causa federalista. Nesse sentido, Francisco expediu ordem ao chefe de polícia das forças federalistas, João Preto, para coibir o vandalismo e perseguir os baderneiros[481]

Entrementes, as famílias desse espaço guardavam práticas de antigo regime, no modo de reprodução social, na hierarquia, na posse das terras, na zona de fronteira e, no Uruguai, marcam o *ethos* fronteiriço dessas famílias, o ir e vir de suas propriedades fez com que convivessem com duas cosmovisões, uma luso-brasileira e outra hispânica. Essa lógica sobreviveu ao tempo, adaptou-se às novas realidades de uma sociedade contemporânea, mas, ao mesmo tempo, o fator geográfico foi uma importante variável na preservação de certas tradições de uma sociedade tradicional. Seus pais foram criados à moda tradicional e seus filhos, a geração seguinte à de Joca Tavares, de Januário Simões Pires, de Severino Teixeira Brasil e de Leonardo José Collares, foi formada nessa sociedade. Essa forma de viver e enxergar a vida esteve presente, durante a Revolução Federalista, na maneira de se articularem e mobilizarem suas redes, de obterem recursos, uma forma comum a sociedades que conservam, em níveis distintos e em contextos peculiares, formas tradicionais de também fazer a guerra.

Fazer a guerra também expressava formas tradicionais que sobreviveram na longa duração do século XVIII para o XIX, não apenas na forma de se reproduzir, de estabelecer alianças, matrimônios, compadrios, embasada por relações clientelísticas, mas influíam, diretamente, na forma de arregimentar homens para defender seus interesses, pautada na lealdade. Tratava-se, assim, de sociedades híbridas. Tal hibridismo pode ser representado, durante a Revolução Federalista, pela forma como o conflito se estruturou. Com amizades, mobilizando alianças familiares, compadres e clientes mostravam uma face de uma sociedade tradicional que coexistia com uma sociedade moderna.

Os elementos apresentados e a identificação desses personagens que compunham parte da rede de Joca Tavares permitem pensar a diversidade da composição social das forças federalistas, marcada pela existência de laços de parentescos e fortemente associados a elementos territoriais. Estes aspectos não seriam exclusivos ao Rio Grande do Sul e foram identificados por François Xavier Guerra (1991), ao estudar a Guarda Nacional mexicana, de modo que podem ser entendidos como elementos parte de uma forma de cultura política, do

[481] TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 7 fev. 1895, Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] PRETO, João. 2 folhas, sem local especificado. Ordem de Joca Tavares ao chefe de polícia, capitão João Preto, para que este coibisse o vandalismo e perseguisse os baderneiros.

século XIX, em que as Guardas Nacionais, na América Latina, podem ser pensadas, em que a territorialidade e os parentescos seriam capazes de propiciar maiores solidariedades entre os grupos envolvidos.

Neste caso em estudo, tratava-se, muitas vezes, de pessoas de posses, de modo que muitos não dependiam, economicamente, dos irmãos Silva Tavares. Existiam outros elementos e interesses que estariam em jogo, como, por exemplo, a própria estrutura clientelística que garantia a distribuição de favores e benesses em forma de nomeações para cargos da burocracia.

Evidentemente, que pelo fato de o Rio Grande do Sul integrar um espaço platino e muitas das lideranças federalistas, a exemplo do general Joca Tavares e sua família, serem indivíduos que viveram e possuíram suas trajetórias associadas à zona de fronteira e, por isso, conheciam as formas de fazer a guerra, neste espaço fronteiriço, desde a Revolução Farroupilha, atuariam como homens deste espaço.

Essa política regional de alianças dos caudilhos está evidenciada nos estudos de César Guazzelli (2013), quando os farroupilhas com menos recursos, com forte apoio regional, com uma intrincada política de alianças, no Prata, mobilizando suas redes, conseguiram manter um conflito, por dez anos, contra um inimigo mais poderoso. Do mesmo modo, os federalistas atuaram e empregaram uma forma de fazer a guerra muito semelhante, que revela muitas similitudes com as lógicas das *montoneras*[482], marcada por um *ethos* hispânico presente tanto no universo de referências culturais e sociais das lideranças federalistas, que conferiu identidade a este conflito, quanto na forma de conduzir a revolução.

Nesse sentido, é preciso retomar um pouco mais do que havíamos apresentado em nossa dissertação, acerca da atuação dos caudilhos, entendendo as formas como eles atuavam, e assim, compreender a ação dos federalistas durante o conflito. Valentina Ayrolo (2012) assevera que estes personagens eram conhecidos por serem especialistas em redes, chefes militares de grande carisma com apoio popular e ligados por fortes laços de lealdade com seus subordinados.

John Chasteen (2003), por sua vez, destaca a presença do carisma e do prestígio que contavam os chefes federalistas para legitimar sua autoridade e reunir homens, termo usado no período para designar o ato de 382orre-los às armas. A importância de os caudilhos possuírem tais qualidades está presente na carta enviada pelo almirante Saldanha da Gama, da estância de

[482] Sobre Montoneras ver: RABINOVICH, Alejandro; MCEVOY, Carmen (Editores). *Tiempo de guerra*: Estado, nación y conflicto armado en el Perú, siglos XVII-XIX. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2018.
FRADKIN Raúl. *La historia de una montonera*: bandoleirismo y caudillismo em Buenos Aires, 1826. 1ª Edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006. AYROLO, V.; MÍGUEZ, E. Reconstruction of the Socio-Political Order after Independence in Latin America. A Reconsideration of Caudillo Politics in the River Plate. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina*, v. 49, n. 1, p. 1-16.

Galvão Machado, em Minas de Corrales, no departamento de Rivera, com data de 19 de janeiro de 1895, ao general Tavares, na qual afirma: "[...] A substituição de um chefe prestigioso é sempre difícil mesmo em forças regulares; quanto mais em forças revolucionárias, cuja base de organização está precisamente na influência e prestígio pessoal dos chefes! [...]"[483].

Por outro lado, também vem ao encontro do que afirma Túlio Halperin Donghi, ao afirmar que os caudilhos eram indivíduos que possuíam grande influência em suas localidades e, "utilizando suas redes de relações pessoais, trataram de erguer um sistema de alianças como base de uma ordem política estável" (1965, p. 33). A atuação destes caudilhos também se relaciona à existência de um sistema que tinha por base a lealdade pessoal. Assim, criava inúmeras maneiras de dependência entre patrão e clientes, numa troca mútua, tanto com setores subalternos quanto com indivíduos economicamente superiores a ele, transformando-o em cliente e direcionando-o em prol de seus objetivos (SAFFORD, 1991, p. 63). Por fim, Carlos Real de Azúa irá destacar que sem o exercício distributivo, "o prestígio dos caudilhos não alcançaria grandes proporções" (AZÚA, 1969, p. 124).

Dentre as formas de organização militar do século XIX, Ana Frega (2015) afirma que o clientelismo pode ser entendido como parte de práticas políticas e trocas de favores com seus subordinados e amigos. Para a autora, esta prática envolvia saber reunir e armar homens, mantê-los coesos e garantir apoio a sua causa, principalmente para fazer a guerra fora da esfera do Estado. Envolveria, ainda, o que a autora define como uma "relação contratual". Era uma forma de fazer a guerra muito empregada, no período, em diversas partes da América do Sul, e um conhecimento que os caudilhos e *383orrentinh*, na América hispânica, dominavam perfeitamente (DE LA FUENTE, 2014; RABINOVICH; 2018).

Raul Fradkin (2006, p. 18) destaca que os caudilhos eram grandes conhecedores do terreno em que atuavam, o que lhes permitia reunir homens com certa agilidade. Neste processo de reunir homens, de acordo com o autor, que também seria uma forma de atuação política, acudiam suas redes de parentes, amigos e vizinhos, reuniam grupos socialmente heterogêneos, unidos em torno de motivações de cunho pessoal ou mesmo afetivos, o que lhes conferia um sentimento de comunidade em torno de algo pelo que lutavam. O autor defende, ainda, em seu estudo acerca da organização e da composição das *montoneras*, pelo qual derruba a ideia de que seus membros seriam cooptados, que a mobilização dessas forças envolviam objetivos.

[483] GAMA, Luis Felipe Saldanha. [Carta] 19 jan. 1895, Corrales, Departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 4 folhas. Documento em que fala sobre a organização das forças revolucionárias serem pautadas na influência e prestígio pessoal dos chefes.

Ressalta, igualmente, a importância que os laços indenitários e sociais comuns teriam na organização desses homens em armas.

Para o caso da Revolução Federalista, importante destacar o fato de Joca Tavares e outros líderes federalistas terem participado de diversos conflitos, ao longo do século XIX, nos quais teriam construído sua experiência em arregimentar homens de forma semelhante às utilizadas para reunir homens para as *montoneras*. Isso lhes conferiu atributos militares que explicariam parte de suas escolhas estratégicas e a forma de conduzir as forças federalistas, em uma guerra à gaúcha[484], durante o período da Revolução Federalista, assim como seu prestígio entre os líderes federalistas e o quão fundamentais foram esses atributos para sua escolha como comandante-em-chefe do Exército Libertador, durante o conflito (ANDRADE, 2017).

Destaca Raul Fradkin (2010), em *Las formas de hacer la guerra em el litoral riolatense*, que desde o final do século XVIII até o começo do XIX, as populações rurais eram fundamentais durante os conflitos. Tratava-se de um contexto de predomínio de populações rurais, de vencer longas distâncias, associado à debilidade de sum serviço logístico, em que as estâncias ocupavam um lugar de destaque na forma de se fazer e pensar a guerra. Isso se devia, de acordo com o autor, pela necessidade de movimentar e alimentar contingentes de homens, gado bovino e suprir as forças com cavalos, colocando os estancieiros em uma posição central no apoio logístico.

Nesse sentido, em uma **guerra de recursos**, ou de guerrilha, conforme assevera Raul Fradkin (2010), existiria uma disparidade de poder entre as forças em conflito, em que um dos lados, não possuindo recursos financeiros e de materiais para fazer frente ao oponente – como foi o caso dos federalistas – e estando em desvantagem de forças e meios contra os inimigos mais poderosos e melhor equipados, optavam por movimentos defensivos.

O uso dessa estratégia típica de uma guerra de recursos fica evidente no diário do Dr. Francisco Tavares (2004ª), ao referir-se sobre uma notícia veiculada no jornal *El Deber Civico*, de Montevidéu. A notícia, na realidade, consistia na reprodução de uma coluna do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, em 1 de fevereiro de 1892, mais precisamente de uma entrevista ocorrida entre Anfrísio Fialho e o general Tavares. Nessa entrevista, Joca Tavares afirmava que havia aconselhado o almirante Saldanha da Gama a evitar combates decisivos e só brigar para derrotar o inimigo (TAVARES, 2004ª, p. 193).

[484] Uma guerra caracterizada por movimentos rápidos, geralmente a cavalo, conduzida por indivíduos que eram exímios conhecedores do terreno onde atuavam, em que forças em menor número enfrentam forças mais numerosas e mais bem organizadas, no entanto, evitando oferecer combate direto, procurando extenuar o moral, os recursos do inimigo ou sabotar seus recursos estratégicos.

Ainda nesse sentido, oferecendo maiores detalhes sobre essa forma de lutar dos federalistas, Pedro Nunes da Silva Tavares, filho de Joca, em entrevista concedida ao jornal carioca *O Paiz* [sic], em 27 de março de 1919, sob o título de "A verdade sobre a terminação do levante federalista em 1895", assim declarou:

> [...] O exército federalista, em 1894, não estava resumido em guerrilhas, passando a fronteira uruguaia! Ora, o revolucionário só briga, só aceita combate quando lhe convém, isto é, com grande probabilidade de êxito. Naturalmente quando vinham sobre nós forças governistas, em maior número, com maiores elementos, sobre a fronteira não nos convindo "arriscar" combate, nos dividíamos em grupos durante a noite, com ponto certo de incorporação. Algum dos grupos maior, ou menor, para mais facilidade, passava a fronteira aqui para repassar acolá. Isso são recursos de guerra interna que as próprias forças governistas executaram mais de uma vez [...][485].

A entrevista concedida a Pedro Tavares, parte reproduzida acima, põe em evidência a questão estratégica da fronteira, uma vez que para os federalistas sua base de apoio estava próxima à fronteira. Nesse local, foi onde ocorreu a maior parte dos combates, devido, principalmente, ao fato de que em sua base de apoio estavam os estanceiros da campanha sul-rio-grandense, do norte do Uruguai e do litoral argentino.

Esse elemento pode ser observado na carta trocada entre Gaspar Silveira Martins e Joca Tavares, declarando que se conservaria acampado em local próximo à fronteira, tendo em vista que isso facilitaria o recebimento de armas e munições (TAVARES, 2004b, p. 31). Tais elementos vêm ao encontro do que afirma Raul Fradkin (2010), pois, neste tipo de conflito, as forças em combate não poderiam se afastar de suas retaguardas, de uma zona onde não só se abasteceriam, no caso dos federalistas, a fronteira e as estâncias, como também se reorganizariam e receberiam suprimentos.

As reflexões de Fradkin (2010) sobre essa forma de fazer a guerra e as informações apresentadas na entrevista de Pedro Tavares, permitem-nos asseverar que esta lógica também se aplicava às forças governistas durante a federalista, pois suas incursões geralmente não ficavam longe das cidades de onde realizavam as investidas contra os federalistas, ou seja, longe das cidades que eram suas bases de apoio de suprimentos, já que poderiam ser interrompidas ou ser tomadas pelos federalistas, situação em que poderiam cobrar imposto de guerra sobre suas populações para obter recursos (ANDRADE, 2017, p. 141).

---

[485] Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro. 27 de março de 1919, p. 1. Entrevista realizada com Pedro Nunes da Silva Tavares.

Ao encontro da necessidade dos estancieiros e de suas propriedades para suprir as forças federalistas, estão as informações na carta enviada por Francisco Garycochea ao federalista bajeense Martins Bidart Filho:

> Arroio Mallo, 12 de novembro de 1891 Amigo e Sr. Martin Bidart Filho, Bagé De posse de sua carta de 2 que cumpre-nos contestar-lhe. Compre-nos levar ao seu conhecimento que **as forças que andaram reunidas aqui levantaram toda a peonada** da estância da Lomba a exceção do Isidro e o irmão dele, **também levaram da estância vinte e um cavalos e carnearam uma vaca**. Os cavalos prometeram-nos devolver outra vez. **Peonada em face destas causas não se acha porque tudo levantaram em massa**. O Isidro já **está com a plantação quase pronta e tem-se ocupado presentemente em compor os aramados porque esta gente da revolta tem botado no chão alguns**. Sobre os mais tópicos de essa carta ficamos orientados [...] Francisco Garaycochea.

Essa carta, ao expressar uma queixa datada do período da Revolução de Novembro de 1891, mostrando que neste período o norte do Uruguai já estava convulsionado devido à revolução que depôs Júlio de Castilhos, chamou-nos a atenção e merece destaque, no que diz respeito à citação *"[...] levaram da estância vinte e um cavalos e carnearam uma vaca"*. Permite perceber, igualmente, o envolvimento de estancieiros e agricultores, não apenas pecuaristas, nos estragos sofridos pelas tropelias cometidas. Mostra, ainda, que muitas dessas forças que se organizavam, arregimentavam muitos peões das propriedades para suas fileiras. Os cavalos eram elementos de guerra, portanto, poderiam ser apreendidos pelos contendores de ambos os lados (MEIRA; PARDO CABEDA, 2009), entretanto, não seria vantajoso para os federalistas submeter seus apoiadores a isso, geralmente utilizavam essa prática com seus opositores.

Nesse sentido, esclarece Raul Fradkin (2010), acerca dos conflitos existentes nas províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios, que era comum essa prática de se apoderarem de gado e o confisco de cavalos, bem como permitir os saques às propriedades. Segundo esse autor, tais práticas seriam tanto uma punição aos inimigos, quanto uma estratégia para suprir suas forças, já que estas não possuíam muitos recursos para se suprirem.

A natureza desse tipo de guerra de recursos envolvia, de acordo com Fradkin (2010), a necessidade do apoio das populações da campanha. Nesse sentido, aponta para a necessidade de garantir a existência de boas relações entre os estancieiros e os pequenos proprietários próximos à sua propriedade, com outros pequenos e grandes comerciantes.

A centralidade dos vizinhos para estas populações rurais e para os momentos de conflito que marcaram boa parte do século XIX, especialmente durante o período da Revolução Federalista, torna-se evidente nas memórias do federalista Ângelo Dourado, ao relatar uma

conversa com Gumercindo Saraiva, na qual ele teria se referido contrariamente a uma separação do Rio Grande do Sul, afirmando: "[...] Você não sabe o que é um país pequeno: é o mesmo que viver no meio da campanha cercado de inimigos [...]" (DOURADO, 1992, p. 13). O que para nós é fulcral na narrativa de Gumercindo é que para pensar o país, faz uma comparação entre a estância e a importância de se ter boas relações com os vizinhos, manifestando uma lógica que permite compreender a relevância de se ter alianças familiares com os vizinhos de campo, tarefa que os Silva Tavares fizeram muito bem com os seus, criando importante rede de relações.

Entrementes, pensar o caso dos federalistas através das relações dos Silva Tavares, permite-nos entender que manter boas relações envolvia manter a ordem, uma ordem que garantiria apoio, portanto, uma preocupação entre as forças federalistas. Tal condição pode ser percebida no fato de ter o general Tavares organizado uma força policial com essa finalidade, em suas forças, para evitar excessos (ANDRADE, 2017). O general havia se mostrado pouco condescendente com os saques de propriedades e práticas reprováveis dentro das forças federalistas, chegando, inclusive, a ser repreendido por Gaspar Silveira Martins, devido à severidade adotada (ANDRADE, 2017).

Outra característica da guerra de recursos, apresentada por Raul Fradkin (2010, p. 205), diz respeito ao fato de que as populações das zonas afetadas, geralmente emigravam para os países vizinhos, geralmente territórios neutros, a partir dos quis poderiam organizar uma resistência para enfrentar seus adversários. Essa prática de emigrar para organizar uma reação armada ocorreu durante boa parte do século XIX, como, por exemplo, com as forças de José Gervásio Artigas, no chamado êxodo oriental, mas, igualmente, foi algo comum nos conflitos em Corrientes e Entre Rios. Esse fenômeno revela uma forma de combate tipicamente fronteiriça e sobrevive ao largo do século XIX, sendo praticada durante a Revolução Federalista, entre castilhistas e federalistas no Rio Grande do Sul.

No que tange ao grupo dos Silva Tavares, o apoio das redes de proprietários rurais próximos às suas propriedades, comerciantes e charqueadores que ajudaram a mobilizar um espaço regional não se trataria de cooptação, no sentido de uma relação desigual de poder e que desconsiderasse a capacidade de negociação e escolha dos indivíduos.

Ao contrário, os exemplos evidenciam a forte presença dos estancieiros, mas também a de pequenos e médios proprietários e de outros profissionais liberais com quem estabeleceram vínculos. Este grupo também compartilhava uma atuação política comum em suas localidades,

desde o período monárquico, sobrevivendo à troca de regime (FRANCO, 2019). Durante a República, ou mesmo após Júlio de Castilhos ter voltado definitivamente ao poder, em 1892, eram indivíduos que também tinham interesses econômicos derivados das atividades pecuaristas e charqueadoras.

Uma chave para entender os recursos utilizados para mobilizar seus grupos pode ser percebida com base na carta enviada pelo general Tavares ao coronel Mateus Collares, em janeiro de 1895, na qual afirmava: "Depois da causa defendida, liquidar-se-ão as contas, eu passarei tudo a limpo e cada macaco ficará em seu galhinho" (ANDRADE, 2017, p. 107).

Essa declaração permite pensar que não aderiam tão "espontaneamente" às forças federalistas, ou seja, havia outros fatores que os mobilizavam e os levavam a compor as fileiras do Exército Libertador. Isso envolvia uma lógica clientelística de barganhas políticas, incluindo troca de favores, nomeação para cargos e recebimento de benefícios econômicos, bem como repartir o poder com esses personagens, caso a Revolução fosse vencedora. Dessa forma, poderiam, novamente, regressar aos cargos do poder local que ocupavam, antes do conflito, principalmente pelo fato de que as reivindicações abrangendo o poder local estavam presentes nas reivindicações do Partido Federalista (FRANCO, 2007).

Pelo que pudemos identificar, até o momento, corroborando o que afirmou Jonas Vargas (2013), estancieiros e charqueadores pertenciam, muitas vezes, à mesma família. O caso da família Silva Tavares, por exemplo, em que o general Joca Tavares ou Joaquim da Silva Tavares era ambos charqueadores de profissão e pecuaristas, caracteriza bem essa questão. Os vínculos entre eles, como os casos das famílias Gomes de Mello, Antunes Maciel, Assumpção e Arruda exemplificam bem as relações e a existência dos vínculos que estavam em jogo, durante o conflito, e que procuraremos apresentar a seguir.

6.2 CHARQUEADORES

A produção pecuária nessa região revolucionária esteve vinculada à atividade charqueadora, desde o final do século XVIII. Conforme apresentamos, anteriormente, as famílias que povoaram essa zona, como a dos Silva Tavares e a dos líderes federalistas mais próximos a estes, durante o conflito, eram famílias de antigos povoadores que haviam se estabelecido, neste espaço fronteiriço, que abrangia norte, nordeste, litoral uruguaio e campanha sul-rio-grandense, até a primeira metade do século XIX.

Quando não pertenciam a uma família de charqueadores, acabavam estabelecendo laços com as famílias charqueadoras de Pelotas, através de suas estratégias sociais. Nestas famílias

charqueadoras, conforme já apontado por Jonas Vargas (2013), existiam níveis distintos de riqueza e, também, um seleto grupo que era detentor das maiores fortunas, dentre os quais estava o de Joaquim da Silva Tavares, que possuía propriedades rurais na fronteira, estabelecendo um eixo entre a produção e o beneficiamento do charque.

O período da Revolução Federalista, ainda que com características produtivas distintas das do final do século XIX, a transição do trabalho de escravizados para o livre e as modernizações no setor produtivo do charque marcaram a dispersão das charqueadas, outrora concentradas apenas em Pelotas, para outros municípios do interior do Rio Grande do Sul.

O movimento de desenvolvimento das charqueadas, em Bagé[486], pode ser entendido como parte de um contexto posterior a 1880, pois de acordo com Marcelo Henrique Dias (1996), a partir desse período, a expansão das charqueadas pelo interior do Rio Grande do Sul, especialmente nas zonas de fronteira, foram beneficiadas pela possibilidade de escoar suas produções por via ferroviária, para o porto de Montevidéu, ou para o porto de Rio Grande, como também poderiam 389orrent-lo, por via fluvial, através do rio Uruguai.

Acerca dos avanços tecnológicos do período, de acordo com Fernanda Soares (2006), as charqueadas foram, principalmente, favorecidas pela utilização de máquinas para o beneficiamento do charque. Ainda, segundo a autora, esses avanços não se restringiram apenas ao setor produtivo, mas fizeram parte de um contexto mais amplo de modernizações que abrangeu outras áreas, dentre as quais estavam "a melhoria da saúde, higiene e raças dos animais utilizados para a fabricação do charque" (SOARES, 2006, p. 55).

Nesse novo contexto, já em período republicano do estabelecimento de charqueadas, pelo interior, Fernanda Codevilla Soares (2006) destacou a criação, em Bagé, da Companhia Industrial Bajeense (1891) e da Charqueada do Cotovelo (1894)[487], em pleno contexto de crise. Ressalta, a autora, que além do fato de ambas as charqueadas terem se utilizado de mão de obra assalariada, a última delas foi criada em plena Revolução Federalista.

Neste contexto, ainda, tanto pecuaristas quanto charqueadores estabelecidos na fronteira foram prejudicados pelas novas políticas fiscais em relação a fronteira implementadas tanto pelo PRR quanto pelo governo federal, nos primeiros anos da República.

---

[486]Acerca desta temática, citamos estudos recentes que vêm sendo desenvolvidos por Adriana Gonçalves Ferreira, no Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, acerca da charqueada de Santa Thereza, em Bagé.

[487] Sobre as charqueadas de Bagé ver: BOUCINHA, 1993; SOARES, 2006.

Nesse sentido, o governo castilhista substituía o imposto que taxava as exportações por outro sobre a grande propriedade rural. Dessa forma, ao passo que também buscava desenvolver uma indústria interna, feria duplamente os interesses dos setores agropastoris. De acordo com Luís Roberto Targa (2007), este imposto fazia parte do que se acreditava uma modernização do setor fiscal e produtivo, no Rio Grande do Sul, uma vez que tais modernizações significariam o fim dos privilégios alfandegários e das vistas grossas ao contrabando. Assim, impondo maior controle sobre a fronteira, protegeriam os comerciantes do litoral.

Afetaria os interesses de pecuaristas e charqueadores da metade sul do Rio Grande do Sul, que possuíam propriedades dos dois lados da fronteira, beneficiados pela condição fronteiriça e pela passagem de gado em pé de um lado a outro, em busca de pastagens para invernada ou para abastecer as charqueadas, atingia-os, primeiro, uma taxa sobre a propriedade, e, segundo, por ir de encontro aos interesses de uma pecuária de exportação (SOUZA, 2017).

Essa política alfandegária e fiscal implementada pelo PRR, juntamente com a deposição dos cargos políticos das antigas lideranças conservadoras e liberais por elementos castilhistas, teria conduzido boa parte das lideranças depostas e, portanto, prejudicadas econômica, política e socialmente, para as fileiras oposicionistas castilhistas e cassalistas.

Ao encontro da crise gerada por esses impostos, segundo John Chasteen (1991) ao realizar um estudo sobre a posse da terra, no Rio Grande do Sul, entre 1801 a 1893, estava a existência de uma crise econômica e social vivida pela campanha sul-rio-grandense. De acordo com o autor, dentre as famílias afetadas estavam os Silva Tavares, e um dos fatores era constante diminuição da área das propriedades rurais, devido ao crescimento das famílias, o que, forçosamente, levava à subdivisão dos campos a cada geração, estes com dimensões muito inferiores, se comparados ao começo do século XIX (CHASTEEN, 1991). Tal situação reduzira, consideravelmente, a área produtiva e os lucros desses estancieiros que, no começo da década de 1890, ainda não haviam empreendido modernizações pecuárias que já haviam sido aplicadas no Uruguai e na Argentina, o que só veio ocorrer, nessa área, após o término do conflito.

Essa mesma crise afetara o norte do Uruguai, desde a segunda metade do século XIX, segundo Ana Luiza Reckziegel (2007), motivada pelo processo de modernização que envolveu o começo do cercamento dos campos, o melhoramento das técnicas produtivas, a utilização de bretes e a implementação de estradas de ferro ligando a fronteira norte com Montevidéu.

Por outro lado, no começo da década de 1890, o Uruguai se defrontara com uma crise que também teria atingido os estancieiros rio-grandenses, proprietários de terras naquele país. Afirmam José Pedro Barrán e Benjamin Nahum (1971) que a crise para o setor produtivo era

decorrente da queda do valor do couro e da graxa no mercado internacional, somados ao aumento do valor da terra e dos dispendiosos recursos gastos nas estâncias. Tal modernização ocasionara uma superprodução de gado, no final da década de 1880, diminuindo o número de hectare para cada cabeça de gado, enquanto aumentava a concorrência da produção argentina. Além do mais, a crise do setor produtivo foi agravada por um contexto de crise no mercado internacional, o que ocasionou uma redução na quantidade e no preço do produto (BARRÁN; NAHUM, 1971).

Junto a esses elementos, segundo Benjamin Nahum (2011), estavam os fatores climáticos, especialmente um período de muitas chuvas entre 1888 a 1889, e antagonicamente, uma seca ocorrida entre os anos 1890 a 1893, contextos que reduziram consideravelmente os plantéis, chegando à situação oposta, uma escassez para dar conta do mercado brasileiro e uma sobrevalorização do valor do charque.

O jornal *La Razón*, de Montevidéu, publica uma notícia que a seca retardara a engorda do gado devido aos campos estarem secos. Relata, também, que a escassez de gado para abastecer as charqueadas de Entre Rios, Rio Grande do Sul, Buenos Aires e Uruguai aumentava a demanda no mercado brasileiro, resultando no aumento do preço do produto[488]. Ao final da seca, seguiu-se um período de muita chuva, rios transbordando, e rigoroso inverno[489], no Rio Grande do Sul (TAVARES, 2004ª).

Afirmam José Pedro Barrán e Benjamin Nahum (1971; 2011) que a crise teria terminado, em 1895, com a melhora da economia mundial. No entanto, antes, apontam a Revolução Federalista como importante fator externo que começava a amenizar a crise no Uruguai. Asseveram que o conflito teria diminuído, em parte, a concorrência das charqueadas do Rio Grande do Sul, com exceção apenas das charqueadas fronteiriças que eram abastecidas com gado uruguaio, contexto que permite que insiramos a Companhia Industrial Bajeense e a Charqueada do Cotovelo, em Bagé.

Ao consultarmos os nomes dos envolvidos na fundação dessas charqueadas bajeenses, identificamos que parte de seus membros possuíam vínculos com os federalistas e os apoiavam, durante a revolução. Estavam elencados estancieiros e charqueadores, comerciantes[490] e

[488] Jornal *La Razón*, Montevidéu, 17 mar. 1893. Notícia sobre a escassez de gado e a seca.
[489] Jornal *La Razón*, Montevidéu, 13 mai. 1893. Notícia de um rigoroso inverno no Rio Grande do Sul.
[490] Segundo Cláudio Boucinha (1993), dentre os comerciantes que fundaram a Companhia Industrial Bajeense, estavam Antônio Torrescasana, espanhol, abastado pecuarista; José Morales; Emílio Abascal, que vendia ferragens, secos, molhados e tecidos; Augustin Fernandez, uruguaio; possuía contatos em Rivera, no departamento

profissionais liberais (BOUCINHA, 1993), envolvidos no mundo da pecuária, muitos dos quais, vinculados por teias de parentesco ou amizade aos Silva Tavares e a outras lideranças federalistas, estiveram ativamente participando dos esforços dos revolucionários.

Dentre os comerciantes que compunham a Companhia Industrial, citamos o exemplo de Antônio Torrescasana, um espanhol residente em Bagé, cujos vínculos de amizade com Zeca Tavares, por serem sócios da charqueada, não estariam restritos a este membro da família Silva Tavares. Esta relação pode ter se estendido a outros membros da família, dentre eles o Dr. Francisco Tavares, em cujo inventário *post mortem,* identificamos o nome de Antônio & Cia, dentre seus credores, a informação dos produtos comprados no estabelecimento comercial de Antônio, que possuía um comércio situado na Avenida 7 de Setembro, área nobre de Bagé, no qual vendia fazendas, molhados, louças, forragens[491].

A composição da primeira diretoria dessa charqueada, descrita por Boucinha (1993), oferece indícios dessas relações entre os membros e os interesses da família Silva Tavares, a começar pela presidência, composta por Cândido Dias de Borba e por José Bonifácio da Silva Tavares, seu suplente, dentre outros personagens, como, o Dr. Tertuliano Machado e Carlos Laudares, no conselho fiscal.

Outro aspecto que vem ao encontro dessas relações, diz respeito ao local de fundação da Companhia Industrial Bajeense, fundada em 1891, que estaria estabelecida nos campos do Manoel Soares da Silva (BOUCINHA, 1993), o que serve de indício das teias de relações que aproximavam as famílias de estancieiros e charqueadores aos federalistas, especialmente aos Silva Tavares.

Manoel Soares da Silva Neto, um rico estancieiro residente em Pelotas, e com propriedades no Uruguai e em Bagé, major da Guarda Nacional (REIS, 1911, 1989; BOUCINHA, 1993), irmão de Ismael Soares da Silva Filho[492], casado com Maria Clara Gomes de Melo, irmã da esposa de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, possuía quatro quadras quadradas de campo, em Bagé[493], na localidade de Quebracho, vendidas, mais tarde, conforme Boucinha (1993), para a construção da charqueada. No Uruguai[494], na localidade de

---

de Canelones, e estabelecimento comercial, em Bagé. Outro profissional liberal foi Serafim dos Santos Souza, teria sido estancieiro e proprietário de uma farmácia em Bagé.

[491] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventário Post Mortem de Francisco da Silva Tavares, n. 315, n. 8, e.142, Bagé, 1902.

[492] Brasil Casamentos, 1730-1955", database, *FamilySearch* (https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNP8-D1H : 31 January 2020), Ismael Suares Da Silva, 1853. FamilySearch. Brasil Casamentos, 1730-1955. Ismael Soares Da Silva, 1853. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNP8-D1H Acesso em: 31/01/2020.

[493] Carlos Roberto Martins Brasil: sesmarias em São Sebastião de Bagé. Primórdios e povoamento. Porto Alegre: Editora Renascença, 2009.

[494] Destaca Cláudio Boucinha (1993) que Ismael Soares da Silva, pai de Manoel e de Ismael Filho, era estanceiro no Uruguai e também havia herdado de seu sogro, o bajeense Antônio Medeiros da Costa, uma outra estância no

Capilla Vieja, departamento de Paysandú[495], possuía importante localidade onde os federalistas obtiveram apoio durante a revolução.

O envolvimento dessa família e os motivos que levaram muitos destes abastados homens, com influentes relações a seguir a causa federalista, também podem ser observados na matéria publicada sob o nome *Interview com o General Silva Tavares em Carpinteria*, no jornal carioca *Cidade do Rio,* em 5 de abril de 1893. A matéria consistia em uma entrevista realizada pelo correspondente do jornal, em Montevidéu, com um oficial uruguaio que conhecia o general Tavares e sua família, e encontrara-se com ele, na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, no local denominado Carpintaria. O correspondente narra todos os relatos do encontro entre o oficial e Joca, com uma riqueza de detalhes, afirmando que foi recebido por um piquete comandado por 20 homens. A seguir, descreve sua conversa com o alferes Raul Soares, oficial das forças de Joca, que o recebeu enquanto aguardava a chegada do general, que assim teria afirmado:

> [...] Que aquela revolução tinha de triunfar, porque era uma causa santa e que Deus estava com eles. Que ele havia de derramar sua última gota de sangue pela causa revolucionária porque tinha perdido na luta tudo o que possuía. Que sua fazenda, situada a poucas léguas de Dom Pedrito estava em ruínas; a casa queimada, o gado, as ovelhas, cavalos e até a eguada, tudo tinha sido roubado. Que sua esposa e dois filhinhos a grande custo tinham-se escapado das forças de [Manoel] Pedroso, e estavam emigrados no departamento de Salto, em casa de um tio [...] na ocasião da despedida, ao apertar a mão do alferes, disse-lhe que teria gosto de saber o nome de um oficial tão brioso. Respondeu-me dizendo: chamo-me Raul Soares, e sou descendente do grande revolucionário coronel Ismael Soares! [...][496].

Outro caso, diz respeito ao médico Carlos Adalberto de Campos Laudares, que, segundo Cláudio Boucinha (1993), foi incorporador da Companhia Industrial Bajeense. Este era médico de profissão, residia em Bagé em 1887, indo residir, posteriormente, em Rio Grande. Atendia, em seu consultório em rua bem localizada no centro da cidade e, diversas vezes, dirigiu-se a sua propriedade em Taquarembó[497], em alguma das diligências que saíam da cidade, três vezes por mês, em direção a este departamento uruguaio[498].

Uruguai, denominada Caraguatá. Aponta ainda o autor, que Antônio Medeiros da Costa, pai de Joaquina Castorina de Medeiros, casada com o então capitão Emílio Luis Mallet, que, posteriormente obteve fama na Guerra do Paraguai, tornando-se patrono da artilharia do Exército Brasileiro, o qual havia herdado do sogro uma estância em Bagé.

[495] AGN, Archivo General de la Nación, Libro de Achivos de Marcas de Ganado, Manoel Soares da Silva. Policia de Montevideo, Libro 1089, 1858, p. 78.

[496] Jornal *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro. 5 abr. 1893, p. 1. Entrevista com o General Silva Tavares na Carpintaria.

[497] Jornal *União Liberal*, Bagé, 1888, p. 2. Notícia sobre a ida do Dr. Carlos Laudares a Taquarembó.

[498] Jornal *União Liberal*, Bagé. 1 out. 1887, p. 3. Anúncio sobre a saída de diligências de Bagé para Taquarembó, Uruguai.

Durante o período que residiu em Bagé, teria conseguido estabelecer importantes redes de relações com personagens dessa sociedade, construindo uma imagem de benemerência ao atender pessoas pobres gratuitamente[499]. Ser caridoso, nesse contexto, era um ato simbólico, uma prática parte de uma lógica clientelística que envolvia obrigações morais de dar e ser grato, mas também representava "importante investimento de poder, de consolidação de certas posições sociais, seja uma estratégia de diferenciação social" (RÊGO, 2008, p. 74).

As relações entre esse personagem e os Silva Tavares ficam evidentes no período da Revolução, já que seu nome é referido diversas vezes nas correspondências do Dr. Francisco Tavares, chegando a trocar correspondências com ele e com Joca Tavares[500]. Em 1890, realiza um manifesto acompanhando a Zeca Tavares, publicado no jornal *A Federação*, conhecido como o *Meeting de Bagé*, no qual ambos acusam o governo provisório de João de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, de haverem adiado as eleições e de terem se desvirtuado da Revolução de Novembro, concitando o povo a dirigir suas reclamações ao governo federal, a não pagar os impostos ao governo estadual em protesto[501].

Ainda, em 1892, durante a fundação do Partido Federalista, foi possível identificar o nome do Dr. Carlos Laudares, dentre os próceres presentes. Seu envolvimento com a causa federalista foi bastante intenso e constante. Havia partido para Montevidéu a fim de compor uma comissão central de socorros, tendo lá recebido o posto de major do Exército Libertador. Foi médico de campanha e cirurgião chefe da Cruz Vermelha[502].

Procurou, Laudares, desde o começo do conflito, prestar seus serviços aos revolucionários. Assim, ofereceu recursos tais como, ambulâncias de campanha; enviou médicos da Cruz Vermelha para auxiliar outros médicos que acompanhavam as forças federalistas (TAVARES, 2004ª). Nesses esforços estavam outros médicos residentes em Bagé, tais como o baiano Dr. Ângelo Dourado[503] e Dr. Nicanor de Azevedo Peña[504], formado no Rio de Janeiro, genro do Dr. Francisco Tavares e membro do estado maior federalista.

Existem também evidências das relações entre o Dr. Carlos Laudares e Antônio Ribeiro de Magalhães. Além de sócios da Companhia Industrial, ambos mantiveram comunicação

[499] Jornal *União Liberal*, Bagé, 28 abr. 1888, p. 4. Anúncio do consultório do Dr. Carlos Laudares, em Bagé.
[500] LAUDARES, Carlos Adalberto de Campos. [Carta] 8 dez. 1894, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha, Bagé. Carta em que passa informações de assuntos da Revolução ao general Tavares.
[501] Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1892, p. 2. Notícia sobre *Meeting* de Bagé e os posicionamentos de Carlos Laudares e Zeca Tavares contra o governo provisório.
[502] Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 17 fev. 1894, p. 1 – Notícia sobre Dr. Carlos Laudares como cirurgião chefe da Cruz Vermelha e o pedido de roupas para Antônio Ribeiro de Magalhães.
[503] Sobre Ângelo Dourado ver: DOURADO, Ângelo. **Narrativa da Revolução de 1893.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
[504] Jornal *O Maragato*, Rivera, 19 mar. 1907, p. 6. Biografias de líderes federalistas.

durante o conflito, em apoio aos federalistas. O Dr. Laudares escreveu ao comandante da guarnição de Bagé, coronel Carlos Telles, solicitando que permitisse a saída de 30 peças de roupa que havia encomendado do comerciante Antônio de Magalhães, roupas que seriam enviadas para os enfermos que estavam no hospital federalista, mas a saída de tais suprimentos foi negada por Telles[505]. Isso demonstra que o apoio para suprir as forças federalistas não era gratuito, mas atendia a interesses de ambos os lados. Oferecia, ainda, um olhar da participação dos comerciantes que lucraram com a guerra civil, conforme citamos anteriormente.

Além de pertencer à diretoria da Companhia Industrial, as fontes apontam para as relações, no âmbito comercial, durante o conflito, entre Antônio Ribeiro de Magalhães, oferecendo um olhar sobre os comerciantes que lucraram com o conflito, conforme apresentamos anteriormente.

Outro personagem que formou a Companhia Industrial, Belisário Sarmento, também é referido nas correspondências dos Silva Tavares. Algumas das informações que conseguimos acerca deste personagem foram apresentadas por Boucinha (1993) e por Yara Maria Vieira e Carlos Fonttes (2005), autores locais acerca da história das estâncias de Bagé. A partir destas obras, sabemos que Belisário era natural de Pelotas e que havia partido para Bagé – cidade onde se tornou estancieiro, envolvendo-se também em atividades comerciais e charqueadoras –, onde se casou com Ignez Martins Alves, prima de Gaspar Silveira Martins, ocasião em que adquiriu as estâncias Santa Inês e El Ombú, no departamento de Rivera, Uruguai (FONTTES; VIEIRA, 2005).

Suas propriedades podem ter sido utilizadas como pontos de apoio para os federalistas, pois, de acordo com Vieira e Fonttes (2005), a estância de Belisário Sarmento, em Bagé, havia servido como depósito de munição para as forças federalistas, durante a Revolução. Ao encontro desta hipótese, citamos uma carta enviada por Gumercindo Saraiva ao general Tavares, em 19 de março de 1893, cuja localidade descrita aparece como sendo a estância de Belisário Sarmento, próxima ao arroio Piraizinho, local onde Gumercindo estaria acampado[506].

Outro membro da charqueada apontada por Boucinha (1993), era Tertuliano Ambrosino da Silva Machado, também federalistas. A partir da *Ata da Dissolução das Tropas de Ba*gé**,** lavrada em 4 de julho de 1892, em Bagé, após a intervenção das forças do Exército ao lado de

[505] Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 17 fev. 1894, p. 1 – Notícia sobre Dr. Carlos Laudares como cirurgião chefe da Cruz Vermelha e o pedido de roupas para Antônio Ribeiro de Magalhães.
[506] SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 19 mar. 1893, Bagé [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta enviada da propriedade de Belisário Sarmento na qual informa que justiçou desertores mandando-os passar pelas armas.

Castilhos, foi possível identificar, dentre os federalistas que deliberaram pela rendição, o nome do Dr. Tertuliano Machado (VILLABA, 2017)

De acordo com Jorge Reis (1911), esse personagem havia sido juiz municipal, em Bagé, entre 1860 a 1868, passando posteriormente a dedicar-se à advocacia. Entrementes, acreditamos que também se dedicava à atividade pecuarista, principalmente por estar envolvido na fundação da Companhia Industrial Bajeense, e pelo fato de que também possuía uma estância, conforme indica a carta enviada por Aparício Saraiva, em 7 de abril de 1895, afirmando ter homens seus e de José Maria Guerreiro Victória, espalhados desde essa propriedade até a dos Brum, esperando remonta.[507] Esta mesma estância situava-se próximo à fronteira com o Uruguai e havia hospedado Joca Tavares, no começo de março de 1894, na qual permaneceu por um período para se recuperar de uma enfermidade (TAVARES, 2004b).

Um outro membro da diretoria da charqueada era Cândido Dias de Borba, descendente de açorianos que vieram para o sul do Brasil, cerca de 1750, uma família que fizera o trajeto Triunfo – Canguçu e, posteriormente, dirigiu-se para Bagé, onde Cândido nasceu e se estabeleceu (FONTTES; VIEIRA, 2005).

Cândido formou-se em medicina, participou ativamente da vida política de Bagé, foi vereador, chegando a ser presidente da Câmara Municipal, no período 1887-1889. Recebeu, juntamente com seus irmãos, como herança de seu pai, Pedro Rodrigues de Borba, cerca de 7 léguas de campo próximo ao rio Piraí, na região denominada Santa Tecla e Cavalhada e, ainda, 4 léguas de campo no departamento uruguaio de Tacuarembó, além de uma propriedade da família próxima aos cerros de Bagé (SOUZA, 1851; FAGUNDES, 2005; BRASIL, 2009).

Acerca da presença dessa família no espaço fronteiriço, o relatório de Repartições dos Negócios Estrangeiros, de 1851, apresenta indícios de que esta família possuísse parentes com propriedades no departamento de Cerro Largo. No entanto, não foi possível identificar a real existência de vínculos familiares ou colaterais entre este ramo da família e os Borba com propriedades naquele departamento.

O envolvimento de Cândido Dias de Borba com os Silva Tavares parece ter criado relações de amizade entre eles, e os indícios o situam em um círculo restrito de confiança e decisório entre os federalistas, o que permite perceber o grau de influência e prestígio que dispunha. Durante a Revolução Federalista, em 1892, o nome do Dr. Cândido figura entre as lideranças presentes na fundação do Partido Federalista. Também foi presidente do Comitê

[507] SARAIVA, Aparício. [Carta] 7 abr. 1895, Dom Pedrito [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Relata que suas forças estão mal montadas, espalhadas pela região da estância de Tertuliano Machado e esperando remonta para os homens a pé.

reunido em Bagé, que decidiu resistir ao governo de Victorio Ribeiro Monteiro, e esteve na reunião que deliberou pela dissolução das forças (VILLALBA, 2017).

Possivelmente, esteve exilado em Cerro Largo, no Uruguai, durante o conflito, o que não significa que sua atuação tivesse diminuído. O diário e as cartas do Dr. Francisco e do general Tavares revelam que ele mobilizava sua rede de prestígio a serviço da revolução, possuía contatos em Montevidéu que se comunicavam com ele e circulavam na rede de informações federalistas (TAVARES, 2004ª).

Seu irmão, o major Pedro Rodrigues de Borba Filho, conforme citado anteriormente, também herdeiro de parte dos campos, em Bagé e Tacuarembó, casado com Armíndia Pinto Barreto, era membro do Estado Maior e da Guarda Nacional de Bagé (REIS, 1911). Em sua propriedade, em Bagé, Pedro era vizinho de campo da estância do Piraí[508], propriedade de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla. Tal proximidade teria sido também importante elemento para compreender as redes de relações e a existência de vínculos entre estes personagens, inclusive de amizade com a família Silva Tavares, como as correspondências permitem identificar.

Durante a Revolução Federalista, em 1892, o general Joca Tavares assumiu o governo do Rio Grande do Sul, em Bagé, e nomeou para Chefe de Polícia interino do Estado, seu irmão José Facundo da Silva Tavares, o qual nomeou Pedro Rodrigues de Borba para delegado de polícia da cidade[509]. As cartas do general Tavares permitem compreender sua participação na intrincada rede de relações federalistas, pela qual Pedro de Borba também possuía vínculos com outros apoiadores federalistas de Cerro Largo, mas que também se estendiam a Montevidéu. O fragmento da carta enviada por José Visa Chaubet, em 1893, a Zeca Tavares, demonstra os vínculos entre Martim Bidart Filho a outros federalistas.

Martim Bidart Filho, era comerciante em Bagé, proprietário rural e chegou à vereança, em 1884 (TABORDA, 1984). Era amigo de Zeca Tavares, conforme expressa na correspondência enviada, em 12 de novembro de 1891, na qual, além de o chamar de "amigo", afirma que entende o motivo justo pelo qual se deve contribuir por uma causa que chama de "santa". Nessa mesma carta, Martim pedia ao chefe federalista que fosse lhe pedindo recursos, que fosse tratado da mesma forma que outros colaboradores, mas que tivessem para com ele "a

[508] Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* da Amélia Gomes de Mello da Silva, Baronesa de Santa Tecla, n. 276, maço 86, estante 43, Bagé, 1907.
[509] OLIVEIRA, Lourenço da Silva. [Carta] 30 jun. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta do secretário de governo ao Zeca Tavares, comunicando que sua proposta apresentada de suprimir as subdelegacias do 1º distrito de Bagé e substituí-las por apenas 3 delegados.

precisa condescendência e atenção nisto que eu sou um dos contribuintes e contribuinte voluntário"[510].

As relações de Pedro de Borba também se estendiam a outras lideranças federalistas, como, por exemplo, a Rafael Cabeda, o qual havia se hospedado em sua casa, em 1893[511], e, possivelmente, também dispunha de relações em Paysandú, no Uruguai, pois sua filha, Rita Barreto de Borba, casou-se, em fevereiro de 1893 com Julian Brossard, natural daquele departamento uruguaio (FONTTES; VIEIRA, 2005).

> [...] O maioral Garate, é portador de uma carta para o Conselheiro Gaspar, dirigida da fronteira a ele, pelo Dr. Freitas. Nessa carta vai circunstanciadamente descritas as operações realizadas pelas forças revolucionárias, que tem sido de muito proveito a nossa patriótica causa. Além das notícias que vão em tal carta que lhe faço referência, dou-lhe mais a seguinte que terá todos os visos de verdade pois, me foi comunicada pelo **Pedro Rodrigues** vindo de Bagé ontem e confirmada hoje pelo Martin Bidart Filho, chegado hoje aqui, vindo de Pelotas [...][512].

O envolvimento da família Borba, em prover recursos para apoiar as forças federalistas, também foi no âmbito de compor comissões para auxiliar os feridos durante a revolução. Tal informação pode ser observada na carta enviada por Pedro da Fontoura Almeida para Afonso Jacintho Pereira[513], das pontas do rio Ponche Verde, localizada entre Dom Pedrito e o departamento uruguaio de Rivera, datada de 13 de março de 1895, na qual afirma que passariam os feridos das forças do general Aparício Saraiva e Guerreiro Victória, para o Uruguai.

Relata, Pedro Almeida, que foi iniciativa sua organizar uma comissão formada por amigos e vizinhos, na qual estariam Polycarpo Arosteguy, os bajeenses Pedro Cândido de Borba e Afonso Pereira, a fim de conseguir os recursos necessários para arcar com o tratamento e a dieta dos mencionados feridos[514]. Nesta comissão, a mobilização de redes familiares também pode ser percebida, principalmente por ter Oscarina, filha de Pedro da Fontoura Almeida, casado com Benjamin Jacinto Pereira, irmão de Afonso[515].

---

[510] BIDART FILHO, Martim. [Carta] 12 nov. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que afirma ser contribuinte voluntário da causa.
[511] CABEDA, Rafael. [Carta] 5 dez. 1893, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta onde passa informações sobre ações durante o cerco a Bagé, ocorridas nos arredores da cidade.
[512] CHAUBET, José Visa. [Carta] 27 ago. 1893, Cerro Largo, Uruguai. [para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha.
[513] REIS, Jorge. **Homens do passado**. Bagé: URCAMP Editora, 1989; BRASIL, Carlos Roberto Martins. **Sesmarias em São Sebastião de Bagé**: primórdios do povoamento. Porto Alegre: Renascença, 2009. Afonso era filho do coronel Antônio Jacinto Pereira, que possuía 2 léguas quadradas de campo, na costa do rio Santa Maria, em Dom Pedrito, possivelmente deixado de herança a seus filhos.
[514] ALMEIDA, Pedro da Fontoura [Carta] 13 mar. 1895, Dom Pedrito. [para] PEREIRA, Afonso Jacintho. 1 folha.
[515] Sobre Pedro da Fontoura ver: **Os Carneiro da Fontoura: na gesta dos valores ideológicos políticos e sociais do Brasil meridional.** Disponível em: http://carneirodafontoura.com/grupo-1/ Acesso em: 11 ago. 2020.

Cláudio Boucinha (1993) aponta que, mesmo durante a Revolução, o gado procedente do Uruguai continuou a ser abatido, e a charqueada não foi atacada pelos federalistas. Para o autor, o motivo era que o gado que a abastecia, provinha de estâncias dos federalistas no norte do Uruguai.

Num primeiro momento, a partir da análise dos volumes de gado abatidos nas safras de 1894, 1895, 1896, e pelo volume de charque transportado pela estrada de ferro, no período, Boucinha (1993) mostra que a quantidade de gado abatido teria sido reduzida em decorrência da imposição do imposto sobre o gado e da repressão ao contrabando, por parte do governo de Júlio de Castilhos, apenas parando durante o período do cerco a Bagé, de novembro de 1893 a janeiro de 1894.

Em um segundo momento, acreditamos haver plausibilidade, em sua afirmação, principalmente, por vir ao encontro das correspondências do general Tavares, do período da Revolução, durante a qual, organizou comissões para estabelecer a cobrança de impostos sobre o trânsito de gado em pé e sobre o contrabando através da fronteira, com o objetivo de arrecadar recursos para a manutenção das forças federalistas (ANDRADE, 2017). Estabelecer tal fiscalização sobre o transporte de gado na fronteira, por parte dos federalistas, apenas faria sentido se esse trânsito durante a revolução fosse considerável, a ponto de obterem alguma compensação.

A segunda charqueada criada em Bagé durante a Revolução Federalista, foi a Charqueada do Cotovelo, em 1894, propriedade de Antônio Ribeiro de Magalhães, conforme citamos anteriormente. Afirma Boucinha (1993) que Antônio estava incluído entre os signatários do estatuto da Companhia Industrial e que teria sido acionista da empresa. Entrementes, a fundação de sua charqueada[516] não teria relação com a primeira, até que posteriormente a adquire, em 1907.

Esse negócio, durante a revolução, pode ter sido muito lucrativo, de acordo com Benjamin Nahum e José Pedro Barrán (1971). Sabe-se que os pecuaristas federalistas haviam levado seu gado para o Uruguai e, conforme procuramos demonstrar anteriormente, lógica semelhante teria sido aplicada também para a Argentina, no sentido de proteger seu patrimônio durante o conflito, considerando que os federalistas também empenharam seus bens pessoais

[516] Segundo Cláudio Boucinha (1993), a charqueada do Cotovelo não teve resultados semelhantes aos da Companhia Industrial, no primeiro abate; apenas veio a quadriplicar a produção em 1896.

para suprir as forças federalistas, em campanha, como foi o caso do general Joca Tavares e Rafael Cabeda (CAGGIANI, 1996; ANDRADE, 2017).

Por outro lado, Cláudio Boucinha (1993) infere que o gado que abasteceu a charqueada Industrial Bajeense, provinha dos estancieiros bajeenses com propriedades no Uruguai, entrementes, isso nos leva a crer que esse comércio pode ter ocupado posição fundamental para a manutenção das forças federalistas. Não apenas os federalistas venderiam, mas como em todo conflito, alguém sempre lucra com a guerra, junto à necessidade dos federalistas de obter apoio e recursos, precisariam mostrar a seus apoiadores que a revolução seria um negócio lucrativo para eles.

Desse modo, a hipótese de Boucinha (1993) vem ao encontro da nossa. Acreditamos que, aproveitando o cenário de conflito para obter lucros, os estancieiros com propriedades em zona próxima a Bagé, e aqui especificamos os departamentos de Rivera e Cerro Largo, possam, realmente, ter vendido o gado para as charqueadas Industrial Bajeense ou a do Cotovelo. Assim, além de obterem recursos para comprar armas e suprimentos, beneficiariam seus amigos charqueadores. Em troca, receberiam o apoio deles para a causa, o que também permite compreender o funcionamento e a expansão das charqueadas, durante o período da revolução.

O interesse da família Silva Tavares sobre o comércio fronteiriço e sobre o trânsito de animais Brasil−Uruguai era estratégico, principalmente pelo envolvimento de Zeca Tavares na Companhia Industrial Bajeense e por serem, da mesma forma, Joca Tavares e Joaquim da Silva Tavares, pecuaristas e charqueadores[517].

Quanto a Zeca Tavares, este possuía propriedade rural voltada à pecuária, em Bagé, a estância do Limoeiro, antes parte da estância do Serro Alegre. Após abandonar a Escola Central de Engenharia, no Rio de Janeiro, possivelmente após a morte de seu pai, regressou a Bagé para cuidar de sua propriedade, dedicando-se à pecuária[518]. Outro irmão, José Facundo da Silva, além das atividades da pecuária, pode ter tido um papel importante nos negócios das charqueadas, uma vez que se dedicava à extração de carvão em pedra, em Bagé, ao menos desde 1888[519], esse carvão também poderia ser utilizado para abastecer as locomotivas que transitavam na ferrovia que ligavam Bagé a Rio Grande (SCHMITZ, 2013).

[517] Conforme Jonas Vargas (2013), Joaquim da Silva Tavares era charqueador e estancieiro, assim como é possível afirmar a partir do diploma maçônico de Joca Tavares, no qual consta sua profissão como sendo charqueador (ANDRADE, 2017).
[518] Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai. 1902, ano V, num. 80, p. 1 – biografias de líderes federalistas.
[519] Jornal *O Paiz*, Rio de janeiro. 29 jun. 1888, p. 1 – concessão de permissão a José Facundo da Silva Tavares explorar carvão em Bagé.

A permissão para desempenhar tal atividade pode ter representado uma estratégia de diversificação econômica da família, o que vem ao encontro do que afirma Stephen Bell (1998), em *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching system 1850-1920*, argumentando que tal prática seria comum entre as famílias mais abastadas da campanha sul-rio-grandense. Por outro lado, essa diversificação pode indicar a busca pelo controle de um recurso estratégico para a alimentação das charqueadas que surgiram posteriormente e das indústrias nascentes em Bagé no período para as charqueadas.

Esses dois casos indicam que a busca por uma diversificação profissional, dentre os Silva Tavares, foi muito além do que haviam apontado Jonas Vargas (2007) e Leandro Oliveira (2016). Permite compreender que não se estendeu somente ao Dr. Francisco da Silva Tavares, mas foi uma estratégia adotada, igualmente, por outros membros masculinos da família, o que pode indicar que, para essa família, era preciso pensar em alternativas para a constante redução do tamanho das propriedades, conforme aponta John Chasteen (1991).

Quanto à importância do controle das mesas de rendas e sobre o contrabando, parece ter sido fundamental, como estratégia familiar, desde o período anterior à Revolução Federalista. Em setembro de 1887, foi veiculada uma notícia de que Armando da Silva Tavares, filho do Dr. Francisco Tavares, era administrador-chefe da Mesa de Rendas Gerais de Bagé, e, como encarregado da cobrança de impostos sobre indústrias e profissões liberais, estaria realizando cobrança dos devedores sem multa[520]. Isso remete a possibilidades clientelísticas que ocupar tal cargo permitiria, de trocas clientelísticas, escolher quem cobraria, quem poderia negociar, isentar, fazer vistas grossas, enfim, aplicar a máxima de que aos amigos os favores e aos inimigos os rigores.

Tal prática pode indicar a existência daquilo que Pierre Bourdieu (1989) apud André Rêgo (2008) refere-se como sendo uma estratégia de sóciodicéia, ou seja, a busca por instrumentos que legitimassem as formas de exercer o domínio, bem como os instrumentos que o fundamentassem.

Nesse sentido, o interesse por manter familiares no controle sobre cargos estratégicos manteve-se em 1892. Isso é o que mostra o telegrama do Delegado Fiscal Antonio Macahyba, de Porto Alegre, enviado ao general Tavares, no qual pedia que Jerônimo Tavares, filho de Joca Tavares, seguisse, com presteza, para Sant'Ana do Livramento, com o fito de assumir a chefia

[520] Jornal *União Liberal*, Bagé, 1 set. 1887, p. 3. Notícia sobre Armando da Silva Tavares como administrador da Mesa Geral de Rendas.

da seção da força fiscal, daquela cidade, e que passasse a exercer o cargo a partir de sua chegada[521].

Entretanto, parece que as nomeações de funcionários para a seção fiscal de Livramento, efetuadas por Júlio de Castilhos antes de sua deposição, parece ter dificultado a efetivação da nomeação de Jerônimo. Em carta enviada a Zeca Tavares, Julião Virgílio Barcellos, ainda no ano de 1892, relata que Rafael Cabeda o havia cientificado sobre a "dificuldade de que acha-se a guarda fiscal no sentido de admitir nossos empregados e continua até hoje os empregados que foram nomeados quando o governo de Castilhos" [sic][522]. Afirmava, igualmente, que a demora em conseguir nomeação para essa seção lhes tinha causado muitos prejuízos e, da mesma forma, pedia sua proteção para que fosse nomeado junto com seu irmão, Julião Barcellos, como guardas da Mesa de Rendas. Pedia, ainda, que Zeca contatasse Paulino Vares, pois ele poderia intervir em apoio a eles. Ao mesmo tempo que demonstrava a seu protetor a utilidade de garantir sua colocação na Mesa de Rendas, passava uma informação de que o administrador seria transferido e o substituto do posto seria um conhecido de Zeca[523].

Talvez devido a essa influência dos funcionários castilhistas de Sant'Ana do Livramento, citada por Virgílio Barcellos, foi que Antonio Macahyba enviou, em 23 de fevereiro de 1892, um telegrama a Joca Tavares afirmando: "As influências situacionistas de Livramento não querem aceitar a nomeação do vosso filho para chefe de seção da polícia fiscal estacionada. Declaro-vos, porém, que mandarei a nomeação custe o que custar"[524].

O telegrama de Antonio Macahyba mostra o quão disputado era o controle desses setores, assim como a importância dos negócios fronteiriços para os setores pecuaristas/charqueadores e comerciais dessas localidades, e, conforme a carta de Virgílio Barcellos, citada acima, inserem-se os Silva Tavares como importantes representantes dos interesses desses grupos.

Com a Revolução de Novembro de 1891 e as forças oposicionistas tendo retornado ao poder, no governo provisório, após a derrubada de Castilhos, buscam o reestabelecimento de uma ordem nos negócios da fronteira que atenda seus interesses. O telegrama enviado por

[521] MACAHYBA, Antônio. [Telegrama] 18 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Telegrama de nomeação de Jerônimo da Silva Tavares para chefia da seção da polícia fiscal de Sant'Ana do Livramento.
[522] BARCELLOS, Virgílio Julião. [Carta] s/d, 1892. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que pede proteção para ocupar posto como guarda da mesa de rendas.
[523] BARCELLOS, Virgílio Julião. [Carta] s/d, 1892. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que pede proteção para ocupar posto como guarda da mesa de rendas.
[524] MACAHYBA, Antônio. [Telegrama] 23 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala sobre as influências situacionistas de Livramento não querem aceitar a nomeação de Jerônimo da Silva Tavares para chefe de seção da polícia fiscal daquela cidade.

Francisco Maciel vem corroborar esse intento. Enviado de Pelotas, em 31 de janeiro de 1892, declara que o imposto sobre o gado havia sido suspenso até segunda ordem[525]. Isso demonstra que os frutos da Revolução de Novembro de 1891 estavam sendo colhidos. As elites oposicionistas retomando o poder no Rio Grande do Sul, atuaram, também, no sentido de remover os entraves criados por uma maior fiscalização e cobrança de impostos sobre a fronteira.

Ao encontro dessa importância, tanto de controlar quanto de suspender esses impostos, que era premente para os federalistas, as correspondências revelam que os negócios de Zeca Tavares pareciam não ter parado, durante a Revolução, principalmente se considerarmos ter sido fundador e acionista da Companhia Industrial Bajeense. Em carta enviada pelo Dr. Francisco Tavares de Melo, departamento do Cerro Largo, em julho de 1894, a seu irmão Zeca Tavares, faz a seguinte solicitação: "[...] Se puderes mandar o dinheiro do meu gado que veio nas tuas tropas porque estou completamente cortado [...][526]".

Essa carta mostra a existência de um fluxo de gado que teria sido feito em direção ao Uruguai, em meio ao conflito, possivelmente para proteger seu negócio de ser capturado pelos inimigos. Por outro lado, refere-se Francisco ao dinheiro do gado, o que permite inferir que este tenha sido vendido, pois embora não faça menção a quem o teria comprado, não exclui a possibilidade de que possa ter sido vendido a alguma das duas charqueadas que estavam em funcionamento, em Bagé, no período.

Essa carta também permite entender o quanto a receita oriunda desse negócio era fundamental para entender a atuação e como se mantinham os Silva Tavares e por que defender a causa da Revolução era lutar também pelos seus negócios, de sua família e de seus amigos, algo que não pode ser dissociado, nesse período, de sua característica fronteiriça.

De acordo com o que apresentamos, essas relações não ficaram restritas apenas a estancieiros e charqueadores, e datam de um período anterior, associado à atuação política e militar dos Silva Tavares e de outros personagens, atividades e amizades que não cessaram durante a Revolução Federalista. Identificamos, igualmente, a presença de inúmeros comerciantes que mantinham relações com a família Silva Tavares e que atuaram como apoiadores durante o conflito. Estes comerciantes, quando não pertenciam a uma mesma família

[525] MACIEL, Francisco. [Telegrama] 31 jan. 1892, Pelotas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Fala sobre suspensão sobre imposto do gado.
[526] TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 27 jul. 1894, Melo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 4 folhas. Carta em que se refere a pedido de seu dinheiro do gado e a tropas em direção ao Uruguai.

que se dedicava à pecuária, vinculavam-se a estas através de estratégias matrimoniais, conforme procuraremos apresentar a seguir.

7 OS VÍNCULOS FAMILIARES E A MOBILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS URBANAS A SERVIÇO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Neste capítulo, apresentaremos as redes sociais construídas, no espaço urbano, pelos Silva Tavares, e como esta família se relacionava e atuava nesse espaço. Demonstraremos uma sociedade perpassada pela mesma lógica da complexa teia de parentescos entre os personagens, citada acima, revelando estratégias de grupos e famílias que conformaram uma estrutura social de característica clientelística. Tais estruturas estavam voltadas à reprodução do seu poder e pensadas a partir de uma lógica das elites, marcada por práticas de reprodução e diferenciação, formas de pensar e fazer a política assinalada pelos laços familiares e por práticas de uma sociedade de antigo regime.

Entrementes, demonstraremos que os mesmos indivíduos elencados como proprietários rurais e charqueadores, citados anteriormente, eram os mesmos que se destacavam na rede urbana. Eram indivíduos que frequentavam os mesmos espaços de sociabilidades urbanos, muitas vezes, as mesmas lojas maçônicas, possuíam uma vida política movimentada. Quando estes não eram comerciantes, ou possuíam algum familiar voltado a essa atividade, tratavam de diversificar suas atividades e incorporá-los às suas famílias. Independente disso, em sua maioria, poderiam ser encontrados nas fileiras da Guarda Nacional.

A partir desses aspectos, torna-se possível identificar a origem dessas relações, na segunda metade do século XIX, permitindo perceber a formação de um grupo próximo aos Silva Tavares e a permanência dessas relações até a Revolução Federalista, quando foi mobilizado em prol dos objetivos da revolução. Nesse sentido, demonstraremos as complexas formas pelas quais estavam entrelaçados, e como estres vínculos foram fundamentais para pensar a lógica familiar que permite interpretar a Revolução Federalista, a partir de uma lógica familiar, conforme demonstraremos a seguir.

7.1 COMERCIANTES

Dentre os comerciantes que foram identificados como parte do grupo associado às redes dos Silva Tavares, é preciso compreender a existência de entremeados de complexas redes que vinculava desde pequenos, médios ou grandes proprietários aos comerciantes, até os charqueadores. Torna-se possível 405orrent-las, a partir da necessidade de desenvolver formas de sobrevivência, através de estratégias econômicas e sociais das famílias que habitavam a

campanha rio-grandense e que haviam adquirido propriedades no Uruguai, no decorrer do século XIX (MENEGAT, 2015).

O fato de uma família possuir membros que ocupassem diversas atividades é explicada por Menegat (2015), como sendo parte das estratégias sociais e econômicas dessas famílias. Argumenta, o autor, que existiam membros que podiam se dedicar à pecuária, enquanto outros se dedicavam ao comércio, a profissões liberais, ou mesmo, às charqueadas, aspectos que identificamos no grupo próximo aos Silva Tavares, no período da Revolução Federalista.

Dentre as lideranças federalistas que tomaram parte do conflito, estavam segmentos de comerciantes da campanha, afetados pela mudança de regime que havia retirado os privilégios alfandegários do Rio Grande do Sul, que isentara os produtos de importação enquanto o governo uruguaio aumentara os impostos sobre a exportação, ferindo, assim, os comerciantes fronteiriços (CHASTEEN, 2003).

A importância do comércio de fronteira e sua centralidade para as populações fronteiriças é ressaltado por John Chasteen (2003), além do contrabando de produtos importados e gado, que sustentavam boa parte das economias dos municípios que dependiam das importações vindas de Uruguaiana e Livramento, também representava uma melhoria nas condições de vida das populações destas cidades, abastecidas por produtos vindos do Uruguai a um preço menor (SOUZA, 2007).

Além das políticas de combate ao contrabando e sobretaxas sobre os produtos importados, implementadas tanto em âmbito nacional quanto no Rio Grande do Sul, pelo PRR, John Chasteen (2003) aponta a existência de outras variáveis não menos graves no aspecto econômico e social. A crise econômica no campo que vigorava no começo da década de 1890, a inflação e a desvalorização da moeda brasileira e do poder aquisitivo dos comerciantes e estancieiros, as transformações ocasionadas pela transição da força de trabalho escrava para a livre, agravaram as condições política do período.

Por outro lado, de acordo com Susana Bleil de Souza (2007), diversos protestos dos comerciantes da fronteira, que ocorreram frente à criação de corpos fiscais, e o estabelecimento de zonas fiscais, que feriam a liberdade de comércio, levaram a sua extinção, logo em 1891. Entrementes, ainda de acordo com a autora, um maior controle do governo sobre os postos aduaneiros e a diminuição dos salários dos fiscais do corpo aduaneiro, afetaram os interesses

das elites federalistas que disputavam esses postos, inclusive os interesses da família Silva Tavares, a qual possuía interesses nesses cargos[527].

Estava, em disputa, uma política que visava à modernização pelo lado do PRR e que atendia a pedidos de comerciantes do litoral, prejudicados pelo comércio fronteiriço desde o período Imperial (TARGA, 2007).

Durante a Revolução Federalista, ainda que os dois segmentos comerciais do Rio Grande do Sul tivessem adotado posicionamentos distintos, muitos comerciantes lucraram com a guerra, enriqueceram com o conflito, especialmente as praças comerciais de Montevidéu/Buenos Aires e Porto Alegre (SOUZA, 2007).

Enquanto os castilhistas ou federalistas rio-grandenses estiveram exilados no Uruguai e na Argentina, consumiram produtos das capitais desses países. Uma lógica semelhante foi apontada por Susana Souza (20017), ao afirmar que as cidades fronteiriças também aumentaram seu consumo sobre os produtos vindos de Montevidéu, facilidade que aumentara com o estabelecimento da estrada de ferro que ligava a fronteira rio-grandense àquele porto (SOUZA, 2007).

Vale lembrar que as forças federalistas, durante o conflito, foram reunidas, montadas, vestidas, equipadas e alimentadas às expensas dos chefes militares e dos apoiadores do conflito que, possivelmente, realizavam empréstimos vindo do London Bank de Montevidéu (TAVARES, 2004ª). Muitos empenhavam seus bens para manter o conflito, situação que é demonstrada pelas correspondências do general Joca Tavares, ao afirmar que havia comprado "cavalos com alguns poucos recursos que dispunha, e tirei dinheiros a crédito e fiz compras a prazo, para tudo isso conseguir, tenho lutado com enorme dificuldade [...]" (ANDRADE, 2017, p. 111).

Essa lógica também pode ser aplicada para as forças patrióticas organizadas em grande parte dos municípios, por parte dos governistas castilhistas, inclusive na extensa faixa de fronteira. As forças precisavam ser abastecidas, vestidas, montadas, alimentadas e armadas, e o eram, entretanto com produtos e armas vindos do Prata e, muito possivelmente, através dos comerciantes locais.

As políticas na busca por coibir o contrabando e sobretaxando os produtos, reduzindo seu trânsito pelo interior, com o objetivo de incentivar o comércio e a produção interna

[527] MACAHYBA, Antônio. [Telegrama] 18 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Telegrama de nomeação de Jerônimo da Silva Tavares para a chefia da seção da polícia fiscal de Sant'Ana do Livramento, o que indica o interesse da família sobre esses negócios.

(SOUZA, 2007; TARGA; 2007), movimentou muitos comerciantes das cidades fronteiriças que tinham vínculos com o comércio do Prata, mobilizando-os, assim, com suas famílias em torno de um projeto de Estado liberal que não só mantivesse benefícios, mas também garantisse o bom funcionamento de seus negócios pela fronteira.

Dentre os chefes federalista que eram comerciantes e que durante o conflito mobilizaram suas redes para apoiar os revolucionários, está Rafael Pires Cabeda. Sua atuação não deve ser pensada apenas no âmbito do indivíduo, mas deve ser compreendida, também, em relação à extensão de suas redes familiares que se estendiam pela campanha, para entender tanto a capacidade de mobilização quanto o apoio que foi utilizada pelos federalistas.

Nascido em Sant'Ana do Livramento, em 1857, filho de imigrante espanhol, Cabeda partiu jovem para realizar seus estudos na Alemanha. Viveu e trabalhou um período, na Europa, após o que regressou ao Brasil, onde se dedicou ao comércio. Foi filiado ao Partido Liberal, durante o Império, no Brasil; maçom, atuou em defesa da causa abolicionista; eleito vereador, por diversas vezes, chegou à presidência da Câmara Municipal; foi um dos fundadores da Santa Casa de Caridade e esteve envolvido em questões das revoluções no Uruguai. Durante a República, fez parte da União Nacional e, posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Federalista, vindo lutar ao lado de seus membros, durante a Revolução Federalista, juntamente com seus irmãos Hipólito e Francisco. Faleceu em 1922.

O envolvimento de Rafael Cabeda mostra que os chefes que reuniam homens para as forças federalistas poderiam ser os mesmos comerciantes prejudicados com a situação política e econômica, que as supriam. Esses, já eram conhecedores das rotas e dispunham de relações com fornecedores nos países do Prata. O exemplo desse caso pode ser percebido, também, na figura do federalista Rafael Cabeda. Comerciante de profissão, ainda que já tivesse finalizado suas atividades comerciais, no período da Revolução, cremos não ter sido totalmente, principalmente pelo fato de possuir diversas casas em Sant'Ana do Livramento que as alugava[528], das quais receberia alguns dividendos. Enquanto se dedicava, também, à atividade política, foi diretamente afetado pelos novos impostos sobre a propriedade urbana e territorial estabelecidos pelo PRR (TARGA, 2007).

Os documentos apresentados por Ivo Caggiani (1996) mostram um discurso que Rafael Cabeda teria realizado, no período após o conflito, no qual é possível perceber sua atuação para

[528] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo da Intendênia Municipal de Sant'Ana do Livramento, cobrando impostos devidos da Décima Urbana por Rafael Cabeda, documento nº 924, Maço 30, Estante 87, 1995.
APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo de falência de Silva e Cabeda Filho, documento nº720, Maço 22, Estante 87, 01/01/1886.

suprir as forças a suas expensas, ao declarar: “Recebi a minha herança. Lancei-me depois na revolução. Gastei aí o dinheiro que quis. Meu pai legou aos filhos a terça de seus bens em usufruto. Não era milionário; mas era um homem rico. [...] Na revolução contraí compromissos que levei pagando até agora” (p. 23). Ainda, nesse sentido, afirmava Caggiani (1996) que “quando não estava na luta, corria a todos os pontos, tudo providenciava, desde o transporte de armas até o fornecimento de roupas e meios de subsistência aos companheiros (p. 57).

Vale lembrar que as forças federalistas, durante o conflito, foram reunidas, montadas, vestidas, equipadas e alimentadas às expensas dos chefes militares e dos apoiadores do conflito que, possivelmente, realizavam empréstimos vindo do London Bank de Montevidéu (TAVARES, 2004ª). Muitos empenhavam seus bens para manter o conflito, situação que é demonstrada pelas correspondências do general Joca Tavares, ao afirmar que havia comprado “cavalos com alguns poucos recursos que dispunha, e tirei dinheiros a crédito e fiz compras a prazo, para tudo isso conseguir, tenho lutado com enorme dificuldade [...]” (ANDRADE, 2017, p. 111).

A família Cabeda mantinha muitas relações sociais e comerciais com o Uruguai e com as cidades de Sant’Ana do Livramento e Quaraí e, por que não, com as províncias do litoral argentino. A origem de parte de sua rede de relações comerciais pode ter sido herdada de seu pai Ângelo Cabeda, importante comerciante em Sant’Ana do Livramento. Existiam outros membros da família dedicados ao comércio, como, por exemplo, seu sobrinho, José Cipriano Pardo Cabeda, um importante comerciante em Quaraí (CAGGIANI, 1996, p. 18). Ângelo Cabeda era casado com Maria Rafaela Pires Cabeda, de cuja família encontramos indícios, a partir da identificação de alguns nomes pertencentes às famílias Pires e também Severo – possivelmente ligada a sua nora, Adália Severo Cabeda –, que possuíam grandes porções de terras em uma mesma localidade do departamento de Salto, denominada *Mataojo*[529].

Os vínculos e relações familiares apontam para uma abrangência muito maior das relações dos Cabeda. Possivelmente, Rafael dispusesse de amplas redes de relações sociais e comerciais nas localidades de Salto e Paysandú, que podem ter resultado ou sido solidificadas através do matrimônio, o que também ampliaria seus contatos. Como exemplo da importância estratégica dos matrimônios para o estabelecimento dessas redes, cita-se seu casamento com

[529] AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuición directa de los proprietários, departamento de Salto, n.73, 1868, p. 65.
AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuicion directa de los proprietários, departamento de Salto, n.93-94, 1868, p. 72.

Adália Severo da Silva Cabeda, cujo irmão, David Manoel da Silva, casado com Carmem Cabeda, irmã de Rafael, foi seu sócio entre 1876 a 1885, em uma casa comercial (ALENCASTRO, 1923, p. 22), isso no período anterior ao conflito. Rafael Cabeda também possuía propriedades no Departamento uruguaio de Soriano (SOUZA, 1851, p. 73).

A família da esposa de Rafael Cabeda possuía propriedades rurais em Quaraí, o que pode ser constatado pela venda de uma porção de suas terras a Ângelo Cabeda, que também possuía um estabelecimento comercial, naquele município (ALENCASTRO, 1923, p. 151), mais tarde assumido por Rafael e David da Silva, mais precisamente localizado na região de Coxilha Negra, próximo à fronteira com o Uruguai[530]. Além dessa propriedade, o pai de Rafael havia deixado para seus filhos "prédios, terrenos, chácaras, campos e muitos créditos, tanto em Quaraí e Santana do Livramento" (ALENCASTRO, 1923, p. 150).

Sua mãe também havia deixado propriedades, conforme o inventário *post mortem*, de Maria Rafaela Cabeda, pelo qual é possível perceber que Rafael Cabeda também tinha propriedades que foram herdadas, em Paysandú, o que facilitaria o estabelecimento de vínculos nessa região[531].

Rafael Cabeda era influente e mantinha relações com lideranças políticas uruguaias que haviam lutado na Revolução do Quebracho, ocorrida em 1886, no Uruguai. Auxiliou os revolucionários sob as ordens de José Miguel Arredondo, dando-lhes alimentação, dinheiro e vestimentas (CAGGIANI, 1996, p. 28). Essas informações de apoio prestado por Cabeda coincidem com o período em que havia declarado falência[532] de sua casa comercial, alegando ter tido muitos prejuízos, devido à crise. Provavelmente, a esta crise pudessem ser computados o apoio aos revolucionários uruguaios de Arredondo que haviam sido derrotados.

Ao pesquisarmos os registros de falência de sua empresa, obtido no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível identificar nomes e localidades dos indivíduos que eram seus credores e que participaram do processo de falência, indicando a existência de relações comerciais com ele. Confrontando esses nomes com os nomes presentes nas cartas e diários do período da Revolução, onde são citados nomes de personagens que compunham suas

[530] APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Processo de falência de Silva e Cabeda Filho, documento nº720, Maço 22, Estante 87, 01/01/1886. Em seu processo de falência é possível observar, dentre seus credores e testemunhas do processo, alguns nomes conhecidos como Manoel Francisco Pires (possível parente de sua esposa, proprietário rural em Salto, Uruguai), Franklin Alencastro, Paulino Vares, Gordiano Vares, Napoleão Reverbel – personagens que posteriormente estiveram ao lado dos federalistas durante o conflito. Além do mais, identificamos outras pessoas das localidades de Salto, no Uruguai, e Buenos Aires, na Argentina, permitindo um olhar sobre suas redes comerciais.

[531] APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santana do Livramento. Inventario Post Mortem de Maria Rafaela Pires de Cabeda, Estante 13, Maço 6, Auto 126, 1866.

[532] APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Processo de falência de Silva e Cabeda Filho, documento Nº720, Maço 22, Estante 87, 01/01/1886.

forças ou amigos que enviavam recursos, é possível perceber que Rafael Cabeda e sua família mobilizaram suas redes de relações, também derivadas de seu espaço de experiência comercial e político, anterior ao conflito, para ajudar nos esforços federalistas. Isso pode ser percebido na carta de Francisco Cabeda, a seu irmão Rafael, datada de 28 de junho de 1893: "[...] Em Quaraí, na estância de meu sogro e campo dos Osórios temos 800 homens com poucas armas, bem vestidos e já montados. No Ricardinho, onde mora David Martins e proximamente a San Eugênio" (CAGGIANI, 1996, p. 58).

Essa comunicação entre os irmãos Cabeda possibilita perceber a mobilização das redes e a importância dos campos dessas famílias para que os federalistas utilizassem, especialmente, o campo dos Osórios, local onde tempos mais tarde também estava acampado o Almirante Saldanha da Gama, em 1895.

Dentre os personagens que compunham as forças de Rafael Cabeda, estavam importantes colaboradores federalistas e estancieiros da cidade de Sant'Ana do Livramento, Quaraí, e dos departamentos de Rivera e Artigas, no Uruguai. Da localidade de Laureles, departamento de Rivera, os irmãos Paulino e Gordiano Vares, estancieiros[533].

Estes personagens eram filhos de Henrique Vares, nascido em 1825, natural da Argentina, radicado em Sant'Ana do Livramento, após 1845, atuando como mascate entre essa cidade e Bagé. Estabeleceu anos depois, em 1849, uma forte casa comercial em Sant'Ana do Livramento e foi Vice-Cônsul da República Argentina, nessa cidade. Mantinha relações com lideranças revolucionárias uruguaias, entrerrianas e 411orrentinhas, como, por exemplo, com Ricardo López Jordán – o mesmo personagem que havíamos referido no capítulo 3. Também chegou a abrigar e financiar os revolucionários argentinos e uruguaios, no período de 1871-1872, assim como abrigar emigrados argentinos e uruguaios (CAGGIANI, 1967, p. 70).

Acerca das redes de relações de Rafael Cabeda, em Corrientes, um indício dos vínculos pode ser observado na notícia veiculada pelo jornal Diário Popular, da cidade de Pelotas, em 20 de janeiro de 1894, na qual afirma que estariam acampados no rio Piraí, nas proximidades de Bagé, os "correntinos dos Cabedas"[534].

Outro indício das relações de Rafael Cabeda com os correntinos pode ser encontrado na carta enviada pelo federalista Antônio Ferreira Prestes Guimarães, apresentada por Octaviano

[533] GAMA, Luis Felipe [Carta], 27 de maio de 1895. Quaraí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé. Carta em que fala em se dirigir para a região de Laureles, onde Paulino Vares possuía propriedade.
[534] Jornal *Diário Popular*, Pelotas. 30 jan. 1894, p. 2. Notícia sobre os correntinos que estariam no acampamento de Rafael Cabeda, no rio Piraí.

Alencastro (1923). Nesta obra, Prestes Guimarães escrevia falando sobre a relevância de tomar São Borja, a fim de que pudessem tomar o armamento e possibilitar os meios para que fossem armados os federalistas brasileiros emigrados em Corrientes.

Afirmava, ainda, Prestes Guimarães, estar em contato constante com Orlando Fontoura, em Alvear, e, que após a vitória sobre São Borja, Cabeda poderia operar com suas forças no norte, no Rio Grande do Sul, contando "com a incorporação dos emigrados de Libres, Alvear, Santo Tomé, Conceição, etc., constituirá um pé de exército respeitável em toda a costa do Uruguai [...]" (ALENCASTRO, 1923, p. 89).

Orlando Fontoura também mantinha comunicações com o federalista Lourenço de Oliveira, emigrado em Melo, departamento uruguaio de Cerro Largo, conforme é possível perceber no telegrama enviado, em 21 de fevereiro de 1893, no qual pedia informações acerca da movimentação de líderes federalistas e aguardava ordens sobre como deveria agir[535]. Esse telegrama seria repassado ao general Tavares para que tivesse ciência e para que enviasse ordens a Orlando.

O fato de Orlando estar ora no departamento correntino de Alvear, ora na cidade uruguaia de Santa Rosa del Cuarein, articulando recursos em prol da causa revolucionária e atuando, também, em armas, reforça a importância do espaço regional para a movimentação das forças federalistas ao mesmo tempo que demonstra a existência de uma rede adrede dinâmica e organizada de comunicação por este espaço.

De acordo com o diário do general Tavares (2004b), em dezembro de 1894, as forças do general federalista Antônio Ferreira Prestes Guimarães se estendiam "pela costa do Uruguai, de La Cruz a Santo Tomé, faltando-lhe apenas cavalhada" [...] (TAVARES, 2004b, p. 159).

Quanto às redes de relações de que desfrutava Prestes Guimarães, em Corrientes, nos departamentos da costa do rio Uruguai, onde ficou emigrado com suas forças, não encontramos vínculos diretos, apenas indícios de possível relação e de apoio recebido, o qual pode ter sido obtido devido à presença de parentes ou amigos estabelecidos naquelas localidades. Ao encontro dessa informação está o documento Registro Oficial de Marcas de Haciendas (1904) e o Segundo Censo da República Argentina, de 1895, a partir dos quais é possível identificar a

[535] FONTOURA, Orlando. [Telegrama]. Santa Rosa del Cuarein, Departamento de Artigas, Uruguai. [Para] OLIVEIRA, Lourenço de. Melo, Departamento de Cerro Largo, Uruguai. 1 folha. Pede informações e ordens do que deve fazer.

forte presença de brasileiros com sobrenomes pertencentes às famílias Prestes, Ferreira e Guimarães, nos departamentos correntinos de San Martin, La Cruz, Alvear e Santo Tomé[536].

Outra importante liderança federalista, emigrada em Rivera, era Paulino Vares, que esteve presente na fundação do Partido Federalista, em 1892, antigo membro do Partido Liberal, em Sant'Ana do Livramento. Militou ao lado de Rafael Cabeda, foi delegado de polícia, tendo sido deposto do cargo com a transição de regime, em 1889 (CAGGIANI, 1996). Paulino foi também estancieiro, em Laureles, departamento de Rivera, redator e ativista político do jornal *O Maragato*, editado em Rivera, juntamente com Rafael Cabeda (CAGGIANI, 1996; TAVARES, 2004b).

Durante a Revolução Federalista, Paulino trocou inúmeras cartas com o general Tavares, Gaspar Silveira Martins e outros federalistas emigrados. Nesse contexto, atuou como um intermediário, ou seja, recebia por telegrama, provavelmente na estação de Leureles, ou mesmo de Rivera, mensagens telegráficas vindas de Montevidéu ou Buenos Aires, e as enviava para Joca Tavares. (CAGGIANI, 1996; TAVARES, 2004ª; TAVARES, 2004b).

David Martins e o major da Guarda Nacional Napoleão Reverbel foram testemunha e curador fiscal, respectivamente, de Rafael Cabeda, durante o processo. Esse último era pai de Ulysses Reverbel, proprietário da Estância do Cuaró, departamento de Artigas; federalista, compôs as forças de Rafael Cabeda. A rede de relações familiares dos Reverbel, por sua vez, também envolvia a articulação com outras famílias de estanceiros, por meio de estratégias de matrimônios. Tal relação pode ser identificada, observando-se a carta do almirante Saldanha da Gama ao general Tavares, datada de 3 de fevereiro de 1895, na qual declara que esteve acampado no Rincão das Sepulturas, departamento de Artigas, nos campos do genro do coronel Ulisses Reverbel (TAVARES, 2004b, p. 187).

Já o comerciante José Viza Chaubet, era natural do Estado Oriental, descendente de espanhóis e, de acordo com Elizabeth Fagundes (2005), havia sido agente de uma companhia de seguros marítimos e terrestres. Comerciante, residente em Bagé desde 1887, também vendia produtos importados da Europa (FAGUNDES, 2005). Mantinha relações de amizade com

[536] ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural y Urbana de Alvear. Tomos 77 e 78. Archivo General de la Nación, Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.
ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural de La Cruz, Tomos 72 a 75. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.
ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural y Urbana de Santo Tomé. Tomos, 367, 393, 405, 417, 421, 423, 429. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.

diversos líderes federalistas e fez parte do grupo de emigrados, no Uruguai, compondo o grupo de comerciantes que abasteceu os federalistas e que, provavelmente, tinha muito a ganhar com o conflito. Ele e sua esposa estiveram exilados, em novembro de 1892, no hotel Barcelona, em Montevidéu, juntamente com outros federalistas, dentre eles, o Dr. Francisco Tavares e seu filho, Eurico. Transitava entre a capital uruguaia e Melo, onde estavam diversos chefes e famílias dos revolucionários.

José Viza Chaubet mantinha fortes ligações com a família Silva Tavares, situação que se expressa na carta endereçada a Zeca Tavares, enviada durante o período em que esteve emigrado no departamento de Cerro Largo. Nessa correspondência, José Chaubet passa informações tanto sobre a esposa de Zeca, quanto sobre a esposa de Francisco, Maria do Amor Divino, conhecida como Mariquinha: "Diz que Biloca e a do Francisco, Mariquinhas, estão bem, assim como os filhos dela"[537]. É possível, por meio desse fragmento da carta, perceber a proximidade e a intimidade que desfrutava, como amigo da família Tavares, principalmente por se referir às esposas de Zeca e Francisco, em termos coloquiais e por seus apelidos.

Chaubet chegou a ser secretário do general Joca Tavares, durante a Revolução, e era amigo pessoal de Zeca Tavares, a ponto de terem ambos sido levados presos pelas autoridades de Melo (TAVARES, 2004ª). Além de tal prisão evidenciar que o apoio de autoridades uruguaias, na fronteira, não era incondicional e nem podia ser generalizado, mostra, ainda, uma relação de conflito que tinham com estas, em Cerro Largo. A prática de prender líderes federalistas emigrados na fronteira[538], por ordem do presidente Julio Herrera y Obes, que havia nomeado autoridades para os departamentos fronteiriços acusados pelas autoridades brasileiras de apoiar os federalistas, como o caso de Cerro Largo, com Gomercindo Collazo, ocorreu, outras vezes, também com o general Tavares, quando foi visitado por autoridades policiais a mando deste, com ordem de efetuar sua prisão (ANDRADE, 2017).

Isso representava um risco imenso à vida de Chaubet e Zeca, que poderiam ser justiçados, arbitrariamente, a mando de autoridades governistas do Brasil e, assim como Joca Tavares havia conseguido escapar dos agentes da polícia, também eles logo não só reclamaram às autoridades, como também alegaram conhecer a lei. Exigiram que fosse aberto um inquérito e que pudessem ser julgados por um juiz letrado. Negaram as acusações e foram postos em liberdade (TAVARES, 2004ª, p. 131).

---

[537] CHAUBET José Visa. [Carta] 17 ago. 1893, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Montevidéu, 1 folha. Correspondência em que passa informações sobre a família deste e parentes.

[538] Jornal *La Razón*, Montevidéu. 25 abr. 1893, p. 1. Notícias sobre a complicações, na fronteira, envolvendo o Presidente Julio Herrera e sua perseguição aos federalistas.

Bem relacionado, da mesma forma, Viza Chaubet era amigo de Gaspar Silveira Martins e Galvão Machado Leal, com os quais chegou a trocar correspondências, diversas vezes, tratando de assuntos políticos e sobre o apoio que os revolucionários receberiam de apoiadores de outras partes do Brasil (TAVARES, 2004a, p. 112). Por ser comerciante, agente de uma companhia de seguros e ter experiência em importação, dispunha de muitos contatos com fornecedores e experiência que poderiam ser mobilizados para os interesses federalistas, principalmente para conseguir suprimentos que abasteceriam as forças. Chegou a reclamar, em carta ao Dr. Francisco Tavares, as despesas que havia feito e, possivelmente, ainda não teria recebido o pagamento (TAVARES, 2004, p. 113).

Outros comerciantes faziam parte das redes federalistas, como, por exemplo, o caso de Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães, nascido em Portugal, que residiu na cidade de Rio Grande até 1872. De acordo com Fernanda Soares (2006) e Elizabete Fagundes (2005), após essa data, ele teria partido para a região da Campanha, passando a residir em Bagé, cidade onde abriu um estabelecimento comercial em sociedade com Francisco Loureiro de Souza, inicialmente vendendo secos e molhados. Ressaltam as autoras, que Antônio teria desfeito a sociedade e passado a atuar sozinho, até que mais tarde, expandiu seu negócio para a venda de produtos variados, de porcelanas a ferragens (FAGUNDES, 2005; SOARES, 2006). Elizabeth Fagundes (2005) assevera que, anos mais tarde, ele tornou-se abastado comerciante em Bagé, vindo a tornar-se proprietário de diversas estâncias, no município, e no departamento uruguaio de Cerro Largo. A partir de 1888, recebeu o cargo de vice-cônsul português, em Bagé, e foi nomeado Visconde, pelo rei de Portugal.

Nas correspondências do general Tavares, é possível identificar que, ao menos desde 1891, Antônio Ribeiro de Magalhães era amigo dele, e pautado nas relações de proximidade entre os dois, tenha sido escolhido para realizar o suprimento das forças da Guarnição de Bagé.

No telegrama enviado por esse comerciante a Joca, em 1º de dezembro de 1891, reclama ao general Tavares fazer seis meses que não recebia o pagamento pelo suprimento dos corpos que este havia organizado[539]. O telegrama faz referência à organização dos corpos, feita por Antônio, referente ao período da Revolução de Novembro de 1891, o que permite asseverar sua ligação como fornecedor das forças de Joca. Possivelmente tenha comprado a crédito, esperando que a revolução fosse vitoriosa para adimplir com seus fornecedores.

[539] MAGALHÃES, Antônio Ribeiro de. [Telegrama]. 01 dez. 1891, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Porto Alegre, 1 folha. Reclamação ao General Tavares por atraso de pagamento pelo fornecimento dos corpos organizados.

Diante dessa situação, o general Tavares, então comandante da Guarnição e Fronteira de Bagé, escreveu ao Marechal Manuel de Almeida da Gama Lobo Coelho d'Eça, Barão do Batovi, pedindo providências para que fossem pagos seus fornecedores. A resposta deste, enviada de Porto Alegre, em 24 dezembro de 1891, atendia ao pedido de Joca e declarava que o governador mandara conceder crédito de cinquenta contos para que fossem pagos os fornecedores das cidades de Bagé e Rio Grande, e que seria efetivado pela tesouraria para o próximo dia[540].

No entanto, o pagamento somente tria sido realizado após a virada do ano, conforme o telegrama, datado de 1° de janeiro de 1892, enviado pelo Marechal Gama a Joca, dizendo que o Tesouro havia ordenado o pagamento no dia anterior[541]. O que nos chamou a atenção, nessa última comunicação, é que no mesmo telegrama consta a quantidade de despesas realizadas por Joca, para a guarnição de Bagé, com Antônio Ribeiro de Magalhães, constando ter sido um total de 33 contas abertas.

Tal relação pode ter saído muito vantajosa para ambos e havia continuado, conforme aponta telegrama enviado da cidade de Porto Alegre, pelo Marechal de Campo Manuel Gama d'Eça, em 9 de abril de 1892, endereçado ao comando da guarnição de Bagé, sob ordens do general Tavares. Nesse telegrama, é possível identificar quais produtos eram fornecidos por Antônio de Magalhães: "batatas, bacalhau, goiabada comum, sabão, tijolo, areias, velas, sebo, 1º, 4º preço proposta laranjinha, café, grãos, preço, proposta. Querosene, vinho nacional, Lisboa [...]"[542].

Durante o período em que Joca Tavares esteve no governo do Rio Grande do Sul, em Bagé, entre 17 de junho a 4 de julho de 1892, Antônio Ribeiro de Magalhães recebeu um telegrama de Pelotas, em 19 de junho, assinado por Nunes, classificado como urgente, declarando que "Carros não chegaram, sem notícias, a gente espera notícias campanha"[543].

Ao que tudo indica, essas relações comerciais em forma de apoio tenham continuado, durante o período em que os líderes federalistas estavam emigrados no Uruguai, e que Antônio tenha prosseguido lucrando com esse fornecimento, o que lhe teria permitido expandir suas

[540] COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 24 dez. 1891, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala que o governador mandou abrir crédito para pagar fornecedores de Bagé e Rio Grande.
[541] COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 1 jan. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Porto Alegre, 1 folha. Fala que a tesouraria havia efetuado o pagamento no dia anterior ao fornecedor Magalhães.
[542] COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 9 abr. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fornecimento de produtos oferecidos por Antônio Ribeiro de Magalhães à guarnição de Bagé.
[543] NUNES. [Telegrama] 19 jun. 1892, Pelotas. [Para] Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães. Bagé, 1 folha. Telegrama em que pergunta com urgência sobre a chegada de um carro, possivelmente com suprimentos.

atividades, uma vez que foi pecuarista e charqueador. Ao encontro dessa afirmação, citamos que, em 1893, de acordo com Fernanda Soares (2006), Antônio abre uma empresa *Magalhães e Filhos*, em plena Revolução Federalista e, em 1894, abre a charqueada do Cotovelo, na periferia de Bagé. Mais tarde, em 1897, compra campos do federalista Alexandre José Collares, onde funda a charqueada de Santa Thereza (BOUCINHA, 1993, p. 21).

A criação de uma charqueada, durante a revolução, evidencia algumas questões. Conforme apontam Benjamin Nahum e José Pedro Barrán (1971), assim como haviam feito antes, muitos estancieiros que possuíam propriedades dos dois lados da fronteira, com o objetivo de proteger seu rebanho, também como no caso da fronteira com Corrientes, passaram o gado para os departamentos uruguaios fronteiriços.

Um segundo aspecto aponta o trânsito de gado quando o diretório federalista cria uma comissão para cobrar tributos sobre o comércio e pecuária na fronteira, conforme é possível observar na carta do general Tavares, enviada ao capitão da Guarda Nacional de Dom Pedrito, Luís Firpo:

> Ilmo. Sr. Capitão Luís Firpo, 9 de fevereiro de 1895. Tendo o comitê revolucionário resolvido estabelecer na fronteira do Rio Grande do Sul com a República Oriental a cobrança de impostos de exportação, importações, estaduais e municipais, comunico-vos que fostes nesta data nomeado encarregado dessa arrecadação, desde o Marco do Guabiju até a barra do São Luiz, no Piraí, devendo entrar logo no exercício do referido cargo. As autoridades civis e militares instituídas pela revolução vos prestarão todo o auxílio e coadjuvação que necessitardes. Imposto de 15% sobre o valor da mercadoria exportada do Rio Grande. Idem do estrangeiro. **Imposto sobre animais vacuns**: gado de corte 2$ por cabeça; idem de cria 1$29. **As tropas que se destinaram às charqueadas do Rio Grande** pagarão 200 reis por cabeça. **Quando apreendidas por contrabando**, as mercadorias pagarão o dobro, digo, os condutores ou donos pagarão o dobro. O gado de corte pagará 5$ e o de cria 3$ por cada rês. General Silva Tavares (ANDRADE, 2017, p. 76, grifos do autor).

Essa correspondência indica que o trânsito de gado, nessa fronteira, prosseguira durante o conflito, sendo o gado destinado às charqueadas. O fluxo do gado pode ter sido tal, que frente à necessidade de recursos para manter a revolução, teria chamado a atenção do comitê revolucionário que vislumbrou a possibilidade de taxar esse comércio fronteiriço.

Esses comerciantes ganhariam muito com a guerra, com seu financiamento, pois o apoio não era gratuito, apenas por boa vontade. Existiam outros elementos que estavam em jogo. Muitos animais e suprimentos para as forças eram comprados com dinheiro arrecadado nos impostos sobre a fronteira ou à crédito. O fornecimento requeria pagamento. Logo, esperavam a vitória de seus clientes a fim de obter o ressarcimento das dívidas contraídas durante o

conflito, conforme ocorrido com o caso, citado anteriormente, de Antônio Ribeiro de Magalhães e Joca Tavares.

Um exemplo dessa situação pode ser observado na carta, a seguir, enviada por Cândido Tavares Bastos, de Minas de Corrales, em 23 de fevereiro de 1895, ao general Tavares:

> [...] Sei que V.Ex.ª tem estado **pagando ao nosso amigo Baltazar Dias com o produto de direitos cobrados na fronteira**, o que acho muito justo, pois que esse companheiro tem nos servido muito. Isto também lembrou-me que V. Ex.ª **podia também mandar dar-me alguma coisa por conta dos cavalos de minha sogra que lhe vende, pois com o produto desses cavalos tenho que pagar o Don Arizaga ano e meio de invernada** de 80 cavalos a razão de dois réis por mês [...][544].

A carta remete mais uma vez para a importância dos estancieiros Balthazar Dias, proprietário em Tacuarembó (SOUZA, 1851, p. 44) e o Dr. Cândido Bastos, que fazia empréstimos de valores e de suas propriedades aos revolucionários. Quanto às suas propriedades, eram utilizadas para invernar cavalos, recurso de guerra indispensável às forças hipomóveis e à guerra de recursos, e isso pode ser identificado no diário do Dr. Francisco Tavares, ao afirmar que o general Tavares havia enviado cavalos para invernar nos campos de seu parente Delfino Riet (TAVARES, 2004a, p. 177).

Para os federalistas, isso era um recurso estratégico indispensável, pois ocorriam muitas perdas de cavalos, tanto para revolucionários quanto para governistas, de acordo com Corálio Pardo Cabeda e Antônio Gonçalves Meira (2009), decorrentes de ferimentos em combate, desgaste devido às longas marchas, pouco tempo de descanso. Não raro, grande parte das perdas que deixavam os federalistas a pé, ocorriam devido ao mal de vasos, originado na deficiência de alimentação dos cavalos nas pastagens já prejudicadas, tanto pela estiagem, no verão, quanto pela excessiva umidade, no inverno.

As estâncias eram, portanto, peças centrais para a logística federalista, fosse para a remonta das forças, com a compra de novos cavalos para repor as perdas, fosse para invernálos. Ainda nessa mesma carta, pode-se perceber as redes familiares mobilizadas para suprir as forças. Conforme declara Dr. Cândido Bastos, precisaria pagar sua sogra, e isso não exclui que obteriam lucros com esse fornecimento assim que pagos.

Os profissionais liberais/estancieiros, charqueadores e comerciantes que formaram as charqueadas, em Bagé, possivelmente seriam beneficiados no caso da vitória dos federalistas.

---

[544] BASTOS, Cândido Tavares. [Carta] 23 fev. 1895, Minas de Corrales. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha. Carta em que pede que seja pago pelo empréstimo que fez, pois precisaria pagar cavalos comprados de sua sogra.

Daí resultaria seu apoio, voltariam a ter os privilégios de que desfrutavam, durante a monarquia, no comércio de fronteira, em suas atividades na pecuária e na importação de produtos.

No âmbito social, a existência de vínculos criados a partir dessas relações rurais também poderia criar solidariedades entre eles, devido à existência de interesses em comum. Nesse sentido, consolidar relações que aproximassem esses indivíduos e seus negócios fez parte das estratégias sociais de matrimônio e amizades articulados por esses personagens, criando redes de relações que estiveram presentes durante a Revolução Federalista e são fundamentais para entender a atuação da família Silva Tavares durante o conflito.

Além dessas atividades agropastoris e comerciais, defendemos a possibilidade de que também tenham sido favorecidos pelo acúmulo de recursos para fazer dos espaços de sociabilidades urbanos, e assim utilizar desse prestígio para investir na consolidação de seu prestígio, estabelecimento de redes e atuação política

Entrementes, outro elemento imprescindível diz respeito a sua atuação na vida urbana e aos espaços de sociabilidades que despontavam, em um período de modernizações, em Bagé, ocorridos durante a segunda metade do século XIX. Isso permitirá identificar que muitos dos nomes que compunham a rede dos Silva Tavares, durante a Revolução Federalista, também aparecem em diversos momentos e aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade urbana bajeense, possibilitando estabelecer a origem e também a continuidade desses vínculos que se estendiam do social ao político.

7.2 A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE RELAÇÕES A PARTIR DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES URBANOS

O final do século XIX apresentou importantes mudanças no modo de vida dos sul-rio-grandenses, que repercutiram de diversas formas na sociedade desse período, ainda pouco urbana e com grande concentração de habitantes na zona rural.

Nessa zona, a fronteira pode ser entendida muito mais do que “uma linha que separa duas regiões, para ser entendida num espaço socialmente construído, de integração e circulação de pessoas, de ideias, de mercadorias” (PADOIN, 1999, p. 258). Constitui-se, portanto, mais como um espaço de trocas e de interações culturais do que uma linha de separação que tenta dissociar o espaço rio-grandense do platino.

As cidades fronteiriças guardavam semelhanças econômicas, culturais e arquitetônicas com as cidades uruguaias, semelhanças que também existiam devido à circulação de pessoas e

de produtos europeus que provinham, tanto do porto de Montevidéu, quanto da economia pecuarista, responsável pela movimentação de populações de um a outro lado da fronteira, em direção às suas propriedades rurais no Uruguai ou no Brasil.

Incrustada nos cerros das bandas do sul, a cidade de Bagé, localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, na microrregião da Campanha Meridional, constituía um ponto estratégico e comercial da campanha rio-grandense, tendo se originado de um acampamento militar, próximo à estrada que ligava o Brasil ao Uruguai (CHASTEEN, 2003, p. 55). No aspecto político-social, era uma região que mantinha profundas ligações com o Uruguai, principalmente com a região norte e cidades como Melo, Rivera, Rio Branco, Tacuarembó (BARRÁN; NAHUM, 1971, p. 125). Essa ligação ocorria principalmente devido à relevância das propriedades de brasileiros na região acima do Rio Negro, no norte uruguaio, e também devido à semelhança de práticas econômicas e culturais (BARRÁN, 2012, p. 83).

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Bagé teve forte desenvolvimento econômico, comercial, artístico e cultural. Impulsionada pela atividade pecuária foi elevada à categoria de cidade, em 1859[545]. Para se ter uma noção da sua pujança econômica, citamos o primeiro Recenseamento promovido pelo Império do Brasil, realizado em 1872, segundo o qual, a cidade estava colocada entre as mais ricas e mais populosas da Província do Rio Grande do Sul.

Ainda de acordo com o Recenseamento, nesse período, a vida urbana também florescia e a cidade tornou-se um polo de atração de imigrantes, chegando ao número de 1466 imigrantes, homens e mulheres de diversas etnias[546], como, por exemplo, italianos, alemães, portugueses, espanhóis, franceses e uruguaios. Muitos deles vieram a se tornar grandes empreendedores, criaram estabelecimentos comerciais e uma nascente da indústria.

A cidade havia crescido consideravelmente, tendo passado de uma população total de pessoas livres e escravizados, de 15.037, para uma população total de 22.692, em 1890[547]. Nesse hiato, o jornal *O Paiz*, da cidade do Rio de Janeiro, destacava, em uma matéria especial que, em 1886, Bagé possuía um total de "27 ruas, 1038 prédios, 49 nos subúrbios, num total de 1087"[548].

---

[545] FEE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.
[546]BRASIL, **Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Diretoria Geral de Estatística. Typografia Comercial, Rio de Janeiro, 1876.
[547] FEE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.
[548] Jornal *O Paiz*. Rio de Janeiro. 3 nov. 1886, p. 1 – Notícia sobre a cidade de Bagé.

Ressaltava, ainda, elementos que permitem entender o crescimento da cidade, referindo-se ao fato de Bagé ser uma cidade próspera, polo de atração comercial e de imigração, como se pode observar no seguinte registro: "o número diariamente crescente dos prédios edificados, a grande quantidade dos que se acham em construção e a afluência de viajantes que de todos os lados acedem (...) fábricas de chapéus, curtumes, camisas, gravatas, remoção de matérias fecais, dentre outros"[549].

Trata-se de uma região passou a contar, durante a segunda metade do século XIX, com prestígio e com a atuação de representantes na Corte, dentre os quais estavam Gaspar Silveira Martins e Francisco da Silva Tavares (TAVARES, 2004a; ROSSATO, 2020), que contribuíram nas discussões importantes que pensavam a defesa desse espaço, a economia pecuária e charqueadora, que levaram à construção da estrada de ferro que ligou as principais cidades desta região ao porto da cidade de Rio Grande (SCHMITZ, 2013).

No entanto, no período posterior à Proclamação da República, a região da Campanha sul-rio-grandense foi prejudicada em diversos aspectos – especialmente pela perda de privilégios antes concedidos pelo governo imperial aos setores econômicos da fronteira em troca de lealdade –, em razão das políticas promovidas por Júlio de Castilhos em relação a um maior controle sobre a fronteira, em decorrência da política fiscal implementada.

No âmbito econômico e social, foi um período marcado pelo aumento populacional e pelo melhoramento das técnicas produtivas na pecuária, que teriam ocasionado a diminuição da oferta de empregos, desenhando uma situação de penúria e até mesmo de fome para a população rural pobre, não só do Uruguai, como também do lado brasileiro (CHASTEEN, 2003, p. 89-105).

As mudanças que prejudicaram a economia rural e a sociedade, no Uruguai, também foram sentidas na Campanha rio-grandense, conforme argumenta Ana Luiza Reckziegel. Segundo a autora, passou a existir um "excedente de desemprego, principalmente entre a população masculina, que na Revolução Federalista se alistou em busca de oportunidades, até mesmo de sobrevivência" (2007, p. 32), crise que teria afetado muito mais a população rural pobre do que os grandes proprietários e os ricos comerciantes (RECKZIEGEL, 1999).

No âmbito político, desde 1891, a cidade de Bagé passava por um período de fortes tensões e acirramento dos ânimos. A revolução, iniciada em 1891, com forte atuação dos Silva Tavares desde Bagé, trouxe sobressalto na fronteira devido às ameaças de invasão dos

[549] Jornal *O Paiz*. Rio de Janeiro. 3 nov. 1886, p. 1. – Notícia sobre a cidade de Bagé.

castilhistas. As forças federalistas mantinham reunidos homens em armas no Brasil e no departamento uruguaio de Cerro Largo, preparados para defender o governo surgido da revolução de Novembro, conforme nos referimos no capítulo 1.

O contexto conturbado é explicitado por John Chasteen, segundo o qual, "uma briga qualquer em um baile nos subúrbios da cidade podia causar a mobilização da guarnição, que ficava em pânico, pois ninguém ignorava que a maior parte da população da cidade estava do lado dos federalistas" (2003, p. 56).

Ao encontro dessa afirmação de John Chasteen (2003), um recorte de jornal guardado junto às correspondências pessoais da família Silva Tavares, permite perceber as agressões que estavam sendo cometidas pelas autoridades militares contra a população civil, inclusive com a perseguição ao Dr. Francisco Tavares:

> [...] O coronel Carlos Telles nega-o como negará o atentado cometido contra o ilustre cidadão Dr. Francisco da Silva Tavares atacado por praças do 31º de infantaria, numa das principais ruas de Bagé, em pleno dia, e por ordem do comandante daquela guarnição para ser conduzido ao quartel do comando, raspar-lhe a cabeça e meter-se-o [sic] na cadeia, segundo informações militares. O fato é público e notório, foi testemunhado pela população bajeense, que assistiu, sem surpresa mas indignada, às cenas de repugnante tropelia [...] Não fora o correto procedimento que teve o Sr. tenente coronel Francisco de Paula Alencastro, comandante do 12º regimento tirando do sítio, em carro, a vítima do energúmeno coronel Carlos Telles, e o Dr. Francisco Tavares estaria, talvez, morto, porque teria resistido, infalivelmente, à execução das ordens estupendas do comandante da guarnição, que há muito, com seus exemplo de despotismo, ensina a soldadesca ignara a desrespeitar a sociedade civil. O coronel Carlos Telles igualmente negará a violência praticada para com o Clube Caixeiral; mas Bagé em peso sabe das circunstâncias que ocorreram relativamente a mais esse descoco do comandante daquela guarnição, que dissolveu o simpático e futuroso [sic] Clube, obrigando-o a encaixotar sua rica biblioteca e objetos de valor, em quatro horas e entregar a chave ao senhorio, com a ordem de não mais reunirem-se os membros da associação violentada. Tudo isso por que não foi consentido no baile do Clube Caixeiral um oficial intruso, alter-ego do comandante da guarnição [...][550].

Tal contexto se deve aos eventos ocorridos em 1892, apresentados no capítulo 1, período em que o general Tavares era o segundo vice-presidente do Rio Grande do Sul. Membro do Partido Federalista recebeu das mãos do governador, então deposto, José Antônio Correia da Câmara**,** Visconde de Pelotas, o governo do estado, tornando Bagé sede do governo por breves dias. A intervenção das forças do Exército Brasileiro ao lado de Júlio de Castilhos superou a capacidade de reação dos federalistas reunidos, em Bagé, para se oporem ao golpe do PRR, restando-lhes, assim, a rendição.

[550] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. O coronel Carlos Telles: seus telegramas. Recorte de jornal encontrado junto à documentação do general Joca Tavares. Rio Grande do Sul, s.d.

Após se renderem, os líderes federalistas partiram para o êxodo no Uruguai, juntamente com suas famílias, escapando da vendeta das forças castilhistas e do Exército brasileiro que retomaram a cidade, exercendo controle e domínio até o término do conflito[551].

A partir desse episódio, diversas outras famílias federalistas que não tiveram a mesma sorte, permaneceram em Bagé, enquanto a cidade se constituía em um importante reduto governista, onde estavam aquarteladas forças do Exército, da Brigada Militar e forças civis vinculadas ao PRR. Diante esse contexto sobre os acontecimentos políticos que marcaram a vida social, política e econômica bajeense, apresentaremos a seguir sobre formação as redes urbanas dos Silva Tavares a partir dos espaços de sociabilidade.

Muitos dos nomes que acompanhavam o general Tavares, desde 1891, no começo da Revolução, posteriormente signatários do manifesto da fundação do Partido Federalista, em 1892, e do "Manifesto à Nação Brasileira", de 1893, proclamado pelo general Tavares, elencados anteriormente no capítulo 5, figuravam dentre os fundadores da Charqueada Industrial Bajeense. Entrementes, demonstraremos que esses personagens identificados também aparecem como fundadores e membros ativos dos espaços de sociabilidades urbanas, ou seja, eram atuantes na vida social, política, econômica e cultural de Bagé, o que permitiu que identificássemos e reconstruíssemos suas redes de relações constituídas a partir desses espaços.

O desenvolvimento das cidades acentuou-se a partir da segunda metade do século XIX e, de acordo com Maria Isaura Queiroz (1976), os centros das cidades representavam espaços muitas vezes associados à sede de onde exerciam seu poder nas localidades. Dessa forma, os núcleos urbanos recebiam atenção especial das elites locais, pelo aspecto simbólico. Eram o espaço onde residiam famílias de grupos distintos e delas desejavam tornar-se benfeitores, procurando fazer melhorias e serem vistos como protetores dessas cidades (QUEIROZ, 1976).

Eloisa Capovilla da Luz Ramos (2007), ao estudar os espaços de sociabilidades do Rio Grande do Sul durante o século XIX, acompanhando o processo de urbanização da Província, juntamente a uma industrialização e transformações nos aspectos econômicos e sociais,

[551] As forças federalistas, comandadas pelo general Joca Tavares, que tentavam reaver Bagé, ainda que tivessem falhado na tentativa de tomá-la, após prolongado sítio em que as forças do Exército e castilhistas estiveram entrincheiradas em torno da praça da igreja Matriz (ANDRADE, 2014). As cartas do general Tavares (2004b, p. 92) citam o fato de que a cidade esteve por breve momento tomada pelas forças de Zeca Tavares, em 1894, – quando a guarnição de Bagé saiu em defesa da cidade de Rio Grande que estava sob ataque dos federalistas –, ocasião em que foram destruídas as trincheiras construídas pelos governistas, conseguindo obter suprimentos e escondendo nas residências.

ocorridos principalmente no período tardo deste século, argumenta que os modelos utilizados para pensar e organizar as cidades e estes espaços buscavam seguir os padrões ocidentais europeus de civilidade.

Para Ramos (2007), enquanto os segmentos mais abastados residiam tanto nas áreas rurais, como nos centros urbanos e voltavam-se ao comércio e a espaços de profissionais liberais, o final do século também recebia as residências dos ricos estancieiros que passaram a ocupar os lugares centrais dessas cidades, principalmente durante os meses de inverno.

Ressalta a autora, que a vida urbana e as diversões seguiam certos modelos, segundo os quais, as mulheres ocupavam mais o espaço do lar, onde as principais diversões eram bailes e saraus. Posteriormente, com o desenvolvimento das cidades e os investimentos das elites locais no embelezamento e organização de novos espaços que representassem seu poder econômico e prestígio social, houve o surgimento de novos espaços, como, bibliotecas, clubes, teatros, dentre outros (RAMOS, 2007).

A importância desses espaços para as sociedades agropastoris e urbanas também pode ser percebido na tese de Jonas Vargas (2013), através da qual o autor apresenta a relevância dos espaços de sociabilidade domésticos e familiares para as elites charqueadores de Pelotas. Esses lares eram também voltados para a convivência com outras famílias da elite pelotense, onde também eram realizadas festas, bailes, entretenimentos ao som de pianos, dente dentre outras atividades.

A cidade de Bagé passou a se modernizar a partir da segunda metade do século XIX. Os reflexos dessas transformações urbanas podem ser observados pelo surgimento de diversos espaços de sociabilidade. Situada na fronteira com o Uruguai e relativamente próxima a um grande centro cultural do período, que era Pelotas, a cidade não ficou distante dessas inovações e da importância desses espaços para pensar a atuação das elites na sociedade local.

É possível identificar, na formação dos espaços culturais, durante a segunda metade do XIX, uma forte participação da família Silva Tavares na composição dessas mesmas instituições, juntamente a outros indivíduos que compuseram as elites locais do período.

Durante as pesquisas em obras de memorialistas e pesquisadores locais como as de Jorge Reis (1911), Eurico Salis (1955), assim como em jornais que circulavam em Bagé, na segunda metade do século XIX, como os *Bajeense, Cruzeiro do Sul*, *União Liberal*, *Diário de Bagé, O Arauto*, por exemplo, pode-se identificar que no processo de desenvolvimento e formação desses espaços de sociabilidades, muitos dos nomes dos personagens estavam envolvidos desde esse período e grande parte constituiu as redes dos Silva Tavares, durante o período da

Revolução Federalista, foram signatários da fundação do Partido Federalista, signatários dos manifestos, correspondentes e apoiadores durante o conflito.

Nesse sentido, fundar e pertencer a muitos dos espaços de sociabilidades surgidos, seria uma demonstração de prestígio e acesso a bons relacionamentos na sociedade local. A convivência em tais espaços de sociabilidade pode ser um importante elemento para compreender a origem dessas redes de relações e a constituição de vínculos entre as famílias desses personagens, atuação social e política.

A cidade crescera, Bagé tornara-se, em 1890, a maior cidade da região da Campanha, graças à economia agropecuária. Embora nos primeiros anos da República e durante a Revolução, as ruas ainda não fossem calçadas, as áreas centrais da cidade contavam com avenidas largas, algumas pequenas árvores as embelezavam, na parte central das vias, contava com postes de iluminação, com praças e jardins que constituíam passeios públicos. Podiam-se visualizar os postes das linhas do telégrafo, presentes na cidade desde 1881, que revolucionaram as comunicações (SALIS, 1955). Segundo Chasteen (2003) nas principais ruas estavam casas que variavam de estilo, em grande parte com apenas um piso, mas todas de alvenaria e seguindo o estilo brasileiro[552].

Em meio a essas vias principais, estavam os estabelecimentos comerciais dos muitos imigrantes espanhóis, italianos, portugueses, franceses, alemães e uruguaios, como, por exemplo, o comércio de José Visa Chaubet, no qual eram vendidos livros, louças e cristais importados da Europa. Um pouco afastada estava uma pequena indústria, um moinho movido a força hidráulica, de propriedade de imigrantes italianos estabelecidos em Bagé (LEMIESZEK, 2000; FAGUNDES, 2005).

A cidade contava com a atuação de profissionais liberais e comerciantes, como, por exemplo, serviços importantes de padarias, farmácias, ferragens, sapatarias, relojoarias, consultórios médicos e escritórios de advogados, livrarias, mercado público, atelier de fotografias, algumas escolas de nível primário e secundário, como, por exemplo o Colégio Perseverança e Dupont (SALIS, 1955; CHASTEEN, 2003; FAGUNDES, 2005; BRASIL, 2013).

Os requintes de uma vida urbana também contava com uma catedral, bares, hotéis e seus restaurantes, importantes espaços de convivência de ilustres visitantes e de discretos viajantes,

[552] De acordo com John Chasteen (2003), essas construções eram caracterizadas por possuírem telhas de barro e janelas divididas com pequenas vidraças.

correspondentes dos jornais de Pelotas, que escreviam páginas sobre Bagé para os jornais pelotenses, locais onde poderiam desfrutar de um refresco ou inteirar-se das notícias locais através da leitura em alguns dos jornais que circulavam pela cidade (SALIS, 1955; CHASTEEN, 2003; FAGUNDES, 2005; BRASIL, 2013).

Outro aspecto que não poderia deixar de existir em uma cidade nascida de um acampamento militar, dada sua posição estratégica, diz respeito aos quartéis, que ocupavam também importante espaço na vida urbana, como o 4º Regimento de Artilharia e o 5º Regimento de Cavalaria, além de uma enfermaria militar. Assim, circulavam, pela cidade, soldados e oficiais da Guarda Nacional que movimentavam a vida urbana bajeense (FAGUNDES, 2005).

Os primeiros clubes, em Bagé, surgiram a partir de 1884. Eram importantes espaços de sociabilidade, especialmente neste caso, para o estudo das elites. Muitos deles, próximos aos casarões das famílias abastadas que residiam próximo à Avenida 7 de Setembro, demonstravam o poder dessas famílias e de quem comporia estes espaços. Dentre eles, o Clube Caixeiral, fundado em 1884, possuía importante biblioteca[553] com cerca de 4000 volumes; o Clube Comercial (1886) e o Clube Congresso Familiar (LEMIESZEK, 2000; FAGUNDES, 2005).

Outros espaços de sociabilidade ocupavam lugar central na sociedade bajeense, como, por exemplo, o "Bailante Harmonia Bajeense", a "Sociedade Protetora dos Artistas" e o "*Soirée* Bajeense" (SALIS, 1955; FAGUNDES, 2005). Além do mais, afirma Cláudio Lemieszek (2000) que por Bagé transitavam notáveis companhias de teatro e musicais europeias vindas de Montevidéu e Buenos Aires com direção ao Rio de Janeiro, a cidade também era palco de exposições de pinturas e sociedades literárias.

A importância desses espaços urbanos, para as sociedades do final do século XIX, e para compreender a atuação urbana e a formação das redes das elites federalistas vinculadas à família Silva Tavares, analisadas neste estudo, ganha destaque pelo fato de ter sido nas dependências de um clube, a "Sociedade Bailante", em Bagé, onde ocorreu, em 31 de março de 1892, a fundação do Partido Federalista, presidido pelo general Joca Tavares e do qual participaram líderes políticos de todo o estado (REIS, 1911).

Importante ressaltarmos que os primeiros espaços de sociabilidade modernos, no ocidente, já marcavam sua importância, desde o século XVIII até os dos clubes de livre associação contemporâneos, no sentido de constituir significativo lugar onde poderiam ser

[553] WITTER, Nikelen. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do Século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Paulo, julho, 2011, p. 1-11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888262_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf Acesso em:28/08/2020.

estabelecidas amizades, criar solidariedades e solidificar alianças, em função de interesses e objetivos em comum, debater e divulgar ideias (IMÍZCOZ, 1996).

Acerca da importância dos clubes informais, Janete Tanno (2011), ao pensar os clubes da elite de São Paulo e do Rio de Janeiro, destaca sua importância enquanto espaços de lazer e convivência para os diversos grupos sociais e étnicos, onde conviviam seus sócios, ainda que não fossem uma exclusividade das elites. Eram locais onde poderiam ser estabelecidas amizades, debatidos negócios, discutidas ideias, realizados debates políticos, ou lugares onde esses grupos poderiam aumentar suas redes de relações, ou até mesmo para promover bailes beneficentes, lógica que valia para outros espaços associativos do período.

Ainda conforme Janete Tanno (2011), para as elites, esse era um espaço de distinção, de prestígio social e econômico, que seria expresso na riqueza das joias e nos vestuários. Ao encontro dessa afirmação, ao analisar os clubes sociais em São Leopoldo, entre 1850 e 1930, Eloisa Capovilla da Luz Ramos (2000) argumenta que a busca por distinção constituía prática e representação da elite, em que seus membros poderiam tanto ver quanto ser vistos, privilegiando o glamour e a distinção.

Frequentar tais espaços, para Janete Tanno (2011), envolveria saber se comportar de acordo com os preceitos estabelecidos pelo grupo. Os frequentadores poderiam expressar sua erudição em agradáveis conversas, o que propiciaria fossem feitas "distinções entre os frequentadores, e a escolha dos melhores pretendentes, tanto para os moços quanto para as moças casadoiras, num claro intento de preservação de status e de consciência do lugar social ocupado na sociedade [...]" (TANNO, 2011, p. 336).

Ao encontro da importância desses espaços de sociabilidades urbanos, especialmente no âmbito das elites, mostra-se fundamental pensar a estruturação de redes de relações entre os indivíduos. Muitos dos nomes envolvidos nos manifestos federalistas e com vínculos próximos à família Silva Tavares foram identificados na lista de sócios fundadores e membros do Clube Comercial, em Bagé.

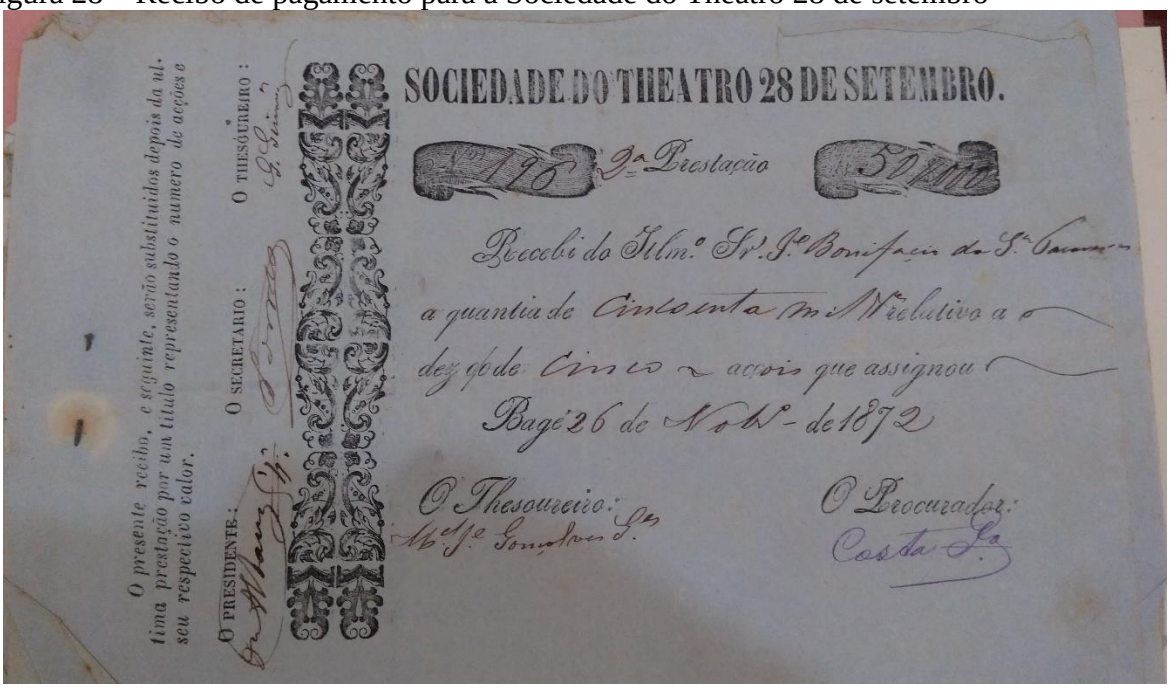
Na lista, figuram diversos nomes, dentre eles: Antônio Torrescasana, Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães, Plácido Silveira, Belchior Silveira, Cacildo Carrion, Cândido Xavier Azambuja, Cândido Pires de Borba, Custódio Teixeira Brasil, José Francisco de Azevedo Penna, José Maria Epaminondas de Arruda, Joaquim Nunes Garcia, João Anacleto Gularte, Martin Bidart Filho, Cônego João Ignácio de Bittencourt, além dos nomes do general João

Nunes da Silva Tavares e de José Bonifácio da Silva Tavares, dentre outros personagens[554], todos eles presentes nas listas dos manifestos federalistas.

A vida artística e cultural da cidade também florescia. A cidade dispunha de espaços voltados à elite, como, por exemplo, a existência de um gabinete de leitura que funcionava, desde 1870, com cerca 500 volumes (REIS, 1911; SALIS, 1955). Ainda, o Teatro 28 de Setembro – cujo nome homenageava a Lei do Ventre Livre[555], assinada pela princesa Isabel de Bragança, em 28 de setembro de 1871 –, no qual poderiam ser apreciadas peças teatrais e companhias de zarzuelas espanholas, apresentações da orquestra filarmônica existente na cidade. Existiam, também, professores de canto e de música (REIS, 1955; MACEDO, 2005).

Nesse teatro, organizado pelo clube abolicionista de Bagé, José Bonifácio da Silva Tavares era sócio e acionista; pagava, em 1872, o de cinquenta mil réis, relativo a 10% de cinco ações que possuía do teatro, e que, ao final das parcelas, receberia um título a partir do número de ações que dispunha nessa sociedade[556].

Figura 28 – Recibo de pagamento para a Sociedade do Theatro 28 de setembro



Fonte: Arquivo Público Municipal de Bagé. Recibo de pagamento para a Sociedade do Theatro 28 de setembro, 26 nov. 1872. Fotografia realizada por Gustavo Figueira Andrade, 2019.

[554] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Quadro com lista de sócios fundadores do Clube Comercial de Bagé, 3 jun. 1886.

[555] Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, na qual foi sancionada a Lei do Ventre Livre que declarava livres todos os filhos de mulher escravizada a partir da promulgação daquela lei, bem como da libertação gradual dos que estivessem escravizados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 03/11/2020.

[556] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Fundo da Família Silva Tavares. Recibo de pagamento, Sociedade do Theatro 28 de setembro. Bagé, 26 nov. 1872.

Esse contexto permite um olhar sobre a atuação da família Silva Tavares, em Bagé. A conformação das redes urbanas deste grupo pode ser observada em diversos aspectos e pode ser entendida como parte de sua estratégia de poder e de seus interesses políticos na localidade.

Em um primeiro momento, citamos a Sociedade de Beneficência Portuguesa de Bagé, criada em 1871 e inaugurada a partir de 1878, que constituía um importante espaço de sociabilidade e contava com mais de 400 sócios, grande parte composta por negociantes portugueses (CHAVES, 2012). Nos quadros de sócios estavam inúmeros personagens, dentre eles Joca Tavares, José Facundo da Silva Tavares, Zeca Tavares, Alexandre Teixeira Brasil, Mateus Teixeira Brasil, Laurindo Jose Collares, Augusto Gerngross e José Francisco de Azevedo Penna (REIS, 1911; SALIS, 1955).

Um exemplo de o quanto essas relações construídas, na vida urbana, permitem entender como eram construídas as redes destes personagens, de que forma se deu a origem dos vínculos com a família Silva Tavares, de alguns desses indivíduos elencados, citamos o caso do médico Dr. José Francisco Penna. Este personagem residia na cidade de Rio Grande, até ser trazido a Bagé, por José Facundo da Silva Tavares, para tratar de sua filha que estava com problemas de saúde, e posteriormente, vindo a estabelecer residência nesta cidade (SALIS, 1955).

De acordo com Jorge Reis (1911) e Eurico Salis (1955), a cidade possuía outras sociedades de beneficência e socorros mútuos, além da portuguesa, dentre elas, a espanhola, fundada em 1868, a italiana, fundada em 1871, e a uruguaia. Ainda de acordo com os autores, na década de 1870, alguns países possuíam representação consular em Bagé, dentre os quais, a República do Uruguai, cujo cônsul durante a Revolução Federalista, era o tenente-coronel Cacildo Carrion.

Durante o período do conflito em questão, Cacildo e outros cônsules, dentre eles Antônio Ribeiro de Magalhães, cônsul português, receberam negativas diante das reclamações feitas ao comandante da guarnição do Exército que estava em Bagé, solicitando salvo conduto para que as famílias sob suas proteções se retirassem da cidade, tendo em vista a eminência do ataque federalista[557].

Importante destacar que os vínculos destes personagens aparecem, novamente, nas correspondências do general Silva Tavares, pois apontam para uma participação dos Carrion junto aos federalistas. Nesse sentido, em seu Diário, o Dr. Francisco Tavares (2004a) afirma

[557] Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 19 fev. 1894, p. 1 – História do Sítio de Bagé.

que a prisão de Carrion havia sido decretada pelo coronel Carlos Telles, comandante da guarnição de Bagé, possivelmente devido a essa proximidade e pelo apoio oferecido aos federalistas.

A partir dos indícios oferecidos pelas cartas, diários e jornais do período, é possível afirmar que existiam laços de parentesco entre esse agente e outros revolucionários. O cônsul uruguaio em Bagé, Cacildo Carrion, era parente do tenente coronel federalista João Francisco Carrion[558], da cidade de Lavras do Sul, oficial das forças de Zeca Tavares, durante o cerco a Bagé, o qual chegou a invadir a cidade com suas forças no período do cerco à cidade (TAVARES, 2004b). Além disso, identificamos o nome de outros três indivíduos com mesmo sobrenome, que compunham as fileiras federalistas: Pedro Carrion e João Manoel Vieira Carrion.

No que se refere à importância das sociedades de beneficência, de acordo com Larissa Patron Chaves (2012), passaram a ser criadas a partir da segunda metade do século XIX, organizadas por descendentes de portugueses, sendo mantidas por seus sócios. Ainda de acordo com a autora, essas instituições estavam associadas para promover ajuda mutual e ações de caridade, criando uma imagem de seus sócios como promotores da ordem e do progresso, associando-os à cultura europeia. Isso traria uma diferenciação no âmbito étnico-cultural, pautando-se na evocação de uma identidade lusitana que os vinculava a uma elite fundadora, elementos importantes para compreender a constituição das elites locais.

Destaca Chaves (2012), que pertencer a tais instituições era sinal tanto de prestígio quanto de poder econômico, na sociedade local, e com o enriquecimento das cidades no período pós-Guerra do Paraguai, os elementos culturais e políticos constituiriam espaços de poder para a atuação dos personagens. Observa, autora, que o ato de fazer doações de caridade, ajudar outras pessoas, significaria possuir condição financeira e, ao mesmo tempo, uma prática clientelística, uma vez que evidencia o poder de quem doa, estabelecendo, da mesma forma, um dever de reciprocidade de quem é auxiliado.

Tais relações de assistência e caridade realizadas pelos sócios das sociedades de beneficência não se restringiam apenas ao âmbito da associação, conforme evidencia Larissa Chaves (2012), ao estudar os casos das Sociedades de Beneficência Portuguesa de Porto Alegre, Pelotas e Bagé. Revela, a autora, a atuação de indivíduos que as compunham. Suas diretorias eram constituídas por indivíduos recrutados entre os que haviam alcançado proeminência e prestígio em suas localidades. Em outras palavras, teriam sido ativos na promoção de obras de

[558] Jornal *Diário de Popular*, Pelotas. 5 fev. 1894, p. 2. Fala sobre o cerco de Bagé e refere-se ao fato de João Carrion ser parente do cônsul uruguaio em Bagé.

caridade, como, por exemplo, na criação da Santa Casa de Caridade de Pelotas, fato que também pode ser observado para o caso de Bagé.

O envolvimento da família Silva Tavares, na fundação da Sociedade de Beneficência Portuguesa, em Bagé, enquadra-se em um perfil de atuação das elites, apresentado por Chaves (2012), em seu artigo *As sociedades portuguesas de beneficência nos municípios do extremo sul do Rio Grande no século XIX*. Conforme argumenta a autora, os fundadores e diretorias das beneficências eram grupos que se consideravam parte de um seleto grupo detentor de poder e prestígio. Para o caso de Bagé, identificou que, muitas vezes, acabavam se ligando através de vínculos matrimoniais a outras famílias deste mesmo círculo, o que entendemos como sendo parte de uma estratégia familiar.

Nesse sentido, ao encontro do que afirma Leandro Oliveira (2016), em relação ao forte envolvimento dos Silva Tavares, para uma família que imigrara de Herval e que precisava inserir-se nos círculos do poder, em Bagé, não bastaria apenas possuir riqueza, precisaria, sim, ser investida nesse projeto de poder e ser reconhecida como elite local.

Pertencer a uma sociedade portuguesa e reivindicar constantemente essa identidade lusitana pode evidenciar um interesse em ser reconhecido como parte de um seleto grupo dos primeiros povoadores, uma estratégia que legitimaria suas pretensões de acesso ou de manutenção nas estruturas do poder local.

Assim, o casamento entre Ludovina da Silva Tavares, filha de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre, com Júlio Alves Pinto, um rico comerciante português estabelecido em Bagé e membro da diretoria da Beneficência Portuguesa (CHAVES, 2012), possivelmente, tratou-se de uma estratégia econômica[559].

Essa prática também foi identificada em outros trabalhos dedicados a estudos das famílias, no Brasil, como, por exemplo, o de Kátia Mattoso (1992), que identificou, em sua pesquisa acerca de famílias da Bahia, século XIX, que a prática de incorporação de comerciantes portugueses por algumas famílias ocorria em situações em que estivessem precisando obter crédito ou mesmo garantir que o patrimônio econômico fosse reproduzido, de modo que tal prática seria capaz de proporcionar estabilidade econômica.

[559] BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'etat**: grandes écoles et espirit de corps. Paris: Éditions du Minuit, 1989, p. 387-389. Disponível em: https://www.numilog.com/LIVRES/ISBN/9782707312785.Livre?utm_source=PDF-excerpt Acesso em: 08/10/2020. A questão das estratégias familiares pensadas por Pierre Bourdieu, ainda que utilizados para analisar um contexto e sociedade distintos, o da Béarn, na França, podem ser utilizados para pensar aspectos da sociedade que enfocamos neste estudo.

Com isso, os Silva Tavares teriam estabelecido uma estratégia de matrimônios que os vinculariam às famílias que detinham acesso a pontos estratégicos daquela sociedade. Estabelecer tal vínculo, além de mostrar o papel fundamental das mulheres nessas estratégias familiares, demonstrava a busca por reforçar sua origem lusitana. E, ainda, as vincularam a indivíduos bem posicionados nos âmbitos econômico e social. Da mesma forma, permitiria acessarem esses espaços de sociabilidade e obterem reconhecimento de seu prestígio, garantindo espaço para manifestarem seu poder econômico e social, inserindo-se nas estruturas clientelísticas de poder, além de serem reconhecidas como parte de uma elite local.

Em um segundo momento, é possível de se observar importante atuação e conformação das redes da família Silva Tavares, na fundação da Santa Casa de Caridade de Bagé, em 1883. De acordo com Jorge Reis (1911) e Eurico Salis (1955), o terreno do novo hospital foi doado por José Facundo da Silva Tavares, o qual já havia doado recursos para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição e da Beneficência Portuguesa.

Para a construção da Santa Casa, recebeu doação de 8 contos de réis do Visconde do Serro Alegre, além de outros 4 contos do restante de sua família, dentre eles o Dr. Francisco e Zeca Tavares, Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, Nicanor de Souza Peña, casado com Zulmira, filha do Dr. Francisco Tavares; Gervásio Alves Pereira, casado com Maria Cecília, filha do Visconde do Serro Alegre, médico formado no Rio de Janeiro, veterano da Guerra do Paraguai, médico da marinha[560] e político em Pelotas, residiu também em Bagé (FRANCO, 2010); e Umbelina Bernarda de Assunção Nunes, Viscondessa do Serro Alegre (REIS, 1911, p. 56-57).

Os matrimônios de Zulmira e Maria Cecília com profissionais liberais urbanos, especialmente médicos e advogados, ainda que pertencessem a famílias proprietárias rurais, indicam a existência de uma estratégia matrimonial e de diversificação econômica, garantindo a reprodução do grupo, ao mesmo tempo que lhes conferia prestígio social e acesso a outras redes no espaço urbano.

Da mesma forma, as estratégias de matrimônios se estenderam a outras famílias de estancieiros e políticos de outras localidades, como, por exemplo, a de Maria Cecília, filha homônima de Maria Cecília da Silva Tavares e de Gervásio Pereira, que havia contraído matrimônio, em 1891, com Pedro Luís da Rocha Osório, proeminente político e charqueador,

[560] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional. Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. Proposta de preenchimento das vagas de oficiais de Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional do Município de Bagé caixa 40, Lata 428, maço 05, 1870.

sobrinho de Manoel Luís Osório, parente distante de João da Silva Tavares, avô de Maria Cecília (RHEINGANTZ, 1993; FRANCO, 2010).

Esse matrimônio entre parentes distantes, possivelmente, tenha representado uma busca por reforçar alianças que já vinham sendo tecidas pelas gerações anteriores da família e, ao mesmo tempo, trazer para perto um parente que ocupava importante posição no cenário político, econômico e que possuía acesso a importantes redes políticas, no Rio Grande do Sul.

Às doações efetuadas pelos Silva Tavares, somaram-se as de outros indivíduos para contribuir com a construção da Santa Casa de Caridade de Bagé, como, Alexandre Teixeira Brasil, Thomaz José Collares e Mateus Brasil (SALIS, 1955). Dentre o quadro de sócios benfeitores que auxiliaram com recursos estavam o Dr. José de Azevedo Penna, Cândido Dias de Borba; Carlos de Campos Laudares, Manoel Soares da Silva e Cândido Xavier Azambuja.

A instituição ficaria a cargo das Irmandades do Santíssimo Sacramento e a de São Sebastião, à qual pertenciam diversos indivíduos, dentre eles os membros da família Silva Tavares. Mais uma vez, os vínculos entre os Silva Tavares com a família Collares aparecem em meio a essas redes urbanas, como no caso de Josefina Maria Collares, filha de Thomaz José Collares e Benigna Maria do Nascimento, casada com Balbino Manuel Tavares Francisco de Souza, em 1847, filho de Gertrudes Nunes da Silva Tavares e de Balbino Francisco de Souza (RHEINGANTZ, 1993).

O pertencimento a essas irmandades permite identificar a filiação religiosa de alguns dos membros da família Silva Tavares como sendo católica. Principalmente, pelo fato de que, possivelmente, fosse semelhante aos requisitos estabelecidos pelas irmandades de Pelotas e Porto Alegre; além disso, ao encontro desse requisito, o fato de Zeca Tavares ter pertencido às irmandades religiosas do Santíssimo Sacramento e de São Sebastião[561], juntamente com seu parente, Nicanor Peña, Saturino Arruda e Alexandre José Collares, também contribuiu para as festas do Divino Espírito Santo[562].

De acordo com Cláudia Tomaschewski (2014), em seu estudo sobre a distribuição da assistência nas Santas Casas de Misericórdia de Porto Alegre e de Pelotas, entre os anos 1847 e 1891, estas instituições detinham parcela da prática de assistência e também envolviam a questão da ajuda mútua. Para esta autora, é possível compreender as origens lusitanas das Santas Casas de Misericórdia como um prolongamento do sistema assistencial desenvolvido em

[561] Jornal *União Liberal*. Bagé, 13 jan. 1886, p. 2.
[562] Jornal *União Liberal.* Bagé, 16 jul. 1887, p. 1.

Portugal. Segundo a autora, enquanto a função das irmandades era cuidar do auxílio mútuo entre seus membros, caberia às irmandades a tarefa de prestar caridade.

Isso nos permite associar o tópico anterior de pertencimento a uma Sociedade de Beneficência Portuguesa com a fundação das Santas Casas e irmandades. Ao mesmo tempo, possibilita compreender as redes de relações e seus vínculos com uma estratégia de poder, uma atuação na política local imersa em uma sociedade permeada por relações clientelísticas. O estatuto da Santa Casa de Caridade de Bagé previa que, dentre suas funções, deveria conceder "gratuitamente, medicamentos aos que apresentarem atestados de pobreza [...]" (SALIS, 1955, p. 182), o que vem ao encontro do que afirma Tomaschewski (2014), pois caberia aos membros dessa instituição, pessoas abastadas da localidade, conceder o benefício ou não.

Ao estudar o caso das Santas Casas e irmandades religiosas em Porto Alegre e Pelotas, além de apontar para uma composição social semelhante à apresentada em Bagé, afirma Tomaschewski (2014) que as irmandades ocupavam posição central na administração dessas instituições. Pertencer à administração dessas casas de misericórdia envolvia fazer parte das irmandades e atender a certos pré-requisitos, tais como o reconhecimento do prestígio social, moral e poder econômico, na sociedade local, já que os indivíduos deveriam possuir bens suficientes ou profissão rentável para socorrer a Santa Casa ou aos irmãos da irmandade, se preciso (TOMASCHEWSKI, 2014).

Assevera, ainda, Cláudia Tomaschewski (2014), que tais requisitos estão inseridos em um contexto no qual não havia separação entre os âmbitos econômico, político e religioso, de modo que conceder ajuda seria uma atividade política, econômica e religiosa. Entrementes, além do exercício da caridade e da concessão de benefícios econômicos e políticos, no âmbito de uma lógica clientelística local, seria uma ótima oportunidade de negócios, pois as Santas Casas detinham, até 1891, o controle dos cemitérios, seus cuidados e os serviços funerários (TOMASCHEWSKI, 2014). No final do século XIX, também passaram a receber recursos do Estado e os distribuíam em assistência como atos de caridade, logo, instrumento de distribuição de favores e manutenção de suas clientelas (TOMASCHEWSKI, 2007).

No aspecto político, para Tomaschewski, pertencer a uma irmandade e à diretoria das Santas Casas poderia alavancar carreiras políticas, já que constituíam "espaço de poder entre outros, pelos quais circulavam as elites locais" (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 102), e serviriam como elementos que consolidavam a posição de poder e de prestígio que dispunham na sociedade local.

Um terceiro momento que destacamos, da atuação local, em que aparece o pertencimento a atividades associativas e que permite observar a formação das redes desses

personagens está a questão abolicionista, em Bagé. Conforme afirma Luís Augusto Farinatti (2007), a presença negra foi fundamental para a sociedade pecuarista e também para as economias urbanas, das cidades da região da Campanha. Até o começo da segunda metade do século XIX, boa parte dos estancieiros da campanha possuíam homens escravizados, assim como os Silva Tavares também os possuíam como força de trabalho, em suas propriedades, ao menos durante três gerações (VARGAS, 2014; MATHEUS, 2016; OLIVEIRA, 2016).

A abolição, nesta cidade, que fez parte de um contexto de abolição lenta e gradual da escravidão, defendida pelo Partido Conservador, que já havia sancionado a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885), na qual estava prevista a substituição da mão de obra escrava pela livre, também teve seus desdobramentos na campanha Sul-rio-grandense (GARCIA, 2010). Por serem membros desse partido e líderes conservadores, em Bagé, ao ser promovido o movimento de abolição, em Bagé, os Silva Tavares mostravam-se alinhados às políticas abolicionistas do Gabinete Conservador em âmbito nacional.

Segundo Elizabeth Fagundes (2005), ao menos desde o começo da década de 1870, sem que possamos precisar a data, foi organizado um clube abolicionista em Bagé, denominado *Sociedade 28 de Setembro*, em homenagem à data da aprovação da Lei do Ventre Livre, que buscava fomentar a vida cultural em Bagé e, mais tarde, foi o responsável pela fundação do Teatro 28 de Setembro.

O envolvimento da família Silva Tavares também acompanhava, em âmbito nacional, uma vinculação com a Sociedade de Beneficência Portuguesa, como, por exemplo, o caso de Joca Tavares, e mais outros dois indivíduos, que haviam sido nomeados delegados, em 1883, pela Sociedade Abolicionista Luso-Brasileira, em Bagé (REIS, 1911). Acreditamos que tal nomeação pode estar vinculada a uma participação ativa no Clube Abolicionista de Bagé.

Esse clube abolicionista, de acordo com Jorge Reis (1911), foi criado por inciativa de Martin Bidart Filho, Zeca Tavares, Zeferino Gomes de Freitas, Rodrigo Nunes Galvão, e era presidido pelo Cônego Ignácio Bittencourt. Compunham suas fileiras o general Joca Tavares, Dr. Tertuliano Machado, Martin Bidart, major Joaquim Nunes Garcia, Alexandre José Collares, major João Maria Epaminondas de Arruda, José Francisco de Azevedo Penna, Nicanor de Souza Peña, Pedro Luís Osório Filho, Belchior Silveira, dentre outros membros[563].

Conseguimos identificar que alguns desses membros foram novamente citados para compor uma comissão, em 1887, que deveria promover a liberdade dos negros que ainda

[563] Jornal *Cruzeiro do Sul*. Bagé, 11 set. 1884, p. 2. Membros do Clube Abolicionista de Bagé.

estivessem escravizados em Bagé, como, o general Joca Tavares, o cônego Ignácio Bittencourt, Cândido Dias de Borba, dentre outros personagens[564].

Conforme Jorge Reis (1911), Zeca Tavares é que foi encarregado de conseguir sócios e angariar fundos, na sociedade local, para promover a emancipação dos escravizados. Isso seria um reconhecimento do poder, do prestígio e da abrangência das redes que dispunha na cidade, assim como a inserção da família de Zeca Tavares como promotora de benemerência.

Ainda que não seja nosso escopo estudarmos a questão do mundo do trabalho e da abolição em Bagé, algumas pesquisas permitem um olhar que apresenta um quadro de conflitos e resistências. A cidade possuía uma considerável presença negra, com uma comunidade atuante, conforme constata Tiago da Silva (2018, p. 33), ao consultar o Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no ano de 1859. O autor demonstra que a cidade estava dentre as que mais possuíam homens escravizados, no período, uma população de 32% de negros escravizados, ficando apenas atrás de Pelotas e Rio Grande.

Para Marcelo Matheus (2016), a sociedade brasileira do período, marcada pela discriminação típica do fim do século XIX, permitia, ainda, que com limites e conflitos, a participação e a mobilidade social dos negros, de modo que "escravos e libertos participavam da construção do arcabouço social – por óbvio, com menos recursos, materiais e simbólicos, para participar do jogo social" (MATHEUS, 2016, p. 368). Isso pode ser percebido, segundo o autor, na formação de espaços de sociabilidade e atuação da população negra, como por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na década de 1860.

Para o contexto da abolição da escravatura em Bagé, Tiago Rosa da Silva (2018) critica a invisibilidade dos negros na história oficial do município e a forma, muitas vezes racista, com que são apresentados. Afirma que o processo de abolição, em Bagé, é bem mais complexo do que o apresentado por parte de escritores bajeenses.

Segundo o autor, ainda que essa historiografia apresentasse a abolição como sendo total, em 1884, e os registros de alforria tivessem aumentado, consideravelmente, em 1884, ela não teria sido total. Assim, refutando a hipótese de abolição total, em 1884, evidencia a existência de registros de emancipações de escravizados até aproximadamente 1889.

Nesse sentido, o autor demonstra, empiricamente que, assim como em outras localidades, no mesmo período, por exemplo, em Quaraí e Alegrete (GARCIA, 2010), muitas das alforrias foram condicionadas[565], ou seja, sujeitas a prestações de serviço, algo que também

[564] Jornal *União Liberal*. Bagé, 25 out. 1887, p. 4. Notícias sobre os membros da comissão abolicionista.
[565] Sobre essa questão ver: CHALHOUB, Sidney. Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

era comum em outras cidades do Rio Grande do Sul, nessa época. Portanto, não representava o término do domínio sobre os homens escravizados, pois ainda se mantinha o controle sobre eles (GARCIA, 2010).

No âmbito da família Silva Tavares, existiam situações distintas, tanto de liberdade com condição, quanto sem condições. Como exemplo, citamos o caso de Zeca Tavares, que havia libertado, em Bagé, em setembro de 1884, cinco escravizados com condições de serviços[566], e de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla, em Pelotas, que também libertara um de seus escravizados, Manoel, sem condições[567].

Tiago da Silva (2018) argumenta que a sociedade bajeense também possuía inúmeras contradições, marcadas por conflitos e pela existência de espaços de reinvindicações e resistências a uma realidade que confronta a memória oficial, para além dos imigrantes europeus.

Tais críticas do autor também podem ser estendidas ao período da Revolução Federalista, por exemplo, em relação ao fato de inexistirem obras memorialísticas ou documentos do período que permitam uma análise contundente sobre a atuação de negros nas forças revolucionárias em Bagé. Ainda que os indícios apontem para uma lógica atuação destes, conforme pode ser observado nas fotografias realizadas por José Grecco, pertencentes ao acervo do Museu Dom Diogo de Souza, em Bagé, a presença de soldados negros, tanto nas forças governistas quanto nas federalistas, é considerável, principalmente, em um contexto marcado pela abolição, transição do trabalho de escravizados para o livre e de crise econômica.

As vizinhanças, no espaço urbano, também podem revelar mais sobre a organização dos espaços de poder e das relações de solidariedades de que poderiam dispor os indivíduos que pertenciam às redes dos Silva Tavares. A partir da obra *Inventário Cultural de Bagé*, de Elizabeth Fagundes (2005), é possível identificar, no que se refere às residências da parte central da cidade, que muitas delas evidenciavam o luxo e o poder de seus moradores, especialmente na Avenida 7 de Setembro, a principal da cidade.

BAKOS, Margareth Marchiori. O abolicionismo no Rio Grande do Sul. **Cadernos de História**, n. 29, Porto Alegre, 2004.
BAKOS, Margaret Marchiori. Rio Grande do Sul: escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

[566] Jornal *Cruzeiro do Sul*, Bagé. 18 set. 1884, p. 1. Notícia sobre José Bonifácio da Silva Tavares libertar cinco escravizados com condições.

[567] Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 22 mar. 1884, p. 1. Notícia da libertação de homens escravizados por Joaquim da Silva Tavares.

De acordo com John Chasteen, a Avenida 7 de Setembro "percorria a parte mais alta da cidade até o mercado, caracterizado por suas bancas em arcada" (2003, p. 55). Além de diversos estabelecimentos, a cidade possuía jornais variados, como, por exemplo, o *Folha do Sul* ou *15 de Novembro*, este último empastelado durante a tentativa federalista de retomar a cidade, durante a Revolução Federalista, devido às fortes opiniões contrárias aos federalistas.

Nessa avenida, segundo a obra de Fagundes (2005), identificamos, no mesmo quarteirão e no paralelo, a residência do Visconde do Serro Alegre e sua esposa; mais ao lado, sua filha, Umbelina Tavares da Silveira, e seu esposo, capitão Bibiano Antônio da Silveira (RHEINGANTZ, 1993). Seguindo por essa rua, mais abaixo, residia o general Joca Tavares, cuja propriedade era vizinha à do médico Nicanor de Souza Peña, casado com sua sobrinha[568]. Não era apenas a proximidade em relação às residências, era também a reforçada pelo casamento endogâmico, como o caso de Leocádia Tavares da Silveira, filha de Umbelina e Bibiano, casada com seu primo Jerônimo Nunes da Silva Tavares, filho de Joca (RHEINGANTZ, 1993).

Ainda vizinhas desses personagens, conforme Elizabeth Macedo (2005), estavam as residência dos federalistas, coronel Camilo Mércio Pereira Júnior e Antônio Barbosa Netto, este, parente do federalista Antônio de Mattos e um dos fundadores do Clube Comercial. A complexa trama da rede de parentescos que vinculava esses indivíduos também se materializava nas vizinhanças, como, por exemplo, o caso de Antônio Barbosa Netto, cuja prima, Manoela Barbosa Netto[569], era casada com o coronel Procópio Gomes de Mello Sobrinho[570], filho de João Gomes de Mello e irmão da esposa do Barão de Santa Tecla; era Chefe do Estado Maior do Exército Libertador[571]. O envolvimento dos Gomes de Mello também abrangeu movimentações pelo interior do território oriental. Tal atuação é narrada pelo Dr. Francisco Tavares, em seu diário, no qual afirma que havia mandado buscar lanças em Montevidéu, e que estas viriam em uma diligência, escoltadas pelos irmãos Procópio e João Gomes de Mello (TAVARES, 2004a, p. 93).

A conformação dos espaços urbanos, especialmente os centros das cidades e as vizinhanças, podem ser pensados a partir de Maria Isaura de Queiroz (1976). De acordo com a autora, os centros urbanos também eram espaços de disputa entre os diversos grupos que

---

[568] APERS, Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Cartório Civil, Inventário de Partilha Amigável de João Nunes da Silva Tavares, estante 8, maço n. 10, auto 128, Bagé, 1906.

[569] FAMILYSEARCH. NETTO, Manuela Barbosa. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:QHMR-V75, Acesso em: 27/08/2020.

[570] FAMILYSEARCH. MELLO, Procópio Gomes de. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:QHMR-V7R, Acesso em: 27/08/2020.

[571] TAVARES, João Nunes da Silva. Ordem do dia n.º 6. Arquivo Público Municipal de Bagé. Bagé, 20 nov. 1893.

disputavam o poder. Eram espaços repletos de simbolismos eu denotavam o prestígio ocupado na sociedade, pelas famílias, e, nesse sentido, buscava-se ocupar os lugares próximos aos prédios onde estavam as sedes do poder local.

Argumenta essa autora, que as cidades, no Brasil, de forma geral, possuíam uma disposição semelhante, geralmente em ruas principais, assim como nos entornos de uma igreja Matriz, a qual refletia o poder econômico dos grupos dominantes, e nos arredores, situavam-se casas que ostentavam o prestígio e o poder das famílias que nelas habitavam (QUEIROZ, 1976).

Nesse espaço urbano, as vinculações das redes, os vínculos familiares também se estendiam a outros personagens como profissionais liberais e políticos locais. Dentre os nomes signatários da ata de fundação do Partido Federalista, em 1892, e do *Manifesto à Nação Brasileira*, de 1893, no qual o general Joca Tavares expôs os motivos pelos quais os federalistas combatiam, também estavam presentes os nomes da família Epaminondas de Arruda, que possuía residência em Bagé e Pelotas, além de propriedades no Uruguai. Era uma família que descendia do abastado charqueador João Mendes de Arruda, da cidade de Pelotas (MAGALHÃES, 1998; VARGAS, 2016) e possuía vínculos com a cidade de Bagé.

Durante o período da Revolução, o coronel João Maria Epaminondas de Arruda Filho, veterano da Guerra do Paraguai, foi Tabelião e Escrivão do civil e crime do termo de Bagé[572], em 1878. Compunha o Estado Maior, de Joca Tavares, até ser dispensado do cargo pelo fato de estar doente. Por sua vez, seu irmão, o advogado e professor Saturnino Epaminondas de Arruda, havia sido deputado provincial pelo Partido Liberal, durante o período monárquico. Era maçom, primeiro diretor da Biblioteca Pública Pelotense, cargo que exerceu por diversos anos, Diretor Geral da Instrução Pública[573] (PERES, 2002), atuou como secretário geral do comando em chefe do Exército Libertador (TAVARES, 2004b).

Tais vínculos estendiam-se do âmbito familiar ao profissional e estiveram presentes durante a Revolução. Em um primeiro âmbito familiar, é possível perceber a existência de relações entre as famílias Arruda e o irmãos de Gaspar Silveira Martins, consolidadas através de matrimônios, como, por exemplo, o caso de Belchior da Silveira, casado com a filha de João Epaminondas de Arruda, Teófila de Arruda Silveira, de cujo filho haviam sido padrinhos Gaspar Silveira Martins e o Dr. Saturnino de Arruda[574]. Outro exemplo é o caso de Ester da

[572] CAMPELLO, João Chaves. Fala de abertura da segunda sessão da 17ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878.
[573] CAMPELLO, João Chaves. Fala de abertura da segunda sessão da 17ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878.
[574] Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé, Registros de Batismo, 1888, folha 92b.

Silveira, filha de Baltazar da Silveira, irmão de Belchior e Gaspar Silveira Martins, casada com o Joaquim Napoleão Epaminondas de Arruda.

No aspecto profissional, esses vínculos com os Silva Tavares e os Silveira podem ser percebidos através do anúncio publicado no jornal *União Liberal* de Bagé, em 3 de julho de 1887, no qual o Dr. Saturnino anunciava que havia aberto um escritório, em Bagé, na Avenida 7 de Setembro, no qual estaria atendendo juntamente com seu irmão, Joaquim Napoleão Epaminondas de Arruda. Este era advogado, professor, lecionou em Pelotas nos colégios Reis e Redenção, tendo dirigido este último (NEVES, 2012). Também havia sido promotor público em Alegrete, em 1880-1881[575], e em Dom Pedrito, em 1883[576].

No mesmo anúncio, é possível identificar que dentre seus sócios, que o representariam em outras instâncias, estavam o conselheiro Gaspar Silveira Martins, para os casos que estivessem sendo julgados, no Rio de Janeiro, e o Dr. Francisco da Silva Tavares, para os casos em nível estadual, a serem julgados em Porto Alegre[577].

Nesse espaço urbano local, a burocracia do Estado começava a se fazer presente, a partir da segunda metade do século XIX. Constituía-se espaço de disputa e de prestígio entre as elites locais, e muitos dos vínculos de parentesco dos Silva Tavares com indivíduos que ocupavam postos-chaves nessa sociedade, revelam uma estratégia de matrimônios.

Assim, nesse contexto, encontramos uma aparente busca por controlar os negócios da mesa de rendas em Bagé**,** o que poderia ser um vantajoso e importante negócio. Além do caso citado acima, de João Gomes de Mello, citamos o caso do capitão Bibiano Antônio da Silveira, membro da Guarda Nacional de Bagé, que foi nomeado coletor da vila de Bagé, em 1859 (REIS, 1911, p. 22). Era casado com uma irmã de João da Silva Tavares, cujo filho, seu homônimo, exerceu o cargo de Juiz de Paz, em Lavras do Sul, em 1891, e também foi chefe federalista daquele município, vindo a lutar ao lado das forças revolucionárias federalistas, tendo sido morto durante o conflito (RHEINGANTZ, 1993).

Ser Juiz de Paz, nesse contexto, representava a possibilidade de interferir no processo eleitoral. Eram eles, de acordo com Jonas Vargas (2007, p. 240), os responsáveis pela organização do processo eleitoral, nas localidades, além de atuarem como mesários. Seriam pedras angulares, junto aos delegados de polícia, na garantia de que nada sairia errado, de que

[575] THOMPSON FLORES, Carlos. Relatório e Fala de abertura da 2ª Sessão da 18ªLegislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre: Tipografia A Reforma, 1880.
[576] CAMPELLO, João Chaves. Fala de abertura da segunda sessão da 17ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878.
[577] Jornal *União Liberal*. Bagé, 3 jul. 1887, p. 4. Anúncio do escritório de advocacia do Dr. Saturnino Epaminondas de Arruda.

o interesses de seus grupos seriam cumpridos. Portanto, seria fundamental tê-los ao seu lado, principalmente se fossem membros da família (VARGAS, 2007).

Outro exemplo é o de Antônio Carlos Burlamarqui, escrivão da mesa geral de rendas da Província, em Bagé, até 1885, quando foi nomeado escrivão civil e criminal de Jaguarão (REIS, 1911, p. 46), que tem seu nome citado, diversas vezes, nas correspondências, durante os eventos da Revolução Federalista. Em janeiro de 1892, enviou telegramas, de Jaguarão, ao general Joca Tavares. No primeiro, possivelmente, respondia[578] a Joca sobre a situação de seu parente Astrogildo Pereira da Costa, e posteriormente, informou ser grave o caso, solicitando a sua presença para vê-lo[579].

Os vínculos familiares podem ser observados através do caso da sobrinha neta de Ofélia da Silva Tavares, neta de seu irmão Augusto, casada com Eduardo da Silva Tavares, filho do Barão de Santa Tecla (RHEINGANTZ, 1993). Além desse nome, as correspondências evidenciam outro nome, parente desse personagem, chamado Armando Burlamarqui, que escreve ao general Tavares, inúmeras vezes, todas elas do Uruguai, onde possivelmente estivesse emigrado, atuando como apoiador, e de onde passava informações a Joca.

Na carta enviada em fevereiro de 1895, da estância do federalista Galvão Machado, Armando Burlamarqui informa a Joca que se encontrava na estância de Galvão Machado, de lá se deslocando para a de Pedro Machado e depois, para a do Scotto[580], evidenciando uma articulação deste com outros federalistas e a importância desses estancieiros como base de operações e apoio aos federalistas.

Por outro lado, essa não perece ter sido uma exclusividade dos Silva Tavares, pois outras lideranças federalistas que delimitamos como sendo pertencentes ao grupo dos Silva Tavares, apresentam trajetórias semelhantes. De acordo com Sérgio da Costa Franco (2019), o federalista Ulysses Reverbel também havia ocupado o cargo de administrador da mesa de rendas de Quaraí.

Defende, Mariana Thompson Flores (2007), em sua dissertação *Contrabando e Contrabandistas na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*, que desde o período imperial o estabelecimento de órgãos ligados à fazenda, responsáveis por arrecadar impostos

[578] BURLAMARQUI, Antônio Carlos. [Telegrama], 3 jan. 1892, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Afirma que possivelmente Astrogildo continua grave.
[579] BURLAMARQUI, Antônio Carlos. [Telegrama], 16 jan. 1892, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Passa notícias do general Astrogildo Pereira da Costa e pede sua presença em Jaguarão.
[580] BURLAMARQUI, Armando. [Carta], 6 fev. 1895, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Passa informações ao general Tavares e informa sua movimentação.

nas localidades, envolvia jurisdições distintas, que poderiam ser ligadas ao poder central, como o caso das Alfândegas, ou das Coletorias de Rendas das Províncias, como as Mesas de Rendas e Coletorias.

Segundo Thompson Flores (2007), ao citar José Murilo de Carvalho (2003), esses postos responsáveis pelo fisco eram parte da burocracia imperial, nas distantes localidades, ou seja, enquanto as Alfândegas cobravam impostos sobre importações, as Mesas de Rendas tributavam as exportações. Argumenta Thompson Flores (2007) que as Alfândegas e Mesas de Rendas constituíam importantes meios complementares de coleta de impostos, no âmbito do comércio lícito e ilícito, principalmente no Rio Grande do Sul, que dispunha de intenso comércio com os países vizinhos.

Por outro lado, assevera, ainda, a autora, que a província assistiu, desde a segunda metade do século XIX, a criação de inúmeras Mesas de Rendas pela fronteira, tais como as de Bagé e de Livramento, por exemplo, criadas a partir de 1859, vinculadas à fazenda do Império.

Em sua tese de doutorado, Mariana Thompson Flores (2014), ao analisar a Alfândega de Uruguaiana, aponta que o contrabando nas fronteiras esteve associado a práticas de corrupção, com a finalidade de resguardar os interesses dos poderosos comerciantes locais, articulado por meio de uma estrutura de relações que associava comerciantes, contrabandistas e funcionários da Alfândega.

De acordo com Thompson Flores (2014), as redes eram comuns desde o período colonial, tinham relações com a economia local e incorriam em enriquecimento daqueles que as compunham, de modo que, geralmente, era escolhido alguém da confiança dos comerciantes locais para exercer cargos de chefia da Alfândega. Afirma, ainda, que esses chefes nem sempre eram do mesmo lugar, uma vez que poderiam ser nomeados por instâncias políticas superiores e da fazenda. Entretanto, para que pudessem continuar em seu ofício, deveriam estar de acordo com as redes dessas localidades e daqueles que ocupavam o poder nessas cidades (THOMPSON FLORES, 2014).

A família Silva Tavares capitalizou todo seu prestígio social e econômico para investir na carreira política, local, estadual e nacional. Dessa atuação resultam potenciais elementos para compreender suas relações e as estratégias familiares que buscavam diversificar as ocupações dos membros.

Conforme apontou Leandro Oliveira (2016), João da Silva Tavares havia ocupado diversas posições políticas, desde Herval até emigrar para Bagé. Além de ter participado da primeira legislatura da Assembleia Provincial, também esteve associado à Guarda Nacional e ao negócio charqueador-pecuarista (MUGGE, 2016; VARGAS, 2014).

Com a morte do Visconde do Serro Alegre, em 1872, a viúva Umbelina Bernarda da Assumpção Nunes, possivelmente, tenha continuado a residir, ora em sua casa, na Avenida 7 de Setembro em Bagé, ora nas propriedades rurais da família, em Bagé. Convém destacar o fato de ela, seus filhos e filhas terem continuado a administrar as posses da família e a tecer as estratégias da família.

Os irmãos Silva Tavares ocuparam diversos cargos políticos, em âmbito municipal, estadual e nacional, e isso nos remete a um quarto aspecto da participação, no qual identificamos nomes comuns ao período anterior e que continuaram, durante a Revolução Federalista, como parte da rede da família Silva Tavares, na vida política local. Como exemplo, citamos o caso de Cândido Dias Borba, que compôs a Câmara Municipal, chegando a ser seu presidente, em 1889. Estavam na Câmara, junto a este personagem, Alexandre José Collares, José Alexandre Simões Pires e Oscar Heinzelmann (REIS, 1911, p. 2019).

Durante a segunda metade do século XIX, no âmbito da política local, José Bonifácio da Silva Tavares chegou a ser Presidente da Câmara Municipal[581] de Vereadores de Bagé, em 1886, enquanto seu irmão, José Facundo da Silva Tavares, ocupou cargo no legislativo bajeense, como vereador, em 1864[582] (O BAGEENSE, 12/08/1864, p. 2; UNIÃO LIBERAL, 26/09/1886, p. 1). A possibilidade de pertencer ao poder legislativo e sobre ele exercer domínio era parte de uma estratégia política que não só assegurava o controle sobre a máquina eleitoral, como também garantia a vitória da situação política (LUNARDI, 2009).

No que se refere à atuação, nas lojas maçônicas, em Bagé, existiam as Lojas Estrela do Sul, fundada em 1841, filiada ao Grande Oriente do Brasil, a Loja Fraternidade, em 1871 e, por fim, a loja Amizade, fundada em 1894, posteriormente vinculada ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul, construída em terreno cedido por Pedro Rodrigues de Borba (MACEDO, 2005, p. 95). No boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, de 1873, é possível perceber a atuação maçônica anterior da família Silva Tavares e das possíveis redes de relações engendradas nessa instituição.

Pertencer à Maçonaria não significava a existência automática de amizade entre os membros, mas significava que passariam a existir deveres e condutas que vinculariam seus membros, criando parentescos maçônicos. Estes seriam tão importantes quanto os parentescos estabelecidos pelos sacramentos da Igreja Católica de batismo ou casamento, tornando-se

[581] Jornal *União Liberal*, Bagé. 26 set. 1886, p. 1. Notícia sobre Zeca Tavares como presidente da Câmara Municipal de Vereadores.
[582] Jornal *O Bageense*, Bagé. 18 abr. 1864, p. 2. Notícia sobre José Facundo eleito como vereador.

preciosos elementos para pensar as solidariedades e relações destes personagens, no período da Revolução.

Nesses boletins maçônicos, é possível identificar o nome do Dr. Francisco da Silva Tavares, como sendo presidente da Loja Maçônica Estrela do Sul, em Bagé, agremiação que contava com cerca de 41 membros naquele período[583], dos quais, infelizmente, não havia especificação dos nomes.

Outro nome bajeense que mais tarde estava dentre os apoiadores e líderes federalistas era Cacildo Carrion, cônsul uruguaio, em Bagé, que presidiu a Loja Maçônica Fraternidade, em 1876[584], da qual também participaram José Facundo da Silva Tavares, Pedro Luís Osório Filho, Dr. José Francisco de Azevedo Penna, o Cônego João Ignácio Bittencourt, Thomáz José Collares (DIENSTBACH, 1993, p. 102), todos estes nomes apoiadores dos federalistas, durante o conflito.

Ainda sobre a relevância de este grupo ter pertencido à Loja Fraternidade, está na possibilitade de identificar a constituição de redes a partir das sociabilidades maçônicas, enquanto uma variável para pensar a atuação desse personagens federalistas, como mecanismo que os aproximava. Este aspecto mostra-se relevante a partir da identificação de uma atuação conjunta destes indivíduos em diversas áreas da sociedade bajeense na segunda metade do século XIX, como, por exemplo, na fundação de Sociedade de Beneficência Portuguesa em Bagé, mas principalmente por ter essa iniciativa, assim como a circulação de ideias abolicionistas e republicanos, surgido dentro desta loja maçônica (GUEDES, 1996 apud GUEDES, 2010).

Para exemplificar as relações existentes entre esses personagens, citaremos a relação entre José Facundo Tavares e o médico Dr. José de Azevedo Penna, formado em medicina, no Rio de Janeiro, que foi trazido por José Facundo para tratar de sua filha, passando, desde então, a residir em Bagé (SALIS, 1955).

As cartas da família Silva Tavares apontam para o fato de que essa amizade tenha continuado, talvez como médico da família. Anos mais tarde, durante o período da Revolução, esteve emigrado no departamento uruguaio de Cerro Largo, na propriedade de um amigo (SALIS, 1955), quando figurava dentre os apoiadores dos federalistas. Tal relação é expressa pela carta enviada por José Visa Chaubet, do departamento de Cerro Largo, em 27 de agosto de

[583] BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, Rio de Janeiro, ano 3, n.4 a 7, 1874, p. 204.
[584] BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, ano 5, n. 5 a 8, mai./ago. 1876, p. 36.

1893, ao coronel Zeca Tavares. Nessa ocasião, avisa-o que um de seus filhos, estando gravemente doente, foi chamado o Dr. Penna para tratá-lo. No entanto, não tendo obtido sucesso, comunicava o falecimento de seu filho[585].

Outro nome que elencava o rol dos maçons bajeenses que apoiaram os federalistas, era o de Joaquim Napoleão Epaminondas de Arruda, membro da Loja Amor e Caridade, e Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães, membro da Loja Cruzeiro do Sul (DIENSTBACH, 1993, p. 102,104), cujo nome e proximidade com os federalistas já foram apresentados, anteriormente.

Em Sant'Ana do Livramento, Ângelo Cabeda[586], pai de Rafael Cabeda, liderou a Loja Caridade Santanense, em 1873, embora não tenhamos encontrado referências a esse fato. Possivelmente, Rafael tenha sido maçom, principalmente, se considerarmos a forma como assinava suas correspondências.

Em Lavras do Sul, Vasco José Saraiva, parente por casamento da família Barcellos, além de outros dois chefes federalistas, o capitão Virgílio Julião Barcellos e o tenente-coronel João Francisco Carrion eram maçons (DIENSTBACH, 1993, p. 336).

Em Pelotas, é possível perceber que outros federalistas pertenciam, anteriormente, à Maçonaria, como o caso do jornalista Ernesto Gerngross[587], que presidia a Loja Fraternidade e Honra, a qual também frequentava, no mesmo período, o Dr. Saturnino Epaminondas de Arruda[588].

Para suprir a falta de acesso a documentações que diretamente pudessem comprovar o pertencimento de alguns líderes federalistas à Maçonaria, buscamos formas indiretas para perceber tal pertencimento. Uma das formas de os maçons identificarem suas cartas era utilizando, ao término delas, a frase: *Saúde e Fraternidade*, derivada da expressão completa *Saúde Força e União* (BLANC, 2016, p. 7), mas que também poderiam ser declinados dessa

---

585 CHAUBET, José Visa. [Carta] 27 ago. 1893, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que comunica ao coronel Zeca sobre o falecimento de seu filho, vítima de tétano.

586 BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, Rio de Janeiro, ano 3, n.4 a 7, 1874, p. 204.

587 BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, Rio de Janeiro, ano 3, n.4 a 7, 1874, p. 205.
Ainda sobre este personagem ver: FONSECA, Maria Angela Peter. Presença alemã em Pelotas-RS, século XIX: estratégias de resistência à assimilação cultural. **X ANPED SUL**, Florianópolis, out., 2014, p. 1-16. MARTINS, Ana Luiza. **Revista em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: USP, 2008. De acordo com a autora, este personagem foi proprietário do jornal Diário Popular, entre os anos de 1868 e 1889; era filiado ao Partido Liberal e também foi redator do jornal Mercantil, do Rio Grande do Sul.

588 BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, ano 3, n. 1 a 3, 1874, p. 90.

forma. Um exemplo dessa forma de escrita pode ser observada na carta enviada por David José Martins:

> Quartel do Comando da Guarnição da Guarda Nacional da Comarca de Quaraí, 26 de novembro de 1891. Ao Cidadão General João Nunes da Silva Tavares Tendo a revolução chegado ao seu termo pela mais esplêndida das vitórias " a queda do tyrano" tenho a honra de congratular-me convosco como brasileiro e principalmente como rio-grandense [...] Espero pois, que tomando essa consideração ao que venho de expor, aprovareis o que fiz e recomendareis a apreciação do cidadão Governador do Estado. **Saúde e Fraternidade**. Coronel David José Martins.

Outros exemplos podem ser percebidos em cartas enviadas por líderes federalistas, como o tenente-coronel Fidélis Fagundes, coronel Marcelino Pina de Albuquerque, Manoel Machado Soares e Aparício Saraiva.

Ainda que não tenhamos encontrado nenhuma fonte a respeito desse pertencimento de Aparício Saraiva à Maçonaria, no Brasil, ou no Uruguai, uma carta enviada ao general Joca Tavares, em 1º de março de 1895, termina com os dizeres: *saúde e perseverança*. Essa expressão, segundo o Dicionário Completo de Maçonaria (2016), estariam muito próximas do lema de um dos graus filosóficos da Maçonaria do Rito Escocês, dedicado ao estudo da "vitória da liberdade como consequência da coragem e perseverança" (BLANC, 2016, p. 46), o que vem bem ao encontro das reivindicações dos federalistas, durante a Revolução.

Nesse sentido, conforme afirmam Helga Piccolo (1995) e Marta Bonaudo (2014), a Maçonaria era uma instituição que divulgava ideias liberais, enquanto os graus da maçonaria escocesa – como era o caso das lojas bajeenses – também promoviam ideias político-liberais. A influência destas ideias pode ter contribuído na formação do imaginário político das lideranças federalistas e no teor de suas reivindicações, como, por exemplo, na utilização reincidente, nos manifestos do general Tavares, das palavras "liberdade" e "igualdade" que identificamos em nossa dissertação (ANDRADE, 2017).

Destarte, a trajetória dos Silva Tavares, em Bagé, conforme procuramos apresentar, também guarda semelhanças em relação às atuações, com as trajetórias de outros federalistas, como, Rafael Cabeda, em Sant'Ana do Livramento, José Maria Guerreiro Victória, em Herval, e Antônio Ferreira Prestes Guimarães, em Passo Fundo.

Para o caso de Rafael Cabeda, seu acervo pessoal, que esteve em posse de Ivo Caggiani (1996), e que, infelizmente, após sua morte, está vedado ao acesso público, oferece importantes análises para compreender os aspectos deste caudilho. Filho de abastado comerciante, é um dos poucos federalistas ligados ao grupo dos Silva Tavares do qual é possível traçar uma linearidade acerca de sua formação intelectual. Estudou em Rio Grande, em 1867, tendo logo partido para

continuar sua formação em Hamburgo, em 1869. Residiu e trabalhou na Inglaterra até regressar a Sant'Ana do Livramento, onde se casou com Adália Severo Cabeda e estabeleceu uma empresa com David Silva, seu cunhado, em 1876.

A atuação de Rafael, em Sant'Ana do Livramento, foi marcada por envolvimentos políticos, de acordo com Ivo Caggiani (1996). Filiou-se ao Partido Liberal, tendo sido logo eleito à vereança, em 1882. Participou ativamente na questão abolicionista, naquela cidade, e também da fundação e da administração da Santa Casa de Caridade de Livramento, em 1888.

Após a proclamação da República, Rafael Cabeda passou à oposição a Júlio de Castilhos. Aderindo à União Nacional, em 1890, tornou-se um dos líderes da agremiação política, em Sant'Ana do Livramento, juntamente com o apoio de Paulino Vares e David da Silva. Também fez parte do Partido Republicano Federal, em 1891, e do Partido Federalista, em 1892 (CAGGIANI, 1996).

Na cidade de São João Batista do Herval, de acordo com Manoel da Costa Medeiros (1980), José Maria Guerreiro Victória era membro do Partido Conservador. Eleito vereador e, em 1884, presidente da Câmara Municipal, havia se destacado por promover benfeitorias de infraestrutura no município. Este também foi um personagem como outros de seu tempo, ou seja, as questões pessoais misturavam-se às públicas, e sua atuação pública também esteve marcada por escândalos. Conforme o jornal União Liberal, de Bagé, Guerreiro Victória esteve envolvido em um desfalque na Câmara Municipal de Vereadores de Herval, enquanto a presidia[589].

Afirma, o autor, que tal partido contava, no Herval, com outros personagens, como, Astrogildo Pereira da Costa, Barão de Aceguá, dentre outros membros do ramo da família Silva Tavares, no Herval, e Joaquim e Emílio da Silva Tavares, primos dos Silva Tavares, em Bagé.

Nos meses que antecederam a República, afirma Manoel Medeiros (1980), que muitos conservadores hervalenses, acompanhando o movimento dos Conservadores, no Rio Grande do Sul, dentre eles os Silva Tavares, de Bagé, passaram às fileiras do Partido Republicano. Dissonando deste movimento, o chefe dos conservadores de Herval, Astrogildo Pereira da Costa, passara para o Partido Liberal, cujo chefe local era Ladislau Amaro da Silveira (MEDEIROS, 1980).

Com a República, os republicanos locais subiram ao poder, no município. Dentre eles João Francisco, outro primo dos Silva Tavares, de Bagé, enquanto na oposição, estavam José

[589] Jornal *União Liberal*, Bagé. 17 set. 1887, p. 1. Acusação de desfalque na Câmara Municipal de Herval.

Maria Guerreiro Victória, parte dos Silva Tavares e Amaro da Silveira, entre os quais houve uma cisão, tendo parte ficado com o PRR, outra parte, na oposição (MEDEIROS, 1980).

Segundo Medeiros (1980), em 1890, Guerreiro Victória passou a exercer o cargo de Juiz de Paz e de presidente da mesa de qualificação do Herval, até as eleições que deram a vitória ao PRR. Dessa forma, ele ocupava posição estratégica no processo eleitoral de Herval, uma vez que poderia escolher quem seriam os qualificados, reconhecer sua residência no local onde votariam e qualificá-los como eleitores.

Sustenta o autor que, com a Revolução iniciada em Novembro de 1891, o coronel Guerreiro Victória, o general Astrogildo e o tenente-coronel Ladislau Amaro da Silveira, todos participantes da vida política em Herval, reuniram homens para se juntarem às forças revolucionárias. Esta aliança manteve-se fiel aos Silva Tavares, de Bagé, do campo político ao militar. Veteranos da Guarda Nacional ou da Guerra do Paraguai haviam passado para a União Nacional, em 1890, posteriormente compondo o Partido Federalista.

Ao falarmos sobre a família Silva Tavares, é preciso distinguir dois ramos: o ramo de Bagé e o de Herval. Enquanto o primeiro, sobre o qual nos detivemos, manteve firme sua coesão em torno do Partido Federalista, segundo a obra de Manoel Medeiros (1980), seus parentes do ramo de Herval defendiam posições diversas, desde o final da Monarquia: parte cindira-se a favor do PRR[590]; outra parte, a favor do Partido Federalista.

A partir do que expõe Medeiros (1980), identificamos um alinhamento desde o período monárquico até a Revolução Federalista, pois figuravam dentre os federalistas, no Herval, personagens, tais como: José Maria Guerreiro Victória e seus irmãos Francisco de Santa Vitória e João Francisco de Santa Victória, antigo juiz municipal de Herval; Ladislau Amaro da Silveira[591] e seus filhos Vasco, Joaquim e o sobrinho Alberto, parentes Teófilo e Osório Amaro da Silveira; no ramo dos Silva Tavares hervalenses, está Joaquim da Silva Tavares, primo e homônimo do Barão de Santa Tecla. Com a morte do general Astrogildo[592], em 1892, incorporaram-se às fileiras federalistas seu filho, Astrogildo, e seus sobrinhos Vasco, Malaquias, Luiz, Randolfo e Júlio Pereira da Costa.

Além da composição familiar das forças federalistas de Herval, tais relações familiares também podem ser observadas em relação a esses chefes e os principais líderes federalistas.

---

[590] Segundo Medeiros (1980), o primeiro intendente do Herval após o término da Revolução, foi Emílio da Silva Tavares, Emílio da Silva Tavares.

[591]FAMILY SEARCH. Genealogia de Ladislau Amaro da Silveira. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/KDWS-5DF Acesso em: 08/09/2020.

[592]FAMILY SEARCH. Genealogia de Astrogildo Pereira da Costa. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/LZZV-59R Acesso em: 08/09/2020.

Enquanto Ladislau Amaro da Silveira era parente em 7º grau de Gaspar Silveira Martins[593], considerando-se os vínculos existentes com o general Astrogildo, Ladislau era sobrinho neto da esposa de Astrogildo Pereira da Costa, também parente de Joca Tavares[594].

Outra família hervalense, associada aos federalistas e vinculada por laços familiares aos Silva Tavares, era a dos Pereira das Neves. Diversos membros desta família eram casados com primas[595] de Joca Tavares. Tratava-se de ligações que se originaram ainda do período da Revolução Farroupilha, quando o patriarca da família, Casimiro Pereira das Neves, havia servido na farroupilha como tenente quartel-mestre do Barão do Serro Alegre (MEDEIROS, 1980).

Ainda no âmbito desses parentescos entre os líderes federalistas, o também hervalense general José Maria Guerreiro Victória, e seu irmão, mantinham vínculos com os Silva Tavares, tanto com os de Herval quanto os de Bagé, e frequentemente referia-se ao general Tavares como sendo seu parente.

De acordo com Manoel Medeiros (1980), os membros da família Pereira, que estava dentre as origens da família Vitória e dentre as famílias mais antigas de Herval estabeleceram-se na zona fronteiriça, entre Herval e o norte do Uruguai. O general José Maria Guerreiro Victória pertencia ao ramo de Herval e, de acordo com Medeiros (1980), era de origem pobre. No entanto, seus irmãos haviam contraído matrimônio com outro ramo desta mesma família, pelo lado dos Pereira, do qual descendia João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre. Dois irmãos de José Maria, João Francisco e Francisco Gonçalves de Santa Victória, casaram respectivamente com Maria Cesária Pereira da Silva e Mathilde Pereira da Silva, ambas filhas de Serafim da Silva Tavares[596], irmão do Visconde do Serro Alegre.

Para o caso de Antônio Ferreira Prestes Guimarães, em Passo Fundo, a partir de suas memórias *A Revolução Federalista em cima da Serra: apontamentos históricos da Revolução*

---

[593] FAMILY SEARCH. Genealogia de Ladislau Amaro da Silveira. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/KDWS-5DF Acesso em: 08/09/2020.
GENEANET. Parentesco de Gaspar Silveira Martins e Ladislau Amaro da Silveira Filho. Disponível em: https://gw.geneanet.org/valdenei?lang=en&pz=valdenei+correa&nz=silveira&em=R&ei=84035&spouse=on&et=A&p=gaspar&n=silveira+martins Acesso em: 08/09/2020.

[594] COSTA, Astrogildo Pereira. [Carta] 10 mai.1888, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que se refere ao general Tavares como sendo seu parente, descreve o caráter do Dr. Francisco Tavares.

[595] Sobre os parentescos dos Silva Tavares e Pereira das Neves ver: FAMILY SEARCH. Genealogia de Serafim da Silva Tavares. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GWNL-42H Acesso em: 08/09/2020.

[596] FAMILY SEARCH. Genealogia de Serafim da Silva Tavares. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GWNL-42H Acesso em: 08/09/2020.

Civil no Rio Grande do Sul, 1982-1895 (1987) é possível identificar uma forte atuação política desde sua localidade até o nível provincial. Formado em Direito, era estancieiro e membro da Guarda Nacional. Ocupou diversas posições na administração local ligadas à área jurídica, desde suplente do cargo de delegado de polícia, em 1865, até Juiz Municipal e de Paz, na década de 1870. No aspecto político, foi filiado ao Partido Liberal, sendo eleito vereador, em 1881. Desempenhou a função de Secretário e, posteriormente, foi eleito Presidente da Câmara Municipal, entre 1885 a 1886.

No âmbito provincial, Guimarães foi deputado entre 1885 a 1889. Chegou a ser vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, durante o período do Império, no Brasil, junto com Gaspar Silveira Martins, até ser nomeado, provisoriamente, presidente da Província, em junho e julho de 1889. Após a Proclamação da República, também passando à oposição ao PRR, integrou as fileiras da União Nacional e, posteriormente, as do Partido Federalista, em 1891 (FERREIRA, 2007).

No âmbito regional, Ariel de la Fuente (2014) aborda o caso do caudilho Ángel Vicente Peñaloza e seus seguidores. Apresenta elementos para compreender a atuação dos caudilhos em La Rioja e a política dos setores populares, em meio ao processo de formação do Estado nacional, na Argentina. O autor apresenta fatos que permitem pensar a atuação desses caudilhos, no espaço urbano, que pode ser entendido como regional, como a construção de hospitais, de igrejas, além da ação das mulheres, nessa sociedade.

As estratégias de participação, nessa sociedade, permitem pensar que a atuação dos caudilhos, em suas localidades, ia muito além do reconhecimento pelos pares e de ser reconhecido. Envolvia, sim, de acordo com Ariel de la Fuente (2014), uma série de elementos simbólicos como vestimenta, participação em festivais locais, troca de cartas com pessoas que lhes pediam proteção, ajuda. Tais elementos não só os colocavam em uma posição de destaque, na sociedade, como os aproximavam de sua clientela e, no plano subjetivo, ajudariam a criar uma identificação com seu líder.

7.3 AS REDES DE RELAÇÕES DOS SILVA TAVARES A PARTIR DA GUARDA NACIONAL: DA GUERRA DO PARAGUAI À REVOLUÇÃO FEDERALISTA

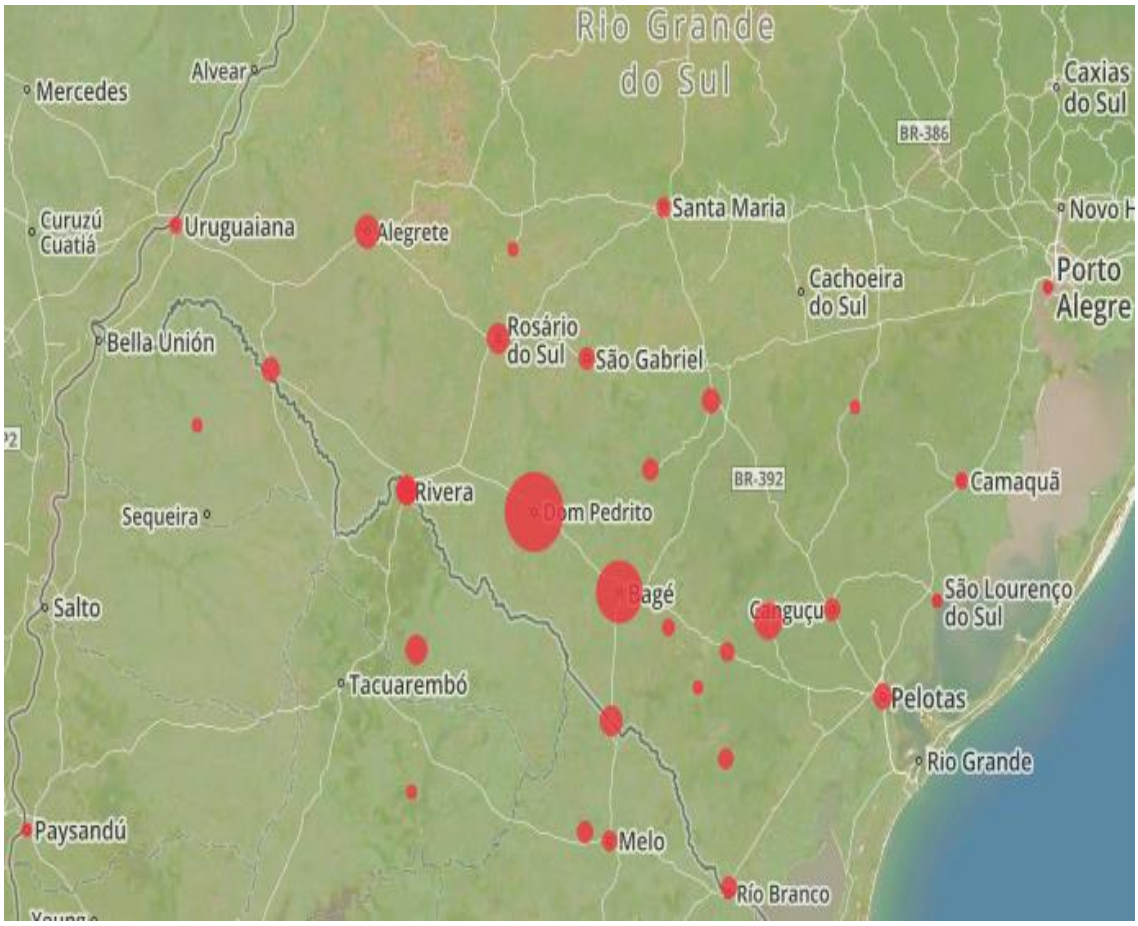
A partir de um problema de pesquisa estabelecido no período da Revolução Federalista, período no qual delimitamos um grupo a ser estudado, cuja origem das relações entre seus membros aponta, principalmente, para o período situado entre a Guerra do Paraguai (1864-

1870) e a Revolução Federalista, identificamos considerável número de correspondências enviadas por personagens membros da Guarda Nacional

Dentre as 1775 correspondências analisadas, as que concernem ao período entre 1891 a 1895, um total de 516 correspondências, foram enviadas/recebidas pela família Silva Tavares, por indivíduos pertencentes à Guarda Nacional, oriundos de diversos municípios do Rio Grande do Sul; outras foram enviadas do território uruguaio. A maior concentração dessas correspondências está na metade sul do estado.

O espaço do qual provinham as correspondências, durante o período da Revolução, coincidia com a zona de cidades que, anteriormente, compunham o Comando da Fronteira e Guarnição de Bagé, formada, nesse período, pelas guarnições de Bagé (incluía Dom Pedrito e Aceguá, ambas pertencentes ao município de Bagé, neste período), Piratini e Jaguarão (MUGGUE, 2016). As correspondências também eram enviadas de outras cidades, tais como Lavras de Sul, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Piratini e São Gabriel, cidades que também estiveram, em períodos distintos, subordinadas ao Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, entre 1850 a 1866 (MUGGUE, 2016).

Figura 29 – Concentração de cartas enviadas por personagens pertencentes à Guarda Nacional



Fonte: Mapa da concentração de cartas por personagens pertencentes à Guarda Nacional. Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir das correspondências da família Silva Tavares, Arquivo Público Municipal de Bagé. Bagé-RS, 2021.

É certo que havia guardas nacionais que lutaram ao lado dos federalistas e também dos castilhistas e isso foi algo que tivemos que buscar na historiografia que se dedicou ao período anterior à Proclamação da República, no Rio Grande do Sul. Também procedemos a pesquisas no Fundo da Guarda Nacional, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, à procura de informações acerca da organização da Guarda Nacional e dos indivíduos que havíamos selecionado para o nosso estudo, procurando elementos para embasar nossa hipótese.

Identificamos que, muitos desses proprietários rurais, charqueadores, comerciantes e profissionais liberais citados, anteriormente, também fizeram parte das fileiras da Guarda Nacional e, conforme havíamos mencionado, no primeiro capítulo, haviam sido destituídos de seus cargos por Júlio de Castilhos para serem substituídos por indivíduos vinculados ao PRR e, assim, influenciar nas eleições.

Nesse sentido, buscaremos demonstrar que os vínculos entre os personagens até agora apresentados como pertencentes às redes dos Silva Tavares, também possuíam origem nos conflitos platinos, ou seja, eram oriundos do período da Guerra do Paraguai e da convivência no âmbito da Guarda Nacional.

A República, portanto, não rompeu os vínculos entre esses personagens. Não raro, os mesmos comerciantes, profissionais liberais, charqueadores e estancieiros que apresentamos, anteriormente, como atuantes em outros segmentos da vida social, política e econômica, eram os mesmos que ocupavam postos na Guarda Nacional, de modo que a organização das forças federalistas, especificamente no que tange aos comandantes das forças do Exército Libertador, nomeados pelo general Tavares, foi formada por membros dessa organização.

Essas constatações não constituíam mera semelhança e vêm ao encontro do que foi identificado por Amanda Both (2016), em seu trabalho sobre as elites políticas de Jaguarão, entre os anos de 1860 a 1889. Em seu estudo, argumenta que a maior parte dos oficiais da Guarda Nacional era constituída de advogados, criadores e fazendeiros, portanto, indivíduos que se conheciam e possuíam vínculos derivados de suas atividades econômicas.

A proximidade entre os personagens e uma atuação ligada a essa milícia trouxe muitas das características da organização da Guarda Nacional para as forças federalistas, nas distribuições de comandos, na forma de "reunir gente", termo utilizado para referir-se à arregimentação de homens para compor as forças em armas, constituindo um espaço de experiência (KOSELLECK, 2006), desses personagens, que foi aproveitado durante o conflito.

Por outro lado, demonstra que teriam sido valorizadas a experiência anterior e a solidariedade construídas durante as campanhas externas, ocorridas na segunda metade do século XIX, em especial na Guerra do Paraguai (1864-870). Escolher homens que já haviam sido experimentados em combate, servido na Guarda Nacional e eram parte de suas clientelas políticas, muitos associados por laços familiares, com interesses em comum, constituíam importantes variáveis para a escolha dos oficiais federalistas. Nada melhor do que ter esses elementos de confiança para comandar as forças.

Esses chefes reproduziram, durante a Revolução Federalista, uma forma de agir a que estavam habituados no desempenho de seus postos na Guarda Nacional. Reunir homens era uma prática que o grupo dos oficiais vinculados aos Silva Tavares pareciam dominar bem, fosse para os conflitos, fosse para as questões eleitorais. Saber selecionar seus clientes e colocá-los a

serviço de seus interesses, principalmente se a revolução saísse vitoriosa, envolveria uma relação de troca em que todos ganhariam.

Conforme havíamos desenvolvido em nossa dissertação de mestrado, muitas das correspondências trocadas entre os líderes federalistas com o general Joca Tavares, e que identificamos como sendo próximos, referiam-se a ele como sendo velho camarada e amigo. Dentre esses, estão os nomes que acompanhavam os irmãos Silva Tavares desde o período da Guerra do Paraguai, ou até mesmo dos conflitos anteriores[597].

Ao encontro dessa hipótese, citamos outro trecho da entrevista realizada em 27 de junho de 1893, com o senador Francisco Manoel da Cunha Júnior, citada anteriormente, na qual declara:

> [...] Vossa Excelência encontrou algum **conhecido velho da Guerra do Paraguai**? **Diversos, entre eles, por exemplo, o célebre Chico Diabo**, que foi quem matou Solano Lopez, como se diz. Chico Diabo, cujo nome é Francisco Lacerda, é um homem branco. Na campanha do Paraguai era cabo de ordens do general Tavares; conservou-se muito dedicado a este e a sua família; era capataz das estâncias do Barão de Santa Tecla, quando com a revolução, foi obrigado a emigrar para o Estado Oriental [...] (SALIS, 1955, p. 254-258).

No período da Guerra do Paraguai, João da Silva Tavares estava no Comando da Guarda Nacional e Fronteira de Bagé, contexto em que alça seus filhos a posições-chave para comandar os corpos de cavalaria, organizados em função deste conflito[598]. Em um primeiro momento, as listas dos corpos da Guarda Nacional foram organizadas por Joca Tavares e José Facundo da Silva Tavares, como demonstraremos a seguir.

José Facundo da Silva Tavares incorporou à Guarda Nacional, em fevereiro de 1856, tornando-se tenente-coronel comandante do 31º e 32º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, que defenderia a fronteira de Bagé, junto ao qual estavam os nomes do capitão José

---

[597] AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, tenente-coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870. Este foi o caso do hervalense José Maria Guerreiro Victória, que lutou ao lado de Joca Tavares durante a guerra contra Manoel Oribe e Juan Manoel de Rosas, 1851-1852, como praça do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, sob as ordens de Manoel Luís Osório. Lutou, também, na Campanha do Uruguai, em 1864-1865, na tomada de Paysandu, no Uruguai. Posteriormente, partiu para o Paraguai, onde serviu com o então coronel Joca Tavares.

[598] Sobre a Guerra do Paraguai ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: **escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP; FAPESP, 2001. DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo**. História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002. IZECKSOHN, Vitor. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Gomes Jardim; sargento-ajudante Severino Teixeira Brasil, 1º sargento Custódio Teixeira Brasil, 2º sargentos Israel Gomes Jardim e Furriel Manuel Correa de Borba[599].

Também comandou o 32º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Bagé, formado por indivíduos de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito, então distrito de Bagé, composto por diversos indivíduos, dentre os quais estavam o capitão Francisco Jorge Simões Pires; o alferes João Francisco de Quadros; o 2º sargento Zózimo Pereira Leite; o 3º sargento Galvão Machado Leal, João Gularte Pinto; Furriel Antônio Pedro Dias Lopes; cabo Pantaleão Antônio Severo[600],

Ao encontro dessa informação, identificamos na *Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai*[601], de 1866, escrito por João da Silva Tavares, Barão do Serro Alegre, presente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que os corpos de cavalaria tinham sido organizados por Joca e José Facundo da Silva Tavares, por ordem de seu pai, o Comandante Superior das Fronteiras, na cidade de Bagé.

O corpo de cavalaria provisório organizado pelo tenente-coronel Joca Tavares, em abril de 1867, constituído por voluntários de Bagé, era composto por 856 homens (REIS, 1955, p. 127), dos quais, 436 homens arregimentados por Joca, foi formado em menos de 30 dias[602]. A ele se incorporaram, posteriormente, outras forças, cuja organização também foi financiada por Joaquim da Silva Tavares, posteriormente Barão de Santa Tecla, em decorrência de seu apoio econômico, tanto para armar quanto para equipar as forças que combateram na Guerra do Paraguai, e pela sua ação na libertação de considerável número de homens que mantinha escravizados (CARVALHO, 2011, p. 222; ASSUMPÇÃO NETO, 2015).

Dentre os outros personagens que contribuíram com a reunião de contingentes para compor esses corpos estavam, por exemplo, o capitão Joaquim Nunes Garcia – oficial que apareceu na fotografia "Heróis de Aquidaban", conforme a figura 28. Nessa fotografia posam junto ao general Tavares –, Felisberto Ignácio Barcellos, Cândido Azambuja, Mateus Teixeira

[599] AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional. Corpo Provisório de Cavalaria, Bagé, 1867, José Facundo da Silva Tavares, Maço 102.
[600] AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional. Corpo Provisório de Cavalaria, Bagé, 1867, José Facundo da Silva Tavares, Maço 102.
[601] AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai, Quartel do Comando Superior das Fronteiras em Bagé, Lata 428, Maço 05, 1866.
[602] AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai, Quartel do Comando Superior das Fronteiras em Bagé, Lata 428, Maço 05, 1866.

Brasil, Alexandre Teixeira Brasil e Ismael Soares da Silva. Todos ajudaram a reunir corpos de voluntários para defender as fronteiras meridionais com o Uruguai, devido ao conflito com o Partido Blanco, em 1864, que está dentre as causas da Guerra do Paraguai. Importante esclarecer que todos eles organizaram e financiaram, às suas custas, parte senão todas as companhias que comandavam[603].

Figura 30 – Fotografia dos “Herois de Aquidaban”

Fonte: Aquivo Público Municipal de Bagé. Arquivo da Família Silva Tavares. Fotografia dos Herois da batalha de Aquidaban, 01 mar. 1870. Foto realizada por Gustavo Figueira Andrade, 2019.

É preciso ressaltar que, nesse contexto, após a morte do Visconde de Serro Alegre, seu filho, Joca Tavares, já com o posto de general honorário do Exército, assumiu o comando da Fronteira de Bagé e de Jaguarão (IZECKSOHN; MUGGE, 2016, p. 197) que, dessa forma,

[603] AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai, Quartel do Comando Superior das Fronteiras em Bagé, Lata 428, Maço 05, 1866.

abrangia redes e contatos nessa localidade. De igual forma, Herval estava subordinada ao comando da fronteira de Jaguarão e, também, no âmbito da Guarda Nacional.

Os indícios da importância que teriam essas experiências no comando, tanto da Guarda Nacional quanto das Fronteiras e Guarnições, são destacados por Angelo Dourado (1992), ao afirmar que "as forças de Cabeda operariam entre Santana e Bagé. As de Tavares, desde São Gabriel até Jaguarão" (1992, p. 72), o que vem reforçar o fato de que a experiência construída, no período anterior, por esses antigos comandantes ou oficiais, nessa fronteira, foi fundamental.

Essa divisão das áreas de atuação parece ter seguido um modelo anterior que seguia o modelo utilizado quando comandavam as Fronteiras e Guarnições. Tal conhecimento foi aproveitado pelo general Joca Tavares para distribuir as zonas de atuação das forças federalistas, cada uma com limites que eram áreas semelhantes às divisões utilizadas pelos governistas para as fronteiras. Assim, seriam aproveitados conhecimentos que cada oficial que comandava grupos teria do terreno onde atuaria, além de poder permanecer próximo aos seus interesses.

Por outro lado, durante o período da Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional de Nossa Senhora do Patrocínio, de Dom Pedrito, estava subordinada a Bagé, uma vez que essa cidade ainda era distrito de Bagé. O presidente da Junta de qualificação de Dom Pedrito, no período pós emancipação deste município, não alterou tal subordinação, pois era uma cidade pertencente ao Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé, o qual abrangia Aceguá e Dom Pedrito (MUGGE, 2016), do qual Joca Tavares seria nomeado comandante, em 1872.

A abrangência do comando superior sobre outras localidades, como foi o caso de Bagé, nesse contexto, potencializava sua atuação, conseguindo maior poder e clientela para defender os projetos pessoais e familiares dos comandantes, reunindo essa clientela quando necessário. André Fértig (2010) destaca que a organização da Guarda Nacional estava visceralmente associada ao jogo político daquele contexto, em que controlar esta organização ocupava um papel fundamental na vida política, principalmente para ganhar os pleitos nas cidades e alcançar postos políticos de destaque (FÉRTIG, 2010).

Ao encontro dessa afirmação do autor, citamos o fato de que o general Joca Tavares comandava, a partir de Bagé, a atuação dos conservadores de Dom Pedrito (LOPES, 1972), em parte, os mesmos que depois vieram compor as fileiras do Partido Republicano Federal, União Nacional, reunindo outros dissidentes e liberais, mais tarde, unindo-se no Partido Federalista.

Os comandantes superiores da Guarda Nacional eram homens de confiança, do governo imperial, e os presidentes das províncias (FÉRTIG, 2010) tinham, dentre suas atribuições, uma série de atividades como "passar pela inspeção de saúde, formar conselhos de disciplina, solicitar materiais consumíveis para funcionamento da milícia, indicar pessoas de confiança para ocupar postos vagos no oficialato" (MUGGE, 2016, p. 67).

Para Miquéias Mugge (2016), a atividade desses comandantes também incluía uma série de outras incumbências tais como, prover munição, suprimentos e montaria para as tropas sob seu comando, atender os interesses e expectativas de seus subordinados, os quais tornavam-se seus clientes.

Tal posicionamento vem ao encontro do que afirma André Fértig (2010). Segundo ele, o fato de os comandantes terem pertencido à Guarda Nacional não pode ser pensado fora de uma lógica da cultura política da sociedade da segunda metade do século XIX, fortemente embasada em valores clientelísticos, a partir da qual se entende a atuação da Guarda Nacional como uma organização política, desde seu começo.

Por outro lado, a Guarda Nacional não foi estática desde sua organização, ela sofreu alterações ao longo do tempo[604], e após 1874, perdeu suas atribuições policiais e militares, passando a ter uma função mais representativa e voltada à vida política (FÉRTIG, 2007). Ao mesmo tempo que essa organização representava o fortalecimento dos poderes locais e o reconhecimento do prestígio de seus membros, vinha ao encontro das elites federalistas e seu anelo por manter as estruturas de poder local intactas e, assim, conservar as estruturas que lhes garantiriam a reprodução do poder, enquanto o Exército remeteria diretamente a um poder central.

Ser nomeado para oficial ou Comandante da Guarda Nacional, para Richard Graham (1997), significava a possibilidade de indicar seus protegidos, apadrinhados, para os cargos, recompensar seus apoiadores, parentes, criando uma rede que vinha reforçar o poder pessoal e

---

[604] Sobre as leis e decretos que reformaram a Guarda Nacional: BRASIL. Lei n° 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Imperio. Colecção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, pt. 1, 1851, p. 314-340. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884 Acesso em: 08/11/2020.
BRASIL, Lei 2.395 de 10 de setembro de 1873. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1873 - vol. 002, p. 329, col. 1. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/544189. Acesso em: 08/11/2020.
BRASIL, Decreto n. 5573, de 21 de março de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1874 - vol. 001, p. 209, col. 1. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/408832/publicacao/15779614 Acesso em: 08/11/2020.
Durante os primeiros anos da República: BRASIL, Decreto nº 146, de 18 de Abril de 1891. Coleção de Leis do Brasil. Vol. 1 pt. II, 1891, p. 320. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-146-18-abril-1891-519192-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Torna%20extensivo%20%C3%A1%20Guarda%20Nacional,Guarda%20Nacional%20do%20districto%20federal.Acesso em: 08/11/2020..

a capacidade de influir nos resultados eleitorais. Isso era possível devido ao fato de que esses oficiais controlavam o alistamento de eleitores e dos demais cargos locais. Assim, garantiriam as benesses de um Estado em troca de apoio eleitoral, principalmente após a década de 1870 (FÉRTIG, 2010).

Afirma Jonas Vargas (2007) que ser comandante superior revelava muito sobre a própria atuação política desse personagem, pois esse cargo seria peça fundamental na constituição de facções políticas, uma atividade que se coadunava com as dos Juízes de Paz, delegados de polícia, diretamente envolvidos na qualificação de eleitores.

De acordo com José Iran Ribeiro (2001), a Guarda Nacional esteve, desde sua organização, em 1831[605], associada à tarefa de sustentar o governo central do Rio de Janeiro, a unidade do Império e a ordem social. Sua hierarquia dependia da nomeação dos presidentes de Província, subordinada ao Ministério da Justiça, portanto aos civis. Era formada por cidadãos que poderiam exercer o voto, o que lhes conferia distinção social.

Ainda que vinculada à sustentação do poder central, aponta José Iran Ribeiro (2001), a Guarda Nacional paradoxalmente acabou por reforçar o poder local, uma vez que foi organizada a partir dos municípios, em um pacto bilateral: enquanto o governo central não interferisse nas atuações destes chefes locais e suas facções, em suas contendas políticas, tacitamente estes seriam sustentáculo da monarquia.

Essa instituição, segundo André Fértig (2006), foi o meio encontrado pelo poder central de incorporar as elites regionais a um processo de centralização e romper com suas resistências, especialmente a dos *senhores da guerra* do Rio Grande do Sul. Tal afirmação vem ao encontro do que havia afirmado Loiva Otero Félix (1996), ao destacar a inserção desses senhores-guerreiros em um projeto de Estado, no qual a Guarda Nacional ocupou importante papel, transformando-os em coronéis do Império e estabelecendo, através de negociações, um jogo de trocas e lealdades que garantiria a ordem e os limites do Império, contribuindo com um projeto nacional.

Segundo Maria Isaura de Queiroz (1976), pouco tempo após a Proclamação da República, a Guarda Nacional foi destituída, mas isso não significava que tivessem cessado os vínculos entre seus antigos oficiais; pelo contrário, depuseram os cargos que anteriormente lhes

[605] BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. Lei de criação da Guarda Nacional e na qual dispões de suas atribuições. Coleção de Leis do Império do Brasil. Vol. 1 pt, 1831 p. 49. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 15/11/2020.

possibilitaram comandar o jogo político. Afirma, ainda, a autora, que tampouco exterminara o prestígio associado a pertencer a essa instituição, de modo que seguiram sendo denominados coronéis, em alusão aos antigos oficiais da Guarda Nacional, todos aqueles que possuíam considerável capital econômico e político (QUEIROZ, 1976).

Outro elemento que não teria cessado, eram as divergências entre as forças do Exército e as da Guarda Nacional, durante o período da Revolução Federalista, que podem ser observadas nas memórias do então tenente-coronel José Antônio de Mattos Netto (2003), conhecido por Zeca Netto, natural de Camaquã, Rio Grande do Sul, o qual havia comandado um corpo de cavalaria das forças castilhistas, e era primo do federalista Antônio Barbosa Netto.

Conforme apresentamos em nossa monografia de conclusão de curso, o caso de Zeca Netto expressa bem tais divergências, principalmente por haver confrontado o coronel do Exército João Cezar Sampaio, comandante da Divisão do Sul, seu superior na divisão à qual pertenciam suas forças (ANDRADE, 2014). O desentendimento ocorreu durante um episódio em que soldados de Netto foram acusadas por Sampaio de roubar algumas ovelhas, ainda que sob a justificativa de curar uma disenteria. Este ato foi duramente reprimido, por Sampaio, em uma ordem do dia, na qual se refere aos soldados como sendo "vândalos da Idade Média" (NETTO, 2003, p. 49).

A acusação permite observar uma visão pejorativa, em relação à forma de agir da soldadesca, e a um *ethos* das forças provisórias comandadas por civis que pertenciam à Guarda Nacional que lutavam ao lado das forças castilhistas. Semelhante ao que houve nas forças federalistas, criou uma indisposição entre os dois oficiais, levando Sampaio à retratação, após protesto de Zeca.

O pensamento de Zeca Netto, em relação ao Exército, por sua vez, também expressava preconceito. Ao ser chamado de colega por um oficial do Exército, Zeca Netto assim respondeu:

> [...] permita que lhe diga que não somos colegas. Esta farda que visto é acidentalmente, enquanto a República precisa de meu fraco serviço. Terminada a luta em que estamos envolvidos, voltarei a meu lar e despirei esta farda e vestirei meu casaco. Ao passo que esta farda é o distintivo de sua profissão [...] (NETTO, 2003, p. 45).

Tal comportamento pode ser entendido com parte das distinções e disputas entre civis e militares, ocorridas durante a segunda metade do século XIX, que não cessaram durante a República (HOLANDA, 2008). Também poderia expressar formas de ver o mundo e a própria cidadania de maneira distintas, dissenções que possivelmente tenham sido importante variável

para entender a sorte dos eventos que colocaram o Exército ao lado de Castilhos e contra os federalistas.

Por outro lado, pertencer à Guarda Nacional, nesse espaço de fronteira, proporcionaria a eles acesso a diversos outros benefícios, desde conceder favores e negociar com seus amigos, até mesmo prejudicar seus inimigos. Dentre as atribuições da Guarda Nacional, estava a vigilância das fronteiras[606], o que poderia beneficiar seus negócios e de seus aliados fronteiriços, nas atividades de contrabando, uma vez que possuíam propriedades nesse espaço, fato também destacado por André Fértig (2006), e também poderiam agir perseguindo seus inimigos políticos. Por outro lado, por se tratar, na sua maioria de corpos de Cavalaria e, ao encontro do que afirma Miquéias Mugge (2016), envolvia também comprar cavalos para remonta das forças, não apenas em tempos de paz, mas especialmente durante conflitos, o que lhes ofereceria vantagens.

Não por acaso, Júlio de Castilhos havia substituído os Comandos Superiores da guarda Nacional, em 1890. Assim, buscando "moralizar" a instituição, preenchia os cargos com aqueles indivíduos que lhe fossem fiéis (REVERBEL,2014). Tal intervenção foi outro elemento que atraiu a ira dos antigos comandantes e daqueles alistados por eles, pois, com isso, rompia um importante meio de reprodução do poder das elites locais, em uma lógica clientelista de oferecer e conceder benefícios, além de interferir no processo eleitoral.

Ao analisar a documentação do Museu Paulo Firpo, na cidade de Dom Pedrito, encontramos a ata da primeira reunião do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional, da Vila de Dom Pedrito, em 1872, 1880, 1882, 1885, reunidos por ordem do general Tavares. Na referida ata, consta a lista de nomes daqueles que a presidiam e que foram arrolados. Percebemos, assim, como constatado no caso da Guarda Nacional de Bagé, uma continuidade dos diversos nomes responsáveis pela qualificação, naquela vila, dos indivíduos ou seus familiares, mais tarde, durante a Revolução Federalista.

Dentre os nomes, estava o do capitão Francisco Simões Pires, que presidia a comissão de qualificação, em 1872, membro de uma família que, conforme citamos anteriormente, estava vinculada à pecuária e possuía diversas propriedades em Bagé e Dom Pedrito. Constava, também, nessa comissão, Antônio Dias Lopes, irmão de Cândido Tavares Bastos e genro de Demétrio José Xavier, Barão do Upacaraí, político do Partido Liberal, que possuía propriedades

[606] BRASIL. Lei n° 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organisação à Guarda Nacional do Imperio. Colecção das Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, pt. 1, 1851, p. 314-340. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884 Acesso em: 08/11/2020.

urbanas e rurais em São Gabriel, Dom Pedrito e Santa Maria[607], cuja família também estava fortemente vinculada, por matrimônios, com outros irmãos Tavares Bastos e do Brigadeiro Camilo Mércio Pereira[608].

Outros nomes que compunham essa lista, em 1872, estavam o Capitão Boaventura Pereira Leite, pecuarista de profissão, que tinha propriedades no Brasil e no Uruguai, Torquato Antônio Severo e Marcelino Pina de Albuquerque, todos pecuaristas que haviam se incorporado às forças de Joca Tavares, durante a Guerra do Paraguai, lutando a seu lado (LOPES, 1972).

Nessa mesma relação, é possível perceber-se uma forte composição familiar, como, por exemplo, em 1882, os nomes de Alexandre Simões Pires, Cirílio Machado Leal, Demétrio Antônio Severo, Gerônimo Antônio Severo, Pedro Antônio Severo, Torquato Antônio Severo, José Manuel Firpo, Miguel Francisco de Quadros, Joaquim Manoel de Quadros, em sua maior parte negociantes e criadores[609].

De acordo com a Ata de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito, referente ao ano de 1885, o Conselho foi presidido pelo major Felisberto Ignácio Barcellos, e do qual faziam parte o major Gavino Machado da Silveira, Antônio Machado da Silveira, alferes Aníbal Machado da Silveira, Custódio Teixeira Brasil, Cósimo Simões Pires, Deoclécio Simões Pires, pecuaristas por profissão; Armando Tavares Bastos, capitão Antônio Pedro Dias Lopes, assistente do Comando Superior da Guarda Nacional, e Francisco Tavares Bastos, também secretário do Comando Superior, negociantes, irmãos do Dr. Cândido Bastos[610].

Parte dos nomes que elencamos, declaravam, nas listas de qualificação, que sua profissão era de negociantes e criadores, muitos dos quais proprietários de pequenas ou grandes propriedades rurais. Esse é um ponto importante, principalmente pelo fato de que durante o período da Revolução Federalista, boa parte das correspondências enviadas e recebidas eram de indivíduos que identificamos como sendo estancieiros e antigos membros da Guarda Nacional, provenientes do espaço fronteiriço.

---

[607] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Demétrio José Xavier, Auto 94, Maço 3, 1890.
[608] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Demétrio José Xavier, Auto 94, Maço 3, 1890.
[609] AHRS, Aquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro da Qualificação de cidadãos Guardas Nacionais da ativa do município de Dom Pedrito. Ata de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito. Dom Pedrito, Museu Paulo Firpo, 1882.
[610] AHRS, Aquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro da Qualificação de cidadãos Guardas Nacionais da ativa do município de Dom Pedrito. Ata de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito. Dom Pedrito, Museu Paulo Firpo, 1885.

Assim como redes dos Silva Tavares foram ativadas nesse período do conflito com o Uruguai, em 1864, e da Guerra do Paraguai (1864-1870), reunindo corpos de cavalaria para lutar no Paraguai, conforme se procura apresentar, identificamos a mobilização de suas redes e a utilização de mecanismos semelhantes na Revolução Federalista, com o envolvimento de indivíduos de famílias que estiveram presentes, nesse conflito, novamente ao lado dos Silva Tavares.

A partir dos nomes de oficiais e praças que compuseram essa força mobilizada pelos Silva Tavares, para combater as campanhas do Uruguai e do Paraguai (1864-1870), é possível identificar que muitos dos nomes que haviam acompanhado as forças de Joca Tavares e José Facundo, nessas campanhas, permaneceram junto a essa família em sua trajetória política, desde a fundação da União Nacional, passando pelo Partido Republicano Federal, até as fileiras do Partido Federalista e do Exército Libertador federalista. Citamos, por exemplo, os nomes de Leonardo José Collares, major fiscal; capitães Joaquim Nunes Garcia, chefe do Estado Maior das forças de Joca Tavares, Cândido Xavier Azambuja; Ismael Soares da Silva, os tenentes José Bonifácio Nunes Vieira, parente de Joca; os alferes Gabriel e Claudino Pereira Leite, Libindo Martins, José Francisco Lacerda (Chico Diabo), dentre outros.

A Guarda Nacional de Quaraí era comandada pelo coronel Davi Martins, durante o período da Revolução começada em novembro de 1891. Personagem que havia participado, ativamente, nos eventos que se seguiram, neste conflito, foi promovido a general, em novembro de 1893, pelo Comandante-em-Chefe do Exército Libertador, Joca Tavares, através da Ordem do dia número 5, datada pelos seus relevantes serviços[611].

Quanto à Guarda Nacional de Jaguarão e de Herval, neste período, nos primeiros anos da República, Ladislau Amaro da Silveira[612], que exercia o comando da Guarda Nacional da Comarca de Jaguarão, na Vila do Herval, subordinado a Astrogildo Pereira da Costa, Barão de Aceguá, que comandava a de Jaguarão, escreveu uma carta ao general Tavares, em 9 de dezembro de 1891, na qual comunicava que "Pelo Exmo. Sr. General Barão de Aceguá foi me

[611] TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do dia número 5**. Arquivo Público Muncicipal de Bagé, 17 nov. 1893.
[612] Nascido em São João Batista do Herval, no ano de 1833, foi líder do Partido Liberal por diversas vezes em Herval, era tenente-coronel da Guarda Nacional e posteriormente, Comandante Superior da Comarca de Jaguarão, até ser demitido em 1890 (FRANCO, 2010).

ordenado no dia 7 do corrente que dissolvesse a força da Guarda Nacional do meu Superior Comando, cuja ordem dei pronta execução. [...]"[613].

A ligação entre Ladislau da Silveira e José Maria Guerreiro Victória prosseguiu durante o tempo em que o general Tavares assumiu o governo do estado, em Bagé, conforme é possível de ser percebido no telegrama enviado por este, de Pedras Altas a Joca, datado de 19 de junho de 1892, segundo o qual, estava reunindo homens nos campos de Guerreiro Victória, no Herval[614].

Ao observarmos os nomes dos oficiais nomeados por Joca Tavares ao posto de general, compondo o Estado Maior, durante a Revolução, todos eles integravam a Guarda Nacional e eram veteranos de outras campanhas militares, principalmente da Guerra do Paraguai. Parte deles havia servido a seu lado, ou mesmo no corpo comandado por José Facundo da Silva Tavares, na defesa da fronteira de Bagé.

Por muito tempo se desconheceram informações mais detalhadas acerca desses personagens, possivelmente devido à falta de registros biográficos sobre eles, de forma que reconstruir tais trajetórias e compreender os vínculos entre eles só foi possível através das pesquisas em documentos do Arquivo Público e Histórico do Rio Grande do Sul, além de obras de memorialistas, desse período.

Encontrar documentos que permitissem reconstruir parte de suas trajetórias, como por exemplo, a de Marcelino Pina de Albuquerque**,** não foi algo fácil. Deparamo-nos com uma série de fragmentos compostos por documentos encontrados no Museu Paulo Firpo, em Dom Pedrito, outros nos Arquivos Público e Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Entretanto, não identificamos informações precisas acerca do nascimento de Marcelino. O que encontramos faz parte do inventário *post mortem* e *livros de notas* localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, a partir dos quais foi possível identificar uma série de informações acerca dele. Seu falecimento, diferente do que afirma Sérgio da Costa Franco (2010), deu-se em Dom Pedrito, em 26 de novembro de 1905, e as informações sobre sua pessoa, só foram possíveis pela descoberta do nome de sua esposa, que havia aberto o inventário de Marcelino, somente em 1907. Este era casado com Zeferina Machado de Albuquerque, natural da freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito.

---

[613] COSTA, Astrogildo Pereira da. [Carta] 9 dez. 1891, Herval. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

[614] SILVEIRA, Ladislau Amaro da. [Telegrama] 19 jun. 1892, Pedras Altas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Fala de reunião das forças de José Maria Guerreiro Victória.

Conforme apresentamos, anteriormente, Marcelino pertencia à Guarda Nacional dessa localidade e integrou as forças do general Joca Tavares que haviam lutado na Guerra do Paraguai (LOPES, 1972), conflito do qual retorna como capitão honorário do Exército. Após seu regresso, residiu em Dom Pedrito, então distrito de Bagé, conforme é possível identificar em uma carta precatória em que cobrava de Leopoldina Nunes Gonzaga da Costa, na comarca de Alegrete, viúva de Maurício Gonzaga da Costa, a dívida de um empréstimo contraído por seu marido com Marcelino, então Capitão Quartel Mestre, durante o conflito no Paraguai[615].

Esse personagem seguiu arrolado nas listas da Guarda Nacional de Dom Pedrito até 1880. A partir de então, vamos encontrar sua participação como major fiscal do 37º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de São Gabriel[616], local onde possuía uma pequena propriedade rural e onde, possivelmente, passou a residir nesse período.

Marcelino era proprietário rural e criador de gado e, de acordo com José Antônio Dias Lopes (1972), possuía homens escravizados, na década de 1870. No entanto, as fontes nos levaram a crer que, diferente do que aponta Sérgio da Costa Franco (2010), e do que nós pensávamos, Marcelino Pina não era um pequeno proprietário.

Conforme o inventário *post mortem* aberto por sua esposa, encontrado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, ele possuía campos em Dom Pedrito, São Gabriel e Santa Maria. Acerca de sua propriedade no município de Dom Pedrito[617], consta um campo com 16 e meio metros quadrados de sesmaria, ou 14.370 metros quadrados, no qual criava 160 reses, 40 éguas, 10 cavalos, onde existia uma casa em mau estado, coberta com teto de palha, plantações.

Importante destacarmos que isso não significa que Marcelino não possuísse maior número de animais. Nada impedia que pudessem ter sido sonegadas quantidades maiores de gado que poderiam estar no Uruguai, uma vez que era comum a passagem de gado de um lado a outro da fronteira, principalmente se o dono possuísse propriedade, ou familiares com campos naquele país, como parece ter ocorrido e explicaremos a seguir.

Os campos de sua propriedade, em Dom Pedrito, eram lindeiras ao Sul e a Oeste com o tenente-coronel federalista Manoel Cândido Xavier, filho do Barão do Upacaraí, e a Leste, com os herdeiros de Manoel José de Vargas, cujos nomes podem ser percebidos em um telegrama

---

615 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processos Judiciais, Ordinárias, Marcelino Pina de Albuquerque contra Maurício Gonzaga da Costa. Processo n. 601, 01/01/1871.

616 Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 26 jun. 1885, p. 1. Lista de oficiais da Guarda Nacional em que consta Marcelino Pina de Albuquerque.

617 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Marcelino Pina de Albuquerque, Auto 201, Maço 6, Estante 134, 1907.

enviado, em 1891. Assinado por diversos indivíduos da junta revolucionária de Sant'Ana do Livramento, dentre os quais estavam Capitão Antônio José de Vargas e Rafael Cabeda, confirma a relevância da vizinhança e dos parentescos estabelecidos entre as famílias, bem como sua mobilização durante a revolução.

Esse documento foi endereçado à junta de governo composta pelo general Domingos Barreto Leite, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil, no qual requerem "[...] incluir no governo provisório general Silva Tavares, legítimo chefe movimento fronteira. Não principiemos com injustiças. Com mais direito do que ele ninguém com tanto pouco[...]"[618].

No entanto, parece que mais de um membro dessa família estava ao lado dos federalistas, como indica a carta sem nome, enviada de Sant'Ana do Livramento, em 21 de junho de 1892, ao general Tavares, acerca dos eventos que marcaram a resistência e a deposição deste, na qual veio a falecer Antônio de Vargas:

> [...] Estamos congregando elementos e mandamos comprar em Montevidéu alguma munição. Ismael de Vargas, irmão de nosso malogrado companheiro Capitão Vargas, retirou-se e debandou a gente que o acompanhava. Era o melhor homem que seguia aos nossos adversários[...]"[619].

As relações de Marcelino Pina estendiam-se, também, para o norte do Uruguai, possivelmente pelos parentescos de Zeferina, sua esposa, cuja família possuía campos nessa região. Em carta enviada por Marcelino ao general Tavares, da cidade uruguaia de Rivera, possivelmente datada de 1895, comunica-o sobre o roubo de cavalos de sua propriedade: "Amigo e Exmo. Sr. General Tavares, tendo eu e alguns oficiais deixado no Estado Oriental, no **campo de meu falecido cunhado alguns cavalos de propriedade**, soube agora que o famigerado João Brum os roubou- [...]"[620].

A carta indica que o campo era um ambiente também hostil e violento para os brasileiros imigrados, possivelmente, por indivíduos que se aproveitavam da situação para cometer tropelias e assaltos. Ainda no que se refere a essa carta de Marcelino, também permite compreender a prática corrente, durante o conflito, de levar gado e cavalos para o Uruguai, a fim de protegê-los, especialmente cavalos, elemento fundamental para a manutenção das forças

---

[618] VARGAS, José Antônio de. [Carta] 1891, Dom Pedrito. [Para] LEITE, Domingos Barreto; CASSAL, João de Barros; BRASIL, Joaquim de Assis. 1 folha, Santana do Livramento. Documento pedindo inclusão do general Tavares na junta de governo em 1891.

[619] CARTA, 21 jun. 1892, Sant'Ana do Livramento [para] TAVARES, João Nunes da Silva. 2 folhas, Bagé. Conta a história da tomada de Sant'Ana do Livramento pelas forças Castilhistas em 1892.

[620] ALBUQUERQUE, Marcelino Pina de. [Carta] sem data ou local. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que se queixa sobre roubos de cavalos nos campos de seu cunhado.

federalistas em combate e, portanto, possivelmente estivesse também lucrando com a venda destes para as forças federalistas.

Marcelino possuía propriedade rural também em São Gabriel, situada no segundo distrito do município, com 15 mil metros quadrados de campo, que se unia à outra que possuía no município de Santa Maria, com 1.310.000 metros quadrados de campo, cujo inventário sequer faz referência ao número de animas de criação, nestas propriedades[621].

Ao analisarmos o inventário de Marcelino, realizado em 1905, pela sua esposa, Zeferina, é possível perceber mais detalhes acerca das complexas redes de relações que vinculavam esses personagens. O advogado que realizou o inventário foi o federalista de Dom Pedrito, Gavino Machado da Silveira[622], e os vínculos deste com outros federalistas, inclusive com o general Tavares, podem ser percebidos no jornal *O Maragato*, de 17 de março de 1907.

O major Gavino, assim como Marcelino Pina, também era veterano da Guerra do Paraguai e, possivelmente, tenham travado relações de amizade durante a participação nesta guerra. Ao regressar do Paraguai, residiu em Dom Pedrito, onde desempenhou o cargo de tabelião e escrivão do civil e crime. Também aproveitando sua experiência militar, comandou, em 1884, uma seção da infantaria estacionada naquele município.

Atuou, igualmente, como jornalista e proprietário da *Gazeta Pedritense*, no período de 1883 a 1890; participou dos movimentos políticos naquela localidade, na Revolução de Novembro de 1891e serviu como chefe do estado maior de Manoel Cândido Xavier. Em 1892, foi importante apoiador e colaborador das forças revolucionárias federalistas. Muito bem relacionado com outros líderes, dentre eles, Camilo Mércio Teixeira e Torquato Severo, desempenhou por ordem de Joca Tavares a função de representante da revolução e chefe de polícia, em Dom Pedrito, comandando pequena força até o final do conflito.

Ainda durante o período da Revolução Federalista, Marcelino Pina foi promovido a general do Exército Libertador, por ordem do general Tavares, expressa na Ordem do Dia n. 4, de 14 de novembro de 1893, documento no qual declara que dentre os motivos estavam seus relevantes serviços e a bravura com que atuava[623].

---

[621] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Marcelino Pina de Albuquerque, Auto 201, Maço 6, Estante 134, 1907.
[622] Jornal *O Maragato*, Rivera, 19 mar. 1907, p. 6. Biografias de líderes federalistas.
[623] TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do Dia n.4**, 14 de novembro de 1893. Arquivo privado da senhora Yàra Maria Botelho Vieira, Bagé, RS.

Os conhecimentos militares de Marcelino Pina foram destacados pelo almirante Saldanha da Gama. No entanto, sua narrativa permite entender que isso não excluiu a existência de dissenções entre Pina e Joca Tavares, conforme é possível de ser identificado em seu diário:

> [...] era um velhinho de 65 a 66 anos, [...] há certa apatia em seu todo. Dizem que na vida atribulada de revolucionário se tem dado ao abuso da cachaça e ao comércio excessivo com as chinas, que costumam acompanhar as forças revolucionárias. É um dos chefes mais dedicados da revolução e possui seus conhecimentos militares, tendo sido militar na campanha do Paraguai; mas sua notória apatia o tem prejudicado sobremodo, dando causa a mais de uma surpresa desastrosa (GAMA, 2009, p. 161).

Ao encontro dessa acusação do almirante Saldanha da Gama, de que Marcelino enfrentava problemas de alcoolismo, em suas forças, está um documento que relatava suas ações durante o combate, chamado parte de combate, enviada pelo próprio Marcelino Pina ao general Tavares, em 21 de março de 1895, na qual explicava que havia mandado um pequeno destacamento, comandado pelo capitão Epaminondas, reconhecer a cidade de Rosário do Sul. Este, ao regressar a seu acampamento, nos arredores dessa cidade, foi atacado por forças governistas. Relata, ainda, Marcelino, que ao perceber que as forças federalistas estavam em pequeno número, acabaram batendo em retirada e se ressentia que, nesse embate, "infelizmente, o terrível vício da embriagues [sic], quis mais uma vez que perdêssemos 2 companheiros"[624].

Outro caso é o do coronel da Guarda Nacional José Maria Guerreiro Victória, nascido em 1835, filho de José Francisco de Santa Victória e Maria Francisca da Conceição[625]. Casado com Idalina Pereira Victória, era uma pessoa de estatura regular, usava barba e bigode ao estilo do Império, era criador de gado de profissão[626].

Foi veterano de diversas campanhas militares. Havia iniciado sua vida militar em 1851, lutando na campanha contra Oribe e Rosas, em 1851, no mesmo regimento de cavalaria de Joca Tavares; lutou na Campanha do Uruguai, em 1864; e esteve na tomada da cidade uruguaia de Paysandú, juntamente com Joca Tavares. Posteriormente, com a eclosão da Guerra do Paraguai, incorporou-se às forças do general Antônio de Souza Neto. Teve participação em diversas batalhas, tendo sido promovido a major e reconhecido por sua bravura. Sobreviveu a um

[624] PINA, Marcelino Pina [Carta] 21 mar. 1895, Campo Seco. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 4 folhas, sem local especificado. Relata uma derrota de forças federalistas devido à embriaguez em que se encontrava.
[625] FAMILY SEARCH. Genealogia de José Maria Guerreiro Victória. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GS5F-9PX Acesso em 17/09/2020.
[626] AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, tenente-coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870.

acidente em que teve seu cavalo morto por um projétil de canhão, em batalha, e chegou a receber o Hábito da Ordem de Cristo[627].

No Paraguai, Guerreiro Victória passou a comandar o 18º Corpo Provisório de Cavalaria; conheceu e conviveu com diversos oficiais e esteve na última fase da campanha e passou a servir com o então coronel Joca Tavares, comandante da 5ª Brigada de Cavalaria, sob ordens do Visconde de Pelotas; galgou postos rapidamente, chegou a coronel em 1870[628].

Os vínculos entre Guerreiro Victória e Joca Tavares podem ser observados pela ordem do dia 29 de março de 1870, na qual este último elogiou Guerreiro Victória[629], e tal amizade estabelecida nos campos de batalha estendeu-se para outras áreas, sendo fortalecida pelas relações de parentesco que ligavam os Silva Tavares à família Victória, em Herval, conforme apresentamos anteriormente. Durante o período da Revolução Federalista participou como signatário de diversos manifestos federalistas e comandou o 3º Corpo do Exército Libertador com o posto de coronel.

Na cidade de Herval, conforme apresentado anteriormente, Guerreiro Victória ocupou diversos cargos políticos, durante a segunda metade do século XIX. Filiado ao Partido Conservador, posteriormente, durante a República, passou para a União Nacional, em 1890, e para o Partido Federalista, em 1892.

No que se refere a sua atividade econômica, encontramos, no seu inventário *post mortem,* no Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, aberto por sua esposa Idalina, em 1901, como seus bens apenas 3 casas de moradia, de material, um terreno, todos em Herval, e uma chácara de 12 braças de légua de campo, com 33 reses, o que indica que se tratava de uma pequena propriedade com um número relativamente pequeno de animais. No entanto, este possuía uma sociedade com João Francisco de Santa Victória, seu irmão, para criação de animais vacuns e cavalares, sobre a qual não encontramos nenhuma outra informação[630], na qual poderia criar mais animais dos quais não constam detalhes no inventário.

É possível aventar a possibilidade de que Guerreiro Victória tenha sonegado informações em seu inventário, conforme a reclamação de uma das herdeiras de Guerreiro

---

627 AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, tenente-coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870.
628 AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, tenente-coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870.
629 AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, tenente-coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870.
630 AHRS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de José Maria Guerreiro Victória, Herval, Auto 301, Maço 14, Estante 147, 1901.

Victória, durante a partilha do inventário[631]. Ao encontro dessa reclamação, encontramos uma escritura pública de compra e venda, no Livro de Notas da cidade de Herval[632], indícios de uma venda de uma propriedade, em Herval, no ano de 1884, antiga propriedade de Dionísio Amaro da Silveira, situada no primeiro distrito daquela cidade, vendida a Verônica Juliana da Silva.

A República não destituíra os Silva Tavares do comando da Fronteira e Guarnição da Bagé, de 1890 a 1891, a pedido do Presidente da República, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (REIS, 1911, p. 99-103). Antigos membros do Partido Conservador, ambos veteranos e companheiro de armas do Paraguai, o haviam nomeado como homem de confiança para manter a ordem, paradoxalmente, o mesmo que ocupara proeminência em sua deposição, em 1891.

Essas relações possivelmente teriam continuado, durante o ano de 1875, em que Manoel Deodoro da Fonseca havia sido nomeado comandante da Fronteira de Quaraí e Livramento, em dezembro de 1874, até ser nomeado em 1875, para inspetor das forças dos comandos da fronteiras[633], enquanto o general Tavares ocupava o comando da de Bagé[634].

Os oficiais da Guarda Nacional ligados ao general Tavares e de outras guarnições do Rio Grande do Sul, mesmo aqueles que haviam sido destituídos por Castilhos, foram mobilizados em 1891, durante a Revolução de Novembro. Os mesmos oficiais acabaram sendo substituídos, em 1892, devido à contrarrevolução de Júlio de Castilhos. Acompanhando a derrubada dos cargos ligados à burocracia do governo, também foram substituídos os comandos da Fronteira e Guarnição, por oficiais ligados a Castilhos e ao PRR. Isso levou parte da oficialidade que havia lutado ao lado dos Silva Tavares para a oposição, engrossando as fileiras federalistas e republicanas dissidentes em oposição a Castilhos.

As correspondências do general Tavares permitem que identifiquemos as cartas e telegramas enviadas por indivíduos desse espaço geográfico e também pertencentes à Guarda Nacional, como, por exemplo, a carta enviada por Davi José Martins, Quartel do Comando da Guarnição da Guarda Nacional, da Comarca de Quaraí, 26 de novembro de 1891.

---

631 AHRS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de José Maria Guerreiro Victória, Herval, Auto 301, Maço 14, Estante 147, 1901.

632 APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Notas de Herval, n. 4, Escritura Pública de Compra e Venda, José Maria Guerreiro Victória, 20/04/1890 a 20/06/1891.

633 CASTRO, José Antônio de Azevedo. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul., Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1876. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1877, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1876_00002.pdf Acesso em: 19/05/2020.

634 CASTRO, José Antônio de Azevedo. Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1875. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1875, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1875_00003.pdf Acesso em: 19/05/2020.

Da cidade de Dom Pedrito, muitos destes nomes que pertenceram à Guarda Nacional, veteranos da Guerra do Paraguai, vieram fazer parte das fileiras das forças federalistas, ou mesmo comandá-las, como foi o caso de Torquato Antônio Severo. Este também havia participado da Guerra do Paraguai e teve importante atuação na Guarda Nacional de Dom Pedrito; era pecuarista e amigo da família Silva Tavares. Torquato pertencia à Guarda Nacional de Dom Pedrito[635], organizada, inicialmente, conforme dito anteriormente, por ordem do general Tavares, e serviu junto com Boaventura Pereira Leite, José Manuel Firpo, Demétrio e Pedro Antônio Severo; Antônio José de Vargas, Marcelino Pina de Albuquerque, José Francisco[636], Miguel Francisco e Joaquim Manoel de Quadros; Gavino, Antônio e Aníbal Machado da Silveira; Armando, Francisco Antônio Dias Lopes, os três irmãos do Dr. Cândido Bastos, dentre outros personagens que são identificados nas correspondências dos Silva Tavares. Estes nomes são encontrados nas listas dos corpos organizados por Joca Tavares e José Facundo da Silva Tavares para a Guerra do Paraguai, portanto, muitos destes veteranos do Paraguai e todos estes vieram a compor as fileiras federalistas durante a Revolução.

Torquato era proprietário rural, em Dom Pedrito, na localidade denominada *Vauthier* (LEITE, 1997; FRANCO, 2010), hoje denominada Torquato Severo, distrito do município de Dom Pedrito, em sua homenagem. Pertencia a uma numerosa família[637]; seus irmãos e irmãs estavam ligados por casamentos com famílias de estancieiros e políticos filiados ao Partido Liberal de Dom Pedrito. A família Quadros, por exemplo, estava vinculada através de seus irmãos, Pantaleão Antônio Severo, casado com Ana Jesuína de Quadros, de Demétrio Antônio Severo, casado com Zeferina de Quadros e por Carlota Bittencourt Severo, casada com José Francisco de Quadros. Outra família a quem estavam vinculados os Severo, era a dos Jacintho Pereira, como, por exemplo, o próprio Torquato, casado com Ana Cândida Osório Jacintho Pereira, além de seus outros irmãos Roberto Antônio e Florisbelo Antônio, casados, respectivamente, com Florinda e Ubaldina Jacintho Pereira.

[635]AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livros da Qualificação de cidadãos Guardas Nacionais da ativa do município de Dom Pedrito. Atas de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito. Dom Pedrito, Museu Paulo Firpo, 1882 e 1885.

[636] Alferes secretário do primeiro Conselho de Qualificação da Guarda Nacional de Dom Pedrito. Possivelmente homem de confiança do general Tavares.

[637] Sobre os parentescos e vínculos da família Severo em Dom Pedrito ver: FAMILY SEARCH. Genealogia de Torquato Antônio Severo e sua família. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GQRN-Q41 Acesso em: 19 set. 2020.

Da família Quadros, seus membros pertenciam à Guarda Nacional de Dom Pedrito, então freguesia de Bagé, e serviram no 32º corpo de Cavalaria[638] organizado pelo Barão do Serro Alegre e comandado por Joca Tavares para a Guerra do Paraguai.

Tais relações continuaram a existir entre esses personagens, tendo sido, muitos deles, apoiadores dos federalistas durante a Revolução, conforme carta enviada por Torquato Severo, em 4 de dezembro de 1891, de Dom Pedrito:

> [...] conforme recebi sua ordem para organizar um esquadrão para estacionar em Taquarembó. Tirei a lista de pessoa que dizia compor o esquadrão e apresentei-me em Dom Pedrito, ficando esta composto de oitenta praças, um tenente e um Alferes, ficando cantado no Esquadrão o Tenente José Maria de Quadros e indicado para alferes o cidadão João Carlos Machado, espero que Vossa Excelência faça todo o possível para que fique garantida a indicação deste cidadão para ser um dos companheiros por quanto se faz preciso. O esquadrão está licenciado até segunda ordem [...][639].

A lógica familiar estava presente também na composição do esquadrão organizado por Torquato Severo, em Dom Pedrito ao colocar seu parente José Maria de Quadros como oficial. Essas relações também se tornam evidentes em carta enviada por Aparício Saraiva ao general Tavares, em 1895, na qual é possível perceber o apoio e as relações de José de Quadros com os federalistas, com Torquato Severo, seu cunhado. Revela, ainda, uma rede familiar no âmbito dos negócios, através do favorecimento da parentela para vender cavalos, demonstrando, assim, o quanto poderia ser vantajoso apoiar a Revolução. Neste documento, declara Aparício que envia "junto uma ordem contra o senhor José de Quadros para que lhe entregue a quantia de quinze contos de reis de ordem do coronel Torquato Severo, a quem já passei dessa quantia o devido recibo [...]"[640].

Essa mobilização em torno da Guarda Nacional e de elementos que a ela pertenciam estendeu-se também a outras localidades do Rio Grande do Sul, aos comandos dessas localidades com os quais Joca Tavares e Zeca Tavares mantinham estreitas relações. Como exemplo, citamos a carta enviada de **Piratini**, especificamente do Quartel do Comando do Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional de Piratini, em 21 de fevereiro de 1892, pelo tenente-coronel comandante João José Damasceno – posteriormente, foi um dos signatários da fundação do partido federalista, ainda em 1892, – ao general Tavares.

---

[638] APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Proposta de oficiais para o corpo de Cavalaria da Guarda Nacional n. 32, do município de Bagé, Caixa 40 maços 102, 103 e 104, 1870.
[639] SEVERO, Torquato Antônio. [Carta] 4 dez. 1891, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que fala da organização de um esquadrão em Dom Pedrito.
[640] SARAIVA, Aparício. [Carta], s./d., 1895. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Pontas do Ponche Verde, 1 folha. Documento em que fala sobre pagamento a José de Quadros pela venda de cavalos.

Nessa carta, Damasceno passa informações sobre as atividades castilhistas sob o comando do ex-delegado de polícia de Piratini, Manoel Pedroso de Oliveira, e seus irmãos Antero, Favorino, coronel Bernardino Motta, chefe político castilhista de Canguçu, e Leão Silveira Terres, ex-intendente de Canguçu. Importante destacar que todos eram da Guarda Nacional e nesse mesmo documento é possível identificar que esses personagens são nominados como rebeldes, após serem depostos pela Revolução de Novembro, passando Manoel Pedroso a reunir homens em sua propriedade, e a resistir no interior. Juntamente com outros chefes castilhistas passaram a ser perseguidos, chegando a confrontar-se com forças legalistas do governo instituído pela revolução[641].

O coronel João Damasceno declara, na mesma carta ao general Tavares, que cumpre seu dever de reportar todas as ocorrências passadas em Piratini e que se coloca "[...] inteiramente a vossas ordens para tudo quanto for necessário no empenho de manter o respeito à lei e à autoridade constituída [...]"[642].

Da mesma forma, existiam comunicações enviadas de Uruguaiana, nas quais o coronel Comandante Superior de Uruguaiana, Estevão Câmara, envia ao general Tavares um telegrama reservado, com data de 9 de abril de 1892, no qual afirma que "[...] General Hipólito e outros segredados invadir breve sua opinião para combinação [...]". Este telegrama permite entender a aliança construída, anteriormente, entre o Exército Brasileiro e os castilhistas − parte deles havia emigrado em Corrientes, após a deposição de Castilhos, em 1891. Permite asseverar, ainda, que a aliança entre elementos do Exército e os castilhistas já estava costurada muito antes da intervenção de Floriano Peixoto, em junho de 1892.

Também existem comunicações da cidade de **Pelotas**. Leopoldo Antunes Maciel, Barão de São Luís, também signatário da fundação do Partido Federalista, em 1892, em Bagé, escreve ao general Joca Tavares, dizendo-lhe que: "18 batalhão tenta desarmar Guarda Nacional estamos acampados fragata organizando resistência, nos mande algum contingente hoje. Barão de São Luís, Comandante Superior Guarda Nacional"[643]. Durante a Revolução, as propriedades

[641] DAMASCENO, João José. [Carta] 21 fev. 1892, Piratini. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 9 folhas, Bagé. Carta em que o coronel João Damasceno reporta ao general Joca Tavares os fatos ocorridos em Piratini contra Manoel Pedroso de Oliveira.
[642] DAMASCENO, João José. [Carta] 21 fev. 1892, Piratini. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 9 folhas, Bagé. Carta em que o coronel João Damasceno reporta ao general Joca Tavares os fatos ocorridos em Piratini, contra Manoel Pedroso de Oliveira.
[643] MACIEL, Leopoldo Antunes. [Telegrama] 6 fev. 1892, Pelotas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Pede auxílio a Joca Tavares para resistência.

de Maciel foram utilizadas pelos federalistas, conforme apresentamos, anteriormente, tornando-se um dos seus apoiadores.

A partir desses exemplos, mostra-se que a mobilização de suas redes, em grande parte, fez-se também priorizando os laços familiares entre as famílias federalistas, ligadas por práticas econômicas e interesses comuns, durante a Revolução Federalista.

Durante esse conflito, os vínculos familiares podem ser observados, conforme citamos anteriormente, no caso das famílias de Ladislau Amaro da Silveira, dos Silva Tavares, dos Cabeda, dos Tavares Bastos, dos Simões Pires, dos Collares, dos Teixeira Brasil.

No entanto, quando se trata de perceber a composição das forças, considerando os soldados, com o objetivo de perceber se esta condição de uma composição familiar das forças também vale para os soldados, a análise torna-se mais complicada, principalmente devido à dificuldade de obter relações da composição das forças federalistas. Mas, felizmente, encontramos na documentação do general Silva Tavares *o Índice Toponímico da força do Tenente Coronel João Carrion*[644], de Lavras do Sul, documento onde foram elencados os nomes dos oficiais e praças das forças, o que permitirá tal análise.

Para buscar confirmar essa possibilidade, apresentaremos, através de exemplos, os casos em que se torna visível a composição dessas forças por indivíduos que pudessem ter algum nível de parentesco, ou até mesmo agregados a alguma família. Nesse sentido foram analisados os nomes que compõem o corpo provisório, composto por 96 homens, entre o Estado Maior, formado por João Carrion, Marcelino Paula **da Silveira**, Alan Laranjeira, Salvador Martins **Lemos**, Serapião Ângelo **Mesa** e Henrique Vianna, além das forças que o compunham, subdivididas em três esquadrões.

O 1º Esquadrão, composto por 23 homens, comando por Pedro Alves **de Oliveira**, em cujas forças podem ser identificados os nomes de João Militão **Mesa**, Anacleto **Mesa**, Francisco de **Figueiredo**, João Nunes **Figueiredo**, José Manuel **Martins**, Júlio **Martins**, Camilo **Machado**, Alcebíades José **Machado**, João Altino **Freitas**, Cypriano **Freitas**, Faustino **Rosa**, Laurito **Ramos**, Delfino de **Sousa** e Cândido **Pereira**. Ainda que estes quatro últimos não se repitam, neste esquadrão, existe incidência nos outros que citaremos a seguir, podendo-se, assim, identificar que um total de 10 indivíduos possuem o mesmo sobrenome.

No caso do 2º Esquadrão, composto por 35 homens, comandado pelo capitão Vasco da Fontoura, serviram Césimo **Rosa**, Gregório de **Freitas**, Anselmo **Freitas**, José Caetano de **Freitas**, Astolpho de **Freitas**, Antônio Francisco **de Vargas**, Ângelo **Correa**, Galdino **Alves**,

[644] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Fundo da Família Silva Tavares. CARRION, João. Relação Nominal de Oficiais e Praças do 1º Corpo Provisório de Cavalaria do Exército Libertador, s/d.

Gerônimo Paula **de Sousa**, Higino **da Rosa**, Galdino **Jardim**, Marcelino **Jardim**, Jerônimo Paula **de Sousa**, Geraldino **Perdin**, Marcelino **Perdin**, Alexandre Lucas **Machado**, Galdino **Alves**, Bonifácio **Barbosa**, Angelo **Correa**, Delmiro **Pereira**, Clemente Antônio **de Oliveira**, 15 deles possuíam sobrenomes semelhantes, outros sobrenomes comuns com os presentes nos outros dois esquadrões.

Quanto ao 3º Esquadrão desse corpo, formado por 31 homens, comandado pelo capitão Antônio Galvão de Soveral, estavam Luís **Ramos**; Manuel **de Vargas**, Benedicto **Alves,** Olinto **Machado**, João dos Santos **Machado**, Camilo **Machado**, Arthur **Correa**, Geraldo **Correa**, Jerônimo Pereira **da Rosa**, Bibiano Joaquim **da Rosa**, Pedro Maria **da Rosa**, José Carolino **da Rosa**, Raimundo **de Sousa**, Francisco **de Sousa**, Genuíno **Barbosa**, Thomaz **Pereira**, dentre outros indivíduos que o compunham e apresentava 11 sobrenomes em comum e outros em comum com os de outros esquadrões.

Aproximadamente 53 indivíduos desse corpo provisório, comandado pelo coronel federalista João Carrion, possuíam sobrenomes em comum, efetivamente mais da metade dessa força. Semelhante a esse documento, encontramos outra relação de oficiais[645] e praças comandada-os pelo major federalista Gabriel **Correia Pimentel**, num total de 44 homens, sendo que 18 homens apresentam sobrenomes semelhante. Dentre estes, estão os nomes de João **Correia** de Mello, Antônio **Munhos**, João **Munhos**, Julião **Munhos**, João Silverino **Munhos**, Florêncio **Munhos**, Marcos de Souza **Freitas,** Hipólito **Pereira,** Pedro **Pereira,** Onofre **Pimentel**, Benedito **Correia** da **Silva**, Antônio Luiz da **Silva**, José **Gonçalves**, Francisco **Gonçalves**, Constantino dos **Santos**, Avelino Nunes **Pedroso**, Tomas **Pedroso**, Constantino dos **Santos**, Raimundo **Ribeiro** dos **Santos** e Joaquim Manoel **Ribeiro**.

Da totalidade desses homens, apenas 28 estavam armados, o que remete às dificuldades logísticas e de suprimento para as forças federalistas. Grande parte da soldadesca, possivelmente, era de forças civis, ou seja, lutavam na esperança de obter armamento do inimigo durante as refregas.

Essa situação é expressa por Ângelo Dourado (1992), em sua obra *Voluntários do Martírio,* e está presente nas memórias do autor ao narrar as falas de dois importantes comandantes federalistas. O primeiro, Marcelino Pina, teria declarado: "Deem-nos cavalos, porque armas nós tomaremos deles", e José Maria Guerreiro Victória, que teria feito afirmação

[645] APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Relação de Oficiais e Praças prontos para o serviço. Major Gabriel Correia Pimentel. Fundo da Família Silva Tavares, s./d.

semelhante: “Cuidem dos cavalos, preparem meneias e maneadores, porque armas e roupas nós tomaremos deles” (DOURADO, 1992, p. 342).

John Chasteen (2003), ao estudar o caso de Gumercindo Saraiva, assevera que muitos dos homens que se juntavam as estas forças, o faziam sem armamentos, e quando o possuíam, eram rudimentares, o que vem ao encontro do que procuramos apresentar por meio do caso das forças federalistas de João Carrion e Gabriel Pimentel.

Quanto aos homens que seguiam esses líderes federalistas, Chasteen (2003) defende que essas forças apresentavam uma miríade social: pequenos e médios proprietários, homens que trabalhavam no campo, agregados, pessoas de diversas origens sociais e econômicas, negros, indígenas, andarilhos, ou seja, a situação de crise econômica e a pobreza decorrente teriam gerado abundante contingente para os federalistas. Argumenta, ainda, o autor, que muitos dos que se juntavam era no anseio de obter comida. Mas ao questionar o que fazia com que homens desarmados se juntassem a esses caudilhos, encontra resposta nos laços de lealdade pessoal, enfim, encontra em questões da subjetividade destes homens os motivos que justificariam essa adesão.

Afirma Miquéias Mugge (2016), que a formação dos corpos da Guarda Nacional, durante a segunda metade do século XIX, foi fortemente preenchida por indivíduos que mantinham vínculos ou alianças familiares, especialmente para os postos de oficiais, e isso teria resultado prático como um potencializador para arregimentar homens.

Tais características estiveram presentes dentre os Silva Tavares, desde a Revolução Farroupilha, quando João da Silva Tavares havia reunido homens para suas forças, em sua maioria parentes de Herval (VIEIRA, 2010). Tal fenômeno segue sendo observado durante os conflitos externos com o Uruguai e Paraguai, entre 1864 a 1870, estendendo-se, pelo menos, até o final do século XIX, durante a Revolução Federalista.

Essa lógica dirigiu a formação dos corpos federalistas, conforme estamos procurando apresentar. Eram compostos a partir da mesma lógica utilizada pela Guarda Nacional, portanto, formados por parentes, amigos, aliados políticos, clientes dos chefes federalistas, dentre outros personagens capazes de serem mobilizados a partir de suas redes.

André Fértig (2010) assevera que os comandantes superiores poderiam ter diversos tipos de benefícios ao organizar as forças, dentre estes, os econômicos. Nesse sentido, passaria a existir uma relação clientelística entre os chefes e seus subordinados, favorecendo o estabelecimento de laços no âmbito pessoal e criando dependência econômica. Destaca, também, o autor, que isso lhes concedia proeminência nas sociedades locais, onde passavam a ser vistos como benfeitores daqueles que serviam sob suas ordens, conseguindo dessa forma,

organizar “um exército particular que, formando um número significativo de subordinados, a qualquer momento poderia ser mobilizado de acordo com os interesses de seu chefe” (FÉRTIG, 2010, p. 68).

Ao pensar a vinculação desses homens, concordamos com John Chasteen (2003) quando afirma, para o caso dos Saraivas, que os vínculos familiares nem sempre funcionavam como elos efetivos para pensar um real envolvimento e, ainda que alguns parentes não tenham se envolvido diretamente, não nega a possibilidade de apoio deles. O forte engajamento de membros da família Saraiva na Revolução Federalista, demonstrado por Chasteen (2003), permite afirmar o contrário.

O argumento central que John Chasteen utiliza, “senso de obrigação familiar e amizade” (2003, p. 25), que teria motivado Aparício Saraiva a reunir-se a seu irmão Gumercindo, vem ao encontro de nossa tese de que o conflito foi estruturado no seio de importantes famílias. Este pode ter sido o mesmo princípio que esteve presente na composição das forças, que apresentamos, de João Carrion e Gabriel Pimentel. Trata-se de elementos que permitem entender os vínculos familiares, vistos de uma maneira ampla, como parte de uma subjetividade que permite entender os laços que vinculavam esses homens, uma lógica familiar que possibilita a compreensão da Revolução Federalista.

Esses aspectos familiares influenciaram nas estratégias federalistas, principalmente através de uma lógica de preservar as vidas. Devido à composição de suas forças, constituídas por elementos familiares, amigos, parentes e demais seguidores, estabeleceria lealdades e solidariedades para com o líder que seguiam, como forma de proteção clientelística.

Acerca da existência de práticas clientelísticas, na Guarda Nacional, para o caso do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, destaca André Fértig (2010) que, muito mais do que permitir o recrutamento de homens, era um dos principais meios utilizados para finalidades clientelistas. Os coronéis tinham, sob sua jurisdição de comando, as tropas da Guarda Nacional de outras cidades, que lhes possibilitavam realizar a “cooptação de homens que poderiam ser seus clientes” (FÉRTIG, 2010, p. 106) e, caso necessário, teriam poder para mobilizá-las em prol de seus interesses políticos ou militares, como de fato ocorreu durante a contenda.

Para pensar a questão clientelística que envolvia a reunião de homens para suas forças, as reflexões de Ariel de la Fuente (2014) permitem estabelecer semelhanças que, a partir de seu

estudo, nos ajudam a pensar a organização e a forma de agir nas forças do Exército Libertador dos federalistas.

O fato de muitos dos homens terem seguido os caudilhos também poderia significar formas distintas de proteção, como, por exemplo, a expectativa de que tivessem suas vidas preservadas, especialmente defendendo a si ou a suas famílias, frente a um contexto de violência e perseguições, no Rio Grande do Sul. Isso, de forma alguma, exclui a possibilidade de que também pretendessem se reunir às forças federalistas com o intuito de buscar vinganças pelas violências que os tinham vitimado.

Por outro aspecto, a busca por juntar-se a um caudilho e às forças federalistas, em busca de alimentação, estava no âmbito de uma proteção clientelística, e com isso, eram oportunidades de obter recursos e sobrevivência, como bem destaca Ana Luiza Reckziegel (2007). Em caso de vitória, aqueles que se engajavam pela causa poderiam participar da divisão dos espólios, ser lembrados pelos chefes, quando estes ocupassem o poder, para obter cargos, favores, benefícios, de modo que estariam dentro de uma lógica clientelística.

Essa compreensão muda toda a lógica para entender os conflitos a partir de um *ethos* platino adotado pelos federalistas. Ser chefe de prestígio também envolveria saber preservar a vida de seus homens e, para isso, requereria uma experiência prévia em combate, que os federalistas possuíam, como de fato pode ser observado nas trajetórias de Joca Tavares e dos comandantes federalistas José Maria Guerreiro Victória, Marcelino Pina de Albuquerque e David Martins, Gumercindo Saraiva, Aparício Saraiva, Zeca Tavares e Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Conforme já citado, esses federalistas haviam participado, anteriormente, dos conflitos platinos, desde a campanha do Uruguai, em 1864, passando pela Guerra do Paraguai até a atuação na Guarda Nacional.

O fato de muitos dos chefes federalistas haverem pertencido à Guarda Nacional, também significa a existência de uma rede organizada de homens prontos a servir, muitos veteranos de combates no Paraguai, com experiência militar, o que teria estabelecido vínculos de natureza subjetiva entre eles, criados pelas dificuldades partilhadas.

Os laços de amizade estabelecidos e criados durante as guerras, são fatores que, de acordo com François Xavier Guerra (1991), atrairiam admiração por parte de seus homens, na mesma medida em que também podem ser entendidos enquanto elementos constituintes de laços de fidelidade e solidariedades.

Compreender a questão dos vínculos e de solidariedades, em períodos de guerra, para pensar a formação desses grupos armados, é algo presente na historiografia latino-americana e esteve presente em diversos contextos de conflitos, durante o século XIX.

Para o caso do México, durante o fim do século XIX e começo do XX, François Xavier Guerra (1991) argumenta acerca da importância das sociedades rurais, nas quais a ação dos indivíduos, na esfera social, era marcada por solidariedades. Ressalta, ainda, este autor, a importância das propriedades rurais nessas sociedades, principalmente pastoris, enquanto importantes pontos de partida para se pensar acerca das sociabilidades, a ação dos caudilhos e seus grupos.

Partimos de tal reflexão para pensar acerca do Rio Grande do Sul, neste período do século XIX, ainda que em contextos distintos. Era uma sociedade rural e apresentava semelhanças quanto às formas de estabelecer vínculos e solidariedades, articulados a partir de ligações familiares da vida rural, ainda marcados por aspectos tradicionais.

Nesse sentido, as redes de relações dos Silva Tavares estariam ligadas não somente a aspectos militares, mas também a aspectos associados a sua atividade profissional, política, militar e a vivências, nesta sociedade rural, em um entremeado de vínculos familiares, econômicos que foram ativados e se tornaram fundamentais, permitindo pensar a capacidade de mobilização de homens e recursos, durante o período da Revolução Federalista.

A importância das atuações e vínculos familiares, muito presentes na ação dos caudilhos e em suas redes, na sociedade do século XIX, também foram evidenciadas por autores como François Xavier Guerra (1991) e Fernando Escalante Gonzalbo (2009), para o México, e Raul Fradkin (2006; 2010) e Ariel de la Fuente (2014), para o caso da Argentina, e Ana Frega (2002), para o Uruguai. Mostram, dentre outros aspectos, a importância das famílias e propriedades rurais para compreender os conflitos, bem como os contextos de formação dos Estados, que teriam favorecido o surgimento desses vínculos.

A partir desses autores é possível perceber que tais fenômenos não ficam restritos apenas ao Rio Grande do Sul. Trata-se de aspectos característicos, comuns a sociedades rurais, em um período de transição de uma ordem colonial, com vínculos de antigo regime, para uma sociedade contemporânea, valores que também estiveram presentes, durante os processos de consolidação dos Estados Nacionais. Situações semelhantes, em sociedades rurais em que ocorreu o fenômeno social do caudilhismo, evidenciam práticas sociais muito similares às que apresentamos para o caso, durante a Revolução Federalista, em meio ao processo de consolidação da República no Brasil.

Ainda de acordo com François Xavier Guerra (1991), as sociedades rurais estariam marcadas por uma lógica das relações pessoais e dos interesses familiares, ainda que compostas

por indivíduos que se associam livremente, no sentido moderno. Revelam, dessa forma, a existência de práticas e valores de sociabilidades tradicionais que perduram em pleno final do século XIX e começo do XX, onde as amizades e as famílias são revestidas de sentido político e estão envoltas em obrigações, fidelidade e observância de certos valores comuns ao grupo.

Segundo esse autor, as relações de amizade que eram importantes geradores de coesão e lealdades, evidenciariam a velada presença de realidades antigas em una sociedade moderna (XAVIER GUERRA, 1991).

Assevera Xavier Guerra (1991), acerca da importância da atuação de atores coletivos, na sociedade, a partir de famílias estendidas, marcadas pela existência de parentescos espirituais, como, por exemplo o compadrio, políticos e de sangue, agindo no sentido de fortalecer vínculos já existentes, de modo que a ação dos grupos de indivíduos na sociedade se mostrava solidária.

Ressalta, ainda, que naquela sociedade analisada por ele, para que essas grandes famílias obtivessem êxito e vantagens oficiais, era requisito ocupar cargos públicos, o que permitiria se locupletar, obter oportunidades de ganhos nos negócios, de atender, enquanto autoridades, pedidos de intervenção em diversas situações (XAVIER GUERRA, 1991).

Tratava-se, para o contexto analisado por François Guerra (1991), de uma sociedade rural em que os donos das fazendas emprestavam valores pecuniários e recursos para diversas famílias que dependiam deles. Mostra que nessa mesma sociedade, o estabelecimento de vínculos entre os clãs familiares formava verdadeiras redes de relações, em que as fazendas abrangiam longas extensões de terra de uma localidade, povoados de outras propriedades, onde todos tinham vínculos de parentesco.

Nesse sentido, citando o exemplo da Guarda Nacional de Zacatecas, François Xavier Guerra mostra, ainda, que quando eram recrutadas em âmbito regional, as forças reunidas eram comandados por homens que pertenciam à elite local, marcadas por uma forte solidariedade, de modo que esses corpos possuíam uma união superior à do exército, principalmente por se tratar de homens vinculados por laços de parentesco ou de solidariedades por terem uma origem espacial comum.

No que diz respeito à organização das forças federalistas, no Rio Grande do Sul, pelos chefes locais, o pertencimento geográfico parece um elemento muito presente, conferindo solidez às relações entre seus seguidores, tendo por base interesses e identidades em comum, reunindo suas “gentes” para compor forças. Estas forças seriam organizadas a partir de suas redes de relações, de vínculos familiares, pois conforme procuramos demonstrar, a organização

desse corpo ocorreu, principalmente, com indivíduos pertencentes à região da campanha setentrional, por indivíduos que possuíam propriedades e vínculos entre seus habitantes.

Um exemplo disso pode ser observado nas dissenções existentes entre Rafael Cabeda e o Almirante Saldanha da Gama, demonstrando que Rafael não aceitava que outro mandasse em suas forças, dissenção que se tornou visível a partir de cartas trocadas entre o General Tavares e esses dois chefes federalistas.

Em carta enviada ao general Tavares, por Rafael Cabeda, de Rivera, em 17 de abril de 1894, este deixa claro que não aceitaria outro comando sob suas forças. Isso fica evidente, principalmente, por serem forças reunidas e equipadas às suas custas e de outros líderes dessa divisão, constituídas por indivíduos do âmbito de suas redes de relações, portanto, com os quais estariam estabelecidas diretamente as relações de lealdade.

Na referida carta, Cabeda declara:

> [...] estou pronto a obedecer e cumprir às ordens do General em Chefe, seja ele quem for, porque entendemos que sem esta parte disciplinada nada conseguiríamos. **Os chefes da divisão Livramento e Quaraí não recebem ordens senão pelo meu conduto que sou, atualmente, o comandante deles, e isso se acha nesta divisão há muito, desde seu princípio, por assim corresponder militarmente** [...][646].

Possivelmente, o general Tavares tenha tentado mediar essa situação, através de correspondência a Rafael Cabeda, solicitando-lhe que cumprisse as ordens do almirante, que exercia o comando-em-chefe das forças federalistas, desde meados de 1894. No entanto, seu pedido foi em vão, não obteve resultados favoráveis.

Em carta enviada, em 12 de dezembro de 1894, ao general Tavares, o almirante Saldanha da Gama trata de um período crucial da Revolução, ou seja, quando tentou reorganizar as forças federalistas e armar uma outra divisão para atuar na Revolução, colocando em evidência rixas internas que dificultavam a ação das forças federalistas, enfrentando, assim, problemas do não cumprimento de ordens com os chefes da Divisão de Sant'Ana do Livramento, conforme apresentaremos abaixo:

> [...] Exmo. respeitável compatriota e companheiro Sr. General João Nunes da Silva Tavares. Ao telegrama de Vossa Excelência de ontem à tarde, apressei-me logo em expedir outros com endereço à Cabeda, Paim e Ulisses, no sentido de ordenar-lhes a ultimação dos aprestos e a pronta invasão afim de correr em auxílio dos nossos companheiros ameaçados. Não quero, nem duvidar da dedicação desses chefes e

[646] CABEDA, Rafael. [Carta] 17 abr. 1894, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Rafael argumenta que seus comandados não recebem ordens senão dele próprio.

> sobretudo de Cabeda, mas não posso eximir-me de dizer que **tenho sentido da falta deles e como uma resistência passiva a não cumprir a ordem** de invasão [...] Luís Felipe Saldanha da Gama (Grifos nossos)[647].

O diário do general Tavares (2004b) também apresenta uma nota acerca de um desentendimento entre Zeca Tavares e Rafael Cabeda, devido a interesses distintos. Tal situação teria ocorrido durante uma reunião de comandantes federalistas, efetuada pelo general Tavares, em 15 de dezembro de 1893, durante o cerco a Bagé. Nessa ocasião, Zeca propôs marchar em direção a Pelotas para abater as forças da Divisão do Sul que estavam se organizando para socorrer Bagé (TAVARES, 2004b; ANDRADE, 2014).

Durante a reunião, Cabeda recusou a proposta, afirmando que suas forças não cruzariam o Arroio Candiota, próximo a Bagé, e que assim como os Tavares queriam tomar Bagé, ele também queria tomar Sant'Ana do Livramento, ao que foi redarguido por Zeca Tavares, que seu interesse não estava especificamente, em Bagé, mas sim onde fosse necessário (TAVARES, 2004b).

Essas questões de desentendimento permitem compreender a dificuldade enfrentada no comando das forças federalistas e que, mesmo pertencendo os indivíduos acima citados às redes dos Silva Tavares, mostra que estas também eram marcadas por conflitos e visões distintas que precisavam ser negociadas constantemente.

Ainda que se tratasse de uma sociedade com características modernas, ressalta François Xavier Guerra (1991), que era marcada pela livre associação dos personagens, agora compreendidos enquanto indivíduos e não mais como sujeitos coletivos. Durante os conflitos, a lógica utilizada era outra:

> Para la movilización de la sociedad necesaria en uma época de guerra civil, se confiaba em los vínculos y en las solidaridades antiguas– lealtades de guerra, vínculos familiares, solidariedades de os hacendados y solidariedades de origen geográfico, etc. – para arrastrar esses pocos "ciudadanos" las porciones de la sociedad antiga, en un combate que era para estas últimas el de los actores colectivos tradicionales en torno a sus autoridades e para aquellos "cidadanos", de el de la minoría ilustrada que combatía el obscurantismo en nombre de los grandes principios liberales[648] (XAVIER GUERRA, 1991, p. 170).

[647] GAMA, Luis Felipe Saldanha da. [Carta] 12 dez. 1894, Buenos Aires, Argentina. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas.

[648] Tradução do autor: Para a mobilização da sociedade necessária em uma época de guerra civil, se confiavam nos vínculos e nas solidariedades antigas – lealdades de guerra, vínculos familiares, solidariedades entre fazendeiros e solidariedades de origem geográfico, etc. – para arrastar esses poucos "cidadãos" porções da sociedade antiga, em um combate que era para estas últimas o dos atores coletivos tradicionais em torno a suas autoridades e para aqueles "cidadãos", de uma minoria ilustrada que combatia o obscurantismo em nome dos princípios liberais.

À semelhança do que teria ocorrido, no Brasil, as debilidades de um Estado que ainda se mostrava fraco e que significava a necessidade de negociação e concessões do poder para as elites locais fronteiriças, favorecendo seus interesses, conferindo-lhe poder para representar o Estado, nas localidades, e obtendo lealdade em troca, defendendo as fronteiras e interesses do poder central (FÉLIX, 1996; GRAHAM, 1997; FÉRTIG, 2010; MUGGUE, 2016).

Situação semelhante foi apontada por Escalante Gonzalbo (2009), para o México, apontando as fraquezas das ligações entre os poderes locais, devido ao conturbado cenário decorrente da desorganização da ordem colonial. Marcado por conflitos, durante quase todo o século XIX, o Estado teve muitas dificuldades em submeter os interesses particulares aos gerais.

Devido a um contexto de debilidade do Estado, de sociedades rurais, teria favorecido que pessoas e comunidades buscassem proteção e favores de atores e suas famílias que detinham poder nas localidades, tais como estancieiros, comerciantes militares, etc., estabelecendo, assim, formas de se fazer política pautadas nas redes de relações locais baseadas na lealdade, caracterizadas pela presença de clientelismos e reciprocidades (ESCALANTE GONZALBO, 2009).

Para o caso argentino, o processo de ruptura da antiga ordem colonial e as reinvindicações do princípio da retroversão da soberania[649], segundo o qual, com a ausência do rei, o poder retornaria às províncias sua autonomia, após o processo de independência, transforma o antigo Vice-Reino do Prata nas Províncias Unidas do Rio da Prata, passando a ocorrer um processo de transição para um Estado moderno.

Nesse cenário, as províncias passaram a constituir Estados provinciais autônomos e é nesse contexto que os caudilhos, surgidos nas lutas do processo de independência, de acordo com José Carlos Chiaramonte (1991), passam a ganhar proeminência na defesa das autonomias e a se envolverem na defesa de projetos centralistas ou federalistas. Suas atuações constituem parte da construção do Estado, constituem amplas redes de relações e sistemas de alianças, desde suas bases de poder (DONGHI, 1965 apud GOLDMAN, 1993)

Destaca Ariel de la Fuente (2014), em seu livro *Los Hijos de Facundo*, obra na qual realiza um estudo acerca do caudilhismo, na província argentina de La Rioja, através da trajetória de Facundo Quiroga, o processo cultural, social e político que envolveu a formação das *montoneras*, no contexto do conflito entre ideias unitárias e federalistas que fez parte do

[649] GOLDMAN, Noemí; TERNAVASIO, Marcela. Construir la República: semántica y dilemas de la soberanía popular en Argentina durante el siglo XIX. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 11-19, jun. 2012.

processo de formação do Estado nacional naquele país. Nesse estudo, é possível identificar elementos comuns nas práticas de lutar dos caudilhos, na forma de mobilização das *montoneras*, nas pautas políticas que defendiam e representavam elementos comuns a um espaço cultural e geográfico muito mais amplo. Constituíam, de acordo com o autor, elementos de resistência armada de grupos formados por homens que se rebelavam contra a autoridade por motivações políticas, desde o nível local até o nacional (DE LA FUENTE, 2014, p. 104).

Para esse autor, ainda, as formas de lutar envolveram uma lógica pautada em formas de sociedades tradicionais, onde os benefícios materiais, laços de lealdade e proteção política, bem como laços emocionais e culturais, seriam elementos que vinculavam os caudilhos a seus seguidores. Envolveram, também, responsabilidades dos caudilhos em relação aos que os seguiam, que envolvia sua proteção e expertise no combate que lhe conferia prestígio.

Refere Ariel de la Fuente (2014), que esse processo envolvia a articulação e mobilização de outros líderes menores, que, por sua vez, disponibilizavam também seus homens a serviço de um caudilho maior. Merece destaque as formas com que se organizavam as *montoneras.* **Seguiam o modelo da Guarda Nacional** das províncias, assim como sua hierarquia, em que as graduações e postos eram conferidos "de acuerdo com la posición social o la influencia que un individuo tenia a nível local, o las habilidades militares o políticas que una persona habia demonstrado en otros episodios de conflictos[650]" (DE LA FUENTE, 2014, p. 113).

Nesse sentido, tanto Raul Fradkin (2010) como Ariel de la Fuente (2014) afirmam que as *montoneras* eram uma guerra de guerrilha, ou de recursos, como forma de superar os poucos armamentos que dispunham e, assim, fazer frente à superioridade das forças governamentais que enfrentariam. Essa foi exatamente a lógica que esteve presente durante o embate entre federalistas e forças castilhistas e do Exército, durante a Revolução Federalista.

No Rio Grande do Sul, os federalistas enfrentavam forças com maiores recursos, melhores e modernos equipamentos e superioridade de efetivo. A experiência dos indivíduos junto à Guarda Nacional – além das redes construídas a partir dessa instituição, bem como as construídas a partir de suas práticas profissionais e nos espaços de sociabilidade rurais e urbanos –, arregimentando ou desmobilizando homens, somados aos conhecimentos adquiridos nos conflitos, ao longo do século XIX, criaram uma expertise e uma base de apoio mobilizadas durante a revolução.

Dessa forma, a partir dos exemplos citados, procuramos apresentar os nomes de indivíduos e famílias que tiveram seus representantes lutando ombro a ombro, com Joca

[650] Tradução do autor: [...] de acordo com a posição social, a influência que um indivíduo tinha em nível local, as habilidades militares ou políticas que uma pessoa havia demonstrado em outros episódios de conflitos.

Tavares, na Guerra do Paraguai, servido com José Facundo ou Zeca Tavares no corpo da Guarda Nacional, que defendia Bagé, tanto nesse período quanto no que se seguiu, com o término da guerra, camaradas cujas solidariedades nasceram da atividade guerreira na fronteira.

Durante o período da Revolução Federalista, as nomeações para o comando das forças foram distribuídas, em parte, a muitos desses indivíduos, não raro, veteranos da Guerra do Paraguai e velhos amigos da Guarda Nacional, revelando tanto a origem dessas relações quanto a sua continuidade, durante a segunda metade do século XIX.

Os aspectos apresentados acima permitiram pensar acerca da mobilização das forças federalistas pelo grupo vinculado aos Silva Tavares, grande parte pertencente à Guarda Nacional, mobilizando suas redes familiares e clientelísticas – constituídas por ampla base social, desde profissionais liberais, peões, população urbana, políticos, pequenos, médios e grandes estancieiros e charqueadores, comerciantes – para organizar suas forças, constituíram potente mecanismo de solidariedades e apoio que mobilizou todo um espaço e conformou uma região revolucionária estruturada desde as sociabilidades dos personagens.

Com isso, foi possível demonstrarmos a existência de formas de pensar a guerra e o espaço, marcados pela lógica familiar, com aspectos de uma sociedade de antigo regime, como parte da cultura política de uma época, que perduraram no século XIX, e que constituem chaves explicativas para pensar a Revolução Federalista.

CONCLUSÃO

Acreditamos que na construção da tese pudemos comprovar de que a Revolução Federalista foi organizada no seio de algumas importantes e poderosas famílias que reuniram, em torno de si, grupos descontentes que defendiam um projeto de poder amplo que também contemplasse seus interesses. Tal descontentamento esteve relacionado a forma pela qual se deu a mudança de regime da Monarquia para a República, que foi afastando gradualmente do poder estatal, indivíduos pertencentes aos antigos partidos Liberal e Conservador, que se dedicavam, profissionalmente, não só a diversas atividades econômicas ligadas à pecuária, às charqueadas e ao comércio, mas também a profissões liberais.

Por outro lado, economicamente, esses grupos foram prejudicados tanto por parte das políticas voltadas para a fronteira, pensadas pelo governo brasileiro, como também pelas articuladas pelo PRR. Tais políticas, ao defenderem a taxação sobre o comércio fronteiriço e as propriedades rurais e, ainda, o combate ao contrabando cessavam com uma série de benefícios dos quais as elites da fronteira desfrutavam, durante o período imperial no Brasil.

As mudanças políticas ocorridas, no âmbito estadual, também afetaram as formas de representação dos interesses dessas famílias, na máquina estatal, na medida em que passaram a dificultar o acesso às estruturas do poder central, agora dominado por uma elite do sudeste do Brasil. Isso lhes retirou a capacidade de acessar e de controlar as estruturas de poder local, privando-as de nomear e conceder prebendas, ação que lhes permitia reproduzir as estruturas clientelísticas de poder e manter o antigo *status quo*.

Assim, a Revolução Federalista e sua expressão por meio das armas foi, para essas elites, uma forma já conhecida de manifestar seu descontentamento e de atuação política, de modo que seria impossível desvincular esta contenda do contexto de reinvindicações das elites fronteiriças do Rio Grande do Sul, do Norte do Uruguai, das províncias pertencentes ao litoral argentino e que geraram diversos conflitos existentes ao longo século XIX (RECKZIEGEL, 1999; SOUSA, 2004; SOLÍS CARNICER, 205; SILVA, 2015).

Identificamos, durante o conflito, a existência de uma região para além dos limites nacionais, mapeada a partir das correspondências pessoais do general Joca Tavares, que abrangiam as províncias do litoral argentino (Entre Rios e Corrientes), Buenos Aires e diversos departamentos do Uruguai. Percebemos, ainda, que essa região, apresentava características comuns com o espaço conformado por outros conflitos ao longo do século XIX.

O mapeamento evidenciou também, que se tratava de uma região entremeada por redes de relações de poder entre estancieiros e comerciantes, antigos companheiros de armas, ligações familiares, relações de compadrio, amizade, clientelismo, proteção, fidelidade etc. Ao mobilizar estas redes, os personagens envolvidos articulavam um espaço muito amplo que permitia observar a extensão da região, interligada por laços de solidariedades horizontais e verticais que traduziam um *ethos* comum.

Nesse sentido, destacamos a importância das correspondências e do estudo de redes de relações da família Silva Tavares, para que seja possível compreender parte deste grupo social, como seus vínculos, suas estratégias, suas semelhanças e diferenças, demonstrando o quanto estas relações familiares ajudaram a conformar um forte elo imerso em uma estrutura de poder, possibilitando aos personagens dessa família um território de poder sobre o qual exerciam sua influência, dessa maneira proporcionando uma nova visão da Revolução Federalista.

Situando nosso trabalho no âmbito da História Política, procuramos utilizar um espectro variado de fontes, metodologias da história social e econômica, para comprovar as hipóteses que deveriam ser respondidas, nesse estudo, sem perder as características de uma História Política. Dessa forma, procuramos compreender a Revolução Federalista a partir das relações sociais de poder no âmbito familiar, na atuação dos indivíduos, reconstruindo assim as redes exitentes, relacionando-as a uma análise espacial para a qual foi indispensável nos valermos dos recursos possibilitados pelo banco de dados *palladio*.

Com isso, procuramos partir de uma perspectiva que tivesse por base a delimitação de uma região revolucionária conformada pela guerra, para, então, compreender os atores que atuaram nesse espaço, sem desconsiderar a influência de um sobre outro, e quais foram os mecanismos que articularam e mobilizaram essas redes.

A análise permitiu que ampliássemos o entendimento acerca da abrangência da revolução, da atuação dos agentes históricos. Para chegarmos a esse resultado, trabalhamos com um corpus documental de mais de 5 mil documentos, todos eles relevantes para a realização deste trabalho, que contou com pesquisas em arquivos do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Nessa tarefa, nos deparamos, muitas vezes, apenas com fragmentos, indícios; outras vezes, com muitas informações, o que requereu esforço não só para selecionar as fontes que melhor responderiam nossas hipóteses, como, igualmente, para organizar todo o material pesquisado, a análise e a interpretação dessas fontes.

Para responder as hipóteses que comprovariam ou não nossa tese, propusemos e pudemos comprovar, através do estudo de correspondências e documentos federalistas, especialmente os da família Silva Tavares, uma nova cronologia que não só traz luz, como

também amplia o entendimento que ainda vigora na interpretação acerca da Revolução Federalista, estabelecendo uma temporalidade distinta daquela construída a partir de fontes produzidas por membros do PRR, que por muito tempo reforçou a visão dos vencedores, ao mesmo tempo que impediu ou ofuscou novos olhares da historiografia.

A análise das correspondências e o estudo das redes da família Silva Tavares, durante o período da Revolução Federalista, permitiram delimitar uma região territorializada por estes personagens, que abrangeu um espaço para além dos limites nacionais − um espaço platino − formando uma região pensada a partir das revoluções. Mostramos que, dentre os aspectos compartilhados e que permitem pensar as características dessa região revolucionária, desde os espaços de sociabilidades urbanos, rurais e a convivência em conflitos como as práticas econômicas criaram uma identidade comum a esse espaço.

A estrutura de nossa narrativa foi pensada e construída a partir da atuação dos indivíduos na conformação do espaço que territorializaram, através de suas redes, marcada por uma lógica familiar para mobilizar essas relações, definindo contornos mais amplos para pensar a amplitude que adquiriu a Revolução Federalista.

Quanto a sua abrangência internacional, o estudo revelou que o grupo de federalistas mais próximo aos Silva Tavares estava profundamente associado a um espaço regional platino, conformado pela atuação dos indivíduos, durante o conflito, abrangendo os territórios do Brasil, do Uruguai e da Argentina, constituindo um espaço regional revolucionário conformado pelas guerras.

Tratava-se de uma região histórica com características comuns, caracterizada pela participação dos indivíduos em muitos dos conflitos existentes, nessa região, e que permitiram pensar a formação de uma identidade regional fronteiriça dos sujeitos que atuaram nesse espaço, influenciada por uma forma de pensar o espaço e a guerra, de mobilizar homens e recursos, que podem ser percebidos com um olhar que contemple a longa duração.

Iniciamos nossa tese buscando as causas profundas que mobilizaram federalistas e castilhistas. Defendemos que a Revolução Federalista começou em 1891, anos antes do estabelecido pela historiografia oficial, como desfecho dos eventos ocorridos na Revolução de Novembro.

No sentido de responder nossa hipótese, as pesquisas nas documentações de federalistas, na região da campanha, especialmente a documentação da família Silva Tavares, as correspondências, manifestos e ordens do dia faziam referência, a todo o instante, às

reivindicações e à manutenção das conquistas obtidas desde novembro de 1891. Tal interpretação levou-nos a propor uma nova delimitação temporal para pensar a extensão do conflito, dividindo-a em cinco fases, considerando as fontes produzidas pelos federalistas.

A primeira fase inicia-se em novembro de 1891, quando o Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, havia tentado um golpe contra o Poder Legislativo, o que desencadeou uma série de reações pelo país, tanto no Rio de Janeiro, com o bombardeamento da cidade, quanto no Rio Grande do Sul, onde o governador Júlio de Castilhos havia apoiado tal intento por Deodoro. Iniciou-se um movimento influenciado por ideias liberais, tanto de reação à Constituição Federal quanto de sua defesa, contando com batalhões do Exército e forças da Guarda Nacional, além de civis em armas, tendo, dentre os principais cabeças da revolução o general João Nunes da Silva Tavares e a articulação de sua família, nesse movimento. Essas manifestações resultaram na renúncia, tanto de Deodoro quanto de Castilhos, alçando Tavares como um dos líderes de maior proeminência, no período, e seus irmãos a cargos no novo governo que chegava ao poder.

Frente à deposição de Castilhos, seguiu-se o afastamento de membros do Partido Republicano Rio-Grandense, do poder, promovido pelo novo governo formado pela oposição que assumira o poder no estado. O novo governo também procurou revogar as ações do governo castilhista, restituindo aos cargos as antigas lideranças oposicionistas, estabelecendo um período de governo que a historiografia oficial alcunhou, pejorativamente, de governicho, adotando a visão da documentação e interpretação oficial do conflito produzida pelo PRR.

A segunda fase faz referência ao período iniciado a partir dessa deposição, quando parte dos castilhistas haviam decidido deixar o Rio Grande do Sul e emigrar para a Argentina, e outra, para o Uruguai, de onde passaram a planejar resistência e a urdir um golpe que, necessariamente, precisaria do apoio das forças do Exército para restituir Castilhos à chefia do executivo rio-grandense.

Conspirações e movimentos armados eclodiram, mas foram perseguidos e dispersados em todo o estado. As fronteiras eram vigiadas, um vez que temiam a invasão de forças castilhistas que sustentavam o novo governo e estavam reunidas, também, em Cerro Largo, no Uruguai, e em Corrientes, na Argentina.

No âmbito interno estadual, o governo estava cindido em desentendimentos entre os republicanos históricos dissidentes do PRR, parte ainda simpática às ideias positivistas de Castilhos, como o exemplo de João de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, por um lado; e, por outro, entre os republicanos adesistas, adeptos de um governo parlamentarista – reunidos na União Nacional e, posteriormente, no Partido Republicano Federal –, dentre os quais estavam

os Silva Tavares e Gaspar Silveira Martins. As constantes sabotagens internas, promovidas por indivíduos que eram simpáticos à Constituição promulgada pelo PRR, impediram que esta fosse revogada e, consequentemente, que fosse consolidada a vitória da revolução, iniciada em novembro de 1891.

A recusa em promover as mudanças esperadas levou à ruptura entre os governistas, com a fundação do Partido Federalista, em 1892, em Bagé, sob a chefia do general Tavares. Nesse ato, estiveram presentes Gaspar Silveira Martins e outras importantes lideranças que haviam participado da revolução de novembro, retirando a base de apoio ao governo que recusava convocar novas eleições, o que tornou sua manutenção insustentável.

Após sua renúncia e a de seu vice, Barros Cassal, o general Domingos Barreto Leite tentou repassar o cargo a Silveira Martins, que também refutou o cargo, recaindo sobre o Visconde de Pelotas a tarefa de governar o estado, tendo o general Tavares por seu vice-governador.

A terceira fase começou em junho de 1892, quando forças do PRR, aliadas a forças do Exército, perpetraram um contragolpe e destituíram o Visconde de Pelotas, que transferiu imediatamente o governo ao general Tavares, em Bagé. Assim, nessa cidade, forças que haviam lutado na revolução que havia começado, em novembro de 1891, e tinham deposto Castilhos, agora se reuniam em torno do Partido Federalista, colocando-se ao lado de Joca Tavares para sustentar o governo que lhe era transmitido, resultado das conquistas de 1891.

A quarta fase refere-se aos acontecimentos que se seguiram, com a vitória sobre a resistência dos Silva Tavares, rapidamente debelada pela superioridade das forças do Exército que se aliaram à conspiração de Castilhos, levando o general Tavares a depor as armas e, logo, emigrar para o Uruguai, enquanto outros federalistas emigravam para a Argentina.

Entrementes, demonstramos que os acontecimentos políticos ocorridos desde novembro de1891 estão dentre as causas profundas que conduziram o general Tavares ao poder em 1892. A defesa desse governo representava garantir a vitória desta revolução obtida sobre o PRR anteriormente, de modo que este período não constitui seus antecedentes, mas a própria causa e começo.

Ao encontro dessa hipótese estão as correspondências e documentos produzidos pelos federalistas que permitiram identificar em suas reivindicações, manifestos e a composição de suas forças em armas era marcada pela presença daqueles que haviam ombreado o general Tavares, em 1891, e secundado seus esforços desde esse período.

Nesse sentido, entender que a revolução começou em 1892, ou apenas em 1893, significa adotar uma perspectiva unilateral dos eventos, assinalada pela perspectiva do PRR, que apenas considerou os movimentos federalistas e a resistência que impôs ao projeto Castilhista, como causador do conflito, usando de elementos externos e conferindo-lhes a culpa pela eclosão do conflito.

Tal entendimento significa desconsiderar que os castilhistas, de igual forma, estiveram emigrados, em 1891, organizando resistência desde os departamentos uruguaios fronteiriços ao Brasil, até a província de Corrientes, na Argentina, utilizando-se de recrutamentos de indivíduos estrangeiros, papel que se inverteu, em 1892, com a emigração dos federalistas para os países vizinhos e a mobilização de seus recursos para reagir ao PRR.

A quinta e última fase acerca do conflito mostra a atuação política dos Silva Tavares, no processo de pacificação da Revolução Federalista. Dessa forma, demonstramos que o conflito também adquiriu uma temporalidade mais ampla, quanto ao seu término. Refere-se, ainda, esta fase, ao período de reveses federalistas, tanto no aspecto político quanto no bélico, que criou um cenário favorável ao estabelecimento de tratativas, das quais participaram ativamente o general Tavares e seu irmão Dr. Francisco Tavares.

O período das tratativas mostra a utilização de estratégias, por parte do governo federal, no sentido de estabelecer contato com segmentos dos federalistas, aproveitando um contexto que lhes passou a ser desfavorável. Demonstra, também, a existência de grupos distintos, bem como os desentendimentos entre eles, adotando um procedimento anteriormente utilizado durante a Revolução Farroupilha. Mostra, ainda, que as dificuldades econômicas e o desgaste das bases econômicas regionais que mantinham os federalistas, deterioraram sua capacidade de obter recursos humanos e materiais. Em outras palavras, tal situação, associada à conjuntura política dos países vizinhos, reduzira-lhes o potencial de negociação e de obtenção de recursos para continuar o conflito, assim como os empurrava para duas soluções: ou a secessão ou a pacificação, buscando uma saída que lhes fosse honrosa.

Estas duas saídas para a resolução do conflito evidenciaram a existência, por parte dos federalistas, de projetos distintos para os destinos da revolução. Diante de tantos reveses, seria preciso garantir a capacidade de negociação enquanto ainda restavam capacidades e recursos para isso. A escolha pela separação era defendida pelos gasparistas e foi descartada pelos Silva Tavares, ao estabelecerem negociações de paz. A revolução não teria fôlego suficiente para levar o combate ao restante do país, como o fizera Gumercindo Saraiva, morto em 1894 pelas forças governistas.

Com a morte de Luís Felipe Saldanha da Gama, e sem perspectiva de forte liderança para continuar à frente das forças do Exército Libertador, voltava o comando da Revolução à responsabilidade do general Tavares, que acometido de problemas de saúde não tinha mais condições, nem recursos para comandar forças que já s encontravam desgastadas.

O fato de o general Tavares ter sido deposto do governo, em 1892, foi um dos motivos utilizados, pelos federalistas, para justificar seu comando-em-chefe e a causa para justificar uma ação armada durante o conflito, o que também foi reconhecido pelo general Inocêncio Galvão, ao referir-se a Tavares como sendo o verdadeiro chefe dos federalistas. Com isso, a pretensão dos Silva Tavares mostrava-se mais limitada ao Rio Grande do Sul – fato corroborado pela aclamação, na fundação do Partido Federalista, em 1892, para que disputasse a eleição para govenador do Estado –, enquanto as pretensões de Silveira Martins, que disputaria a Presidência da República, e as de Saldanha da Gama eram internacionais e nacionais, respectivamente.

Procuramos salientar, da mesma forma, um processo de pacificação que envolveu a disputa entre perspectivas e interesses de monarquistas e republicanos, civis e militares. Por outro lado, ao comprovarmos uma maior duração do conflito, demonstramos que a assinatura da paz, em 1895, não representou a efetiva pacificação do conflito, principalmente devido à continuidade das perseguições efetuadas tanto em relação aos federalistas quanto às suas propriedades.

Enquanto parte dos que permaneceram no Rio Grande do Sul buscavam ressarcimento junto à fazenda federal, devido às perdas, durante o conflito, para reconstruir suas propriedades destruídas pelas forças governistas, outros ainda continuavam em armas ou mesmo emigrados no Uruguai e na Argentina, esperando condições para regressar ao solo pátrio. As condições favoráveis somente surgiram, em 1896, ano que marcou a realização de outra convenção federalista, na cidade de Porto Alegre - o que entendemos ter sido, efetivamente, o fim da revolução –, quando os federalistas se reuniram para pensar os destinos e as reivindicações do partido, após o término da revolução.

No segundo capítulo, realizamos uma cartografia da revolução que relacionou as informações das redes com as do espaço geográfico, através da utilização do banco de dados *Palladio*, que possibilitou realizar uma representação cartográfica do conflito a partir de suas redes de relações. Com isso, revelamos a atuação dos Silva Tavares e sua circulação por um espaço internacional, a extensão dessas redes e a densidade a partir de diversas localidades.

Nesse sentido, identificamos a mobilização de suas redes a partir de seus amigos, parentes e familiares, nos países vizinhos, a circulação de alguns de seus membros pelas capitais da Argentina e do Uruguai, em busca de apoio, recursos, articulações políticas e, também, de refúgio. No Rio de Janeiro, foi possível identificar a circulação e a atuação de Joaquim e do Dr. Francisco, bem como as relações do general Tavares com lideranças políticas, mas também com políticos dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, de 1891 a 1896. Essa movimentação dos irmãos Tavares revela a articulação dessa família com lideranças políticas desses estados. No Rio Grande do Sul, as correspondências mostram a base fronteiriça de suas redes, que se estendiam por toda a metade sul do estado, chegando a Porto Alegre.

Da Europa, identificamos algumas poucas correspondências recebidas das localidades de Paris e Bordeaux, na França. Elas revelam tanto a presença de um amigo pessoal do general Tavares, que trabalhava no consulado de Bordeaux, quanto de um familiar que estava tratando de problemas de saúde, naquele país, durante o período da revolução, o que não exclui a possibilidade de que estivesse em contato com outros federalistas que lá estivessem e se pusesse à serviço dos revolucionários. Nesse sentido, encontramos, também, referências acerca da presença de um oficial alemão que Silveira Martins havia enviado à fronteira para treinar forças federalistas e a possibilidade de relações com interesses restauradores, ao ramo alemão da família imperial brasileira.

Tais relações vem ao encontro da existência de grupos, dentre os federalistas, que contavam com indivíduos monarquistas, os quais conseguiram apoio e recursos com outros monarquistas brasileiros, tanto no Brasil quanto na Europa. Nessa direção, defendemos a existência de dissenções dentre os federalistas, principalmente entre os interesses dos Silva Tavares, que haviam participado na deposição de Deodoro e queria a queda de Castilhos, e os de Silveira Martins, que desejava uma abrangência maior para o conflito. Tratava-se de forças políticas que, ainda com suas diferenças, tinham em comum a defesa do parlamentarismo e a possibilidade do separatismo.

Após essa etapa, dando continuidade a uma cartografia da Revolução, defendemos a existência de uma região revolucionária conformada pela guerra constituída desde o final do século XVIII até o XIX, em um período que antecede a formação dos Estados nacionais. Demonstramos que as ações desenvolvidas, nesse espaço, no decorrer do século dezenove marcaram muitas das características da economia, da cultura, da política e sociais, nas formas de como essa sociedade, habitante desse espaço, desenvolveu uma forma de atuar e se posicionar em relação a ele. Isso pode ser observado especificamente nas formas de pensar a

política e fazer a guerra, o que permitiu que identifiquemos a constituição de um universo de referências culturais e sociais que possibilita entender a atuação dos indivíduos e as estratégias que foram utilizadas durante a Revolução Federalista, no final do século XIX.

Para isso, buscamos a partir do conceito de região, contrapondo, de início, um entendimento baseado nas histórias construídas pelos Estados, superar um discurso do nós e do outro, para além das fronteiras nacionais pensadas a partir dos grandes centros de poder e que desconsiderou as realidades distintas entre o local e o nacional, bem como o protagonismo dos fronteiriços e seus projetos alternativos aos dominantes na construção do processo histórico.

Mostramos que as regiões são construídas a partir da atuação humana, de aspectos culturais, exercendo e sofrendo influência do espaço sobre o qual atua e delimita. Nesse sentido, utilizamo-nos do estudo de redes sociais para pensar a conformação de espaços onde as relações, mais ou menos perceptíveis, são capazes de se apropriarem dos espaços e de atuarem na sua produção, e consequentemente, na formação de uma região.

A região é anterior aos Estados nacionais e sua organização pode ser influenciada por estes, no entanto, não fica restrita a seus limites, sendo capaz de englobar um espaço regional que abranja territórios de outros países, sendo entendido, esse espaço criado, como uma zona de fronteira. As regiões não estão isoladas, podendo ser constituídas e interligadas a partir de inúmeros aspectos, como, culturais, econômicos, sociais, políticos, e estão sujeitas às capacidades do homem atuar e se apropriar desses espaços, conferindo-lhes sentido e identidade própria.

Diante desse entendimento, a correspondências mostraram-se fontes privilegiadas para compreender o estabelecimento de redes de relações e, assim, entender a atuação dos indivíduos sobre um espaço geográfico e a apropriação que fizeram dele. Essa apropriação de um espaço pelos indivíduos e suas famílias a partir de seus objetivos e interesses políticos, econômicos e familiares sobre um espaço, promovendo a mobilização de informações, recursos humanos e materiais, foram aspectos apresentados que possibilitaram compreender os processos de formação de uma região.

A partir das correspondências enviadas e recebidas foi possível delimitar um espaço que abrangeu partes do Uruguai e da Argentina, no qual delimitamos rotas de suprimentos e reconstruímos itinerários pelos quais se locomoviam os federalistas. Além disso, mostramos que essas mesmas rotas eram coincidentes com rotas de comércio e contrabando neste espaço. Demonstramos, ainda, que as estratégias federalistas e os movimentos durante a Revolução

Federalista, muito vinculados à fronteira, seguiam um padrão semelhante ao dos conflitos anteriores ocorridos, neste espaço, nos quais muitos federalistas também haviam participado e estabelecido relações.

No processo de constituição histórica dessa região revolucionária, ficaram evidenciados mecanismos que favoreceram o estabelecimento de alianças entre habitantes desse espaço, tais como matrimônios e compadrios; espaços de sociabilidade urbanos, como, por exemplo a Maçonaria; uma matriz produtiva comum voltada à pecuária e ao charque; as sociabilidades guerreiras constituídas nos inúmeros conflitos ocorridos no decorrer do oitocentos, em que indivíduos de um lado a outro das fronteiras mantinham relações de amizade e participavam nos conflitos de acordo com suas estratégias fronteiriças, expressavam uma forma de se relacionar com esse espaço, de pensar político e fazer a guerra, demarcando a conformação de uma identidade regional típica a este espaço platino.

Dentre as diversas características que apontamos para essa região marcada por guerras e revoluções, esteve vinculada a existência de problemas no âmbito político semelhantes, parte do processo que marcou a formação e consolidação dos Estados nacionais no Prata. Neste processo, ao longo do século XIX, surgiram projetos alternativos e distintos aos dos centros de poder nacionais, pela defesa de pautas federalistas, os quais eram revisitados e repensados pelas lideranças políticas dessa região durante as revoluções, como opções aos processos de centralização política, e pela defesa/respeito de suas autonomias e interesses, que também estiveram presentes entre as pautas da Revolução Federalista, no século dezenove tardio.

Dessa forma, apresentamos a Revolução Federalista como forma de expressão e de reivindicação de direitos e de participação política a partir da perspectiva liberal, em que a cidadania em armas – um princípio que pautou as ações políticas em grande parte do continente americano – muito presente nas revoluções das repúblicas que constituem a bacia do Prata, influenciaram a forma de pensar e de reivindicar dos federalistas rio-grandenses que circulavam e pertenciam a esse espaço.

Esses valores estariam representados pela Guarda Nacional e constituíram uma forma de fazer oposição a um governo que desprezasse valores liberais vigentes no período, que rompesse com uma lógica do que seria moral e ético e que garantisse a representação de seus interesses. Tal influência nos permitiu afirmar a existência de um *ethos* hispânico que marcou a atuação dos homens fronteiriços que atuaram durante a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, os quais incorporaram valores e formas de atuar que lhe conferiam identidade regional e formas semelhantes de organizar a guerra.

Neste espaço regional, a existência de um espaço conflagrado, desde 1891, no Cone Sul, onde os países enfrentaram problemas semelhantes em sua organização política, a emigração de políticos de um país a outro foi um processo que fez parte da cultura política do período.

A emigração para as capitais do Uruguai e da Argentina, para onde confluíram revolucionários brasileiros, uruguaios, argentinos e chilenos, os espaços de sociabilidade mostraram-se fundamentais para a convivência entre as lideranças revolucionárias e para pensar as solidariedades e apoios estabelecidos. Dentre esses espaços de sociabilidade, estavam os hotéis, restaurantes, cafés e a Maçonaria como elemento aglutinador e de acolhimento, de debate de ideias e de mútua ajuda entre as lideranças políticas que circulavam por esse espaço regional, dentre as quais estavam os líderes e emigrados políticos federalistas e suas famílias, constituindo colônias de emigrados.

Ao encontro do estabelecimento de solidariedades entre os emigrados, mostramos a participação de chilenos, durante a Revolução Federalista, inclusive com a circulação de moeda chilena dentre os federalistas, o que indicou o apoio financeiro prestado a eles. Somando-se a isso, podem ser citadas, também, as tentativas federalistas de articulação com o Paraguai, para conflagrar o Mato Grosso e buscar uma maior pressão sobre o governo central no Rio de Janeiro.

Quanto à forma de combater dos federalistas, guardava aspectos em comum com outras empregadas tanto no Uruguai quanto na Argentina, e envolvia uma forma distinta de pensar os embates com forças superiores em números e recursos, de portar-se frente a eles, evitando combates que não fossem decisivos, buscando desgastar o inimigo, em uma guerra de recursos. Era uma forma de combater que envolvia toda uma logística para sustentar suas ações, que envolvia o tanto o manejo da fronteira quanto a participação de sujeitos de um lado e outro dela. Requeria, ainda, não só conhecimento dos aspectos geográficos pelo qual atuariam, mas também uma grande rede de relações, nesse espaço, que lhes garantiria o fornecimento de recursos, base de apoio e áreas para reunião e dispersão de suas forças. Tais aspectos justificam a posição central que tiveram os proprietários rurais e comerciantes brasileiros, residentes nesse espaço regional, para a estratégia federalista e as características fronteiriças que o conflito assumiu.

Afirmamos, também, que foi um espaço marcado por semelhanças, no âmbito social, especialmente no que se refere ao fenômeno do caudilhismo que representou um *ethos* hispânico na Revolução Federalista que perpassou o século XIX, e nas relações sociais, nas

atuações e formas de reivindicações políticas, nessa região, nos modos de mobilizar suas redes de relações, em busca de homens e de recursos, para atingir seus objetivos, que permitem pensar uma lógica que caracterizou este conflito.

No terceiro capítulo**,** procuramos demonstrar as bases econômicas regionais mobilizadas, durante a Revolução Federalista, uma perspectiva que vai além daquela pensada pelos Estados nacionais e que, por muito tempo, ficou limitada a seus limites. Nesse sentido, a delimitação de um espaço regional realizada que abrange as províncias do litoral argentino, parte dos departamentos do Litoral Norte e Sul, Centro, Nordeste e Leste do Uruguai, além do estado do Rio Grande do Sul, representou a necessidade de pensar um espaço interconectado por redes comerciais, familiares, militares, políticas articuladas pelos federalistas para mobilizar e manter a Revolução Federalista.

Procuramos apresentar uma perspectiva pensada a partir da compreensão dos fronteiriços, muitas vezes distinta daquela pensada pelos Estados, com isso, demonstrar a existência de uma forma de proceder, durante os conflitos, nessa região histórica, segundo a qual era comum a participação de indivíduos recrutados de um lado ou outro da fronteira, demonstrando a existência de uma identidade regional, uma forma de estabelecer uma diplomacia fronteiriça costurada por alianças, as quais repercutiam em suas estratégias e atuação nesse espaço.

Partimos do entendimento que considerou a importância e a atuação dos estancieiros brasileiros, assim como dos proprietários de pequenas e médias propriedades, em Corrientes, tão importantes quanto às dos residentes na zona fronteira com o Uruguai, para pensar a atuação e o apoio aos federalistas. Tal apoio seria imprescindível para que obtivessem abrigo, pudessem manter seguros os rebanhos, muitas vezes transportados de suas propriedades no Brasil, de modo a servir de moeda de troca para obter recursos e permitir seu reabastecimento para o combate, de pontos de acampamentos e de organização para que pudessem realizar suas incursões ao território brasileiro. Por outro lado, mostramos os vínculos com chefes políticos locais correntinos e os brasileiros residentes/emigrados, naquela província, associados por laços de reciprocidade tipicamente fronteiriços que estabeleciam solidariedades.

Demonstramos que, do ponto de vista social e econômico, tratava-se de um espaço marcado por uma matriz produtiva comum, por trocas comerciais e contrabando, mas também por uma base social de indivíduos que possuíam propriedades e circulavam tanto pelo Brasil, quanto pelo Uruguai e pela Argentina, onde as relações sociais familiares criavam redes que abrangiam um espaço regional. Nessa zona, a interação produtiva e o comércio interligavam distintas localidades da região, como Corrientes, Entre Rios, Uruguai e Rio Grande do Sul, por

rotas que precediam a formação dos Estados nacionais, de modo que o contrabando ocupava posição central para as populações desse espaço, aproximando-as, mantendo vínculos e criando um espaço de colaboração internacional.

Dessa forma, a grande presença de brasileiros demonstrada pelos censos argentinos e documentos uruguaios, neste espaço, constituiu um recurso estratégico fundamental para os federalistas e foi mobilizado durante o conflito, garantindo acesso a portos e a recursos. Revelou, ainda, uma diversidade de ocupações desses brasileiros, não apenas grandes proprietários rurais, mas também médios e pequenos produtores, populações urbanas de profissionais liberais e empregados, lavradores, pescadores, marinheiros que se dedicavam à navegação fluvial.

Dentre as semelhanças que estabeleciam vínculos entre as populações e pelos interesses em comum, apresentamos a forte presença de produtores voltados à criação de gado bovino, voltado às charqueadas, mas também equino e ovino. Nesse cenário, ao longo do século XIX, mostramos que Corrientes, Entre Rios, Uruguai e o Rio Grande do Sul estavam vinculados a mercados regionais, tanto com a finalidade de invernar bovinos quanto de enviar gado em pé para as charqueadas/saladeiros em Entre Rios ou Uruguai, ou mesmo favorecer que esses produtos fossem exportados por portos dessa região.

Os proprietários rurais estabelecidos em Corrientes foram o ponto de apoio e o elo com as autoridades correntinas. Ao cruzar a fronteira existiam propriedades já demarcadas e cercadas, de modo que as forças federalistas não ficariam a esmo por esses campos, pois poderiam ser denunciadas às autoridades. Dessa forma, ao cruzar a fronteira precisariam de um local seguro para esconder suas armas, rebanhos, recuperar os cavalos das longas marchas, acampar e remontar seus homens, de onde realizariam nova incursão, uma vez que os líderes federalistas que atuavam desde o território correntino sabiam para onde se dirigir e que contariam com seu apoio, pois seria impossível cruzar grandes quantidades de gado, carretas, ou reunir muitos homens, sem chamar a atenção das autoridades daquela província.

Ao encontro desse raciocínio que permitiria uma atuação desde Corrientes, comprovamos a hipótese de existência de apoio não só político, mas também econômico, do governo correntino, aos federalistas rio-grandenses, principalmente devido ao envolvimento de castilhistas em apoio aos autonomistas pertencentes à oposição ao governo liberal daquela província, obedecendo à lógica de que “o inimigo de meu inimigo, é meu amigo”. Mostramos ainda que tal apoio obtido pelos proprietários rurais residentes no outro lado da fronteira

correntina, também teria beneficiado os federalistas. Pelo fato de compartilharem uma matriz produtiva comum, poderiam receber gado como pagamento, em troca, e enviá-lo para ser beneficiado nos saladeiros em Entre Rios. Da mesma forma, também os comerciantes daquela província teriam lucrado com o fornecimento de suprimentos aos federalistas.

Por outro lado, a base social de apoio dos federalistas, no Uruguai, remonta ao próprio processo de ocupação por luso-brasileiros e pela demarcação das fronteiras, das terras do norte, nordeste e litoral do Uruguai. Muitas das famílias que compuseram as forças federalistas tinham, em seu histórico, a participação, no passado, nos conflitos em torno das demarcações das fronteiras e, posteriormente, na ocupação de terras naquele país. Estiveram envolvidas na defesa de suas propriedades e interesses, vindo a lutar nos inúmeros conflitos que ocorreram, neste espaço fronteiriço, ao longo do século XIX, período em que muitas outras vieram a adquirir terras, naquele país, ao longo daquele mesmo século, como foi o caso dos Silva Tavares.

Além de terem investido muito capital no Uruguai, conforme pudemos demonstrar, essas famílias mantinham práticas sociais de antigo regime, marcadas por matrimônios consanguíneos como forma de sobrevivência, naquele espaço, criando extensas e complexas redes de parentescos e de solidariedades a partir da família, naquele espaço. Esta teia de relações familiares foi mobilizada pelos federalistas, o que facilitou sua circulação, obtenção de recursos e base de apoio, a qual mobilizavam para defesa de seus objetivos, especialmente durante a Revolução Federalista.

A extensão das famílias tanto pelo Uruguai e Argentina revela interesses e práticas econômicas comuns, de uma população associada a um mercado regional, não só de produtos e mercadorias lícitas, mas também de contrabando, que era abastecida pelos portos uruguaios, argentinos e rio-grandenses, a fim de suprirem suas necessidades.

A economia de Entre Rios também esteve vinculada a essa região, pela presença de brasileiros nos departamentos da costa do rio Uruguai, especialmente Concórdia, Federación e Concepción del Uruguai, populações integradas a um espaço com características culturais, sociais, familiares e por uma identidade comum, como o caso exemplificado do entrerriano Ricardo López Jordan. No âmbito econômico, estavam ligados à uma matriz produtiva comum, a partir da qual se abasteciam e chegavam a vender seus produtos, no porto de Rio Grande, em período de conflitos. Tratava-se de uma população que também mantinha vínculos fortes, no âmbito econômico e social, com o Uruguai. Era um espaço marcado por grande fluxo de pessoas, de migrações internas, mercadorias e animas de um lado a outro do rio Uruguai, tanto para invernar gado quanto para enviar às charqueadas uruguaias ou entrerrianas.

Estes aspectos que apresentamos, vinculam uma base produtiva comum a um espaço marcado pela presença de brasileiros e que as lógicas e estratégias empregadas pelos indivíduos e a conformação de suas redes desafia as lógicas pensadas pelos Estados Nacionais e pelas identidades nacionais, revelando projetos e identidades nem sempre condizentes com aqueles pensados nos grandes centros de poder, revelam uma lógica pensada a partir das fronteiras, mostrando uma forma de agir e pensar para além dos limites nacionais.

No capítulo quatro, ao apresentarmos os apoios regionais aos federalistas, defendemos que se tratava de um período marcado por um hibridismo não só nas relações sociais, mas também na política, caracterizadas pela existência de práticas antigas e modernas coexistindo, as quais também se expressavam através dos conflitos entre perspectivas liberais e positivistas, de reivindicações por maior participação política, contra posições autoritárias e centralizadoras de poder, contra sistemas eleitorais fraudulentos e que excluíam as oposições dos processos políticos. As relações de apoio aos federalistas foram favorecidas pelas semelhanças nos processos políticos internos dos países vizinhos, tanto do Uruguai quanto da Argentina, onde as emigrações, devido aos conflitos existentes no Cone Sul, levaram à circulação de lideranças políticas pelo espaço regional, proporcionaram a convivência de lideranças federalistas em espaços de sociabilidades, ou mesmo de estruturas que os protegessem e que permitissem expor suas ideias, como, por exemplo, o pertencimento à Maçonaria, que desempenharam importante papel de aproximação entre lideranças brasileiras, uruguaias, argentinas e chilenas.

Demonstramos a circulação do Dr. Francisco Tavares e outros personagens ligados a esta família por este espaço regional, junto a outros líderes federalistas que atuavam, politicamente, nessas localidades, como o caso de Silveira Martins, em busca de apoio por parte do governo argentino, aproveitando a existência de um contexto que lhes seria favorável. No âmbito dessas articulações, esse apoio pode ter sido motivado por conflitos em torno de questões de relações internacionais de limites e pelas questões de impostos sobre os produtos de origem pecuária argentina, estabelecido pelo governo brasileiro, despertando simpatias em relação à sua causa. A ajuda não ficou restrita apenas a setores do governo argentino, mas também chegou a ser realizada por membros vinculados à UCR, que chegaram a defender uma possível separação do Rio Grande do Sul.

Tal apoio não foi apenas retórica, mas efetivo, conforme as constantes acusações da Legação Brasileira, em Buenos Aires, revelando a mobilização da estrutura do partido para ajudar no suprimento dos federalistas pelo envio de armas às cidades argentinas de Rosário, na

Província de Santa Fé, e La Plata, na Província de Buenos Aires – dois importantes centros dos radicais argentinos –, no sentido de fugir da fiscalização do governo e dos agentes consulares brasileiros, naquela capital, ações que nos permitiram ampliar o entendimento acerca da abrangência que assumiu a revolução através da mobilização das redes dos federalistas.

Ainda no que se refere ao apoio dos liberais, cívicos nacionais e radicais argentinos, também procedeu de Corrientes, e o apoio prestado aos federalistas rio-grandenses veio ao encontro da necessidade do governador correntino, Valentin Virasoro, de combater a oposição pertencente ao Partido Autonomista Nacional, que associada a membros do PRR, na fronteira, buscava destituí-lo do poder. Nesse sentido, demonstramos que o apoio prestado por Virasoro demonstrou consonância com as determinações do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, enquanto esteve vinculado aos radicais, obtendo recursos vindos de Buenos Aires para alimentá-los. Os federalistas chegaram a reunir-se com o governador na capital correntina, aproveitando-se de relações maçônicas, enquanto o governo, respondendo às acusações da Legação Brasileira, em Buenos Aires, negava-as e fazia vistas grossas à presença de federalistas nos departamentos do litoral, deixando, além do mais, que retornassem em direção à fronteira com o Brasil ou com o Uruguai, sem que fossem internados na capital Corrientes.

O grupo dos Silva Tavares possuía relações, em Corrientes. Valeram-se de suas redes de relações fronteiriças, das relações familiares, comerciais e de amizade com brasileiros com propriedades na fronteira correntina com o Brasil. Contaram com o apoio das autoridades locais e dos comerciantes dos departamentos fronteiriços, estabelecidos na costa do rio Uruguai. Praticaram uma diplomacia de fronteira. Os proprietários rurais, principalmente os pequenos e médios, donos de chácaras, foram fundamentais na estratégia federalista para o suprimento de suas forças e para justificativa, despistando as autoridades brasileiras.

Mostramos, ainda, a existência de relações entre os radicais correntinos – com forte presença na costa do rio Uruguai, fronteira com o Brasil –, e os federalistas, especialmente na pessoa do líder correntino Angel Blanco, um dos principais elos com os federalistas rio-grandenses, de quem obteve ajuda para socorrer Virasoro, de uma tentativa de golpe dos autonomistas apoiados pelos castilhistas que se aliaram a estes, na busca por instalar, em Corrientes, um governo hostil aos federalistas.

As mudanças de governo, em Buenos Aires, e a ambiguidade que passou a caracterizar a postura de Virasoro não impediram a atuação dos federalistas em socorro ao governador correntino, tão pouco significou o fim do apoio aos federalistas por parte dos líderes radicais dos departamentos da costa do rio Uruguai em Corrientes, ou que estes tenham deixado de utilizar o território dessa província para suas incursões contra os castilhistas.

Além do mais, as medidas impostas pelo PRR, no controle das fronteiras e na imposição de impostos, feriam os interesses dos brasileiros com propriedades de um lado e de outro da fronteira, em Corrientes e Entre Rios, na qual também aconteciam intentos revolucionários contra o governo autonomista. Defendemos que o apoio dado aos federalistas, naquela província, diferente de Corrientes, não procedeu do governo, mas dos revolucionários pertencentes à União Cívica Radical entrerriana, que contavam com forte base de apoio, no litoral entrerriano, e de onde poderiam cruzar o rio Uruguai, em direção ao Uruguai, para se refugiarem ou obterem recursos e voltar a atacar o Rio Grande do Sul. Valiam-se da presença de brasileiros na costa do rio Uruguai e das relações familiares, de amizade, comércio e mesmo aproximados por laços de irmandade maçônica.

Seguindo a posição de apoio da UCR, em nível nacional, na argentina, defendemos que os radicais entrerrianos tenham encontrado aliados nos federalistas rio-grandenses e, à semelhança de Corrientes, os proprietários rurais brasileiros residentes nos departamentos do oriente de Entre Rios, teriam sido os elos entre federalistas e as lideranças locais e radicais entrerrianas. Os federalistas utilizaram o território desta província para transitar entre Corrientes e o Uruguai. Além do mais, utilizavam as propriedades de um lado a outro do rio Uruguai, tanto para obter recursos quanto para esconder/transportar e suprir suas forças.

Tanto os Silva Tavares quanto Silveira Martins e Saldanha da Gama possuíam relações nessa localidade, datadas de período anterior, redes que foram mobilizadas e que comprovam, através das fontes, a importância dos estancieiros e chacareiros para os federalistas, por onde transitavam homens, famílias e recursos. Como exemplo dessas redes fronteiriças, desde Entre Rios, citamos o caso do caudilho Ricardo López Jordan e das relações e negócios que esse mantinha com brasileiros e blancos uruguaios. Seus seguidores, vinculados aos cívicos radicais e contrários ao governo estabelecido, naquela província, aproveitando as redes construídas por esse personagem, foram os apoiadores dos federalistas a partir de Entre Rios, demonstrando a existência de complexas redes entre radicais, blancos e federalistas.

Do lado uruguaio, o apoio aos federalistas se mostrou muito forte a partir dos departamentos de Paysandú, Salto, Artigas, de Rivera, Treinta y Tres, Rio Negro, Tacurembó, Cerro Largo e Rocha. Mostramos que as relações existentes, nesse espaço, ocorreram por relações comerciais e familiares, a partir de indivíduos que possuíam propriedades por diversos departamentos no Uruguai.

Nesse sentido, apresentamos a importância do departamento de Artigas para a estratégia federalista, que desfrutava do apoio de seu chefe político. Esse departamento foi uma localidade chave como ponto de intersecção dos trajetos entre as províncias do litoral argentino e o norte/nordeste do Uruguai e Rio Grande do Sul. Da mesma forma, pode-se perceber o apoio fundamental dos estancieiros e comerciantes de Artigas, conforme expressou o diário dos Silva Tavares e do almirante Saldanha da Gama, nos quais afirmavam a forte presença de brasileiros emigrados e acampados nos campos de seus patrícios que lá residiam, além de manterem contato com comerciantes correntinos desde esse departamento.

O apoio de autoridades desses departamentos, além das relações de amizade com os federalistas, pode ter sido fundamentado nas questões divergentes da política brasileira em relação ao charque e a produtos pecuários vindos do Uruguai e Argentina, naquele momento, e que pode ter gerado simpatia à causa dos federalistas.

A importância das propriedades brasileiras também é percebida no departamento de Cerro Largo, Tacuarembó, Treinta y Tres e Rivera, onde os federalistas chegaram a organizar um hospital de campanha e localidade onde muitos federalistas possuíam propriedades e para onde haviam emigrado, tanto em busca de refúgio para suas famílias quanto para juntar-se às forças do Exército Libertador. Demonstramos a existência de propriedades de indivíduos pertencentes ao grupo dos Silva Tavares, bem como a existência de propriedades desta família, nessa zona contígua ao Brasil, e para onde haviam emigrado o general Tavares, Joaquim, José Bonifácio, Francisco e suas famílias, localidades em que essa família possuía muitas relações, inclusive com autoridades desses departamentos, e que foram mobilizadas em prol dos objetivos da revolução. Eram relações que entrelaçavam inúmeras personagens vinculadas por laços familiares, comerciais, produtivos, e em cujas propriedades foram constituídas bases de apoio para suprir e abrigar os federalistas, fundamentais para a guerra de recursos empregada pelos federalistas.

Entrementes, demonstramos, no capítulo cinco, que a mobilização dos federalistas a partir das redes sociais dos Silva Tavares permitem compreender a lógica que embasou a própria revolução e, nesse sentido, realizamos a análise de suas redes de relações sociais. A partir dessas redes, foi possível identificar a existência de um grupo próximo a esta família e a presença de fortes vínculos familiares, entre estes personagens. Com isso, mostramos uma sociedade marcada pela existência de características de antigo regime, traços estes que perduraram ao longo do século XIX, na região revolucionária, estruturando um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns e que influenciou na lógica de interpretar o espaço, formas e mobilizar suas redes, alianças e pensar a guerra.

A partir de conceitos importantes sobre redes e que embasaram nossa análise, no capítulo cinco construímos representações gráficas a partir das correspondências pessoais da família Silva Tavares, comprovando a centralidade e posição de mediação entre os membros dessa família e outros personagens a eles vinculados. Mostramos, também, a densidade e a durabilidade variada das redes, o conteúdo que expressavam, a intensidade das relações.

Em um segundo momento, a partir da quantidade, identificamos um maior número de correspondências recebidas que nos permitiu afirmar a presença de relações clientelísticas e mesmo de mediação dos Silva Tavares, em relação a seu grupo. Além do mais, foi possível demonstrar a presença de uma continuidade das comunicações entre os personagens, ao longo dos anos do conflito, todas em suporte de papel, em excelente estado de conservação, tendo sido possível quantificar a presença de um número maior de cartas e telegramas sobre outras modalidades.

A partir destes aspectos, demonstramos que as correspondências possibilitam identificar a natureza das relações existentes e, também, que as opiniões e posturas da família nem sempre eram consensuais e homogêneas, mas sim, contraditórias, muitas vezes, acerca dos rumos que revolução deveria tomar, ao mesmo tempo que mostram a existência de uma lealdade entre os demais irmãos.

Por outro lado, permitiram identificar as localidades de envio e recebimento, revelando as dificuldades de comunicação, mas também uma abrangência internacional de suas redes. Possibilitaram compreender a importância dos locais onde se situavam suas bases de apoio, bem como a posição dos indivíduos, nessas redes, e também aspectos da estratégia federalista.

Em seguida, passamos à análise quantitativa das correspondências trocadas pela família Silva Tavares, a partir da qual pudemos identificar o grupo de indivíduos que mais se corresponderam com essa família, pertencendo a um núcleo dessas redes. Esses mesmos nomes foram identificados como parte das forças de Joca Tavares, organizadas desde a revolução começada em novembro de 1891. Foram signatários dos manifestos e atas de reuniões políticas, desde então, passando pela fundação dos Partidos Republicano Federal e Federalista, pelas ações em resistência ao contragolpe efetuado pelo PRR, em 1892, e pelos manifestos publicados em 1893 e sequentes, até o momento da pacificação do conflito.

Percebemos que nas correspondências enviadas e recebidas, os indivíduos referiam-se aos Silva Tavares como sendo seus parentes em algum nível. Para isso, partimos da compreensão de família extensa do século XIX, que abrangia as relações de amizade e

parentescos espirituais e políticos entre os indivíduos, e que não necessariamente habitavam a mesma casa.

Nesse sentido, as correspondências revelaram a existência de redes clientelísticas em torno dos Silva Tavares, as quais foram também mobilizadas para seus fins políticos. Durante a revolução, expressam o retrato e a lógica de funcionamento de uma sociedade tradicional e de uma cultura política que não pode ser desconsiderada para entender o fenômeno social do caudilhismo, uma forma de pensar e atuar dos indivíduos, suas famílias, estruturação de seus projetos de poder, e a lógica por trás da Revolução Federalista.

Por outro lado, mostramos que as relações de amizade tinham um peso muito grande nas relações sociais dessa sociedade do fim do século XIX, mas que também expressavam uma lógica de uma sociedade tradicional. Revelam estratégias de alianças e de fazer política, de sobrevivência em uma sociedade de incertezas, conferiam prestígio social, coesão a um grupo até mesmo maior que os laços consanguíneos, assim como a capacidade de mobilização de recursos e pessoas independente das distâncias.

As características que apresentam essas práticas sociais, identificadas nas redes de familiares dos Silva Tavares, e expressavam uma forma tradicional de fazer alianças, inspiraram nossa tese de que este conflito foi organizado no seio de algumas importantes e poderosas famílias que arregimentaram, cooptaram outras lideranças descontentes em torno de um projeto de poder, durante o período da Revolução Federalista. Com isso, identificamos um conjunto de práticas tradicionais que perduraram e sobreviveram, durante o século XIX, e estiveram presentes na forma de pensar as relações sociais, a política e a guerra, o que nos permitiu afirmar que tais relações também serviram para pensar o conflito.

Procuramos definir as características dos vínculos sociais dos grupos de elites em sociedades de antigo regime que, ainda que fossem distintas das de uma sociedade contemporânea, marcada por laços de parentescos, familiares, amizade, clientelas, em uma sociedade que ainda não existia o Estado como entendemos hoje. Nesse contexto, a família ocupava posição central na ação dos indivíduos, agiam como verdadeiras empresas, desde a proteção de seus membros, pensavam a atividade econômica e política, transmitiam valores e redes de relações familiares, repletas de amizades e alianças.

Além do mais, existiam práticas sociais que caracterizavam a formação das famílias, dentre elas os matrimônios endogâmicos e exogâmicos como estratégias familiares para estabelecer/reforçar alianças. Os parentes eram fundamentais para garantir o acesso a recursos e a posições econômicas, políticas e sociais, bem como ao funcionamento das relações de

clientelismo, garantindo a circulação de bens e benefícios, em troca de lealdade e serviços, privilégios e proteção.

Muitas dessas características sobreviveram, no Rio Grande do Sul, e puderam ser identificadas nas relações dos Silva Tavares, uma família que havia imigrado dos Açores para o Rio Grande, no final do século XVIII, posteriormente, vindo a habitar Herval e Bagé. Ainda que se adaptando a uma nova realidade, com características distintas, a permanência desses valores, ao longo de todo o século XIX, no Rio Grande do Sul, foi percebida por outros autores. No caso dos Silva Tavares, essa lógica esteve presente no âmbito das famílias e suas estratégias sociais e de poder, nos casamentos endogâmicos, apadrinhamentos, compadrios, práticas sociais e políticas, que foram vistas pelo PRR como atrasadas, e para tanto, defendiam a retórica de uma modernização do estado e de superação dessas características, não que efetivamente tenham sido implementadas ou não viessem a existir entre os membros desse partido.

Defendemos que a sobrevivência e a preservação de aspectos e valores dessa sociedade tradicional, como partes de um universo de referências culturais, econômicas e sociais comuns, expressos na forma de fazer a política e a guerra, foram preservadas, na região da campanha do Rio Grande do Sul, zona de ocupação mais antiga e vinculada a famílias tradicionais que participaram do processo de conquista e defesa das fronteiras. Distante dos grandes centros, quando não, em sociedades rurais em meio ao pampa, demonstramos a existência de uma relação entre o espaço e os códigos sociais, propiciando que fossem preservadas essas tradições que estiveram presentes na forma dos federalistas pensar durante a revolução e atuar nessa região revolucionária, revelando uma sociedade em que coexistiam formas de pensar e agir antigas e modernas, conformando uma sociedade híbrida.

A identificação do grupo e a territorlização de um espaço, pela família Silva Tavares, demonstrado pela cartografia da Revolução Federalista, e na formação de uma região revolucionária, ofereceu-nos indícios para compreender que se tratava de um espaço perpassado por complexas redes familiares e por sociabilidades que vinculavam os indivíduos. Permitiram, ainda, entender a lógica que aproximou os indivíduos, amalgamou os grupos e foi elemento gerador de solidariedades, na mobilização de homens e recursos para manter o conflito. Mostramos que cada indivíduo pertencente à rede dos Tavares, ao ser ativado por estes, ativaria sua própria rede e, assim, sucessivamente, mobilizando um espaço muito além das proporções que pudemos perceber na região revolucionária.

Nesse sentido, os indivíduos pertencentes a essas redes possuíam laços familiares entre si que se intercruzavam e formavam um entremeado de relações que revelam lógica de antigo regime que esteve presente e que perdurou na longa duração histórica e que também foi utilizada para pensar a guerra pelos federalistas.

No capítulo seis, demonstramos as redes rurais dos Silva Tavares, a partir das medições de campo, que dentre os personagens mais próximos a essa família, existiam indivíduos que possuíam terras próximas a suas propriedades, em Bagé, mas também no Uruguai, alguns dos quais, também eram profissionais liberais.

Na vizinhança da propriedade dos Silva Tavares, identificamos, através de análise de registros genealógicos e de batismos, que as famílias estavam vinculadas entre si, mas também a essa família através de compadrios e matrimônios, criando extensas e complexas teias de parentescos que foram mobilizadas pelos Tavares, de modo que seus representantes que figuram dentre os nomes dos manifestos e correspondências, haviam aderido às forças federalistas.

Da mesma forma, identificamos que a origem e a continuidade das relações entre essas famílias datavam da convivência em diversos aspectos, desde o político, militar, econômico e social, na Bagé da segunda metade do século XIX. Eram famílias cujos membros possuíam propriedades em diversas localidades do Uruguai, principalmente em Salto, Paysandú, Cerro Largo, e pela campanha sul-rio-grandense, que, também, ocupavam cargos administrativos na vida urbana bajeense. Demonstramos uma intensa circulação dos Silva Tavares por esse espaço da região revolucionária, inclusive com o nascimento de indivíduos ligados a essa família nos departamentos uruguaios, em plena revolução.

Com isso demonstramos que a importância dos estancieiros, para os revolucionários, portanto, estava na forma de guerra que seria empregada: uma guerra de recursos para a qual necessitavam de uma base de apoio logístico, mas também um local para levar seu gado, que estava no Brasil, para proteger das incursões dos castilhistas; suas propriedades seriam fundamentais devido à necessidade de gado para alimentar as forças, tanto quanto de cavalos. Vender gado, mantimentos alimentícios, munição, roupas e cavalos era um negócio rentável.

A revolução empreendida pelos federalistas era uma maneira de reivindicação política. Eram indivíduos que conheciam o espaço, haviam lutado em outros conflitos, como, por exemplo, o caso de José Maria Guerreiro Victória que havia participado da luta contra Oribe e Rosas, ou do general Tavares, que havia participado da Revolução Farroupilha, e conhecia o potencial de uma guerra de recursos, os meios que precisava para empreendê-la e as redes para mobilizar homens e recursos. Enfim, ambos haviam lutado na Guerra do Paraguai e eram

experientes em recrutar homens e comandá-los. Esses personagens eram caudilhos, espertos em redes, com grande prestígio, e que tinham uma forma de recrutar homens semelhante à das *montoneras*. Sua vivência, no espaço fronteiriço platino, conferia-lhes um *ethos* hispânico, sua identidade e a forma de pensar o espaço e guerra, assim como permitiram dar uma identidade à Revolução Federalista.

Para a guerra que os federalistas realizavam, contra forças maiores e mais bem equipadas, era preciso o apoio das populações da campanha, lugar onde os vizinhos ocupavam posição central em suas estratégias sociais, políticas, políticas e militares de campo, como comprovado a partir dos Silva Tavares, com a conduta intolerante do comando federalista à saques.

Por outro, dentre os personagens próximos aos Silva Tavares – muitos deles charqueadores de profissão –, identificamos a presença de indivíduos que se dedicavam à atividade charqueadora. Isso se verificou devido à existência de laços familiares, pelas correspondências e pela participação de muitos deles junto aos federalistas, cedendo suas propriedades em prol da revolução. Dentre esses personagens, estavam sócios de uma charqueada recém fundada em Bagé, da qual a família Tavares havia participado, um grupo que contava com comerciantes e estancieiros que diversificavam sua produção e dedicavam-se a esse negócio. Não raro, esses mesmos personagens tinham, em suas famílias, representantes destes segmentos citados.

Esse segmento estava profundamente interessado nos negócios da fronteira, em que muitos eram os mesmos estancieiros identificados, anteriormente, e possuíam propriedades dos dois lados da fronteira, elemento que ocuparia posição central em seus negócios e no suprimento dos comerciantes locais. Nesse sentido, as correspondências permitiram demonstrar que, mesmo durante a revolução, o comércio e o tráfego de gado de um lado a outro da fronteira não cessou, a ponto de os federalistas cobrarem por ele. Isso se devia não apenas ao suprimento dos federalistas que enviavam seu gado para evitar represálias dos castilhistas, mas também para abastecer as charqueadas que estavam em funcionamento, em Bagé, uma delas fundada em meio à Revolução Federalista.

No capítulo sete, demonstramos, através das redes urbanas dos Silva Tavares, que esses mesmos personagens que possuíam propriedades rurais, parte deles vinculados à prática charqueadora, eram os mesmos que ocupavam os espaços de poder urbanos. Suas famílias associavam-se a comerciantes imigrantes que ganhavam espaço na vida comercial urbana,

estabelecendo com eles alianças através de matrimônios. Muitos desses comerciantes ajudaram no suprimento dos federalistas e até mesmo no dos governistas, lucrando com o conflito, como os casos, por exemplo, de José Viza Chaubet e o de Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães, que haviam sido afetados pelos novos impostos estabelecidos pelo PRR, e o caso de Rafael Cabeda. Estes indivíduos possuíam redes comerciais que se estendiam pelo Uruguai e pela Argentina e relações com outros comerciantes e líderes políticos, desses países, relações que foram mobilizadas durante a Revolução Federalista.

A partir da compreensão dos espaços de sociabilidades urbanos, de Bagé, identificamos a presença dos mesmos personagens. Aparecem os nomes de indivíduos que compuseram as fileiras federalistas, durante a Revolução, e foram importantes para entender a estruturação de suas redes. Eram personagens que desempenharam uma atuação ativa, em suas sociedades, sendo fundadores de diversos espaços de sociabilidades modernos para essas elites, tais como clubes, entidades beneficentes, teatros, irmandades religiosas. Percebemos, ainda, que eram espaços que aproximaram setores distintos, no qual conviviam estancieiros, charqueadores, profissionais liberais e abastados comerciantes urbanos, dentre os quais, imigrantes de diversas origens que haviam ascendido socialmente, em Bagé.

A atuação, a partir desses locais, permite entender uma atuação política pautada em uma lógica clientelística e de manutenção das relações de poder e voltadas para uma atuação política dessas famílias, em espaços que reafirmavam seu prestígio social, riqueza, poder, e permitiam não apenas criar, mas também manter e ampliar as alianças e amizades. A proximidade entre os personagens elencados também pode ser percebida pelos locais de residência próximos e pela conformação de espaços de poder nas cidades, que evidenciavam o prestígio e a força dessas famílias, que, além de vizinhas no espaço rural, muitas também o eram no espaço urbano.

De igual forma, essas famílias buscavam dominar os espaços políticos, econômicos e de poder local, em Bagé, desde a mesa de rendas, a Câmara Municipal, os cargos da administração, os matrimônios entre as famílias, postos chaves que fizeram parte de uma estratégia desses personagens. Muitos vínculos dos Silva Tavares com esses personagens decorrem dessas relações e interesses.

As redes constituídas nos espaços urbanos também podem ser entendidas a partir do pertencimento à Maçonaria. Muitos dos personagens que identificamos, pertenciam às fileiras desta ordem em Bagé, inclusive pertencendo à mesma loja, que poderia ser tanto um espaço de divulgação de ideias como de prestígio social e de reafirmação de laços entre os envolvidos, através da criação de parentescos maçônicos que aproximariam e criariam solidariedades entre eles.

A importância de tal pertencimento decorre do fato de termos identificado, nas correspondências entre alguns dos líderes federalistas, próximos aos Silva Tavares, a utilização de termos que seriam de origem maçônica. Pertencer a essa instituição pode ter facilitado a aproximação e o acolhimento em sua circulação pela região revolucionária, pela mútua proteção não apenas a si, mas a seus familiares. Garantiria, também, espaços em que poderiam divulgar seus ideais em busca de apoio com lideranças políticas na circulação pelo espaço, estabelecendo solidariedades.

Nesse sentido, seriam laços fortes os que uniram os líderes federalistas durante a Revolução, não apenas os estabelecidos nos espaços de sociabilidade urbana, mas por alianças familiares e maçônicas, clientelísticas, construídos a partir de seus interesses políticos e econômicos.

Essas redes rurais e urbanas dos Silva Tavares também tiveram uma origem guerreira, nos conflitos platinos, especialmente na Guerra do Paraguai, pelo fato de que todos os personagens identificados pertenciam à Guarda Nacional. As listas de qualificação e os mapas das forças que partiram para o Paraguai, sob ordens de Joca Tavares, ou que ficaram em defesa da fronteira, sob comando de José Facundo, foram indivíduos que estiveram à frente das forças do Exército Libertador e em um grupo próximo aos Silva Tavares. Suas relações e vínculos construídos entre as famílias, envolviam aspectos econômicos e objetivos políticos, especialmente devido à função da Guarda Nacional e sua relação com o alistamento eleitoral.

Demonstramos que, durante o período da Revolução, entre 1891 e 1896, diversos comandantes federalistas, escolhidos pelo general Tavares, também haviam sido comandantes superiores da Guarda Nacional. Dessa forma, possuíam larga experiência em recrutar e reunir homens, seja para questões políticas, seja para combates, para mantê-los em armas se fosse preciso. Eram experimentados e espertos em combates à gaúcha, ou guerra de recursos, a mesma empregada durante a revolução.

Por outro lado, a área de influência dos Silva Tavares e de seu comando mostrou-se a mesma que apresentava grande densidade de correspondências trocadas, a origem das famílias que o apoiavam e dos homens que compunham suas forças. Conforme o demonstrado, eram indivíduos interligados por complexas redes de parentesco, amizade e relações de compadrio.

Outro aspecto que influenciou na atuação e na organização das forças foi a utilização do conhecimento da fronteira, não apenas geograficamente, mas também social e politicamente, que envolvia manter contatos com autoridades políticas dos dois lados da fronteira e de poder

intervir em favor dos negócios que por ela transitavam. Eram postos que conferiam prestígio social e a experiência obtida no comando da fronteira e da guarnição de Bagé ou de outras localidades pelos chefes federalistas, dividindo as áreas de atuação de cada força de acordo com as mesmas delimitações utilizadas antes, quando comandavam essas zonas.

Associada a essa atuação militar, estava a atuação e o domínio político dos Silva Tavares à frente do Partido Conservador, durante a Monarquia, na região da Campanha Sul-rio-grandense e, posteriormente, aliados e clientes políticos que se mantiveram fiéis quando essa família se manteve à frente dos partidos oposicionistas, após a Proclamação da República, da União Nacional ao Partido Federalista.

Eram personagens que haviam sido destituídos de seus cargos políticos e administrativos e também exonerados de seus postos, na Guarda Nacional, e isso resultaria na sua capacidade de influir, na máquina eleitoral do período, e na manutenção de toda uma estrutura clientelística e de poder, desde as localidades. Dessa forma, encontraram, na revolução, meios de reaver o poder e os benefícios perdidos, e, nos Silva Tavares, aliados poderosos com objetivos semelhantes.

O fato de muitos terem pertencido à Guarda Nacional e terem recrutados familiares em suas forças, também permite entender uma lógica de pensar os conflitos pelos federalistas, que consistia em ter experiência em combate, para saber preservar ao máximo as vidas de seus homens, aspectos que conferiam prestígio e respeito entre seus comandados.

Os nomes dos personagens e suas profissões possibilitam um olhar sobre os espaços de sociabilidades guerreiras, que também se dava pela convivência na Guarda Nacional, constituindo um espaço que lhes conferia prestígio em uma sociedade militarizada.

No âmbito das sociabilidades guerreiras que ajudaram a formar laços de amizade, entre os personagens, estavam a solidariedade e a coesão surgidas da convivência nos combates ocorridos na segunda metade do século XIX, culminando com a Guerra do Paraguai, na qual se utilizavam, também, de conhecimentos e relações oriundas de suas práticas econômicas e sociais por esse espaço regional. Nesse sentido, demonstramos que este grupo em torno dos Silva Tavares também era composto por vizinhos de campo, entre os quais existiam ligações familiares e de parentesco entre os personagens, formando complexas redes que forma mobilizadas à serviço da revolução.

Dessa forma, tanto a vizinhança, por pertencer ao mesmo espaço geográfico de suas propriedades, quanto a Guarda Nacional, foram marcadas pela presença de relações familiares, ou seja, foram importantes variáveis para entender a organização das forças federalistas, as trocas clientelísticas que envolveram a mobilização de homens e recursos, a busca por proteção,

alimentos, benefícios ou, mesmo, a obtenção de vantagens posteriores com a vitória, participando da repartição dos benefícios do poder.

Destacamos, também, como já afirmamos anteriormente a existência de uma sociedade híbrida, marcada pela presença de valores tradicionais e modernos, cuja lógica apresentada não representou um alinhamento absoluto entre os personagens e, tampouco queremos dizer que tenha significado uma homogeneidade no grupo. Tratava-se de um grupo que de igual forma foi marcado por dissenções e disputas entre os personagens, nos seios das famílias vinculadas entre si.

Por fim, a partir das redes de relações da família Silva Tavares, na Revolução Federalista, foi possível comprovar a expressão de uma forma de pensar o espaço, a guerra e a política influenciadas por uma lógica familiar e híbrida, que estiveram presentes nos primeiros anos da República, no Brasil, e que permitem entender o conflito sob outra perspectiva, sob o olhar dos que haviam perdido, e tinham sido relegados a um segundo plano, no âmbito da historiografia.

Seguramente, este conflito não foi a última expressão dessas formas de conceber o espaço, de combater e de fazer a política, de modo que a sobrevivência desses aspectos tenha perdurado e possa ser percebida nas revoluções ocorridas, no Uruguai, no final do século XIX, e, no Rio Grande do Sul, durante o século XX.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Arone de. A Revolução Federalista. A versão republicana. In: FLORES, Moacir (Org.). **1893-1895: a revolução dos maragatos**. Porto Alegre: EDIPUC, 1993, p. 27-34.

ABRANCHES, Dunshee de. **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-grandense**. Correspondências entre Saldanha da Gama e Silveira Martins. Volumes I e II. Rio de Janeiro, 1955.

ABREU, Alzira Alves. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

AGUIRRE, Marcos Roberto de Lima. **O ideário federalista no Império do Brasil**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PPGD/ UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/134900/000986677.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 mai. 2018.

AGULHON, Maurice. **El círculo burgués. La sociabilidad en Francia, 1810-1848**. Edición al cuidado de Pilar González Bernaldo. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. **Carreiras e trajetórias da elite estatal do planejamento do desenvolvimento econômico e industrial no Brasil (1934-1982)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2441/1/443166.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

ALADRÉN, Gabriel. Senhores, escravos e libertos na formação de uma sociedade escravista no RS oitocentista. In: NEUMANN, Eduardo dos Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O Império e a Fronteira:** a Província de São Pedro no oitocentos. Oikos: São Leopoldo, 2014, p. 14-38.

ALBERNAZ, Cássio A. A. Da história política dos "grandes homens" a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, jul. 2011, p. 1-15.

ALENCASTRO, Octávio. **Rafael Cabeda.** Pelotas: Livraria Universal: Echenique & Cia, 1923.

ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. **Senatus**, Brasília, v.8, n.2, out. 2010, p. 68-79.

ALÍA MIRANDA, Francisco. Metodologia de la prensa. In: ALÍA MIRANDA, Francisco. **Tecnicas de investigación para historiadores**. Madrid: Editorial Síntesis, 2017. p. 326-341.

ALMEIDA, Antonio Miguel Dantas de. Cidadania no Brasil: a construção nacional do Império ao golpe de Estado. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2020, p. 1-22.

ALONSO, Paula. **Entre la Revolución y Las Urnas:** Los Orígenes de la Unión Cívica Radical y la Política Argentina en Los Años Noventa Sudamericana; Universidad de San Andrés, 2000.

ALONSO, Paula. "La Unión Cívica Radical. Fundación, oposición y triunfo (1890-1916). In: LOBATO, M. (Dir.) **Nueva Historia Argentina**. Buenos Aires, Sudamericana, 2000, p. 208-260.

ALONSO, Paula. El Partido Autonomista Nacional y las províncias de Córdoba y el litoral, 1880-1886. **Primeras Jornadas de Historia Regional Comparada**, Porto Alegre, 2000, p. 1-21.

ALONSO, Ângela. Sociedade Imperial: valores, instituições e crise. In:_____. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Memórias e conflitos: a Divisão do Sul e o levantamento do cerco a Bagé durante a Revolução Federalista de 1893**. Monografia (Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira**. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PIASSINI, Carlos Eduardo. Perseguição política a imigrantes e aos da terra: os primeiros anos da República no Rio Grande do Sul, 1890 a 1893. **Travesía**, Suplemento Electrónico, VIII Reunión del Comité Académico de Historia Regiones y Fronteras, n. 2, 2017, p. 67-80.

ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900, p. 45-51.

ARAÚJO, Orestes. **Diccionário Geografico del Uruguay**. Montevideo: Imprenta artística de Dorneleche y Reyes, 1900, p. 665-667.

ARGENTINA. **Constitución Nacional Argentina 1853 y reformas**. Disponível em: http://www.biblioteca.jus.gov.ar/constitucionargentina1853.html Acesso em: 05/04/2021.

ASSEMBLEIA Legislativa do Rio Grande do Sul. **Comemorações de 170 anos da Revolução Farroupilha de 1835-1845**. Disponível em: https://www.sohistoria.com.br/ef2/revolucaofarroupilha/ Acesso em: 27/06/2019

ASSUMPÇÃO NETO, Fernando Augusto. **A economia saladeril desenvolvida em Pelotas e Bagé: diferenças e peculiaridades**. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2015.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.); RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (Dir.). **República Velha (1889-1930)**. Coleção História do Rio Grande do Sul. Tomo I, V.3. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128.

AXT, Gunter; MARTINS, Helio Leoncio; COSTA, Milena Cardoso (Org.). In: GAMA, Luís Felipe Saldanha. **Diário e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

AYROLO, Valentina; ROMANO, Silvia. Poder y representación política em Córdoba (Argentina) a mediados del siglo XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 5, n. 4, 2001, p. 15-49.

AYROLO, Valentina. Historia regional comparada ¿una nueva posibilidad analítica?. In: LÓPEZ-NIDIA, Sara; (coord.) **Historia Regional. Estudios de casos y reflexiones teóricas**. Salta, EDUNSa. /CEPIHA, 2006, pp. 107-118.

AYROLO, VALENTINA. Hombres armados en lucha por poder. Córdoba de la pos Independência. In: **Estudios Sociales**. Revista Universitaria Semestral, año XVIII, n. 35, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, segundo semestre, 2008, p. 23-60.

AYROLO, V.; MÍGUEZ, E. Reconstruction of the Socio-Political Order after Independence in Latin America. A Reconsideration of Caudillo Politics in the River Plate. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina**, v. 49, n. 1, p. 1-16, dec. 2012. Disponível em: http://www.degruyter.com/view/j/jbla.2012.49.issue-1/issue-files/jbla.2012.49.issue-1.xml. Acesso em: 26 nov. 2016.

AZÚA, Carlos Real de. **Legitimidad, apoyo y poder político**: ensaio de tipologia. 1. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1969.

BAKOS, Margareth Marchiori. **O abolicionismo no Rio Grande do Sul**. Cadernos de História, n. 29, Porto Alegre, 2004.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Rio Grande do Sul: escravismo e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BANDIERI, Susana. La posibilidad operativa de la construcción histórica regional o cómo contribuir a una história nacional más complejizada. In: FERNANDEZ, Sandra; DALLA

CORTE, Gabriela (Comp.). **Lugares para la história espacio, historia regional y historia local em los estúdios contemporâneos**. Rosario, Argentina, 2001, p. 91-117.

BAÑADOS, Julio. **Balmaceda, su gobierno y la revolución de 1891**. Santiago, Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2005.

BARETTA, Sílvio R. D. **Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in southern Brazil**. Tese (Doutorado) – Universidade de Pittsburg, 1985.

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)**. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.

BARRIOS PINTO, Aníbal. **Historia de la ganaderia em Uruguay**. Montevideo, 1973.

BARTH, Fredrik. Introducción. In: BARTH, Fredrik (Org.) **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976. p. 9-49.

BARTH, Frederik. A análise da cultura em sociedades complexas. In: BARTH, Frederik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas. Tradução de Joao Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 107.140.

BAROVERO, Diego A. **Aristobulo del Valle**: radical y revolucionario. Disponível em: http://institutoyrigoyen.tripod.com/delvalle.htm Acesso em: 03/06/2019.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia rural del Uruguay moderno (1851 – 1885)**. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay Moderno (1886-1894)**. La crisis económica. Tomo II, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.

BARRÁN, José Pedro. **História Uruguaya. Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875**). Montevideo: Editora Banda Oriental, 2012.

BARRIOS PINTOS, Anibal. **El orígen luso-brasileño de la ciudad de Salto**. Montevideo, 1968.

BELL, Stephen. **Campanha Gaúcha: a brazilian ranch system, 1850-1920**. Standford, California: Standford University Press, 1998.

BENTO, Cláudio Moreira. **A guerra da restauração do Rio Grande do Sul**, 1774-1776. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

BERTRAND, Michel; LEMERCIER, Claire. Introducción: em qué punto se encuentra el análisis de redes em Historia?. **Redes** – revista hispana para el análisis de redes sociales n.1, v. 21, dec. 2011, p. 1-12.

BERTRAND, M. De la família a la red de solidariedade. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 61, n. 2, p. 108-135, abr./jun. 1999.

BLANC, Cláudio. **Dicionário Completo de Maçonaria**. São Paulo: Editora Online, 2016.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Tradução: Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1973.

BLOCH, March. **Apologia da História, ou O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BOSENBECKER, Patrícia. Narrativas imigrantes: repensando os "turbulentos" e amotinados nas regiões de colonização alemã. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 8, nº. 20 , ago./dez., 2018, p. 22-44.

BOBBIO, Norberto. Elites, teoria das. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 5. ed. Brasília: UNB, 1993. p. 385-391.

BOSCH, Beatriz. **Historia de Entre Rios**. Colección Historia de nuestras Provincias. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1986.

BONAUDO, Marta. Liberales, Masones, ¿Subversivos? **Revista de Indias**, vol. LXVII, n. 240, 2007, p. 403-432.

BONAUDO, Marta. Repensando el Partido/facción en la experiência Latinoamericana. **Illes I Imperis**, n.17, 2015, p. 15-40. Disponível em: https://www.raco.cat/index.php/IllesImperis/article/view/299478/388928 Acesso em: 09/11/ 2019.

BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. **Esclavitud y Trabajo**. Un estudio sobre los afrodescendentes en la frontera uruguaya 1835-1855. Montevideo: Mastergraf, 2009.

BRASCHI, Dardo Ramírez. **La Guerra del Paraguay em la Província de Corrientes: impactos políticos, daños y consequências em la población civil**. Corrientes: Moglia Ediciones, 2014.

BRASCHI, Dardo Ramírez. Política y elecciones en la provincia de Corrientes durante el siglo XIX: Origen y lucha política de la Unión Cívica. ***V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*.** Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

BRASIL, Carlos Roberto Martins. **Pioneiros açorianos**: notas históricas e genealógicas. Porto Alegre: Edigal; Renascença, 2009a.

BRASIL, Carlos Roberto Martins. **Sesmarias em São Sebastião de Bagé**: primórdios do povoamento. Porto Alegre: Renascença, 2009b.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824). Disponível em HTTP:// http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 25 set 2011.

BRASIL. **Constituição (1891).** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em:02/06/2021.

BRASIL. Lei n° 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização à Guarda Nacional do Imperio. **Colecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, pt. 1, 1851, p. 314-340. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884 Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL, Lei 2.395 de 10 de setembro de 1873. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1873** - vol. 002, p. 329, col. 1. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/544189. Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL, Decreto n. 5573, de 21 de março de 1874. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1874** - vol. 001, p. 209, col. 1. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/408832/publicacao/15779614 Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL, Decreto nº 146, de 18 de Abril de 1891. **Coleção de Leis do Brasil**. Vol. 1 pt. II, 1891, p. 320. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-146-18-abril-1891-519192-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Torna%20extensivo%20%C3%A1%20Guarda%20Nacional,Guarda%20Nacional%20do%20districto%20federal. Acesso em: 08/11/2020.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. Lei de criação da Guarda Nacional e na qual dispões de suas atribuições. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Vol. 1 pt, 1831 p. 49. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html Acesso em: 20/10/2020.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. Diretoria Geral de Estatística. Typografia Comercial, Rio de Janeiro, 1876.

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterrâneo y el mundo mediterrâneo a la época de Felipe II**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BRESSAN, Raquel. Interaciones de la política local, regional y nacional em la formación de la red vial en el Litoral. In.: SCHMIT, Roberto; ALABART, Mónica [et.al.]. **Caudillos, politica e instituiciones em los Orígenes de la Nación Argentina**. 1ª ed. Los Polvorine: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015, p. 193-214.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: AnnaBlume, 2007.

BRITOS, Orlando: **Alemanes del Volga**: el pueblo que emigró dos veces, Municipalidad de Crespo, Entre Ríos, 1996.

BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, ano 3, n. 1 a 3, 1874, p. 90.

BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, Rio de Janeiro, ano 3, n.4 a 7, 1874, p. 204.

BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, Rio de Janeiro, ano 3, n.4 a 7, 1874, p. 205

BOLETIM do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil: Jornal Offical da Maçonaria Brazileira, ano 5, n. 5 a 8, mai./ago. 1876, p. 36.

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Irmão José Otão, PUCRS, 2016.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOUCINHA, Cláudio Antunes. A história das charqueadas em Bagé (1891-1940) na literatura. **Dissertação (Mestrado em História)**. Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGH-PUC/RS, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre. La noblesse d'etat: grandes écoles et espirit de corps. Paris: Éditions du Minuit, 1989. *Apud* RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

BOURLÈS, Renaud; HENRLET, Dominique. Qu'est-ce que la théorie des jeux?. In: BOURLÈS, Renaud; HENRLET, Dominique. **Théorie des Jeux**. Marseille: Centrale Marseille, 2017, p. 2-5. Disponível em: http://renaud.bourles.perso.centrale-marseille.fr/Cours/Theorie_des_jeux.pdf acesso em: 20/11/2020.

BUCHBINDER, Pablo. **Caudillos de Pluma y Hombres de Accion: Estado y Politica en Corrientes en Tiempos de la Organizacion Nacional.** Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2004.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã. Um estudo das elites no século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAETANO, Gerardo. **Historia conceptual. Voces y conceptos de la politica oriental (1750-1870)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013 p. 197-213.

CAETANO, Gerardo (dir/coord). **Uruguay: reforma social y democracia de partidos 1880-1930.** Tomo II. Montevideo: Planeta, 2016.

CAGGIANI, Ivo**. Rafael Cabeda**: símbolo do federalismo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CAGGIANI, Ivo. **Sant´ana do Livramento - 150 anos de história.** vol. 3. Santana d Livramento: Museu Folha Popular, 1986.

CAMPELLO, João Chaves. **Fala de abertura da segunda sessão da 17ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1878.

CANCIANI, Leonardo; MUGGE, Miquéias. Estado, militarización y frontera. La Guardia Nacional em las provincias de Rio Grande do Sul (Brasil) y Buenos Aires (Argentina). In: FLECK, Eliane C. Deckmann; REGUERA, Andrea (Dir.). Variaciones en la comparación. Procesos, instituciones y memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina (ss. XVII-XX). **Ediciones del CESAL**, Tandil: UNCPBA, 2014, p. 99-142.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARASA, Pedro Soto. La recuperacion de la Historia Politica y la prosopogafia. In: CARASA, Pedro Soto (Org.). **Elites: prosopografia contemporânea**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994. p. 41-51.

CARASA, Pedro Soto (Org.). **Elites: prosopografia contemporânea**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLLI, Hector. **Os métodos da história**. 5. ed. Rio de Janeiros: Graal, 1990.

CARNEIRO, David A. S. **O Paraná e a Revolução Federalista**. São Paulo: Atena, 1944.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **A identidade inacabada**: o regionalismo político no Rio grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **De volta a fronteira - uma incursão aos fundamentos da cultura política sul-rio-grandense referente ao século XIX: A infiltração rio-grandense no estado oriental e a formação da identidade política regional**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, Biblioteca Irmão José Otão – PUCRS, 2003.

CARONE, Edgar. **A República Velha I**: instituições e classes sociais (1889-1930). 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

CARONE, Edgard. **A República Velha II**: A Evolução Política (1889-1930). 4ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

CARROT, Georges. **La Garde nationale (1789-1871), Une force politique ambiguë**. Paris, L'Harmattan, 2001. *Apud* DUPUY, Roger. La Garde nationale: du déni historiographique à la nécessité d'un nouveau questionnement. In: BIANCHI, Serge; DUPUY, Roger (dir.). **La Garde nationale entre Nation et peuple en armes: Mythes et réalités, 1789-1871**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006, p. 15-24. Disponível em: https://books.openedition.org/pur/16598 Acesso em: 08 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo. Federalismo y centralización em el Império Brasileño: história y argumento. In: CARMAGNANI, Marcelo. **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 51-80.

CARVALHO, José Murilo. Ciudadania, política y formación de las naciones. In: SABATO, Hilda (Coord.). **Perspectivas históricas de América Latina**. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999, p. 321-341.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Mario Teixeira. **Nobiliário sul-rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: EDIGAL, 2011.

CASA CIVIL PARANÁ. Biografia de João Menezes Doria. Disponível em: https://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Joao-Menezes-Doria . Acesso em: 10/10/2021.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 45-59.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CASTELLO, Antonio Emilio. **Novíssima Historia de Corrientes**. Tomo II, 1ª Ed. Corrientes, Argentina: Moglia Ediciones, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª Edição. Brasília: Editora da UNB, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (Org). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 41-53.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea. In: HEINZ, Flavio M. (Org). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-40.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 1988.

CHASTEEN, John Charles. Background to Civil War: The Process of Land Tenure in Brazil's Southern Borderland, 1801-1893. **The Hispanic American Historical Review**, v. 71, n. 4, nov. 1991, p. 737-760.

CHASTEEN, John. **Fronteira Rebelde**: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHAVES, Larissa Patron. **Assistência e Poder**: as Sociedades de Beneficência nos municípios do Extremo Sul do Rio Grande no Século XIX. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.7, jul./dez. 2012, p. 1-18.

CHIARAMONTE, José Carlos. La cuestión regional en el proceso de gestación del estado nacional argentino. In: CHIARAMONTE, José Carlos.. **Mercaderes del litoral**: economia y sociedade em la província de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: FCE, 1991. p. 21-56.

CHIARAMONTE, José Carlos. El federalismo argentino em la primera mitad del siglo XIX. In: CARMAGNANI, Marcelo (Coord.). **Federalismos latino-americanos**: México, Brasil, Argentina. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 81-132.

CHIARAMONTE, José Carlos. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. **Estudios Sociales**. Ano XVIII, n. 35, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, 2008, p. 7-21.

CHIARAMONTE, José Carlos. La antigua constitución luego de las independencias, 1808-1852. In: NOVALES, Ana Frega; PADOIN, Maria Medianeira Padoin; KÜHN, Fábio; BRAVO, María Celia; TEDESCHI, Sonia Rosa (Org.). **História, regiões e fronteiras**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012, p. 9-48.

CHILE, Período 1833-1891. **Historia Política**. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/hitos_periodo/detalle_periodo.html?filtros=1,2,3,4,5,6&per=1833-1891&pagina=4&K=1 Acesso em: 15/10/2019.

CHRISTILLINO, Cristiano Luis. **Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

COLUSSI, Eliane. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada**: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a História. **O historiador e suas fontes**. 1. ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 251-280.

CORONEL, Dionísio. **Relacion de hacendados más notables del departamento de Cerro Largo**, 5ª,6ª e 7ª sección. Archivo y Museo Historico Nacional: Montevidéu, Uruguai, 1856.

CORRÊA, Carlos Humberto. O governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil em Santa Catarina, 1893-1894. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 2, 1984, p. 55-67.

CORRÊA, Carlos Humberto. **Militares e civis num governo sem rumo**: o Governo Provisório no sul do Brasil (1893-1894). Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

CORTINA, Manuel Suárez. **Federalismos**: Europa del sur y América Latina en perspectiva histórica. Grananda, España: Editora Comares, 2016.

COSER, Ivo. O Conceito de partido no debate político brasileiro 1820-1920. **Ler História**, Lisboa, n. 67, p. 107-127, 2014.

COSTA, Dídio. **Almirante Luis Felipe Saldanha da Gama.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha/ Seção de História, 1944.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

COSTA Marcus Vinicius. **A Revolução Federalista de (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos Liberal-Federalistas**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9742/marcos.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 mai. 2018.

COSTA, Marcus Vinícius. **Nação, contrabando e alianças políticas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX: relações transfronteiriças entre as comunidades de São Francisco de Borja e Santo Tomé (2013)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

COUTINHO, Albino José Ferreira. **A marcha da Divisão do Norte**. 2ª Ed. Porto Alegre: Edigal, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da; FRANCO, Juan Hernández (Org.). Famílias e práticas sociais. Entre modelos comuns e percursos específicos. In: **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**: Elementos para uma História Comparativa/Elementos para una História Comparada. Évora: Publicações do Cidehus, 2010, p. 4-13. Disponível em: http://books.openedition.org/cidehus/5319. Acesso em: 9 jan. 2019.

DALLA CORTE, Gabriela (Comp.). **Lugares para la história espacio, historia regional y historia local em los estúdios contemporâneos**. Rosario, Argentina: UNR Editora, 2001, p. 91-117.

DEBENEDETTI, E. La ciudad de La Plata y los hechos revolucionarios de 1893. **Trabajos y comunicaciones,** *vol. 21, 1972, p. 59-82* 21, p. 59-82.

DEDIEU, Jean Pierre. Las elites: famílias, grupos, territorios. **Bulletin Hispanique**, tome 97, n. 1, 1995, p. 13-32.

DEL SOLAR, Felipe. **Masones y Sociedades Secretas**: redes militares durante las guerras de independencia en América del Sur. Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM, n.19, 2010 p. 1-10.

DEL VALLE, Gabriel Enrique. **Genealogía del 1er. gobernador, Juan José Fernández Blanco**. Descobrir Corrientes: la enciclopédia virual correntina. Disponível em: http://descubrircorrientes.com.ar/2012/index.php/historia-desde-1814-hasta-la-guerra-de-la-triple-alianza/de-fernandez-blanco-a-atienza-ordenamiento-estadual-1821-1837/3653-juan-jose-fernandez-blanco-gobernador-1821-1824/genealogia-del-1er-gobernador-juan-jose-fernandez-blanco/2841-genealogia-del-1er-gobernador-juan-jose-fernandez-blanco. Acesso em: 11/10/2021.

DE PAULA, Débora Clasen de. **Família, Guerra, política, negócios e fronteira: os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2019

DE RAGUCCI, Olga. **Aristóbulo del Valle en los Orígenes del radicalismo**. Buenos Aires: Centro Editor de America latina, 1987.

DEPARTAMENTO DE HACIEDA, **Registro oficial de marcas de haciendas de la Província de Corrientes**. Corrientes: Talleres Gráficos de Teodoro Heinecke, 1904.

DIAS, Marcelo Henrique. Geografia comercial e influência platina no Rio Grande do Sul na transição entre os séculos XIX E XX. **Biblos**, Rio Grande, n. 10, 1998, p. 97-106.

DIAS, Marcelo Henrique. O Rio Grande do Sul no circuito comercial platino: permanência ou desarticulação durante a 1ª República. **Dissertação (Mestrado em História)**. UNISINOS, São Leopoldo: 2006.

DIENSTBACH, C. **A Maçonaria gaúcha**: história da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul. 1. ed. Londrina: A Trolha, 1993.

DJENDEREDJIAN, Julio Cezar. Producción agrária y sociedade desde Corrientes y Entre Rio a Rio Grande do Sul, fines del siglo XVIII y cominezos del XIX: algunas reflexiones comparativas. In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR, Ronaldo (Org.). **Histórias regionais do Cone-Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 71-102.

DOBKE, Pablo Rodrigues; ANDRADE, Gustavo Figueira. Territórios e relações sociais de poder na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai: os casos dos generais Joca Tavares e Aparício Saraiva. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n. 155, p. 43-60, dezembro de 2018.

DOBKE, Pablo Rodrigues. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder: o caso de Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai (1896-1904)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgh/wp-content/uploads/sites/510/2019/01/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Pablo-Rodrigues-Dobke-2015.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

DOCCA, Souza. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Estabelecimento Central de Mmaterial de Intendência, 1939.

DONGHI, T. H. El Surgimiento de los caudillos en el cuadro de la sociedade rio-platense posrevolucionaria. **Estúdios de Historia Social**, ano 1, n. 1, Facultad de Filosofía y Letras, p. 121-149, oct. 1965.

DOURADO, Ângelo. **Narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

DOLHINKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. Porto Alegre: Editora Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação na política no Império. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, jul. 2011, p. 1-32. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/.../1300648001_ARQUIVO_OgovernorepresentativonoBras. Acesso em: 25 mai. 2018.

DONGHI, Tulio Halperín. **Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente em la Argentina criolla**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92493. Acesso em: 25 jun. 2018.

DOURADO, Ângelo. **Narrativa da Revolução de 1893.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

DUARTE, María Amalia. **Prision, Exilio y Muerte de Ricardo López Jordán**. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1998.

DUPUY, Roger. La Garde nationale: du déni historiographique à la nécessité d'un nouveau questionnement. In: BIANCHI, Serge; DUPUY, Roger (dir.). **La Garde nationale entre Nation et peuple en armes: Mythes et réalités, 1789-1871**. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2006, p. 15-24. Disponível em: https://books.openedition.org/pur/16598 Acesso em: 08 jun. 2021.

ENNE, A. L. S. Conceito de redes e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24452/15165?journal=ci. Acesso em: 25 set. 2020.

ERICH POENITZ, Alfredo J**. La ocupación espacial del Departamento de Concordia** (1810-1880).

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. **Ciudadanos Imaginarios**: memorial de los afanes y desventuras de la virtude y apologia del vicio triunfante em la República Mexicana. Tratado de moral pública. 1ª Edição. México, D.F.: El Colégio de México, 2009.

ESCOBAR, Wenceslau. **Apontamentos sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ESQUIVEL, Ricardo Martínez. Prosopografía y redes sociales:notas metodológicas sobre el estudio de la Masonería em Costa Rica. **REHMLAC**, v. 7, n. 2, dec./abr. 2015, p. 1-27.

ETCHECHURY BARRERA, Mario. Una Guerra en busca de sus autores: algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el Río de la Plata (1835-1845). **Illes i Imperis**, n. 15, 2013, p. 75-100.

ETCHECHURY BARRERA, Mario. Aventureros, emigrados y cosmopolitas. Hacia uma historia global de las guerras en el Rio de la Plata (1836-1852). **PolHis**, año 10, n. 20, Jul.-dec. 2017, p. 21-52.

ETCHECHURY BARRERA, Mario. De “compañeros de armas” a “suizos vendidos”. Las alternativas de la emigración político-militar argentina en el Estado Oritental del Uruguay (1838-1846). **Quinto Sol**, v. 23, n.1, ene.-abr. 2019, p. 1-21

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. **Inventário Cultural de Bagé**: um passeio pela história. Bagé: Evangraf, 2005.

FAGUNDES Cristiane Kutianski Marchis. **Proposição de projeto cartográfico para representação de redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Geodésicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26049/dissertacao-Cristiane_K_M_Fagundes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 mai. 2018.

FALCON, Francisco. História e poder. In. CARDOS, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-90.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 229-246.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FARINATTI, L. A. E.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, F. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FARINATTI, Luís Augusto; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c.

1844). **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 18 mai. 2017.

FEE, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. **Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.

FÉLIX, Loiva Otero. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o município de "Silveira Martins": memória, identidade e patrimônio**. (Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Santa Maria, RS: PPGH/UFSM, 2011.

FERRARI, Marcela. Prosopografía e história política: algunas aproximaciones. **Antíteses**, v. 3, n. 5, jan./jun., 2010, p. 529-550. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses. Acesso em: 18 mai. 2017.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (Século XX e XIX)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95358. Acesso em: 25 mai. 2018.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Mariluci. Prestes Guimarães, 1º Presidente da Província. LECH, Osvandré (Org.). **150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo**. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 112-114.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. O conceito de revolução na História dos Conceitos: um percurso em Portugal, 1750-1870. In: PEREIRA, Miriam Halpern; CARVALHO, José Murilo de; Vaz, Maria João; RIBEIRO, Gladys Sabina (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, 2012.

FERNÁNDEZ SALDAÑA, José. **Diccionario uruguayo de biografias**, 1810-1940. Montevideo: Editorial Ameríndia, 1945.

FÉRTIG, André. De general a visconde: José Antônio Correa da Câmara na Campanha da Cordilheira E na caçada final a Solano López. **RevistaTerritórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.12, n.2, ago./dez., 2019, p. 33-50.

FÉRTIG, André. De General Câmara a Visconde de Pelotas: um militar na política após a Guerra do Paraguai. **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, no 31, 2020, p. 83-96.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. Arthur Antunes Maciel. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maciel-artur-antunes. Acesso em: 3 fev. 2019.

FIDEL LÓPEZ, Vicente. Manual de la Historia Argentina. Buenos Aires: Libreria de la Facultad, 1910, p. 359, 394-453. *Apud* FRADKIN Raúl. **La historia de una montonera**: bandoleirismo y caudillismo em Buenos Aires, 1826. 1ª Edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006, p. 17.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP; FAPESP, 2001.

FLORES, Moacyr. (Org.) **1893-95:** a Revolução dos maragatos**.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FLORES, Mocyr; FLORES, Hilda H. **Rio Grande do Sul**: aspectos da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FLORES, Élio Chaves. **No tempo das degolas:** revoluções imperfeitas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks Conceptual Clarification. **Social Networks**, n. 1, 1978/79, p. 215-239. Disponível em: http://www.leonidzhukov.net/hse/2018/sna/papers/freeman79-centrality.pdf Acesso em: 25/11/2020.

FONTTES, Carlos; VIEIRA, Yara Maria Botelho. **As estâncias contam história. Bagé**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

FONSECA, Maria Angela Peter. Presença alemã em Pelotas-RS, século XIX: estratégias de resistência à assimilação cultural. **X ANPED SUL**, Florianópolis, out., 2014, p. 1-16.

FORS, Luis Ricardo. **1893 levantamiento, revolución y desarme de la província de Buenos Aires.** Buenos Aires: Imprenta de Obra de J. A. Berra, 1895.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos**. Presença lusa na formação sul-rio-grandense. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FRADKIN Raúl. **La historia de una montonera**: bandoleirismo y caudillismo em Buenos Aires, 1826. 1ª Edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

FRADKIN Raúl. Las formas de hacer la guerra en el litoral riolatense. In: BANDIERI, Susana et al. **La historia econômica y los procesos de independência en la América hispana**. 1ª Ed. Buenos Aires: Promoteo Libros, 2010, p. 167-214.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O partido federalista. In: GOLIN, Tau; et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão – 1790-1833**. Porto Alegre: Evangraf, 2ª edição, 2007b.

FRANCO, Sérgio da Costa; ROZANO, Mário (Org.). **Dicionário de Política do Rio Grande do Sul, 1821-1937**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FRANCO, S. da C. **A Guerra Civil de 1893**. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Edigal, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. DAL FORNO, Rodrigo; LAPUENTE, Rafael Saraiva (Orgs.). C**lássicos da História Política: O Rio Grande do Sul e a Primeira República**. Recurso On-line. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=9tusDwAAQBAJ&pg=PT27&lpg=PT27&dq=ulysses+reverbel&source=bl&ots=RhZ9_GNV6z&sig=ACfU3U3iNnC9rrJz8nU1eLg1n0VxZO-rLg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiq6aSnv4bqAhX3H7kGHaHJC8kQ6AEwD3oECAsQAQ#v=onepage&q=ulysses%20reverbel&f=false Acesso em: 14 ago. 2020.

FUENTE, Ariel de la. Gauchos, Montoneros y Montoneras. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillos Rioplatenses**: nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: EUDEBA, 1998. p. 267-292.

FUNDAÇÃO de economia e estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul-Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre, 1981.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testemunhas e inventários: a morte como testemunho. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 93-119.

FOLETTO, Arlene Guimarães. **No rodeio das relações: três trajetórias de famílias abastadas no oeste da Província do Rio Grande de São Pedro (segunda metade dos oitocentos)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71935/000879185.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 mai. 2018.

FONSECA, P. C. D. A Revolução Federalista: uma interpretação. In ALVES, F.; TORRES, L. H. (Org.). **Pensar a revolução federalista**. Rio Grande: Universidade de Rio Grande, 1993, p. 23-25.

GALLO, Claudio. **"Claroscuros" de la Historia Argentina**. Buenos Aires: Editora Dunkan, 2014.

GALLERO, María Cecilia. Las particularidades de la inmigración brasileña en la Argentina**. Cadernos OBMigra,** v.2, n.1, 2016, p. 125-155.

GALMÉS, Héctor. **Correspondencia familiar e íntima de Eduardo Acevedo Díaz (1880-1898)**. Biblioteca Nacional del Uruguai, 1979.

GALLO, Ezequiel. **Colonos en armas. Las revoluciones radicales en la provincia de Santa Fe** (1893). Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

GALLO, Ezequiel. **Alem: federalismo y radicalismo**. 1ª Edição. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

GALVÃO, W. N.; GOTLIB, N. B. (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARAVAGLIA, Juan Carlos; GELMAN, Jorge. Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la bistori« rural platense (1750-1850). **Historia Agraria**, n. 15, 1998, p. 29-50.

GARCIA, Gabriela Bonassa. **Terra, Trabalho e Propriedade: a estrutura agrária da Campanha Rio-grandense nas décadas finais do Período Imperial (1870-1890)**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: PPGH/UFF, 2010.

GERTZ, René. Revolução de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: POSSAMAI, Zita. **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 43-50.

GIL, Tiago; VILLA, Carlos Valencia. **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em história. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

GIL, Tiago**. Infiéis transgressores**: elites contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (Org.). **Caudillismos rioplatenses**: Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998,

GOLDMAN, Noemí; TERNAVASIO, Marcela. Construir la República: semántica y dilemas de la soberanía popular en Argentina durante el siglo XIX. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 11-19, jun. 2012.

GOLIN, Tau. A Província Jesuítica do Paraguai, a Guerra Guaranítica e a destruição do espaço jesuítico-missioneiro. In: RADIN, Jose Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015, p. 73-91.

GÓMEZ, Hector Billinghurst. Registro Oficial de Marcas da Hacienda de la província de Corrientes. Corrientes: Talleres Graficos de Teodoro Heinecke, 1904.

GOMES, Ângela de C. (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMES, Ângela de C. **Em família**: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GOMES, Ângela de C. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar. La "sociabilidade" y la historia. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. In: PANI, E; SALMERÓN, A. (Coord.). **Conceptuar lo que se ve**. François Xavier Guerra, historiador. Homenaje. México: Instituto Mora, 2004. p. 419-460. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/24082. Acesso em: 10 mai. 2019.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAN LOJIA de la Argentina de Libres y Aceptos Masones: http://www.masoneria-argentina.org.ar/novedades-y-eventos/88-garibaldi-e-yrigoyen

GRAN LOJIA de la Argentina de Libres y Aceptos Masones: http://www.masoneria-argentina.org.ar/novedades-y-eventos/87-alem-y-peron

GRIBAUDI, Maurizio (Org.). **Espaces, temporalités, stratifications. Exercises sur les reséaux sociaux**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1998.

GRIMSON, Alejandro. **La Nación en sus límites**: contrabandistas y exilados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

GUASINA, Luís Sena. **Diário da Revolução Federalista: 1893-1895**. Porto Alegre: AHRGS/ EST Edições, 1999.

GUEDES, Antonio J. T. **Breve História da Maçonaria em Bagé. Trabalho apresentado na Loja Maçônica Sigilo nº 14, em 02/04/1996**. Apud GUEDES, Berenice Lagos. História da educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: algumas imbricações, contradições e paradoxos (1901/1970). Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Ferreira Prestes. **A Revolução Federalista em cima da Serra**: apontamentos históricos da Revolução Civil no Rio Grande do Sul, 1982-1895. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVAHO, J. M. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95-122.

GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/132860. Acesso em: 25 jun. 2018.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 251-262.

GRIMSON, Alejandro (Compilador). **Fronteiras, nacionalidades e identidades**. La periferia como centro. Buenos Aires: CICCUS, 2000.

GUAZZELLI, Cézar. **O horizonte da Província:** a República Rio-grandense e os caudilhos do Prata (1835-1845). Porto Alegre: Linus, 2013.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: Os homens, suas redes de relações s suas mercadorias semoventes (C.1727-C.1763).** Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
HAMEISTER, Martha. Notas sobre a construção de uma "identidade açoriana" na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 53-101, jan./dez. 2005, p. 53-101.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago. Fazer-se elite no extremo Sul do Estado do Brasil: uma obra dividida em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Organizadores). **Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites na Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos (XVII e XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 265-310.

HAMILTON, Mariano. **Masones argentinos**. 6ª Ed. Buenos Aires: Planeta, 2019.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. **Confins**, n. 5, 2009, p. 1-24. Disponível em: http:// confins.revues.org/index5724.html. Acesso em: 14 mai. 2019.

HASSLOCHER, Germano. **A verdade sobre a Revolução**. Porto Alegre: Livraria Mazeron, 1894.

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco***:* as fronteiras nacionais e o isolamento argentino. Joaçaba: Edições UNOESC, 2003.

HERRERA, Mario. **El coronel Blanco de la tradición Radical (1856-1919)**. Buenos Aires: Talleres Graficos Argentinos, 1930.

HERRERA, Jorge Hugo Vegas. **Bernardo de Irigoyen**. **Los Diplomáticos**. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, n. 19, Ago.,2002 p. 1-67. Disponível em: http://www.cari.org.ar/pdf/diplomaticos19.pdf Acesso em: 17/04/2021.

HEINZ, Flavio M. (Org.). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEINZ, Flavio M. **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: OIKOS, 2012.

HEINZ, Flavio M. (Org.). Driblando Escalas: nota sobre a comparação histórica dos regimes batllista (Uruguai, 1903-1933) e castilhista (Brasil: RS, 1891-1930). In: HEINZ, Flavio M. **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: OIKOS, 2012. p. 61-90.

HEREDIA, E. O Cone Sul e a América Latina: Interações. In: CERVO, A.; RAPOPORT, M. (Org.). **História do Cone Sul**. Brasília: Ed. UnB, 1998. p. 118-160.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

HIRSCH, Leonardo. Entre la "revolución" y la "evolución". Las movilizaciones del Noventa. **PolHis**, ano 5, n.9, 2010, p. 156-170.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOFFNAGEL, Marc J. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: a Revolta de Triunfo. **Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. Volume 28, Nº 2, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Fronda Pretoriana. In: _____ (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico: do Império a República**. V. 7, Tomo II, 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 354-401.

HORA, Roy. Autonomistas, Radicales y Mitristas: el orden oligárquico en la provincia de Buenos Aires (1880-1912). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, III, n. 23, 2001, p. 1-32. Disponível em: http://www.unsam.edu.ar/escuelas/politica/centro_historia_politica/material/hora.pdf Acesso: 03/05/2019.

HESPANHA, Antonio Manuel. **Visperas del Leviatan: instituiciones y poder político en Portugal, siglo XVII**. Madri: Ed. Taurus, 1991.

IBGE**. Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Biblioteca IBGE, 1990. p. 117-124.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distritos de Bagé**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/bage.pdf Acessado em: 22/01/2020.

IMÍZCOZ, José Maria Beunza. Comunidad, red social y elites. Una análise de la vertebración social en el Antiguo Régimen. IMÍZCOZ, José Maria Beunza (Dir.). **Elites, poder y red social: las elites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna** (Estado de la cuestión y perspectivas). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del país Vasco, 1996, p. 13-50.

IMÍZCOZ, José Maria. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Facultad de Letras** - História, III Série, volume 5, Porto, 2004.

IMÍZCOZ, José Maria Beunza. Las redes sociales de las elites: conceptos, fuentes y aplicaciones. In.: IMÍZCOZ, José Maria Beunza. **Las élites en la época moderna: la monarquia española**. Córdoba: Servicios de Publicaciones, Universidad de Córdoba, 2009, p. 77-111.

IMÍZCOZ, José Maria Beunza. Redes sociales y correspondencia epistolar: del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **Redes**, Barcelona, v. 21, n. 4, dec. 2011, p. 98-137.

IZECKSOHN, Vitor. A guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 385-424.

IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miqueias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016, p. 1-25. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/2016nahead/1806-9347-rbh-2016v36n73-010.pdf. Acesso em: 10 mai. 2019.

IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2016, vol.36, n.73, pp. 183-207. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n73/1806-9347-rbh-2016v36n73-010.pdf Acesso em: 16/10/2020.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Coronelismo: uma política de compromissos**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os subversivos da República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

JOBIM, Carlos Perrone Junior. **A vida mal vivida: um estudo sobre o diário do soldado Isidoro Virgínio (1889-1898)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194034. Acesso em: 10 jun. 2018.

JORNAL A PRESENÇA ITALIANA NA HISTÓRIA DAS EMPRESAS DE BAGÉ. Edição comemorativa aos 140 anos da Sociedade Italiana de Beneficência em Bagé - Anita Garibaldi. Bagé, 2011.

KEEGAN, John. **A history of warfare**. New York: Vintage Books, 1993.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2014.

KUHN, Fábio. **Gente de Fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LA BLACHE, Pierre Vidal de. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1954.

LADURIE, Emmanuel de. **Montaillou**: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.

LANDÉ, Carl H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT, S. W. et al. **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977. p. 13-38.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, Jacques. Los retornos en la historiografia francesa. **Prohistoria**, año 1, n. 1, 1997, p. 35-44.

LEHNEN, Arno; CASTELLO, Iara Regina; SCHÄFFER, Neiva Otero (Org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994.

LEITE, João Francisco Trein. **Coxilha de São Sebastião**. Bagé: Ediurcamp, 1997.

LEITMAN, Spencer. **Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 103-175.

LEMIESZEK, Cláudio. **Bagé: novos relatos de sua História**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

LEVI, Giovani. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Lucio. Confederação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 10 ed., vol. 1. Brasília: UNB, 1993. p. 218-220.

LEVI, Lucio. Federalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 10ª ed., vol. 1. Brasília: UNB, 1993. p. 218; 475-486.

LEVILLAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 141-184.

LIMA, José Carvalho. **Narrativas militares**: a Revolução do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Casa dos Livros, 2009.

LIMÓN LÓPEZ, Pedro. “De día, trabajando; de noche, passando”. El contrabando como experiencia social y como resistência. **Geopolítica(s)** 2010, vol. 1, núm. 2, 333-345. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/36336/35214 Acesso em: 08/03/2021.

LOJA maçônica José Marti, n.º 168. La masonería argentina y el 130° aniversario de La Plata, Argentina. Disponível em: http://logiajosemarti.com.ar/index.php/2018/12/08/la-masoneria-argentina-y-el-130-aniversario-de-la-plata/. Acesso em: 22/09/2019.

LOPES, José Antônio Dias. **A cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.

LOPEZ, R. A. **Coração de caudilho**: história real de Gumersindo Saraiva na Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

LÓPEZ, Pedro Limón. De dia trabajando, de noche passando. El contrabando como experiência social y como resistencia. **Geopolítica(s)**, vol. 1, núm. 2, 2010, p. 333-345.

LOPES, F. H. Fontes Históricas: desafios, propostas e debates. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 315-322, dez. 2012.

LOPES, Raimundo Hélio. José Cupertino Coelho Cintra. **CPDOC**, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CINTRA,%20Jos%C3%A9%20Cupertino%20Coelho.pdf Acesso em: 03/11/2020.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Bagé sitiada: fotografia e memória da Revolução Federalista de 1893 no sul do Rio Grande do Sul. **ANAIS - 7º SIMP - Seminário Internacional em Memória e Patrimônio**, Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural- PPGMP – UFPel, 2013, p. 172-180. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/ri/2659/5/Bag%C3%A9%20sitiada%20-%20fotografia%20e%20mem%C3%B3ria%20da%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Federalista%20de%201893.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado; ANDRADE, Gustavo Figueira; BRASIL, Luísa Kuhl. **O cerco de Bagé na Revolução Federalista de 1893: História, memória e fotografia**. Paisagens Híbridas: Rio de Janeiro, 2021.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira:** o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 99-122.

LOVE, Joseph L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 77-98.

LUNA, Félix. **Yrigoyen**. 1ª Ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

LUNARDI, Emy Francielly. **Batalha de discursos: o Advento Republicano e a (Re)construção da Política Catarinense nos Jornais Partidários (1889-1898)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93069. Acesso em: 20 mai. 2018.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. **Lista Geral dos Bacharéis e Doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo e dos Lentes e Diretores Efetivos até 1900**, 1900. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64988/67600 Acesso em: 18/10/2020.

MACHADO, Tiago. Revolução Federalista: implicações internacionais. **Revista Semina**, v. 7, n. 1, 2007, p. 1-16.

MAEDER, Ernesto J. A.; GUTIERREZ, Ramon. **Atlas Histórico del Nordeste Argentino**. Resistência, Chaco: Ed. Instituto de Investigaciones Geohistoricas, Universidad Nacional del Nordeste, 1995.

MAGALHÃES, Mario Osorio. (Org.). **A Cidade de Pelotas**. 2º vol., 3ª ed., Pelotas: Armazém Literário, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Unesp/Moderna, 1997.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. Cenário gaúcho. Representações históricas e geográficas. São Paulo: Moderna, 2001. *Apud* VIEIRA, Sidney Gonçalves. As cidades do Prata: Origens da Formação Territorial e Urbana do Extremo Sul do Brasil. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 2, 2013, p. 14. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/795?lang=en Acesso em: 28/04/2021.MAIZTEGUI, **Lincoln Caudillos y Doctores**. Tomo IV. Montevidéu: Editorial Planeta, 2017.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. 1. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 195-222.

MARCHIONI, Marcelo Daniel. Historias provinciales, locales y regionales. Reflexiones acerca de la construcción de los espacios para la interpretación de os procesos históricos em Salta y em NOA. **ANDES**, v. 26, n. 2, 2015, p. 1-16.

MARTIN, Norberto Dreher. **Igreja e germanidade. Um estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. Editora Sinodal/EST/EDUCS, São Leopoldo/Porto Alegre/Caxias do Sul, 1984.

MARTINS, Maria Fernanda. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007a.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Organizadores). **Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites na Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos (XVII e XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b, p. 403-434.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **LOCUS: revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007c, p. 93-122,

MARTINY, Carina. **O chefe político dos mais avançados republicanos: Júlio de Castihos e o processo de construção da República (1882-1903**). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

MATHEUS, Marcelo. **A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870).** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de janeiro: PPGH/UFRJ, 2016.

MENZ, Maximiliano. **Entre Impérios**: formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822). São Paulo: Alameda, 2009.

MOSCA, Gaetano. **Elementi di Scienza Política**. The Ruling Class. Elementi di Scienza Politica. New York, Toronto, London, McGraw-Hill, 1939.

MITCHELL, James Clayde. El concepto y el uso de las redes sociales. In: MITCHELL, James Clayde. **Redes Sociales en Situaciones Urbanas: Análisis de Relaciones Personales en Ciudades de África Central**. Manchester: Universidad de Manchester, 1969, p. 1-50.

MARTINS, Ana Luiza. **Revista em Revista**: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922). 1ª Ed. São Paulo: Editora USP, 2008.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e filosofia da história. Contribuições para o ensino de história**. Curitiba: W.A Editores, 2017.

MARTIRÉN, Juan Luis. **Entre la legalidad y la transgresión. La participación política de los colonos santafesinos (1872 – 1893)**. Monografia (Graduação em Ciências Políticas) Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidade de Belgrano, Buenos Aires, 2005.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. 5. ed. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbart. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo Sul do Império Brasileiro (Província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio

Dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3766. Acesso em: 25 mai. 2018.

MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 12ª ed., vol. 2. Brasília: UNB, 1993. p. 1179-1188.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Bahia, século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval: descrição física e históric**a. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Herval, Prefeitura Municipal, 1980.

MELO Joel de Oliveira; BRÍGIDO, Paulo Augusto da Silva. **Revolta da Armada e Revolução Federalista**: contexto histórico, político e jurídico. Disponível em: http://ufrr.br/direito/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=208:revolta-da-armada-e-revolucao-federalista-contexto-historico-politico-e-juridico-autores-joel-de-oliveira-melo-paulo-augusto-da-silva-brigido-orientador-prof-msc-jose-edival-vale-braga&id=59:2016-1&Itemid=314. Acesso em:14/03/2021.

MENEGAT, Carla. Abastados terratenentes, caudilhos poderosos ou empresários arcaicos: os súditos do Império Brasileiro no Uruguai e a historiografia. **X Encontro estadual de História – ANPUHRS**, 2010, p. 1-13.

MENEGAT, Carla. Os brasileiros e suas estâncias no Estado Oriental do Uruguai (1845-1852): perspectivas de análise. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2013, p. 1-18.

MENEGAT, Carla. **"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do estado oriental do Uruguai. (1845-1835)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MEYERHOFF, Pedro Moreno. Prosopografía y emblemática. **Emblemata**, n. 16, p. 155-182, 2010.

MEZA Rosario Martínez. Guerra Civil de 1891: causas y desarrollo. **Boletín Histórico de la Sociedad de Historia y Geografía de Chile**, Año V, n. XVIII, 2016, p. 89-103.

MITCHELL, J. Clyde. Social Networks, Annual Review of Anthropology. V. 3, p. 279-299, 1974.

MOLINA, Eugenia. Sociabilidad y redes politico-intelectuales: algunos casos entre 1800 y 1852. **Cuadernos del CILHA**, v. 12, n. 14, 2011, p. 19-53.

MORAES, María Inés. **La pradera perdida:** historia y economía del agro uruguayo : una visión de largo plazo, 1760-1970. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

MORAES, María Inés. **Los Hombres, La Tierra y El Ganado**: Una propuesta sobre la ocupación del espacio y la formación de los paisajes agrarios en el Uruguay. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-10.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

MORITZ, G. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul**: parte I e II. Organização de Gunter Axt et al. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2005.

MOREA, Alejandro. El proceso de profesionalización del Ejército Auxiliar del Perú durante as guerras de independência. Quinto Sol, v. 15, n.2, 2011, p. 1-23.

MORAES, María Inés. **Bella Union**: de la estancia tradicional a la agricultura moderna (1853-1965). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto. **Os deutsch-brasilianer em oposição ao PRR: um estudo de caso a respeito dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5934/2/467484%20-%20Texto%20Completo.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

MOURA, Euclydes. **O vandalismo do Rio Grande do Sul**: antecedentes da Revolução de 1893. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia contrabando y auto transformacion de las elites Buenos Aires en el siglo XVII. **ANUARIO del IEHS**, III, Tandil, 1988, p. 213-248.

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Redes y negocios: racionalidade empresaria y consenso colonial em Buenos Aires (Segunda midad del XIX)**. Annales. Histoire, Sciences Sociales, n.2, Paris, 1992. p. 1-35.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Narración y analisis en la observación de vínculos y dinâmicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. **Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA –IEHS, 1995. p. 221-241.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Familia patriarcal o redes sociales: balance de uma imagen de la estratificación social. **Anuário del IEHS**, n.15, 2000, p. 133-151.

MUMBACH, Sandi. **O processo de emancipação de São Miguel das Missões na década de 1980: o patrimônio em disputa**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15920/DIS_PPGHISTORIA_2018_MUMBACH_SANDI.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 jun. 2019.

MUGGE, Miqueias Henrique. **Prontos a contribuir**. Guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. Província do Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo: Oikos/Ed. Unisinos, 2012.

MUGGE, Miquéias. **Senhores da Guerra: Elites militares no Sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional – 1845-1873).** Tese (doutorado) -

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

MUÑOA, Ricardo Marcó. Presencia de lo europeo en Entre Ríos: una sociedad multicultural con identidad local. **Tiempo de gestión**, ano 2, nº. 2, 2006, p. 45-60.

MYSKIW, Antônio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. In: RADIN, Jose Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2015, p. 43-72.

NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

NETTO, José Antônio. **Memórias do general Zeca Netto: episódios das revoluções de 1893 e 1923.** 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2003.

NETO, Jayme Collares. **Os Collares de Bagé**. Disponível em: https://www.familiacollares.com/os-primeiros-collares Acessado em: 04/08/2020.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da Independência (1820- 1822). Rio de Janeiro: Editora Revan, FAPERJ, 2003.

NEVES, Helena; AMARAL, Giana; TAMBARA, Elomar. Os professores como um diferencial competitivo: construção e legitimação do espaço escolar privado de Pelotas-Rio Grande do Sul (1875-1910). **Cadernos de História da Educação,** v. 11, n. 1, jan./jun. 2012, p. 165-188.

NOLL, Izabel; TRINDADE, Hélgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul, 1823-2002.** Porto Alegre: Editora UFRGS/ALERGS, 2004.

NORONHA, Andrius Estevam. O uso da prosopografia para o estudo de elites locais: o caso dos empresários de Santa Cruz do Sul. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos. p. 97-113, 2011.

NOVALES, Ana Frega. La virtude y el poder: la soberania particular de los pueblos em el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (Org.). **Caudillismos rioplatenses**: Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 101-134.

NOVALES, Ana Frega. La integración de los “Pueblos libres”. A propósito del federalismo artiguista. In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo (Org.). **Histórias regionais do Cone-Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 19-28.

O’DONNELL, Fernando O. M. **Aparício Mariense**: contextualização histórica e dados biográficos. Santa Maria: Pallotti, 1983.

OBREGÓN, J. M. Castellanos. El análisis prosopográfico o la comparación como una vía intermedia para explorar críticamente la diversidad en las élites. **Revista de Sociología y Antropología**: **VIRAJES**, n. 18, v. 1, 2016. p. 243-261.

OLIVEIRA, Cândido Pires de. **Alma, Terra e Sangue**. Fragmentos da história das Palmas, Bagé. 2ª Ed. Bagé: S/E, 2011.

OLIVEIRA Marcelo França de. **A trincheira discursiva: escritos políticos de Angelo Dourado em livros e na imprensa Rio-Grandina na formação do Rio Grande do Sul Republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: https://poshistoria.furg.br/images/stories/dissertacoes/tcm-marcelofrana.pdf. Acesso em: 2 jun. 2018.

OLIVEIRA, Leandro. **Nas Veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande Do Sul, c.1790-c.1870)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: tede2.pucrs.br/tede2/.../DIS_LEANDRO_ROSA_DE_OLIVEIRA_COMPLETO.pdf. Acessado em: 31 mai. 2018.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. O Sistema Partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 25. Brasília, jan./ abr. 2018, p 87-132. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n25/2178-4884-rbcpol-25-87.pdf. Acesso em: 05/11/2020.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. História Cultural e práticas sociais. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos da história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. p. 174.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

PALERMO, Eduardo R. **Terra brasiliensis. La región histórica del norte uruguayo en la segunda mitad del siglo XIX**, 1850-1900. Porto Alegre: FCM, 2019.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1943)**: a Bahia na Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

PANIAGUA, Edson. **Fronteira, violência e criminalidade na Região Platina: o caso do município de Alegrete (1852-1864)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale dos Sinos. São Leopldo: UNISINOS, 2003. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1843. Acesso em: 25 mai. 2018.

PANIAGUA, Edson Romano Monteiro. **A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-Rio-grandense (1852-1867)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3296/Edson%20Romario%20Monteiro%20Paniagua.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 mai. 2018.

PARETO, Vilfredo. **Coleção grandes cientistas sociais**, n.43, São Paulo: Ática, 1984.

PASSALACQUA, Eduardo H. Homenaje a la Revolución del Parque. **Conferencia en Talleres de la Juventud Radical de la Capital Federal**, Julio de 1990.

PEDROSA, Fernando Velôso Gomes. Regimentos e Batalhões, Brigadas e Divisões: organização e denominação das unidades militares ocidentais através dos tempos. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 52, janeiro/abril 2021, p. 39-60.

PEREIRA, Octacílio. **Ligeiros traços Biográficos do Ex. Sr. Barão de Santa Tecla**. Pelotas: Tipografia da Opinião Pública, 1901.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Ledir de Paula. **Elites políticas e a construção dos estados federativos na Primeira República em perspectiva comparada: São Paulo e Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2015.

PEREIRA, Alessandro de Almeida. **Processo de formação dos Partidos Políticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1845-1862).** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021

PERES, Eliane Teresinha. **Templo de luz**: os cursos noturnos masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **A participação política de Imigrantes Alemães no Rio Grande do Sul: Os Brummer Kahlden, Hanesel, Koseritz e Ter Brüggen, 1851-1881**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

PIAZZA, Walter. Governo Revolucionário do Desterro. **Novos estudos jurídicos**, ano V, n.8, abr. 1999, p. 81-84.

PICCOLO, Helga Iracema L. **Vida Política no Século XIX**: da descolonização ao movimento Republicano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio grande do sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. das N.; TORRES, L. H. (Org.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993. p. 65-82.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Religião e participação política. In:_____ (Org.). **A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p. 57-68.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo (Org.). **Histórias regionais do Cone-Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 29-44.

PINTO, Céli. Regina. **O Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Genivaldo Gonçalves. A Província na Guerra do Paraguai. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.). **Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 97-124.

PINZÓN, Ivonne Suaréz. El "análisis de redes sociales" una herramienta para el estudio de la sociabilidad y una metodología para el análisis estructural. **Cambios y permanências**, n. 5, dez., p. 242-287, 2014.

PIRES, Antonio Candido Silveira. **Palmas da Gente, guardados da memória**. Famílias palmenses, anotações genealógicas. Bagé: Ediurcamp, 1992.

PIVEL DEVOTO, Juan. **Historia de los partidos políticos en Uruguay**. Montevideo: Camara dos Representantes, 1994.

PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN, Eduardo dos Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O continente em armas:** uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 69-96.

POMBO, Renan Martins. **Generalização Cartográfica para a representação e análise de redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciência Geodésicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26172/disserta%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 abr. 2019.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1917.

POSSAMAI, Zita (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo local na vida política e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RABINOVICH, Alejandro. **La societé guerrière. Pratiques, discours et valeurs militaires dans le Rio de la Palta**, 1806-1852. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2013.

RABINOVICH, Alejandro. De la historia militar a la historia de la guerra. Aportes y propuestas para el estudio de la guerra en los márgenes. **Corpus**, v. 5, n. 1, Enero / Junio 2015a, p. 1-6.

RABINOVICH, Alexander ; ZUBIZARRETA, Ignácio. A modo de introducción: Clausewitz a caballo (o hacia una teoría de la guerra y la política aplicada al Río de la Plata). **Foros de Historia Politica**, 2015b, p. 1-15. Disponível em: https://www.academia.edu/13444465/_Clausewitz_a_caballo_o_hacia_una_teor%C3%ADa_de_la_guerra_y_la_pol%C3%ADtica_aplicada_al_R%C3%ADo_de_la_Plata_ Acesso em: 10 mai. 2019.

RABINOVICH, Alejandro; MCEVOY, Carmen (Editores). **Tiempo de guerra**: Estado, nación y conflicto armado en el Perú, siglos XVII-XIX. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2018a.

RABINOVICH, Alejandro. El cuerpo, las armas y el combate: havia uma antropologia histórica de la guerra. **Diferencia(s), Revista de teoría social contemporánea**, 2018b, p. 86-110. Disponível em: https://www.academia.edu/37469281/El_cuerpo_las_armas_y_el_combate._Hacia_una_antropolog%C3%ADa_hist%C3%B3rica_de_la_guerra. Acesso em: 10 mai. 2019.

RAGUCCI, Olga N. Bordi de. **Aristóbulo del Valle em los Orígenes del Radicalismo**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1987.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos. **O teatro da sociabilidade**: um estudo dos clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850/1930. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre: PPGH UFRGS, 2000.

RAMOS MEJÍA, José. Las multitudes argentinas. Buenos Aires: Marymar, 1999, p. 123-124. *Apud* FRADKIN Raúl. **La historia de una montonera**: bandoleirismo y caudillismo em Buenos Aires, 1826. 1ª Edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006, p. 18-19.

REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do Estado**. 5. Ed. Rev. São Paulo: Saraiva, 2000.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a Revolução além da fronteira. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-76.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **O Uruguai conflagrado**: blancos x colorados e o preâmbulo da Revolução de 1897. Estudios Historicos, Ano IV, n.9, Dez. 2012, p. 1-9.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Fronteiras fluídas: Rio Grande do Sul e a Banda Oriental no processo de fixação de limites. **História: Debates e Tendências**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2015,

p. 429-440. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.15n.2.5650. Acesso em: 9 jan. 2019.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. A região como protagonista nas relações internacionais. In: HEINSFELDT, Adelar; RECKZIEGEL, Ana Luiza (Org). **América de múltiplas regiões**. Passo Fundo: Ed. UPF, 2016. p. 114-127.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REGUERA, Andrea. Las relaciones epistolares de Juan Manuel de Rosas en el destierro (1852-1877): Amistad, abandono y lamento. **História Unisinos**, v. 20, n. 3, p. 365-374, 2016.

REIS, Jorge. **Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé**. Bagé: Tipografia do Jornal Correio do Povo, 1911.

REIS, Jorge. **Homens do Passado.** Bagé: Ed. URCAMP, 1983.

REICHEL, Heloísa; GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e guerras no Prata**. Atual Editora, 1995.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, 441-454.

REQUENA SANTOS, Félix. El concepto de redes sociales. **Reis**, n.48, 1989, p. 137-152.

REQUENA SANTOS, Félix (ed.) **Análisis de redes sociales**: Orígenes, teorías y aplicaciones. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REVERBEL, Carlos Eduardo Dieder. **A revolução federalista e o ideário parlamentarista**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-21012015-085452/pt-br.php. Acesso em: 25 mai. 2018.

REYES, Francisco.¿Virtud cívica o política facciosa? El lugar de las revoluciones radicales en la cultura política de fin de siglo. Santa Fe, 1893. **5° Jornadas de Jóvenes Investigadores - Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Buenos Aires**, 2009, p. 1- 21.

REYES, Francisco. **Armas y política en la construcción de un partido las revoluciones de la Unión Cívica Radical de 1893 y 1905 en la Provincia de Santa Fe.** Monografia (Licencitura em História). Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad del Litoral, Santa Fé, 2010.

REYES, Francisco. La revolución como mito, la regeneración como promesa. Ideas-Fuerza em los Orígenes de la Unión Cívica Radical. **Ariadna histórica. Lenguaje, conceptos, metáforas**, n.4, 2015, p. 117-146.

RIO GRANDE DO SUL, Constiuição (1891). **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**, 14 jul. 1891. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=oknlkK_3Etc%3d&tabid=3107 Acesso em: 18 jan.2021.

RHEINGANTZ, Carlos, G. **Famílias primeiras de Bagé**. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

RODRÍGUEZ, Ricardo Velez. **Castilhismo**: uma filosofia da república. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

RODRIGUES, Eduardo Contreiras. **Estácio Azambuja**. Ensaio Biográfico. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

RODRÍGUEZ, David; FLORES, Soraya. La colonización agrícola en Entre Rios: la Experiencia de la colonización de Ejidal, 1870-1890. **DIALNET**, Universidade de La Rioja, v. 6, nº 16, 2006 p. 137-162

RODRIGUES, M. A. de L. **Uma fronteira em integração: o papel da Paróquia de São Patrício de Itaqui na fronteira Oeste da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, 1850-1870**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: PPGH-UFSM, 2014.

RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e Território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA**, n. 2, dez. 2015, p. 139-157. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/.../8646/ Acessado em: 18 mai. 2018.

ROSA, Cibele Carolina da. **Açorianos e suas estratégias de Inserção socioeconômicas no povoamento do sul da América Portuguesa (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós Graduação em História - UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

ROSSATO, Mônica. **Relações de poder na região fronteiriça platina: Família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9651/ROSSATO%2c%20MONICA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 mai. 2019.

ROSSATO, Monica; PADOIN, Maria Medianeira. A base fronteiriça na trajetória de Gaspar Silveira Martins. **Travesía,** Suplemento. VII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras. Tucuman: AUGM, 2016, p. 99-111.

ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins e a Revolução Federalista (1893-1895): que federalismo é esse?** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

ROUSTAN, Honoré (Dir.). **Anuário Estadístico da República Oriental do Uruguai de 1895**. Dirección de Estadística General. Montevideo: La Nación, 1896.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. **O Partido Federalista na Primeira República brasileira: imprensa e discursos parlamentares**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7063/2/TES_EDUARDO_ROUSTON_JUNIOR_COMPLETO.pdf. Acesso em: 25 mai. 2018.

RUBERT, Arlindo. **A história da Igreja no Rio Grande do Sul**. Vol. 2. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

RUTGÉ, P. **Historia de la Revolución Radical y del ministério del Valle**. Buenos Aires: Imprenta, Encuardenación y Fábrica de Libros Comerciales de Rutgé Hos., Buenos Aires, 1993.

SABATO, Hilda. "Resistir la imposición": revolución, cidadania y República e la Argentina de 1880. **Revista de Indias**, v.LXIX, n. 246, 2009, p. 159-182.

SABATO, Hilda. Citzens in Arms. In: SABATO, Hilda. Republics of the New World. **The revoltionary political experiment in ninetheenth-century Latin America**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2018, p. 89-131.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2455/1/447097.pdf. Acesso em: 21 mai. 2019.

SAFFORD, F. Politica, Ideologia y Sociedad. In: BETHEL, L. (Coord.). **Historia de America Latina**: América latina independiente, 1820-1870. v. 6, p. 42-104, 1991.

SALA DE TOURON, Lucía; ALONSO ELOY, Rosa**. El Uruguay comercial, pastoril y caudilhesco**. Montevidéu, Ediciones de La Banda Oriental. 1986.

SALIS, Eurico J. **História de Bagé**. Porto Alegre: Globo, 1955.

SALDUNA, Bernardo L. **La Rebelión Jordanista**. Buenos Aires: Editora Dunken, 2005.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: **escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMPAIO, João Cezar. **O Coronel Sampaio e os "Apontamentos" do Dr. Wenceslau Escobar**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.

SÁNCHEZ, Zacaría. **Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes. República Argentina.** Corrientes: Talleres del Museu de La Plata, 1893.

SÁNCHEZ, Zacaría. **Notas descriptivas de la província de Corrientes. Complementares de la carta geográfica. Com um registro general de las propriedades rurales. Registro de las propriedades de la Provincia de Corrientes**. Buenos Aires: Mariano Moreno, 1894.

SANTOS, Pedro Martínez. La Rebelión Jordanista y el Brasil (1870). **Investigaicones y Ensayos**, n.46, enero-deciembre, 1996, p. 73-88.

SANTOS JR, João Júlio dos. **Um diplomata na República: a missão do Conde de Paço D'Arcos no Brasil (1891-1893)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2326 Acesso em: 14/11/2020.

SANTOS JR, João Júlio dos. **O mais esquisito dos espetáculos: a crise do asilo diplomático entre Brasil e Portugal em 1894**. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2489/1/456310.pdf Acesso em: 18/11/2020.

SARAVIA, Nepomuceno. **Memorias de Aparício Saravia**. Montevidéu: Editoral Medina, 1956.

SCHALLER, César Henrique. El proceso de distribución de la tierra en la provincia de Corrientes (1588-1895). **Anuario del centro de estúdios históricos Prof. Carlos S.A. Sangreti,** n.1, 2001, p. 129-180.

SCHALLER, César Henrique. La provincia de Corrientes y la ocupación de la banda occidental del río Uruguay (1830-1895**). Segundas Jornadas de Historia Regional Comparada.** Porto Alegre, 2005, p. 1-30.

SCHALLER, César Henrique. El comercio de la Provincia de Corrientes durante la primera mitad del siglo XIX. Un panorama de su evolución**. Folia Histórica del Nordeste**, n. 17, 2008, p. 137-160.

SCHIMIT, Roberto. Los caminos del mercado en el alto Uruguay: comercio y política mercantil del Oriente entrerriano em tiempos de guerra. **Anuario del CEH,** nº 2 y 3, 2002-2003, p. 101-123.

SCHIMIT, Roberto. **Ruina y resurrección em tempos de guerra: sociedade, economia y poder en el Oriente Entre Riano Posrevolucionario, 1810-1852**. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2004.

SCHIMIT, Roberto; DJENDEREDJIAN, Julio. Avances y límites de la expansión agraria argentina: crecimiento económico y distribución de la riqueza rural em Entre Ríos (1860-1892). **Investigaciones de Historia Economica,** n.11, 2008, p. 75-108.

SCHMITZ, Maira Eveline. **Nas asas do vapor: construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS** (fim do séc. XIX – início do séc. XX). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, 2013.

SCOTT, Ana Sílvia. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **Revista História**: Questões e Debates, Curitiba, n. 51, p. 16, jul./dez. 2009.

SCOTT, Sílvia Volpi; PETIZ; Silmei de Sant´Ana. **Gentes das Ilhas:** migração açoriana para o Rio Grande de São Pedro.

SCHIERHOLT, José Alfredo. Ações militares da Revolução Federalista no Vale do Taquari. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. (Org.). **A Revolução Federalista e os Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p. 83-96.

SÊGA, Rafael Augustus. **A Revolução Federalista no Paraná e a Rearticulação da Vida Político-administrativa do Estado (1889-1907)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/25194658/Tempos_Belicosos_a_Revolu%C3%A7%C3%A3o_Federalista_no_Paran%C3%A1. Acesso em: 26 mai. 2018.

SEGOVIA, Juan Fernando. Perfil politico y ideológico de Aristóbulo del Valle. Ideário de un Liberal Radical. **Investigaicones y Ensayos**, n.49, enero-deciembre, 1999, p. 567-614.

SILVA, Ernani. A grande jornada de Gumercindo Saraiva, O Napoleão dos Pampas, na Revolução Federalista de 1893. **Revista Semina**, v. 12, n. 1, 2013, p. 1-16.

SILVA, Ernani da. **As encenações da Batalha do Pulador: memórias e representações**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/168. Acesso em: 27 mai. 2018.

SILVA, Fabiane Costa e. **Tramas territoriais na campanha gaúcha: processo de transformações na área de Aceguá**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/16142. Acesso em: 25 jun. 2018.

SILVA, Tiago Rosa da. **Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil - 1913-1980**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas: PPGH/UFPEL, 2018.

SILVA, Amanda Siqueira da. **História da Brigada Militar, pelas páginas da Revista Pindorama**. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/173/1/2013Amanda_Siqueira_da_Silva.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

SILVA, Matheus Luís. **Trajetória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, 2015a.

SILVA, Tomás Mendes. **Imagens da Revolução Federalista (1893-95) na Literatura e na História**. Tese (Doutorado em Letras) – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, 2015b. Disponível em: https://ppgletras.furg.br/images/Dissertacoes_pdfs/Tomas-2.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. A cavalaria como imagem de mundo: a fotografia e as ambivalências da imagem. **Anais do 26º COMPOS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Belo Horizonte, Minas Gerais, jun. 2017, p. 1-21. Disponível em: www.compos.org.br/biblioteca/adacomautoria_2874.pdf. Acessado em: 26 mai. 2018.

SIMPÓSIO Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893. **Anais do I Simpósio Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893**. Bagé: EDIURCAMP, 1983.

SIMPÓSIO Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893. **Anais do II Simpósio Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893**. Bagé: EDIURCAMP, 1992.

SIMPÓSIO Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893. **Anais do III Simpósio Fontes para a História da Revolução Federalista de 1893**. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

SHUMWAY, N. La Generación de 1837. In: SHUMWAY, N. **La invención de la Argentina**: historia de una idea. Buenos Aires: Emecé Editores, 1993. p. 131- 163.

SOARES, Fernanda Codevila. **Santa Thereza: um estudo sobre as charqueadas da fronteira Brasil – Uruguai**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006. Disponível em: http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9713. Acesso em: 25 jun. 2018.

SOARES, Mozart Pereira. O Positivismo no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Hélgio (Org.). **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 357-390.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOLÀ, Angels. Poder politico y grupos de presion. In. SOTO, Pedro Carasa. **Elites: prosopografia contemporânea**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, 1994, p. 25-34.

SOLÍS CARNICER, Maria del Mar. **La construcción de un liderazgo político en la provincia de Corrientes. Juan Ramón Vidal (1883- 1940).** Dissertação (Mestrado em Ciências Politicas). Universidade Nacional del Nordeste. Corrientes: UNNE, 2004.

SOLÍS CARNICER, Maria del Mar. **Liderazgo y política em Corrientes, Juan Ramón Vidal (1883-1940)**. 1ª Ed. Corrientes, Moglia Ediciones, 2005.

SOUTO, Cíntia Vieira et al. (Org.). **Espaços de saber e poder**: instituições e seus agentes na perspectiva da história social. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUZA, Paulino José Soares de. **Relatório de Repartições dos Negócios Estrangeiros, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, Marcelo Lopes. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia**: conceitos e temas. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 16-47.

SOUZA, Álvaro Tavares. Comemoração do Sesquicentenário de nascimento do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) – Barão de Itaqui. **Liga de Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, 1966.

SOUZA, Susana Bleil de. A desarticulação do comércio inter-regional na Bacia do Prata: notas para um estudo do caso saltenho. **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**. Porto Alegre, v. 13, 1985, p. 192-196.

SOUZA, Susana Bleil de. A Fronteira na Revolução de 1893. In: POSSAMAI, Z. (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993, p. 25-34. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3.

SOUZA, Susana Bleil de. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo; OSÓRIO, Helen (Org.). **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. p. 121-146.

SOUZA, Suzana Bleil de. Comércio e contrabando na articulação econômica do espaço fronteiriço platino. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coords). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 305-334.

SOUZA, Susana Bleil de. Fronteira, poder político e articulações comerciais no Brasil meridional do final do século XIX. **Anuario IEHS**, n. 23, 2008, p. 305-333.

SOUZA, Susana Bleil de. História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional. In: FREGA, A. et al. (Org.). **História, regiões e fronteiras**. 1. ed. Santa Maria, FACOS/UFSM, 2012. v. 1, p. 91-104.

SOUZA, Susana Bleil de. **Fronteira e Guerra na construção do Estado Republicano no Sul do Brasil**. XVIII CONGRESO DE AHILA, Valencia, Espanha, 2017, p. 1-13.

SOUZA JR., Zenildo Soares de. **Elites em consenso: clientelismo como fundamento do sistema político brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Políticas) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, E. M.; SOUZA, S. P. Cartografia e genealogia: movimentos, processos e devir. In: SOUZA, Eloizio Moulin (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 215-238.

SOUZA, Cassio Alexandre de. **Coronelismo, Guerra Civil Federalista e Contestado**: Breve Análise das Relações Políticas no Paraná REVISTA NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.2, n.5, dez. 2016, p. 171-179.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115-137.

TABORDA, Tarcísio. O Sítio de Bagé, 1893-1894. **Revista Militar Brasileira.** Separata. v. XCIII, Ano LVI, n.1, jan./mar., 1970.

TABORDA, Tarcísio. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. **Centenário da Revolução Federalista. Conferência na Academia Rio-Grandense de Letras**, Porto Alegre, 3 junho de 1993.

TABORDA, Tarcísio Antonio Costa. **A Abolição da Escravatura em Bagé: 28 de Setembro de 1884**. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza/FAT-FunBa, 1984.

THOMPSON FLORES, Mariana. **Contrabando e Contrabandistas na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PPGH UFRGS, 2007.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. A caridade e a Assistência Pública: Estado, Misericórdias e a distribuição da assistência no Rio Grande do Sul (1850-1900). **Associação Nacional de História, XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo, 2007, p. 1-8.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891**. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, PUCRS, 2014.

TANNO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões Sudeste e Sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). **Patrimônio e Memória**, UNESP, v.7, n.1, jun. 2011, p. 328-347.

TARACENA ARRIOLA, Arturo. Propuesta de definición histórica para región. In: **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, n. 35, enero-junio 2008, p. 181-204.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 11, v. 2, 1991, p. 308-344. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/download/836/1107. Acesso em: 26 mar. 2019.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. 1893: interpretações da guerra. **Ensaios FEE**, v .24, n. 1, Porto Alegre, FEE, 2003a, p. 127-150. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/569. Acesso em: 26 mar. 2019.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A fundação do Estado Burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913). In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003b, p. 1-16. Disponível em: https://ideas.repec.org/p/abp/he2003/063.html. Acesso em: 26 mar. 2019.

TARGA, Luís Roberto Pecoits. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Rio-grandense (1889-1930). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coords). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Dir.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 247-272.

TARGA, Paulo. A política fiscal modernizadora do Partido Republicano Riograndense na Primeira República (1889 –1930). **Textos para Discussão FEE**, n. 26, 2008, p. 1-20.

TAVARES, Francisco da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004a. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

TAVARES, João Nunes da Silva. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELING, Ricardo Vaz. (Org.). Porto Alegre: Procuradoria Geral – Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004b. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

THOMPSON FLORES, Carlos. **Relatório e Fala de abertura da 2ª Sessão da 18ª Legislatura da Assembleia Provincial**. Porto Alegre: Tipografia A Reforma, 1880.

THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes na Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TREJO, Patrício Justo del Niño Jesus. **La conducción del Ejército del Norte durante la invasión del brigadier De la Serna en 1817**. Buenos Aires: Instituto de Enseñanza Superior del Ejército, 2015.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hidebrando (org.) **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Hélgio. O jacobinismo castilhista e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. TRINDADE, Hélgio (Org.). **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 485-500.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial**: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. DIFEL, 1978.

URQUIZA, Oscar F. Almandoz. **Historia de Concepción del Uruguay: tomo III** Entre Rios: Municipalidad de Concepción del Uruguay, 1983.

URUGUAI, Constituición de la Republica Oriental del Uruguai de 1830. Disponível em: https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion Acesso em: 02/06/2021.

VALENCIA, Carlos; GIL, Tiago. **O retorno dos mapas. Sistemas de informação Geográfica em História.** Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VALLE, Gabriel Enrique del. **Biografia de Valentin Virasoro**. Disponível em:http://descubrircorrientes.com.ar/2012/index.php/biografias/2707-r-s-t-u-v-x-y-z/virasoro-valentin Acesso em: 30/05/2021.

VALENZUELA, Carolina Matos. Exilio y Asilo en la Argentina durante la Revolución Chilena de 1891. **Ecos de la Historia**. Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani. Año 2 n.1, Abr.-Jun., 2010, p. 2-4.

VAN YOUNG, Eric. Haciendo Historia Regional: Consideraciones metodológicas y teóricas Región e historia en México (1700-1850. **Anuario del IEHS**, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, n.2, 1987, pp 255-281.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um negócio entre famílias". A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flavio M. (org.). **História social de elites.** São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 28-55.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um império de cruzes, togas e espadas". Notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e Bahia no período monárquico. In: VARGAS, J. M. **Poder, instituições e elites**: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: OIKOS, 2012. p. 115-144.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas**: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 123-152.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. Entre generais e caudilhos": Estado Imperial, guerras platinas e a economia pecuário-charqueadora no Rio Grande do Sul (C. 1850 – C. 1870). **I Seminário Internacional Brasil no século XIX**, 2016, p. 1-22.

VARGAS, Jonas Moreira. "A aristocracia do sebo" Riqueza, prestígio social e estilo de vida entre os charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, 1850-1890). **Estudios Históricos**, Año VIII, n. 17, dic. 2016, p. 1-23.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Domínios da história**. SP: Campus, 2011. p. 117-154.

VARINI, María. Evolución demográfica del departamento de Federacion. In: **Cuaderno de Estudios Regionales**, n.6, Concordia, Entre Rios: Instituto Regional de Investigadores Cientifico-Culturales, 1983, p. 63-77.

VARINI, Cesar M.; EGUIGUREN, Maria S. R. **La creación del departamento de Federacion. Historia de los departamentos de Entre Rios**. Volumen 2, Editorial de Entre Ríos: Paraná, 1986.

VARINI, Cesar Manuel. Fecha de fundación de los centros urbanos del departamento entrerriano de Federacion. **Primeras Jornadas de Historia e Integración Cultural del Cono Sur**, n.54, Chajarí, Entre Rios, 2004, p. 1-10.

VARREIRA, Arthur E. **As marcas da fé Valdense nas periferias da fronteira platina**. Trabalho de Conclusão de Graduação (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

VELLINHO, Moyses. **O Rio Grande do Sul e o Prata**: contrastes. Porto Alegre: IEL, 1962.

VERNAZ, Celia E. **Colón: documentos para su historia**. Santa fé: Ediciones Colmegna, 1987. Cuadernos de estúdios regionales. Concórdia: Instituto Regional de Investigaciones Cientifico- Culturales, n.6, 1983, p. 29-61.

VIEIRA, José Cypriano Nunes. **O Fundador do Herval**. 2. ed. Bagé: s/e, 2010.

VILLALBA, Epaminondas. **A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIGAL, 2017.

VILLA ARRANZ, Juan. Clases y elites en la investigación. Algunas reflexiones teóricas y metodológicas. In: CARASA, Pedro Soto (org.). **Elites: prosopografia contemporânea**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994, p. 11-24.

VOLKMER, Márcia Solange. **"Onde começa ou termina o território pátrio". Os estrategistas da fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1849. Acesso em: 27 jun. 2018.

VOLKMER, Márcia Solange. O comércio na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, RN

- 22 a 26 de julho 2013, p. 1-18. Disponível em: http://docplayer.com.br/38972580-O-comercio-na-fronteira-oeste-do-rio-grande-do-sul-na-segunda-metade-do-seculo-xix.html Acesso em: 04 jun. 2019.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Bento Gonçalves e as guerras de Artigas**. Caxias do Sul: UCS, 1979.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1979.

WITTER, José Sebastião. **Partido político, federalismo e república**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1984.

WITTER, Nikelen. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do Século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,** São Paulo, julho, 2011, p. 1-11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300888262_ARQUIVO_TextoANPUH2011.pdf Acesso em:28/08/2020.

XAVIER GUERRA, François. Hacia una nueva historia politica: actores sociales y actores políticos. **Anuario del IEHS**, IV, Tandil, 1989, p. 243-264.

XAVIER GUERRA, François. **México. Del Antiguo Régimen a la Revolución**. Ciudad de México: FCE, 1991.

XAVIER, Mateus Fernandez. **A Revolta da Armada, a Revolução Federalista e as relações Brasil-Portugal**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais/Diplomacia) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2011.

YOUNGER, J. Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 290-311, 2008.

WITT, Marcos Antônio. Emigración y colonización en América del sur. La provincia brasileña de Rio Grande do Sul, la República Oriental del Uruguay y la Cuenca del Plata en las consideraciones de Arsène Isabelle. In: REGUERA, Andrea; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (Org.). **Variaciones en la comparación: procesos, instituciones y memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina**, s. XVIII-XXI. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2014.

ZABIELLA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. A República Oligárquica de Pernambuco: montagem e declínio do domínio de Francisco de Assis Rosa e Silva. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife: PPGH UFPE, 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25600/4/TESE%20%20Audenice%20Alves%20dos%20Santos%20Zacarias.pdf Acesso em: 03/11/2020.

ZUBIZARRETA, Igácio. **Unitários**: historia de la facción política que diseño la Argentina moderna. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2014.

ZARTH Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno**: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

FONTES DOCUMENTAIS

Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires, Argentina.

Jornal *La Nación*, Buenos Aire. 31 jan. 1893, p. 1.

Jornal *La Tribuna*, Buenos Aires, 13 ago. 1893, p. 2.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 06 set. 1893, p. 6.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 04 fev. 1894, p. 5.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 26 jun. 1894, p. 1

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 10 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 05 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 10 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 17 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 23 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 28 jul. 1894, p. 6.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 28 jul.1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 14 mar. 1895, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 10 jul. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 14 set. 1894, p. 5.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 5 ago. 1893, p. 1

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 14 jun. 1893, p. 1.

Jornal *El Diário*, Buenos Aires. 19 fev. 1894, p. 1.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 26 jan. 1895, p. 1

Jornal *El Diário*, Buenos Aires. 24 jul. 1893, p. 2.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 30 ago. 1893, p. 1.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 8 set. 1893, p. 2.

Jornal El Argentino, Buenos Aires. 18 nov. 1893, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires. 19 nov. 1893, p. 2.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 05 fev. 1893, p. 2.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires, 19 fev. 1893, p. 1.

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 05 jan. 1894, p. 1.

Jornal *El Argentino*, Buenos Aires, 19 dez. 1894, p. 1

Jornal *El Diario*, Buenos Aires. 14 mar. 1895, p. 1

Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevideu.

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 14 dez. 1893, p. 1

Jornal *La Nación*, Montevidéu. 20 out. 1894, p. 1

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 25 abr. 1894, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 25 abr. 1893, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 19 set. 1893, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 24 abr. 1895, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu, 10 mar. 1893, p. 1.

Jornal *La Razón*, Montevidéu. 17 mar. 1893, p. 1.

Jornal *La Razón*, Montevidéu. 13 mai. 1893, p. 1.

Jornal *La Razón*, Montevidéu. 25 abr. 1893, p. 1.

Jornal La Razon, Montevidéu. 13 jul. 1893, p. 2.

Jornal *La Razon*, Montevidéu. 15 mai. 1895, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu, 11 ago. 1893, p. 1.

Jornal *La Razon*, Montevidéu, 14 dez. 1893, p. 1.

Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai, 17 mar. 1907, p. 5.

Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai, 17 mar. 1907, p. 6.

Jornal *O Maragato*, Rivera, Uruguai. 1902, ano V, num. 80, p. 1.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 17 jul. 1889, p. 1

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 19 fev. 1894, p. 1

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 22 mar. 1895, p. 2

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 27 mar. 1895, p. 1.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 31 mai. 1895, p. 1

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 22 mar. 1884, p. 1.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre. 26 jun. 1885, p. 1.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1892, p. 2.

Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 17 fev. 1894, p. 1.

Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro. 31 jan. 1886, p. 1

Jornal *O Paiz*, Rio de janeiro. 29 jun. 1888, p. 1.

Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro. 3 nov. 1886, p. 1.

Jornal *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro. 5 abr. 1893, p. 1.

Jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro. 27 mar. 1919, p. 1.

CASTRO, José Antônio de Azevedo. **Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul**, 1876. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1877, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1876_00002.pdf Acesso em: 19/05/2020.

CASTRO, José Antônio de Azevedo. **Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul**, 1875. Porto Alegre: Tipografia Rio-Grandense, 1875, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/252263/per252263_1875_00003.pdf Acesso em: 19/05/2020.

Hemeroteca da Biblioteca Pública de Pelotas, RS.

Jornal *Diário Popular*, Pelotas. 30 jan. 1894, p. 2.

Jornal *Diário de Popular*, Pelotas. 5 fev. 1894, p. 2.

Hemeroteca do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, RS.

Jornal *O Bageense*, Bagé. 12 ago. 1864, p. 2.

Jornal O Bageense, Bagé. 18 abr. 1864, p. 2.

Jornal *União Liberal*. Bagé, 13 jan. 1886, p. 2.

Jornal *União Liberal*, Bagé. 26 set. 1886, p. 1.

Jornal *União Liberal*. Bagé, 3 jul. 1887, p. 4.

Jornal *União Liberal*. Bagé, 16 jul. 1887, p. 1.

Jornal *União Liberal*, Bagé, 1888, p. 2.

Jornal *União Liberal*, Bagé. 1 out. 1887, p. 2.

Jornal *União Liberal*, Bagé. 01 nov. 1887, p. 3

Jornal *União Liberal*, Bagé. 28 abr. 1888, p. 2.

Jornal *União Liberal*, Bagé, 1 set. 1887, p. 3.

Jornal *União Liberal*, Bagé. 17 set. 1887, p. 1.

Jornal *Cruzeiro do Sul*, Bagé. 18 set. 1884, p. 1.

Archivo Histórico de Cancillería, Argentina.

ARGENTINA. Carta de Fernando Luís Osório ao Ministro Eduardo Costa, denunciando envio de armamentos para os federalistas através de Rosário, Santa Fé. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y consulados de America. Brasil, Bolivia y Colombia. Caja n. 558 Bis, 11/08/1894.

ARGENTINA. Documento da legação brasileira denunciando a presença de Armando Burlamarque. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America. Brasil, Bolívia y Colombia, cajá n. 558 Bis, Legación Brasil. Buenos Aires, 12/01/1894.

ARGENTINA. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 28/12/1894.

ARGENTINA. Telegrama de Federación ao governo de Entre Rios. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 01/03/1895.

ARGENTINA. Telegrama da polícia de Concordia ao governo de Entre Rios. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de America: Brasil, Bolívia y Colombia. Caja 558 bis, 01/03/1895.

ARGENTINA. Conferência telegráfica entre o Juiz de Paz de Alvear e Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 28/05/1894.

ARGENTINA. Telegrama de Leopoldo Basvilbaso, interventor na província de Corrientes, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 09/09/1893.

ARGENTINA. Carta, Justo Rodriguez, de Santo Tomé, a Valentin Virasoro, Governador da província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 509.

ARGENTINA. Carta, Governo de Corrientes ao Ministro de Governo argentino, Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 21/08/1894, Tomo 513.

ARGENTINA. Carta, Eduardo Costa, Ministério das Relações Exteriores a Valentin Virassoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 30/01/1894, Tomo 512.

ARGENTINA, Carta, Legação do Brasil em Buenos Aires ao Ministério das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 27/06/1894, Tomo 512.

ARGENTINA. Telegrama, Eduardo Costa, Ministério das Relações Exteriores a Valentin Virassoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 17/07/1894, Tomo 512.

ARGENTINA. Carta, Consulado da República Oriental do Uruguai em Corrientes a Pedro Fernadez, Ministro de Governo da Província de Corrientes. Archivo Histórico de Cancillería Argentina, 24/10/1894, Tomo 515.

ARGENTINA, Carta de Feliciano Duarte, comissionado do governo correntino, ao General Francisco Rodrigues Lima. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

ARGENTINA. Carta do General Francisco Rodrigues Lima ao comissionado do governo correntino, Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

ARGENTINA. Carta de Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 20/07/1894.

ARGENTINA. Carta do comissionado Feliciano Duarte ao governador da Província de Corrientes, Valentin Virasoro. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 27/12/1894.

ARGENTINA, Carta do Vice Consul do Brasil em La Cruz, enviada ao comissionado correntino Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 13/12/1894.

ARGENTINA. Carta de Valentin Virasoro, governador da Província de Corrientes, ao comissionado Feliciano Duarte. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de America – Brasil, Bolivia, Colombia. Caja n.558, Bis, Legação Brasil, 07/12/1894.

ARGENTINA. Telegrama, Valentin Virasoro, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 18/05/1894.

ARGENTINA. Carta de Valentin Virasoro ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 12/02/1894.

ARGENTINA. Carta de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, ao Congresso da República Argentina. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 06/10/1894.

ARGENTINA. Telegrama de Valentin Virasoro, ao Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Eduardo Costa. Archivo Histórico de Cancillería Argentina. Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 24/05/1894.

ARGENTINA, Telegrama oficial de Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, a Valentin Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Archivo del Ministério de las Relaciones Exteriores de Argentina, Legaciones y Consulados de América – Brasil, Bolívia y Colômbia. Caja n.558 bis, 26/05/1894.

AGPC, Arquivo General de la Província de Corrientes, Corrientes, Argentina.

ARGENTINA, Departamento de Hacieda. Registro oficial de marcas de haciendas de la Província de Corrientes. Corrientes: Talleres Gráficos de Teodoro Heinecke, 1904.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta, Ministro das Relações Exteriores, a Valentin Virasoro, Governo da Província de Corrientes, Correspondência Oficial, 30/10/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama, José C. Paiva a Valentin Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Correspondência Oficial, 01/11/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta, Iran de Verón, de Alvear, ao Ministro de Governo da Argentina. Correspondência Oficial, 03/07/1894, Tomo 512.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta de Eduardo Costa ao Governador da Província de Corrientes, Valentin Virassoro. Correspondência Oficial, 11/10/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama de Wesfálio Garay, de La Cruz, ao governador de Corrientes, Valentin Virasoro. Correspondência Oficial, 16/11/1894, Tomo 516.

Archivo General de la Província de Corrientes. Telegrama de E. Villalava, de San Martin, ao governador de Corrientes, Valentin Virassoro. Correspondência Oficial, 16/11/1894, Tomo 516.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta de Manuel Aquino, a Valentin Virasoro, Governo da Província de Corrientes. Correspondência Oficial, 13/10/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta de Melchiades Angelino de Oliveira, a Eduardo Costa, Ministro das Relações Exteriores. Correspondência Oficial, 15/10/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta de Melchiades Angelino de Oliveira, a Eduardo Costa. Correspondência Oficial, 12/10/1894, Tomo 515.

Archivo General de la Província de Corrientes. Carta enviada do Ministério das Relações Exteriores argentino ao Governador de Corrientes, Correspondência Oficial. 13/08/1894, Tomo 513.

Archivo General de la Provincia de Corrientes, Correspondencia Oficial, 1894, Tomos 512, 513, 515.

SÁNCHEZ, Zacaría. **Mapa catastral gráfico de la Província de Corrientes. República Argentina.** Corrientes: Talleres del Museu de La Plata, 1893.

SÁNCHEZ, Zacaría, **Notas descriptivas de la Província de Corrientes complementárias de la carta geográfica, com um registro de las propriedades rurales**. Buenos Aires: Tipografia Mariano Moreno, 1894.

AGPER, Archivo General de la Provincia de Entre Rios, Argentina.

Archivo General de la Provincia de Entre Rios, Fondo Gobierno, serie XV-A, legajo 3, marzo, Caja 9A, Varias Provincias, 1895.

Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Notariado, Registros y Archivos. Correspondencias, Informes de campos solicitados en propriedade. Libro n.1.

Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Plano del departamento de Concordia. Entre Rios: Gobierno de la Provincia, 1905.

Archivo General de la Provincia de Entre Rios. Plano del departamento de Federación. Entre Rios: Gobierno de la Provincia, 1905.

AGN, Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina.

ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Entre Rios - Americanos, tabla 3. Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869, Tomo I. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872, p. 125-152.

ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Entre Rios - Americanos, tabla VIIa. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 201.

ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, Taller Tipografico de la Penitenciaria Nacional, 1898.

ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Corrientes - Americanos, tabla VIIa. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, Taller Tipografico de la Penitenciaria Nacional, 1898, p. 239.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes – População fluvial La Cruz. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomo 85, Folio 1016A-1016B, 1898.
ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo III, primeira parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 88.

ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo III, segunda parte. Ganado bovino; Ganado Caballar; Ganado lanar e porcino. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 192, 204, 216-217.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Monte Caseros. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 235-242, Rolo 576.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 235, 994, 995, Rolo 575-576.

ARGENTINA. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Concordia. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.Tomo 34, Rolo 576.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Concordia. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomo 42, Rolo 576.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Colón. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 1031, Rolo 596.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Colón. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 76, Rolo 596.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Entre Rios, Villa Libertad. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 83, Rolo 596.

ARGENTINA, Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Mercedes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional. Tomos 994, Rolo 576.

ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Provincia de Corrientes - Americanos. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 239.

ARGENTINA. Habitantes y Proprietários de Bens de raíces por nacionalidad – Província de Entre Rios. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 212.

ARGENTINA, Habitantes y Proprietários de Bens de raíces por nacionalidad – Província de Corrientes. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895, Tomo II, segunda parte. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, p. 253.

ARGENTINA. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Alvear. Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Archivo General de la Nación, Buenos Aires, 1898, Rolos 575-578. Tomo 994.

ARGENTINA, Población por Nacionalidades y sexo de la Província de Corrientes - Americanos, tabla 3. Primeiro Censo de la Republica Argentina de 1869. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Imprenta del Porvenir, 1872, p. 196-197.

ARGENTINA, Segundo Censo de la Republica Argentina de 1895. Población Rural y Urbana. Território e Provincia de Corrientes, Concordia. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898, Tomos 34, Rolo 576.

ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural y Urbana de Alvear. Tomos 77 e 78. Archivo General de la Nación, Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.

ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural de La Cruz, Tomos 72 a 75. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.

ARGENTINA. Segundo Censo de la Republica Argentina. Libreto del censo, Población Rural y Urbana de Santo Tomé. Tomos, 367, 393, 405, 417, 421, 423, 429. Archivo General de la Nación. Buenos Aires: Taller tipográfico de la penitenciaria nacional, 1898.

AGN, Archivo General la Nación, Montevidéu.

AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Libro del Archivo de Marcas de Ganado, Policia de Montevideo, Libro 1089, 1858, p. 6, 10, 74.

AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Libro de Achivos de Marcas de Ganado, Manoel Soares da Silva. Policia de Montevideo, Libro 1089, 1858, p. 78.

AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuicion directa de los proprietários, departamento de Salto, n.49, 1868.

AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuición directa de los proprietários, departamento de Salto, n.73, 1868, p. 65.

AGN, Archivo General de la Nación, Montevidéu. Relación de contribuicion directa de los proprietários, departamento de Salto, n.93-94, 1868, p. 72.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, **Livro de Notas n.7**, cidade de Dom Pedrito, n.21, 03/03/1870 a 18/06/1879.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, **inventário *Post Mortem* de José Tavares Bastos Rios,** Auto 205, Maço 11, Estante 133, 1888.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Translado dos autos de carta precatória de Joaquim da Silva Tavares, Maço 86, n.3276, estante 43, 1901.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Inventário Post Mortem de Francisco da Silva Tavares, n. 315, n. 8, e.142, Bagé, 1902.

APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário Post Mortem de da Amélia Gomes de Mello da Silva, Baronesa de Santa Tecla, n. 276, maço 86, estante 43, Bagé, 1907.

APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes de Santana do Livramento. Inventario Post Mortem de Maria Rafaela Pires de Cabeda, Estante 13, Maço 6, Auto 126, 1866.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo da Intendênia Municipal de Santana do Livramento cobrando impostos devidos da Décima Urbana por Rafael Cabeda, documento nº 924, Maço 30, Estante 87, 1995.

APERS, Arquivo Púbico do Estado do Rio Grande do Sul. Processo de falência de Silva e Cabeda Filho, documento nº720, Maço 22, Estante 87, 01/01/1886.

APERS, Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Cartório Civil, Inventário de Partilha Amigável de João Nunes da Silva Tavares, estante 8, maço n. 10, auto 128, Bagé, 1906.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Demétrio José Xavier, Auto 94, Maço 3, 1890

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Demétrio José Xavier, Auto 94, Maço 3, 1890.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processos Judiciais, Ordinárias, Marcelino Pina de Albuquerque contra Maurício Gonzaga da Costa. Processo n. 601, 01/01/1871.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Marcelino Pina de Albuquerque, Auto 201, Maço 6, Estante 134, 1907.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de Marcelino Pina de Albuquerque, Auto 201, Maço 6, Estante 134, 1907.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Livro de Notas de Herval, n. 4, Escritura Pública de Compra e Venda, José Maria Guerreiro Victória, 20/04/1890 a 20/06/1891.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Inventário *Post Mortem* de José Maria Guerreiro Victória, Herval, Auto 301, Maço 14, Estante 147, 1901.

APERS, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Proposta de oficiais para o corpo de Cavalaria da Guarda Nacional n. 32, do município de Bagé, Caixa 40 maços 102, 103 e 104, 1870.

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Proposta de Oficiais para o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional n. 32 do Município de Bagé. Fundo da Guarda Nacional. Comando Superior da Guarda Nacional de Bagé. Caixa 40, Lata 428, maço 05, 1870.

AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional. Corpo Provisório de Cavalaria, Bagé, 1867, José Facundo da Silva Tavares, Maço 102.

AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai, Quartel do Comando Superior das Fronteiras em Bagé, Lata 428, Maço 05, 1866.

AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Relação Nominal de Oficiais da Guarda Nacional do Município de Bagé que tem prestado serviços valiosos para a guerra contra o Uruguai e o Paraguai, Quartel do Comando Superior das Fronteiras em Bagé, Lata 428, Maço 05, 1866.

AHRS, Aquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livro da Qualificação de cidadãos Guardas Nacionais da ativa do município de Dom Pedrito. Ata de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito. Dom Pedrito, Museu Paulo Firpo, 1882.

AHRS, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Livros da Qualificação de cidadãos Guardas Nacionais da ativa do município de Dom Pedrito. Atas de Instalação do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional do Município de Dom Pedrito. Dom Pedrito, Museu Paulo Firpo, 1882 e 1885.

AHRS, Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, Pública Forma, Tenente Coronel José Maria Guerreiro Victória na Guerra do Paraguai, Herval, 1870.

APMB – Arquivo Público Municipal de Bagé

Correspondências:

ALBUQUERQUE, Marcelino Pina. [Carta] 10 ago. 1895, margem direita do rio Ibicuí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Sem local, 2 folhas.

ALBUQUERQUE, Marcelino Pina de. [Carta] sem data ou local. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que se queixa sobre roubos de cavalos nos campos de seu cunhado.

AMARAL, Zeca. [Carta] 16 dez. 1894, Jaguary, departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Documento em que declara que que uma associação aos monarquistas seria prejudicial.

ALMEIDA, Pedro da Fontoura [Carta] 13 mar. 1895, Dom Pedrito. [para] PEREIRA, Afonso Jacintho. 1 folha.

ALVARES, Fidêncio Antônio. [Carta] dez. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 4 folhas.

AZAMBUJA, Bernardino. [Carta] 29 fev. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha.

BARCELLOS, Virgílio Julião. [Carta] s/d, 1892. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que pede proteção para ocupar posto como guarda da mesa de rendas.

BARRETO Carlos; CABEDA, Rafael; ILHA, João Francisco; VARGAS, Antônio José de. Sem data, Santana do Livramento. [Para] GOVERNO PROVISÓRIO, Porto Alegre, 1 folha.

BASTOS, Cândido Tavares. [Carta] 23 fev. 1895, Minas de Corrales. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha. Carta em que pede que seja pago pelo empréstimo que fez, pois precisaria pagar cavalos comprados de sua sogra.

BENJAMIN, João. [Carta], 26 dez. 1895, São Mateus, Paraná. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Carta em que um federalista envia documentos ao general Joca Tavares e afirma ser vizinho de campo de Torquato Severo.

BIDART FILHO, Martim. [Carta] 12 nov. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que afirma ser contribuinte voluntário da causa.

BURLAMARQUI, Antônio Carlos. [Telegrama], 3 jan. 1892, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Afirma que possivelmente Astrogildo continua grave.

BURLAMARQUI, Antônio Carlos. [Telegrama], 16 jan. 1892, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Passa notícias do General Astrogildo Pereira da Costa e pede sua presença em Jaguarão.

BURLAMARQUI, Armando. [Carta], 6 fev. 1895, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Passa informações ao General Tavares e informa sua movimentação.

CABEDA, Rafael. [Carta] 4 nov. 1891, Santana do Livramento. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

CABEDA, Rafael. [Carta] 14 nov. 1891, Santana do Livramento. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha.

CABEDA, Rafael. [Telegrama] 15 mai. 1892, Santana do Livramento. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 1 folha.

CABEDA, Rafael. [Carta] 5 dez. 1893, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta onde passa informações sobre ações durante o cerco a Bagé, ocorridas nos arredores da cidade.

CABEDA, Rafael. [Carta] 17 Abr. 1894, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Rafael argumenta que seus comandados não recebem ordens senão dele próprio.

CHAUBET José Visa. [Carta] 17 ago. 1893, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Montevidéu, 1 folha. Correspondência em que passa informações sobre a família deste e parentes.

CHAUBET, José Visa. [Carta] 27 ago. 1893, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que comunica ao coronel Zeca sobre o falecimento de seu filho, vítima de tétano.

CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 14 jun. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas.

CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 14 jul. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 2 folhas, Bagé. Carta em que explica a situação política e refere-se ao general Tavares como seu amigo.

CÂMARA, José Antônio Correia da. [Carta] 30 jun. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 6 folhas.

CÂMARA MUNICIPAL. [Carta] 25 set. 1895, Ouro Preto, Minas Gerais. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que o general Tavares é felicitado pela pacificação da Revolução.

CARTA, 21 jun. 1892, Santana do Livramento [para] TAVARES, João Nunes da Silva. 2 folhas, Bagé. Conta a história da tomada de Santana do Livramento pelas forças Castilhistas em 1892.

CASSAL, João de Barros. [Telegrama] 19 mar. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 7 folhas.

COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 24 dez. 1891, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala que governador mandou abrir crédito para pagar fornecedores de Bagé e Rio Grande.

COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 1 jan. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Porto Alegre, 1 folha. Fala que a tesouraria havia efetuado o pagamento no dia anterior ao fornecedor Magalhães.

COELHO D'EÇA. Manuel de Almeida da Gama Lobo COELHO D'EÇA. [Telegrama] 9 abr. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fornecimento de produtos oferecidos por Antônio Ribeiro de Magalhães à guarnição de Bagé.

COLLARES, Mateus. [Carta] 12 out. 1893, Bagé. [Para] Tavares, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

COSTA, Astrogildo Pereira. [Carta] 10 mai.1888, Jaguarão. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que refere-se ao General Tavares como sendo seu parente, descreve o caráter do Dr. Francisco Tavares.

COSTA, Astrogildo Pereira da; OSÓRIO, Manoel Luís da Rocha; TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 14 nov. 1891, Pelotas. [Para] JUNTA GOVERNATIVA, Porto Alegre, 1 folha.

COSTA, Astrogildo Pereira da. [Carta] 9 dez. 1891, Herval. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

DAMASCENO, João José. [Carta] 21 fev. 1892, Piratini. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 9 folhas, Bagé. Carta em que o Coronel João Damasceno reporta ao General Joca Tavares os fatos ocorridos em Piratini contra Manoel Pedroso de Oliveira.

DEDÉ. Zico [Telegrama] 21 fev. 1893, Alvear. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Diz que soube da invasão e que está pronto.

DÓRIA, João Menezes [Carta], 21 dez. 1891, Curitiba, Paraná. [Para]. TAVARES, João Nunes da Silva, 2 folhas, Bagé. Documento em que João Dória conta a situação do Paraná e diz esperar muito dos federalistas do Rio Grande do Sul.

FABIÃO, Décio. [Telegrama] 28 nov. 1891, Piratini. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Pede intermediação de Zeca Tavares e proteção para ser indicado a um cargo.

FERRAZ, Mattos; GOMES, Elpídio; GOES, Francisco Araújo; CARDOSO, Adolfo; CÂNCIO, Jacintho; MELLO João; SILVA, Octaviano Dutra da. [Telegrama] 24 ago. 1895, São Paulo. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que recebe as felicitações pela pacificação da Revolução.

FONTOURA, Orlando. [Telegrama]. Santa Rosa del Cuarein, Departamento de Artigas, Uruguai. [Para] OLIVEIRA, Lourenço de. Melo, Departamento de Cerro Largo, Uruguai. 1 folha. Pede informações e ordens do que deve fazer.

FREITAS, Daniel Gomes de. [Carta] 18 mar. 1892, Tacuarembó, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 2 folhas.

GAMA, Luis Felipe Saldanha da. [Carta] 12 dez. 1894, Buenos Aires, Argentina. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas.

GAMA, Luis Felipe Saldanha. [Carta] 19 jan. 1895, Corrales, Departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 4 folhas. Documento em que fala sobre a organização das forças revolucionárias serem pautadas na influência e prestígio pessoal dos chefes.

GAMA, Luís Felipe Saldanha da. [Carta] 11 mai. 1895, Quaraí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Ponche Verde, Dom Pedrito, 8 folhas. Documento em que o almirante expõe as dificuldades enfrentadas. Arquivo Público Municipal de Bagé.

GAMA, Luis Felipe [Carta], 27 de maio de 1895. Quaraí. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé. Carta em que fala em dirigir-se para região de Laureles, onde Paulino Vares possuía propriedade.

LAUDARES, Carlos Adalberto de Campos. [Carta] 8 dez. 1894, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 1 folha, Bagé. Carta em que passa informações de assuntos da Revolução ao general Tavares.

LEAL, Galvão Machado. [Carta] 6 fev 1895, Minas de Corrales, departamento de Rivera, Uruguai [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

LEAL, Galvão Machado. [Carta], 22 mar. 1895, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Dom Pedrito. Fala sobre as famílias de apoiadores em Salto.

LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 10 fev. 1870, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha.

LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 3 jun. 1895, Minas de Corrales, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

LEITE, Boaventura Pereira. [Carta] 8 ago. 1895, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Boaventura refere-se a Joca Tavares como seu parente e amigo.

LEITE, Domingos Barreto. [Carta] 6 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

MACAHYBA, Antônio. [Telegrama] 18 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Telegrama de nomeação de Jerônimo da Silva Tavares para chefia da seção da polícia fiscal de Santana do Livramento.

MACAHYBA, Antônio. [Telegrama] 23 fev. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala sobre as influências situacionistas de Livramento não querem aceitar a nomeação de Jerônimo da Silva Tavares para chefe de seção da polícia fiscal daquela cidade.

MACHADO, Filomeno. [Carta] 29 mai. 1891, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Pede um empréstimo a Zeca Tavares e fala de questões eleitorais.

MACIEL, Francisco. [Telegrama] 31 jan. 1892, Pelotas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Fala sobre suspensão sobre imposto do gado.

MACIEL, Leopoldo Antunes. [Telegrama] 6 fev. 1892, Pelotas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha. Pede auxílio a Joca Tavares para resistência.

MACIEL, Leopoldo Antunes. [Carta] 9 mar. 1893, Dom Pedrito. [Para] SILVEIRA, Ladislau Amaro. Herval, 4 folhas. Carta em o Barão de São Luís refere-se ao Ladislau como parente e amigo.

MACIEL, Leopoldo Antunes. [Carta] 12 nov. 1894, Hospital, departamento de Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha, Bagé. Documento em que fala sobre envio de prisioneiros.

MAGALHÃES, Antônio Ribeiro de. [Telegrama]. 01 dez. 1891, Bagé. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Porto Alegre, 1 folha. Reclamação ao General Tavares por atraso de pagamento pelo fornecimento dos corpos organizados.

MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 7 ago. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 2 folhas. Carta em que Gaspar Silveira Martins fala em oficiais alemães para treinar forças federalistas.

MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 07 ago. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, Francisco da Silva. Sem local especificado, 3 folhas. Gaspar declara que não aceita pacificação a não ser por algum escolhido por todos os chefes, afirmando ainda que a paz é coisa do Floriano para prejudicar a revolução.

MARTINS, Gaspar Silveira. [Carta] 3 out. 1893, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Sem local, 2 folhas. Carta em que acusa as apreensões de armas federalistas e da postura dúbia de Julio Herrera y Obes.

MORAIS, Zeferino Xavier de. [Carta] 8 set. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, Arquivo Público Municipal de Bagé.

NUNES. [Telegrama] 19 jun. 1892, Pelotas. [Para] Antônio Nunes Ribeiro de Magalhães. Bagé, 1 folha. Telegrama em que pergunta com urgência sobre a chegada de um carro, possivelmente com suprimentos.

OLIVEIRA, Lourenço da Silva. [Carta] 30 jun. 1892, Bagé. [para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta do secretário de governo ao Zeca Tavares, comunicando que sua proposta apresentada de suprimidas as subdelegacias do 1º distrito de Bagé e substituí-las por apenas 3 delegados.

OSÓRIO, Manuel Luís, Barão do Herval. [Carta] 16 mar. 1867, s.l. [para] TAVARES, João da Silva, Barão do Serro Alegre. Bagé, 2 folhas. Carta em que comentam a situação política no Uruguai e Entre Rios, fala da emigração de Brasileiros para Entre Rios.

PARTIDO FEDERALISTA, [Carta], 23 ago. 1895, Laguna, Santa Catarina. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Pelotas, 1 folha. Documento em que o general Tavares é parabenizado pela pacificação.

PINA, Marcelino Pina [Carta] 21 mar. 1895, Campo Seco. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. 4 folhas, sem local especificado. Relata uma derrota de forças federalistas devido à embriaguez em que se encontrava.

PRATA, Manoel Reis do Amazonas. 26 jul. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, Arquivo Público Municipal de Bagé.

RATTO, Manoel. [Telegrama], 25 ago. 1895, Uberaba, Minas Gerais. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Documento em que congratula Joca Tavares pelo patriotismo e pela pacificação e saúda Rio Grande do Sul.

SANTOS, Máximo. [Carta], 16 nov. 1885, Montevidéu. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que o presidente do Uruguai pede ao general Tavares que faça uma visita ao coronel Muniz, de Cerro Largo e o cumprimente em seu nome.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Relação de Oficiais e Praças prontos para o serviço. Major Gabriel Correia Pimentel. Fundo da Família Silva Tavares, s./d.

RIBEIRO; IZADORA [Telegrama], 24 ago. 1895, Curitiba, Paraná. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Pelotas. Documento no qual o general Tavares é parabenizado pela pacificação da Revolução Federalista.

RIET, Delfino. [Carta] 2 mai. 1894, Salto, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha. Carta em que Delfino declara seu parentesco com os Silva Tavares.

SALGADO, Joaquim Pedro; RIBEIRO, Adriano Nunes. [Carta] jun. de 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha.

SALGADO, Manoel Alves. [Carta] 19 mai. 1892, Salto Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 3 folhas.

SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 13 fev. 1892, Departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha.

SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 19 mar. 1893, Bagé [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta enviada da propriedade de Belisário Sarmento na qual informa que justiçou desertores mandando-os passar pelas armas.

SARAIVA, Gumercindo. [Carta] 30 mai. 1893, campos de Pantaleão Pereira. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

SARAIVA, Aparício. [Carta] 7 abr. 1895, Dom Pedrito [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Relata que suas forças estão mal montadas, espalhadas pela região da estância de Tertuliano Machado e esperando remonta para os homens a pé.

SARAIVA, Aparício. [Carta], s./d., 1895. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Pontas do Ponche Verde, 1 folha. Documento em que fala sobre pagamento a José de Quadros pela venda de cavalos.

SEVERO, Torquato Antônio. [Carta] 4 dez. 1891, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Documento em que fala da organização de um esquadrão em Dom Pedrito.

SILVA, Victor da. [Carta] 9 mai. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 2 folhas.

SILVA, Raymundo. [Carta] 21 dez. 1895, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 2 folhas, Bagé. Carta enviada por seu sobrinho falado de seu regresso da Europa.

SILVEIRA, Ladislau Amaro da. [Telegrama] 19 jun. 1892, Pedras Altas. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, 1 folha, Bagé. Fala de reunião das forças de José Maria Guerreiro Victória.

SIMÕES, Manoel; TAVARES Oscar Silveira, 25 jul. 1894, Bagé. [Para] TAVARES, Pedro Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, Arquivo Público Municipal de Bagé.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 1 dez. 1889, Bagé. [Para] PEREIRA, Antônio Jacinto. 1 folha, Bagé. Carta em que fala sobre assuntos políticos e refere-se a Antônio como sendo seu primo.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 12 nov.1891, Bagé. [Para] CASTILHOS, Júlio Prates de. Porto Alegre, 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva; TAVARES, José Bonifácio da Silva; COSTA, Astrogildo Pereira da; SILVEIRA, Ladislau Amaro da. Proclamação. 14 nov. 1891, Pelotas. 2 folhas.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 15 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 4 folhas, Bagé.

TAVARES, Joaquim da Silva. [Telegrama] 21 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, Francisco da Silva, 1 folha, Porto Alegre.

TAVARES, Joaquim da Silva. [Telegrama] 23 nov. 1891, Pelotas. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, 1 folha, Bagé.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do Dia n.1** do Comando em Chefe das Forças Revolucionárias do Sul do Estado. Bagé, 8 dez. 1891. Arquivo Público Municipal de Bagé.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 31 dez. 1891, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 7 folhas. Correspondência em que fala da situação política do Rio de Janeiro, estava articulando politicamente e buscando a nomeação de Joca Tavares como Comandante da Guarda Nacional.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que relata encontro com Gaspar Silveira Martins e declara apoio pela República parlamentar.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, Joaquim da Silva. Pelotas, 7 folhas.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 5 jan. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 7 folhas.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 29 jan.1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 9 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 11 fev. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 12 mar. 1892, Bagé. [Para] CASSAL, João de Barros. Porto Alegre, 4 folhas.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 16 abr. 1892, Porto Alegre. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. Bagé, 8 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 19 abr. 1892, Bagé. [Para] LEITE, Domingos Barreto Leite, Porto Alegre, 2 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 3 mai. 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva, Rio de Janeiro, 2 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 17 jun. 1892, Bagé. [Para] VASQUES, Bernardo. Porto Alegre, 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta], 26 jun. 1892, Bagé. [Para] BITTENCOURT, Carlos; SALGADO, Joaquim Pedro; ONOFRE; PEDRO; CONTREIRAS. Sem local, 3 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Telegrama] 17 jun. 1892, Bagé. [Para] CÂMARA, José Antônio Correia da. Porto Alegre, 1 folha.

TAVARES, Flora Nunes Vieira da Silva. [Telegrama] 21 jul. de 1892, Bagé. [Para] TELLES, João Batista da Silva. Rio de Janeiro, 1 folha.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 20 jul. 1892, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé.

TAVARES, José Facundo da Silva. [Carta], 30 jun. 1892, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha.
TAVARES, Francisco da Silva. [Carta], 18 mar. 1893, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, Umbelina Nunes da Silva, departamento de Cerro Largo, Uruguai, 1 folha.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 1 jun. 1893, Melo, Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Carta em que fala que Nicanor Pena, por ter estudado em Paris, era homem muito educado.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do Dia n.4**, 14 de novembro de 1893. Arquivo privado da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do dia número 5**. Arquivo Público Muncicipal de Bagé, 17 nov. 1893.

TAVARES, João Nunes da Silva. **Ordem do dia n.º 6**. Arquivo Público Municipal de Bagé. Bagé, 20 nov. 1893.

TAVARES, Joaquim. [Carta] 7 dez. 1893, Rio de Janeiro. [Para] GUERRA Ministro da. Rio de Janeiro, 1 folha.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 14 dez.1893, Melo, Cerro Largo, Uruguai.
TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé. Carta em que Francisco diz que Nicanor estava em Fraile Muerto e que partiria para lá, levar seu filho a ver sua família.

TAVARES, Joquim da Silva. Interrogatório do Barão de Santa Tecla. Rio de Janeiro, 24 dez. 1893, 2 folhas. Arquivo Público Municipal de Bagé, RS.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 27 jul. 1894, Melo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, Bagé, 4 folhas. Carta em que refere-se a pedido de seu dinheiro do gado e a tropas em direção ao Uruguai.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 15 nov. 1894. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 2 folhas, sem local especificado. Carta em que trata da compra de cavalos de Paysandú além de reclamações acerca dos comportamentos que prejudicam a Revolução.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 30 nov. 1894, Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva. 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 7 fev. 1895, Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] PRETO, João. 2 folhas, sem local especificado. Ordem de Joca Tavares ao chefe de polícia, capitão João Preto, para que este coíba o vandalismo e persiga os baderneiros.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 20 mar. 1895, Dom Pedrito. [Para] GAMA, Luís Felipe Saldanha da. 2 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 2 ago. 1895, Pontas do Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] QUEIROZ, Inocêncio Galvão de. Sem local, 1 folha.

TAVARES, Francisco da Silva. [Carta] 30 mar.1895, Rio de Janeiro. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva, Bagé, 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva. [Carta] 18 jun. 1895, Pontas do Ponche Verde, Dom Pedrito. [Para] QUEIRÓZ, Inocêncio Galvão de. Sem local, 1 folha.

TAVARES, Pedro Nunes da Silva. [Carta] 27 set. 1895, Bagé. [Para] QUEIROZ, Inocêncio Galvão de. Pelotas, 2 folhas.

TAVARES, João Nunes da Silva Bagé [Telegrama]. 6 dez. 1896, Bagé. [Para] VITORINO, Manoel. Sem local, 1 folha.

TAVARES, João Nunes da Silva Bagé [Telegrama]. 10 dez. 1896, Bagé. [Para] MINISTRO DA GUERRA, Rio de Janeiro, 1 folha.

TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896, Arquivo Público Municipal de Bagé.

TAVARES, João Nunes da Silva. 8 abr. 1901. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91, Arquivo Público Municipal de Bagé.

TAVARES, Eduardo da Silva. [Carta] 21 out. 1904, Pelotas. [Para] Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 2 folhas.

VARES, Paulino. [Carta] 29 jun. 1892, Rivera, Uruguai. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 3 folhas.

VARGAS, José Antônio de. [Carta] 1891, Dom Pedrito. [Para] LEITE, Domingos Barreto; CASSAL, João de Barros; BRASIL, Joaquim de Assis. 1 folha, Santana do Livramento. Documento pedindo inclusão do General Tavares na junta de governo em 1891.

VITÓRIA, José Maria Guerreiro. [Carta] 29 out. 1894, s.l. [Para] TAVARES, José Bonifácio da Silva, 1 folha, Bagé.

XAVIER, Manoel Cândido. [Carta] 3 jun. 1895, Dom Pedrito. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. BRANCO, Jonathan Alves; BRANCO, Antônio Alves. [Carta] 23 dez. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, José Bonifácio da Silva. Causa ordinária conta a Fazenda Federal para haver indenização dos prejuízos e danos causados por foças governistas no período revolucionário. Porto Alegre, 18 dez. 1896.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. O Coronel Carlos Telles: seus telegramas. Foto de Recorte de jornal encontrada junto a documentação do general Joca Tavares, s.d.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Fundo da família Silva AHRSTavares. Recibo de pagamento, Sociedade do Theatro 28 de Setembro, Bagé, 26 nov. 1872.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Fundo da Família Silva Tavares. CARRION, João. Relação Nominal de Oficiais e Praças do 1º Corpo Provisório de Cavalaria do Exército Libertador, s/d.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Fundo da Famiília Silva Tavares. Relação de Oficiais e Praças prontas para o serviço. Major Gabriel Correia Pimentel, s./d.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Quadro com lista de sócios fundadores do Clube Comercial de Bagé, 3 jun. 1886.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. TAVARES, João Nunes da Silva. 8 abr. 1901. Processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. MORAIS, Zeferino Xavier de. [Carta] 8 set. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao

processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. BRANCO, Jonathan Alves; BRANCO, Antônio Alves. [Carta] 23 dez. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. PRATA, Manoel Reis do Amazonas. 26 jul. 1896, Bagé. [Para] TAVARES, João Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. SIMÕES, Manoel; TAVARES Oscar Silveira, 25 jul. 1894, Bagé. [Para] TAVARES, Pedro Nunes da Silva Bagé, 1 folha. Documento anexado ao processo requerendo indenização do governo federal pelos prejuízos durante a Revolução Federalista. 1º Translado, Livro 135, Folha 91.

APMB, Arquivo Público Municipal de Bagé. Carta aos Senhores Membros do Congresso Nacional. Bagé, 30 dez. 1896.

Arquivo Público Municipal de Bagé. Recibo de pagamento para a Sociedade do Theatro 28 de Setembro, 26 nov. 1872. Fotografia realizada por Gustavo Figueira Andrade, 2019.

Aquivo Público Municipal de Bagé. Arquivo da Família Silva Tavares. Fotografia dos Herois da batalha de Aquidaban, 01 mar. 1870. Foto realizada por Gustavo Figueira Andrade, 2019.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé, Livro de Registro de Batismo, 12 jun. 1870, folha 113.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 23, ano de 1885, p. 21.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 174, ano de 1885, p. 85.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 168, ano de 1867, p. 22.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 23, ano de 1885, p. 35.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 16, 1880, folha 50.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé. Registos de Batismos, Bagé, n. 26b, 1887, folha 55.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé, Livro de Registro de Batismo, 26b, 1888, folha 95.

Arquivo da Cúria Diocesana de Bagé, Registros de Batismo, 1888, folha 92b

Family Search

FAMILYSEARCH. Brasil Casamentos, 1730-1955. Ismael Soares Da Silva, 1853. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNP8-D1H Acesso em: 31/01/2020.

FAMILYSEARCH. NETTO, Manuela Barbosa. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:QHMR-V75, Acesso em: 27/08/2020.
FAMILYSEARCH. MELLO, Procópio Gomes de. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:QHMR-V7R, Acesso em: 27/08/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Ladislau Amaro da Silveira. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/KDWS-5DF Acesso em: 08/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Astrogildo Pereira da Costa. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/LZZV-59R Acesso em: 08/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Ladislau Amaro da Silveira. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/KDWS-5DF Acesso em: 08/09/2020.

GENEANET. Parentesco de Gaspar Silveira Martins e Ladislau Amaro da Silveira Filho. Disponível em: https://gw.geneanet.org/valdenei?lang=en&pz=valdenei+correa&nz=silveira&em=R&ei=84035&spouse=on&et=A&p=gaspar&n=silveira+martins Acesso em: 08/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Serafim da Silva Tavares. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GWNL-42H Acesso em: Acesso em: 08/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Serafim da Silva Tavares. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GWNL-42H Acesso em: 08/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de José Maria Guerreiro Victória. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GS5F-9PX Acesso em 17/09/2020.

FAMILY SEARCH. Genealogia de Torquato Antônio Severo e sua família. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/GQRN-Q41 Acesso em: 19 set. 2020.

FAMILYSEARCH. Genealogia de Angel Manuel Fernández Blanco, pai de Angel Saturnino Fernandez Blanco Acuña. Disponível em:https://familysearch.org/ark:/61903/2:1:9J3M-7FK Acesso em: 11/10/2021.

Mapas

GOOGLE EARTH. Vista aérea com a demarcação dos rios Ibicuí, Quaraí e Arapey. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-30.55180803,-56.2571599,-19.82310133a,476441.61017016d,35y,0.00076602h,0.09314186t,-0r Acesso em: 29 abr. 2021.

GOOGLE, EARTH. Trajetos federalistas a partir La Cruz, Paso de los Libres e Concórdia na República Argentina, até Salto e Belén na República Oriental do Uruguai, e as rotas até a fronteira com o Brasil. Mapa elaborado por Gustavo Figueira Andrade. Disponível em: https://earth.google.com/web/@-30.80301969,-54.80565025,17.8239814a,794823.48582923d,35y,-0.23678746h,0.1015779t,-0r Acesso em: 29 abr. 2021.

GOOGLE MAPS. Vista aérea das localidades de Monte Caseros, Bella Unión e Barra do Quaraí. Mapa elaborado pelo autor. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Quara%C3%AD,+RS,+97560-000/@-30.2281791,-57.6306399,12454m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x95ab09356817cf1d:0xee5a33211d8d020d!8m2!3d-30.3845133!4d-56.4488086. Acesso em:10/05/2021.

GOOGLE MAPS. Rotas do comércio regional de gado bovino em pé. Elaborado por Gustavo Figueira Andrade no a partir dos dados obtidos (SCHMIT, 2004); (SCHALLER, 2005), (MENEGAT, 2015). Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-30.634207,-55.5011347,607555m/data=!3m1!1e3 Acesso em: 27 abr. 2021.

Mapa da concentração de cartas por personagens pertencentes à Guarda Nacional. Elaborado por Gustavo Figueira Andrade, a partir das correspondências da família Silva Tavares, Arquivo Público Municipal de Bagé. Bagé-RS, 2021.

MAPA político da República Oriental do Uruguai com as divisões departamentais atuais. Disponível em: https://www.elabueloeduca.com/aprender/geografia/uruguay/uruguay.html Acesso em: 18/04/2021. Adaptado pelo autor.